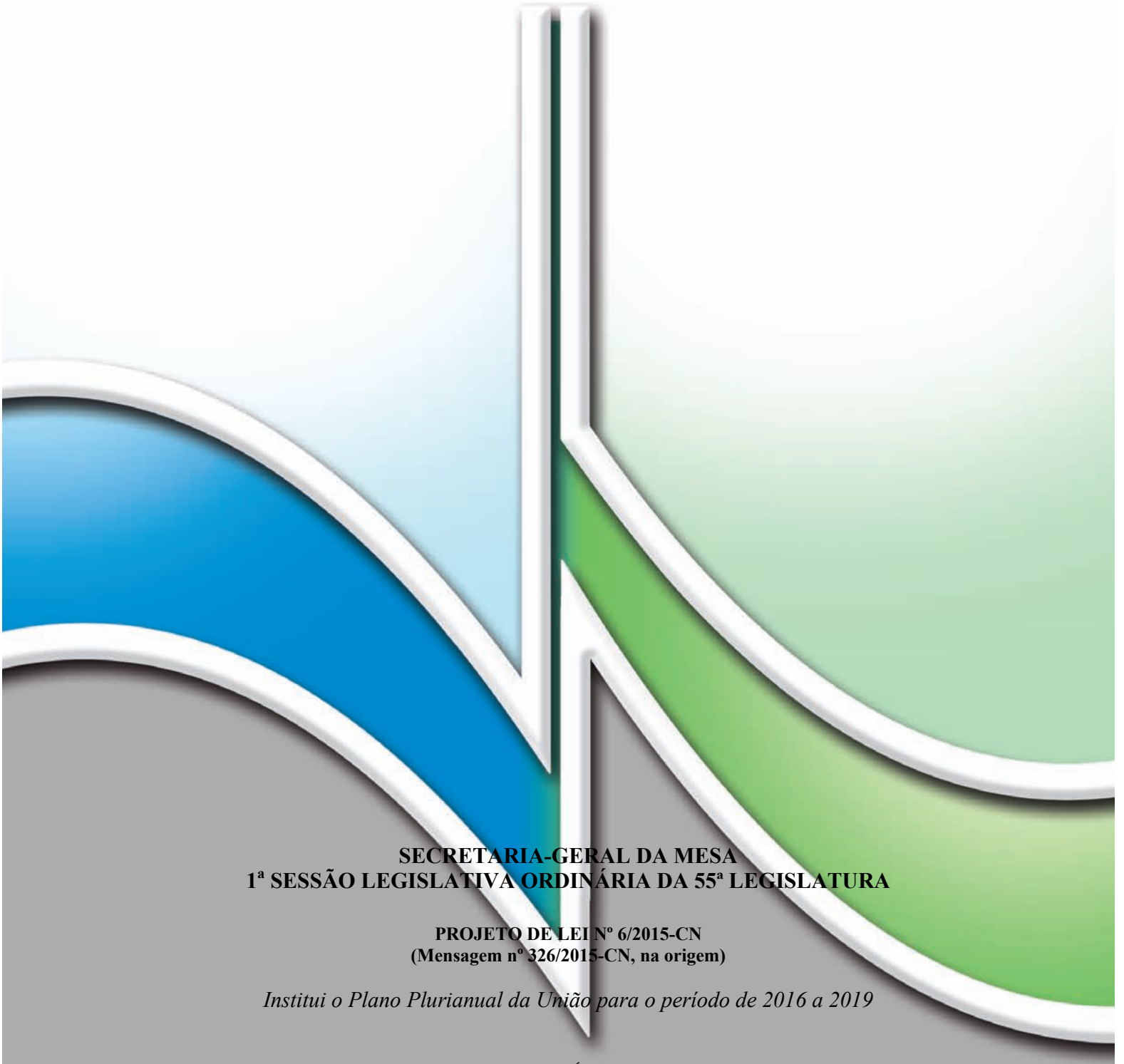
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXX – SUP. "B" AO Nº 018 – QUINTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 2015 – BRASÍLIA - DF



SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

PROJETO DE LEI Nº 6/2015-CN
(Mensagem nº 326/2015-CN, na origem)

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Presidente
Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente
Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)

2º Vice-Presidente
Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

1º Secretário
Deputado Beto Mansur (PRB-SP)

2º Secretário
Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

3ª Secretária
Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4ª Secretária
Senadora Angela Portela (PT-RR)

Mesa do Senado Federal

Presidente
Renan Calheiros (PMDB-AL)

1º Vice-Presidente
Jorge Viana (PT-AC)

2° Vice-Presidente
Romero Jucá (PMDB-RR)

1° Secretário
Vicentinho Alves (PR-TO)

2º Secretário
Zeze Perrella (PDT-MG)

3° Secretário
Gladson Cameli (PP-AC)

4ª Secretária
Angela Portela (PT-RR)

Suplentes de Secretário

1º Sérgio Petecão (PSD-AC)

2° João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º Elmano Férrer (PTB-PI)

4º Douglas Cintra (PTB-PE)

Mesa da Câmara dos Deputados

Presidente
Eduardo Cunha (PMDB-RJ)

1º Vice-Presidente
Waldir Maranhão (PP-MA)

2° Vice-Presidente
Giacobo (PR-PR)

1° Secretário
Beto Mansur (PRB-SP)

2° Secretário
Felipe Bornier (PSD-RJ)

3ª Secretária
Mara Gabrilli (PSDB-SP)

4° Secretário
Alex Canziani (PTB-PR)

Suplentes de Secretário

1° Mandetta (DEM-MS)

2° Gilberto Nascimento (PSC-SP)

3ª Luiza Erundina (PSB-SP)

4° Ricardo Izar (PSD-SP)

EXPEDIENTE

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações
José Farias Maranhão
Coordenador Industrial

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários
Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de
Registro e Redação Parlamentar

Impresso sob à responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

PROJETO DE LEI.

Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Esta Lei institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019 - PPA 2016-2019, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas e a definição de prioridades do Governo Federal para a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Art. 3º O PPA 2016-2019 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas.

Art. 4º O PPA 2016-2019 terá como princípios:

I - O desenvolvimento sustentável orientado pela inclusão social;

II - A melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos;

III - A garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, regionais, étnico-raciais, geracionais e de gênero;

IV - O estímulo e a valorização da educação, ciência, tecnologia e inovação e competitividade;

V - A participação social como direito do cidadão;

VI - A valorização e o respeito à diversidade cultural; e

VII - O aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência, e no enfrentamento à corrupção.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º O PPA 2016-2019 reflete as políticas públicas e orienta a atuação governamental por meio de Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - Programa Temático: organizado por recortes selecionados de políticas públicas, expressa e orienta a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: expressa e orienta as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Parágrafo único. Não integram o PPA 2016-2019 os programas destinados exclusivamente a operações especiais.

Art. 6º O Programa Temático é composto por Objetivos, Indicadores, Valor Global e Valor de Referência.

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito para a transformação de determinada realidade, e tem como atributos:

I - Órgão Responsável: órgão cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo ou da Meta;

II - Meta: medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa; e

III - Iniciativa: declara os meios e mecanismos de gestão que viabilizam os Objetivos e suas metas explicitando o como fazer.

§ 2º O Indicador é uma referência que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando a avaliação dos seus resultados.

§ 3º O Valor Global do Programa é uma estimativa dos recursos orçamentários, necessários à consecução dos Objetivos, segregados nas esferas Fiscal e Seguridade Social e na esfera de Investimento das Empresas Estatais, com as respectivas categorias econômicas, e indicação dos recursos extraorçamentários.

§ 4º O Valor de Referência é um parâmetro financeiro para a individualização de empreendimento como iniciativa, estabelecido por Programa Temático, especificado pelas esferas Fiscal e da Seguridade Social e pela esfera de Investimento das Empresas Estatais.

Art. 7º Integram o PPA 2016-2019 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas Temáticos;

II - Anexo II - Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado; e

III - Anexo III - Empreendimentos Individualizados como Iniciativas.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS DA UNIÃO

Art. 8º Os Programas constantes do PPA 2016-2019 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º Nos Programas Temáticos, cada ação orçamentária estará vinculada a um único Objetivo, exceto as ações padronizadas.

§ 3º As vinculações entre ações orçamentárias e Objetivos constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º O Valor Global dos Programas, os enunciados dos Objetivos e as metas não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os empreendimentos plurianuais cujo Custo Total estimado seja igual ou superior ao Valor de Referência deverão ser individualizados como Iniciativas.

§ 1º A individualização de que trata o **caput** não se aplica aos Empreendimentos financiados com recursos provenientes de transferências da União a Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 2º O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão poderá regulamentar critérios adicionais para a individualização de Iniciativas de que trata o **caput** deste artigo.

Art. 11. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o Plano Plurianual e as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelos princípios expressos no art. 4º.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 12. A gestão do PPA 2016-2019 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar o alcance dos Objetivos e das Metas, sobretudo para a garantia de acesso às políticas públicas pelos segmentos populacionais mais vulneráveis, e busca o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas;

II - dos critérios de regionalização das políticas públicas;

III - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do Plano; e

IV - da cooperação federativa

Parágrafo único. Caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão definir os prazos, as diretrizes e as orientações técnicas complementares para a gestão do PPA 2016-2019.

Art. 13. A gestão do PPA 2016-2019 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão do Plano.

Art. 14. O Poder Executivo manterá sistema de informações para apoio à gestão do Plano, que será atualizado periodicamente com informações sobre a implementação dos Programas.

Parágrafo único. O Poder Executivo:

I - disponibilizará de forma estruturada e organizada na Internet informação sobre a implementação e o acompanhamento do PPA 2016-2019, e, de forma consolidada, anualmente; e

II - encaminhará ao Congresso Nacional o Relatório Anual de Avaliação do Plano que conterá a situação, por Programa, dos Indicadores, Objetivos e Metas.

Seção II

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 15. O monitoramento do PPA 2016-2019 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa e orientada para o alcance dos resultados da administração pública federal.

Art. 16. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

Art. 17. O Poder Executivo promoverá, em conjunto com representantes da sociedade

civil, o desenvolvimento de mecanismos de participação social nas etapas do ciclo de gestão do PPA 2016-2019.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. São prioridades da administração pública federal a Política de Educação, o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC e o Plano Brasil sem Miséria - PBSM.

Art. 19. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2016 a 2019, está incluído no Valor Global dos Programas.

Parágrafo único. A lei orçamentária anual e as leis de créditos adicionais detalharão em seus anexos os investimentos de que trata o **caput**, para o ano de sua vigência.

Art. 20. Considera-se revisão do PPA-2016-2019 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o **caput**, ressalvado o disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Os projetos de lei de revisão do Plano Plurianual que incluam Programa Temático ou Objetivo deverão conter os seus respectivos atributos.

§ 3º Considera-se alteração de Programa:

I - a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos; e

II - a inclusão ou exclusão de Metas.

§ 4º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - adequar as vinculações entre ações orçamentárias e Objetivos; e

III - revisar ou atualizar Metas.

§ 5º O Poder Executivo fica autorizado a alterar Metas qualitativas e incluir, excluir ou alterar as informações gerenciais e os seguintes atributos:

I - Indicador;

II - Valor de Referência;

III - Órgão Responsável por Objetivo e Meta;

IV - Iniciativa; e

V - Valor Global do Programa pela alteração de fontes de financiamento com recursos extraorçamentários.

§ 6º As modificações efetuadas nos termos dos §§ 4º e 5º deverão ser informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização e disponibilizadas na Internet.

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

EM nº 00127/2015 MP

Brasília, 31 de Agosto de 2015

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submeto à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei que institui o Plano Plurianual (PPA) para o período 2016-2019, nos termos do § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

2. Plano Plurianual reflete as políticas públicas e orienta a atuação governamental por meio de Programas classificados como Temáticos ou de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O principal objetivo do PPA 2016-2019 é atribuir um caráter mais estratégico para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas, aproximando as declarações contidas no Plano da realidade dos órgãos executores.

3. Nessa perspectiva, o Plano busca maior aproximação entre suas dimensões tática e estratégica, bem como entre os meios necessários e os resultados pretendidos, associando os recursos orçamentários aos Objetivos dos Programas Temáticos, que passam a ser o elo com as Leis Orçamentárias Anuais. Essa modificação permite maior transparência ao esforço para a transformação de determinada realidade, em cada área de atuação do Governo.

4. O processo de elaboração foi marcado pela ampliação do diálogo com a sociedade, principalmente com a realização do Fórum Dialoga Brasil Interconselhos, que reuniu mais de 300 representantes da sociedade civil em um processo de ampla discussão, apresentando ao Governo Federal as suas demandas. Também foram realizadas discussões regionais e setoriais com a sociedade. Cerca de 1000 propostas foram encaminhadas aos Ministérios e consideradas na formulação dos 54 Programas Temáticos, construídos pelo conjunto dos órgãos do Governo em 120 oficinas que reuniram mais de 4.000 participantes.

5. Os Programas Temáticos, além da influência das propostas da sociedade, também foram elaborados à luz da Dimensão Estratégica, organizada em 4 Eixos e 28 Diretrizes Estratégicas.

6. O Projeto de Lei do PPA 2016-2019 expressa o contexto de elaboração dos programas e os princípios que devem reger a sua gestão. O capítulo I, intitulado “Do Planejamento Governamental e do Plano Plurianual”, apresenta dispositivos que caracterizam o PPA como um instrumento para o planejamento de políticas públicas, estabelecendo os princípios que orientaram a sua formulação. Buscou-se evidenciar os fundamentos básicos de planejamento, estabelecendo a relação com o diagnóstico, as escolhas e a coordenação. A normatização proposta transforma o plano em um instrumento que declara as principais escolhas de governo referenciadas para o horizonte 2016-2019.

7. O capítulo II, intitulado “Da Estrutura e Organização do Plano”, define os conceitos que serão utilizados na execução do PPA. O capítulo III, intitulado “Da Integração com o Orçamento”, organiza a relação do Plano com o Orçamento de forma a apresentar a vinculação dos objetivos com

as ações orçamentárias. Os artigos propostos esclarecem que os valores contidos nos programas não constituem limite à execução da despesa. São também definidos os critérios para a individualização de empreendimentos.

8. O capítulo IV, intitulado “Da Gestão do Plano”, contém diretrizes que visam aprimorar os meios necessários para o alcance dos objetivos e metas, dentre os quais a integração dos atores envolvidos, os mecanismos de cooperação federativa, as rotinas de monitoramento e avaliação e a regionalização das políticas públicas presentes no Plano.

9. O capítulo V, intitulado “Das Disposições Gerais”, define como prioridades do Governo Federal para o quadriênio a Política de Educação, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e o Plano Brasil Sem Miséria – PBSM. Além disso, declara os mecanismos para as revisões do PPA, com seus critérios e procedimentos estabelecidos para as diferentes hipóteses de modificações.

10. Busca-se dar ao PPA 2016-2019 as características desejadas construídas mediante o processo citado. Essa é a razão que leva este Ministério a propor a Vossa Excelência o aludido Projeto de Lei.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Nelson Henrique Barbosa Filho

Mensagem nº 326

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Institui o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019”.

Brasília, 31 de agosto de 2015.

ANEXOS

PPA 2016-2019

Plano Plurianual
2016-2019

DESENVOLVIMENTO, PRODUTIVIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

ANEXO I



Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área Cultivada em PPIs selecionados	ha	31/12/2014	127.313,00
Área Implantada com Infraestrutura de Irrigação em PPIs selecionados	ha	31/12/2014	211.724,00
Área Irrigada total no Brasil	milhões de hectares	31/12/2012	5,80
Área plantada com grãos	milhões de hectares	31/12/2014	56,99
Exportações da Agropecuária	US$ milhão	31/12/2014	96,75
Importações da Agropecuária	US$ milhão	31/12/2014	16,61
Incremento da área sob utilização de Sistemas Sustentáveis (produção integrada)	ha	01/01/2015	1.564,57
Número de produtores orgânicos atendidos por políticas do MAPA para desenvolvimento da agroecologia e produção orgânica	unidade	30/06/2015	10.510,00
Participação anual das exportações agropecuárias brasileiras no comércio mundial de produtos agropecuários	%	31/12/2014	5,60
Percentual de área coberta pelo seguro rural subvencionado	%	31/12/2014	6,59
Produção nacional de cana-de-açúcar	mil toneladas	15/04/2015	634.767,00
Produção nacional de carnes	milhão de t	31/12/2014	25,49
Produção nacional de grãos	milhão de t	31/12/2014	193,86
Produto Interno Bruto da Agropecuária	R$ milhão	31/12/2014	262.346,00
Renda gerada em projetos públicos de irrigação	R$/ha	31/12/2014	18.708,00
Taxa de produção apoiada pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) e por mecanismos de comercialização	%	31/12/2014	4,05
Taxa de variação anual das exportações de produtos do setor agropecuário	%	31/12/2014	4,62
Valor Bruto da Produção dos Principais Produtos Agropecuários	R$ milhões	31/12/2014	448.398,30
Variação anual da área com produção orgânica	%		
Volume de grãos exportados pelos portos do Arco Norte	milhão de t	31/12/2014	8,87

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**16.895.320**	**40.926.968**
Despesas Correntes	9.361.876	16.272.045
Despesas de Capital	7.533.444	24.654.923
Recursos Extraorçamentários	**194.942.942**	**638.389.261**
Crédito e Demais Fontes	187.000.000	613.018.740
Gastos Tributários	7.942.942	25.370.520
Valores Globais	**211.838.263**	**679.316.229**
	891.154.491	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0175 - Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 009Z - Implantar infraestruturas de irrigação em 30 projetos públicos de irrigação.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	unidade
Região Nordeste	15,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- 00A5 - Revitalizar 46 infraestruturas de irrigação de uso comum e de apoio à produção visando à transferência de gestão

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	34,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	8,00	unidade

- 00A8 - Transferir a gestão de 5 Projetos Públicos de Irrigação para os produtores e suas organizações.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

Iniciativas

- 021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu (GO)
- 06NW - Regulamentação da Política Nacional de Irrigação (Lei nº 12.787/2013) e políticas afins
- 00G0 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê (BA)
- 00G4 - Implantação da Expansão do Projeto Público de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce (RS)
- 021Q - Construção do canal de irrigação Taquarembó (RS)
- 00G5 - Construção da barragem Extrema do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás (GO).
- 00G7 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Manoel Dionísio (SE).
- 00G8 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Luís Alves do Araguaia (GO)
- 022T - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano (AL)
- 00GB - Implantação do Projeto Público de Irrigação Marrecas/Jenipapo (PI).
- 00GC - Implantação do Projeto Público de Irrigação Passarão (RR)
- 00GE - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal (PE).
- 00GH - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre (BA).
- 0229 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Jonas Pinheiro (MT)
- 00GM - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo (MA).
- 06O0 - Implantação e manutenção do Cadastro Nacional dos Agricultores Irrigantes
- 00GQ - Implantação do Projeto Público de Irrigação Araras Norte (CE).
- 00GR - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú (CE).
- 00GS - Implantação do Projeto Público de Irrigação Jaíba (MG).



- 00GU - Implantação Projeto Público de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI).
- 06O1 - Implantação e manutenção de sistema de informações de indicadores relacionados à operação e aos impactos socioeconômicos dos projetos públicos de irrigação
- 00GW - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí (PI).
- 06O2 - Elaboração da proposta de constituição do Fundo de Investimento em Participações em Infraestruturas (FIP-IE) para agricultura irrigada
- 06O3 - Normatização e aplicação de incentivos fiscais para agricultores irrigantes
- 06O4 - Elaboração e atualização dos manuais de irrigação
- 06O5 - Estruturação de programa de capacitação com o tema "água no meio rural" a partir do levantamento de oferta e demandas de capacitação
- 06O6 - Capacitação em gestão de projetos públicos de irrigação para técnicos, gestores de projetos e irrigantes
- 06O7 - Elaboração de estudos e projetos para implantação, recuperação, revitalização e modernização de áreas irrigadas
- 021O - Construção do canal de irrigação Jaguari (RS)
- 022O - Implantação do Projeto Público de Irrigação Itamarati II (MS)
- 04E3 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Gleba Mercedes no município de SINOP (MT)
- 06O8 - Implantação do Projeto Público de Irrigação no município de Nova Guarita (MT)
- 06O9 - Implantação do Projeto Público de Irrigação no município de Terenos (MS)
- 06OA - Implantação do Projeto Público de Irrigação no município de Confresa (MT)
- 022H - Implantação do Projeto Público de Irrigação Santa Cruz do Apodi (RN)
- 00I0 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Mendubim (RN).
- 06I6 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Mocambo/Cuscuzeiro (BA)
- 04IE - Implantação do Projeto Público de Irrigação São Sepé (RS)
- 04Y3 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Iuiú (BA).
- 04Y4 - Implantação de infraestruturas para beneficiar projetos de irrigação.
- 04Y5 - Elaboração de estudos para implementação de projetos de irrigação sob regime de Parcerias Público-Privadas.
- 04Y6 - Revitalização de infraestruturas em projetos públicos de irrigação sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional em parceria com Entes Federados.
- 04Y7 - Revitalização de infraestruturas em projetos públicos de irrigação sob responsabilidade da Codevasf.
- 04Y8 - Revitalização de infraestruturas em projetos públicos de irrigação sob responsabilidade do Dnocs.
- 04Y9 - Ampliação da eficiência do uso da água por meio da modernização dos sistemas de irrigação dos projetos públicos.
- 04YA - Administração, operação, conservação e manutenção de projetos públicos de irrigação.
- 04YB - Elaboração de estudos para definição de modelos de gestão adequados para cada projeto público de irrigação.
- 04YC - Transferência de gestão do projeto público de irrigação Arroio Duro (RS).
- 04YD - Transferência de gestão do projeto público de irrigação Chasqueiro (RS).
- 04YE - Transferência de gestão do projeto público de irrigação Lagoa Grande (MG).
- 04YF - Transferência de gestão do projeto público de irrigação Pirapora (MG).
- 04YG - Transferência de gestão do projeto público de irrigação Tourão (BA).
- 04YH - Avaliação de viabilidade dos projetos públicos de irrigação visando à emancipação ou à extinção.
- 06HY - Revitalização do Projeto Público de Irrigação Rio Formoso do Araguaia (TO).



- 06HZ - Adequação do Projeto Público de Irrigação Mirorós (BA) para transferência da Gestão
- 06I0 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho (PE) para transferência da Gestão
- 06I1 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Formoso (BA) para transferência da Gestão
- 06I2 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Gorutuba (MG) para transferência da Gestão
- 06I3 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Curaçá (BA) para transferência da Gestão
- 06I4 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Maniçoba (BA) para transferência da Gestão
- 06NX - Implantação do Conselho Nacional de Irrigação
- 06NY - Elaboração de estudos para subsídio e consolidação do Plano Nacional de Irrigação
- 06NZ - Apoio técnico e financeiro para elaboração de Planos Estaduais de Irrigação
- 06OL - Adequação do Projeto Público de Irrigação Moxotó (PE) para transferência da Gestão
- 06RG - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação em Passo da Ferraria (RS)
- 06SO - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salinas no Estado do Piauí (PI)

OBJETIVO: 0600 - Aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos Dados Históricos e em Tempo Real.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046I - Digitalizar 6 milhões de documentos históricos que contém dados horários registrados em papel por instrumental meteorológico.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 046J - Ampliar a rede de estações meteorológicas automáticas de superfície de 598 para 700 estações.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	105,00	unidade
Região Nordeste	181,00	unidade
Região Norte	99,00	unidade
Região Sudeste	187,00	unidade
Região Sul	128,00	unidade

Iniciativas

- 02C7 - Ampliação da Rede Nacional de Monitoramento Meteorológico (INMET)
- 0501 - Ampliação do acesso ao Portal do INMET e a todos os produtos disponíveis, passando de 5.500.000 acessos para 6.250.000 acessos/ano em 2019.
- 0502 - Capacitação de 400 multiplicadores no uso eficiente de produtos meteorológicos e climáticos.
- 0503 - Implantação de 03 radares meteorológicos.
- 0504 - Aquisição e instalação de sistema de recepção de imagens da nova geração de satélites meteorológicos geossíncronos GOES.
- 0505 - Ampliação da capacidade computacional de alto desempenho do INMET.
- 0506 - Construção de edifício inteligente para abrigar as atividades técnicas do INMET.
- 0507 - Instalação de estações meteorológicas automáticas em polos de agricultura irrigada com foco na otimização e uso racional da água, por meio de cooperação estabelecida entre o INMET e o Ministério da Integração Nacional.

OBJETIVO: 0601 - Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046O - Ampliar o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR).

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	percentual
Região Nordeste	2,00	percentual
Região Norte	1,00	percentual
Região Sudeste	22,00	percentual
Região Sul	65,00	percentual

- 046P - Elevar a área coberta pelo seguro rural subvencionado.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	28,00	percentual
Região Nordeste	5,00	percentual
Região Norte	2,00	percentual
Região Sudeste	17,00	percentual
Região Sul	48,00	percentual

- 046Q - Revisar as metodologias para o Zoneamento Agrícola de Risco Climático de 12 culturas

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02CI - Aprimoramento do processo de fiscalização das operações subvencionadas
- 02CK - Desenvolvimento de novos mecanismos de prevenção aos riscos agroclimáticos
- 02CM - Disponibilização de informações e aperfeiçoamento dos mecanismos de monitoramento de riscos agroclimáticos
- 050G - Revisão e aperfeiçoamento dos normativos que regem o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural – PSR.
- 050H - Adequação do seguro rural considerando irrigação como fator de minimização de riscos para ampliação da oferta do seguro rural.

OBJETIVO: 0618 - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046N - Aumentar o volume de crédito rural aplicado na agricultura empresarial

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,00	percentual
Região Nordeste	8,00	percentual
Região Norte	4,00	percentual
Região Sudeste	28,00	percentual
Região Sul	35,00	percentual

Iniciativas

- 02EI - Ampliação e melhoria da divulgação dos programas de investimento e crédito agropecuário



- 02EK - Concessão de crédito ao médio produtor rural - Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (PRONAMP)
- 050D - Aperfeiçoamento normativo e monitoramento dos instrumentos privados de financiamento à produção.
- 050E - Aperfeiçoamento e ampliação do acesso ao crédito rural para agricultura irrigada.

OBJETIVO: 0661 - Desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046R - Ampliar para R$ 1,5 bilhão, ao ano, o montante das linhas de financiamentos com recursos do Funcafé.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 050I - Ampliação dos financiamentos para o custeio, estocagem e aquisição de café, entre outros, por meio de linhas de crédito, com recursos do Funcafé, cujo público-alvo são produtores e suas cooperativas de produção, indústrias torrefadoras de café, indústrias de café solúvel, beneficiadores e exportadores do produto.
- 050J - Ampliação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em cafeicultura, com geração de tecnologias para todas as etapas da cadeia produtiva do café.
- 050K - Ampliação de ações de capacitação de agentes da cafeicultura, em especial produtores, inclusive prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural em Estados produtores de café.
- 050L - Ampliação de ações promocionais do café brasileiro no país e no exterior, inclusive campanhas publicitárias, de modo que o café brasileiro represente para o público-alvo o conceito de um país com muitos sabores, diversas origens, fornecedor de cafés de qualidade com sustentabilidade.

OBJETIVO: 0743 - Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046K - Expandir a adoção de sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) em 2 milhões de hectares.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 046L - Promover a Recuperação de Pastagens Degradadas (RPD) em 4 milhões de hectares.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 046M - Ampliar a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 5 milhões de hectares.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02WN - Apoio financeiro e técnico para elaboração de Planos Estaduais de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono.
- 02WO - Implantação de Laboratório Virtual Multi-institucional para monitoramento, reporte e verificação - MRV
- 02WP - Implantação e manutenção de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológica (UTD ou URT) em sistemas agropecuários de produção sustentáveis previstos no Plano ABC.
- 02WW - Realização de campanha publicitária sobre os benefícios econômicos, sociais e ambientais das ações do Plano ABC
- 0509 - Capacitação de produtores rurais e técnicos (extensionistas, projetistas e agentes) em sistemas sustentáveis de produção previstos no Plano ABC.
- 050A - Apoio à execução dos Planos Estaduais do ABC, mediante estabelecimento de instrumentos de parceria (convênios, editais públicos e termos de execução descentralizada).



- 050B - Implantação da metodologia para quantificação do tratamento de dejetos animais realizado no contexto do Plano de Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).
- 050C - Promoção de eventos para tratar sobre mudanças climáticas e conservação dos solos no contexto da agricultura brasileira.
- 06N4 - Manutenção do Sistema de Informação do Plano ABC

OBJETIVO: 0747 - Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046E - Promover a capacitação profissional em gestão de cooperativas e associações rurais de 6.000 dirigentes e empregados dessas instituições.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 046F - Promover a educação, formação e capacitação de 8.000 associados ou não de cooperativas e associações rurais, e organização da base produtiva e gestão da propriedade rural.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 04ZP - Implementação de parcerias público privadas, nacionais e internacionais, com vistas ao fortalecimento e desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural.
- 04ZQ - Implementação da participação da juventude e da equidade de gênero no cooperativismo e associativismo rural e igualdade de oportunidades nas tomadas de decisões.
- 04ZS - Elevação da quantidade de produtores participantes como membros de cooperativas e associações de produção agropecuária.
- 04ZT - Implementação de 56 eventos de projetos para o desenvolvimento do cooperativismo e associativismo rural.
- 04ZU - Concessão de créditos às Cooperativas e Associações Rurais - Bancos Públicos (PRODECOOP e PROCAP-AGRO).
- 04ZW - Produção e distribuição de material instrucional, técnico e acadêmico para promoção e divulgação do cooperativismo e associativismo rural.

OBJETIVO: 0750 - Ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046T - Ampliar a área plantada de florestas de 7,6 milhões de hectares para 9,0 milhões de hectares.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 02Y2 - Difusão de tecnologias, capacitação e monitoramento das cadeias produtivas agroenergéticas
- 02Y3 - Divulgação de informações e dados de produção das cadeias produtivas agroenergéticas
- 06OB - Disponibilização de financiamento para expansão e renovação de canaviais e aprimoramento dos instrumentos econômico-financeiros para incentivo ao plantio de florestas.
- 06OD - Apoio à criação e implantação da Política Agrícola para Florestas Plantadas e do Plano Nacional para Florestas Plantadas.
- 06OE - Desenvolvimento de ferramentas de apoio à tomada de decisão do produtor rural, com informações técnicas e econômicas sobre espécies, sistemas de produção, processos, entre outros.



• 06OF - Promoção, capacitação e divulgação de informação técnica sobre sistemas de produção com base em florestas plantadas.

OBJETIVO: 1042 - Disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

• 043U - Ampliar de 1.564,57 ha para 50.500 ha a área certificada em Produção Integrada com a rastreabilidade assegurada.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.500.000,00	hectare
Região Nordeste	8.500.000,00	hectare
Região Norte	10.000.000,00	hectare
Região Sudeste	10.500.000,00	hectare
Região Sul	18.000.000,00	hectare

• 043Y - Melhorar a produtividade e qualidade dos produtos agropecuários, disseminar o uso e promover a adoção de boas práticas agropecuárias com sustentabilidade

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• 045X - Ampliar o uso de Indicações Geográficas e Marcas Coletivas em regiões de produtos tradicionais

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• 046A - Promover a implementação de 15 projetos estaduais para adoção de práticas e sistemas conservacionistas de solo

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

Iniciativas

• 04SJ - Implementação do Plano Nacional de Produção Integrada.

• 04SK - Capacitação e atualização de 40.000 produtores e profissionais em boas práticas agrícolas e em Produção Integrada.

• 04SL - Implementação das Comissões de Produção Integrada em 15 Unidades da Federação.

• 04SP - Implantação de boas práticas pecuárias (segurança do alimento, bem-estar animal, gestão da propriedade e melhoramento genético) em 10.000 propriedades rurais.

• 04SR - Capacitação e atualização de 4.000 profissionais e de 1.000 técnicos multiplicadores em Boas Práticas Agropecuárias, de Fabricação e Processamento de insumos e alimentos, de transporte de animais e matérias-primas, e em Bem-Estar Animal.

• 04ST - Implantação de boas práticas pecuárias e de convivência com o semiárido (reserva estratégica de alimentos e água), gestão da propriedade e melhoramento genético de ovinos, caprinos e bovinos em 10.000 propriedades rurais.

• 04SZ - Ampliação das avaliações de reprodutores de 10 grupamentos genéticos de bovinos, bubalinos, caprinos e ovinos e sua disponibilização.

• 04T0 - Instituição do Plano Nacional de Fomento às Boas Práticas na cadeia produtiva do leite

• 04T1 - Instituição do Plano Nacional de Estruturação das Cadeias Agroalimentares Tradicionais e de Pequeno Porte.



- 04YI - Mapeamento de 200 regiões de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada à origem no Brasil.
- 04YJ - Apoio a projetos em 80 regiões de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada à origem, seguindo metodologia ISDF (Identificação, Sensibilização, Diagnóstico e Fortalecimento).
- 04YN - Criação de 12 redes estaduais e 01 nacional de promoção e gestão do uso de signos distintivos coletivos.
- 04YT - Realização de campanha nacional de consumo de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada à origem.
- 04YU - Capacitação de 6.000 técnicos e extensionistas para atuação como multiplicadores sobre o uso de Signos Distintivos Coletivos como instrumento de desenvolvimento territorial.
- 04YV - Disponibilização das informações do mapa das origens de produtos tradicionais ou com qualidade vinculada ao território para os clientes do MAPA e a sociedade.
- 04YW - Elaboração de proposta de valorização de signos distintivos do Governo Federal em articulação com MTE, MDA, MI, MMA, ICMBIO, FUNAI, SEPPIR, SEBRAE, INPI, INMETRO.
- 04YZ - Apoio técnico e financeiro a projetos estaduais para adoção de práticas e sistemas conservacionistas de solo, mediante estabelecimento de instrumentos de parceria (convênios, editais públicos e termos de execução descentralizada).
- 04Z0 - Implementação e manutenção de Unidades de Teste e Demonstração ou de Referência Tecnológicas (UTD ou URT) em práticas e sistemas conservacionistas de solo.
- 04Z2 - Elaboração de sistema de informação de uso dos solos com práticas e sistemas conservacionistas na agropecuária.
- 04Z3 - Capacitação de 810 técnicos em práticas e sistemas conservacionistas de solos.
- 04Z4 - Elaboração de cartilha sobre as principais técnicas de conservação dos solos, a ser distribuída nos 26 estados da federação mais o Distrito Federal.
- 04Z5 - Elaboração de uma proposta de projeto de Lei que trate sobre o uso adequado dos solos na produção agropecuária.
- 04Z7 - Elaboração de proposta para o MCR tornando obrigatório o estabelecimento de práticas conservacionistas para todos os projetos de produção agropecuaria.
- 0635 - Desenvolver e implantar sistema de gestão de indicadores para avaliar a sustentabilidade da produção agropecuária e os seus efeitos sobre a conservação ambiental, em territórios prioritários.

OBJETIVO: 1048 - Promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 048M - Ampliar de 90 para 200 a quantidade de Núcleos de Estudos em Agroecologia e Produção Orgânica em instituições de ensino de educação profissional e superior.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	70,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	60,00	unidade
Região Sul	35,00	unidade

- 0490 - Ampliar de 15.000 para 30.000 a quantidade de unidades de produção adotando sistemas orgânicos de produção sob controle oficial

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 049R - Tornar acessíveis 500 tecnologias apropriadas aos sistemas de produção orgânica e de base agroecológica.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas



- 054O - Apoio técnico e financeiro à implantação e funcionamento de núcleos de estudos em agroecologia e produção orgânica, em articulação com o MDA, MEC, MCTI, MPA, MMA e instituições e entidades da sociedade civil e da rede pública das áreas de ensino, pesquisa e extensão.
- 054P - Socialização do conhecimento e capacitação em agroecologia e produção orgânica para professores, estudantes, técnicos e produtores - 10.000 pessoas capacitadas.
- 054Q - Disponibilização de produtos fitossanitários apropriados para a produção orgânica e de base agroecológica. - 50 especificações de referência regulamentadas
- 0554 - Ampliação da quantidade de produtores habilitados ao acesso a políticas públicas para a produção orgânica em virtude de inclusão no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos - 33.000 produtores no Cadastro
- 0555 - Capacitação de produtores e técnicos em mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica - 5.000 produtores e 650 técnicos
- 0556 - Manutenção evolutiva do Sistema de Informações Gerenciais da Produção Orgânica (SigOrgWeb) para o controle, disponibilização e divulgação de dados e estatísticas sobre a produção orgânica brasileira.
- 0557 - Elaboração e revisão de normas e regulamentos técnicos para a produção orgânica e de base agroecológica.
- 0558 - Coordenação e disponibilização de meios para o funcionamento da Subcomissão Temática de Produção Orgânica e das 27 Comissões da Produção Orgânica nas Unidades da Federação.
- 0559 - Fiscalização e aplicação de outros mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, entregando à sociedade produtos orgânicos com qualidade oficialmente controlada.
- 055A - Capacitação de técnicos em princípios e práticas de agroecologia e produção orgânica e de produtores em mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, em articulação com as redes de ATER.
- 055B - Harmonização de legislações e procedimentos operacionais relativos aos mecanismos de controle para a garantia da qualidade orgânica, em articulação com as autoridades competentes de outros países.
- 055E - Disponibilização de tecnologias apropriadas para sistemas de produção orgânica e de base agroecológica por meio de fichas técnicas com conteúdo e linguagem acessível aos produtores - 330 tecnologias.
- 055F - Disponibilização de diretrizes e orientações técnicas de boas práticas para a produção orgânica e de base agroecológica - 20 publicações técnicas.
- 055G - Disponibilização de material propagativo vegetal de interesse da agroecologia e da produção orgânica, em articulação com redes, guardiões, casas e bancos de sementes - 100 cultivares.
- 055H - Apoio técnico e financeiro às organizações produtivas e instituições de ensino, pesquisa e extensão, para a implementação e qualificação de unidades de produção, melhoramento, conservação e distribuição de material propagativo vegetal de interesse da agroecologia e produção orgânica.
- 059Z - Realização de campanhas informativas e capacitação de pessoas e instituições, em articulação com o FNDE/MEC e a rede de produção orgânica, para aumentar a participação de alimentos orgânicos na alimentação escolar da educação básica.
- 05A0 - Realização, em articulação com entidades governamentais e não governamentais, de campanhas nacionais anuais voltadas à promoção dos produtos orgânicos junto à sociedade.
- 05A1 - Promoção e desenvolvimento da agricultura urbana e periurbana em bases agroecológicas, em articulação com órgãos e entidades dos governos federal, estaduais e municipais.
- 05A3 - Elaboração, produção e distribuição de materiais promocionais e educativos.

OBJETIVO: 1049 - Promover o desenvolvimento da agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 04A4 - Incorporar 1,5 milhão de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	170.000,00	hectare
Região Nordeste	300.000,00	hectare
Região Norte	230.000,00	hectare
Região Sudeste	400.000,00	hectare
Região Sul	400.000,00	hectare



Iniciativas

- 05A6 - Adequação das normas de crédito às peculiaridades da agropecuária irrigada, quanto ao montante de recursos, prazos, garantias e eliminação de entraves burocráticos, e disponibilização de linhas de crédito específicas.
- 05A7 - Criação de programa de crédito especificamente voltado para o fomento da agropecuária irrigada, com ênfase no semiárido e na região do MATOPIBA.
- 05A8 - Apoio técnico e financeiro para criação e implantação de 03 centros de referência em irrigação e drenagem.
- 05A9 - Apoio técnico e financeiro para reservação de água e reconversão de equipamentos de irrigação.
- 05AA - Apoio técnico e financeiro ao planejamento da agropecuária irrigada nas bacias hidrográficas.
- 05AB - Elaboração de medidas para a racionalização do uso da água na agropecuária.
- 05AC - Criação do Cadastro Nacional de Irrigantes, em parceira com a Agência Nacional de Águas-ANA e o Ministério da Integração Nacional-MI
- 05AD - Apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de projetos de pesquisas em irrigação e drenagem, em parceria com Universidades e Empresas de Pesquisa .

OBJETIVO: 1050 - Incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, em suas diversidades e amplitudes, com vistas à expansão da classe média rural.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 04A8 - Expandir a renda dos estabelecimentos rurais das classes C e D.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04A9 - Qualificar profissionalmente 80.000 produtores rurais das classes C e D.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04AA - Realizar ações coletivas em parceria com instituições públicas e privadas para criar, estruturar e aumentar o número de cooperativas e associações rurais.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 05AI - Criação de programa para incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, sob a coordenação do Mapa e execução articulada com os entes federados e a sociedade civil.
- 05AT - Produção de diagnóstico socioeconômico, em bases territoriais, dos produtores rurais das classes C e D.
- 05AU - Produção de material instrucional e de divulgação.
- 05AW - Estruturacão normativa e administrativa do Sistema Único de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SUAGRO), visando congregar gestão compartilhada entre os entes federados e organizações civis, na política de agricultura, pecuária e abastecimento para os produtores das classes C e D.
- 05AX - Estabelecimento de parcerias com instituições federais, estaduais e municipais, e instituições privadas com expertise em assistência técnica, negociação, comercialização e acesso ao crédito para apoio aos produtores rurais das classes C e D, com foco na expansão e manutenção do seu negócio.
- 05AY - Identificação, integração e manutenção do cadastro de organizações da sociedade civil que atuam promovendo e expandindo a agricultura, pecuária, produção e abastecimento em âmbito nacional.
- 05AZ - Estruturação de sistema de comunicação que leve as informações de interesse do MAPA, com linguagem apropriada, aos produtores rurais inseridos nas classes C e D.
- 05B4 - Estruturação e monitoramento de Projeto de Qualificação Profissional para produtores rurais, com pacote de assistência técnica, cursos de qualificação profissional e de gestão.
- 05B5 - Promoção da formação e qualificação da equipe técnica que acompanhará o desenvolvimento dos produtores rurais credenciados pelo Programa.
- 05BF - Promoção e disseminação das potencialidades estruturantes do cooperativismo e do associativismo entre os produtores rurais que não participam de nenhum tipo de ação coletiva para maximizar os ganhos econômicos do setor, através do fortalecimento de tais ações conjuntas organizadas.



• 05BG - Estruturação do sistema de monitoramento e avaliação do Programa, para acompanhar sistematicamente a evolução da renda dos produtores rurais.

• 05BH - Criação de comitê interministerial para articular políticas públicas a serem implementadas nas microrregiões a serem atendidas no Programa.

OBJETIVO: 1051 - Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

• 04BD - Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Armazenagem

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	185.991,00	tonelada
Região Nordeste	168.849,00	tonelada
Região Norte	42.195,00	tonelada
Região Sudeste	165.184,00	tonelada
Região Sul	137.781,00	tonelada

• 04BE - Ampliar a capacidade estática do parque de armazenagem nacional no âmbito privado

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• 04BF - Aprimorar mecanismos para o desenvolvimento da inteligência estratégica da agropecuária e do abastecimento alimentar e nutricional.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

• 04ZX - Elaboração, implementação, operacionalização e atualização regular de um Plano Diretor de Geoconhecimento e Abertura de Dados Agropecuários.

• 04ZY - Proposições relacionadas à política e estratégia agrícolas, ao fomento e à defesa agropecuária, baseadas em análises de cenários de intensificação e de otimização dos usos agropecuários do território nacional.

• 05CC - Construção de 10 novos armazéns (Santa Catarina, Espírito Santo, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Piauí, Maranhão, Bahia, Rondônia e Goiás), além da ampliação, reforma, recuperação e manutenção da rede armazenadora atual da Conab.

• 05CD - Identificação e mitigação das perdas qualitativas e quantitativas na pós colheita de grãos de milho, soja, trigo, arroz, café e feijão e no transporte de grãos de milho, soja, trigo e arroz.

• 05CF - Certificação de 6.000 unidades armazenadoras que prestam serviços remunerados a terceiros (por CNPJ e capacidade estática).

• 05CH - Apoio à recuperação de 50.000 Km de estradas vicinais

• 05CI - Apoio à formulação do plano agrícola e pecuário, visando à expansão do crédito para a implantação de novas estruturas de armazenagem.

• 05CJ - Elaboração de estudos relacionados a logística e a armazenagem de produtos do agronegócio, no contexto de eficiência econômica, competitividade e uso sustentável das matrizes energéticas, voltados aos polos de produção atuais e a regiões com potencial de crescimento dinâmico da fronteira agrícola.

• 05CK - Elaboração de 2 estudos para subsidiar políticas voltadas a melhoria da infraestrutura e logística visando o escoamento de produtos agropecuários.

• 05CL - Elaboração de estudos para atualização do Plano Nacional de Armazenagem.

• 05CW - Desenvolvimento de sistema de monitoramento de produtividade e estimativa da área de produção, com o uso de métodos agrometeorológicos, espectrais e subjetivos, modelos estatísticos e acompanhamento dos pacotes tecnológicos na produção agrícola.

• 05CX - Realização de análise estrutural e conjuntural da produção agrícola sob a ótica dos custos de produção, subsidiando a tomada de decisão para investimentos na agricultura brasileira.



- 05CY - Mapeamento da cadeia de formação de preços de produtos da cesta básica, desde o produtor até o varejo, sob a perspectiva de consumo.

- 05CZ - Formação e manutenção de estoque estratégico e regulador mediante a aquisição de produtos agrícolas, visando garantir o abastecimento, a segurança alimentar e nutricional e a regulação de preços de mercado, por meio da PGPM e outros instrumentos de política agrícola.

- 05D0 - Realização de estudos para avaliação dos instrumentos de políticas públicas para a agropecuária, que possam subsidiar a criação de novos instrumentos e aprimoramento dos já existentes (PEP, PEPRO, VEP), inclusive por meio de parcerias institucionais.

- 05D1 - Ampliação das opções de comercialização e abastecimento para os pequenos e médios produtores rurais.

- 05D2 - Adequação da estrutura e refinamento das metodologias de fiscalização, controle dos estoques públicos e mecanismos de prevenção de riscos das atividades que envolvam os instrumentos de políticas públicas voltados à agropecuária.

- 05D3 - Levantamento e questionamento das barreiras sanitárias, fitossanitárias e tarifárias aos produtos agropecuários brasileiros.

- 05D4 - Proposição de acordos parciais de comércio para os produtos agropecuários brasileiros.

- 05D5 - Capacitação de exportadores por meio dos seminários: “MAPA no Brasil”

- 05D6 - Ampliação do escopo de atuação dos adidos agrícolas, bem como aumento no número de mercados com adidos

- 05D7 - Promoção dos produtos agropecuários brasileiros nos mercados externos que enfatizem a qualidade, a inocuidade e a sustentabilidade da produção nacional

- 06HP - Construção do observatório agrícola por meio da estruturação dos modelos e indicadores da agropecuária e do abastecimento, das estratégias de aprimoramento de métodos para coleta, tratamento e divulgação das informações e do conhecimento, com o uso intensivo de modernas ferramentas de tecnologia da informação.

- 06I7 - Instrumentalização e qualificação dos sistemas de informações das centrais de abastecimento e equipamentos hortigranjeiros que fornecem dados para a mensuração do volume, origem, preços e formatos de produtos comercializados pelas cadeias produtivas de frutas e hortaliças do país.

- 06N3 - Estruturação das ações de Inteligencia Estratégica, alinhando suas unidades às políticas da Infraestrutura Nacional de Dados Abertos (INDA) e da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Movimentação de aeronaves na aviação regular e não-regular (exceto Aviação Geral)	milhões de unidades	31/12/2014	2,02
Movimentação de carga aérea na aviação regular e não-regular (exceto Aviação Geral)	milhões de toneladas	31/12/2014	1,49
Movimentação de passageiros na aviação regular e não-regular (exceto Aviação Geral)	milhões de unidades	31/12/2014	215,45
Percentual de atrasos superiores a 30 minutos	%	31/12/2014	7,95
Percentual de atrasos superiores a 60 minutos	%	31/12/2014	3,36
Percentual de cancelamento	%	31/12/2014	11,95
Tarifa aérea média nominal	R$	30/06/2014	319,76

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**248.968**	**807.459**
Despesas Correntes	91.046	289.764
Despesas de Capital	157.921	517.696
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**818.695**	**2.683.209**
Recursos Extraorçamentários	**2.485.467**	**5.558.978**
Crédito e Demais Fontes	1.849.249	3.509.490
Gastos Tributários	636.217	2.049.488
Valores Globais	**3.553.130**	**9.049.647**
	12.602.776	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	500.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	500.000

OBJETIVO: 0083 - Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2016-2019

- 0056 - Aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 385 milhões de passageiros, observadas as normas regulamentares de prestação de serviço adequado expedidas pela ANAC.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	39.000.000,00	unidade
Região Nordeste	84.000.000,00	unidade
Região Norte	39.000.000,00	unidade
Região Sudeste	177.000.000,00	unidade
Região Sul	46.000.000,00	unidade



• 0058 - Aumentar a capacidade de processamento de cargas dos terminais de carga aérea para 2,4 milhões de toneladas, por meio de investimentos públicos e privados.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	163.000,00	Tonelada
Região Nordeste	165.000,00	Tonelada
Região Norte	353.000,00	Tonelada
Região Sudeste	1.545.000,00	Tonelada
Região Sul	174.000,00	Tonelada

• 03ZG - Realizar estudos e investimentos para aumentar a disponibilidade de infraestrutura nos 270 aeroportos contemplados no Programa de Aviação Regional.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	31,00	unidade
Região Nordeste	64,00	unidade
Região Norte	67,00	unidade
Região Sudeste	65,00	unidade
Região Sul	43,00	unidade

• 03ZH - Elaborar o Novo Plano Aeroviário Nacional - PAN.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Iniciativas

• 04IP - Adequação da capacidade do Aeroporto de Goiânia.

• 04IQ - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Manaus.

• 006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas.

• 04IW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Vitória.

• 0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins.

• 0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza.

• 0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre.

• 0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão.

• 0647 - Ampliação da acessibilidade em aeroportos, compreendendo o investimento em equipamentos e a adequação de infraestrutura e serviços.

• 0076 - Construção e adequação das infraestruturas aeronáutica civil e aeroportuária de interesse federal.

• 0078 - Construção e adequação dos aeroportos e aeródromos de interesse regional.

• 0079 - Delegação da administração de aeroportos de interesse regional a estados e municípios.

• 04IO - Realização de pesquisa de desempenho operacional nos aeroportos brasileiros com movimento acima de 1 milhão de passageiros/ano.

• 007B - Fomento dos investimentos privados na infraestrutura aeroportuária.

OBJETIVO: 0084 - Ampliar a oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2016-2019

• 005F - Ampliar para 1.000 o número de rotas servidas por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil



• 005G - Ampliar para 150 o número de aeroportos atendidos por transporte aéreo regular de passageiros e cargas.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	19,00	unidade
Região Nordeste	28,00	unidade
Região Norte	46,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	27,00	unidade

Iniciativas

• 007M - Implementação do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional, criado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e estruturação dos órgãos governamentais envolvidos na gestão, acompanhamento e supervisão do Programa.

• 007K - Estímulo à concorrência entre os prestadores de serviços de transporte aéreo regular por meio da redução de barreiras à entrada.

• 007N - Promoção da integração do sistema de aviação civil brasileiro no cenário internacional com ênfase na expansão das capacidades acordadas por ocasião das negociações de Acordos de Serviços Aéreos.

OBJETIVO: 0085 - Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2016-2019

• 005K - Manter, até 2019, o índice anual de acidentes aeronáuticos em nível igual ou melhor que a média mundial, índice de 0,39 no ano de 2013, considerando acidentes aeronáuticos com fatalidade em operações regulares, por 1 milhão de decolagens.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Iniciativas

• 04IS - Promoção de mecanismos de incentivo ao cumprimento consciente dos requisitos regulamentares e aprimoramento da cultura da segurança na aviação civil por meio de ações de qualificação e comunicação.

• 007U - Promoção da melhoria da qualidade regulatória e dos mecanismos de participação social na edição e atualização de normas e requisitos relacionados à infraestrutura aeroportuária e aeronáutica, operações aéreas e aeronavegabilidade.

• 007V - Promoção de mecanismos efetivos de correção da conduta dos entes que colocarem em risco a segurança da aviação civil e a qualidade do transporte aéreo.

OBJETIVO: 0086 - Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2016-2019

• 005P - Formar e/ou capacitar 3.586 profissionais para suprir as demandas decorrentes do crescimento no setor de aviação civil, bem como atender aos padrões normativos em vigor.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

• 005R - Revisar o marco legal do setor de aviação civil.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Iniciativas

• 007W - Promoção de cursos de formação, capacitação e atualização para diversas categorias profissionais ligadas à gestão aérea operacional dos aeroportos públicos civis.



- 04IT - Concessão de bolsas para formação de pilotos e/ou demais categorias profissionais da aviação civil.
- 0084 - Revisão do Código Brasileiro de Aeronáutica (Lei n. 7565, de 19 de dezembro de 1986), legislação e normas infralegais correlatas.
- 007Z - Elaboração de estudos e projetos para o planejamento e gestão da aviação civil.
- 007Y - Identificação de novas tecnologias utilizadas na indústria aeronáutica e desenvolvimento de requisitos para a sua certificação.
- 063N - Inclusão de conteúdos relacionados à acessibilidade e às especificidades de passageiros com deficiência ou necessidade de atendimento especial nas capacitações para gestores de aeroportos públicos.
- 04IU - Promoção da transparência do transporte aéreo por meio do acompanhamento do setor e da publicação de informações à sociedade.

OBJETIVO: 0087 - Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil.

Órgão Responsável: Secretaria de Aviação Civil

Metas 2016-2019

- 005T - Ampliar em 40 aeroportos a prestação de serviços de tráfego aéreo e/ou de sistemas de auxílio à navegação, visando o aumento da segurança operacional e a ampliação da oferta de voos.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	9,00	unidade
Região Nordeste	7,00	unidade
Região Norte	9,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	5,00	unidade

- 03ZI - Desenvolver o marco regulatório para as aeronaves remotamente pilotadas visando sua inserção no setor aéreo de forma segura, harmonizando interesses públicos, privados, científicos e comerciais.

Órgão responsável: Secretaria de Aviação Civil

Iniciativas

- 04IV - Mapeamento das condições operacionais da infraestrutura aeronáutica civil.
- 0085 - Definição dos equipamentos de infraestrutura aeronáutica, tecnologia de navegação aérea e tipo de Estação Prestadora de Serviços de Telecomunicações e deTráfego Aéreo - EPTA.
- 0086 - Levantamento das soluções tecnológicas disponíveis, a fim de aperfeiçoar o fornecimento das informações de voo de forma remota, observando a viabilidade técnica e operacional de cada localidade.
- 0087 - Promoção de pesquisa científica e tecnológica na área de gerenciamento de tráfego aéreo.

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Dispêndio nacional em ciência e tecnologia (C&T) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2013	1,66
Dispêndio nacional em pesquisa e desenvolvimento (P&D) em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	%	31/12/2013	1,24
Número de pedidos de patentes depositados no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) por residentes no país	unidade por ano	31/12/2014	7.297,00
Participação do Brasil em relação ao total mundial em número de artigos publicados em periódicos indexados pela Scopus	%	31/12/2014	2,50
Participação do setor empresarial nos dispêndios nacionais em pesquisa e desenvolvimento (P&D)	%	31/12/2013	42,30
Percentual de empresas industriais com mais de 500 pessoas ocupadas que inovaram	%	31/12/2014	47,80
Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) investidos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste	%	31/12/2014	35,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.842.439**	**10.637.299**
Despesas Correntes	3.485.832	9.467.994
Despesas de Capital	356.607	1.169.305
Recursos Extraorçamentários	**17.844.616**	**60.178.293**
Crédito e Demais Fontes	8.372.000	26.631.000
Gastos Tributários	9.472.616	33.547.293
Valores Globais	**21.687.055**	**70.815.593**
	92.502.648	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0400 - Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 00W0 - Apoiar anualmente 7 mil projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à ciência, tecnologia e inovação.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 040O - Apoiar 300 projetos de expansão, modernização e manutenção da infraestrutura de pesquisa nas instituições científicas e tecnológicas (ICT).

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 04TH - Fortalecimento das atividades de cooperação nacional e internacional (regional, bilateral e multilateral) por meio de parcerias estratégicas.



• 04TI - Ampliação do fomento de projetos em redes de pesquisa.

• 05XS - Ao final do PPA 2016-2019, 35% dos projetos fomentados sejam oriundos das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

• 05XT - Promoção do avanço da ciência e da autonomia tecnológica nacional por meio do apoio a projetos de pesquisa de instituições científicas e tecnológicas (ICTs) brasileiras.

OBJETIVO: 0403 - Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

• 00WJ - Elevar de 61 para 179 o número anual de tecnologias desenvolvidas e aprovadas para transferência de tecnologia nas Unidades de Pesquisa do MCTI.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

• 042Y - Disponibilizar para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo cinco das 13 linhas de luz da nova fonte de Luz Síncrotron de 4ª Geração.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	5,00	unidade

• 042Z - Promover a difusão de conhecimento científico através da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas - OBMEP elevando o número de estudantes participantes de 18 milhões/ano para 24 milhões/ano.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

• 0430 - Expandir, até 2019, a capacidade do Laboratório de Integração e Testes (LIT) para montar, integrar e testar satélites de grande porte e o uso do LIT para apoio a pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I) da indústria.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	percentual

Iniciativas

• 017O - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração.

• 04Q6 - Disponibilização para comunidade científica de sistema de computação de alto desempenho no Sistema Nacional de Computação de Alto Desempenho/SINAPAD.

• 04Q7 - Elevação do número de projetos de instrumentação científica desenvolvidos nas Unidades de Pesquisa do MCTI em cooperação com organizações nacionais e internacionais.

• 04Q8 - Expansão do acesso à comunidade científica brasileira nos laboratórios dos Institutos de Pesquisa do MCTI, permitindo a realização de pesquisa científica de vanguarda a nível mundial nas diversas áreas do conhecimento.

• 04Q9 - Aquisição de um supercomputador para aplicações em meteorologia, climatologia, desastres naturais,observação da terra e ciência do sistema terrestre.

• 05ZK - Elevação do número de artigos científicos indexados no SCI (Science Citation Index) ou Qualis (igual ou superior a B2) publicados por pesquisadores nos Institutos de Pesquisa do MCTI (Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais).

• 04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS.

• 04QP - Desenvolvimento tecnológico de processos para a indústria mineral.

• 06JU - Participação em novos cabos submarinos entre o Brasil e demais continentes provendo alta capacidade, escalável e segura para a comunidade científica e educacional brasileira.

OBJETIVO: 0486 - Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 0431 - Apoiar 4 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de tecnologias digitais, incluindo projetos no segmento de segurança cibernética, internet das coisas, big data e computação em nuvem.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 0432 - Apoiar projetos de 300 empresas nascentes de tecnologias digitais.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 0433 - Capacitar com êxito, por meio de ensino à distância pela plataforma Brasil Mais TI, 100 mil novos alunos para a carreira de tecnologia da informação.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 0434 - Ampliar de 9 para 25 o número de empreendimentos para a fabricação de componentes e dispositivos eletrônicos avançados.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 04QA - Estímulo à cooperação científica entre empresas e centros de pesquisas com base na formação de redes e cooperação internacional.
- 04QB - Apoio à formação e (ou) articulação de atividades de pesquisa e desenvolvimento (P&D) com foco em segurança cibernética.
- 04QD - Apoio à ampliação ou atualização de infraestrutura de pesquisa e de recursos humanos em centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), incluindo a capacitação e formação de engenheiros e de profissionais e pesquisadores em nível de mestrado e doutorado em tecnologias digitais, especialmente nas áreas de componentes e dispositivos eletrônicos avançados de microeletrônica e segurança cibernética.
- 04QE - Revisão e fortalecimento de políticas e regimes de benefícios e incentivos fiscais para o setor de tecnologias digitais.
- 04QG - Apoio à internacionalização de empresas com grande potencial de ofertar inovação em tecnologias digitais.
- 04QH - Articulação de projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas de tecnologias digitais com empresas e centros de pesquisa e desenvolvimento (P&D), especialmente na área de segurança cibernética, internet das coisas, big data e computação em nuvem.

OBJETIVO: 0497 - Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 019Y - Conceder anualmente 17.000 bolsas-ano de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 019Z - Alcançar o número de 22.000 bolsas de mestrado e doutorado concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 01A0 - Conceder 5.100 bolsas voltadas para a internacionalização do Ensino Superior e da ciência, tecnologia e inovação brasileira pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), prioritariamente pelo Programa Ciência sem Fronteiras.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 01A1 - Conceder anualmente 41.000 bolsas-ano de iniciação à pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) no país.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 04LO - Promoção da formação e capacitação de recursos humanos nas Engenharias e demais áreas tecnológicas, com ênfase no processo de parcerias CNPq/Empresas.

OBJETIVO: 1055 - Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 044D - Apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país, distribuídos em todos os estados e no Distrito Federal.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 044E - Apoiar 70 projetos de extensão tecnológica.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 044F - Apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04JU - Implantar dois Centros Tecnológicos para pesquisa e desenvolvimento (P&D) em soluções de mobilidade urbana e logística e educação.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 04U7 - Realização de Olimpíadas do conhecimento e feiras de ciências.
- 04U8 - Fortalecimento e ampliação do número dos espaços científico-culturais como agentes promotores da difusão, popularização e educação científica.
- 04U9 - Realização da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia (SNCT) em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.
- 04UA - Ampliação e interiorização da participação dos municípios brasileiros em eventos e atividades de difusão, popularização e educação científica.
- 04UB - Estímulo e apoio à cooperação científica com base na formação de redes para o fortalecimento de projetos voltados a inovações tecnológicas relacionadas a Rede de Pesquisadores em Soberania e Segurança Alimentar e nutricional, Inclusão Digital, cidades sustentáveis, mobilidade, transporte, habitação, saneamento, desporto e lazer, voltadas para municípios e comunidades tradicionais.

OBJETIVO: 1056 - Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 044R - Estimular 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 044S - Fomentar 1,5 milhão de atendimentos de apoio ao desenvolvimento tecnológico e à inovação em empresas.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 044T - Aumentar de 950 para 1.250 o número de empresas instaladas em parques tecnológicos.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 044U - Apoiar 300 projetos que promovam o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas cadeias produtivas.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 044V - Lançar 12 editais do Programa Inova Empresa II, com articulação entre ministérios e agências, e foco nas prioridades estratégicas definidas pelo Governo Federal.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação



• 044Y - Apoiar, via recursos de crédito ou de participação acionária, 1.000 micro e pequenas empresas de base tecnológica.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

• 04SI - Aumentar de 2.650 para 3.100 as empresas atendidas em incubadoras de empresas.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

• 04QI - Reestruturação e recomposição das fontes de fomento às atividades de ciência, tecnologia e inovação.

• 04QJ - Ampliação das parcerias governamentais e privadas (nacionais e internacionais) entre empresas, instituições de pesquisa científica, agências de fomento e agentes financeiros para absorção das melhores práticas em ciência, tecnologia e inovação e elevação de investimentos.

• 04QK - Aperfeiçoamento do marco regulatório para utilização do poder de compra do Estado.

• 04QO - Implementação de projetos estruturantes de ciência, tecnologia e inovação, baseados em parcerias público-privadas, focados na resolução de problemas concretos para o desenvolvimento do País.

• 0633 - Aumento da eficiência e da otimização da aplicação dos recursos públicos em ciência, tecnologia e inovação, via redução dos prazos de seleção e desembolso de recursos, e via o aprimoramento das técnicas de acompanhamento e avaliação de resultados e impactos.

• 04UQ - Apoio e fortalecimento da Iniciativa Brasileira de Nanotecnologia (IBN) e estabelecimento do marco legal da nanotecnologia.

• 04UR - Consolidação das Redes do Sistema Brasileiro de Tecnologia (SIBRATEC) de Centros de Inovação, de Serviços Tecnológicos e de Extensão Tecnológica, e do Serviço Brasileiro de Respostas Técnicas (SBRT).

• 04US - Apoio ao Programa Nacional de Sensibilização e Mobilização para a Inovação (PROINOVA).

• 04UT - Estímulo ao desenvolvimento de aceleradoras, incubadoras de empresas e parques tecnológicos (PNI).

• 04UU - Ampliação das ações de desenvolvimento tecnológico e inovação, e de articulação institucional em energias renováveis, eficiência energética, redes elétricas inteligentes, petróleo e gás.

• 04UV - Ampliação das ações relativas ao Módulo de Desenvolvimento Tecnológico do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

• 04UW - Promoção do desenvolvimento tecnológico e inovação na cadeia produtiva do etanol no contexto de biorrefinarias integradas.

• 04UX - Ampliação das ações de desenvolvimento tecnológico e inovação em minerais portadores de futuro.

• 04UY - Implementação e consolidação dos Núcleos de Inovação Tecnológica (NIT).

• 04UZ - Aperfeiçoamento dos mecanismos de concessão dos incentivos fiscais para a pesquisa tecnológica e o desenvolvimento de inovação tecnológica.

• 04V4 - Aperfeiçoamento do marco regulatório do fomento à inovação, de forma a facilitar a ampliação dos investimentos em inovação.

• 04V5 - Apoio ao desenvolvimento de micro, pequenas e médias empresas inovadoras e de startups de base tecnológica por meio do aporte de capital, do estímulo ao co-investimento privado e também à ampliação dos mecanismos de crédito, executados de maneira descentralizada.

• 0636 - Apoio à instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de multinacionais no Brasil.

• 0637 - Apoio ao desenvolvimento da indústria de Venture Capital no País por meio do compartilhamento de riscos com o setor privado e pelo aporte, pela Finep, de recursos em empresas inovadoras via participação acionária.

• 0638 - Apoio, via Finep, à aquisição de empresas de base tecnológica no exterior.

• 06Q0 - Elevação da participação do setor empresarial nos investimentos em pesquisa e desenvolvimento (P&D).

OBJETIVO: 1057 - Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019



• 0453 - Apoiar 130 projetos de pesquisa e desenvolvimento em áreas estratégicas.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

• 0454 - Expandir o Sistema de Informação sobre Biodiversidade e Recursos Naturais.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

• 04VE - Fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação voltadas para a bioeconomia, especialmente nas áreas de biotecnologia, fármacos, medicamentos e bioprodutos, considerando as assimetrias regionais.

• 04VF - Fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação em áreas estratégicas como: energia, saúde, biodiversidade, recursos naturais, meteorologia, hidrologia, agropecuária, aquicultura e pesca.

• 04VL - Fomento às atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação visando à segurança hídrica, alimentar e energética.

• 04VP - Fortalecimento e expansão da operação do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira (SiBBr).

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Participação da agricultura familiar no valor da produção do biodiesel	%	31/12/2014	28,27
Participação de biocombustíveis na matriz brasileira de combustíveis automotivos	%	31/12/2014	23,42
Taxa da produção nacional de biodiesel sobre a demanda nacional de biodiesel	%	31/12/2014	100,00
Taxa da produção nacional de etanol sobre a demanda nacional de etanol	%	31/12/2014	114,34
Taxa de exportação de etanol sobre a produção nacional	%	31/12/2014	10,39
Taxa de importação de gasolina A sobre o consumo interno	%	31/12/2014	6,54
Taxa de importação de óleo diesel sobre o consumo interno	%	31/12/2014	18,78
Taxa de importação de Querosene de Aviação - QAV sobre o consumo interno	%	31/12/2014	20,13
Taxa de importação Gás Liquefeito de Petróleo - GLP sobre o consumo interno	%	31/12/2014	28,73

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**117.649**	**284.961**
Despesas Correntes	116.649	281.921
Despesas de Capital	1.000	3.040
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**10.095.926**	**17.463.947**
Recursos Extraorçamentários	**3.320.070**	**8.516.488**
Crédito e Demais Fontes	1.700.000	8.300.308
Gastos Tributários	1.620.070	216.180
Valores Globais	**13.533.645**	**26.265.396**
	39.799.041	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	3.000.000

OBJETIVO: 0054 - Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

• 04SN - Expandir a capacidade de processamento de petróleo em 156 mil barris de petróleo por dia de modo a processar 2.500 mbpd.

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	156,40	mil barris por dia



• 0478 - Ampliar a capacidade da frota de transporte marítimo e hidroviário de petróleo, derivados, GLP e biocombustíveis em 1.208.000 toneladas de porte bruto (tpb).

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 0479 - Acrescentar 4.700.000 unidades de botijões de GLP de 13kg (P13), de forma a melhorar o atendimento ao consumidor doméstico.

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

• 004D - Desenvolvimento de mercados de combustíveis no exterior

• 004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima - RNEST (PE)

• 004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

• 004M - Manutenção, modernização e ampliação do parque de refino

• 004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

• 004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

• 004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

• 00LD - Modernização e ampliação da capacidade logística de distribuição

• 00L8 - Expansão da frota marítima e hidroviária para transporte de petróleo, derivados, gás natural, biocombustíveis e petroquímicos e apoio logístico off-shore - PROMEF

• 00LA - Implantação, expansão e manutenção da malha dutoviária e de ativos logísticos para ampliação da capacidade de escoamento de petróleo, derivados e biocombustíveis

OBJETIVO: 0185 - Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

• 00AY - Atender à estimativa de produção nacional de biodiesel indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia vigente

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 04RO - Atender à estimativa de produção nacional de etanol indicada pelo Plano Decenal de Expansão de Energia Vigente

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

• 00L5 - Implantação e ampliação da capacidade de unidades produtoras de biodiesel, etanol e unidades esmagadoras.

• 064C - Desenvolvimento de mecanismos de apoio à implantação de novas unidades de produção de etanol de 2ª geração.

• 064B - Reavaliação e proposição de mecanismos de financiamento e expansão da produção de biocombustíveis, incluindo o fornecimento de matérias-primas para essa produção.

OBJETIVO: 0553 - Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019



- 01LX - Atender à demanda de etanol tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 04RP - Atender à demanda de biodiesel tendo como referência o Plano Decenal de Expansão de Energia vigente.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 04LY - Garantir o abastecimento de óleo diesel S-10 em 34.389 mil m3 por ano até 2019

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 01LZ - Manter o Índice de Conformidade de Combustíveis superior a 96%

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 04SP - Ampliar em 1 milhão de m³ a capacidade nominal de armazenamento de gasolina, QAV, GLP e diesel nas distribuidoras.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 023V - Avaliação e proposição de ações da política nacional com vistas à promoção da modicidade de preços ao consumidor e da melhoria da qualidade de combustíveis.
- 023T - Elaboração de projeções de oferta e demanda de combustíveis.
- 06M5 - Elaboração de estudo com vistas ao aumento da capacidade de movimentação de derivados.
- 023X - Desenvolvimento de sistemas eletrônicos de gerenciamento da fiscalização da distribuição e revenda de derivados de petróleo, gás natural e biocombustíveis.
- 064D - Reavaliação e proposição de instrumentos regulatórios para o mercado de combustíveis

OBJETIVO: 0604 - Promover o uso racional de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis por meio de medidas de incentivo à eficiência energética.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0480 - Etiquetar 100% dos veículos leves fabricados e comercializados no Brasil com a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 02CU - Promoção da conscientização sobre o uso eficiente de derivados do petróleo e do gás natural
- 02CV - Promoção de estudos e projetos visando a regulamentação da Lei n° 10.295, de 17/10/01, acrescentando novos equipamentos à lista de Indicadores e Níveis Mínimos de Eficiência Energética e promovendo melhorias naqueles já existentes, no que diz respeito aos equipamentos que consomem derivados do petróleo e do gás natural
- 02CY - Realização de estudos e projetos para estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis

OBJETIVO: 0187 - Qualificar e consolidar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel por meio do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 04QQ - Promover a diversificação das matérias-primas adquiridas da agricultura familiar no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário



• 04QR - Ampliar a participação da agricultura familiar no Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 04QS - Promover a inserção de 100% dos Agricultores Familiares participantes do PNPB no Cadastro Ambiental Rural – CAR.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

• 00LF - Análise e monitoramento do Selo Combustível Social

• 06J5 - Apoio a projetos e estudos necessários à inserção e qualificação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

• 00LJ - Revisão e criação de instrumentos legais relacionados, com ênfase na qualificação da assistência técnica prestada aos agricultores familiares e na diversificação das matérias-primas adquiridas no âmbito do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel.

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Exportação Total de Bens (acumulado em 12 meses)	US$ milhão FOB	28/02/2015	218.936,90
Exportação Total de Serviços (acumulado em 12 meses)	US$ milhão	28/02/2015	39.869,00
Participação Brasileira no Comércio Mundial de Bens	%	31/12/2014	1,18
Participação Brasileira no Comércio Mundial de Serviços	%	31/12/2014	0,80
Participação das Exportações da Indústria de Alta e Média-Alta Intensidade Tecnológica nas Exportações de Produtos Industriais	%	31/12/2014	31,90
Taxa de Participação das Exportações Amparadas pelo Regime Aduaneiro Especial de Drawback em Relação ao Valor Total das Exportações Brasileiras	%	31/12/2014	23,70

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.392.522**	**10.870.882**
Despesas Correntes	2.159.397	3.566.960
Despesas de Capital	2.233.124	7.303.922
Recursos Extraorçamentários	**16.471.992**	**49.727.486**
Crédito e Demais Fontes	16.439.000	49.621.400
Gastos Tributários	32.992	106.086
Valores Globais	**20.864.514**	**60.598.368**
	81.462.882	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 0805 - Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 043F - Elaborar novos regulamentos de subsídios e medidas compensatórias, e de salvaguardas.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 043G - Reduzir o prazo médio de análise das petições de investigações originais antidumping de 60 para 45 dias.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 0396 - Desenvolvimento de sistema informatizado para processamento de dados relativos ao dumping e aos indicadores da indústria doméstica no contexto das investigações antidumping.
- 04RO - Desenvolvimento evolutivo do Sistema DECOM Digital, sistema informatizado para submissão e disponibilização das informações constantes dos processos de defesa comercial.
- 04RP - Aumento da transparência e busca de maior celeridade no acesso às informações dos processos de defesa comercial, por meio do Sistema DECOM Digital.

OBJETIVO: 0807 - Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 02P8 - Aumentar de 58 para 70 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-equalização.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 02P9 - Aumentar de 83 para 107 o número de empresas com cobertura do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) em operações com prazo superior a dois anos.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 02PA - Aumentar de 487 para 550 o número de empresas beneficiadas pelo PROEX-financiamento.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 043N - Ampliar de 6 para 10 o número de países parceiros do Programa Mais Alimentos Internacional.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04S9 - Aprimoramento do Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME), em operações com prazo inferior a dois anos, pela implementação de sistema e de procedimentos para contratação direta do produto por instituições financeiras na modalidade pré-embarque.
- 04SA - Articulação junto às instituições financeiras privadas para uma maior utilização da garantia dada pelo Seguro de Crédito à Exportação (SCE), ao amparo do Fundo de Garantia à Exportação (FGE).
- 04SB - Articulação junto a Agências de Crédito à Exportação de outros países para o compartilhamento de risco quando o projeto envolver diversas origens.
- 04SC - Articulação com agentes públicos e privados com o intuito de diversificar o mecanismo de financiamento a exportações de máquinas e implementos agrícolas no âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional.

OBJETIVO: 0808 - Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 0441 - Possibilitar que empresas atendidas pelo Plano Nacional da Cultura Exportadora, que ainda não exportem, realizem a primeira exportação.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03A5 - Capacitação de empresários, gestores públicos e profissionais de comércio exterior através dos treinamentos: Formação de Agentes de Comércio Exterior, Treinamentos para Empresários Proprietários de Empresas de Pequeno Porte (EPP) e Curso Básico de Exportação.
- 03AI - Elaboração anual do Plano Nacional da Cultura Exportadora e de seu desdobramento para as unidades da federação, permitindo sintonia e alinhamento institucional, e, com isso, otimizando os resultados do conjunto de ações de apoio às exportações desenvolvidas nas unidades da federação.
- 04SU - Elaboração de novas versões da série Aprendendo a Exportar, orientada para o aprendizado dos procedimentos operacionais da exportação, com abordagem de diversas áreas temáticas de interesse do exportador, incluindo uma central de atendimento, simulador do preço de exportação, e o fluxo lógico e operacional do processo de exportação.
- 04SV - Realização de Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), fórum de interlocução da política de comércio exterior com o setor privado, envolvendo desde palestras sobre diferentes temas para quem deseja exportar até atendimentos individuais aos participantes.
- 04SW - Atendimento de empresas com potencial exportador, por meio do Projeto Primeira Exportação, auxiliando as empresas desde o diagnóstico até a exportação com o apoio de universidades e de entidades parceiras de comércio exterior.



• 04SX - Elaboração de plano de exportação voltado para fronteiras e cidades gêmeas sob jurisdição da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), de forma a ampliar a balança comercial dos municípios de fronteira, assegurando a legalidade do comércio.

OBJETIVO: 0809 - Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

• 0442 - Incluir 1.500 empresas do setor de serviços na página eletrônica da Vitrine do Exportador.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	percentual
Região Nordeste	12,00	percentual
Região Norte	3,00	percentual
Região Sudeste	65,00	percentual
Região Sul	15,00	percentual

• 0443 - Realizar 16 missões governamentais em mercados prioritários.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

• 04T6 - Implementação da segunda fase do Projeto Brasil Export (MDIC, MRE e MAPA) que consolida o acervo de informações sobre oportunidades de comércio exterior e investimentos.

• 04T7 - Interlocução com o setor privado para identificação e definição de estratégias de estímulo às exportações de bens e serviços.

• 04T8 - Desenvolvimento de metodologia de inteligência comercial para o setor de serviços em apoio à promoção das exportações com a elaboração de estudos sobre mercados prioritários para o setor.

• 04TA - Inclusão do setor de serviços na página eletrônica Vitrine do Exportador visando dar maior visibilidade aos produtos do setor.

• 04TB - Apoio à implantação e operação das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) no País.

• 04TC - Divulgação do regime de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) e de suas oportunidades de negócio para empresas nacionais, estrangeiras e sociedade civil organizada.

• 04TD - Desenvolvimento evolutivo das atuais ferramentas de promoção comercial, como o instrumento de consulta e análise de dados, RADAR COMERCIAL, e o Sistema de Análise das Informações de Comércio Exterior (ALICEWeb), por meio da criação de novas funcionalidades.

• 06SD - Participação brasileira na Exposição Universal de Milão

OBJETIVO: 0816 - Ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

• 045V - Negociar 20 novos acordos comerciais ou acordos de investimento.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

• 04WI - Negociação de novos acordos comerciais e de investimento e aprofundamento de acordos comerciais existentes.

• 04WJ - Aprofundamento e ampliação de mecanismos de diálogos comerciais bilaterais e regionais visando a melhoria das relações comerciais.



- 04WK - Abertura de consultas em foros bilaterais, multilaterais e regionais para questionamento de barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias.
- 04WL - Desenvolvimento evolutivo de sistema de monitoramento de barreiras tarifárias e não tarifárias às exportações brasileiras.
- 04WM - Interlocução com o setor privado para identificação e superação de barreiras comerciais tarifárias e não tarifárias.

OBJETIVO: 1061 - Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 0462 - Implementar o Portal Único de Comércio Exterior.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 0463 - Aumentar de 24% para 26,4% a participação das exportações amparadas pelo regime de Drawback no total das exportações brasileiras.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 0464 - Realizar 32 seminários sobre operações de comércio exterior.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 04XR - Revisão, em coordenação entre os órgãos da Administração intervenientes no comércio exterior, dos processos, regras e exigências administrativos necessários para a conclusão de operações de importação, exportação e trânsito aduaneiro com vistas à redução dos custos de conformidade a eles relacionados. (Portal Único).
- 04XS - Desenvolvimento de sistemas para a gestão automatizada dos processos revisados, de acordo com os princípios de guichê único e com o art. 9º-A do Decreto nº 660, de 1992.
- 04XT - Revisão de processos e exigências no desenvolvimento e implementação de sistemas componentes do Portal Único de Comércio Exterior em cooperação com o setor privado.
- 04XU - Aprimoramento dos procedimentos de concessão, administração e encerramento dos atos relativos às modalidades Suspensão e Isenção do Regime Aduaneiro Especial de Drawback, com o objetivo de facilitar o acesso ao Drawback, em especial por pequenas e médias empresas.
- 04XV - Desenvolvimento de sistema que unifique em um único módulo a administração das modalidades Suspensão e Isenção do Regime Aduaneiro Especial de Drawback, integrando-o ao Portal Único de Comércio Exterior.
- 04XW - Disseminação de informações, esclarecimento de dúvidas e orientação dos usuários visando aumentar a eficiência das operações de comércio exterior.
- 04XX - Modernização dos processos, regras e exigências administrativas necessários à concessão de financiamento público às exportações.
- 04XY - Desenvolvimento de sistema visando integrar ao Portal Único de Comércio Exterior a concessão e controle do financiamento oficial às exportações.
- 04XZ - Desenvolvimento, com países parceiros comerciais estratégicos, de atividades conjuntas com vistas à cooperação e compartilhamento de experiências e informações relacionadas às iniciativas de facilitação do comércio internacional.
- 04Y0 - Aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (SISCOSERV), visando simplificar a inclusão de informações.
- 04Y1 - Implantação de ferramenta de análise das informações de comércio exterior de serviços com base nos dados do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços, Intangíveis e Outras Operações que Produzam Variações no Patrimônio (SISCOSERV).
- 04Y2 - Aperfeiçoamento do marco legal do regime brasileiro de Zonas de Processamento de Exportação (ZPE).

OBJETIVO: 1115 - Aprimorar o controle aduaneiro do comércio exterior, com vistas à facilitação dos procedimentos e exigências, garantindo a segurança no fluxo de bens e mercadorias.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2016-2019

- 04F1 - Diminuir o tempo médio total para liberação de bens e mercadorias na importação, de 17 para 10 dias, e na exportação, de 13 para 8 dias.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 05M3 - Implementação de plataforma do Portal Único do Comércio Exterior com interface com informações especificas para cada interveniente, permitindo, a partir de um único local, acessar os atuais e futuros sistemas relacionados ao comércio exterior (sistemas de controle fiscal, aduaneiro e administrativo) e que permita aos órgãos públicos intervenientes publicarem conteúdos de forma simples, ágil e sem a necessidade de intervenção de equipes de tecnologia da informação.

- 05M4 - Implementação do Projeto Novo processo de Exportação, visando criar fluxo contínuo de informações através do Portal Único de Comércio Exterior, integrado à Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), ao tratamento administrativo e ao catálogo de produtos, de acordo com as necessidades dos diversos intervenientes.

- 05M5 - Implementação do Projeto Cadastro de Intervenientes, visando criar canal único de gestão do cadastro de intervenientes, com utilização compartilhada ou, quando isso não for possível, disponibilização da base para replicação nos sistemas dos outros órgãos, de acordo com o layout específico para atender suas necessidades, além da criação de um cadastro de operadores estrangeiros.

- 05M6 - Implementação do Projeto Catálogo de Produtos que permita o detalhamento das informações e características do produto em momento e local único, com reuso da informação em todas as etapas das operações do comercio exterior e, também, a manutenção do registro das transações comerciais associadas.

- 05M7 - Implementação do Projeto de anexação eletrônica de documentos digitais e imagens captadas de scanners ao processo de exportação, importação e catálogo de produtos, permitindo a disponibilização desses documentos e informações a todos os órgãos envolvidos no processo, conforme suas necessidades.

- 05M8 - Implementação do Projeto Harmonização de Dados, visando compartilhar informações prestadas no comércio exterior por todos os intervenientes públicos do Brasil e dos demais países, seguindo padrões internacionais da Organização Mundial de Aduanas (OMA) / Data Model e da Organizações das Nações Unidas (ONU) / United Nation Trade Data Element Directory.

- 05M9 - Implementação do Projeto Novo Processo de Importação, com vistas à criação de um fluxo contínuo de informações, através do Portal Único de Comércio Exterior, com emissão da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) a partir de informação oriunda do processo de importação, de acordo com as necessidades dos diversos intervenientes.

- 05MA - Implantação do Programa Operador Econômico Autorizado (OEA), em consonância com as diretrizes da Organização Mundial de Aduanas (OMA), proporcionando maior agilidade na importação e na exportação, por intermédio de controle aduaneiro prévio que garanta segurança no fluxo do comércio exterior.

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Exportações de equipamentos de telecomunicações	US$ milhão FOB	31/12/2014	97,50
Faturamento da indústria do setor de telecomunicações	R$ milhão	31/12/2014	29.592,00
Número de domicílios com TV por assinatura	unidade	31/12/2014	19.756.156,00
Número de usuários de internet com acesso em banda larga móvel e fixa	unidade	31/12/2013	85.600.000,00
Percentual da população com cobertura de telefonia móvel	%	26/06/2014	82,00
Percentual da população que é usuária da internet	%	31/12/2013	49,40
Percentual da população que é usuária de internet exclusivamente por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador	%	31/12/2013	4,10
Percentual da população rural que é usuária de internet	%	31/12/2013	18,60
Percentual da população rural que é usuária de internet exclusivamente por meio de equipamentos eletrônicos diferentes do microcomputador	%	31/12/2013	2,90
Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga	%	31/12/2013	46,85
Percentual de domicílios com acesso à internet em banda larga exclusivamente móvel (3G ou 4G)	%	31/12/2013	20,89
Percentual de domicílios com posse de televisão de tela fina	%	31/12/2013	24,30
Percentual de domicílios com recepção de sinal digital de televisão aberta	%	31/12/2013	31,20
Percentual de domicílios rurais com acesso à internet em banda larga	%	31/12/2013	13,10
Percentual de domicílios rurais com acesso à internet em banda larga exclusivamente móvel (3G ou 4G)	%	31/12/2013	5,40
Percentual de domicílios sem recepção de sinal digital de televisão aberta, antena parabólica ou acesso a serviço de TV por assinatuta	%	31/12/2013	28,50
Percentual de escolas públicas com internet em banda larga	%	31/12/2014	42,86
Percentual de escolas públicas rurais com internet em banda larga	%	31/12/2014	8,10
Velocidade média do acesso à internet em banda larga das escolas públicas urbanas abrangidas pelo Programa Banda Larga nas Escolas Públicas Urbanas - PBLE	Mbps	23/02/2015	1,90

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**557.214**	**1.826.671**
Despesas Correntes	285.438	936.892
Despesas de Capital	271.775	889.779
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**652.583**	**2.420.342**
Recursos Extraorçamentários	**8.494.603**	**18.932.937**
Crédito e Demais Fontes	587.600	3.950.000
Gastos Tributários	7.907.003	14.982.937
Valores Globais	**9.704.400**	**23.179.950**
	32.884.350	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	500.000

OBJETIVO: 1020 - Expandir o acesso à internet em banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2016-2019

- 048G - Aumentar a velocidade média da banda larga fixa

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

- 048H - Aumentar a proporção de acessos da banda larga móvel (3G/4G) para 90% dos acessos móveis pessoais

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	91,70	percentual
Região Nordeste	89,80	percentual
Região Norte	86,40	percentual
Região Sudeste	91,40	percentual
Região Sul	87,10	percentual

- 048I - Ampliar a parcela da população coberta com rede de transporte (backhaul) óptica

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

- 04EC - Disponibilizar o serviço de banda larga móvel em todos os municípios do país

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual
Região Sul	100,00	percentual

- 048J - Alcançar 1 milhão de participantes pelos Programas de Inclusão Digital

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	unidade
Região Nordeste	500.000,00	unidade
Região Norte	100.000,00	unidade
Região Sudeste	250.000,00	unidade
Região Sul	100.000,00	unidade

- 048K - Implantar 262 cidades digitais

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	17,00	unidade
Região Nordeste	119,00	unidade
Região Norte	34,00	unidade
Região Sudeste	68,00	unidade
Região Sul	24,00	unidade

- 048L - Atender 11.000 áreas de vulnerabilidade digital com acesso à internet pelo Programa GESAC

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	398,00	unidade
Região Nordeste	6.515,00	unidade



Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	2.073,00	unidade
Região Sudeste	1.412,00	unidade
Região Sul	602,00	unidade

Iniciativas

- 02YT - Disponibilização das comunicações estratégicas e de banda larga por meio do lançamento de um Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC e a correspondente implantação dos sistemas em terra para o seu controle e utilização
- 0551 - Disponibilização das comunicações de dados entre o Brasil e a Europa através do lançamento de cabo submarino entre os continentes
- 0552 - Implantação da Rede Privativa da Administração Pública Federal
- 0553 - Realização de leilões reversos para viabilizar a implantação de redes ópticas de transporte
- 055D - Articulação para disponibilização de mecanismo de acesso a crédito para financiar a implantação de redes ópticas de acesso por pequenos e médios provedores
- 055M - Reavaliação do modelo de gestão da qualidade de serviços de telecomunicações
- 055N - Reavaliação do modelo de gestão de espectro de radiofrequências destinado à prestação dos serviços de telecomunicações
- 055O - Reavaliação do modelo de autorização e licenciamento de serviços de telecomunicações
- 055P - Reavaliação da regulamentação sobre o licenciamento de estações de telecomunicações
- 055Q - Disponibilização de espectro de radiofrequências para a prestação de serviços de telecomunicações que suportem o acesso à internet em banda larga
- 055R - Reavaliação do regime e escopo da prestação dos serviços de telecomunicações
- 055W - Atingimento de 10.000 Pontos de Inclusão Digital
- 055X - Revitalização e ampliação da rede brasileira de inclusão digital
- 06OS - Implantação de redes de fibras óticas subfluviais na Região Amazônica (Projeto Amazônica Conectada)
- 06OT - Implantação do Sistema Nacional de Comunicações Críticas (SISNACC)

OBJETIVO: 1021 - Viabilizar a implantação da TV Digital com inclusão social

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2016-2019

- 0481 - Implantar a TV Digital em 3.244 municípios, em substituição ao padrão analógico

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	327,00	unidade
Região Nordeste	857,00	unidade
Região Norte	315,00	unidade
Região Sudeste	1.137,00	unidade
Região Sul	608,00	unidade

- 0482 - Distribuir conversores digitais para os 100% dos domicílios beneficiários do Programa Bolsa Família

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual
Região Sul	100,00	percentual



- 0483 - Disponibilizar gratuitamente 24 aplicativos interativos de TV Digital, à população

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Iniciativas

- 053O - Fomento à capacitação de profissionais técnicos em TV Digital
- 053P - Fomento à digitalização dos pequenos radiodifusores
- 053Q - Desenvolvimento do projeto de disseminação GINGA (middleware para aplicações de TV digital)
- 053R - Fomento à Rede Varejista de Equipamentos para a TV Digital
- 053S - Realização de campanha de divulgação e atendimento ao público sobre o processo de implantação da TV Digital
- 053T - Manutenção do repositório de aplicativos interativos para TV Digital
- 062Z - Distribuição de kit digital para beneficiários do Programa Bolsa Família
- 0630 - Digitalização de estações analógicas de TV e RTV existentes

OBJETIVO: 1022 - Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2016-2019

- 048P - Ampliar o número de rádios e televisões educativas em 140 novas estações

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	unidade
Região Nordeste	72,00	unidade
Região Norte	20,00	unidade
Região Sudeste	24,00	unidade
Região Sul	12,00	unidade

- 048Q - Alcançar 90% dos municípios brasileiros, que possuem Instituições de Ensino Superior Públicas, com pelo menos uma estação de Radiodifusão Educativa

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

- 048R - Ampliar o número de geradoras de televisão comerciais em 55 novas estações

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

- 048S - Ampliar o número de Rádios Comunitárias no país em 400 novas estações

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	32,00	unidade
Região Nordeste	148,00	unidade
Região Norte	36,00	unidade
Região Sudeste	108,00	unidade
Região Sul	76,00	unidade

- 048T - Alcançar 75% dos municípios brasileiros com pelo menos uma estação de Rádio Comunitária

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

- 048U - Disponibilizar os serviços postais de atendimento a 100% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual
Região Sul	100,00	percentual

- 048V - Disponibilizar os serviços postais de distribuição postal externa a 97,5% dos distritos com população igual ou superior a 500 habitantes

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	96,20	percentual
Região Nordeste	99,20	percentual
Região Norte	97,90	percentual
Região Sudeste	99,10	percentual
Região Sul	93,00	percentual

- 04MT - Entregar objetos postais, dentro do prazo, em 92,5% das remessas

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	92,50	percentual
Região Nordeste	92,50	percentual
Região Norte	92,50	percentual
Região Sudeste	92,50	percentual
Região Sul	92,50	percentual

Iniciativas

- 05LP - Elaboração e publicação do Plano Nacional de Outorgas de Radiodifusão Comunitária e Educativa
- 05LQ - Desenvolvimento de políticas públicas de Radiodifusão visando a inclusão social
- 05LR - Publicação de novas normas de Radiodifusão Comunitária e Educativa
- 05LS - Implementação dos canais do Poder Executivo
- 05LT - Fortalecimento do Canal Cidadania
- 05LU - Desenvolvimento de ações de capacitação de radiodifusores
- 05LV - Desenvolvimento de políticas de acesso às informações sobre a Radiodifusão
- 0648 - Implantação de pontos de atendimento postal
- 0649 - Implantação de pontos de entrega postal
- 064A - Modernização do processo produtivo postal

OBJETIVO: 1023 - Incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2016-2019

- 048W - Disponibilizar de forma gratuita ao cidadão 400 aplicativos de utilidade pública

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

- 048X - Viabilizar a consolidação de 10 Arranjos Produtivos Locais-APL Conteúdos Digitais Criativos

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- 04S4 - Fomentar a produção de 500 aplicativos nacionais por meio da política de desoneração de smartphones

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Iniciativas

- 054X - Instituição da Política Nacional de Conteúdos Digitais Criativos
- 054Y - Promoção do Concurso INOVApps

OBJETIVO: 1062 - Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, cientifica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

- 04CK - Ampliar a cobertura em sinal digital da TV Brasil, por meio da geração própria ou da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão

Órgão responsável: Presidência da República

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	47,20	percentual
Região Nordeste	49,50	percentual
Região Norte	47,60	percentual
Região Sudeste	66,60	percentual
Região Sul	36,90	percentual

- 04CL - Ampliar a cobertura das Rádios Públicas, por meio da Rede Nacional de Comunicação Pública de Rádio

Órgão responsável: Presidência da República

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	26,40	percentual
Região Nordeste	25,20	percentual
Região Norte	14,40	percentual
Região Sudeste	10,20	percentual
Região Sul	29,00	percentual

Iniciativas

- 05GA - Contribuição para o acesso universal às políticas públicas por meio da TV Digital Interativa com a implantação do Programa BRASIL 4D
- 05GB - Fomento de parcerias para a ampliação da oferta de conteúdos multimídia diversificados e atrativos de forma interativa e em colaboração com a sociedade
- 05GD - Promoção da expansão da infraestrutura de transmissão da Rede Nacional de Comunicação Pública de Televisão, Rádio e Web fortalecendo o Sistema Público de Radiodifusão e Comunicação

OBJETIVO: 1135 - Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações

Órgão Responsável: Ministério das Comunicações

Metas 2016-2019



• 04IJ - Ampliar para 70% a proporção de modelos de smartphone com tecnologia 4G produzidos no Brasil, dentre os beneficiados pela "Lei do Bem"

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

• 04IK - Aumentar em 20% a quantidade de habilitações de produtos de telecomunicações produzidos no Brasil cumprindo o Processo Produtivo Básico

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

• 04IL - Gerar 80 registros de patentes de produtos desenvolvidos com apoio do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações – Funttel

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

• 04IM - Chegar a 20 milhões de acessos do tipo máquina a máquina

Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Iniciativas

• 05VY - Lançamento de edital conjunto de fomento à inovação (MC, BNDES e FINEP) baseado na Agenda Tecnológica Estratégica: articulação, focalização e potencialização dos recursos públicos de fomento à inovação em TICs

• 05VZ - Contribuição para o desenvolvimento da indústria nacional por meio do uso dos instrumentos de poder de compra e encomenda tecnológica governamental na área das comunicações (Telebrás)

• 05W1 - Estímulo à parcerias entre as empresas e centros de pesquisa nacionais

• 05W2 - Apoio à participação de empresas e instituições do setor de telecomunicações do país em eventos internacionais do setor

• 05W3 - Desenvolvimento de Agenda Tecnológica Estratégica para o setor, atualizável periodicamente e pactuada, entre outros, com Governo (MDIC, MCTI e MEC), agências de fomento (BNDES, FINEP), ANATEL, setor privado (fabricantes, associações de classe, operadoras) e comunidade científica e tecnológica (ICTs e Universidades)

• 05W4 - Fomento do processo de inovação tecnológica no setor de telecomunicações por meio do desenvolvimento de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação - PD&I - em centros de pesquisa e universidades

• 05W5 - Promoção do acesso das empresas nacionais a recursos de capital

• 05W6 - Fomento da capacitação de profissionais da cadeia produtiva do setor de telecomunicações do Brasil

• 064E - Implantação de estratégia de inovação de longo prazo em telecomunicações, com coordenação de diferentes instrumentos de apoio a projetos que ampliem a segurança nacional, apoiem ações de inclusão digital, aprofundem domínio tecnológico em áreas críticas e promovam o adensamento produtivo local

• 064F - Financiamento, via BNDES, de R$ 200 milhões em projetos de desenvolvimento tecnológico, inovação e comercialização de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) com tecnologia nacional

• 064G - Lançamento do Plano Nacional de M2M/Internet das Coisas

PROGRAMA: 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de acordos de repartição de benefícios de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional firmados	unidade	31/12/2014	38,00
Número de cadastros de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado	unidade	31/12/2014	355,00
Número de notificações de produto acabado registradas pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético - CGen	unidade		
Percentual da área de floresta pública concedida	%	01/07/2014	0,02
Percentual da área de propriedades rurais cadastradas no Cadastro Ambiental Rural - CAR	%	30/05/2015	53,56
Percentual de área regularizada das Unidades de Conservação Federais	%	18/06/2015	19,63
Percentual de cobertura vegetal anual em Assentamentos da Reforma Agrária beneficiados pelo Programa Bolsa Verde	%	31/12/0014	91,20
Percentual de cobertura vegetal anual em Unidades de Conservação Federais beneficiadas pelo Programa Bolsa Verde	%	31/12/2014	98,78
Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção com Planos de Ação para recuperação e conservação	%	31/12/2014	42,45
Percentual de espécies da fauna ameaçadas de extinção representadas em Unidades de Conservação federais	%	18/06/2015	41,60
Percentual de espécies da fauna que tiveram o risco de extinção reduzido	%		
Percentual de espécies da flora ameaçadas de extinção representadas em Unidades de Conservação federais	%	18/06/2015	70,30
Percentual de espécies da flora avaliadas quanto ao risco de extinção	%	31/12/2014	11,35
Percentual de espécies da flora com Planos de Ação para recuperação e conservação	%	18/06/2015	4,35
Percentual de Unidades de Conservação federais com Conselhos Gestores formados	%	18/06/2015	82,81
Percentual de Unidades de Conservação federais com Plano de Manejo	%	18/06/2015	48,44
Percentual de Unidades de Conservação federais demarcadas	%	18/06/2015	24,31
Percentual do Território coberto por Unidades de Conservação federais	%	17/02/2015	8,90
Recursos financeiros depositados pelo usuário no Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios	R$		

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**410.011**	**1.136.019**
Despesas Correntes	385.809	1.094.131
Despesas de Capital	24.202	41.888
Recursos Extraorçamentários	**371.895**	**1.026.931**
Crédito e Demais Fontes	371.895	1.026.931
Valores Globais	**781.906**	**2.162.950**
	2.944.856	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000



OBJETIVO: 1078 - Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 0484 - Reduzir o risco de extinção de 10% das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de espécies ameaçadas de Extinção.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 0485 - Integrar, harmonizar e padronizar as informações de gestão do uso da biodiversidade nas 27 unidades da federação visando garantir sua sustentabilidade.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 0486 - Controlar 3 espécies exóticas invasoras, mitigando o impacto sobre a biodiversidade brasileira.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 0488 - Ampliar de 500 mil para 2 milhões o número de registros de ocorrência de espécies visando à disponibilização de conhecimento sobre a biodiversidade para a sociedade.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 053U - Avaliação do estado de conservação e das vulnerabilidades das espécies da fauna e da flora brasileira ameaçadas de extinção, elaboração e implementação dos planos de ação.
- 053V - Avaliação do impacto do comércio internacional sobre as espécies da flora e fauna ameaçadas de extinção visando propor emendas aos Anexos da CITES (Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção).
- 053W - Promoção da destinação adequada de animais silvestres recepcionados pelos órgãos ambientais federais.
- 053X - Publicação da lista nacional de espécies ameaçadas de extinção e elaboração de instrumentos de gestão, incluindo o desenvolvimento de programas de conservação ex situ de espécies ameaçadas.
- 053Z - Implementação e monitoramento dos acordos de cooperação técnica para gestão florestal e faunística e promoção da capacitação dos órgãos do Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA para operacionalização dos sistemas de informação (SINAFLOR, SISFAUNA).
- 0540 - Desenvolvimento e aprimoramento de normas relacionadas ao monitoramento, manejo, destinação e recuperação dos recursos da flora e da fauna.
- 0541 - Harmonização das políticas de gestão do uso da biodiversidade entre os entes da federação.
- 0542 - Revisão e atualização do arcabouço legal aplicável ao controle de introdução e reintrodução de espécies exóticas e elaboração e edição de listas oficiais nacionais das espécies exóticas invasoras por ambiente (marinho, águas continentais e terrestre).
- 0543 - Desenvolvimento e implementação de planos de controle para prevenção, detecção precoce, erradicação, e monitoramento de espécies exóticas invasoras.
- 0545 - Implementação do sistema eletrônico de Documento de Origem de Pescado – DOP.
- 0546 - Avaliação do status de uso das principais espécies da biodiversidade aquática brasileira afetadas pela atividade pesqueira.
- 0547 - Desenvolvimento e implementação de programas para geração de conhecimento das espécies da biodiversidade.
- 0548 - Desenvolvimento, implementação, atualização e integração de sistemas de informação sobre a biodiversidade brasileira: SISBio, Espécies, Portal da Biodiversidade, JABOT, SIBBr/MCTI.
- 0549 - Fortalecimento e ampliação de programa de monitoramento da biodiversidade com ênfase em espécies ameaçadas ou de especial interesse.
- 054B - Avaliação de impacto sobre espécies ameaçadas no âmbito do licenciamento ambiental.
- 054I - Implementação de plano de ação de formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos com a Agenda Biodiversidade.

OBJETIVO: 1063 - Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do

conhecimento oriundos da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 046W - Deliberar sobre 85% dos processos instruídos no âmbito do CGEN, anualmente

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 050O - Regulamentação participativa da Lei nº 13.123/2015 – Lei da Biodiversidade.
- 050P - Implementação do cadastro de acesso e remessa de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.
- 050Q - Implementação do Fundo Nacional de Repartição de Benefícios.
- 050R - Implementação do Sistema Integrado de Gestão do Patrimônio Genético e Conhecimento Tradicional Associado – SISGEN.
- 050S - Aprimoramento dos procedimentos do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético (CGEN) de autorização e regularização, bem como do julgamento das multas em ultima instância administrativa.
- 050T - Elaboração, revisão e implementação de normativos infralegais relativos a registro de patentes e produtos.
- 050U - Difusão e implementação de Protocolos comunitários de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar (PCTAFs), que estabelecem mecanismos e regras para acesso e repartição de benefícios de conhecimento tradicional associado.
- 050V - Elaboração e atualização de Enciclopédia Nacional de Conhecimento Tradicional Associado.
- 050W - Integração de políticas públicas de fomento a pesquisa, desenvolvimento e inovação - PD&I à estratégia de desenvolvimento da economia de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.
- 050X - Criação e gestão da Rede Agentes de Capacitação e Valorização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado.
- 050Y - Consolidação da estratégia com BRICS, UNASUL e MERCOSUL para harmonizar os sistemas nacional e internacional de acesso e repartição de benefícios e o tratamento do conhecimento tradicional associado como Propriedade Intelectual.

OBJETIVO: 1064 - Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 046X - Promover a gestão do Sicar - Sistema de Cadastro Ambiental Rural no monitoramento da regularização ambiental dos imóveis rurais do Brasil.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 046Y - Incentivar a recuperação de 20% das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderiram ao Programa de Regularização Ambiental – PRA.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 05Q4 - Financiamento de projetos para recuperação florestal, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF.
- 05Q5 - Acompanhamento da implementação do Cadastro Ambiental Rural – CAR.
- 05Q6 - Aquisição, qualificação e disponibilização de imagens de satélite para o CAR, órgãos públicos e entes federativos.



• 05Q7 - Promoção da recuperação ambiental e uso sustentável das áreas de reserva legal, de preservação permanente, de uso restrito, de interesse ambiental, prioritárias para a conservação da biodiversidade e de bacias hidrográficas críticas.

• 05Q8 - Promoção do pagamento por Serviços Ambientais - PSA.

• 05Q9 - Capacitação de 1000 técnicos dos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente na operação dos módulos do Sicar.

OBJETIVO: 1065 - Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

• 046Z - Ampliar de 70 mil para 90 mil as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 0470 - Beneficiar com Ações de Inclusão Produtiva 15 unidades de conservação de uso sustentável federais, territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar, com ênfase na promoção dos produtos da sociobiodiversidade.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade

Iniciativas

• 050Z - Elaboração de proposta de territorialização de áreas de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, visando à concentração e integração de políticas públicas de inclusão socioprodutiva.

• 0510 - Promoção, de forma conjunta com as comunidades tradicionais, do ordenamento do uso dos recursos naturais em unidades de conservação federais.

• 0511 - Instituição e difusão de boas práticas de manejo para 30 espécies do extrativismo, visando estabelecer parâmetros técnicos para o manejo sustentável dos produtos da sociobiodiversidade.

• 0512 - Criação de um Sistema de Informações do Extrativismo, contendo mapeamento da ocorrência, produção, conhecimento tradicional e boas práticas para 30 espécies do extrativismo.

• 0513 - Apoio técnico e financeiro à organização de cadeias de produtos da sociobiodiversidade, por meio do fomento a arranjos produtivos locais.

• 0515 - Ampliação do acesso dos extrativistas ao mercado, por meio de ações de divulgação, capacitação e inclusão de novos produtos da sociobiodiversidade na Política Geral de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio.

• 0516 - Elaboração de proposta de criação de um Selo da Sociobiodiversidade.

• 0517 - Estruturação de diretrizes para a construção de planos de gestão territorial e ambiental em territórios quilombolas.

• 0518 - Levantamento e adesão ao programa Bolsa Verde de 7500 famílias em Unidades de Conservação federais (ICMBio).

• 0519 - Cadastramento e entrega pela Secretaria de Patrimônio da União de termos de autorização de uso sustentável às famílias ribeirinhas e adesão de 8000 famílias ao programa Bolsa Verde.

• 051A - Adesão pelo Incra de 14500 famílias de assentados da reforma agrária no programa Bolsa Verde por meio de agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER).

• 051B - Capacitação de beneficiários de territórios de povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares em práticas de manejo florestal, organização social e produtiva e educação ambiental.

• 051C - Construção de proposta de adequação do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) à realidade extrativista.

• 051D - Aprimoramento do sistema operacional e gerencial do programa Bolsa Verde, envolvendo o SIS Bolsa Verde.

• 051E - Monitoramento anual da cobertura vegetal das áreas inseridas no programa Bolsa Verde, por meio de

imagens de satélite.

• 051F - Desenvolvimento e implementação do monitoramento participativo da biodiversidade em unidades de conservação contempladas pelo programa Bolsa Verde.

• 051G - Promoção de meios e condições para o funcionamento regular dos conselhos gestores das unidades de conservação federais de Uso Sustentável com populações tradicionais.

• 051H - Definição do perfil das famílias beneficiárias nas unidades de conservação de uso sustentável federais que abrigam comunidades tradicionais.

OBJETIVO: 1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

• 0471 - Caracterizar, tecnologicamente, 40 novas espécies florestais, indicando seu potencial de uso produtivo madeireiro.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 04D3 - Ampliar de 840 mil para 3,5 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	2.660.000.000,00	hectare

• 04D4 - Incluir 4000 pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis por meio de assistência técnica e capacitação.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	1.000,00	unidade
Bioma Caatinga	1.500,00	unidade
Bioma Cerrado	1.500,00	unidade

• 04D5 - Ampliar a área do Inventário Florestal Nacional de 100 milhões para 400 milhões de hectares, com dados e informações quantitativos e qualitativos sobre as florestas disponibilizados

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	120.000.000,00	hectare
Bioma Cerrado	180.000.000,00	hectare

Iniciativas

• 051J - Elaboração de modelo de licenciamento para fins de concessão florestal fora de Unidades de Conservação.

• 051L - Aprimoramento do arcabouço legal e das análises dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis sob competência federal.

• 051M - Fiscalização e monitoramento de 100% dos contratos de concessão celebrados.

• 051N - Regulamentação e implementação do Sistema Nacional de Informações Florestais - SNIF.

• 051O - Estabelecimento de parcerias institucionais para apoio técnico e/ou financeiro para elaboração do inventário florestal nacional.

• 051P - Estabelecimento de parcerias institucionais para o apoio ao manejo florestal comunitário e familiar.

• 051Q - Coleta de dados em campo, processamento, análise e disseminação das informações do Inventário Florestal Nacional (IFN).

• 051R - Realização de projetos de pesquisa científica e publicação de artigos relativos a produção florestal.

• 051S - Capacitação de pessoas para a produção florestal sustentável.

• 05I4 - Habilitação de 3 milhões de hectares de florestas para futuras Concessões.

• 05QN - Financiamento de projetos para produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas, por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal – FNDF.

OBJETIVO: 1070 - Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

• 047V - Aumentar de 40% para 60% a área das Unidades de Conservação avaliadas e cumprindo com seus objetivos de criação conforme metodologia de monitoramento de efetividade de gestão.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 047W - Ampliar de 155 para 215 Unidades de Conservação Federais dotadas com planos de Manejo.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 047X - Aumentar de 265 para 283 Unidades de Conservação Federais com conselhos gestores criados.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	3,00	unidade
Bioma Caatinga	2,00	unidade
Bioma Cerrado	1,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	10,00	unidade
Bioma Pampa	0,00	unidade
Bioma Pantanal	0,00	unidade
Zona costeira e marinha	2,00	unidade

• 047Y - Aumentar de 6,7 milhões para 8,2 milhões o número de visitantes anuais nas unidades de conservação federais.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 047Z - Reduzir em 30% a área atingida por incêndios florestais até 2019, nas unidades de conservação federais, com base na média de áreas atingidas por incêndio considerando os anos de estiagem, 2010, 2012 e 2014.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 04GR - Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

• 0537 - Implementação de projetos de educação ambiental estruturados em Unidades de Conservação federais, por meio de processos formativos e elaboração de publicações, materiais audiovisuais, didáticos e pedagógicos.

• 0538 - Gestão junto a SPU, INCRA e órgãos estaduais de terra para efetivar a cessão das glebas públicas estaduais e federais sobrepostas as Unidades de Conservação.

• 0539 - Fortalecimento do envolvimento dos povos e comunidades tradicionais na gestão territorial para conservação da biodiversidade por meio da qualificação e implementação dos instrumentos de gestão existentes.

• 053A - Incremento e aprimoramento de estruturas, delegação de serviços e publicação de instrumentos legais de ordenamento da visitação em Unidades de Conservação Federais.

• 053B - Aprimoramento dos mecanismos de registro e estatística do número de visitantes nas Unidades de Conservação Federais.

• 053C - Realização de ações de fiscalização e controle em todas as Unidades de Conservação Federais.

• 053D - Levantamento, análise e apoio à gestão de conflitos relacionados às interfaces territoriais com vistas à consolidação das Unidades de Conservação Federais.

• 053E - Elaboração de diretrizes, instrumentos e metodologias para a gestão socioambiental nas UCs Federais.

• 053F - Fortalecimento e ampliação do programa de monitoramento da biodiversidade nas Unidades de Conservação Federais.



- 053G - Elaboração e implementação de planos de pesquisa voltados à conservação e manejo da biodiversidade e à gestão das unidades de conservação federais.

- 053H - Desenvolvimento de protocolo para contabilização de outros espaços territoriais delimitados (Terras Indígenas, Territórios Quilombolas, Assentamentos, Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal) em regime de gestão para a conservação e uso sustentável da Biodiversidade nas métricas de área da Meta Nacional 11 de Aichi (Resolução CONABIO nº 6 de 2013).

- 053I - Implementação do Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA - e outros projetos que visem à consolidação de unidades de conservação.

- 053J - Desenvolvimento de nova plataforma para o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação e integração com outros sistemas – CAR, SISBIO e etc.

- 053K - Promoção dos meios e condições para o funcionamento regular dos conselhos gestores das unidades de conservação federais.

- 053L - Definição do perfil da família beneficiária nas unidades de conservação de uso sustentável federais que abrigam comunidades tradicionais.

- 053M - Avaliação de impactos sobre unidades de conservação para efeito de autorizações e anuências no âmbito do licenciamento ambiental.

- 05H9 - Execução efetiva dos recursos oriundos da Compensação Ambiental por meio do aprimoramento dos procedimentos de contratação de bens e serviços e dos processos decisórios, desde a etapa da destinação dos recursos.

- 05HN - Fortalecimento dos mecanismos técnicos e jurídicos para compensação de reserva legal em Unidades de Conservação federais.

- 0632 - Apoio à estruturação das atividades turísticas nas unidades de conservação.

PROGRAMA: 2037 - Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de cobertura de famílias por CRAS em municípios com mais de 100 mil habitantes	%	31/12/2014	86,16
Taxa de cobertura de serviços de média complexidade em Municípios com até 20 mil habitantes	%	31/12/2014	14,80
Taxa de pobreza da população idosa de 65 anos ou mais	%	30/09/2013	1,20

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**47.334.705**	**178.496.366**
Despesas Correntes	47.332.031	178.487.602
Despesas de Capital	2.674	8.764
Recursos Extraorçamentários	**3.953.631**	**13.529.770**
Gastos Tributários	3.953.631	13.529.770
Valores Globais	**51.288.336**	**192.026.137**
	243.314.472	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0370 - Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 00J0 - Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), com 650 novas unidades em municípios com população acima de 100 mil habitantes, referenciando 100% da população registrada no Cadúnico nesses municípios

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00IU - Ampliar a cobertura do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para 100% dos municípios brasileiros, expandindo sua cobertura aos 532 municípios ainda não cofinanciados

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00J1 - Ampliar a cobertura de serviços ofertados às famílias e indivíduos residentes em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes, totalizando 2.224 equipes

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 049S - Implantar em todas as capitais o serviço de proteção social básica no domicilio, para pessoas com deficiência e idosas, atendendo prioritariamente os beneficiários do BPC

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 049T - Acompanhar no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) as famílias beneficiárias do Bolsa Família, sendo 15% das residentes em municípios com até 20 mil habitantes e 10% das residentes em municípios com mais de 20 mil habitantes

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 049Y - Ampliar a cobertura das ações estratégicas de enfrentamento ao trabalho infantil, expandindo o cofinanciamento de 958 para 1.913 municípios, atingindo 100% dos municípios brasileiros com alta incidência de trabalho infantil



Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00RI - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de proteção social especial de média complexidade para 1.500 novos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes, totalizando 73% dos municípios desse porte

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00S1 - Ampliar a cobertura da oferta regionalizada dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes, atingindo a taxa de 1 vaga/2.000 crianças e adolescentes, nas microrregiões não cobertas por serviços municipais

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00RV - Adequar 80% das vagas ofertadas nos serviços de acolhimento para população em situação de rua aos parâmetros do SUAS

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 058M - Articulação do trabalho social com famílias à integração dos usuários da assistência social ao mundo do trabalho.
- 00WM - Produção de orientações técnicas para qualificação dos serviços de Proteção Social Básica e Especial, considerando os territórios urbano e rural e respeitando as especificidades locais e regionais e as particularidades de segmentos populacionais e étnico-raciais (pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, LGBT, juventude, entre outros).
- 058N - Aprimoramento dos padrões de qualidade dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e seus respectivos serviços, observados por meio do IDCRAS e IDCREAS médio dessas unidades.
- 058R - Qualificação dos serviços de acolhimento para crianças, adolescentes e jovens, pessoas idosas e pessoas com deficiência, de acordo com os parâmetros do SUAS.
- 058S - Realização de diagnóstico sobre a demanda e a oferta dos serviços de Acolhimento para mulheres em situação de violência ou violação de direitos, visando adequar sua regulação e funcionamento no âmbito do SUAS.
- 058T - Ampliação da cobertura e qualificação dos serviços de proteção social especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, em Centros Dia e Residências Inclusivas.
- 058U - Definição de parâmetros para a cobertura de CREAS, considerando especificidades territoriais e a incidência de situações de violência e violação de direitos.
- 058V - Qualificação da oferta do Serviço de Medidas Socioeducativas (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), aprimorando sua gestão e sua metodologia de atendimento, visando à responsabilização e proteção do adolescente.

OBJETIVO: 0371 - Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo a pessoa idosa e a pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 00SA - Mobilizar e acompanhar 100% das famílias de crianças e adolescentes beneficiárias do BPC em idade escolar que estão fora da escola, visando assegurar a sua inclusão e permanência na escola e o acesso aos demais direitos sociais

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00S8 - Ampliar as oportunidades de acesso das pessoas idosas e pessoas com deficiência beneficiárias do BPC aos serviços socioassistenciais, na perspectiva da garantia da convivência familiar e comunitária

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 059M - Articulação das ações que visem ampliar as oportunidades de inclusão social dos beneficiários do BPC, junto às áreas de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte, turismo e habitação
- 059N - Aprimoramento do processo de acesso ao BPC, com a integração de ações entre o INSS e as instâncias do SUAS, por meio da descentralização dos mecanismos de requerimento



• 059O - Produção de orientações técnicas visando qualificar a regulação e a oferta dos benefícios eventuais no âmbito dos estados, municípios e Distrito Federal, em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS)

OBJETIVO: 0372 - Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

• 00SH - Qualificar a gestão do SUAS nos municípios com um Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social (IGD-SUAS) inferior a 0,6, reduzindo o percentual desses municípios de 25% para 20%

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

• 04A3 - Desenvolver e implantar sistema nacional de monitoramento do SUAS, definindo instrumentos e metodologias que contemplem todos os benefícios, serviços e programas socioassistenciais (co)financiados com recursos federais

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

• 00SI - Qualificar 120 mil gestores, trabalhadores e conselheiros da assistência social, por meio das ações de capacitação e de formação da Política Nacional de Educação Permanente do SUAS

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

• 00SS - Fortalecer o controle social do SUAS, fomentando a organização dos Conselhos de Assistência Social, de forma a garantir a paridade e proporcionalidade das representações

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

• 059R - Definição de parâmetros de equidade no cofinanciamento federativo da oferta dos serviços do SUAS, em consonância com o custo dos serviços

• 059S - Fomento a implantação da supervisão técnica dos trabalhadores do SUAS, como estratégia de educação permanente e qualificação do atendimento à população

• 059T - Criação do Observatório Nacional do SUAS e incentivar a criação de observatórios regionais e estaduais

• 059U - Regulamentação do Vínculo SUAS, normatizando o novo modelo de parceria com as entidades de assistência social

• 059V - Orientação das entidades com o Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) a integrarem a rede socioassistencial

• 059W - Fomento a participação de usuários e trabalhadores do SUAS nos Conselhos e Conferências de Assistência Social

• 059X - Observância, no conteúdo das capacitações realizadas pelo SUAS, de particularidades de segmentos populacionais e étnico-raciais (pessoas com deficiência, pessoas idosas, mulheres, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, LGBT, entre outros)

• 059Y - Definição de estratégias, em parceria com a SDH, para construção de fluxos e protocolos entre a gestão e serviços do SUAS e os serviços de disque-denúncias nacionais e locais

PROGRAMA: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Aspecto Cultural no Índice de Competitividade do Turismo Nacional	unidade	31/12/2014	62,00
Emprego formal do setor cultural	unidade	31/12/2013	1.690.265,00
Recursos públicos federais para a Cultura em relação ao Produto Interno Bruto (PIB)	percentual	31/12/2013	0,07

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.401.103**	**4.592.763**
Despesas Correntes	408.887	1.340.418
Despesas de Capital	992.216	3.252.345
Recursos Extraorçamentários	**2.074.247**	**6.677.022**
Gastos Tributários	2.074.247	6.677.022
Valores Globais	**3.475.350**	**11.269.785**
	14.745.135	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0779 - Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 04K4 - Implementar o Programa Ocupe Cultura, para o fortalecimento de arranjos institucionais, organizando e difundindo informações, circulação e o fomento de atividades nos espaços culturais

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04K5 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 100% dos estados aderentes ao Sistema Nacional de Cultura

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04K6 - Apoiar a institucionalização de sistemas próprios em 30% municípios aderentes ao Sistema Nacional de Cultura

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04LX - Instituir o sistema de participação social do MinC

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 0604 - Acompanhamento, monitoramento, avaliação e difusão do Plano Nacional de Cultura;
- 064I - Construção conjunta com os parceiros dos parâmetros de atuação do Observatório do Sistema Nacional de Cultura e Plano Nacional de Cultura: um ambiente interinstitucional visando estruturação de um espaço de coordenação e cooperação técnica do Sistema Nacional de Cultura
- 064J - Apoio, acompanhamento, monitoramento e avaliação da dinâmica de implementação dos sistemas estaduais e municipais de cultura



- 064K - Consolidação dos instrumentos legais do Sistema Nacional de Cultura
- 064L - Aprimoramento da gestão cultural por meio da qualificação de gestores e conselheiros em Gestão Cultural, disponibilizando cursos, seminários, oficinas e informações
- 064M - Implantação de Comissão Intergestores Tripartite do SNC
- 064O - Fortalecimento do Conselho Nacional de Política Cultural
- 064P - Implantação do Gabinete Digital
- 064V - Articulação, no âmbito do SNC, de ações para ampliação, manutenção e melhoria da infraestrutura da cultura e de ocupação de espaços, integrando ações dos agentes públicos nos três níveis de governo
- 064W - Mapeamento de iniciativas de grupos artísticos e socioculturais, articulando e fortalecendo arranjos interinstitucionais
- 067Q - Estímulo à criação dos Fóruns Regionais de Cultura Afrobrasileira em todos os Estados Brasileiros
- 06NJ - Estímulo e apoio à elaboração, implementação e monitoramento dos planos territoriais e setoriais de cultura

OBJETIVO: 0783 - Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 04JP - Ampliar de 38 para 44 o número de bens culturais de natureza imaterial reconhecidos.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JQ - Ampliar em 5% a quantidade de bens tombados em macrorregiões do país.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JR - Apoiar 180 Pontos de Memória, em consonância com o Programa Cultura Viva.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JS - Fomentar 500 atividades culturais de povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JT - Identificar o patrimônio museológico de 250 instituições brasileiras.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04QA - Fomentar 200 grupos, comunidades ou coletivos beneficiados com ações de comunicação para a cultura.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 04G2 - Preservação, salvaguarda, valorização, difusão, promoção, identificação e reconhecimento da memória e do patrimônio cultural, seu monitoramento e sua fiscalização
- 05Z8 - Empreendimento de ações com vistas a aumentar o número de bens brasileiros reconhecidos como patrimônio cultural da humanidade.
- 05Z9 - Promoção do patrimônio de 50% das instituições museológicas brasileiras.
- 05ZA - Consolidação da plataforma digital do Cadastro Nacional de Museus e a instituição do Sistema de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico.
- 05ZB - Realização do mapeamento da diversidade das expressões culturais em todo o território brasileiro.
- 05ZC - Proteção e valorização de conhecimentos e expressões culturais populares e tradicionais.
- 05ZD - Estabelecimento de parcerias para implementação da Política Nacional de Patrimônio Cultural com as Unidades da Federação e com os municípios possuidores de bens tombados e registrados federais.
- 05ZE - Pesquisa, preservação, difusão e ampliação do patrimônio museológico brasileiro.
- 05ZF - Preservação de bens do patrimônio arquivístico e bibliográfico brasileiro



- 067H - Fomento, valorização, preservação, divulgação, mapeamento e catalogação da cultura, memória e do patrimônio afro-brasileiro
- 067I - Emissão de certidão de autodefinição de comunidades remanescentes de quilombos
- 06H3 - Reconhecimento e fomento de iniciativas que promovam cidadania cultural com foco na juventude.

OBJETIVO: 0785 - Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 04LB - Ampliar a rede de núcleos de produção digital audiovisual de 17 para 35 unidades

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04LC - Apoiar a produção regional de 200 obras audiovisuais

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04LD - Apoiar a produção de 240 obras audiovisuais voltadas a povos, comunidades tradicionais e grupos de culturas populares.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04LE - Atingir a marca de 130 filmes brasileiros de longa-metragem em salas de cinema.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04LF - Apoiar, de 2016 a 2019, 600 participações de obras audiovisuais brasileiras em festivais e mostras internacionais.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04LG - Baixar de 70 mil para 52 mil o índice de habitantes por sala de cinema no país

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	52.000,00	unidade
Região Centro-Oeste	48.000,00	unidade
Região Nordeste	75.000,00	unidade
Região Norte	60.000,00	unidade
Região Sudeste	44.000,00	unidade
Região Sul	48.000,00	unidade

- 04LH - Obter 15% de participação do conteúdo audiovisual brasileiro que constitui espaço qualificado produzido por produtora brasileira independente na programação dos canais de espaço qualificado da TV por assinatura no horário nobre anualmente.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 062K - Apoio à produção de obras audiovisuais, com foco em inovação estética e de linguagem, ou produzidas por novos realizadores, ou voltadas a segmentos sociais de diversidade sexual e de gênero, ou com temática infantil ou infanto-juvenil.
- 062N - Apoio à realização de filmes nacionais e estrangeiros nos destinos turísticos.
- 062O - Renovação da Lei do Audiovisual.
- 06H4 - Implantação do Canal da Cultura
- 06H6 - Consolidação da Rede Nacional de Formação Técnica e Apoio à Produção e Inovação Audiovisual Regional, por meio do projeto Olhar Brasil.
- 06H7 - Incentivo à difusão e ampliação do acesso à produção audiovisual brasileira, por meio do projeto Programadora Brasil, Canal da Cultura e Rede de Salas Digitais.
- 06H8 - Criação da Rede Nacional de Arquivos Fílmicos, com lócus na Cinemateca Brasileira, por meio do projeto Memória Brasil.

OBJETIVO: 0786 - Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 02MR - Fomentar a criação, produção e circulação de 2000 projetos artísticos nas diversas linguagens, considerando todas as regiões do Brasil

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 02MT - Apoiar 7.000 atividades de difusão cultural em intercâmbio, nacional e internacional

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 03W6 - Fomentar 5 mil Pontos de Cultura, em consonância com a Política Nacional Cultura Viva

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04ID - Ampliar de 5 para 20 o número de Laboratórios de Arte e Cultura Digital, sendo pelo menos dois em cada estado da federação

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 034F - Promoção, formação e incentivo ao hábito e às práticas da leitura e da literatura, incentivo à criação, formação, produção, difusão e intercâmbio literário
- 05VN - Fomento à produção, difusão, intercâmbio, circulação de projetos, atividades e eventos artísticos, garantida a diversidade de linguagens, expressões culturais e formatos acessíveis
- 05VO - Revisão da abordagem das políticas de fortalecimento de produção e difusão artística e cultural, estabelecendo recortes de gênero, étnico-raciais e de juventude naquelas ações em que a situação presente seja de desigualdade
- 05VP - Promoção e estímulo do intercâmbio entre técnicos, artistas e agentes culturais e incentivo à capacitação de artistas, técnicos, produtores, educadores e agentes multiplicadores da arte e da cultura
- 05VQ - Apoio a Pontos de Leitura e Pontões de Cultura com o propósito de fortalecer a função de articuladores nos territórios correspondentes
- 05VR - Desenvolvimento de política estruturante relacionada a calendário anual de eventos
- 05VS - Estabelecimento de política para circulação de espetáculos
- 05VT - Implementação da Política Nacional Cultura Viva no âmbito do Sistema Nacional de Cultura
- 05VU - Articulação entre Secretarias e vinculadas do MinC, além de outros órgãos e entidades da administração pública federal, estados e municípios, para o fomento e a identificação de Pontos de Cultura
- 05VV - Revisão da Lei e criação de Instituição regulatória de Direito Autoral
- 05VW - Estabelecimento de política cultural específica para áreas de fronteira
- 05VX - Estabelecimento de uma nova política nacional para as artes
- 0657 - Promoção do reconhecimento como Pontos de Cultura de iniciativas de difusão da cultura brasileira no exterior
- 0658 - Modernização do sistema de registro autoral
- 067D - Aumento de 1 para 5 do percentual de acessibilidade cultural na rubrica orçamentária das Redes de Pontos e Pontões de Cultura.
- 067F - Implementação de editais de apoio à criação, circulação e acesso à produção da cultura afro-brasileira.

OBJETIVO: 0787 - Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 04JZ - Beneficiar 2 milhões de trabalhadores pelo Programa de Cultura do Trabalhador - VALE-CULTURA

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04K0 - Disponibilizar para consulta pública virtual obras culturais em domínio público ou licenciadas.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04K1 - Ampliar o número de pessoas que frequentam museu, biblioteca, centro cultural, cinema, espetáculos de teatro, circo, dança e música, aumentando em 20% em cada segmento

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04K2 - Implantar ou modernizar 600 equipamentos culturais de tipos diversos.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 05ZQ - Fomento às iniciativas de incentivo à leitura, circulação de livros e utilização de bibliotecas, reunidas no programa Leitura Viva.
- 05ZR - Revisão do modelo de organização do Vale Cultura que possibilite a eliminação de gargalos estruturais.
- 05ZS - Realização de campanha voltada a impactar trabalhadores, empresas contratantes e ofertantes do Vale Cultura.
- 05ZT - Realização de pesquisas periódicas sobre fruição e consumo cultural.
- 05ZV - Estabelecimento de regras para que obras e projetos apoiados pelo Ministério da Cultura ampliem o acesso a jovens, pessoas com deficiência, negros, mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- 06Q1 - Implantação da Nova Biblioteca Nacional do Brasil

OBJETIVO: 0788 - Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 04KV - Criar e implementar Programa Nacional de Formação Artística e Cultural, com concessão de bolsas e/ou prêmios para 5 mil pessoas.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04SE - Produzir e difundir 570 estudos, pesquisas e eventos sobre cultura no Brasil

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 061M - Produção, fomento e difusão de conhecimento científico e cultural.
- 061N - Realização do registro de obras intelectuais.
- 061O - Apoio à formação e qualificação em áreas culturais.
- 061Q - Realização de pesquisas, estudos e levantamentos sobre a cultura e o patrimônio afro-brasileiro e indígena que possam subsidiar políticas públicas de inserção dessas comunidades no sistema político, educacional, social e econômico.
- 061R - Ampliação e consolidação do Programa Mais Cultura nas Escolas, Pronatec Cultura e Mais Cultura nas Universidades.
- 067E - Ampliação de ação de formação em acessibilidade cultural, por meio de implantação escalonada de Curso de Especialização em Acessibilidade Cultural em cada macro região do país
- 067J - Implementação da Política Intersetorial de Educação e Cultura nos 3 níveis de ensino, promovendo o reconhecimento das artes e dos saberes culturais como campo do conhecimento e como elemento estratégico para qualificação do processo cultural e educativo.



- 067K - Articulação junto ao MEC de apoio à melhoria da infraestrutura física e pedagógica, contemplando as necessidades para qualificação da disciplina Artes e realização de atividades artísticas e culturais nas escolas de educação básica.

- 067L - Apoio à formação continuada e à ampliação do repertório cultural de professores, profissionais da educação e membros da comunidade escolar nos temas da diversidade artística e cultural.

- 067M - Articulação e apoio, em parceria com o ministério da Educação, a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a ser pactuada no âmbito de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, conforme o estabelecido nos Plano Nacional de Educação, com vistas a incorporar saberes e práticas culturais e artísticas no currículo de educação básica.

- 067N - Ampliação da Rede de Ofertantes do Pronatec/Cultura, assim como promoção de ações para ampliar a efetivação das matrículas nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional dos estudantes, com vistas a fortalecer as cadeias produtivas da economia da cultura.

- 067O - Mapeamento de escolas e iniciativas de formação artística e cultural, com vistas a articular uma Rede Nacional de Formação em artes e cultura.

- 06SF - Ampliação gradual do atendimento de crianças e jovens em atividades artísticas e culturais nas escolas públicas de educação básica de educação integral, contemplando as especificidades da educação patrimonial, educação musical, linguagens artísticas, cultura afro-brasileira e cultura indígena.

OBJETIVO: 1085 - Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país

Órgão Responsável: Ministério da Cultura

Metas 2016-2019

- 04JL - Instituir mecanismos de fomento e investimento na economia da cultura articulada entre os órgãos da administração direta e indireta com atuação no setor

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JM - Mapear as cadeias econômicas de ao menos 6 segmentos culturais.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JN - Apoiar 200 projetos de inovação e empreendedorismo em diversos setores culturais.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04JO - Construir uma Política Nacional de Economia da Cultura

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

Iniciativas

- 05XZ - Apoio e fomento à organização e difusão de dados e informações sobre a relação entre cultura, economia e inovação.

- 05Y0 - Divulgação e fomento de modelos descentralizados e experiências inovadoras de desenvolvimento territorial por meio da cultura.

- 05Y1 - Promoção e fortalecimento da agenda das economias da cultura no Sistema MinC e em foros nacionais e internacionais de desenvolvimento

- 05Y2 - Articulação junto aos órgãos de turismo para potencializar os aspectos culturais na promoção turística.

- 05Y3 - Articulação de políticas de fomento do MinC com programas de investimento do BNDES em economia da cultura.

- 05Y4 - Adequação de marcos legais voltados à Cultura em sua dimensão econômica.

- 05Y5 - Atuação na profissionalização das atividades e de trabalhadores da cultura.

- 05Y6 - Promoção da internacionalização da economia da cultura, buscando a consolidação de mercados comuns por meio de cooperação.

- 05Y7 - Definição de um calendário anual de eventos culturais estimuladores do fluxo turístico.

- 05Y8 - Apoio à requalificação de museus, casas de cultura, casas de memória e outros patrimônios histórico-culturais de interesse turístico.



- 05Y9 - Proposição de referencial teórico e conceitual a partir de modelos, práticas e experiências nacionais e internacionais de economia da cultura.
- 05YA - Encaminhamento de proposta de revisão da dinâmica de tributação de bens e serviços culturais.
- 067G - Realização e articulação de projetos, ações e atividades para o desenvolvimento sustentável para das comunidades remanescentes de quilombos, tradicionais e de terreiros

PROGRAMA: 2028 - Defesa Agropecuária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Conformidade de Insumos Agropecuários	%	31/12/2014	90,25
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Animal	%	31/12/2014	83,00
Índice de Conformidade de Produtos de Origem Vegetal	%	31/12/2014	81,00
Índice de Conformidade na fiscalização do trânsito internacional de animais e vegetais, de seus produtos e de insumos agropecuários	%	31/12/2014	100,00
Índice de Não Conformidade de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Animal (violações em 10.000 amostras)	unidade	07/04/2015	59,00
Índice de Não Conformidade de Resíduos e Contaminantes em Produtos de Origem Vegetal	%	12/05/2015	6,40

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**331.924**	**1.088.083**
Despesas Correntes	228.524	725.509
Despesas de Capital	103.400	362.574
Valores Globais	**331.924**	**1.088.083**
	1.420.007	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0366 - Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária - SUASA

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 04CO - Reestruturar o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) através da sua modernização, desburocratização, revisão do marco regulatório e do estabelecimento de instrumentos que garantam sua sustentabilidade

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04CP - Aperfeiçoar e implantar novas funcionalidades para gestão de dados da Defesa Agropecuária no âmbito da Plataforma de Gestão Agropecuária (PGA) para o SUASA

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 05GV - Promoção de fóruns nas áreas de sanidade vegetal, saúde animal e de fiscalização de produtos e insumos para fortalecer a articulação e governança do SUASA (Encontro Nacional de Fitossanitaristas - ENFIT, Encontro Nacional de Defesa Sanitária Animal - ENDESA, Encontro Nacional da Fiscalização de Agrotóxicos - ENFISA e Encontro Nacional da Fiscalização e Inspeção Vegetal - ESNAVE)

- 05GW - Elaboração de estudos para definir os custos reais dos serviços e atividades da Defesa Agropecuária e buscar sua redução, através da aplicação de ferramentas de inteligência, conhecimento e da análise de risco

- 05GX - Organização do Fundo Federal Agropecuário

- 05GY - Ampliação da capacidade técnica e operacional dos Órgãos de Defesa Agropecuária Estaduais com disponibilização de recursos para as 27 Unidades da Federação

- 05GZ - Implantação de programa de capacitação de profissionais para a execução das atividades em defesa agropecuária nos diferentes níveis de governo e iniciativa privada



- 05H0 - Implantação dos Laboratórios Virtuais da Defesa Agropecuária, através do intercâmbio de técnicos da Defesa Agropecuária com técnicos de instituições internacionais ou equivalentes em outros países
- 05H1 - Modernização da gestão de respostas, auditorias e controle interno sobre as demais instâncias do SUASA por meio da adoção de ferramentas de inteligência
- 05H2 - Desenvolvimento dos critérios de alinhamento dos componentes da análise de risco com base em metodologias reconhecidas internacionalmente e em conjunto com a Academia e harmonização de sua aplicação em todas as instâncias do SUASA
- 05H3 - Integração de entidades colaboradoras em Defesa Agropecuária por meio da estruturação de Rede Organizacional
- 05H4 - Desenvolvimento do Parque Tecnológico em Defesa Agropecuária
- 05H5 - Implementação de novos processos e sistemas que possibilitem o fácil acesso dos usuários aos serviços oferecidos pela defesa agropecuária

OBJETIVO: 1052 - Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 04C8 - Estruturar programas nacionais de avaliação de conformidade e de gerenciamento de risco de produtos de origem animal e vegetal

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04C9 - Aperfeiçoar os mecanismos de auto controle, definindo as responsabilidades dos agentes das cadeias produtivas através de norma específica

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04CA - Modernizar o Sistema de Registro de Produtos e Estabelecimentos Agropecuários (SIPEAGRO)

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04CB - Erradicar a Peste Suína Clássica (PSC) em 2.215.598 km2 do Território Nacional

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	967.643,00	quilômetro quadrado
Região Norte	1.247.955,00	quilômetro quadrado

- 04CC - Implementar o sistema nacional de emergências zoosanitárias e fitossanitárias

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04CD - Erradicar a praga Bactrocera carambolae nos Estados do Pará, Amapá e Roraima, impedindo sua dispersão para outras partes do território nacional

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	3,00	unidade

- 04CE - Ampliar a zona livre de febre aftosa sem vacinação em 481 mil km2 do Território Nacional

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sul	481.040,00	quilômetro quadrado

- 04CF - Executar projetos prioritários de modernização da infraestrutura dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS)

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04CG - Ampliar o monitoramento de pragas dos cultivos perenes, nas regiões produtoras de cacau, de 550 mil para 700 mil ha

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.000,00	hectare
Região Nordeste	522.000,00	hectare
Região Norte	156.000,00	hectare
Região Sudeste	21.000,00	hectare

• 04SV - Ampliar a zona livre de febre aftosa com vacinação em 1,94 milhão de Km2 do Território Nacional

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,90	mil quilômetros quadrados

• 04SW - Ampliar a zona livre de Peste Suína Clássica (PSC) em 4.027.670 km2 do Território Nacional

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.606.404,00	quilômetro quadrado
Região Nordeste	586.648,00	quilômetro quadrado
Região Norte	710.689,00	quilômetro quadrado
Região Sudeste	924.621,00	quilômetro quadrado
Região Sul	199.308,00	quilômetro quadrado

Iniciativas

• 05FB - Criação de aplicativo do Sistema Nacional de Informação de Alerta Rápido.

• 05FC - Estabelecimento de estratégia de mitigação de riscos e ações de inteligência vinculadas a ocorrência de violações relacionadas a matérias primas, insumos agropecuários e produtos de origem animal e vegetal.

• 05FD - Implantação de sistemas de rastreabilidade agroalimentar

• 05FE - Regulamentação de procedimentos de recolhimento (recall) de produtos não conformes.

• 05FF - Implantação de programa nacional de redução de patógenos em produtos de origem animal.

• 05FG - Desenvolvimento e implantação de mecanismos de gerenciamento e comunicação de riscos relacionados a ocorrências de resíduos e contaminantes em produtos de origem animal e vegetal.

• 05FH - Modernização do Sistema Brasileiro de Vigilância e Emergências Veterinárias (SISBRAVET) mediante informatização e revisão de seus processos

• 05FI - Implantação de certificação fitossanitária eletrônica (E-PHYTO)

• 05FJ - Elaboração de projeto de erradicação de Peste Suína Clássica - PSC.

• 05FK - Realização de estudos de prevalência e de avaliação da circulação da PSC - Peste Suína Clássica.

Unidades responsáveis: CGCD / DSA /SDA / MAPA

• 05FL - Promoção e avaliação da capacidade técnica e operacional dos Serviços Veterinários Estaduais focados na peste suína clássica.

• 05FM - Reconhecimento nacional de novas zonas livres de Peste Suina Clássica - PSC.

• 05FN - Modernização do Sistema de Registro de Estabelecimentos e Produtos – SIPEAGRO.

• 05FO - Criação de aplicativo para gerenciamento do sistema nacional de informação e alerta fitossanitário.

• 05FP - Implantação de grupos nacionais de gestão das emergências nas cadeias produtivas de bovinos, suínos e aves

• 05FQ - Mapeamento dos principais riscos zoossanitários e fitosssanitários com elaboração e revisão dos respectivos planos de contingência.

• 05FR - Implementação do programa nacional de controle de Moscas das Frutas - PNCMF.

• 05FS - Revisão do programa Nacional de Erradicação e Prevenção a Febre Aftosa (PNEFA), para fortalecimento dos mecanismos de prevenção da doença, manutenção das zonas livres implantadas e ampliação da zona livre sem vacinação.

• 05FT - Promoção e avaliação da capacidade técnica e operacional dos Serviços Veterinários Estaduais com enfoque em febre aftosa.



- 05FU - Realização de estudos para avaliação de circulação viral/infecção para febre aftosa.
- 05FV - Reconhecimento de zonas livres de febre aftosa.
- 05FW - Implementação do Planejamento Estratégico da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS)
- 05FX - Aprimoramento dos objetivos e produtos do Projeto SAGRES de cooperação entre o MAPA e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), ampliando o número de áreas cobertas pela concessão de bolsas para o desenvolvimento e validação de ensaios laboratoriais aplicados à Defesa Agropecuária.
- 05FY - Automação e sistematização de processos prioritários da Coordenação-Geral de Apoio Laboratorial (CGAL) e Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS)
- 05FZ - Execução do projeto prioritário de novas instalações dos laboratórios de análises físico-químicas, resíduos e contaminantes em alimentos, no Lanagro/RS.
- 05G0 - Execução do projeto prioritário de novas instalações do laboratório de sanidade aviária, com nível de biossegurança 3 (NB 3), no Lanagro/SP.
- 05G1 - Monitoramento do controle de pragas fitossanitárias em cultivos tropicais perenes de cacau, dendê e seringueira instalados nas regiões produtoras de cacau do Brasil
- 06OI - Atendimento às suspeitas das síndromes controladas pelo Serviço Veterinário Oficial

OBJETIVO: 1053 - Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 04CM - Reduzir de 3 para 1,5 dias o tempo médio de conclusão dos processos de fiscalização de cargas nas operações regulares de comércio exterior de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 04CN - Elevar em 40% a taxa de fiscalização das operações irregulares, não declaradas, de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário nas áreas alfandegadas e não alfandegadas

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 05GE - Elaboração dos Projetos de Lei da Vigilância Agropecuária Internacional, da Sanidade Vegetal, da Saúde Animal e da Inspeção Vegetal
- 05GF - Atualização, modernização e simplificação dos processos visando à garantia da transparência, à eliminação de redundâncias e à correção de ineficiências nas operações regulares de comércio exterior
- 05GG - Implantação do Núcleo de Gestão de Risco e Investigação da Vigilância Agropecuária Internacional e sua integração com os demais intervenientes para gerenciamento das operações de trânsito e comércio internacional
- 05GH - Implantação de nova versão do Sistema de Informação Gerencial de Comércio e Trânsito Internacional Agropecuário (SIGVIG) para implantação do processo eletrônico (e-processo) integrado ao Portal Único de Comércio Exterior
- 05GI - Implantação de ferramentas de integração com as demais unidades organizacionais do MAPA e de outros órgãos que atuam como intervenientes no comércio exterior, para compartilhamento de informações e gerenciamento das operações de comércio e trânsito internacional
- 05GJ - Implantação de Programa de Capacitação de 1.500 usuários externos da Vigilância Agropecuária Internacional para harmonização de procedimentos e maior agilidade nas operações de trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário
- 05GK - Inserção das atividades de defesa agropecuária nas ações do Plano Estratégico de Fronteiras e ampliação da atuação da fiscalização por meio da integração com os demais órgãos e entidades da administração pública
- 05GL - Elaboração de metodologia para recebimento e compartilhamento de denúncias, e investigação de atividades irregulares e ilícitas no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário
- 05GM - Implantação de sistema para gerenciamento das atividades de investigação, apuração, punição, coerção e repressão de práticas ilegais no trânsito e comércio internacional de mercadorias, bens e materiais de interesse agropecuário
- 05GN - Implantação de módulo do sistema de informação para gerenciamento do risco agropecuário e recepção de

informações do Sistema Advanced Passenger Information (API)

- 05GO - Implantação do Centro Nacional de Cães de Detecção da Vigilância Agropecuária Internacional e das Brigadas de Cães de Detecção

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Disponibilidade da frota Força Aérea Brasileira	%	31/12/2014	40,11
Índice de Operacionalidade da Força Terrestre	%	31/12/2014	45,00
Meios operativos da Marinha, na condição de Pronto para Operar	%	31/12/2014	48,00
Monitoramento do espaço aéreo	%	31/12/2014	93,13
Participação da Base Industrial de Defesa no PIB	%	31/12/2014	0,15

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.741.553**	**42.181.269**
Despesas Correntes	4.581.261	13.626.370
Despesas de Capital	7.160.292	28.554.899
Recursos Extraorçamentários	**407.013**	**1.344.327**
Crédito e Demais Fontes	340.000	1.115.000
Gastos Tributários	67.013	229.327
Valores Globais	**12.148.566**	**43.525.596**
	55.674.162	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	1.500.000

OBJETIVO: 0554 - Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04EU - Cooperação e intercâmbio na área de defesa, com países e organismos multilaterais como forma de contribuir para a paz, segurança e estabilidade regional e internacional.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	100,00	percentual

- 04EV - Celebrar e ratificar acordos de cooperação e memorandos de entendimento na área de defesa com países de interesse estratégico brasileiro, como instrumento da Defesa Nacional.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	100,00	percentual

- 04SK - Implementar as atividades da Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE)

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	100,00	percentual

Iniciativas

- 05LF - Promoção dos interesses brasileiros e participação ativa em fóruns internacionais sobre temas militares como instrumento da Defesa Nacional.
- 05LG - Fomento à projeção internacional do Brasil na área de Defesa.
- 05LM - Promoção da estabilidade e integração da América do Sul no âmbito do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS).

OBJETIVO: 1113 - Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04FO - Formar e capacitar 60.000 militares do Exército Brasileiro.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04FP - Alterar a composição do quantitativo de oficiais temporários da FAB de 40% para 44%.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04FQ - Formar e capacitar 54.600 militares da Marinha.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04FR - Capacitar 8.000 servidores civis em áreas de interesse da Defesa, em instituições de qualidade reconhecida.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04S8 - Alterar a composição do quantitativo de graduados temporários da FAB de 10% para 23%.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 05P7 - Formação e capacitação de civis e militares no País e exterior, desenvolvendo as competências para a defesa nacional.
- 05P8 - Refomulação do processo de formação e capacitação dos militares de carreira e temporários da FAB.
- 05P9 - Desenvolvimento e ampliação da conscientização da sociedade sobre os assuntos de defesa nacional.

OBJETIVO: 1114 - Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04EW - Aprimorar e promover o treinamento anual de 90% do efetivo das unidades operacionais do Exército.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04F2 - Alcançar índice de 65% dos meios operativos da MB na condição “Pronto para Operar”.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04F3 - Reduzir o período médio entre treinamentos em simulador de voo das tripulações operacionais de 30 para 24 meses.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	24,00	mês

Iniciativas

- 05MB - Formação de jovens para a Reserva Mobilizável das Forças Armadas.



- 05MC - Elevação do nível de Interoperabilidade dos meios das Forças Armadas nos campos da Logística e Operações.
- 05MD - Aperfeiçoamento do Sistema de Informações Gerenciais de Logística e Mobilização de Defesa (SIGLMD).
- 05ME - Aperfeiçoamento e modernização do processo de alistamento de pessoas para o Serviço Militar Obrigatório.
- 05MF - Reestruturação e adequação da Logística Operacional do Exército.
- 05MG - Instrução militar e adestramento para aumentar a capacidade de prontidão.
- 05MH - Realização de pesquisas, desenvolvimento e avaliação da doutrina e estratégia militar.
- 05MJ - Aprimoramento da logística de material e abastecimento.
- 05MK - Adequação da logística de reparos dos meios navais, aeronavais e Fuzileiros Navais.
- 05ML - Realização do número de horas de voo prevista por tripulação.
- 05MM - Ampliação do uso de simuladores no treinamento de tripulações.
- 05MN - Redução do tempo médio de reparo das aeronaves.

OBJETIVO: 1116 - Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04F8 - Aumentar de 50% para 60% a adequação das Organizações Militares na Amazônia.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	60,00	percentual

- 04FC - Aumentar de 75% para 80% a adequação das organizações militares fora da Amazônia.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04FD - Modernizar ou revitalizar 10% das Organizações Militares terrestres da Marinha.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04FE - Concluir a construção de um hangar para a aeronave KC-390.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	percentual de execução

Iniciativas

- 05NN - Modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional.
- 05NO - Adequação da infraestrutura de organizações militares componentes da Força de Atuação Estratégica.
- 05NP - Reestruturação e adequação das Organizações Militares blindadas e mecanizadas.
- 05NQ - Adequação da infraestrutura de arsenais, bases, estações navais e demais instalações terrestres da Marinha.
- 05NR - Elaboração do projeto básico para a implantação da Segunda Esquadra e da Segunda Força de Fuzileiros da Esquadra.
- 05NS - Adequação de embarcações empregadas pelas Forças Armadas.
- 05NY - Adequação de aeródromos dos Pelotões Especiais de Fronteira.
- 05NZ - Fiscalização e acompanhamento das obras administradas no âmbito do Programa Calha Norte.



• 06NA - Adequação da infraestrutura de unidades militares na área de abrangência do Programa Calha Norte - PCN.

OBJETIVO: 1119 - Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

• 04FG - Implantar 10% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

• 04FH - Alcançar 50% do Projeto de Modernização do Sistema de Comando e Controle do Exército.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

• 04FI - Ampliar e modernizar os equipamentos e sistemas de detecção, análise e descontaminação química, biológica, radiológica e nuclear.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

• 04FJ - Reduzir os riscos de ataques cibernéticos às redes computacionais do Governo Federal.

Órgão responsável: Presidência da República

• 04FK - Integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS - Defesa) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

• 05O3 - Aumento da capacidade e meios dos sistemas de comando e controle da estrutura militar de defesa.

• 05O4 - Implantação e manutenção de sistemas de comunicações militares terrestres e satelitais.

• 05O5 - Fomento ao desenvolvimento de equipamentos de comunicação segura das Forças Armadas para uso do sistema militar de comando e controle - SISMC2.

• 05O6 - Implantação de sistema militar de defesa cibernética, segurança de dados e da informação.

• 05O7 - Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - PESE.

• 05O8 - Expansão dos meios tecnológicos de inteligência do Centro Gestor do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) para suporte e integração dos órgãos de combate aos ilícitos na Amazônia.

• 05OO - Implantação do Comando de Defesa Cibernética do Exército Brasileiro.

• 05OP - Implantação da Escola Nacional de Defesa Cibernética.

• 05OQ - Implantação do sistema de homologação e certificação de produtos de Defesa Cibernética.

• 05OR - Aperfeiçoamento e modernização das doutrinas e dos sistemas de comunicações, comando e controle, informação e inteligência.

• 05OS - Desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos e implantação de Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE).

• 05OU - Implantação do Batalhão de Defesa (NBQR) de Itaguaí - RJ.

• 05OV - Realização de exercícios de ataques cibernéticos às redes computacionais do Governo Federal.

• 05OW - Fortalecimento e elevação das capacidades do Estado nas áreas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética.

• 05OY - Desenvolvimento e Implantação de método de identificação de ameaças e geração de alertas para segurança das infraestruturas críticas da informação do Governo Federal.

OBJETIVO: 1121 - Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04FY - Implantar 85% do Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	85,00	percentual de execução

- 04FZ - Obter 300 viaturas da Nova Família de Blindados sobre rodas.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04G0 - Incorporar 10 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04G1 - Modernizar 15 Meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04G2 - Adquirir 22 aeronaves Militares.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04G3 - Atingir 44% do desenvolvimento do Projeto da Aeronave Caça Multimissão (F-X2).

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	44,00	percentual de execução

- 04G4 - Modernizar 17 aeronaves mlitares.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 05PN - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020.
- 05PO - Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas - Projeto Guarani.
- 05PP - Modernização dos equipamentos de engenharia e demais meios do Exército.
- 05PQ - Conclusão da implantação dos 3º e 4º Batalhões de Aviação do Exército e do núcleo do 5° Batalhão de Aviação do Exército.
- 05PR - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).
- 05PS - Obtenção e adequação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.
- 05PT - Construção de Navios do Programa de Meios de Superfície da Marinha (PROSUPER).
- 05PU - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas.
- 05PV - Construção de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB).
- 05PW - Construção de Submarinos Convencionais (PROSUB).
- 05PX - Implantação de Estaleiro e Base Naval (PROSUB).
- 05PY - Construção de Corvetas Classe Tamandaré.
- 05PZ - Adequação da Brigada Anfíbia de Fuzileiros Navais (PROBANF).
- 05Q0 - Aquisição de Viaturas Blindadas Anfíbias Sobre Lagartas (CLAnf).
- 05Q1 - Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390.
- 05Q2 - Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.
- 05Q3 - Aquisição de aeronave de reabastecimento em voo - Projeto KC-X2.
- 06NC - Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR.

- 06NR - Obtenção e adequação de aeronaves militares
- 06NS - Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)

OBJETIVO: 1122 - Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04G7 - Integrar os Centros Permanentes de Comando e Controle das Forças Armadas.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04G8 - Realizar 20 exercícios militares conjuntos.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 05QA - Implantação dos centros temporários para apoiar operações conjuntas e desmobiliza-los após o término das operações.
- 05QB - Realização de operações conjuntas e operações multinacionais com forças armadas estrangeiras.
- 05QC - Implantação do Centro Conjunto de Medicina Operativa.
- 05QD - Realização de operações de presença na faixa de fronteira e exercícios de simulação de combate.
- 05QE - Manutenção da Missão de Paz no Haiti e no Líbano.
- 05QF - Participação brasileira em outras missões da ONU.
- 05QG - Preparação de forças militares para atuar em missões de paz, ajuda humanitária ou como força expedicionária, dentro e fora do território nacional.

OBJETIVO: 1123 - Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04GB - Concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no Estado do Mato Grosso do Sul.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual de execução

- 04GC - Implantar 11% do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) nos Estados do Acre, Mato Grosso, Rondônia, Paraná e Santa Catarina.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04GD - Implantar 30 módulos de defesa antiaerea de estruturas civis críticas - Projeto de Defesa Antiaerea da Força Terrestre.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04GE - Realizar, anualmente, 100 operações de fiscalização das águas jurisdicionais brasileiras.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04GF - Elevar a cobertura de vigilância aérea no território nacional de 47% para 75%, com ampliação do monitoramento na altitude de 3.300m.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa



- 04GG - Ampliar o Conhecimento Cartográfico na Amazônia.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 05R0 - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON.
- 05R1 - Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País.
- 05R2 - Desenvolvimento de sistema de comando e controle, integração de módulos e sensores de média altura - Projeto de Defesa Antiaerea.
- 05R3 - Implantação do Sistema Operacional de Defesa Antiaérea da Força Terrestre.
- 05R4 - Ampliação da capacidade operacional do Exército Brasileiro, para atuar na fronteira terrestre em conjunto com outros órgãos governamentais, em operações interagências.
- 05R5 - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).
- 05R6 - Intensificação das atividades de registro e fiscalização de produtos controlados (armas, munições e explosivos).
- 05R7 - Desenvolvimento das atividades de auxílio à navegação e de registro e fiscalização de embarcações.
- 05R8 - Intensificação das atividades de fiscalização da segurança da navegação aquaviária.
- 05R9 - Implantação de novos radares no território nacional para o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA)
- 05RA - Modernização dos sistemas de controle de voo, aproximação e pouso de aeronaves nas vertentes civil e militar (Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro - SISDABRA).

OBJETIVO: 1124 - Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04GT - Implantar 33% do Polo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	33,00	percentual de execução

- 04GU - Concluir o programa de ensaios e a certificação da aeronave KC-390.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	100,00	percentual de execução física

- 04GW - Concluir o desenvolvimento do Míssil A-DARTER.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	100,00	percentual de execução

- 04GX - Concluir o Projeto de Enlace de Dados Ar-Ar e Terra-Ar (Projeto LINK-BR2).

Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04SL - Catalogar 40% dos Produtos de Defesa, de acordo com o padrão internacional do SOC/OTAN.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04SM - Ampliar em 4% ao ano o volume de exportações da Base Industrial de Defesa.

Órgão responsável: Ministério da Defesa



Iniciativas

- 05SK - Domínio da tecnologia de comunicação segura na transmissão e recepção de dados, vídeo e voz.
- 05SL - Desenvolvimento de protótipo de suplemento alimentar à base de quercetina para ração operacional.
- 05SM - Catalogação de produtos de defesa, de acordo com o padrão internacional (SOC/OTAN).
- 05SN - Desenvolvimento de ações de cooperação, capacitação e intercâmbio em catalogação.
- 05SP - Desenvolvimento do Programa Combatente Individual do Futuro - Combatente Brasileiro (COBRA 2020).
- 05SQ - Desenvolvimento científico-tecnológico e de inovação do Exército, com ênfase na base industrial de defesa.
- 05SR - Obtenção de produtos de defesa nacionais, priorizando tecnologias duais de aplicação militar e civil.
- 05SS - Fomentar à capacitação científico-tecnológica e de inovação do Exército e a integração/interação dos Institutos de Ciência e Tecnologia Civis (ICT´s) com a IMBEL e Arsenais de Guerra.
- 05SU - Implantação do Laboratório de Ciência e Tecnologia do Corpo de Fuzileiros Navais
- 05SV - Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X).
- 05SW - Desenvolvimento de artefatos bélicos com participação de empresas nacionais.
- 05SX - Desenvolvimento da capacidade de transferência de dados ar-ar e terra-ar na FAB.
- 05SY - Desenvolvimento da capacidade de navegação autônoma para aeronaves.
- 06NB - Incremento da utilização da capacidade estratégica instalada na Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL.
- 06NT - Implantação do pólo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).

OBJETIVO: 1125 - Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04H9 - Capacitar profissionalmente 48.000 jovens egressos do serviço militar para inserção no mercado de trabalho - Projeto Soldado-Cidadão.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04HA - Apoiar a participação de 4.000 universitários no Projeto Rondon, para o fortalecimento da consciência cidadã.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

- 04HC - Atender 75% dos municípios na área de abrangência do Programa Calha Norte com projetos de implantação e melhoria da infraestrutura básica nas áreas de segurança e defesa, economia, educação, saúde, social, transportes e esportes.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Faixa de Fronteira	75,00	percentual

- 04HD - Formar e capacitar 25.000 profissionais aquaviários.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 05T6 - Apoio à Realização de Grandes Eventos.
- 05T7 - Realização de atividades para crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte.
- 05T8 - Apoio a atletas militares em competições esportivas nacionais e internacionais.
- 05T9 - Expansão do monitoramento ambiental e territorial por meio de tecnologia radar.



- 05TA - Aprimoramento do uso da rede de telecomunicação Via Satélite na Amazônia.
- 05TB - Apoio a ações humanitárias desenvolvidas na Região de abrangência do Programa Calha Norte.
- 05TC - Apoio a obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos em beneficio das comunidades dos municipios antendidos pelo Programa Calha Norte.
- 05TD - Execução de obras e serviços de engenharia para cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil.
- 05TE - Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo.

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
% de negros no Poder Executivo Federal	%	30/06/2014	26,43
% de servidoras no Poder Executivo	%	31/12/2014	45,96
% Despesa com Pessoal da Uniãol/PIB	%	01/10/2012	4,11
Índice de Governo Eletrônico	decimal	31/12/2014	0,60
Índice de Participação Eletrônica	decimal	31/12/2014	0,71
Média mensal de pedidos de acesso à informação registrados no e-SIC	unidade	31/05/2015	7.914,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.101.181**	**3.599.392**
Despesas Correntes	706.318	2.301.857
Despesas de Capital	394.862	1.297.535
Valores Globais	**1.101.181**	**3.599.392**
	4.700.573	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 1154 - Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

- 04QB - Compatibilizar os processos de participação social aos ciclos de gestão, planejamento e orçamento.

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04QC - Implementar a Política Nacional de Participação Social na gestão pública federal, diversificando e ampliando a efetividade da participação.

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04QD - Consolidar os instrumentos normativos, tecnológicos e de gestão das relações de parceria para fomento e colaboração entre Estado e Organizações da Sociedade Civil.

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04QE - Articular as iniciativas de diálogo entre os órgãos do governo federal e os movimentos sociais e grupos organizados, para o atendimento das demandas e a prevenção e resolução de conflitos sociais.

  Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

- 06H9 - Aproximação temporal e metodológica entre os ciclos de conferências nacionais e o ciclo de gestão, planejamento e orçamento do governo federal, com foco nos Planos Plurianuais.
- 06HA - Realização de Fóruns Nacionais Interconselhos para o monitoramento democrático e a participação social no ciclo de gestão, planejamento e orçamento, com foco nas Leis de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais.
- 06HB - Implantação do Comitê Gestor da Política Nacional de Participação Social.



- 06HC - Promoção da participação social em articulação com os entes federados e contribuição para a organização social nos territórios, ofertando instrumentos e ferramentas a estados e municípios.
- 06HD - Fortalecimento e ampliação da formação de conselheiros e de outros agentes de participação social em todos os níveis federativos.
- 06HE - Realização de processos de educação para a cidadania, integrados às políticas sociais do governo federal e às diretrizes do Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas.
- 06HF - Ampliação e aprimoramento do uso de plataformas, tecnologias, metodologias e linguagens digitais nas instâncias e mecanismos de participação social.
- 06HG - Ampliação da diversidade e inclusão de novos sujeitos na participação social, contribuindo para a equidade étnico-racial e de gênero.
- 06HH - Implementação da Lei de Fomento e Colaboração (Lei nº 13.019/2014), por meio de ações normativas, desenvolvimento de mecanismos operacionais, capacitação e divulgação dos novos princípios e regras para as relações de parceria entre Poder Público e Organizações da Sociedade Civil.
- 06HI - Produção de conhecimento e gestão de informações sobre as Organizações da Sociedade Civil e suas parcerias com a administração pública.
- 06HJ - Desenvolvimento de agenda normativa para simplificação e desburocratização da relação entre o Estado e as Organizações da Sociedade Civil.
- 06HK - Implementação da Mesa Permanente de Diálogo sobre Reforma Urbana e aperfeiçoamento da Comissão Intersetorial de Mediação de Conflitos Urbanos.
- 06HL - Coordenação das ações de negociação, acompanhamento e respostas das pautas dos movimentos sociais rurais.
- 06HM - Coordenação das ações de negociação e acompanhamento das demandas dos povos indígenas e demais povos e comunidades tradicionais.
- 06HN - Coordenação da intervenção governamental para minimizar impactos sociais de grandes obras de infraestrutura.
- 06HO - Desenvolvimento e aperfeiçoamento de interfaces de diálogo social com os movimentos sindicais e comissões de trabalho.

OBJETIVO: 1157 - Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019

- 04R3 - Implementar o Programa de Modernização da Gestão do Patrimônio Imobiliário da União

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04R4 - Estruturação do Sistema Nacional de Administração do Patrimônio Imobiliário da União

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04R5 - Aprimorar a gestão por resultados por meio do desenvolvimento e aperfeiçoamento de instrumentos, ferramentas e mecanismos de indução e fomento de melhorias na gestão pública

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04R6 - Instituir o Programa de Inovação em Gestão do Governo Federal - InovaGov

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04R7 - Reestruturar o Sistema de Serviços Gerais (SISG) nos Órgãos do Poder Executivo Federal

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04R8 - Implantar o Sistema de Transferências Discricionárias da União

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04R9 - Propor marco normativo para o aperfeiçoamento da defesa jurídica do Estado brasileiro em controvérsias jurídicas em foro estrangeiro

  Órgão responsável: Advocacia-Geral da União



- 04RA - Definir diretrizes e promover avaliação da governança, da integridade, dos controles internos e da gestão de riscos a serem adotados no âmbito da Administração Pública Federal.

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04RB - Fortalecer as auditorias internas no âmbito da Administração Pública Federal

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04RC - Ampliar em 40% o número de adesões à A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) pelas instituições públicas

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 06JZ - Instituição de política de inovação na gestão pública por meio da adoção sistemática de ferramentas e métodos para melhoria de processos e serviços públicos.
- 06K0 - Expansão e aperfeiçoamento das estratégias de contratação centralizada de bens e serviços de uso em comum com foco na eficiência da gestão e na qualidade do gasto
- 06K1 - Otimização do processo de compras públicas, mediante o aperfeiçoamento do marco regulatório, simplificação dos processos de contratação de bens e serviços e definição de especificações de referência
- 06K2 - Aperfeiçoamento do marco regulatório do processo de Transferências Discricionárias da União
- 06K3 - Estruturação da Rede SICONV (Sistema de Convênios) para capacitação dos usuários do sistema de transferências voluntárias da União
- 06K4 - Orientação e capacitação dos órgãos da Administração Pública Federal nos processos de contratações
- 06K5 - Desenvolvimento de soluções de gestão integrada para as áreas de logística e serviços gerais nos Órgãos do Poder Executivo Federal
- 06K6 - Ampliação e disseminação de boas práticas e pesquisas para o planejamento, gestão e inovação em políticas públicas, promovendo o intercâmbio de experiências nacionais e a cooperação internacional
- 06K7 - Desenvolvimento da gestão dos imóveis de uso especial da União, buscando compartilhamento, otimização dos custos relacionados à locação e manutenção dos imóveis, acessibilidade, sustentabilidade e alienação dos imóveis considerados sem interesse público
- 06K8 - Desenvolvimento de sistema único de administração do Patrimônio Imobiliário da União em base georeferenciada
- 06K9 - Destinação dos imóveis da União para apoio às políticas setoriais e aos programas de moradia, urbanização, regularização fundiária urbana e rural, reconhecimento de direitos de povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental
- 06KA - Desenvolvimento de instrumentos de gestão para subsidiar a tomada de decisão no processo orçamentário
- 06KB - Elaboração da proposta de regulamentação do § 8º, do art. 37 da Constituição Federal para a implantação de contratos de gestão com órgãos e entidades federais e construir modelo de pactuação de resultados
- 06KC - Disponibilização de instrumentos que facilitem a construção e a implantação da Carta de Serviços ao Cidadão e do Manual do Guia de Serviços
- 06KD - Elaboração da proposta de regulamentação da Lei 9637/98 para estabelecer diretrizes e procedimentos para a qualificação de entidades privadas sem fins lucrativos como organizações sociais e para a celebração de contratos de gestão
- 06KE - Melhoria da qualidade da atuação jurídica por meio da ampliação anual do número de correições presenciais e eletrônicas nos órgãos e nas unidades da Advocacia Geral da União
- 06KF - Desenvolvimento de capacidades e recursos para a produção da defesa do Estado brasileiro em controvérsias jurídicas em foro estrangeiro
- 06KG - Aprimoramento dos mecanismos de identificação dos riscos de conflitos judiciais relevantes que impactam na execução das políticas públicas, visando a revisão das teses adotadas
- 06KH - Ampliação da participação da Advocacia Pública Federal na formulação e implementação das políticas públicas para assegurar sua conformidade jurídica
- 06KI - Aprimoramento e ampliação da avaliação dos programas temáticos visando maior eficácia e eficiência das políticas públicas
- 06KJ - Intensificação da fiscalização dos recursos federais nos entes subnacionais
- 06KK - Promoção do aperfeiçoamento do marco regulatório das auditorias internas da Administração Pública Federal

- 06KL - Revisão do marco normativo de controles internos e gestão de riscos na Administração Pública Federal.
- 06KM - Aprimoramento dos mecanismos de auditoria e avaliação sobre a gestão, governança, controles internos, integridade e gestão de riscos, com ênfase nas empresas estatais
- 06KN - Realização de cruzamentos de bases de dados de modo a contribuir para a redução do desperdício nas compras públicas governamentais
- 06KO - Divulgação e aprimoramento do Cadastro Nacional de Empresas comprometidas com a Ética e a Integridade (Cadastro Pró-Ética) para aumentar a adesão de empresas
- 06KP - Assessoramento técnico aos órgãos da Administração Pública Federal na elaboração dos Planos de Logística Sustentável – PLS
- 06KQ - Capacitação de 10.000 gestores públicos nos eixos temáticos da A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública)
- 06KR - Estabelecimento de critérios de sustentabilidade de bens e serviços para contratações públicas.
- 06KS - Identificação e divulgação de experiências internacionais bem sucedidas de programas de compras que incentivam a diversidade e a inclusão
- 06KT - Proposta de construção de marco legal adequado às especificidades das entidades de representação federativa na perspectiva de sua ação em apoio ao fortalecimento institucional e na capacidade de gestão dos entes federados na execução das políticas públicas.
- 06KU - Proposta de institucionalização por lei do CAF, Comitê de Articulação Federativa como instância permanente de diálogo com as representações dos municípios
- 06KV - Aprimoramento do Sistema de Acompanhamento do Processo Legislativo (SIAL) para modernização do acompanhamento do processo legislativo e pós legislativo por órgãos e entidades do Poder Executivo Federal
- 06NE - Estruturação de uma Rede de Assistência Técnica e capacitação aos municípios nos 26 estados em parcerias com os governos estaduais.
- 06ON - Estruturação do Ambiente Nacional de Notas Fiscais Eletrônicas de Serviço (ANFS-e) sob a coordenação da Receita Federal do Brasil.
- 06PP - Aperfeiçoamento do Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação – PRO-REG para articular e disseminar as melhores práticas internacionais de regulação, promover, em especial, a implementação da Análise de Impacto Regulatório (AIR) e aprimorar a legística dos atos normativos.
- 06R3 - Implementação de mecanismo interministerial de gestão estratégica da participação do Brasil em organizações internacionais, com mandato de assegurar a adequação dos compromissos financeiros de contribuição a organizações internacionais à realidade orçamentária e financeira do país
- 06R5 - Construção dos Anexos do Blocos B e C da Esplanada dos Ministérios em Brasília - DF

OBJETIVO: 1158 - Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019

- 04RD - Implantar o Processo Eletrônico Nacional nos Órgãos do Poder Executivo Federal

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RE - Integrar o Sistema AGU de Inteligência Jurídica – Sapiens aos Sistemas do Poder Judiciário

  Órgão responsável: Advocacia-Geral da União

- 04RF - Implantar metodologia de aferição do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04RG - Promover a elevação do nível de maturidade em segurança da informação e comunicações e em segurança cibernética no Governo Federal

  Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

- 06KY - Disseminação da prestação de serviços de forma eletrônica pelos órgãos, com o foco na simplificação e na reestruturação do modelo de apresentação dos serviços à sociedade
- 06KZ - Fomento a divulgação, disseminação e compartilhamento de dados e informações públicas, mediante o fornecimento de serviços de padronização, organização dos dados e acessibilidade digital
- 06L0 - Construção de mecanismos de compartilhamento de dados entre os sistemas estruturantes
- 06L1 - Instituição da política da governança digital
- 06L2 - Promoção do compartilhamento de infraestruturas e serviços por intermédio das redes de comunicação do governo
- 06L3 - Implementação da gestão da identidade e ampliação da certificação digital nos sistemas estruturantes
- 06L4 - Aperfeiçoamento do Sistema AGU de Inteligência Jurídica – Sapiens, por meio da adaptação ao padrão oficial de interoperabilidade, da integração ao Processo Eletrônico Nacional e pela utilização em todas unidades e órgãos das áreas de consultoria jurídica e contencioso judicial na Administração Pública Federal
- 06L5 - Apoio ao alinhamento, de forma contínua, do planejamento de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal (APF), direta e indireta, aos respectivos planejamentos estratégicos institucionais
- 06L6 - Desenvolvimento do indicador global de nível de maturidade de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética para os órgãos e entidades da Administração Pública Federal como um mecanismo de acompanhamento e avaliação
- 06L7 - Articulação para inserção das áreas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética em programas de melhoria, aperfeiçoamento e desburocratização da gestão pública
- 06L8 - Aprimoramento, disseminação e compartilhamento de mecanismos de gestão pública nas áreas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética no Governo Federal
- 06L9 - Modernização de métodos e de processos que fomentem maior confiança no acesso e na troca de informação entre sociedade e Estado
- 06LA - Promoção de parcerias com Escolas de Governo para a inserção de cursos e disciplinas de segurança da informação e comunicações e de segurança cibernética, visando a formação continuada dos agentes públicos nestas áreas
- 06LB - Massificação e aperfeiçoamento da Certificação Digital ICP – Brasil e outras tecnologias de segurança da informação e identificação digital necessárias às transações eletrônicas de interesse da União, dos Estados e dos Municípios, do Distrito Federal e da sociedade, mediante a garantia de pleno funcionamento da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira e do Carimbo do Tempo da ICP – Brasil

OBJETIVO: 1159 - Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019

- 04RH - Fortalecer a atuação das escolas de governo para aprimorar a qualificação profissional dos agentes públicos

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RI - Aprimorar o arcabouço normativo com vistas à melhoria da gestão pública

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RJ - Desenvolver e implementar soluções de TI para aperfeiçoar os processos de gestão da força de trabalho e promover a melhoria da capacidade institucional dos órgãos e entidades da administração pública federal

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RK - Aperfeiçoar os mecanismos de articulação e de cooperação federativa

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04RL - Implementar e consolidar instâncias de diálogo federativo

  Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

- 06LG - Elaboração da proposta de revisão das normas para concurso público
- 06LH - Elaboração da proposta de regulamentação das normas de estágio probatório
- 06LI - Elaboração da proposta de adequação das normas de contratação indireta
- 06LJ - Elaboração da proposta de adequação das normas de responsabilidade civil e administrativa do servidor público federal
- 06LK - Implementação dos módulos prioritários do SIGEPE
- 06LL - Implementação do novo SIORG
- 06LM - Implementação do Assentamento Funcional Digital – AFD
- 06LN - Aprimoramento da política de atenção à saúde e segurança do trabalho e de previdência dos servidores públicos federais
- 06LO - Ampliação da oferta de capacitação de agentes públicos em gestão pública em todo o território nacional diretamente e por meio de realização de parcerias nacionais e internacionais
- 06LP - Inclusão de módulo sobre direitos humanos e diversidade nos cursos de formação inicial e de aperfeiçoamento das carreiras nas escolas de governo.
- 06LQ - Promoção do intercâmbio de boas práticas e experiências, por meio da realização de encontros nacionais, eventos de capacitação e outras iniciativas de interesse das instituições integrantes da Rede Nacional de Escolas de Governo e demais instituições que desenvolvam ações de capacitação no âmbito da gestão pública
- 06LR - Proposição de normas que promovam maior segurança jurídica para o alcance das suas finalidades, tendo em vista a institucionalização das escolas de governo federais
- 06LS - Participação ativa das escolas de governo da União na regulamentação da oferta de pós-graduação lato sensu
- 06LT - Aprimoramento do conhecimento jurídico dos servidores públicos, de forma a auxiliá-los na implementação das políticas públicas.
- 06QL - Estabelecimento de fluxo de informações sobre os concursos públicos para a garantir o monitoramento do preenchimento das vagas reservadas para negros no serviço público, em atendimento à Lei 12.990/2014.

OBJETIVO: 1160 - Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos

Órgão Responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Metas 2016-2019

- 04RM - Ampliar a organização e integração das instituições federais do sistema de informações oficiais, de forma a atender as demandas nacionais e as necessidades da agenda internacional, particularmente aquela relativa aos indicadores de desenvolvimento sustentável

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RN - Ampliar o uso e aprimoramento das informações estatísticas, geocientíficas e de registros administrativos, em consonância com os conceitos, métodos, definições e classificações adotadas internacionalmente e ampliando a cobertura territorial e temática dos estudos e pesquisas

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Iniciativas

- 06LU - Implementação da Infraestrutura do Sistema Nacional de Informações Oficiais promovendo a organização e articulação das instituições envolvidas e dos dados por elas produzidos
- 06LV - Realização do III Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, congregando a Conferência Nacional de Estatística (Confest) e a Conferência Nacional de Geociências (Confege)
- 06LW - Implantação do Portal Nacional de Informações Oficiais, plataforma web de acesso ágil, completo e integrado aos dados e respectivos metadados do sistema de informações oficiais
- 06LX - Consolidação da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais – INDE ampliando a adesão das organizações produtoras e usuárias de dados geoespaciais

- 06LY - Realização de pesquisas e estudos estatísticos de natureza conjuntural e estrutural, com base em pesquisas e registros administrativos
- 06LZ - Aprimoramento dos levantamentos das pesquisas estatísticas existentes através da adoção de novas tecnologias e metodologias e da ampliação da cobertura territorial e temática, com destaque para as estatísticas ambientais
- 06M0 - Realização do Censo Agropecuário em 2017 (ano de referência 2016) e o planejamento do Censo Demográfico de 2020
- 06M1 - Realização das pesquisas, estudos e levantamentos geocientíficos, com a incorporação de novas tecnologias e metodologias, ampliando as áreas de cobertura, os detalhamentos em diferentes escalas, os recortes territoriais e a precisão das medidas
- 06M2 - Ampliação a produção de publicações eletrônicas e impressas e aprimorar o portal do IBGE na internet

OBJETIVO: 1161 - Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União

Metas 2016-2019

- 04RQ - Publicar anualmente relatório em linguagem acessível ao cidadão sobre a aplicação dos recursos públicos, com foco nas políticas públicas

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RR - Aprimorar as informações sobre a oferta de serviços públicos e a capacidade de avaliação destes serviços pelo usuário

  Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

- 04RS - Adotar mecanismos de fomento à implementação do Sistema Federal de Ouvidorias Públicas

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04RT - Garantir que todos os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal utilizem o e-Ouv

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04RU - Elaborar e acompanhar a implementação dos planos de ação bianuais brasileiros para governo aberto em articulação com órgãos de governo e sociedade

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04RV - Implementar mecanismos de ampliação da transparência pública e melhoria do serviço de acesso à informação para fomento ao controle social

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

Iniciativas

- 06M6 - Fomento à adoção da Carta de Serviços ao Cidadão, via Portal de Serviços (www.servicos.gov.br)
- 06M7 - Lançamento de Instrumento de Pesquisa de Satisfação dos Usuários dos Serviços
- 06M8 - Aprimoramento do Portal da Transparência do Poder Executivo Federal para transformá-lo em uma ferramenta mais eficiente para uso do cidadão na realização do controle social
- 06M9 - Promoção de mecanismos de participação social sobre políticas de enfrentamento à corrupção
- 06MA - Aprimoramento do Programa Olho Vivo no Dinheiro Público para estimular a institucionalização de organizações da sociedade civil voltadas para o controle social
- 06MB - Implementação de programas de educação voltados ao controle social, ética e cidadania
- 06MC - Desenvolvimento do Mapa do Brasil Transparente voltado para o acompanhamento da transparência em âmbito nacional
- 06MD - Aprimoramento da prestação dos serviços à sociedade por meio do desenvolvimento do Módulo de Ouvidoria no Sistema AGU de Inteligência Jurídica-Sapiens

OBJETIVO: 1162 - Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade,

promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

- 04RW - Aperfeiçoar os canais de comunicação do Poder Executivo Federal com foco em multimídias digitais

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04RX - Valorizar a diversidade étnica e cultural e o respeito à igualdade e às questões raciais, geracionais, de gênero, acessibilidade e de orientação sexual nas ações de comunicação do Poder Executivo Federal

  Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

- 06ME - Ampliação do acesso aos canais de comunicação digital do Poder Executivo Federal fornecendo conteúdos atrativos e relevantes
- 06MF - Reestruturação e atualização das tecnologias dos portais
- 06MG - Adequação dos portais do Poder Executivo Federal para o acesso via dispositivos móveis
- 06MH - Revisão da linha editorial com vistas em delimitar o conteúdo de cada portal
- 06MI - Produção de conteúdos regionalizados, para facilitar o acesso do cidadão às informações do Poder Executivo Federal na sua região/estado/cidade
- 06MJ - Estabelecimento da política de interatividade dos comentários nas redes sociais
- 06MK - Produção de conteúdos com a linguagem das redes sociais
- 06ML - Acompanhamento e orientação da Identidade Padrão de Comunicação Digital dos portais do Poder Executivo Federal
- 06MM - Promoção da presença de pessoas negras com protagonismo em representações positivas na publicidade institucional do Poder Executivo Federal e estimular ações semelhantes no âmbito do Poder Público em geral
- 06MN - Promoção da acessibilidade na comunicação do governo para inclusão das pessoas surdas e cegas
- 06MO - Ampliação da participação de projetos selecionados por meio de edital de seleção pública dos órgãos de patrocínios e entidades da Administração Pública Federal
- 06MP - Ampliação da disseminação das ações publicitárias do Poder Executivo Federal por meio de uma estratégia de mídia que contemple uma programação abrangente de veículos de comunicação, com foco no interior do país e respeite as características estratégicas de cada política

PROGRAMA: 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Participação da Indústria no Total de Empregos	%	31/07/2015	21,99
Participação da Indústria no Valor Adicionado do PIB	%	31/03/2015	23,15
Participação do Comércio e Serviços no Total de Empregos	%	31/07/2015	78,01
Participação do Comércio e Serviços no Valor Adicionado do PIB	%	31/03/2015	71,31
Percentual de Empresas Industriais com mais de 500 Pessoas Ocupadas que Inovaram	%	31/12/2014	47,80

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**539.947**	**1.772.922**
Despesas Correntes	532.747	1.746.020
Despesas de Capital	7.200	26.902
Recursos Extraorçamentários	**62.048.412**	**190.988.814**
Crédito e Demais Fontes	58.370.000	180.297.016
Gastos Tributários	3.678.412	10.691.797
Valores Globais	**62.588.360**	**192.761.736**
	255.350.095	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	150.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	250.000

OBJETIVO: 0859 - Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 02YF - Ampliar de 3 para 40 os laboratórios da Rede Laboratórios Associados ao Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) para Inovação e Competitividade (RELAI).

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 042P - Implantar 20 projetos de desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia e uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 042U - Ampliar de 550.311 para 1.000.000 o número de modelos de produtos no mercado com selo de avaliação da conformidade.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 03J7 - Construção e instalação de infraestruturas prediais e laboratoriais no Inmetro e na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

- 03JA - Apoio à competitividade sistêmica dos programas governamentais, com ênfase na saúde, segurança e meio ambiente.



- 03JC - Promoção da justa concorrência e proteção ao cidadão, por meio de ações de fiscalização em metrologia e qualidade.

- 04Q5 - Implantação de projetos para auxiliar no desenvolvimento de fontes alternativas para geração de energia e uso racional da energia elétrica e dos recursos hídricos.

OBJETIVO: 1038 - Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 043O - Conectar 600 negócios nascentes inovadores (startups) a investidores e grandes empresas.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

- 043P - Atrair ao Brasil 30 centros de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P, D & I).

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 04MA - Fortalecimento da governança e da execução da política de propriedade industrial, por meio do aperfeiçoamento da articulação institucional e da melhoria da eficiência, eficácia e efetividade da operação do sistema de propriedade industrial.

- 04MB - Disseminação do uso dos sistemas de proteção da propriedade industrial por empresas e instituições científicas e tecnológicas brasileiras, por meio da divulgação, da capacitação e da pesquisa em propriedade intelectual, e do fomento ao uso estratégico da informação tecnológica contida em documentos de patentes.

- 04MC - Fortalecimento da inserção do Brasil no sistema internacional de propriedade intelectual, por meio da cooperação técnica do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) com escritórios de propriedade intelectual em outros países e da adesão a acordos e tratados internacionais em matéria de propriedade intelectual.

- 04S2 - Aperfeiçoamento do marco legal relativo à inovação, propriedade intelectual e P&D em setores regulados de modo a permitir segurança jurídica às empresas, e incentivar o empreendedorismo e o investimento em inovação.

- 04S3 - Articulação com empresas e agentes do sistema de fomento à inovação e realização de estudos para aperfeiçoamento dos instrumentos de financiamento, capital de risco, crédito e subvenção, de forma que se tornem mais adequados à realidade das Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) inovadoras.

- 04S4 - Continuidade do Programa InovAtiva Brasil, com ênfase na conexão de negócios nascentes inovadores a investidores e a outros programas nacionais de incentivo à inovação, e na promoção de sua inserção internacional.

- 04S5 - Desenvolvimento de parcerias e novos instrumentos de incentivo à cooperação internacional, de modo a estimular a P,D&I conjunta de empresas brasileiras e empresas estrangeiras.

- 04S6 - Articulação com instituições de ensino, empresas e órgãos de governo para prover a qualificação profissional necessária ao desenvolvimento da inovação nas empresas, bem como para a adequação dos cursos à realidade do mercado.

- 04S7 - Realização de estudos, planos e ajustes no marco regulatório a fim de incentivar a inserção do setor produtivo no desenvolvimento de tecnologias inovadoras associadas à eficiência energética, energias renováveis complementares, bioeconomia, manufatura avançada e sociedade digital.

- 04TG - Implementação do Programa Nacional de Atração de Centros de P,D&I, visando institucionalizar processo permanente de atração de investimentos em inovação para o Brasil.

OBJETIVO: 1079 - Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

- 0489 - Elaborar as diretrizes do marco regulatório do comércio eletrônico no Brasil.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

• 048A - Elaborar versão revisada da Nomenclatura Brasileira de Serviços e Intangíveis (NBS), para aperfeiçoamento das políticas públicas aplicadas ao setor de serviços.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

• 053Y - Desenvolvimento do Atlas Nacional de Comércio e Serviços como referência em políticas públicas e estratégias empresariais para os setores de comércio e serviços, ampliando a parceria entre os setores público e privado na elaboração de pesquisas.

• 054C - Construção com o setor privado de diagnósticos e de mapeamento das atividades de comércio e serviços para orientar políticas públicas, investimentos e estratégias empresariais.

• 054D - Aperfeiçoamento da plataforma online e do sistema de distribuição e divulgação do Calendário Brasileiro de Exposições e Feiras como referência na divulgação de eventos no País.

• 054E - Desenvolvimento de ações com foco nas médias e grandes empresas para melhoria do ambiente de negócios, priorizando medidas de desburocratização e de modernização de marcos normativos.

• 054F - Estímulo à automação da cadeia produtiva e à otimização dos serviços de logística, contribuindo para a integração da cadeia de valor, por meio do incentivo ao uso de instrumentos como a Etiqueta Inteligente.

• 054J - Desenvolvimento de programa de avaliação de qualidade e excelência nas atividades de comércio e serviços, em consonância com o estímulo à inovação nas relações de consumo e às boas práticas na prestação de serviços.

• 054K - Estímulo à qualificação e à capacitação de mão de obra necessária aos setores de comércio e serviços por meio de programas como o Pronatec.

• 054L - Elaboração de estudo sobre comércio eletrônico para estruturação de políticas públicas integradas.

• 054M - Construção e gestão, com a colaboração do setor privado, de agenda nacional para a expansão da competitividade dos setores de comércio serviços.

OBJETIVO: 1093 - Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

• 049G - Reduzir a idade média da frota de equipamentos rodoviários e ferroviários de transportes de cargas.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

• 049H - Incrementar a eficiência energética média dos veículos de Ciclo Otto comercializados no país de 2,07MJ/km para 1,82MJ/km.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

• 049I - Ampliar o percentual anual de investimento em P&D e Engenharia pelo setor automobilístico de 1,00% para 1,39% da receita operacional bruta menos impostos e contribuições.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

• 0579 - Implantação dos programas de modernização do parque fabril, e de renovação das frotas de caminhões e do transporte ferroviário.

• 057A - Fortalecimento e ampliação de setores com altos índices de eficiência produtiva, energética, hídrica e baixa emissão de gases de efeito estufa (GEE), por meio de acordos de cooperação técnica, de parcerias público-privadas, do desenvolvimento de extensionismo industrial e tecnológico, e de financiamentos com o amparo do Fundo Clima (BNDES) e de outras instituições de fomento.

• 057B - Incentivo à fabricação de veículos energeticamente eficientes e que utilizem novas tecnologias de propulsão, por meio da revisão do marco legal-normativo do setor automotivo.

• 057C - Fortalecimento da governança institucional para execução, monitoramento e avaliação de impacto da política industrial, por meio da articulação público-privada e do suporte à gestão das suas instâncias consultivas e deliberativas, em especial, na elaboração de estudos e projetos para subsidiar o processo decisório governamental.

• 057D - Capacitação dos representantes dos setores envolvidos no Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria, com o objetivo de apoiar o Programa Brasileiro de Análise de Ciclo de Vida - PBACV (IBICT/Mcti), na adaptação para o contexto nacional de 50 bases de dados estratégicos para inventários de ciclo de vida de produtos



industriais, com foco na eficiência ambiental do processo produtivo.

• 057E - Realização de estudos com participação dos setores produtivos envolvidos no Plano Setorial de Redução de Emissões da Indústria objetivando a revisão do Plano, com a inclusão do tema adaptação às mudanças climáticas.

• 057F - Estímulo à produção de fitoterápicos pelas indústrias farmacêuticas nacionais, com enfoque nas cadeias produtivas organizadas em Arranjos Produtivos Locais.

• 057M - Disponibilização de portal de acesso público e gratuito com manuais, guias técnicos, e biblioteca digital para execução de projetos para construção civil baseados em Building Information Modeling (BIM).

• 058F - Promoção de ações no âmbito da Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (RENAI) para atração de investimentos estrangeiros diretos para indústria nacional.

• 058G - Difusão e monitoramento periódico do regime de redução temporária da alíquota do imposto de importação para bens de capital e bens de informática e telecomunicações (regime de Ex-Tarifário), e redução da burocracia e do prazo para sua concessão, por meio da implantação de sistema eletrônico.

• 058H - Aprimoramento do marco legal de elaboração de Processo Produtivo Básico (PPB) e de metodologia de avaliação, incluindo fiscalização presencial e não presencial do PPB para bens de informática.

• 058I - Articulação com o Ministério de Minas e Energia (MME) para revisão dos marcos regulatórios do setor energético, visando o estímulo a novas formas de gestão, produção, geração e cogeração de energias.

• 058K - Ampliação de programas de extensionismo industrial e tecnológico para a qualificação de fornecedores de insumos industriais, com foco em gestão e criação de novos serviços e produtos.

• 058L - Regulamentação dos níveis de preponderância de matérias-primas regionais de forma a viabilizar a aplicação de incentivos fiscais para a Industrialização na área de atuação da SUDAM e da SUFRAMA.

OBJETIVO: 1101 - Apoiar os Arranjos Produtivos Locais para o adensamento das cadeias produtivas nacionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Metas 2016-2019

• 04BX - Ampliar as ações de apoio aos Arranjos Produtivos Locais no País, como cursos de capacitação de gestores, aporte de recursos, visitas técnicas, orientação para desenho de projetos.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

• 03IR - Apoio para acesso a novos mercados regionais, nacionais e internacionais para empreendimentos organizados em Arranjos Produtivos Locais.

• 05DS - Estímulo a Arranjos Produtivos Locais com vistas a fortalecer as cadeias produtivas, seus fornecedores e a indústria, em busca do adensamento e internalização das atividades de maior valor agregado e desenvolvimento tecnológico, por meio de visitas técnicas.

• 05EU - Apoio ao desenvolvimento de projetos e ações em Arranjos Produtivos Locais, por meio da captação de recursos e implantação de projetos.

• 05EV - Fortalecimento do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais, dos Núcleos Estaduais e dos Comitês Gestores de Arranjos Produtivos Locais.

• 05EW - Realização de projetos e ações de cooperação técnica internacional em políticas públicas de apoio a Arranjos Produtivos Locais.

• 05EX - Implementação do Plano Nacional de Capacitação para Gestores de Arranjos Produtivos Locais.

PROGRAMA: 2076 - Desenvolvimento e Promoção do Turismo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Contribuição Direta do Turismo no PIB	% do PIB	31/12/2014	3,55
Empregos Formais no Setor de Turismo	milhão	31/12/2014	3,14
Índice Internacional de Competitividade do Turismo Brasileiro	pontos	31/12/2014	4,37
Participação do Turismo na Receita Cambial Total de Serviços	%	28/02/2015	29,90

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**328.063**	**1.074.967**
Despesas Correntes	171.506	555.806
Despesas de Capital	156.557	519.161
Recursos Extraorçamentários	**247.486**	**462.707**
Crédito e Demais Fontes	247.486	462.707
Valores Globais	**575.549**	**1.537.675**
	2.113.223	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 1112 - Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no País e no exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2016-2019

• 04EX - Aumentar de 48,4 para 51,4 a nota da dimensão Marketing e Promoção do Destino no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

Órgão responsável: Ministério do Turismo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	44,40	unidade
Região Nordeste	49,10	unidade
Região Norte	34,90	unidade
Região Sudeste	63,70	unidade
Região Sul	68,90	unidade

• 04EY - Aumentar de 36,2 para 38,1 a nota da dimensão Monitoramento no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

Órgão responsável: Ministério do Turismo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	35,10	unidade
Região Nordeste	31,90	unidade
Região Norte	26,40	unidade
Região Sudeste	48,90	unidade
Região Sul	57,50	unidade



- 04EZ - Aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros no país de 6,2 milhões para 7,1 milhões.

Órgão responsável: Ministério do Turismo

Iniciativas

- 05LX - Elaboração e implantação do Plano Nacional Estratégico de Estatísticas de Turismo.
- 05LY - Realização de estudos, pesquisas e sistematização de dados para subsidiar políticas de desenvolvimento do turismo.
- 05LZ - Promoção, marketing e apoio à comercialização de destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no exterior para ampliar o fluxo turístico internacional para o Brasil.
- 05M0 - Ampliação do intercâmbio de informações e das parcerias para a realização de ações de promoção do Brasil no exterior com instituições públicas e privadas.
- 05M1 - Apoio à organização e promoção dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.
- 05P5 - Apoio à realização de filmes nacionais e estrangeiros nos destinos turísticos.
- 05P6 - Apoio à comemoração de réveillon, carnaval, festas juninas e eventos estimuladores de fluxo turístico.
- 06J4 - Promoção, marketing e apoio à comercialização voltada para o incentivo a viagem no mercado doméstico.
- 05T4 - Interlocução para facilitação dos vistos de turismo, ampliação dos acordos de férias-trabalho e qualificação das recomendações de viagens ao Brasil.

OBJETIVO: 1111 - Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos.

Órgão Responsável: Ministério do Turismo

Metas 2016-2019

- 04EL - Aumentar de 58,1 para 70,0 a nota da dimensão Políticas Públicas no Índice de Competitividade do Turismo Nacional.

Órgão responsável: Ministério do Turismo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	70,00	unidade
Região Centro-Oeste	75,40	unidade
Região Nordeste	62,60	unidade
Região Norte	59,30	unidade
Região Sudeste	74,10	unidade
Região Sul	80,40	unidade

- 04EP - Qualificar 24.000 profissionais da cadeia produtiva do turismo.

Órgão responsável: Ministério do Turismo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4.000,00	unidade
Região Nordeste	6.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	8.000,00	unidade
Região Sul	4.000,00	unidade

- 04ET - Concluir 2.000 obras de infraestrutura turística.

Órgão responsável: Ministério do Turismo

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	2.000,00	unidade
Região Centro-Oeste	200,00	unidade
Região Nordeste	720,00	unidade
Região Norte	200,00	unidade
Região Sudeste	480,00	unidade
Região Sul	400,00	unidade

Iniciativas

- 05O9 - Fortalecimento da gestão descentralizada, da cooperação regional e da participação social.
- 05OA - Apoio à elaboração, revisão e implementação de estudos e planos de desenvolvimento turístico de estados, municípios e regiões.
- 05OB - Melhoria da informação turística nos destinos, sobretudo com a utilização de soluções de Tecnologia da Informação (TI) aplicadas ao setor.
- 05OC - Apoio aos entes públicos na contratação e na execução de projetos com recursos oriundos de financiamentos externos no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).
- 05OD - Melhoria da infraestrutura turística por meio de repasse de recursos para estados e municípios.
- 05OE - Promoção da qualificação de profissionais visando a melhoria da prestação de serviços no setor de turismo.
- 05OF - Apoio a ações de promoção e de atração de investimentos privados, por meio da disseminação de informações ao investidor e da articulação junto ao setor privado, aos órgãos federais e aos entes subnacionais que atuem na promoção de investimentos.
- 05OG - Promoção de linhas de financiamento para o turismo por meio da interlocução com instituições financeiras e com agentes do setor privado.
- 05OH - Estabelecimento de padrões e normas de qualidade, eficiência e segurança para a prestação de serviços turísticos.
- 05OI - Apoio ao empreendedorismo e assistência técnica para a melhoria dos serviços turísticos.
- 05OJ - Estímulo e valorização da produção associada ao turismo para a inclusão produtiva, por meio do apoio técnico e financeiro a projetos.
- 05OK - Promoção da sustentabilidade e acessibilidade dos destinos, produtos e serviços turísticos, como o portal Turismo Acessível e a implementação da Campanha Passaporte Verde.
- 05OL - Enfrentamento à exploração de crianças e adolescentes no turismo, por meio de ações de capacitação e sensibilização de turistas e profissionais do setor.
- 05OM - Revisão da Lei Geral do Turismo (Lei nº 11.771/2008) e melhoria do marco legal para a facilitação do ambiente de negócios.
- 05P2 - Proteção do consumidor turista nas redes de defesa administrativas nacionais.
- 05P3 - Promoção da qualificação dos profissionais de segurança pública para proteção do turista.
- 05P4 - Apoio à estruturação de atividades turísticas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais com foco na valorização cultural, na promoção de oportunidades e na igualdade de gênero, raça e geração.
- 05SZ - Apoio à implementação de Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) com finalidade turística.
- 05T0 - Reestruturação da formação voltada ao turismo.
- 05T1 - Promoção de ações de segurança alimentar no setor de turismo.
- 05T2 - Fomento à pesquisa e ao conhecimento, ao empreendedorismo inovador, e ao desenvolvimento de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) aplicadas ao setor de turismo.
- 05T3 - Fortalecimento do turismo de pesca amadora e valorização da gastronomia do pescado.
- 06QO - Realização de obras de infraestrutura de acesso aos Atrativos Turísticos nos municípios de Barra de São Miguel (AL), Beberibe (CE), Trairi (CE), Redenção (CE), Pacoti (CE), Bodoquena (MS), Bonito (MS), Mimoso (MT), Igarassu (PE), Itapissuma (MT), Itamaracá (PE) e Santa Luzia do Itanhy (SE).
- 06QP - Requalificação de orlas nos munícipios de Rio Branco (AC), Salvador (BA), Fortaleza (CE), Guarapari (ES), Belo Horizonte (BH), Cuiabá (MT), Niterói (RJ), Aracajú (SE) e Laranjeiras (SE).

PROGRAMA: 2029 - Desenvolvimento Regional e Territorial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste	índice numérico	31/12/2014	0,43
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste	índice numérico	31/12/2014	0,60
Coeficiente de Gini da média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos per capita, por município, do Fundo Constitucional do Norte	índice numérico	31/12/2014	0,65
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Centro-Oeste e o PIB microrregional	índice numérico	30/06/2015	0,45
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Nordeste e o PIB microrregional	índice numérico	30/06/2015	0,55
Coeficiente de Gini da relação entre a média móvel centrada de 3 anos do valor dos empréstimos, por município, do Fundo Constitucional do Norte e o PIB microrregional	índice numérico	30/06/2015	0,84
Coeficiente de Gini do PIB per capita dos territórios rurais	índice numérico	30/06/2015	0,44
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Centro-Oeste)	índice numérico	30/06/2015	0,28
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Nordeste)	índice numérico	30/06/2015	0,30
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Norte)	índice numérico	30/06/2015	0,31
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Sudeste)	índice numérico	30/06/2015	0,30
Coeficiente de Gini do PIB per capita microrregional (Sul)	índice numérico	30/06/2015	0,18
Taxa de Crescimento do PIB per capita dos territórios rurais (a preços constantes)	%	30/06/2015	1,07

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**4.673.527**	**14.070.810**
Despesas Correntes	70.865	233.167
Despesas de Capital	4.602.662	13.837.644
Recursos Extraorçamentários	**52.206.815**	**185.391.026**
Crédito e Demais Fontes	19.492.552	70.246.090
Gastos Tributários	32.714.263	115.144.935
Valores Globais	**56.880.343**	**199.461.836**
	256.342.179	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0789 - Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional



Metas 2016-2019

- 02MY - Incrementar de 60% para 75% do território brasileiro com diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis, definidas por meio de iniciativas de Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) validadas pelos colegiados responsáveis.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7,50	percentual
Região Hidrográfica São Francisco	7,50	percentual

- 02N0 - Aprimorar e estabelecer mecanismos institucionais e instrumentos financeiros para o Desenvolvimento Regional e o Ordenamento do território nacional.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 02N1 - Estabelecer estratégias de desenvolvimento para centros urbano-regionais, visando ao equilíbrio do território nacional.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 02N5 - Apoiar e incentivar a implantação de 135 projetos e empreendimentos produtivos na área de atuação da Suframa.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	135,00	unidade

Iniciativas

- 035O - Desenvolvimento de estratégias e mecanismos para fortalecer, implementar, monitorar e avaliar o ZEE, e consolidar a atuação da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico – CCZEE e do Consórcio ZEE Brasil na coordenação desse instrumento no nível federal.
- 035P - Revisão e difusão das diretrizes metodológicas de elaboração do ZEE.
- 035Q - Elaboração, juntamente com os colegiados responsáveis, dos ZEEs nacional e macrorregionais, em especial o MacroZEE da região Centro-Oeste e da bacia hidrográfica do Rio São Francisco, e apoiar a elaboração dos ZEEs estaduais.
- 035V - Revisão do instrumento legal da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.
- 05RM - Revisão e ampliação do Sistema Nacional de Informações sobre Desenvolvimento Regional.
- 05RN - Aperfeiçoamento dos mecanismos que conduzem a aplicação de recursos dos programas de financiamento dos Fundos Constitucionais e a estratégia de aplicação dos Fundos de Desenvolvimento Regional.
- 05RO - Elaboração e adequação de Estudos e Planos de Desenvolvimento Regional.
- 05RP - Elaboração e implementação do sistema de governança, gestão e monitoramento de Planos de Desenvolvimento e da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.
- 05RQ - Elaboração do instrumento legal da Política Nacional de Ordenamento Territorial.
- 05RR - Desenvolvimento de metodologia para identificação das necessidades estruturantes de centros urbanos regionais.
- 05RS - Ampliação de parcerias com as instituições de ensino superior e centros de pesquisas visando à organização de uma rede de assistência técnica e ao fortalecimento técnico-gerencial de municípios e consórcios multifinalitários.
- 05RT - Promoção Comercial da Zona Franca de Manaus e divulgação das potencialidades regionais.
- 05RU - Apoio ao desenvolvimento industrial e tecnológico, na área de atuação da Suframa, que envolva a utilização sustentável da biodiversidade amazônica e a produção de componentes eletrônicos com agregação de valor.
- 05RV - Incentivo à implantação de projetos agropecuários no Distrito Agropecuário da SUFRAMA.

OBJETIVO: 0792 - Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 02NG - Organizar a estratégia de intervenção do governo federal em consonância com os planos estaduais de faixa de fronteira.

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas

- 036O - Elaboração de uma carteira de projetos para a Faixa de Fronteira.
- 036Q - Elaboração de estudos de viabilidade e projetos para a implantação de obras demandadas nos Planos Estaduais de Faixa de Fronteira.
- 036R - Apoio à implementação de obras na Faixa de Fronteira, conforme priorização de propostas dos Planos Estaduais de Faixa de Fronteira.
- 05RX - Articulação da integração econômica das cidades gêmeas.

OBJETIVO: 0840 - Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 02W6 - Estruturar 5 Rotas de Integração Nacional existentes.

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 03S6 - Fortalecer as cadeias produtivas associadas a 5 Rotas de Integração Nacional.

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas

- 03G1 - Estruturação de arranjos produtivos locais associados a Rotas de Integração.
- 03G2 - Desenvolvimento de sistemas regionais de inovação, tecnologia, produção e comercialização associados a Rotas de Integração Nacional.
- 03G3 - Apoio técnico à institucionalização de setores estratégicos associados a Rotas de Integração Nacional.

OBJETIVO: 0978 - Consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, com o compartilhamento entre poder público e sociedade civil da formulação, gestão e controle das políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 049L - Apoiar a elaboração de planos territoriais nos 239 territórios rurais e de planos estaduais em 26 unidades da federação, em consonância com o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	29,00	unidade
Região Nordeste	112,00	unidade
Região Norte	50,00	unidade
Região Sudeste	31,00	unidade
Região Sul	43,00	unidade

- 049M - Apoiar 239 Colegiados Territoriais para realização da gestão social nos territórios rurais, com ênfase na constituição e funcionamento das instâncias colegiadas de Juventude, Mulheres, Povos e Comunidades Tradicionais.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	26,00	unidade
Região Nordeste	103,00	unidade
Região Norte	43,00	unidade
Região Sudeste	27,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

Iniciativas

- 0581 - Apoio à constituição e ao funcionamento de Câmaras Temáticas nos Colegiados Territoriais, em especial de educação do campo e de inclusão produtiva.
- 0582 - Fortalecimento da articulação entre as diferentes instâncias colegiadas a nível municipal, territorial, estadual e nacional.
- 0583 - Promoção da representação dos assentamentos da reforma agrária nas instâncias colegiadas dos territórios rurais.

OBJETIVO: 0979 - Promover a qualidade de vida e a inclusão socioprodutiva com a oferta de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 049P - Apoiar 600 projetos de infraestrutura e serviços em territórios rurais.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	66,00	unidade
Região Nordeste	258,00	unidade
Região Norte	108,00	unidade
Região Sudeste	68,00	unidade
Região Sul	100,00	unidade

- 049Q - Beneficiar 15.000 famílias com ações territorializadas voltadas ao combate à pobreza no semiárido do Nordeste.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	15.000,00	unidade

Iniciativas

- 0585 - Implantação do Acordo de Cooperação com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (Fida) para a ampliação do Projeto Dom Helder Câmara.
- 0586 - Estímulo a projetos de infraestrutura e serviços que beneficiem Mulheres, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais nos territórios rurais.

OBJETIVO: 0980 - Ampliar a oferta e o acesso a bens e serviços nos territórios rurais por meio da articulação intersetorial e interfederativa de políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 049J - Apoiar 239 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, com participação social.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	26,00	unidade
Região Nordeste	103,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	43,00	unidade
Região Sudeste	27,00	unidade
Região Sul	40,00	unidade

• 049K - Implementar o Programa Territórios da Cidadania em 120 territórios rurais.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	27,00	unidade
Região Nordeste	56,00	unidade
Região Norte	12,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	15,00	unidade

Iniciativas

• 057G - Articulação com órgãos do governo federal, por meio do Grupo Interministerial do Programa Territórios da Cidadania, para a promoção da política.

• 057H - Apoio ao funcionamento de 26 Comitês de Articulação Estadual no âmbito do Programa Territórios da Cidadania.

• 057I - Apoio à atuação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável.

• 057J - Fomento à constituição de consórcios intermunicipais multifinalitários nos territórios rurais.

• 057K - Fortalecimento das perspectivas étnico-racial, de gênero e de geração na articulação de políticas públicas nos territórios rurais.

• 057L - Implantação de ações de gestão integrada das políticas públicas ambientais, agrárias e agrícolas, com vista à gestão eficiente do uso dos recursos naturais, utilizando a abordagem territorial.

OBJETIVO: 0981 - Ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, por meio da inclusão socioprodutiva, do acesso às políticas públicas, dos direitos sociais e da cidadania.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

• 049V - Promover a participação paritária de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual para ampliar o acesso às políticas públicas.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 049W - Fomentar a participação de organizações de mulheres em todos os Colegiados Territoriais e nos Comitês de Articulação Estadual.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 049X - Emitir gratuitamente 1.000.000 de documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais em territórios rurais.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	108.695,00	unidade
Região Nordeste	466.736,00	unidade
Região Norte	240.940,00	unidade
Região Sudeste	94.252,00	unidade
Região Sul	89.377,00	unidade

Iniciativas

• 058C - Formação das mulheres rurais em participação e gestão da política territorial.

• 058D - Realização de 3.600 mutirões de documentação em parceria com órgãos emissores de documentos, entidades cadastradoras e movimentos de mulheres.

• 058E - Expansão e consolidação das parcerias com os Estados para ampliação das ações educativas nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural – PNDTR.

OBJETIVO: 1098 - Promover as capacidades e as competências da população dos territórios rurais por meio da valorização dos saberes locais e da ampliação do acesso à informação, conhecimentos e tecnologias.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

• 04AG - Apoiar a formação de 10.000 atores locais nos territórios rurais em desenvolvimento territorial.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.088,00	unidade
Região Nordeste	4.310,00	unidade
Região Norte	1.798,00	unidade
Região Sudeste	1.130,00	unidade
Região Sul	1.674,00	unidade

• 04AI - Implantar 3.200 Bibliotecas Rurais Arca das Letras nos territórios rurais.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	348,00	unidade
Região Nordeste	1.379,00	unidade
Região Norte	576,00	unidade
Região Sudeste	362,00	unidade
Região Sul	535,00	unidade

Iniciativas

• 05BI - Promoção da qualificação dos Agentes de Leitura do Programa Arca das Letras.

• 05BJ - Apoio à capacitação e à formação de atores territoriais com vista à gestão social do desenvolvimento territorial e à inclusão produtiva.

• 05BK - Apoio à realização de estudos e de pesquisas para suporte ao monitoramento e avaliação do acesso à informação, ao conhecimento e à tecnologia nos territórios rurais.

• 05BL - Promoção do acesso e do uso de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC´s) nos territórios rurais.

• 05BM - Identificação e sistematização de conhecimentos e tecnologias, inclusive sociais, localmente estabelecidos.

• 05BN - Fomento ao desenvolvimento das escolas famílias agrícolas de formação por alternância.

• 05BO - Articulações institucionais, visando à promoção da educação do campo nos territórios rurais em todas as suas modalidades.

PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos	ano	31/12/2013	9,80
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos da região de menor escolaridade do país	ano	31/12/2013	9,00
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos entre os 25% mais pobres	ano	31/12/2013	7,90
Escolaridade média da população de 18 a 29 anos residente em área rural	ano	31/12/2013	7,80
Escolaridade média da população negra de 18 a 29 anos	ano	31/12/2013	9,10
IDEB do ensino médio	unidade	31/12/2013	3,70
IDEB dos anos finais do ensino fundamental	unidade	31/12/2013	4,20
IDEB dos anos iniciais do ensino fundamental	unidade	31/12/2013	5,20
Índice de doutores titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	31/12/2013	7,60
Índice de mestres titulados no país por 100 mil habitantes	unidade	31/12/2013	24,50
Número de Bolsas de estudo no exterior concedidas	unidade	31/12/2014	44.402,00
Número de bolsas de pós-graduação concedidas no país	unidade	31/12/2014	94.985,00
Número de estudantes de licenciatura que recebem bolsa do Programa de Iniciação à Docência - PIBID	unidade	31/12/2014	72.845,00
Número de jovens de 15 a 29 anos atendidos em processos formativos nas temáticas do meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental	unidade		
Número de matriculados em pós-graduação stricto sensu	unidade	31/12/2014	232.381,00
Número de matrículas em cursos de educação profissional técnica de nível médio	milhar	31/12/2014	1.885,60
Número de matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica	unidade		
Número de pessoas presas que participam de atividades educacionais	unidade	31/12/2014	85.949,00
Número de territórios etnoeducacionais (TEE) implementados no país	unidade	31/12/2014	25,00
Número de títulos de doutorado concedidos por ano	unidade	31/12/2014	16.745,00
Número de títulos de mestrado concedidos por ano	unidade	31/12/2014	50.229,00
Número de vagas de graduação em medicina autorizadas	unidade	31/12/2014	1.929,00
Número de vagas em cursos de formação continuada para professores da educação básica, demais profissionais da educação, gestores e membros da comunidade escolar	unidade		
Percentual de crianças e adolescentes de famílias beneficiárias do PBF com frequencia escolar informada no Sistema Presença	%	31/12/2013	87,96
Percentual de escolas atendidas nas ações desenvolvidas para educação em direitos humanos, ambiental, alimentar e nutricional, para relações étnico-raciais, promoção da inclusão escolar e da cultura	%		
Percentual de investimento público total em educação em relação ao PIB	%	31/12/2013	6,60
Percentual de matrículas de educação de jovens e adultos na forma articulada à educação profissional	%	31/12/2014	1,67
Percentual de matrículas em educação integral nas escolas públicas de educação básica	%	31/12/2013	13,02
Percentual de mestres ou doutores no corpo docente das Instituições de Ensino Superior	%	31/12/2013	72,61
Percentual de professores da educação básica com pós-graduação lato sensu ou stricto sensu	%	31/12/2013	30,66
Percentual de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) utilizado na aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a	%	31/12/2014	21,40

alimentação escolar	%	31/12/2014	21,40
Percentual de unidades da federação que cumprem a Lei do piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica (Lei 11.738/2008)	%	31/12/2014	67,00
Pronatec - Total de matrículas confirmadas	unidade	31/12/2014	8.118.340,00
Taxa bruta de matrícula na educação superior	%	31/12/2013	30,30
Taxa bruta de matrícula na educação superior entre os 25% mais pobres	%	31/12/2013	7,30
Taxa bruta de matrícula na educação superior na região de menor escolaridade do país	%	31/12/2013	24,50
Taxa bruta de matrículas na educação superior para a população negra	%	31/12/2013	22,10
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais	%	31/12/2013	8,50
Taxa de analfabetismo funcional da população de 15 anos ou mais de idade	%	31/12/2013	18,10
Taxa de escolarização líquida no ensino fundamental de 9 anos (6 a 14 anos)	%	31/12/2013	89,40
Taxa de escolarização líquida no ensino médio (15 a 17 anos)	%	31/12/2013	55,10
Taxa de frequência à escola/creche - população de 0 a 3 anos	%	31/12/2013	23,20
Taxa de frequência à escola - população de 15 a 17 anos	%	31/12/2013	84,20
Taxa de frequência à escola - população de 4 e 5 anos	%	31/12/2013	81,40
Taxa de inclusão de alunos de 4 a 17 anos público-alvo da educação especial nas classes comuns do ensino regular	%	31/12/2014	86,93
Taxa de ocupação das vagas de R1 (1º ano) nos Programas de Residência Médica	%	31/03/2015	69,60
Taxa líquida de matrícula na educação superior, ajustada	%	31/12/2013	20,20

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**45.633.187**	**144.665.249**
Despesas Correntes	40.699.041	127.905.144
Despesas de Capital	4.934.146	16.760.105
Recursos Extraorçamentários	**1.728.213**	**5.147.918**
Crédito e Demais Fontes	344.175	500.175
Gastos Tributários	1.384.038	4.647.743
Valores Globais	**47.361.400**	**149.813.167**
	197.174.567	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 1007 - Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2016-2019

- 04KE - Aprovar e apoiar a implementação da Base Nacional Comum Curricular, a ser pactuada no âmbito de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, conforme o estabelecido no Plano Nacional de Educação.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KF - Apoiar a implantação de unidades de educação infantil.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KG - Apoiar a construção de 3 mil escolas de educação básica.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KH - Apoiar a oferta de educação em tempo integral de forma a ampliar gradualmente o atendimento para 5 milhões de matrículas.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KI - Promover ações para elevar para 90% a taxa de inclusão escolar dos estudantes matriculados de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em classes comuns da rede regular de ensino.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KJ - Promover ações voltadas para elevar em 335 mil o total de matrículas em escolas das populações do campo, das comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas nas diversas etapas e modalidades da educação básica.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KL - Atender 8 milhões de pessoas com ações voltadas à alfabetização e à elevação da escolaridade média da população de 15 anos ou mais, visando ao desenvolvimento da participação social e cidadã ao longo da vida, a diversidade e inclusão.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KM - Ofertar 560 mil vagas a jovens de 18 a 29 anos por meio de ações voltadas à elevação da escolaridade na educação básica integrada à qualificação profissional e ao desenvolvimento da participação cidadã.

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KN - Apoiar, em 100 mil escolas de educação básica, ações voltadas para a educação em direitos humanos, educação ambiental, educação alimentar e nutricional, educação para as relações étnico-raciais, promoção da inclusão escolar e da cultura, por meio da articulação com sistemas e redes de ensino.

Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 060F - Aperfeiçoamento do conceito e da metodologia de cálculo do Custo Aluno Qualidade (CAQ) como mecanismo para orientar políticas de equidade na educação básica.

- 060G - Apoio à melhoria da infraestrutura física e pedagógica mediante transferência direta de recursos para as escolas, contemplando as especificidades da diversidade e inclusão.

- 060H - Apoio técnico, pedagógico e financeiro à infraestrutura escolar para as redes de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

- 060I - Apoio técnico e financeiro para a construção de escolas de educação básica em áreas indígenas, remanescentes de quilombos e do campo.

- 060J - Promoção da criação de programa nacional de renovação do ensino médio.

- 060K - Fomento a ações para adequação idade/ano escolar no ensino fundamental.

- 060L - Apoio aos estudantes de todas as etapas da educação básica por meio de programas suplementares de alimentação e transporte escolar; de saúde na escola; e de materiais pedagógicos, didáticos e paradidáticos, periódicos e obras de referência, considerando as especificidades da diversidade e da inclusão.

- 060M - Promoção de ações para a redução da taxa de analfabetismo e elevação da escolaridade, especialmente nas populações negra, do campo, quilombolas, povos indígenas, pessoas em privação de liberdade, pessoas em situação de rua, catadores de materiais recicláveis, pescadores e população itinerante.

- 060N - Apoio a ações de acesso à rede mundial de computadores em banda larga, aos equipamentos e aos recursos tecnológicos digitais e de acessibilidade para a utilização pedagógica nas escolas da rede pública de educação básica, contemplando as especificidades da diversidade e inclusão, compreendendo as populações do campo, da floresta, das águas, das comunidades remanescentes de quilombos, povos indígenas, entre outros.

- 060O - Apoio à organização e à oferta do atendimento educacional especializado nas escolas públicas com matrícula de estudante público-alvo da educação especial nas classes comuns.

- 060P - Apoio técnico e financeiro aos entes federados para a implementação das ações voltadas à elevação da escolaridade da juventude, bem como para a implantação de salas de acolhimento para atender os filhos de 0 a 8

anos desses jovens.

- 060Q - Realização de ações para implementação das diretrizes nacionais da diversidade e inclusão, entre elas, as para a Educação Básica nas Escolas do Campo, para a Educação das Relações Étnico-Raciais, para o Atendimento Educacional Especializado, para a Educação de Jovens e Adultos, para Jovens e Adultos em Privação de Liberdade nos Estabelecimentos Penais, para Crianças, Adolescentes e Jovens em Situação de Itinerância, para a Educação Escolar Indígena, para a Educação em Direitos Humanos, para a Educação Ambiental e para a Educação Escolar Quilombola.

- 060R - Apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola de crianças, adolescentes e jovens na faixa etária de 06 a 17 anos de idade beneficiários do Programa Bolsa Família.

- 060S - Apoio à ampliação das condições de acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC).

- 06C6 - Fomento à oferta de programas de atendimento à juventude, principalmente nos municípios prioritários do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios.

- 06H2 - Implantação do Canal da Educação no Sistema Público de Televisão Digital e fomento à produção de conteúdos digitais voltada a sua programação.

OBJETIVO: 1008 - Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2016-2019

- 04K7 - Realizar 400 mil novas matrículas em programas de formação inicial de professores para a educação básica.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04K8 - Ampliar gradualmente de 90 mil para 120 mil o número de bolsas ofertadas anualmente pelo programa de iniciação à docência visando à promoção da qualidade da formação docente.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04K9 - Ofertar 115 mil novas matrículas em cursos de pós-graduação (especializações e mestrados profissionais) ofertados nas modalidades a distância e semipresencial, destinados a professores da educação básica.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KA - Apoiar a oferta de 1,2 milhão de vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação e gestores, em colaboração com os sistemas de ensino.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KB - Apoiar a oferta de 365 mil vagas em cursos de formação continuada para professores, demais profissionais da educação, gestores e membros da comunidade escolar nas modalidades e temas da diversidade e inclusão, em colaboração com os sistemas de ensino.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KC - Disponibilizar rede de assistência técnica, nas 27 unidades da federação, para apoiar estados, Distrito Federal e municípios na elaboração, adequação e no desenvolvimento de políticas de valorização dos profissionais da educação, considerando condições de trabalho, carreira e remuneração, tomando como referência o piso salarial profissional nacional.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 060T - Coordenação da Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação, resultante de pactuação da União, estados, Distrito Federal e municípios, conforme disposto no Plano Nacional de Educação.

- 060U - Fortalecimento dos fóruns estaduais permanentes de apoio à formação docente, contribuindo para a realização, em colaboração com os sistemas de ensino, do planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por formação inicial e continuada.

- 060V - Articulação, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, para a regulamentação dos requisitos necessários para a implementação das turmas no âmbito dos programas especiais de oferta emergencial de formação docente.

- 060W - Articulação, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, para definição de diretrizes para a formação de professores da educação profissional e tecnológica.



- 060X - Apoio às instituições federais de educação superior no processo de institucionalização dos Cursos de Licenciaturas: Interculturais Indígenas, Educação do Campo, Educação Escolar Quilombola e Educação para as Relações Étnico Raciais.
- 060Y - Apoio às instituições de ensino superior públicas para a formação de professores indígenas, nas Licenciaturas Interculturais Indígenas, e de professores das comunidades do campo, quilombolas, povos da floresta e das águas para docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio.
- 060Z - Implantação de ações voltadas à formação inicial e continuada dos profissionais que atuam na educação profissional e tecnológica.
- 0616 - Promoção da formação continuada aos profissionais da educação básica, incluindo ações de cooperação e mobilidade acadêmica e docente, nacionais e internacionais.
- 0619 - Realização da Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente.
- 061A - Elaboração, em colaboração com estados, Distrito Federal e municípios, de política de melhoria das condições de trabalho dos profissionais da educação.
- 061B - Constituição de fórum permanente para aperfeiçoar o processo de acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.
- 0626 - Realização de estudos visando ao aperfeiçoamento do mecanismo de complementação da União a estados, Distrito Federal e municípios para a melhoria salarial dos profissionais do magistério.
- 06PN - Inserção do conteúdo das relações étnico-raciais nos cursos de formação inicial de professores.
- 06PO - Qualificação dos professoras da Educação de Jovens e Adultos no estudo das relações raciais.
- 06QN - Apoio aos estudantes de licenciatura para a conclusão dos seus cursos, com especial ênfase nas áreas de física, química, sociologia, filosofia e outras áreas de maior carência.

OBJETIVO: 1009 - Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2016-2019

- 04KO - Promover ações para a oferta de 10% das matrículas de Educação de Jovens e Adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma articulada à educação profissional.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KP - Promover a expansão das matrículas da educação profissional técnica de nível médio para 1,8 milhões de estudantes matriculados.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KQ - Ofertar 5 milhões vagas em cursos técnicos e de formação inicial e continuada no conjunto de iniciativas do Pronatec.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 0614 - Garantia de que pelo menos 50% da expansão das matrículas de cursos técnicos de nível médio seja realizada no segmento público.
- 0615 - Promoção de ações para assegurar que, para cada 10 matrículas no segundo segmento do ensino fundamental e ensino médio, haja pelo menos uma matrícula na educação profissional técnica de nível médio, com a diminuição das diferenças entre as unidades da federação.
- 0617 - Promoção de ações para ampliar o acesso e as condições de permanência e êxito dos estudantes, nos cursos de educação profissional técnica de nível médio e nos cursos de formação inicial e continuada, bem como de inserção socioprofissional, prioritariamente para estudantes da rede pública, trabalhadores, beneficiários dos programas federais de transferência de renda, pessoas com deficiência, população negra, populações do campo, povos indígenas e quilombolas.
- 0618 - Promoção de ações voltadas à consolidação dos institutos federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional.
- 061C - Promoção de ações voltadas ao fortalecimento das redes estaduais e distrital de educação profissional e tecnológica.

- 061F - Promoção de ações de engajamento dos Institutos Federais com o setor produtivo, por meio de projetos de pesquisa, de extensão e de inovação, visando ao desenvolvimento local e regional, bem como à inserção socioprofissional dos egressos.

- 061G - Promoção de ações voltadas ao alinhamento da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica às demandas locais e regionais.

- 061J - Promoção de ações voltadas à organização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica por itinerários formativos, visando à articulação e ao aproveitamento de estudos entre cursos de formação inicial e continuada, técnicos e superiores de tecnologia, bem como à elevação de escolaridade, constituindo trajetórias de formação com maiores possibilidades de inserção socioprofissional.

- 0620 - Ampliação e fortalecimento dos processos de reconhecimento de saberes e competências profissionais.

OBJETIVO: 1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2016-2019

- 04KX - Ampliar para 1,4 milhão o número de matrículas em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KY - Elevar de 180 mil para 300 mil o número de matrículas em cursos de graduação e pós-graduação na modalidade a distância, pelo Sistema UAB (Universidade Aberta do Brasil), em todas as áreas do conhecimento.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04KZ - Ofertar 1 milhão de novas bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (Prouni).

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L0 - Conceder 1,4 milhão de novos financiamentos com recursos do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L1 - Ampliar de 245 mil para 305 mil o número de matrículas anuais em programas de pós-graduação stricto sensu.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L2 - Ampliar de 73 mil para 91 mil o número de mestres e doutores titulados anualmente em programas de pós-graduação stricto sensu.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L3 - Ampliar de 95 mil para 110 mil o número de bolsas de estudo no país concedidas anualmente em programas de pós graduação stricto sensu.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L4 - Alcançar 25 mil novas bolsas de estudos no exterior.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L5 - Autorizar 2.620 novas vagas de graduação em medicina, com ênfase na interiorização dos cursos e no atendimento de regiões com maior carência de profissionais.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 061S - Consolidação do processo de interiorização das universidades federais de forma a contribuir com a integração e o desenvolvimento regional.

- 061T - Ampliação e interiorização da educação superior na modalidade a distância por meio da implantação de novos polos da Universidade Aberta do Brasil (UAB), preferencialmente nos municípios entre 20 mil e 100 mil habitantes, e nas periferias dos municípios de grande porte (acima de 100 mil habitantes).



- 061U - Consolidação do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) como processo seletivo para acesso a vagas em cursos de graduação de instituições públicas e gratuitas de educação superior, com adesão de 100% das instituições federais vinculadas ao Ministério da Educação.

- 061V - Ampliação para 32% a oferta de vagas em cursos de graduação presencial em universidades federais em turno noturno.

- 061W - Fortalecimento das ações de assistência estudantil, atendendo com bolsa permanência os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e que atendam os demais requisitos definidos em normativo específico, contribuindo para permanência e rendimento acadêmico do estudante na educação superior.

- 061X - Fortalecimento das atividades de regulação e do aprimoramento dos instrumentos de regulação, supervisão e avaliação das instituições e dos cursos superiores, contribuindo para a promoção da qualidade da educação superior.

- 061Y - Realização de ações voltadas para a efetividade da expansão da educação superior, com a indução da oferta alinhada às necessidades regionais e às metas de desenvolvimento econômico e social do país.

- 0621 - Democratização do acesso online à informação científica internacional de alto nível, por meio do Portal de Periódicos.

- 0622 - Ampliação do apoio aos programas de pós-graduação stricto sensu integrantes do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), aos projetos de pesquisa e à realização de eventos científicos.

- 0623 - Ampliação e consolidação institucional do Programa Idiomas sem Fronteiras, preparando linguisticamente a comunidade acadêmica para programas no exterior e atraindo pesquisadores e estudantes estrangeiros para universidades brasileiras.

- 0624 - Promoção da mobilidade internacional de professores, pesquisadores e estudantes, visando à internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras.

- 0625 - Ampliação do apoio a projetos conjuntos de pesquisa e parcerias universitárias, em nível de pós-graduação, no âmbito das ações de cooperação e mobilidade acadêmica e científica internacional.

- 0627 - Articulação, em conjunto com o Conselho Nacional de Educação, da inclusão de conteúdos de acessibilidade e desenho universal nas diretrizes curriculares da educação profissional e tecnológica e do ensino superior dos cursos de Engenharia, Arquitetura e correlatos.

- 0628 - Consolidação da implantação das novas diretrizes curriculares nacionais da graduação em medicina em todos os cursos das instituições federais de educação superior abertos a partir de 2014, em colaboração com as universidades federais.

- 0629 - Consolidação das atividades de supervisão e acompanhamento a programas de aperfeiçoamento e integração ensino-serviço e provimento emergencial de profissionais de saúde.

- 062A - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com fortalecimento da formação de recursos humanos na área da saúde.

- 06RK - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA

- 06RW - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA

- 06RX - Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA

- 06RY - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA

- 06RZ - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima

- 06S0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins

- 06S1 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Rondônia

- 06S2 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Acre

- 06S3 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá

- 06S4 - Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre

- 06S5 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora

OBJETIVO: 1011 - Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social.

Órgão Responsável: Ministério da Educação

Metas 2016-2019

- 04L6 - Realizar o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L7 - Promover, em cooperação federativa, o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa, considerando o princípio constitucional da gestão democrática.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L8 - Implementar o Plano de Ações Articuladas 2015-2018, pactuando com as secretarias de educação de estados, Distrito Federal e municípios a execução de metas dos planos subnacionais consonantes ao Plano Nacional de Educação.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04LJ - Implementar a política de gestão da Educação Escolar Indígena por meio da ampliação de 25 para 41 territórios etnoeducacionais (TEEs) em regime de colaboração com os sistemas de ensino.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04L9 - Criação e disponibilização de sistemas informacionais e gerenciais integrados, em colaboração com os sistemas de ensino, visando ao aprimoramento da gestão e da avaliação educacionais.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04LA - Fortalecer a gestão escolar por meio da criação e disponibilização de mecanismos que facilitem a interpretação pedagógica dos resultados de testes educacionais e a interlocução com a sociedade.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 062B - Coordenação da agenda instituinte do Sistema Nacional de Educação.
- 062D - Prestação de assistência técnica a estados, Distrito Federal e municípios, mediante adesão, para monitoramento dos planos estaduais, distrital e municipais de educação.
- 062E - Apoio à realização das conferências nacionais de educação, em todas as suas etapas, promovendo o acompanhamento de suas deliberações e fortalecendo a gestão democrática da educação.
- 062F - Apoio à realização de conferências nacionais de educação específicas da diversidade e inclusão, entre elas, a Infantojuvenil pelo Meio Ambiente e a de Educação Escolar Indígena.
- 062G - Apoio ao Fórum Nacional de Educação (FNE) no cumprimento de suas funções, inclusive no monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação, fortalecendo a gestão democrática da educação.
- 062H - Oferta de vagas em cursos de formação continuada, em colaboração com os sistemas de ensino e instituições públicas de educação superior, para o aprimoramento da gestão pedagógica e administrativa e o fortalecimento da gestão democrática.
- 063B - Apoio e fortalecimento das práticas de gestão educacional e escolar próprias da diversidade.
- 062J - Realização do monitoramento e da avaliação de políticas e programas educacionais implantados pelo Governo Federal.
- 062P - Concepção e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, incluindo a avaliação da educação infantil, em colaboração com os sistemas de ensino.
- 062Q - Concepção e implantação do Sistema de Avaliação da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- 062R - Fortalecimento do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).
- 062S - Aperfeiçoamento dos instrumentos de avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).
- 062T - Promoção do uso, em todos os levantamentos estatísticos, de número único de identificação dos estudantes, de forma a viabilizar o acompanhamento de sua trajetória escolar.
- 062U - Concepção e implantação de sistemas informatizados para realização de testes adaptativos.
- 062V - Implementação de formas de registrar a aquisição de habilidades socioemocionais dos estudantes.
- 062W - Disseminação de informações educacionais especializadas por segmentos: gestores de educação, instituições educacionais, pesquisadores, educadores, estudantes, sociedade civil e organismos internacionais.
- 062X - Fortalecimento da cooperação internacional nas ações de estatísticas internacionais comparadas e nas avaliações da educação básica e superior.



• 061Z - Definição de marco regulatório para a educação profissional e tecnológica a distância e sua sistemática de avaliação.

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica	MW	31/12/2014	133.913,00
Capacidade instalada de Transformação	MVA	31/12/2014	15.672,00
Carga interrompida no Sistema Elétrico Brasileiro	MW	31/12/2014	26.443,00
Extensão de linhas de Transmissão	km	31/12/2014	125.727,00
Índice Aneel de Satisfação do Consumidor - IASC	%	31/12/2014	67,74
Índice de perdas no segmento de distribuição	%	31/12/2014	4,30
Número de Unidades Consumidoras	unidade	31/12/2014	77.008.816,00
Tarifa Média de Fornecimento de Energia Elétrica	R$/MWh	31/12/2014	277,18
Taxa de Expansão da Capacidade instalada de Geração de Energia Elétrica - Não Renováveis	%	31/12/2014	1,21
Taxa de Expansão da Capacidade Instalada de Geração de Energia Elétrica - Renováveis	%	31/12/2014	6,81
Taxa de importação de energia elétrica	%	31/12/2014	4,36
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Biomassa	%	31/12/2014	9,30
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Carvão Mineral	%	31/12/2014	2,70
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Eólica	%	31/12/2014	3,60
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Gás	%	31/12/2014	9,40
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Hidráulica	%	31/12/2014	66,60
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Petróleo	%	31/12/2014	6,80
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Solar	%	31/12/2014	0,01
Taxa de participação das fontes primárias na matriz elétrica - Urânio	%	31/12/2014	1,50

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**876.383**	**2.735.837**
Despesas Correntes	873.099	2.722.388
Despesas de Capital	3.285	13.448
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**10.728.010**	**32.635.642**
Recursos Extraorçamentários	**38.355.239**	**125.803.895**
Crédito e Demais Fontes	35.281.251	115.233.442
Gastos Tributários	3.073.988	10.570.453
Valores Globais	**49.959.633**	**161.175.373**
	211.135.006	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	1.000.000

OBJETIVO: 0019 - Expandir a capacidade de geração do sistema elétrico brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0001 - Adicionar 14.655 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	900,00	megawatt
Região Nordeste	5,00	megawatt
Região Norte	13.000,00	megawatt
Região Sudeste	150,00	megawatt
Região Sul	600,00	megawatt

- 0008 - Adicionar 7.500 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7.000,00	megawatt
Região Sul	500,00	megawatt

- 0005 - Adicionar 6.400 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de fontes térmicas

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	450,00	megawatt
Região Nordeste	2.050,00	megawatt
Região Norte	750,00	megawatt
Região Sudeste	1.650,00	megawatt
Região Sul	1.500,00	megawatt

- 0007 - Adicionar 810 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir de outras fontes alternativas

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	megawatt
Região Nordeste	500,00	megawatt
Região Sudeste	300,00	megawatt

Iniciativas

- 0002 - Implantação da Usina Hidrelétrica Belo Monte (PA)
- 000H - Implantação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio (RO)
- 000C - Implantação da Usina Hidrelétrica Jirau (RO)
- 000J - Implantação da Usina Hidrelétrica São Luiz do Tapajós (PA)
- 000B - Implantação da Usina Hidrelétrica Jatobá (PA)
- 000K - Implantação da Usina Hidrelétrica São Manoel (MT/PA)
- 0005 - Implantação da Usina Hidrelétrica Colider (MT)
- 0008 - Implantação da Usina Hidrelétrica Binacional Garabi (RS)
- 000F - Implantação da Usina Hidrelétrica Binacional Panambi (RS)
- 000D - Implantação da Usina Hidrelétrica Marabá (MA/PA/TO)
- 0009 - Implantação da Usina Hidrelétrica Itapiranga (RS/SC)



- 000L - Implantação da Usina Hidrelétrica Serra Quebrada (MA/TO)
- 0001 - Implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu (PR)
- 000O - Implantação da Usina Hidrelétrica Tabajara (RO)
- 000N - Implantação da Usina Hidrelétrica Sinop (MT)
- 000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RJ)
- 000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)
- 04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)
- 05PF - Implantação de Nova Usina Termelétrica Novo Tempo (PE)
- 05PG - Implantação de Nova Usina Termelétrica Pampa Sul (RS)
- 05PH - Implantação de Nova Usina Termelétrica Porto de Sergipe (SE)
- 000S - Implantação de Usinas Hidrelétricas - UHE
- 000W - Implantação de Usinas Termelétricas - UTE
- 000R - Implantação de Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH
- 000X - Implantação de Usinas Eólicas – UEE
- 04U5 - Implantação de Usinas de Fonte Solar
- 000Y - Implantação de Usinas de outras fontes alternativas
- 04U6 - Ampliação e repotenciação da capacidade de geração de energia elétrica das usinas em operação
- 04IM - Implantação da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (AP)
- 06QQ - Implantação da Usina Hidrelétrica Bem Querer (RR)
- 06QR - Implantação da Usina Hidrelétrica Castanheira (AM/MT)
- 06QS - Implantação da Usina Termelétrica Rio Grande (RS)
- 06RE - Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (BA)
- 06SH - Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP)
- 06SI - Implantação de Parques Eólicos na Região Nordeste

OBJETIVO: 0036 - Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0023 - Implantar 23.000 km de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	4.100,00	quilômetro
Região Nordeste	8.000,00	quilômetro
Região Norte	3.700,00	quilômetro
Região SE/CO	5.200,00	quilômetro
Região Sul	2.000,00	quilômetro

- 0026 - Implantar 27.500 MVA de novas subestações no Sistema Elétrico Nacional

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	5.500,00	megavolt ampére

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	8.000,00	megavolt ampére
Região Norte	4.500,00	megavolt ampére
Região SE/CO	7.500,00	megavolt ampére
Região Sul	2.000,00	megavolt ampére

- 0029 - Adicionar 20.000 MVA de capacidade nas subestações de transmissão existentes

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6.000,00	megavolt ampére
Região Norte	1.600,00	megavolt ampére
Região SE/CO	8.900,00	megavolt ampére
Região Sul	3.500,00	megavolt ampére

- 002D - Reforçar ou recapacitar 1.160 km de linhas de transmissão existentes no Sistema Elétrico Nacional

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	700,00	quilômetro
Região SE/CO	160,00	quilômetro
Região Sul	300,00	quilômetro

Iniciativas

- 002B - Implantação do Sistema de Integração do Complexo Belo Monte
- 0020 - Implantação da Interligação Manaus - Boa Vista (AM/RR)
- 04UD - Implantação da Linha de Transmissão de 500 kV Itatiba - Araraquara 2 - Fernão Dias
- 04UE - Interligação N-NE/N-SE (Barreiras II-Rio das Éguas-Luziânia-Pirapora 2)
- 05PI - Implantação das Linhas de Transmissão, circuitos 1 e 2, de 500KV Xingu - Parauapebas e Parauapebas - Miracema.
- 04UF - Ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)
- 04UG - Implantação de reforços e melhorias do sistema de transmissão e subestações existentes
- 05PJ - Interligação N-NE/N-SE (Miracema - Gilbués II - Barreiras II - Bom Jesus da Lapa II -Ibicoara-Sapeaçú)
- 05PK - Reforços na Região Sudeste - Linhas de Transmissão em 500 kV
- 0027 - Implantação de Linhas de Transmissão e Subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN
- 06QT - Interligação Norte e Nordeste (Leilão Aneel nº 007/2014, Lote A)
- 06RD - Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

OBJETIVO: 0436 - Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 044G - Adicionar 4.400 km de linhas de distribuição de alta tensão ao sistema elétrico

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.250,00	quilômetro
Região Nordeste	1.650,00	quilômetro
Região Norte	1.500,00	quilômetro



• 012W - Adicionar 8.300 km de redes de distribuição em média tensão ao sistema elétrico

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	quilômetro
Região Nordeste	1.700,00	quilômetro
Região Norte	3.600,00	quilômetro

• 044H - Adicionar 6.500 MVA de capacidade de transformação em subestações

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.300,00	megavolt ampére
Região Nordeste	800,00	megavolt ampére
Região Norte	3.400,00	megavolt ampére

• 0130 - Reduzir em 4% o índice de perdas técnicas e comerciais de distribuição

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	0,70	percentual
Região Nordeste	6,50	percentual
Região Norte	6,50	percentual

Iniciativas

• 01FU - Disponibilização da geração de energia elétrica necessária aos Sistemas Isolados

• 01FW - Regularização de ligações de energia elétrica, visando a redução de perdas - Plano Energia Mais

• 04UH - Implementação da regulamentação sobre incorporação de ativos particulares (redes de distribuição) para a concessão

• 06R9 - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Amazonas

• 06RA - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Goiás

• 06SJ - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Piauí

• 06SK - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Rondônia

OBJETIVO: 0437 - Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

• 044I - Manter o índice de disponibilidade do sistema de geração igual ou superior a 92%

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	87,80	percentual
Região Norte	99,00	percentual
Região SE/CO	84,40	percentual
Região Sul	99,00	percentual

• 044J - Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada (TEIF) dos sistemas de geração em 2,4%

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,80	percentual
Região Norte	2,00	percentual
Região SE/CO	2,00	percentual
Região Sul	2,00	percentual



• 044K - Reduzir a Taxa Equivalente de Indisponibilidade Programada (TEIP) dos sistemas de geração em 4,0 %

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	9,90	percentual
Região Norte	2,00	percentual
Região SE/CO	2,00	percentual
Região Sul	2,00	percentual

• 044L - Manter o índice de disponibilidade do sistema de transmissão igual ou superior a 99%

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	98,80	percentual
Região Norte	99,90	percentual
Região SE/CO	98,50	percentual
Região Sul	99,00	percentual

• 044M - Implementar 632 ações previstas no PMI (Plano de Modernização de Instalações) para melhoria no desempenho do sistema elétrico nacional

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	80,00	unidade
Região Norte	300,00	unidade
Região SE/CO	225,00	unidade
Região Sul	27,00	unidade

Iniciativas

• 01G1 - Manutenção do parque gerador de energia elétrica

• 01G2 - Manutenção do sistema de transmissão de energia elétrica

OBJETIVO: 0034 - Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica por meio da elaboração de estudos de expansão da geração e da transmissão, bem como da promoção de leilões.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

• 001Q - Inventariar o equivalente a 7.200 MW de capacidade de geração hidrelétrica

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	7.200,00	megawatt

• 001X - Realizar estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental para 4 novas usinas nucleares.

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 044N - Realizar e aprovar estudos de viabilidade de usinas hidrelétricas com potencial total da ordem de 5.600 MW

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Amazônica	200,00	megawatt
Região Hidrográfica Atlântico Leste	60,00	megawatt
Região Hidrográfica Paraná	760,00	megawatt
Região Hidrográfica Parnaíba	200,00	megawatt
Região Hidrográfica São Francisco	480,00	megawatt
Região Hidrográfica Tocantins-Araguaia	3.600,00	megawatt
Região Hidrográfica Uruguai	300,00	megawatt



• 044O - Realizar Leilões para Expansão da Transmissão em 34.000km

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 044P - Realizar Leilões para expansão da geração em 28.700 MW

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 04NP - Realizar Leilões para Expansão da capacidade de transformação em 88.000 MVA

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

• 04UJ - Projetar e viabilizar para leilões 28.700 MW de capacidade instalada de geração a partir das fontes biomassa, eólica, solar, termelétrica e hídrica.

• 05HE - Projetar e viabilizar para leilões 34.000 km de linhas de transmissão da Rede Básica

• 04UI - Projetar e viabilizar para leilões 88.000 MVA de capacidade de transformação da Rede Básica

• 04UN - Definição de critérios de qualificação de tecnologias a serem adotadas para fonte nuclear

• 04UO - Integração entre o Planejamento Estratégico e os diversos planejamentos setoriais

• 04UP - Articulação com órgãos intervenientes no intuito de aprimorar o processo de licenciamento dos empreendimentos de energia elétrica

OBJETIVO: 0029 - Acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

• 04FX - Monitorar e viabilizar a entrada em operação de 730 empreendimentos para expansão da capacidade de geração do Sistema Elétrico Brasileiro, em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	unidade
Região Nordeste	490,00	unidade
Região Norte	50,00	unidade
Região Sudeste	70,00	unidade
Região Sul	110,00	unidade

• 000D - Monitorar e viabilizar a entrada em operação de 670 empreendimentos para expansão da Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	5,00	unidade
Região Nordeste	240,00	unidade
Região Norte	100,00	unidade
Região SE/CO	185,00	unidade
Região Sul	140,00	unidade

• 044Z - Promover a ampliação do intercâmbio energético com países vizinhos, por meio da comercialização de 7.500 GWh de trocas de energia por acordos bilaterais

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 04JX - Desenvolver políticas voltadas às Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grid)

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia



Iniciativas

- 0010 - Coordenação das ações de integração elétrica com os países vizinhos
- 0014 - Monitoramento e acompanhamento do desempenho do Sistema Elétrico Brasileiro em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)
- 0015 - Monitoramento das ações de comercialização de energia e da política tarifária
- 04V0 - Implementação e estruturação do monitoramento do desenvolvimento dos sistemas de distribuição em apoio ao Comitê de Monitoramento do Sistema Elétrico (CMSE)
- 04V1 - Elaboração de conjunto de normas incentivando a implementação de Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grid) no Brasil
- 04V2 - Aprimoramento de informações relevantes sobre as tarifas de energia elétrica aplicadas no Brasil, de maneira a subsidiar decisões governamentais
- 04V3 - Promoção de estudos e normas sobre a comercialização da Geração Distribuída

OBJETIVO: 0047 - Assegurar serviços de energia elétrica adequados e com qualidade por meio dos instrumentos regulatórios.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 003K - Reduzir a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC, nacional, para 13,51 horas/ano

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,30	horas por ano
Região Nordeste	16,00	horas por ano
Região Norte	32,70	horas por ano
Região Sudeste	9,60	horas por ano
Região Sul	12,30	horas por ano

- 003N - Reduzir a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - FEC, nacional, para 8,94 vezes/ano

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,90	unidades por ano
Região Nordeste	9,00	unidades por ano
Região Norte	25,70	unidades por ano
Região Sudeste	6,40	unidades por ano
Região Sul	8,60	unidades por ano

Iniciativas

- 05KL - Regulação dos serviços de energia eletrica
- 06NL - Fiscalização dos serviços de energia elétrica
- 06NM - Participação pública no processo regulatório do setor elétrico

OBJETIVO: 0045 - Universalizar o acesso à energia elétrica.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0031 - Atender 128.226 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia



• 0456 - Universalizar 8 áreas de concessão do serviço de distribuição de energia elétrica, atingindo 95 das 101 áreas de concessão.

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

• 04VW - Monitoramento da execução dos contratos do Programa Luz para Todos, para o atendimento de novas ligações com extensão de rede ou geração descentralizada nas ligações remotas dos sistemas isolados

• 04VX - Monitoramento dos planos de universalização das distribuidoras

• 06RB - Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos - Piauí

• 06RC - Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos - Amazonas

OBJETIVO: 0439 - Desenvolver e promover soluções tecnológicas para o setor de energia elétrica do País, por meio da realização e aplicação de pesquisa, desenvolvimento e inovação.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

• 045E - Analisar e aprovar 600 projetos de pesquisa nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica com recursos de P&D geridos pela ANEEL

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

• 045C - Desenvolver e manter, no estado da arte, infraestrutura científica e de pesquisa de tecnologia avançada no campo de equipamentos e sistemas elétricos, com foco em provimento de soluções tecnológicas para o sistema Eletrobras, entidades setoriais e o setor elétrico em geral

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

• 04W2 - Ampliação da capacidade de ensaios e pesquisa experimental, alcançando níveis de tensão até 1200 kv em corrente alternada, e +- 800 kv em corrente contínua

• 04W3 - Projeto e implantação de laboratório de referência em Redes Elétricas Inteligentes (Smart Grid)

• 04W4 - Implantação de uma infraestrutura laboratorial para apoiar iniciativas na área de geração eólica

• 04W5 - Incorporação de novas funcionalidades e aprimoramento da modelagem das ferramentas computacionais voltadas para: planejamento e operação energética; planejamento, operação, supervisão e controle de sistemas elétricos; e projeto e monitoramento de instalações elétricas.

• 04WC - Incremento da utilização de recursos de computação intensiva nas metodologias e modelo de apoio ao planejamento da expansão e da operação de sistemas eletroenergéticos

• 04WD - Apoio aos programas de conservação de energia elétrica por meio da avaliação de soluções tecnológicas, implementação e difusão de boas práticas

• 04WE - Desenvolvimento e difusão de conceitos e metodologias para monitoramento e diagnóstico de instalações do sistema elétrico.

• 04WF - Formação de um banco de dados e de um sistema de consulta do Programa de P&D regulado pela ANEEL.

• 053N - Avaliação do desempenho de sistemas e tecnologias visando a inserção de geração solar fotovoltaica na matriz energética brasileira

• 05PL - Gestão do processo de avaliação de resultados alcançados nos projetos de P&D regulados pela ANEEL

OBJETIVO: 0048 - Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019



- 003Q - Evitar o consumo de 30.000 GWh de energia elétrica por meio de ações de eficiência energética

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 003V - Incentivo à substituição e destinação de equipamentos de baixa eficiência
- 003W - Promoção da conscientização sobre o uso eficiente de energia elétrica
- 003X - Promoção da sinergia entre os programas de eficiência energética existentes no País (CONPET e PROCEL)
- 003Y - Promoção de estudos visando a regulamentação da Lei de Eficiência Energética (Lei n.º 10.295/2001), expandindo a lista de equipamentos regulamentados e melhorando os indicadores de eficiência energética.

PROGRAMA: 2035 - Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Agentes capacitados para a realização de exames antidoping	unidade	31/12/2014	185,00
Índice de sedentarismo	%	31/12/2013	45,90
Proporção da população atendida com infraestrutura financiada pelo Ministério do Esporte (ME)	%	31/12/2014	93,33
Proporção de Municípios com infraestrutura atendida pelo Ministério do Esporte (ME)	%	31/12/2014	81,58
Taxa de acesso ao esporte nas escolas públicas da Educação Básica que participam do Mais Educação/MEC	%	31/12/2014	45,76

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.343.500**	**4.404.238**
Despesas Correntes	759.211	2.103.493
Despesas de Capital	584.289	2.300.746
Recursos Extraorçamentários	**3.152.368**	**3.970.767**
Gastos Tributários	3.152.368	3.970.767
Valores Globais	**4.495.868**	**8.375.005**
	12.870.873	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 1127 - Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2016-2019

- 04GN - Ampliar e qualificar o acesso ao esporte aos escolares, por meio de programas sociais, preferencialmente Segundo Tempo, Forças no Esporte, Esporte da Escola no Programa Mais Educação, voltados à formação integral, com ênfase nas áreas em situação de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04GO - Ampliar e qualificar o acesso ao esporte recreativo e ao lazer para todas as idades, por meio de núcleos comunitários, preferencialmente Programa Esporte e Lazer da Cidade e Programa Vida Saudável, com ênfase nas áreas de vulnerabilidade social com redução das desigualdades regionais.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04GP - Implantar Centros de Desenvolvimento de Pesquisas em Políticas Públicas de Esporte e Lazer da Rede CEDES, para difundir e fomentar o conhecimento científico, tecnológico e de inovação a fim de qualificar a gestão do esporte e lazer.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04GQ - Ampliar o apoio a eventos esportivos de caráter educacional e participativo, de forma inclusiva e cooperativa, que valorizem a diversidade cultural.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04S7 - Estender o benefício da renúncia fiscal com ampliação dos valores efetivamente captados em todas as unidades da federação.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

Iniciativas

- 05RC - Implantação dos Programas Esporte Lazer da Cidade e Vida Saudável, em Academias da Saúde, por meio de parceria entre Ministério do Esporte e Ministério da Saúde.
- 05RD - Ampliação e democratização de práticas esportivas, por meio de ações intersetoriais na parceria com o Ministério da Educação, em consonância com o Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014), corroborando com a implantação da escola em tempo integral e com a parceria com o Ministério da Defesa no Programa Forças no Esporte, otimizando a infraestrutura das organizações militares.
- 05RE - Ampliação do acesso a ações/programas sociais esportivos e de lazer aos povos indígenas, aos povos e comunidades tradicionais, com enfrentamento das desigualdades de gênero, etárias e étnico-raciais, fortalecendo a participação de pessoas com deficiência, por meio da articulação com os órgãos federais relacionados.
- 05RF - Ampliação e qualificação das ações de formação e assessoramento a gestores e agentes que atuam nas políticas de esporte e lazer.
- 05RG - Realização de Jogos Indígena, Quilombolas, Rurais e da População Idosa por meio de articulações interministeriais.
- 05RH - Realização de Jogos Escolares em articulação com o Programa Atleta na Escola, e fortalecimento da participação dos gestores estaduais, municipais e entidades de administração do esporte.
- 05RI - Aproximação das ações de desenvolvimento dos programas sociais esportivos e de lazer às ações de infraestrutura esportiva (CIEs, Vila do Esporte, CEUs, CRAS, CREAS, dentre outras).
- 05RJ - Criação do Fundo Nacional de Incentivo e Fomento ao Esporte, com recursos de renúncia fiscal.
- 05RK - Criação e implantação do Projeto Vila do Esporte.

OBJETIVO: 1128 - Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2016-2019

- 04GY - Manter anualmente o apoio em 100% das modalidades esportivas dos programas olímpicos e paraolímpicos.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04GZ - Manter anualmente a contemplação de 100% dos atletas que se candidatarem ao programa bolsa atleta e que preencham todos os requisitos técnicos e esportivos.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04H0 - Construir e modernizar Infraestrutura Esportiva.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04H1 - Cumprir o plano de testes de controle de dopagem em competição e fora de competição.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

Iniciativas

- 05UI - Difusão de boas práticas administrativas na Gestão Esportiva Nacional.
- 05UJ - Proposição dos projetos de lei do Plano Nacional do Desporto e Sistema Nacional do Esporte ao Poder Legislativo.
- 05UK - Implantação do Sistema de Monitoramento dos contratos de execução de obras esportivas.
- 05UL - Disponibilização de Projetos de Referência para a ampliação da qualidade da infraestrutura esportiva.
- 05UM - Implantação dos Centros de Iniciação ao Esporte.
- 05UN - Fortalecimento e ampliação da Rede Nacional de Treinamento.
- 05UO - Combate à dopagem no esporte mediante informação, educação, capacitação de agentes, inteligência e controle.

OBJETIVO: 1117 - Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2016-2019

- 04F9 - Apoiar equipes, atletas e competições para fortalecer a prática do futebol e suas modalidades derivadas.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04FA - Apoiar a defesa dos direitos do torcedor e a segurança nos estádios.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

Iniciativas

- 05N5 - Valorização do futebol feminino para ampliar a participação de atletas no esporte.
- 05N6 - Fomento a competições de futebol e modalidades derivadas e apoio a realização de pesquisas.
- 05N7 - Incentivo ao futebol como prática desportiva não profissional com melhoria das condições de participação.
- 05N8 - Elevação da qualidade da gestão e da governança das entidades de administração e de prática desportiva profissional.
- 05N9 - Apoio na melhoria das condições de acessibilidade, conforto, higiene e segurança nos estádios como garantia dos direitos do torcedor.
- 05NA - Apoio e promoção de iniciativas de prevenção da violência nos espetáculos esportivos.
- 05NB - Implantação de mecanismos de diálogo com o torcedor.

OBJETIVO: 1132 - Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos – Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Órgão Responsável: Ministério do Esporte

Metas 2016-2019

- 04HY - Coordenar e acompanhar a preparação e realização dos jogos olímpicos e paraolímpicos Rio 2016.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04HZ - Implantar e modernizar a infraestrutura esportiva necessária à realização dos Jogos Rio 2016.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

- 04I0 - Identificar, fomentar e desenvolver ações que contribuam para a geração do legado esportivo.

  Órgão responsável: Ministério do Esporte

Iniciativas

- 05VF - Integração da atuação governamental na preparação, promoção e realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- 05VG - Construção da infraestrutura esportiva estabelecida na Matriz de Responsabilidade sob a égide do Governo Federal para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- 05VH - Sistema de monitoramento das ações do Governo Federal nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.
- 05VI - Instituição do Plano de Legado Esportivo.
- 05VJ - Implantação do Centro de Excelência de Alto Rendimento na estrutura esportiva de Deodoro e Barra da Tijuca como legado dos Jogos Olímpicos.

PROGRAMA: 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Cobertura da Triagem Auditiva Neonatal	%	31/12/2014	29,00
Cobertura de Equipe de Saúde Bucal	%	22/07/2015	40,13
Cobertura de Equipe de Saúde da Família	%	22/07/2015	61,44
Cobertura de municípios no Programa Farmácia Popular - Aqui Tem Farmácia Popular	unidade	31/10/2014	4.282,00
Cobertura de serviços de reabilitação	razão	03/08/2015	1,25
Cobertura do Programa Saúde na Escola	%	31/12/2013	51,70
Cobertura populacional do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192	%	01/06/2015	75,00
Cobertura vacinal contra gripe	%	04/12/2014	86,02
Coeficiente de prevalência de hanseníase	1/10.000	31/12/2013	1,30
Esperança de vida ao nascer	ano	31/12/2014	75,14
Incidência de Sífilis Congênita	unidade	31/12/2013	13.705,00
Índice de Municípios desenvolvendo ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano	%	31/12/2013	63,00
Índice de transplantes de órgãos sólidos	1/1.000.000	31/12/2014	37,95
Letalidade por dengue	%	31/12/2014	0,07
Número de Unidades da Federação com pelo menos 85% de óbitos de mulheres em idade fértil – MIF investigados	unidade	31/12/2013	16,00
Número de Unidades da Federação com pelo menos 90% de óbitos maternos investigados	unidade	31/12/2013	20,00
Número de Unidades da Federação com pelo menos 95% de óbitos com causa básica definida	unidade	31/08/2013	11,00
Percentual de ampliação de campos de radioterapia realizados no país	%	31/12/2014	9.731.624,00
Percentual de cobertura municipal de notificação de violência doméstica, sexual, e outras violências	%	31/12/2013	59,00
Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Visa consideradas necessárias a todos os municípios, no ano	%	31/12/2014	34,00
Percentual de risco sanitário total em portos, aeroportos e fronteiras	%	31/12/2014	7,00
Proporção de estados com suficiência de leitos de Unidade de Terapia Intensiva Neonatal (UTIN)	%	01/03/2015	37,00
Proporção de partos normais	%	13/07/2015	58,00
Razão de mortalidade materna	1/100.000	31/12/2012	62,00
Taxa de incidência de Aids	1/100.000	31/12/2012	20,20
Taxa de incidência de tuberculose	1/100.000	31/12/2013	35,00
Taxa de mortalidade específica por neoplasias malignas	1/100.000	31/12/2011	94,40
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2012	14,60
Taxa de mortalidade neonatal precoce	1/1.000	31/12/2012	7,80
Taxa de mortalidade neonatal tardia	1/1.000	31/12/2012	2,50
Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	1/100.000	31/12/2011	174,20
Taxa de mortalidade prematura (30 a 70 anos) por DCNT (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas)	1/100.000	31/12/2012	368,65
Taxa de prevalência de excesso de peso	%	31/12/2013	50,80

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**86.372.043**	**325.467.553**

Despesas Correntes	83.810.516	315.377.787
Despesas de Capital	2.561.527	10.089.765
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**328.155**	**909.668**
Recursos Extraorçamentários	**6.671.185**	**22.258.540**
Crédito e Demais Fontes	950.000	2.680.000
Gastos Tributários	5.721.185	19.578.540
Valores Globais	**93.371.383**	**348.635.761**
	442.007.143	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	150.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	150.000

OBJETIVO: 0713 - Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 03Z5 - Alcançar 20.335 médicos brasileiros e estrangeiros atuando em regiões prioritárias para o SUS, por meio do Programa Mais Médicos e do Programa de Valorização dos Profissionais da Atenção Básica – PROVAB.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 0265 - Ampliar o número de equipes da Estratégia Saúde da Família para 46 mil.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04S5 - Ampliar o número de equipes do Núcleo de Apoio à Saúde da Família - NASF para 7.000.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 0266 - Ampliar o acesso à atenção odontológica na atenção básica, passando para 29 mil equipes de saúde bucal implantadas.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 0263 - Apoiar a construção, reforma e ampliação de mais 14.000 obras do Programa de Requalificação de UBS – RequalificaUBS.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04EH - Custear a conectividade de banda larga de 25 mil Unidades Básicas de Saúde.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04EI - Garantir 14 mil Unidades Básicas de Saúde utilizando prontuário eletrônico.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 026O - Implantar 684 novas equipes de atenção domiciliar, sendo 432 novas Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e 252 novas Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04EN - Avaliar e certificar a qualidade de 40 mil equipes de atenção básica no Programa Nacional de Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica (PMAQ-AB).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 026P - Aumentar de 18 para 20,7 milhões o número de educandos cobertos pelo Programa Saúde na Escola (PSE).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde



- 026M - Implantar 500 novos Centros de Especialidades Odontológicas - CEOs.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04G9 - Implantar 732 novos Laboratórios Regionais de Próteses Dentárias.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04F0 - Ampliar em 5.994 o número de leitos, sendo 4.080 novos leitos de UTI Adulto, Pediátrico, Neonatal e Unidade Coronariana (UCO) e 1.914 leitos de UCI Convencional e Canguru no SUS, em todas as regiões do País.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 026I - Aumentar de 20 para 160 as Centrais de Regulação que recebem incentivo federal de custeio para a melhoria do acesso aos serviços ambulatoriais especializados e hospitalares.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04DV - Aumentar em 4% ao ano o Índice de Doadores Efetivos de Órgãos por milhão da população (pmp), passando de 13,36 pmp para 16,25 pmp.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 0268 - Aumentar em 4% ao ano o Índice de Transplantes de Órgãos Sólidos por milhão da população (pmp), passando de 37,95 pmp para 46,18 pmp.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04DQ - Disponibilizar teste de ácido nucléico - NAT brasileiro para HIV / HCV / HBV para 100% das doações de sangue realizadas no âmbito do SUS.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 02PV - Ampliação do número de equipes de atenção básica prisional - EABP.
- 05NE - Implantação do Cadastro Nacional de Especialistas, com prazo de implantação até 2016.
- 06B0 - Fortalecimento do Centro Colaborador para a Qualidade do Cuidado e para a Segurança do Paciente – Proqualis, de forma a contribuir para a melhoria continuada da qualidade dos cuidados de saúde no Brasil e outros países de língua portuguesa, ampliando de 1.200 para 2.400 as publicações e o conteúdo técnico científico disponibilizado no Portal Proqualis.
- 05ND - Capacitação de 4 mil profissionais nas áreas de regulação, controle, avaliação e auditoria do SUS e sistemas de informação em saúde.
- 05NT - Implementação do Programa de Qualificação da Gestão Hospitalar - IGH em 1.000 hospitais vinculados ao SUS (públicos e privados), em todas as regiões do País, priorizando os hospitais públicos.
- 02PO - Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA
- 05O1 - Ampliação de 10% dos atendimentos do Instituto Nacional do Câncer (INCA), com manutenção da qualidade dos serviços.
- 02PM - Fortalecimento dos serviços no âmbito do SUS para o atendimento das necessidades de saúde relacionadas à atenção hemoterápica e hematológica.
- 02QM - Implantação de novas instalações do complexo assistencial dos Institutos Nacionais de Infectologia (INI) e de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF).
- 06Q2 - Ampliação do acesso das comunidades tradicionais e específicas na atenção básica, de acordo com as singularidades de cada território.
- 06QC - Oferta de acesso a Kit Nat – Atendimento de 100% da demanda (CGSH/SAS/MS), de forma a garantir a qualidade dos produtos hemoderivados.
- 06QD - Ampliação do acesso na atenção especializada em todas as regiões do país.
- 06RU - Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC.

OBJETIVO: 1120 - Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

• 027U - Adequar a ambiência de 120 maternidades (reforma e aquisição de equipamentos) para a atenção humanizada ao parto e nascimento.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 0282 - Habilitar 140 novos serviços como Maternidade de Referência para Atenção à Gestação de Alto Risco (GAR).

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028C - Implantar 20 novas Casas de Gestante, Bebê e Puérpera - CGBP.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028E - Implantar 60 novos Centros de Parto Normal – CPN.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028H - Realizar 12 milhões de mamografias bilaterais para rastreamento do câncer de mama em mulheres de 50-69 anos.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028I - Realizar 30 milhões de exames citopatológicos para rastreamento do câncer de colo do útero em mulheres de 25-64 anos.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 03WE - Implantar 80 soluções de radioterapia contempladas no Plano de Expansão da Radioterapia.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028U - Ampliar em 2.400 o número de beneficiários do Programa de Volta para Casa - PVC, passando de 4.364 para 6.764.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028X - Incentivar a implantação de 480 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 03WT - Apoiar a construção de 160 Centros de Atenção Psicossocial - CAPS III - 24 horas.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04GV - Apoiar a implantação de 300 Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT).

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 03WX - Incentivar a adesão de 400 Centros de Especialidades Odontológicas à Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 03WY - Implantar 98 Centros Especializados em Reabilitação - CER, passando de 124 para 222 CER em funcionamento.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 03X0 - Implantar 50 oficinas ortopédicas no País, passando de 24 para 74 oficinas em funcionamento.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04FV - Ofertar 98 novos veículos adaptados acessíveis para transporte de pessoas com deficiência, passando de 103 para 201 veículos entregues.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04FW - Ampliar o acesso à Triagem Auditiva Neonatal por meio da equipagem de 737 maternidades no país, passando de 75 para 812 maternidades equipadas em funcionamento, no âmbito do Programa Viver sem Limites.

Órgão responsável: Ministério da Saúde



• 04SA - Elaborar e publicar 10 novas Diretrizes de Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência, no âmbito do Programa Viver sem Limite.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 028S - Apoiar a implantação de 175 UPA 24h.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04GH - Ampliar de 166 mil para 182 mil o número de recém-nascidos beneficiados ao ano pelo Programa de Bancos de Leite Humano no Brasil.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04SB - Habilitar 18 unidades que realizam acompanhamento multiprofissonal das pessoas com Doença Renal Crônica (DRC) nos estágios clínicos IV e V (pré dialítico).

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04SC - Apoiar a implantação de 37 Unidades de Acolhimento Infanto-Juvenil - UAI.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

• 05RW - Definição de modelo de atuação da rede assistencial e matriz de responsabilidades para os Jogos Rio 2016, considerando o atendimento pré-hospitalar fixo, o plano de remoção e os hospitais de referência.

• 05S1 - Inclusão da atenção em saúde bucal à pessoa com deficiência no ambiente hospitalar.

• 05S2 - Implantação de módulos de triagem auditiva e ocular no Sistema de Informação para Triagem Neonatal (SISNEO), nos 27 Estados.

• 05S3 - Elaboração e publicação de novo marco normativo, incluindo os componentes de triagem auditiva e ocular, no Programa Nacional de Triagem Neonatal.

• 05S4 - Formação de 1.000 profissionais ortesistas e protesistas no país.

• 05S5 - Capacitação de 10.000 profissionais de saúde voltados à Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência.

• 06OM - Ampliação do acesso e do cuidado à saúde de crianças e adolescentes com deficiência beneficiárias do BPC na escola, com vistas a promover o acesso e a permanência no ambiente escolar.

• 05S6 - Publicação e distribuição de 11,6 milhões de Cadernetas da Gestante.

• 05S7 - Qualificação de 100 hospitais de ensino em boas práticas obstétricas e neonatais, abrangendo todos os estados brasileiros.

• 05WL - Entrevista de 400 mil mulheres que fizerem parto pelo SUS, nos quatro anos.

• 05S8 - Habilitação de 323 Hospitais conforme legislação vigente da Iniciativa Hospital Amigo da Criança.

• 05S9 - Certificação, anual, de 100% dos Bancos de Leite Humano (BLH), de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Qualificação de Bancos de Leite Humano do SUS.

• 06B1 - Fortalecimento a Cooperação Sul-Sul na implantação de novos Bancos de Leite Humano, ampliando de 34 para 38 o número de assessorias técnicas aos países que integram a Rede Latino-Ibero-Afro-Americana de BLHs.

• 05SA - Entrada em funcionamento de 23 Bancos de Leite Humano.

• 05SB - Implantação das Linhas de Cuidado de sobrepeso e obesidade em pelo menos 70% dos estados e Distrito Federal.

• 05SC - Indução do implemento da Rede de Atenção Psicossocial - RAPS em todas as Regiões de Saúde.

• 06JR - Fortalecimento/Apoio do caráter intersetorial do Programa de Redução do Impacto Social do Álcool e outras Drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social.

• 05SD - Implantação do programa de qualificação “Direito é Qualidade” nas Redes de Atenção à Saúde de 100% dos municípios acima de 200.000 habitantes.

• 05SE - Implantação do Núcleo de Acesso e Qualidade Hospitalar (NAQH) em 43 portas hospitalares de entrada de urgência nas regiões metropolitanas das capitais brasileiras.

• 06OO - Ampliação do acesso ao cuidado à saúde das mulheres com deficiência por meio da aquisição de equipamentos acessíveis para as Unidades de Saúde em todas as regiões do país, no âmbito do Programa Viver sem Limites.

• 06Q4 - Reduzição da morbidade / mortalidade materna de mulheres negras.

- 06QE - Ampliação da cobertura populacional do SAMU 192.

OBJETIVO: 1126 - Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 04G6 - Ampliar o número das equipes de saúde de referência no atendimento a adolescentes em conflito com a lei, passando de 65 para 110 equipes implantadas.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04GI - Implantar 80 serviços de referência para atenção integral às pessoas em situação de violência sexual em hospitais de referência do SUS, para a realização do registro de informações e da coleta de vestígios.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04H7 - Suplementar 330 mil crianças de 6 a 48 meses de idade com sachês de vitaminas e minerais, por meio da Estratégia de fortificação da alimentação infantil com micronutrientes em pó – NutriSUS, nas creches participantes do Programa Saúde na Escola, anualmente.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 05QP - Adequação ou regulamentação da alimentação de sistemas de informação do SUS, considerando a orientação sexual, a identidade de gênero,a raça/cor e a etnia, para promover o cuidado integral com equidade.
- 05QQ - Formação e capacitação de 6.000 profissionais de saúde em temas sobre envelhecimento e saúde da pessoa idosa.
- 05QR - Distribuição de 6 milhões de Cadernetas de Saúde da Pessoa Idosa.
- 05QS - Realização de publicações envolvendo temas relativos à Atenção Integral à Saúde das Mulheres.
- 05QT - Qualificação de 11.790 profissionais de saúde para atenção integral à saúde das mulheres.
- 05QU - Implantação da Estratégia Nacional de Promoção do Aleitamento Materno e Alimentação Complementar no Sistema Único de Saúde em mais 2.000 unidades básicas de saúde.
- 05QV - Distribuição de 13 milhões de Cadernetas de Saúde da Criança para todos os estados e DF.
- 05QW - Distribuição de 1,5 milhão de exemplares de material técnico e de formação de profissionais em Atenção Integral à Saúde do Homem.
- 05QX - Capacitação de 6.000 profissionais em Atenção Integral à Saúde do Homem.
- 05QY - Distribuição de 14 milhões de Cadernetas de Saúde de Adolescentes.
- 06J6 - Formulação do componente saúde para a construção de uma política intersetorial de cuidados à pessoa idosa.
- 06QF - Implantação de 500 serviços para atenção às mulheres em situação de violência sexual, doméstica/intrafamiliar.

OBJETIVO: 0726 - Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 026F - Disponibilizar 3,0 UI de Fator VIII per capita (hemofilia A) e 0,8 UI de Fator IX per capita (hemofilia B), por ano, para atendimento aos pacientes portadores de doenças hemorrágicas hereditárias.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde



• 02AZ - Ampliar o "Aqui Tem Farmácia Popular" para pelo menos 83% dos municípios brasileiros que possuam farmácias e drogarias, priorizando os municípios do Plano Brasil Sem Miséria e do Programa Mais Médicos.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 03X5 - Disponibilizar 100% dos medicamentos e insumos estratégicos adquiridos pelo Ministério da Saúde.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04GJ - Ampliar para pelo menos 65% a aquisição de medicamentos produzidos pela rede de laboratórios públicos destinados ao tratamento de doenças de perfil endêmico selecionadas.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04GM - Implantar o Programa Nacional de Qualificação da Assistência Farmacêutica (Qualifar-SUS) em 70% dos municípios brasileiros.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

• 05U0 - Apoio a 2 pesquisas (PNAUM e PNAUM fone) e a 2 publicações (RENAME e FTN) relacionadas a informações sobre medicamentos no âmbito do SUS.

• 06JL - Realização de 1.000 ações de auditoria em estabelecimentos privados credenciados ao Programa Farmácia Popular do Brasil.

OBJETIVO: 0725 - Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

• 04I9 - Implantar o e-Saúde no Brasil, com destaque para o Registro Eletrônico em Saúde (RES) e para os Centros de Inteligência para suporte às decisões dos gestores públicos e decisões clínicas dos profissionais de saúde.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04IO - Implantar o Contrato Organizativo de Ação Pública da Saúde em 60% das regiões de saúde.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04IP - Implantar pelo menos 1 Núcleo de Economia, Informação, Monitoramento e Avaliação da Saúde em cada região do País.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04IQ - Reduzir, anualmente, o prazo médio dos processos de aquisição de Insumos Estratégicos para Saúde (IES).

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04IR - Apoiar os entes da Federação para que 100% tenham Planos de Saúde.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04IS - Apoiar os entes da federação para que 100% tenham Conselhos de Saúde legalmente instituídos e em funcionamento.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 02AK - Apoiar os Estados, Municípios e Distrito Federal para que 100% dos Fundos de Saúde sejam instituídos por Lei e estejam em funcionamento.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

• 05W7 - Implemento da reforma organizacional para aprimorar o papel do MS como gestor federal do SUS, com ênfase no apoio interfederativo ao investimento, nas compras centralizadas de insumos estratégicos e na gestão de Tecnologia da Informação.

• 05W8 - Aprimoramento da execução das ações de atenção à saúde indígena, com foco nos mecanismos de fixação de pessoal e contratação de serviços e insumos estratégicos, por meio da implantação do Instituto Nacional de Saúde Indígena – INSI.



- 05WB - Disponibilização de acesso aos bancos de dados produzidos por gestores e profissionais de saúde, mediante regras pactuadas na CIT.
- 05WC - Aprimoramento dos processos de planejamento, aquisição, armazenamento e distribuição de Insumos Estratégicos para Saúde, com foco na eficiência, economicidade e transparência.
- 05WD - Garantia de atas de registro de preço vigentes, convergentes com os objetos prioritários, assegurando qualidade, celeridade e economicidade das aquisições dos entes.
- 05WE - Informatização do trâmite de documentos no Ministério da Saúde, por meio da implantação do Sistema Eletrônico de Informação (SEI).
- 05WF - Utilização do Regime Diferenciado de Contratação - RDC, ampliando a celeridade na contratação de obras e serviços, com ênfase nas soluções de Radioterapia.
- 05WG - Qualificação do projeto "Apoio Descentralizado" do Ministério da Saúde junto às Regiões de Saúde do SUS.
- 06J7 - Tipificação de 100% das regiões de saúde, observando a capacidade de garantir a atenção integral à saúde.
- 06J8 - Implantação de arquitetura de coleta de dados a partir do atendimento do usuário com identificação única.
- 06J9 - Aprimoramento dos instrumentos de gestão sistêmica, garantindo que as responsabilidades sanitárias dos entes se expressem nos respectivos planos de saúde.
- 06OP - Promoção da cooperação internacional em saúde, compartilhando as experiências e saberes do SUS, fortalecendo a presença do Brasil nos fóruns e organismos internacionais.

OBJETIVO: 1136 - Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 04J6 - Pactuar novos critérios de rateio entre os entes federados a partir das responsabilidades sanitárias.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04J8 - Aumentar, anualmente, o ressarcimento dos planos de saúde ao SUS em decorrência das internações hospitalares e atendimentos ambulatoriais especializados.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04J9 - Aprimorar o processo de execução das emendas individuais, com ênfase na pactuação de critérios para projetos prioritários, na eficiência dos investimentos e na sustentabilidade do SUS.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04JE - Instituir novas modalidades de repasse de recursos, induzindo linhas de cuidado integral para acesso às especialidades.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04JF - Reduzir, anualmente, o preço médio das aquisições contratuais baseadas em Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDP).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 05X5 - Implementação do ApuraSUS em todos os estados da federação e no DF.
- 05X6 - Aprimoramento do Siops para verificar o cumprimento da aplicação mínima dos recursos de ações e serviços públicos de saúde pelos entes governamentais.
- 05X7 - Ampliação do percentual de adesões dos entes da federação a itens de atas de registro de preço para a aquisição de equipamentos e mobiliários para unidades de saúde.
- 05X9 - Disponibilização de atas de registros de preços para contratação de serviços de implantação e aquisição de equipamentos para o e-Sus hospitalar.
- 05X8 - Ampliação para pelo menos 220 o número de sínteses de evidências sobre tecnologias em saúde disponibilizadas no endereço eletrônico da CONITEC.



- 05XA - Elaboração e pactuação de forma tripartite dos planos de investimento para 100% das regiões de saúde.

OBJETIVO: 0714 - Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 026Z - Assegurar 100% das regiões de saúde com cobertura de pelo menos um Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 026U - Ampliar para, no mínimo, 70% o percentual de municípios com cobertura vacinal adequada (95%) da vacina Pentavalente (DTP+HB+Hib) em menores de 1 ano.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04H4 - Aumentar para 95% a proporção de examinados entre os contatos intradomiciliares registrados dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 026X - Aumentar para, no mínimo, 76% a proporção de cura de casos novos de tuberculose pulmonar diagnosticados.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04H6 - Aumentar para, no mínimo, 80% a proporção de testagem para HIV entre casos novos de tuberculose.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04H5 - Aumentar para, no mínimo, 90% a proporção de pessoas vivendo com HIV/Aids, em tratamento há pelo menos 6 meses, com carga viral suprimida.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 027N - Reduzir, para no máximo 100.000, o número de casos autóctones de malária no Brasil.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04QU - Reduzir a prevalência de uso do tabaco para 9,6%.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04JG - Garantir a aquisição de 100% dos imunobiológicos de responsabilidade do Ministério da Saúde.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04SD - Custear 3.000 pólos do Programa Academia da Saúde.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 02QB - Redução do quantitativo de habitações cujas condições físicas favorecem a colonização do inseto hematófago Triatomíneo, transmissor do agente patogênico Trypanosoma Cruzie (Doença de Chagas).
- 05RY - Ampliação de 75% para 90% do número de amostras de água analisadas para o parâmetro Turbidez.
- 05RZ - Ampliação de 75% para 90% do número de amostras de água analisadas para o parâmetro Coliforme Total.
- 05S0 - Ampliação de 60% para 75% do número de amostras de água analisadas para o residual do agente desinfetante (parâmetros Cloro Residual Livre, Cloro Residual Combinado e Dióxido de Cloro).
- 05SF - Pactuação e monitoramento das metas de redução de sódio em alimentos processados no Brasil.
- 05SG - Estabelecimento de pacto para redução de açúcar em produtos das categorias prioritárias.
- 05SH - Estabelecimento do plano de operação do Centro Integrado de Operações Conjuntas da Saúde para os Jogos Rio 2016.



- 05SI - Definição dos planos operacionais para enfrentamento dos riscos epidemiológicos, ambientais e sanitários nos Jogos Rio 2016.
- 05SJ - Ampliação para 95% dos municípios com o Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunização (SIPNI) implantado.
- 06BF - Oferecimento de 32 comparações interlaboratoriais, incluindo ensaios de proficiência, para a Rede de Laboratórios de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde.
- 06BG - Implantação do Sistema Informatizado de Gerenciamento de Amostras Harpya / SGAWeb em 46 laboratórios da Rede de Laboratórios de Vigilância Sanitária do SISLAB.
- 06JA - Redução da prevalência do consumo abusivo de álcool no Brasil entre adultos
- 06JC - Execução de ações estratégicas de saúde ambiental em municípios e comunidades afetadas por emergências, para a prevenção e mitigação de impactos à saúde.
- 06JD - Fomento de estudos e pesquisas com o objetivo de produzir e validar novas tecnologias e procedimentos para as áreas de saúde ambiental, visando à promoção da saúde.
- 06OQ - Articulação para a implantação nos diversos órgãos governamentais da notificação intersetorial de violências interpessoais e autoprovocadas.

OBJETIVO: 0727 - Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 00CJ - Disponibilizar 220 mil litros anuais de plasma para uso industrial e produção de medicamentos hemoderivados pela Hemobrás.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HB - Fomentar pesquisas científicas, tecnológicas e a inovação voltadas para a melhoria das condições de saúde da população brasileira e para o aprimoramento dos mecanismos e ferramentas de gestão, regulação e atenção à saúde no âmbito do SUS.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HH - Elaborar e/ou revisar 50 protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para a produção do cuidado em saúde.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HK - Ampliar de 1 para 9 o número de internalizações de tecnologias no SUS, produzidas por meio de parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HO - Ampliar de 13 para pelo menos 18 o número de parques produtivos apoiados por meio do Programa para o Desenvolvimento do Complexo Industrial da Saúde (PROCIS).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HR - Iniciar pelo menos 4 projetos de parcerias de pesquisa, desenvolvimento e inovação (P,D&I), no âmbito das novas parcerias para o desenvolvimento produtivo (PDP).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HS - Implementar o Acordo de Compensação Tecnológica (ACT), incluindo a construção de fábrica de aceleradores lineares, no âmbito do Plano de Expansão da Radioterapia no Sistema Único de Saúde (SUS).

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HX - Executar 75% do processo de transferência de tecnologia dos hemoderivados, visando a produção pela Hemobrás.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04OG - Desenvolver e/ou absorver através de Parcerias de Desenvolvimento Produtivo (PDP) 8 novos medicamentos.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde



• 04R0 - Realizar 465 pesquisas na área de meio ambiente e medicina tropical.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

• 05UR - Ampliação do número de iniciativas institucionais para promover a disseminação do conhecimento científico, tecnológico e a inovação em saúde como subsídio para a qualificação dos processos de tomada de decisão junto às instâncias gestoras do SUS, passando de 3 para 6.

• 05UU - Fortalecimento da Rede Brasileira de Avaliação de Tecnologias em Saúde (REBRATS) e contribuição na implementação da Política Nacional de Gestão de Tecnologia em Saúde, por meio da realização de estudos e das capacitações em Avaliação de Tecnologias em Saúde (ATS).

• 05UW - Otimização do marco regulatório do Complexo Produtivo de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde para promover a capacidade produtiva e de inovação em saúde no âmbito do Grupo Executivo do Complexo da Saúde (GECIS).

• 05V5 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás.

• 05V6 - Expansão da Fiocruz através da implantação de centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico e da modernização dos laboratórios.

• 06CK - Aumento de 1.253 para 1.380 o número de publicações da Fiocruz na Web of Science.

• 06CL - Manutenção da oferta de serviços tecnológicos de plataformas e coleções biológicas para o desenvolvimento de insumos para o SUS.

• 06JS - Disponibilização de dois novos produtos para diagnóstico (Flex Nat e Microarranjos) de doenças.

• 06QG - Garantia do atendimento de 100% da demanda de vacinas pactuadas para o Programa Nacional de Imunizações.

• 06RP - Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará

• 06RQ - Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG.

• 06RR - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos.

• 06RV - Implantação da Fábrica de Recombinantes - Hemobrás.

OBJETIVO: 0721 - Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

• 029N - Alcançar 38.500 bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04HF - Qualificar 380.000 profissionais de saúde e gestores em processos de educação, com foco na atenção básica, nas redes e programas prioritários.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04QZ - Universalizar o acesso, para egressos dos cursos de graduação em medicina, a programas de residência médica, com ênfase na especialidade de Medicina Geral de Família e Comunidade.

Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

• 05TO - Ampliação do acesso dos trabalhadores e profissionais da saúde à educação permanente e ao aprimoramento da qualificação em serviço.

• 05TY - Apoio a projetos com o objetivo de fortalecer a valorização dos trabalhadores do SUS e a democratização das relações de trabalho.

• 05UH - Fortalecimento de ações de aprendizagem colaborativa entre trabalhadores através de comunidade de práticas e redes colaborativas, na perspectiva de qualificar os processos de cuidado no SUS.



- 05UP - Realização de atividades de tele-educação, telediagnóstico e teleconsultoria.

- 05V2 - Fortalecimento de processos de reorientação da formação de profissionais de saúde de nível superior e médio através de diretrizes de formação para o SUS e ações de integração ensino-serviço, visando responder às necessidades em saúde, qualificar o cuidado e fortalecer o SUS.

- 06CM - Implantação do Campus Virtual de Saúde Pública (CVSP) de forma a apoiar o trabalho em rede e proporcionar a integração das ações de ensino das Unidades da Fiocruz e a qualificação continuada de profissionais de saúde.

- 06JJ - Estabelecimento de contratos organizativos de ação pública ensino saúde (COAPES) entre as escolas médicas e a rede de saúde, com potencialização do ensino e cobertura de atendimento voltados à atenção básica à saúde.

- 06JK - Ampliação de vagas nos programas de residência em saúde, sob regulação, conforme as necessidades de saúde apontadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), com base no cadastro nacional de especialistas do Ministério da Saúde.

OBJETIVO: 0724 - Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 02A6 - Capacitar 80.000 lideranças dos movimentos sociais de promoção de políticas de equidade, conselheiros de saúde, integrantes dos comitês de promoção de equidade, jovens, mulheres, gestores e trabalhadores da saúde em gestão participativa e controle social no SUS.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 02AJ - Ampliar em 20% o número de ouvidorias do SUS.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04HN - Implantar 20 comitês de políticas de promoção de equidade em saúde para populações em situação de vulnerabilidade social.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 05WH - Realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde.

- 05V7 - Valorização do SUS como política de Estado e consolidação da sua imagem, por meio de estratégias de comunicação.

- 05V8 - Envio de correspondência para 100% dos usuários que passaram por internação hospitalar e por procedimentos ambulatoriais de alta complexidade.

- 05W9 - Disponibilização de plataforma digital de participação social e diálogo com movimentos sociais, entidades, redes e cidadãos que possibilite disseminar informações, buscar serviços de saúde, auto-referenciar informações de saúde e receber avisos do SUS no celular ou tablet, inclusive marcar/ remarcar e cancelar consultas e exames.

- 05WA - Criação do Portal SUS Brasil – com busca de serviços de saúde, resultados de exames, situação das marcações de consultas e todas funcionalidades existentes no atual Portal do Cidadão.

- 05WI - Estabelecimento de cooperação entre as Ouvidorias do SUS e as Ouvidorias de Políticas Sociais e de Direitos Humanos.

- 05WJ - Implantação do Centro de Documentação e História da Saúde, ampliando o acesso público ao acervo histórico da saúde.

- 05WK - Disseminação de informação sobre saúde aos Conselhos de Saúde – Nacional, estaduais e municipais, por meio de canais de comunicação.

- 06JO - Aprimoramento do Portal "Saúde com Mais Transparência", garantindo o acesso público a informações das movimentações financeiras dos recursos federais transferidos fundo a fundo aos entes governamentais.

- 06JP - Estabelecimento de cooperação com países que tenham sistema de ouvidoria de saúde, de participação social e de direitos humanos.

- 06OR - Fomento e apoio a participação social e política de mulheres, negros, povos e comunidades tradicionais, juventude, LGBT e pessoas com deficiência, respeitadas as suas especificidades nos seus processos de formulação e implementação de políticas públicas de saúde.



• 06Q3 - Atualização do Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra.

OBJETIVO: 0728 - Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

• 04HE - Disponibilizar para 100% dos beneficiários com o Cartão Nacional de Saúde o Registro Individualizado de Saúde.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04HG - Alcançar o patamar de 70% no Índice de Desempenho da Saúde Suplementar.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04HI - Estimular a adesão ao Plano Nascer Saudável e a novos modelos assistenciais, visando a redução anual de parto cesariano nos serviços ofertados pela saúde suplementar.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

• 05U1 - Promoção de maior celeridade e qualidade na resposta às demandas de reclamação e informação.

• 05U2 - Promoção do equilíbrio e aprimoramento da qualidade do relacionamento entre beneficiários, prestadores e operadoras.

• 05U3 - Monitoramento de aspectos relativos à sustentabilidade econômica das operadoras.

OBJETIVO: 1130 - Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

• 04HT - Alcançar o patamar de 86,5% para as notificações de reações transfusionais concluídas pelo Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04HU - Reduzir o prazo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos genéricos inéditos para até 60 dias.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04HV - Aumentar para 60% a proporção dos atos normativos publicados pela Anvisa resultantes de sua Agenda Regulatória.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04IT - Implementar em 10 Vigilâncias Sanitárias, estaduais e municipais, os procedimentos harmonizados em nível tripartite, visando o atendimento aos padrões internacionais de referência.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

• 04LZ - Reavaliar 11 ingredientes ativos de produtos agrotóxicos já registrados, considerando novos indícios de risco à saúde humana.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

• 05U6 - Aprimoramento da regulação sanitária de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), por meio da revisão de etiquetas de rastreabilidade e códigos de barras de artroplastia (quadril e joelho) e stents coronarianos.

• 05U7 - Desencadeamento, em até 05 dias da notificação, do processo de investigação em 100% das notificações de óbitos associados ao uso de produtos para a saúde e medicamentos.



- 05U8 - Manutenção do tempo médio da primeira manifestação para o registro de medicamentos estratégicos em 60% do prazo legal definido.

- 05XC - Disponibilização no portal eletrônico da Anvisa, em formato direcionado ao consumidor, informações que permitam a correta interpretação da rotulagem de alimentos para a escolha de alimentação saudável até 2018.

PROGRAMA: 2012 - Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar	R$	30/09/2013	512,19

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**7.491.936**	**14.654.582**
Despesas Correntes	6.913.152	12.757.216
Despesas de Capital	578.785	1.897.366
Recursos Extraorçamentários	**25.542.054**	**84.814.839**
Crédito e Demais Fontes	25.542.054	84.814.839
Valores Globais	**33.033.990**	**99.469.422**
	132.503.412	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0411 - Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 041Y - Disponibilizar os meios para efetivar 7,8 milhões de operações do crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	260.000,00	unidade
Região Nordeste	3.762.000,00	unidade
Região Norte	419.600,00	unidade
Região Sudeste	1.190.400,00	unidade
Região Sul	2.168.000,00	unidade

- 041Z - Disponibilizar os meios para efetivar 1,8 milhão de operações da linha de microcrédito orientado e acompanhado do PRONAF

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6.852,00	unidade
Região Nordeste	1.732.000,00	unidade
Região Norte	36.452,00	unidade
Região Sudeste	12.452,00	unidade
Região Sul	6.852,00	unidade

- 0420 - Disponibilizar os meios para efetivar a contratação por mulheres rurais de pelo menos 35% das operações de crédito efetivadas e 20% do volume total de crédito acessado no âmbito do PRONAF

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	55.900,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1.993.860,00	unidade
Região Norte	86.020,00	unidade
Região Sudeste	226.176,00	unidade
Região Sul	368.560,00	unidade

• 0421 - Disponibilizar os meios para efetivar a contratação por mulheres rurais de pelo menos 50% das operações efetivadas na linha de microcrédito orientado e acompanhado do PRONAF

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.426,00	unidade
Região Nordeste	866.000,00	unidade
Região Norte	18.226,00	unidade
Região Sudeste	6.226,00	unidade
Região Sul	3.426,00	unidade

• 0422 - Possibilitar a adesão ao Garantia-Safra para 1,35 milhão de famílias da agricultura familiar, mantendo a adesão preferencialmente em nome das mulheres rurais

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Área de Atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste	1.350.000,00	unidade

Iniciativas

• 04NS - Desenvolvimento de novos modelos de cobertura para segmentos da agricultura familiar não atendidos pelo Seguro da Agricultura Familiar – SEAF.

• 04NT - Mapeamento da situação de preços de produtos da Política de Garantia de Preços Mínimos da Agricultura Familiar (PGPM-AF), identificando demandas pelos instrumentos de intervenção no mercado e garantindo o abastecimento e a formação de estoques reguladores.

• 04NU - Articulação para o desenvolvimento de novas metodologias no Zoneamento Agrícola para viabilizar a inclusão de culturas que tenham importância regional e para a agricultura familiar

• 04NV - Articulação para o desenvolvimento de soluções de monitoramento de empreendimentos do Seguro da Agricultura Familiar - SEAF por meio de tecnologias que utilizam imagens de satélite e modelos agronômico-meteorológicos

• 04NW - Articulação para a definição das diretrizes para o credenciamento e para a supervisão dos encarregados dos serviços de comprovação de perdas imputáveis ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - Proagro (regulamentação do Art. 65C da Lei nº 8171/91), e a busca da implementação do sistema de supervisão e o cadastramento de peritos, incluindo normatização, sistemas informáticos e estrutura operacional.

• 06IC - Implementação de modelos agrometeorológicos calibrados para o nordeste brasileiro para o levantamento de riscos de colapso de safras nos municípios do Semiárido

• 06ID - Monitoramento dos custos de produção das cadeias dos produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade e acompanhamento dos preços pagos aos produtores para qualificar a elaboração dos preços mínimos.

OBJETIVO: 0412 - Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

• 0424 - Prestar ATER qualificada, direcionada e continuada para 1 milhão de famílias da agricultura familiar, incluindo ATER específica para jovens rurais e povos e comunidades tradicionais, e assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30.000,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	550.000,00	unidade
Região Norte	80.000,00	unidade
Região Sudeste	140.000,00	unidade
Região Sul	200.000,00	unidade

- 0426 - Efetivar a participação de 8 mil pesquisadores, agentes de ATER e agricultores familiares em redes temáticas de construção e compartilhamento de conhecimento e tecnologias

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 04QH - Prestar ATER qualificada, direcionada e continuada para 700.000 famílias assentadas da reforma agrária e extrativistas, assegurando que pelo menos 50% do público atendido seja de mulheres e que 30% do orçamento seja destinado a atividades específicas de mulheres

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	98.000,00	unidade
Região Nordeste	241.500,00	unidade
Região Norte	304.500,00	unidade
Região Sudeste	31.500,00	unidade
Região Sul	24.500,00	unidade

- 04QI - Qualificar 20 mil agentes de ATER, garantindo a participação de pelo menos 40% de mulheres entre as pessoas capacitadas

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	600,00	unidade
Região Nordeste	11.000,00	unidade
Região Norte	1.600,00	unidade
Região Sudeste	2.800,00	unidade
Região Sul	4.000,00	unidade

Iniciativas

- 04O0 - Apoio à consolidação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) como agente de execução das políticas de ATER.
- 04O1 - Articulação da constituição de um Sistema Nacional de ATER, realização da 2ª Conferência Nacional de ATER, elaboração do Plano Nacional de ATER e apoio a elaboração de Planos Estaduais de ATER numa perspectiva federativa
- 04O2 - Promoção da integração entre ensino, pesquisa e extensão na agricultura familiar, bem como a gestão do conhecimento visando a sustentabilidade dos sistemas de produção
- 04O3 - Formação e capacitação de técnicos e agricultores familiares, incorporando as demandas por conhecimento e tecnologia, com especial atenção para as soluções de base agroecológica, bem como aquelas voltadas à conservação e uso sustentável da água e dos solos e à convivência com o Semiárido
- 06I9 - Aprimoramento da abordagem territorial nas estratégias de ATER, da inovação e da gestão do conhecimento para o desenvolvimento rural sustentável.

OBJETIVO: 0413 - Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 0427 - Qualificar 2.000 organizações da agricultura familiar, sendo 1.600 cooperativas e associações e 400 empreendimentos coletivos de povos e comunidades tradicionais, por meio de assistência técnica e capacitação, com enfoque na gestão, organização da produção e comercialização, e considerando sua diversidade e suas especificidades.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04OM - Elaboração e implementação do Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar
- 04ON - Elaboração e implementação do Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar
- 04OO - Mapeamento do potencial de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar
- 04OP - Sistematização e difusão, por meio de publicações, capacitações e eventos, de informações e instruções para viabilizar o aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar
- 04OQ - Implementação de unidades de referência de aproveitamento de fontes renováveis de energia pela agricultura familiar
- 04OR - Organização da oferta de produtos da agricultura familiar para abastecer o mercado institucional através das compras públicas.
- 04OS - Apoio à inserção da agricultura familiar em feiras e eventos de abrangência estadual, nacional e internacional.
- 04OU - Promoção da identidade e da visibilidade dos produtos da agricultura familiar como estratégia para sua valorização
- 04OV - Promoção da adequação da legislação sanitária, fiscal e tributária visando fortalecer a agroindustrialização, o cooperativismo e o associativismo da agricultura familiar
- 04OW - Estabelecimento de parcerias com Estados, Distrito Federal, Municípios e consórcios de Municípios para a implantação, a estruturação e o fortalecimento dos serviços de inspeção sanitária, bem como para a qualificação dos empreendimentos agroindustriais da agricultura familiar
- 06IB - Aprimoramento da abordagem territorial no planejamento e monitoramento das ações de organização da agricultura familiar.
- 06IE - Qualificação e estruturação das cooperativas e associações da agricultura familiar para acesso a políticas públicas e para comercialização e pós-colheita de produtos hortigranjeiros.
- 06IF - Qualificação da gestão e promoção da inovação em organizações e empreendimentos coletivos da sociobiodiversidade, com vistas à geração de renda e a adequação sanitária e ambiental.

OBJETIVO: 0759 - Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 042F - Implementar 5.000 quintais produtivos para o apoio à produção e à transição agroecológica dos alimentos produzidos pelas mulheres

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	500,00	unidade
Região Nordeste	2.000,00	unidade
Região Norte	1.000,00	unidade
Região Sudeste	750,00	unidade
Região Sul	750,00	unidade

- 042G - Atender 1.500 grupos produtivos de mulheres rurais com ações integradas de ATER, crédito, comercialização e gestão, fortalecendo a produção agroecológica

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	200,00	unidade
Região Nordeste	500,00	unidade
Região Norte	300,00	unidade
Região Sudeste	250,00	unidade
Região Sul	250,00	unidade



• 042H - Capacitar 1.000 agentes de ATER para atuarem com mulheres e com foco na agroecologia

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 042I - Atender 15.000 mulheres agricultoras familiares com ATER específica para mulheres

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.500,00	unidade
Região Nordeste	7.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	2.250,00	unidade
Região Sul	2.250,00	unidade

Iniciativas

• 04PB - Implementação de plano de formação e qualificação de agentes de ATER e estabelecimento de parcerias garantindo conteúdos e módulos específicos sobre mulheres rurais e gênero

• 04PC - Articulação da oferta de ATER específica para mulheres com outras políticas públicas, especialmente ao crédito PRONAF e mercados institucionais (PAA e PNAE), com foco na agroecologia,

• 04PD - Promoção de estratégias, em parcerias com governos estaduais, Distrito Federal, instituições federais de ensino e organizações da sociedade civil, para alcançar a autonomia econômica das mulheres, com foco na agroecologia

• 04PE - Realização de pesquisa sobre o acesso das mulheres às políticas públicas para o meio rural

• 04PF - Articulação com diferentes órgãos para a implementação do Programa de Quintais Produtivos para Mulheres Rurais

• 04PG - Capacitação de agentes de crédito para atendimento às demandas das mulheres rurais e qualificação da oferta de crédito.

• 04PH - Articulação e pactuação de metas de atendimento ao PRONAF Mulher junto a instituições bancárias

• 04PI - Apoio à inserção de grupos produtivos de mulheres em mercados institucionais, justos e solidários e promoção de feiras feministas.

• 04PJ - Apoio à articulação de grupos produtivos de mulheres em redes

• 06IS - Oferta de monitoria infantil em todas as chamadas públicas de ATER

OBJETIVO: 0760 - Ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

• 0450 - Estimular que 1 milhão de agricultores e agricultoras familiares, assentados e assentadas da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais, incluindo a juventude rural, estejam inseridos em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica ou em transição agroecológica.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50.000,00	unidade
Região Nordeste	500.000,00	unidade
Região Norte	150.000,00	unidade
Região Sudeste	150.000,00	unidade
Região Sul	150.000,00	unidade

Iniciativas

• 04V8 - Monitoramento da implementação das ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO), em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)



- 04VG - Instituição e monitoramento do Programa Nacional de Sociobiodiversidade, em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

- 04VH - Articulação da constituição de um Sistema Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e apoio à elaboração de Planos de Agroecologia e Produção Orgânica nos estados, DF e municípios.

- 04VI - Promoção e ampliação da participação da agricultura familiar na produção de bioinsumos adequados à produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade.

- 04VJ - Articulação da redução progressiva do financiamento de sementes transgênicas pelo crédito rural da agricultura familiar.

- 04VK - Promoção da conservação e da multiplicação de base genética animal adequada à produção de base agroecológica.

- 04VS - Promoção do acesso e da produção de sementes e mudas varietais e crioulas, por meio do Programa Nacional de Sementes e Mudas da Agricultura Familiar.

- 04VT - Qualificação de organizações da sociobiodiversidade para a inserção em mecanismos participativos de garantia da qualidade orgânica.

- 04VV - Elaboração de estudos de custos de produção com mapeamento das cadeias dos produtos da sociobiodiversidade, por meio de propostas de preços mínimos.

- 06IH - Promoção da ampliação do acesso de agricultores familiares e extrativistas à Política de Garantia de Preços Mínimos para a Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), assim como desenvolvimento de estudos de custos de produção para a inserção de novos produtos na pauta da política.

OBJETIVO: 1138 - Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 04MX - Atender 350 mil famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 04MY - Atender 12.500 mulheres rurais em situação de vulnerabilidade social, fomentando suas atividades específicas, com foco na agroecologia

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 067S - Promoção da integração do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias de Acesso à Água (Programa Cisternas) e das demais ações do Programa de Universalização do Acesso e Uso da Água (Programa Água para Todos) e das ações de sementes de qualidade e adaptadas ao território, por meio da articulação dos instrumentos de gestão, contratação e avaliação

- 067T - Promoção do acesso das famílias incluídas na estratégia de inclusão produtiva rural ao microcrédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), articulando a atuação dos bancos públicos

- 067U - Monitoramento do atendimento das famílias à estratégia de inclusão produtiva rural, identificando o acesso de povos e comunidades tradicionais e das mulheres rurais

- 067V - Apoio a organização econômica e produtiva das famílias atendidas pela estratégia de inclusão produtiva rural

- 067W - Promoção da inclusão de beneficiários fornecedores inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único) nos programas de compras públicas

- 067X - Incentivo à produção aquícola de base familiar com ênfase na inclusão produtiva de pescadores e pescadoras artesanais, aquicultores e aquicultoras familiares, quilombolas, indígenas, assentados e assentadas da reforma agrária e pessoas do meio rural em situação de extrema pobreza

- 067Y - Promoção da inclusão produtiva de pescadores e pescadoras artesanais e aquicultores e aquicultoras familiares por meio da organização produtiva, assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola

- 067Z - Estímulo ao planejamento e ao monitoramento da estratégia de inclusão produtiva de agricultores e das agricultoras familiares e de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza no âmbito das atividades dos colegiados territoriais rurais



- 0680 - Implantação de 120 mil tecnologias sociais de acesso à água para produção
- 0681 - Implantação de 98 mil tecnologias/sistemas de acesso à água para produção

OBJETIVO: 0761 - Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 0466 - Desenvolver e implementar a estratégia de promoção comercial dos produtos da agricultura familiar brasileira em mercados externos.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 0467 - Ampliar o apoio para a implementação e a criação dos registros nacionais e dos selos de identificação da agricultura familiar no Mercosul.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04YL - Fortalecimento da integração regional para do desenvolvimento rural, com foco na agricultura familiar, no Mercosul, na UNASUL e na CELAC.
- 04YM - Promoção e fortalecimento da cooperação internacional em políticas para o desenvolvimento rural sustentável, inovação, comercialização e abastecimento, com foco na agricultura familiar, soberania e segurança alimentar e nutricional.
- 04YO - Consolidação e ampliação do espaço das políticas públicas para o desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar, na política brasileira de comércio exterior e nas negociações comerciais internacionais.
- 04YP - Consolidação e ampliação do espaço da agricultura familiar nas negociações internacionais não comerciais.
- 04YQ - Consolidação do diálogo estratégico sobre o desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar no âmbito dos foros pluri e multilaterais.
- 04YR - Participação nas negociações no âmbito da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco.
- 04YS - Promoção do intercâmbio de políticas públicas para mulheres rurais e da integração de suas organizações econômicas no âmbito do Mercosul e CELAC.

OBJETIVO: 1033 - Contribuir para a permanência da juventude no campo e a sucessão rural, por meio da ampliação da sua autonomia econômica e social

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 042K - Atendimento de 80 mil jovens da agricultura familiar com ATER específica para a juventude rural.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.400,00	unidade
Região Nordeste	52.000,00	unidade
Região Norte	8.800,00	unidade
Região Sudeste	7.200,00	unidade
Região Sul	9.600,00	unidade

- 042L - Ampliação do Programa de Formação Agroecológica e Cidadã para 20 mil jovens

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.500,00	unidade
Região Nordeste	7.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	4.500,00	unidade
Região Sul	3.000,00	unidade

• 04QN - Elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 04QO - Efetivação da contratação por jovens rurais de pelo menos 20% das operações de crédito do PRONAF

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	55.900,00	unidade
Região Nordeste	752.400,00	unidade
Região Norte	86.020,00	unidade
Região Sudeste	226.176,00	unidade
Região Sul	433.600,00	unidade

Iniciativas

• 04PQ - Fortalecimento do acesso da juventude da agricultura familiar às politicas de inclusão produtiva e comercialização

• 04PR - Articulação da ampliação, no âmbito do Pronatec Campo, da oferta de conteúdos essenciais para o fortalecimento da agricultura familiar e a sucessão rural.

• 04PS - Fomento ao desenvolvimento das escolas famílias agrícolas de formação por alternância

OBJETIVO: 1035 - Promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

• 042Q - Efetivar a emissão de 200 Selos Indígenas do Brasil, visando a qualificação da produção tradicional indígena e ampliando o acesso a mercados institucionais e privados.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 042R - Efetivar a emissão de 100 mil DAPs para Povos e Comunidades Tradicionais.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 042T - Apoiar a agroindustrialização em 600 empreendimentos coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	65,00	unidade
Região Nordeste	266,00	unidade
Região Norte	141,00	unidade
Região Sudeste	81,00	unidade
Região Sul	47,00	unidade

Iniciativas

• 04PT - Promoção do associativismo e do cooperativismo junto aos empreendimentos coletivos de Povos e Comunidades Tradicionais, com base nos princípios da Economia Solidária.

• 04PU - Estabelecimento de parcerias por meio dos Programas Terra Sol e Terra Forte para a realização de chamamentos específicos para a agroindustrialização.

• 04PV - Realização de estudos referentes ao mapeamento e à organização da produção dos Povos e Comunidades Tradicionais.

• 04PW - Realização de oficinas, feiras e eventos de capacitação para a qualificação da produção e da comercialização, com foco prioritário no mercado de compras públicas.



• 04PX - Contribuição para a capacitação e o acesso dos Povos e Comunidades Tradicionais à Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio)

PROGRAMA: 2041 - Geologia, Mineração e Transformação Mineral

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Arrecadação da Contribuição Financeira pela Exploração Mineral - CFEM	R$ bilhão	31/12/2014	1,71
Empregos diretos do setor de Mineração e Transformação Mineral	unidade	31/12/2013	938.000,00
Exportações do setor de Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2014	51,50
Grau de dependência do Brasil com relação ao fosfato	porcentagem (%)	31/12/2014	22,10
Grau de dependência do Brasil com relação ao potássio	porcentagem (%)	31/12/2014	94,70
Importações de agrominerais	US$ bilhão	31/12/2014	9,10
Importações do setor de Mineração e Transformação Mineral	US$ bilhão	31/12/2014	28,00
Participação da Mineração e Transformação Mineral no PIB brasileiro	porcentagem (%)	31/12/2014	3,84
Razão entre o volume exportado de minério de ferro e o volume exportado de aço	razão	31/12/2014	35,10
Volume da produção de aço	bilhões de toneladas	31/12/2014	34,00
Volume da produção de bens minerais metálicos - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	423,24
Volume da produção de bens minerais não metálicos - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	752,95
Volume da produção de bens semimanufaturados metálicos de base mineral - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	45,64
Volume da produção de bens semimanufaturados não metálicos de base mineral - principais produtos	milhões de toneladas	31/12/2013	84,60
Volume da produção de minério de ferro	bilhões de toneladas	31/12/2014	399,40
Volume da produção de minérios de elementos terras raras	tonelada	31/12/2013	600,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**67.198**	**214.103**
Despesas Correntes	60.184	191.116
Despesas de Capital	7.014	22.987
Recursos Extraorçamentários	**114.865**	**126.078**
Gastos Tributários	114.865	126.078
Valores Globais	**182.063**	**340.181**
	522.244	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0478 - Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 043H - Regulamentar o novo marco legal do setor mineral

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia



- 043I - Revisar o Plano Nacional de Mineração 2030 - PNM 2030

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 016T - Elaborar estudos para subsidiar 4 planos estaduais de mineração

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

- 043K - Incrementar o nível de sustentabilidade do setor mineral, elevando o nível de médio para alto em 1,2% das minas em atividade (77 minas).

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20,00	unidade
Região Nordeste	10,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade
Região Sudeste	20,00	unidade
Região Sul	12,00	unidade

- 043J - Incrementar o nível de sustentabilidade do Setor Mineral, elevando o nível de baixo para médio em 2% das minas em atividade (129 Minas)

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	40,00	unidade
Região Nordeste	14,00	unidade
Região Norte	25,00	unidade
Região Sudeste	30,00	unidade
Região Sul	20,00	unidade

- 043M - Elaborar o Plano Nacional de Mitigação do Uso do Mercúrio na Mineração de Ouro em Pequena Escala.

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 043L - Propor diretrizes e procedimentos para a internalização de variáveis socioambientais nas atividades de mineração

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 04RS - Atualização e reestruturação de bases de dados e informações sócio-geoambientais, de forma a contribuir nos processos decisórios de ordenamento territorial e gestão de conflitos

- 04RY - Instituição do processo eletrônico para outorga e fiscalização de direitos minerários visando à redução no tempo da outorga

- 04RV - Geração e divulgação periódica de produtos contendo dados e estatísticas do setor mineral, especialmente: o Sumário Mineral Brasileiro, o Balanço Mineral Brasileiro, o Informe Mineral Brasileiro, o Anuário Mineral Brasileiro, o Anuário Estatístico do Setor Metalúrgico e de Não Metálicos Brasileiro, a Sinopse do Setor Mineral e Boletim Informativo do Setor Mineral

- 04RW - Desenvolvimento e implantação de sistema integrado de gestão da informação do setor mineral

- 04RT - Criação de uma plataforma de diálogo do setor mineral, por meio de uma rede de colaboração, que possibilite a análise e a resolução de problemas e fortaleça a cooperação público-privada-comunitária

- 04RR - Incorporação de boas práticas nas atividades de mineração, por meio de articulações junto às organizações públicas e privadas, em políticas socioambientais, instrumentos de ordenamento territorial e planos de desenvolvimento econômico e de conservação ambiental

- 04S1 - Criação de mecanismos normativos de conservação de pontos notáveis da geodiversidade (patrimônio paleontológico, geológico e geomineiro)

- 04S0 - Elaboração de quatro Planos Diretores de Mineração

- 04RZ - Elaboração de estudo do posicionamento geográfico das minas concedidas

- 04RX - Desenvolvimento e publicação de estudos de temas estratégicos afetos ao setor mineral
- 04RU - Promoção e articulação de parcerias com entidades públicas e entes da Federação visando a elaboração de estudos e a realização de projetos para o desenvolvimento do setor mineral

OBJETIVO: 0032 - Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0439 - Realizar levantamentos geológicos em 300.000 km² de áreas territoriais brasileiras emersas

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	105.000,00	quilômetro quadrado
Região Nordeste	96.000,00	quilômetro quadrado
Região Norte	90.000,00	quilômetro quadrado
Região Sul	9.000,00	quilômetro quadrado

- 0016 - Realizar levantamentos aerogeofísicos em 134.000 km² de áreas territoriais brasileiras emersas

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	53.000,00	quilômetro quadrado
Região Norte	51.000,00	quilômetro quadrado
Região Sudeste	30.000,00	quilômetro quadrado

- 0017 - Realizar levantamentos geoquímicos em 728.000 km² como suporte na avaliação do meio físico e da água

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	120.000,00	quilômetro quadrado
Região Nordeste	275.000,00	quilômetro quadrado
Região Norte	237.000,00	quilômetro quadrado
Região Sul	96.000,00	quilômetro quadrado

- 000U - Elaborar 12 mapas de geodiversidade para dar suporte ao planejamento, gestão e ordenamento territorial da União, Estados e Municípios

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

Iniciativas

- 04R6 - Desenvolvimento de sistema de informações voltado para a organização e a disponibilização do conhecimento nacional geocientífico
- 0016 - Conclusão da implantação da unidade de Laboratório de Análise Mineral – LAMIN em Caeté-MG.
- 04RA - Estruturação do Laboratório de Análise Mineral de Caeté-MG para torná-lo apto a ser um centro de produção de Material de Referência Certificado – MRC
- 04R9 - Implantação de sistema de qualidade, certificação do Inmetro em toda rede de laboratórios LAMIN e instituição de um programa de materiais de referência

OBJETIVO: 0038 - Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e

impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 043A - Detalhar o potencial exploratório de 20 áreas de relevante interesse mineral por meio de levantamentos metalogenéticos nas Províncias Minerais Brasileiras.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	5,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 043B - Identificar e ampliar o conhecimento de 9 áreas de potencial para minerais estratégicos.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 06JY - Realização de estudos de avaliação de recursos minerais estratégicos (fosfato, potássio e terras-raras) e de agregados para a construção civil e obras de infraestrutura
- 04RB - Reavaliação de 10 áreas do Patrimônio Mineral de titularidade da União, visando subsidiar licitações
- 06NU - Estímulo aos investimentos em pesquisa mineral por meio da estruturação de mecanismos de financiamento e captação privada de recursos
- 063A - Sistematização dos dados primários das pesquisas e jazidas minerais brasileiras
- 04RC - Elaboração do Plano Nacional de Agregados para a Construção Civil

OBJETIVO: 0044 - Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 043C - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de agrominerais

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 043D - Elaborar programa para o desenvolvimento integrado da cadeia produtiva de elementos terras raras

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 043E - Elaborar e implantar o Programa de Desenvolvimento das Cadeias de Fornecedores de Bens (máquinas e equipamentos) e Serviços para Mineração e a Transformação Mineral – PROMINER com vistas à promoção do conteúdo nacional

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Iniciativas

- 04RM - Promoção de articulação intergovernamental e público-privada para viabilização do Programa de Zonas de Processamento e Transformação Mineral - ZPTMs

- 04RD - Construção de rede com universidades e instituições técnicas para realização de ensaios tecnológicos para avaliar potenciais aplicações de minerais
- 04RE - Criação de Rede de Laboratórios de Análise e Ensaios de Minerais
- 04RF - Realização de estudos de detalhamento das cadeias produtivas de agrominerais
- 04RH - Realização de estudo de mercado para elementos terras raras
- 04RJ - Realização de estudo para definição de critérios de exigência de conteúdo local mínimo de bens (máquinas e equipamentos) e serviços em empreendimentos de mineração e transformação mineral
- 04RI - Realização de estudos de mapeamento da cadeia de fornecedores de bens (máquinas e equipamentos) e serviços para a transformação mineral
- 04RK - Realização de estudos para a adequação das indústrias de mineração aos programas governamentais de eficiência energética

OBJETIVO: 0481 - Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 043T - Elaborar e implantar o programa de apoio ao desenvolvimento sustentável de Arranjos Produtivos Locais - APLs de Base Mineral

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 043S - Realizar ações de extensionismo mineral em 100 empreendimentos de pequena mineração

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	25,00	unidade
Região Nordeste	20,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	15,00	unidade
Região Sul	10,00	unidade

Iniciativas

- 04SG - Realização do estudo socioeconômico e ambiental da mineração em pequena escala no Brasil
- 01LQ - Apoio ao desenvolvimento tecnológico e inovação e sua transferência e difusão para as empresas de mineração organizadas em Arranjos Produtivos Locais - APLs, com apoio da RedeAPLmineral
- 04SH - Realização do planejamento estratégico para o desenvolvimento sustentável de 4 APLs de Base Mineral pela aplicação da metodologia de processos prospectivos
- 04SI - Fomento e apoio à organização social e empresarial das pequenas unidades produtivas, com incentivo à formação de cooperativas

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Basiléia	%	31/03/2015	15,51
Resultado Primário do Setor Público Consolidado (acumulado em 12 meses)	% do PIB	30/06/2015	-0,80
Taxa de Formação Bruta de Capital Fixo	% do PIB	31/03/2015	19,58
Taxa de Participação das Companhias Abertas Listadas em Bolsa e em Balcão Organizado	% do PIB	31/03/2015	40,22
Taxa de Participação dos Prêmios dos Mercados de Seguros, Resseguros, Previdência Complementar Aberta e Capitalização	% do PIB	31/12/2014	3,88
Taxa de Variação Real do Produto Interno Bruto - PIB	%	31/03/2015	-0,89
Variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (acumulado em 12 meses)	%	31/07/2015	9,56

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**557.163**	**1.826.488**
Despesas Correntes	359.834	1.179.606
Despesas de Capital	197.329	646.882
Valores Globais	**557.163**	**1.826.488**
	2.383.652	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	350.000

OBJETIVO: 1092 - Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2016-2019

- 049A - Manter a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no intervalo estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 049B - Promover o enquadramento das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (SFN) às exigências de capitalização definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 056T - Definição, regulamentação, implementação e controle dos instrumentos de política monetária, cambial e de crédito.
- 056U - Realização de ações de regulação, organização, fiscalização e saneamento do Sistema Financeiro Nacional (SFN).
- 056V - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de supervisão bancária e fiscalização do Sistema Financeiro Nacional (SFN), do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB), das Reservas Internacionais (RI), do Sistema de Câmbio e Capitais Internacionais (CCI), do Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e do Sistema Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR).
- 056W - Implementação de medidas de política econômica com vistas ao crescimento sustentado.

- 056X - Monitoramento e avaliação de políticas econômicas.
- 056Y - Aperfeiçoamento do intercâmbio de informações entre as instituições integrantes do Comitê de Regulação e Fiscalização dos Mercados Financeiro, de Capitais, de Seguros, de Previdência e Capitalização (COREMEC).
- 06OU - Desenvolvimento de programa de educação e inclusão financeiras.

OBJETIVO: 1094 - Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2016-2019

- 049D - Fomentar o aumento da formação de poupança de longo prazo relacionada aos produtos de vida e previdência complementar aberta, por meio de medidas que incentivem as instituições dos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a se tornarem investidores institucionais de longo prazo.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 049E - Implementar políticas integradas de investimento público, financiamento e garantias, e estimular a participação do investimento privado.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 049F - Desenvolver indicador subnacional de ambiente de negócios, avaliando todos os Estados brasileiros.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 0573 - Definição de metodologias para análise da viabilidade econômica e financeira de concessões.
- 0574 - Promoção da concorrência com o objetivo de fomentar o empreendedorismo, a inovação, e a produtividade.
- 0575 - Estruturação da base de informações sobre concessões.
- 0576 - Proposição de políticas regulatórias e concorrenciais que propiciem o desenvolvimento e o financiamento privado em infraestrutura.
- 0577 - Desenvolvimento de programa para provimento de créditos para projetos de infraestrutura para Estados e Municípios.
- 0578 - Desenvolvimento e implantação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (REDESIM) como solução de integração de processos e procedimentos relacionados à legalização de empresas e negócios, entre a Receita Federal do Brasil (RFB) e os demais intervenientes no processo de simplificação e melhoria do ambiente de negócios do País.
- 06N5 - Implantação da Sala de Investimentos no Brasil, ambiente de atendimento virtual e presencial para orientação de investidores.

OBJETIVO: 1095 - Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2016-2019

- 049N - Cumprir a meta de resultado fiscal para o Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 049O - Cumprir a meta de arrecadação do Governo Central estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) ou sua revisão contida no Decreto de Execução Orçamentária.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 057N - Aprimoramento do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED).

- 057O - Racionalização do ambiente de cumprimento das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas, substituindo diferentes obrigações acessórias por um fluxo único e informatizado (eSocial).
- 057P - Desenvolvimento do Sistema Nacional de Gestão de Informações Territoriais (SINTER), Rede de Gestão Integrada de Informações Territoriais, que se constituirá no inventário oficial e sistemático do território nacional, com tecnologia de sistemas de informações geográficas.
- 057Q - Cumprimento do Foreign Account Tax Compliance Act (FATCA), acordo internacional firmado com o Governo Norte-Americano para a troca anual automática de informações financeiras para fins fiscais.
- 057R - Fortalecimento da infraestrutura e atuação integrada dos intervenientes do Macroprocesso do Crédito Tributário.
- 057S - Aprimoramento da gestão do endividamento público e gestão de haveres da União.
- 057T - Avaliação de programas e políticas públicas sob a ótica da qualidade do gasto.
- 057U - Minimização dos custos da dívida pública federal, mantendo seus riscos em níveis prudenciais.
- 057V - Diagnóstico e estruturação dos registros contábeis e fiscais dos regimes previdenciários.
- 057W - Aperfeiçoamento da contabilização de itens patrimoniais (ativos e passivos) da União em linha com as normas brasileiras de contabilidade e com os padrões internacionais de contabilidade e de estatísticas de finanças públicas.
- 057X - Realização regular de análises da sustentabilidade da dívida bruta e líquida do setor público, incluindo análise de sensibilidade e estresse.
- 057Y - Avaliação de impactos fiscais e financeiros de políticas, programas e projetos implementados no âmbito do Ministério da Fazenda (MF).
- 057Z - Mitigação dos riscos fiscais e regulatórios dos ativos e passivos do Tesouro Nacional.
- 0580 - Contribuição para a sustentabilidade fiscal de Estados e Municípios.
- 068Q - Garantia da atuação processual, unificando os controle dos dados e da tramitação dos processos judiciais pelo Sistema de Acompanhamento Judicial (SAJ), de forma integrada com os sistemas do Macroprocesso do Crédito Tributário.
- 06R8 - Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira.

OBJETIVO: 1097 - Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2016-2019

- 049Z - Aperfeiçoar a regulação dos mercados de seguro, resseguro, previdência complementar aberta e capitalização.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 04A0 - Aperfeiçoar a regulação do mercado de valores mobiliários.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 04A1 - Promover a concorrência e aperfeiçoar os modelos de regulação econômica, com ênfase em políticas públicas que promovam a eficiência econômica e a produtividade da economia.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

- 04A2 - Regular atividades associadas a promoções e sorteios com fins comerciais, loterias e captação antecipada de poupança, visando à proteção da poupança popular.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 058O - Redução do tempo total de tramitação dos recursos administrativos no processo sancionador, sem prejuízo da qualidade do julgamento e da segurança jurídica, mediante um conjunto de modificações relativo à gestão, governança, procedimentos e aumento da produtividades dos órgãos julgadores do Ministério da Fazenda (MF).
- 058P - Proposição de alteração no marco legal para os mercados de seguro, resseguro, capitalização e previdência complementar aberta.

- 058Y - Consolidação da supervisão baseada em risco, segundo as regras da International Association of Insurance Supervisors (IAIS).
- 058Z - Promoção da educação securitária e previdenciária e da orientação à sociedade sobre os mercados de seguros, resseguros, capitalização e previdência complementar aberta.
- 0590 - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de regulação, supervisão e saneamentos dos mercados de seguro, resseguro, capitalização e previdência complementar aberta.
- 0591 - Fortalecimento da articulação com outros órgãos em políticas em que as áreas de seguros e de previdência complementar aberta sejam relevantes.
- 0592 - Implementação de laboratório de produto e central de estudos, pesquisas e informações com vistas à dinamização e ao desenvolvimento dos mercados supervisionados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).
- 0593 - Ampliação da participação do Brasil nos fóruns e entidades internacionais de seguro para que o país tenha atuação mais eficaz na elaboração das regras internacionais que orientam a regulação e supervisão no setor.
- 0594 - Aprimoramento de mecanismos gerenciais para aumentar a celeridade e a eficiência dos processos investigativos e sancionadores.
- 0595 - Aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão de riscos.
- 0596 - Aprimoramento do processo de análise de impacto regulatório.
- 0597 - Revisão contínua do arcabouço normativo do mercado de capitais, considerando, inclusive, a redução dos custos de observância pelos participantes do mercado.
- 0598 - Ampliação das ações de educação financeira com vistas a aumentar a proteção e a defesa do investidor.
- 0599 - Implantação de espaço educacional para o investidor.
- 059A - Fortalecimento do relacionamento, da atuação conjunta e do intercâmbio de informações com reguladores e autorreguladores nacionais e internacionais.
- 059B - Ampliação da cooperação e compartilhamento de sistemas informatizados com outros reguladores, autorreguladores e órgãos da administração pública.
- 059C - Fortalecimento da participação nos fóruns nacionais e internacionais sobre mercado de capitais.
- 059D - Desenvolvimento e gestão dos sistemas de informação necessários à execução das atividades de registro de participantes e de valores mobiliários, de supervisão e de fiscalização do mercado de capitais.
- 059E - Manifestações sobre regulação de atividades econômicas em moldes concorrenciais.
- 059F - Aprimoramento dos instrumentos de regulação da atividade lotérica no país e dos processos de promoções comerciais.
- 059G - Homologação e acompanhamento de promoções e sorteios com fins comerciais.
- 059H - Institucionalização da Análise de Impacto Regulatório (AIR).
- 059I - Regulação e avaliação das ajudas de Estados a empresas privadas.
- 059J - Manifestações acerca do impacto concorrencial das medidas em discussão no âmbito da Política de Comércio Exterior brasileira.
- 059K - Aperfeiçoamento das práticas de promoção da eficiência econômica, livre concorrência e regulação, em colaboração com os demais órgãos do governo.
- 059L - Implantar o Sistema de Controle de Promoções Comerciais (SCPC).

OBJETIVO: 1099 - Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.

Órgão Responsável: Ministério da Fazenda

Metas 2016-2019

- 04AV - Desenvolver e negociar estratégias no âmbito do G20 financeiro para aprimoramento da coordenação macroeconômica global, regulação e supervisão do setor financeiro.

Órgão responsável: Ministério da Fazenda



• 04AX - Aumentar a integração do Brasil à economia global, melhorando as condições para o investimento internacional no País e para a internacionalização de suas empresas.

Órgão responsável: Ministério da Fazenda

• 04R1 - Aumentar a representatividade do Brasil e a efetividade de sua participação na governança do Grupo Banco Mundial.

Órgão responsável: Ministério da Fazenda

• 04R2 - Aumentar a representatividade do Brasil e a efetividade de sua participação na governança do Fundo Monetário Internacional.

Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

• 05BV - Implantação e operacionalização do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD).

• 05BW - Implantação e operacionalização do Acordo Contingente de Reservas (ACR).

• 05BX - Implantação e operacionalização do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII).

• 05BZ - Implementação e administração dos aspectos regulatórios dos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI).

• 05C0 - Promoção e negociação de Acordos Internacionais de Contratações Públicas (AICP) com países em desenvolvimento.

• 05C1 - Implementação do Acordo Marco de Cooperação (AMC) entre o Brasil e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de desalojados e desabrigados provocados por desastres	unidade	31/12/2014	425.673,00
Número de municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecido pelo governo federal (apenas estiagem/seca)	município	31/12/2014	1.265,00
Número de municípios com decreto de situação de emergência ou calamidade pública reconhecido pelo governo federal (exceto estiagem/seca)	município	31/12/2014	655,00
Número de óbitos provocados por desastres	unidade	31/12/2014	89,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**419.477**	**1.343.774**
Despesas Correntes	93.149	299.365
Despesas de Capital	326.327	1.044.409
Recursos Extraorçamentários	**1.496.964**	**920.611**
Crédito e Demais Fontes	1.496.964	920.611
Valores Globais	**1.916.441**	**2.264.385**
	4.180.826	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0602 - Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0437 - Elaborar mapeamentos de identificação de setores de risco de inundações e deslizamentos em 350 municípios

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	10,00	município
Região Nordeste	50,00	município
Região Norte	60,00	município
Região Sudeste	190,00	município
Região Sul	40,00	município

- 0438 - Elaborar mapeamentos de suscetibilidade a inundações e deslizamentos em 309 municípios

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	município
Região Nordeste	49,00	município
Região Norte	30,00	município
Região Sudeste	150,00	município
Região Sul	50,00	município



Iniciativas

- 04RN - Avaliação da utilização dos mapeamentos de áreas de riscos e de suscetibilidade a deslizamentos e inundações entregues a municípios críticos
- 04R5 - Elaboração de estudos sobre chuvas intensas como subsídio à elaboração de mapas de suscetibilidade à inundação
- 04QQ - Consolidação do Sistema de Cadastro de Deslizamentos e Inundações - SCDI e sua integração ao Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2ID
- 04R3 - Disponibilização de ata de registros de preços para contratação de mapeamentos de identificação de setores de riscos por Estados e Municípios
- 04QR - Aperfeiçoamento do Sistema Integrado de Dados dos Mapeamentos de Risco, Suscetibilidade e Aptidão a Urbanização
- 04QS - Aumento do detalhamento do Atlas de Vulnerabilidade a Inundações em bacias prioritárias para o monitoramento hidrometeorológico
- 04R4 - Coordenação da obtenção, validação e disponibilização das bases cartográficas junto aos órgãos federais, estaduais e municipais para apoiar os mapeamentos.

OBJETIVO: 0169 - Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 008W - Apoiar a conclusão de 82 empreendimentos de drenagem urbana em 74 municípios críticos

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	16,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	42,00	unidade
Região Sul	20,00	unidade

- 04SY - Apoiar a conclusão de 64 empreendimentos de contenção de encostas em 50 municípios críticos a deslizamentos

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	14,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	46,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 0090 - Beneficiar 24 municípios críticos com estudos, projetos e obras para contenção ou amortecimento de cheias e inundações

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	16,00	município
Região Sul	8,00	município

- 008Y - Apoiar a elaboração de cartas geotécnicas de aptidão à urbanização em 17 municípios críticos

Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 040F - Apoiar a elaboração de Planos Municipais de Redução de Risco em 8 municípios críticos

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas



- 04HD - Construção da Barragem Castelo (PI)
- 00EN - Construção da Barragem Serro Azul (PE)
- 06NG - Apoio à elaboração de estudos, planos e projetos de engenharia de drenagem urbana em municípios críticos
- 06NH - Apoio à execução de intervenções estruturais em drenagem urbana em municípios críticos
- 06NI - Apoio à elaboração de projetos e a execução de obras de contenção de encostas em áreas urbanas em municípios suscetíveis a deslizamentos de encostas e processos correlatos
- 06M3 - Execução de estudos, projetos e intervenções estruturais para contenção de cheias e inundações
- 04KJ - Difusão do uso e da aplicação do conceito de drenagem urbana sustentável em estudos, projetos e execução de obras nos municípios críticos, com foco no amortecimento de vazões
- 04KI - Incentivo à elaboração de planos diretores de drenagem urbana, valorizando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento
- 04KK - Apoio à elaboração de projetos de expansão urbana em municípios suscetíveis aos riscos de desastres naturais
- 06M4 - Realização de estudos, projetos e obras para contenção de erosões fluviais

OBJETIVO: 0173 - Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 04C1 - Aumentar o tempo de antecedência do alerta de risco muito alto de deslizamentos e enxurradas para no mínimo 2 horas

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04C0 - Melhorar de 65% para 80% a taxa de acerto de previsões das condições deflagradoras de desastres

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04BY - Realizar o monitoramento para emissão de alertas de desastres em municípios críticos, a partir de modelagem dinâmica

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04BZ - Estabelecer parcerias com 12 centros federais, estaduais e municipais de monitoramento e alertas de desastres naturais

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- 04C2 - Implantar 6 novos sistemas de alerta hidrológicos

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 05F7 - Revisão dos protocolos de atuação conjunta entre os entes do governo federal responsáveis pelo monitoramento e alerta de desastres



- 05F6 - Fortalecimento da capacidade técnica de previsão e monitoramento de eventos hidrológicos críticos das salas de situação estaduais, e aprimoramento da articulação dessas salas com os órgãos de defesa civil e aqueles responsáveis pela gestão de desastres no nível federal, estadual e regional
- 05F3 - Elaboração de estudos de vazões máximas e realização de modelagem hidráulica dos cursos d´água sujeitos à inundação em munícipios submetidos à eventos hidrológicos críticos
- 05DR - Definição de modelos de manchas de inundação associadas a variáveis hidrológicas em 16 municípios críticos
- 05DM - Desenvolvimento de ferramentas e atividades voltadas ao compartilhamento de informações científicas e tecnológicas ligadas a monitoramento e alerta de desastres naturais com os variados segmentos sociais
- 05DN - Implantação de um laboratório de simulação de processos geológicos e hidrológicos para subsidiar pesquisas em desastres naturais
- 05DO - Avaliação dos alertas emitidos associados aos impactos de desastres
- 05F5 - Aprimoramento do sistema de previsão de impacto e alerta de eventos climáticos extremos na Amazônia legal
- 05DP - Fornecimento de previsões de tempo e clima e de informações de satélites em alta resolução espacial e temporal
- 04VN - Fortalecimento dos serviços estaduais de previsão meteorológica visando suporte à prevenção de desastres naturais
- 05DQ - Implantação do Sistema de Monitoramento da Ocupação Urbana, prioritariamente dos municípios críticos
- 05F4 - Estruturação da Rede Nacional de Sismologia em articulação com Universidades e instituições científicas

OBJETIVO: 0172 - Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 009F - Elaborar o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 009E - Instituir e tornar operante o Comitê Federal de Gestão de Riscos e Gerenciamento de Desastres

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 009C - Promover a atuação integrada dos órgãos do SINPDEC na preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação de desastres

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas

- 00FF - Aprimoramento da articulação federativa por meio do fortalecimento do SINPDEC
- 00FG - Celebração de protocolos de ação conjunta entre órgãos federais integrantes do SINPDEC para execução coordenada em ações referentes à gestão de risco e de desastres, com foco em prevenção
- 00FH - Regulamentação das Leis nº 12.608/2012 (institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil; dispõe sobre o SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil) e nº 12.340/2010 (dispõe sobre as transferências de recursos da União aos órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios para a execução de ações de prevenção em áreas de risco de desastres e de resposta e de recuperação em áreas atingidas por desastres e sobre o Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil)
- 04QT - Implementação do Cadastro Nacional de Municípios suscetíveis à ocorrência de inundações e deslizamentos (CAdRISCO)
- 04QV - Aperfeiçoamento dos critérios para declaração e reconhecimento de situação de emergência ou de estado de calamidade pública
- 04R2 - Desenvolvimento de programa nacional de fortalecimento da cultura de percepção de risco no país
- 06HU - Elaboração de estudos para definição de parâmetros mínimos necessários para caracterizar as Defesas Estaduais e Municipais estruturadas



- 04QX - Implementação de estratégia nacional de capacitação em gestão de risco e de desastres, por meio da oferta de capacitação, apoio ao desenvolvimento de programa estaduais e desenvolvimento de plataforma virtual
- 06PL - Capacitação dos municípios suscetíveis a riscos nas temáticas de adaptação de instrumentos, normas urbanísticas e legislações de planejamento e uso e ocupação do solo urbano aplicados à prevenção de riscos
- 04QZ - Proposição de estratégia nacional para pesquisa científica na área de gestão de risco e de desastres
- 04QY - Estimular a formação de redes nacionais e internacionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão em gestão de risco de desastres
- 04R0 - Fomento à realização de estudos, pesquisa científica e extensão na área de gestão de riscos e de desastres
- 04R1 - Apoio à criação de cursos de pós-graduação em gestão de riscos e de desastres (especialização, mestrado, doutorado)
- 06CQ - Fortalecimento das organizações comunitárias de caráter voluntário nas ações de proteção de defesa civil
- 06BQ - Elaboração e revisão de acordos e protocolos internacionais de assistência recíproca em situações de emergências decorrentes de desastres com os países do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL, União de Nações Sul-Americanas - UNASUL, Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC e Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP
- 06CO - Proposição de marcos legais para a tempestiva resposta do Brasil a emergências internacionais decorrentes de desastres
- 06CP - Ampliação da participação do Brasil em equipes internacionais de resgate e resposta a emergências decorrentes de desastres
- 04QW - Realização de Conferência Nacional de Proteção e Defesa Civil
- 05LD - Aperfeiçoamento do Sistema de Informações e Monitoramento de Desastres
- 06CR - Monitoramento da implementação do Marco de Ação de Sendai

OBJETIVO: 0174 - Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e Municípios.

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 009X - Aumentar o número de municípios com adesão ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil - CPDC em 60% (3.342 municípios), alcançando a totalidade dos municípios brasileiros.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	403,00	município
Região Nordeste	768,00	município
Região Norte	333,00	município
Região Sudeste	1.140,00	município
Região Sul	698,00	município

- 04EG - Apoiar a elaboração de Planos de Contingência em 250 municípios críticos.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas

- 06PX - Redução do tempo médio de atendimento à população afetada por desastre, a partir da solicitação do ente afetado, com recursos financeiros, materiais ou logísticos
- 00FS - Reconstrução ou reparação de infraestruturas públicas afetadas por desastres por meio da transferência de recursos aos entes federados para a execução de intervenções
- 00FT - Promoção da adesão de municípios ao Sistema Integrado de Informações de Desastres – S2ID
- 05L8 - Criação e revisão de Protocolos de ações conjuntas entre órgãos federais visando o atendimento integrado para resposta a desastres e recuperação das áreas atingidas
- 05L7 - Disponibilização de atas de registro de preço para aquisição de materiais de assistência humanitária com atenção às características regionais para formação de estoques e para fins de resposta



- 05LA - Capacitação de Estados e Municípios para elaboração de planos de contingência e exercícios simulados para desastres
- 05LB - Disponibilização de ferramenta virtual para confecção e divulgação de Planos de Contingência (módulo do S2ID), integrada com informações de mapeamentos de áreas de risco
- 05L9 - Elaboração de projetos-tipo para execução de obras emergenciais
- 05LC - Avaliação emergencial de estabilidade de encostas em regiões atingidas por deslizamentos
- 05L6 - Elaboração de normativos visando aperfeiçoar e agilizar os procedimento para solicitação e análise de recursos para respostas

PROGRAMA: 2019 - Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de educação	%	31/12/2014	91,67
Taxa de acompanhamento das condicionalidades de saúde das crianças	%	31/12/2014	74,02
Taxa de Atualização Cadastral	%	01/07/2015	72,90

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**28.789.145**	**94.376.320**
Despesas Correntes	28.784.372	94.360.673
Despesas de Capital	4.773	15.647
Valores Globais	**28.789.145**	**94.376.320**
	123.165.465	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0619 - Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 03U4 - Transferir renda às famílias em situação de pobreza que atendam aos critérios de elegibilidade, conforme as estimativas de atendimento do Programa Bolsa Família

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Nordeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual
Região Sul	100,00	percentual

Iniciativas

- 05TP - Aperfeiçoamento do desenho do Programa Bolsa Família para aumentar o impacto na diminuição da pobreza.

OBJETIVO: 0374 - Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 00SY - Ampliar para 89,5% a média anual de crianças e adolescentes do Programa Bolsa Família com frequência escolar informada no Sistema Presença.

Órgão responsável: Ministério da Educação



- 00SW - Acompanhar na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com as condicionalidades de saúde

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 00SV - Acompanhar 50% de famílias do Programa Bolsa Família em fase de suspensão, por descumprimento de condicionalidades, nos serviços socioassistenciais, prioritariamente, no Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	50,00	percentual
Região Nordeste	50,00	percentual
Região Norte	50,00	percentual
Região Sudeste	50,00	percentual
Região Sul	50,00	percentual

- 04HW - Fomentar o acesso a creche de crianças de 0 a 48 meses beneficiárias do Programa Bolsa Família

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 05UC - Fortalecimento dos mecanismos de cruzamento de bases de dados do Censo Escolar, Sistema Presença e Cadastro Único para identificação das escolas de beneficiários não localizados no acompanhamento da frequência escolar.

- 05UD - Fortalecimento dos procedimentos que orientem os estados e municípios na identificação da escola de beneficiários não localizados no acompanhamento da frequência escolar

- 05UE - Fortalecimento dos mecanismos de acesso à educação integral das crianças e adolescentes beneficiários do Bolsa Família

- 05UF - Elaboração dos procedimentos que orientem os estados e municípios para a redução do número de famílias do PBF não acompanhadas na saúde

- 05UG - Criação dos mecanismos de articulação intersetorial para promover a redução do número de famílias do Programa Bolsa Família em descumprimento de condicionalidades

OBJETIVO: 0375 - Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 00T2 - Ampliar o número de municípios com padrão de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único que estão aptos a receber apoio financeiro do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	461,00	município
Região Nordeste	1.736,00	município
Região Norte	417,00	município
Região Sudeste	1.609,00	município
Região Sul	1.160,00	município

- 04I1 - Aumentar o desempenho médio dos municípios na gestão do PBF e do Cadastro Único, com base no Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	82,00	percentual
Região Nordeste	87,00	percentual
Região Norte	86,00	percentual
Região Sudeste	82,00	percentual
Região Sul	82,00	percentual



• 04I2 - Apoiar o fortalecimento das equipes de gestão do PBF e do Cadastro Único nos municípios, Distrito Federal e estados

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

• 04I3 - Aperfeiçoar mecanismos de qualificação do Cadastro Único e da gestão do PBF por meio da institucionalização dos procedimentos de verificação da consistência e atualidade das informações das famílias

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

• 05V9 - Oferta de apoio técnico e financeiro às gestões municipais e estaduais do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único

• 05VA - Instituição de um modelo de equipe de referência para gestão municipal do Cadastro Único e PBF

• 05VB - Ampliação do acesso às informações gerenciais disponíveis a gestores, técnicos e coordenadores municipais e estaduais

OBJETIVO: 1134 - Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

• 04I4 - Construir mecanismos de governança e coordenação dos programas usuários do Cadastro Único

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

• 04I5 - Aperfeiçoar os instrumentos de coleta e acesso aos dados do Cadastro Único

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

• 05VC - Instituição de normativos que vinculem o uso do Cadastro Único a cada um dos programas usuários, obedecendo aos conceitos e as regras de atualização e manutenção do Cadastro

• 05VD - Estabelecimento de canal de comunicação entre os programas usuários e a gestão do Cadastro Único

• 05VE - Continuidade do processo de identificação dos grupos populacionais tradicionais específicos no Cadastro Único

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de acesso à Justiça	índice numérico	31/12/2014	36,94
População atendida no âmbito dos sistemas de informação de Defesa do Consumidor	pessoa por ano	30/06/2015	1.735.820,00
Taxa de acidentes graves em rodovias federais	taxa	31/12/2014	297,44
Taxa de encarceramento	taxa	30/06/2014	299,70
Taxa de Homicídio	1/100.000	31/12/2014	23,22
Taxa de Homicídio de pessoas negras do sexo masculino com idade de 15 a 29 anos	1/100.000	30/09/2013	146,59
Taxa de Homicídios de mulheres	1/100.000	30/09/2013	4,60
Taxa de mortos em acidentes em rodovias federais	taxa	31/12/2014	97,57
Valor recolhido ao Fundo de Direitos Difusos (FDD) referente a multas e contribuições pecuniárias relativas ao combate a condutas anticoncorrenciais e ao controle de atos de concentração	R$	31/12/2014	169.098.785,48

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.905.144**	**5.681.920**
Despesas Correntes	1.318.576	3.654.862
Despesas de Capital	586.568	2.027.058
Recursos Extraorçamentários	**245.000**	**480.000**
Crédito e Demais Fontes	245.000	480.000
Valores Globais	**2.150.144**	**6.161.920**
	8.312.064	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 1039 - Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 0455 - Reduzir em 15% o número de homicídios.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045H - Celebrar e implementar 27 planos integrados com os estados no âmbito do Pacto Nacional de Redução de Homicídios.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade



Iniciativas

- 04VQ - Implantação do Sistema Nacional de Indexação Balística.
- 04W9 - Promoção da modernização e a padronização de procedimentos dos órgãos de perícia oficial.
- 04WB - Apoio à estruturação de Delegacias Especializadas em Homicídios e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher para investigação de feminicídio.
- 04WP - Fortalecimento da filosofia de atuação preventiva, com base comunitária, junto aos órgãos de segurança pública estaduais e municipais.
- 04WW - Promoção de ações específicas voltadas à prevenção da morte de mulheres em situação de violência doméstica e familiar por meio do monitoramento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.
- 04XE - Criação de estratégias para orientar e articular ações intersetoriais no sentido de reduzir os índices de violência letal contra jovens negros, crianças e adolescentes e mulheres.
- 052O - Fortalecimento da Campanha Nacional de Entrega Voluntária de Armas de Fogo.
- 06OJ - Apoio e incentivo aos estados na adoção do Modelo de Protocolo Latino-Americano de Investigação de Mortes Violentas de Mulheres por Razões de Gênero.

OBJETIVO: 1040 - Promover a redução da violência no trânsito das rodovias federais.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 043Q - Reduzir os acidentes graves em rodovias federais de 298 para 260 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 043R - Reduzir o número de mortos em acidentes em rodovias federais de 98 para 80 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 04SD - Ampliação das ações de Educação para o Trânsito.
- 04SE - Ampliação dos procedimentos de fiscalização de trânsito em rodovias federais.

OBJETIVO: 1041 - Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 0465 - Incrementar o combate ao crime organizado por meio de operações especiais de polícia judiciária da União.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0468 - Contribuir para a redução da impunidade ampliando o percentual de elucidação de infrações penais de atribuição da Polícia Federal.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0469 - Aprimorar o enfrentamento ao tráfico de drogas, armas e munições e demais crimes transfronteiriços ampliando o número de procedimentos de fiscalização policial em rodovias federais.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04SQ - Aprimorar os mecanismos de prevenção e combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo fortalecendo os procedimentos de supervisão e inteligência financeira.

  Órgão responsável: Ministério da Fazenda

Iniciativas

- 04YX - Fortalecimento da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.
- 04YY - Ampliação e fortalecimento da Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), com a implementação de ações intersetoriais e transversais de segurança pública junto a outros programas de governo, para o desenvolvimento territorial da faixa de fronteira brasileira.
- 04Z6 - Instituição do Conselho de Segurança Pública de Fronteira - CONSEFRON.
- 04Z8 - Fortalecimento e estruturação das atividades de polícia judiciária e administrativa da Polícia Federal, inclusive na faixa de fronteira.
- 04Z9 - Ampliação da quantidade de pontos de monitoramento eletrônico em rodovias federais de regiões estratégicas e de fronteira.
- 04ZA - Ampliação da cobertura de rádio digital da Polícia Rodoviária Federal.
- 04ZB - Construção do Edifício Sede da Polícia Federal.
- 04ZC - Estruturação do Setor Policial Sul.
- 06QZ - Aumento da quantidade de verificações de conformidade das pessoas obrigadas, reguladas e fiscalizadas pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras - COAF, expandindo a capacidade de condução de processos administrativos punitivos e ampliando a capacidade de realização de análises estratégicas e operacionais.

OBJETIVO: 1043 - Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 045I - Reduzir o grau de desigualdade de acesso à Justiça por Estado, por meio da ampliação do acesso da população a serviços judiciais e extrajudiciais e da articulação com órgãos do sistema de justiça.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045N - Apreciar 5.000 requerimentos de anistia política.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045P - Fortalecer ações educativas, de memória e reparação integral, por meio da implantação e manutenção do Memorial da Anistia Política do Brasil e promoção dos projetos Caravanas da Anistia, Marcas da Memória e Clínicas do Testemunho.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045Q - Alcançar 6 milhões de acessos do cidadão ao acervo da memória nacional no período 2016-2019.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045S - Modernizar a gestão dos serviços arquivísticos dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, da Administração Pública Federal, com foco nos conselhos federais de profissões regulamentadas, hospitais federais e hospitais de universidades federais, ampliando o acesso à informação.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045U - Aprimorar o atendimento de demandas de migrantes, reduzindo o tempo médio dos processos de naturalização, igualdade de direitos e permanência.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04ML - Fortalecer a Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em todas as suas modalidades, com ênfase nas situações relacionadas à exploração do trabalho análogo ao escravo e à exploração sexual.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04S2 - Reduzir a litigiosidade no Poder Judiciário nas ações judiciais em que a União e suas Autarquias e Fundações figurem como partes.

  Órgão responsável: Advocacia-Geral da União



• 04S3 - Aumentar a eficiência, celeridade e racionalidade na prestação dos serviços judiciais à população.

Órgão responsável: Advocacia-Geral da União

Iniciativas

• 04WH - Ampliação do volume de informações e de serviços do Sistema de Justiça prestados ao cidadão pelo Portal Atlas.

• 04WQ - Fortalecimento da Estratégia Nacional de Não-Judicialização visando a redução de conflitos judicializados e fomento de métodos de solução autocompositiva de conflitos no país, no setor público e privado.

• 04WS - Redução do grau de vulnerabilidade social em zonas de alto nível de violência, por meio da prevenção e resolução de conflitos.

• 04WT - Aumento do número de capacitações em técnicas de mediação por ano no país.

• 04WV - Aprimoramento dos procedimentos de provimento e vacância de magistrados no Ministério da Justiça, modernizando o processamento e publicizando a tramitação interna dos processos.

• 04WY - Realização do tratamento técnico e a reformatação de 60 acervos sob a custódia do Arquivo Nacional ao final de 2019.

• 04X0 - Modernização do parque tecnológico e viabilização do acesso online aos documentos sob a guarda do Arquivo Nacional via SIAN – Sistema de Informações do Arquivo Nacional.

• 04X6 - Realização de 2.000 orientações técnicas aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA até 2019.

• 04X8 - Criação de instrumento para aferir o grau de desenvolvimento dos programas de gestão de documentos nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.

• 04XB - Fortalecimento da estrutura do Comitê Nacional de Refugiados – CONARE para atendimento adequado do crescente número de solicitações de refúgio.

• 04XC - Aperfeiçoamento dos fluxos de respostas a demandas em migrações e refúgio.

• 04XD - Produção da matriz de coordenação de políticas públicas com outros órgãos federais e diretrizes para planos e políticas voltados a órgãos e entidades da agenda migratória.

• 06E9 - Consolidação do Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil – SINRIC, por meio da implantação da infraestrutura central e das Unidades Regionais, necessárias à implementação do Cadastro Nacional de Registro de Identificação Civil - CANRIC e pela emissão dos documentos do número único de Registro de Identidade Civil – RIC.

• 06EA - Prevenção e abordagem de situações de risco em contextos de mobilidade humana de crianças e adolescentes.

• 06EB - Promoção de ações de prevenção e atenção nos contextos de mobilidade humana com fins ao enfrentamento de situações de exploração do trabalho e outras violações de direitos.

• 06N6 - Incentivo institucional à prática de atos administrativos em consonância com a jurisprudência pacificada no âmbito dos tribunais superiores.

• 06N7 - Aperfeiçoamento das normas para conciliação, dispensa de apresentação de defesa e não interposição ou desistência de recursos.

• 06N8 - Ampliação dos mecanismos alternativos para a solução administrativa dos conflitos.

• 06N9 - Aprimoramento dos marcos normativos para promover a desconstitucionalização da delegação da competência da Justiça Federal à Justiça Estadual e a sua gradual extinção por lei ordinária, e a retirada das causas acidentárias como exceção à regra de competência da Justiça Federal.

OBJETIVO: 1044 - Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

• 0458 - Fomentar o funcionamento de 27 Gabinetes de Gestão Integrada - GGIs estaduais.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 045A - Implantar Centros Integrados de Comando e Controle em todas as capitais.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045F - Capacitar mais de 855.000 profissionais de segurança pública até 2019, em diversas temáticas, com ênfase na redução de homicídios, na prevenção e no enfrentamento à criminalidade violenta, considerando a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045K - Sistematizar dados de segurança pública no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – Sinesp.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 04VZ - Criação da Escola Nacional de Altos Estudos de Segurança Pública (ENAESP).
- 04W6 - Criação do Gabinete de Gestão Integrada Nacional e fortalecimento dos Gabinetes de Gestão Integrada estaduais e municipais.
- 04W8 - Integração das Instituições de Ensino em Segurança Pública à ENAESP.
- 04WA - Criação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas em Violência e Segurança Pública
- 04WN - Estruturação e fortalecimento da Força Nacional de Segurança Pública.
- 04XA - Instituição do Sistema Integrado de Segurança Pública (SISP).
- 06EC - Adequação e continuidade da execução do Plano Nacional de Segurança em Grandes Eventos fortalecendo os serviços prestados pelos órgãos envolvidos.

OBJETIVO: 1045 - Promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 0457 - Ampliar de 86 mil para 160 mil o número de pessoas presas que participam de atividades educacionais

Órgão responsável: Ministério da Educação

- 0459 - Ampliar a cobertura da atenção básica à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional.

Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 045B - Aumentar de 130 mil para 250 mil o número de pessoas presas que participam de atividades laborais, incluindo a inserção laboral em cooperativas sociais.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045G - Promover a modernização e qualificação de 120 estabelecimentos prisionais com requisitos mínimos de estrutura, aparelhamento e serviços, visando a humanização do sistema penal .

Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045J - Promover a redução do número de pessoas presas.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 04VY - Apoio à melhoria da gestão dos serviços penais fortalecendo a cooperação federativa.
- 04W0 - Aprimoramento do uso de ferramentas da tecnologia da informação e implantação do sistema previsto na Lei 12.714/2012.



- 04W7 - Construção da Escola Nacional de Serviços Penais e a Sede do Departamento Penitenciário Nacional.
- 05GR - Ampliação da aplicação de alternativas penais em substituição à privação de liberdade.
- 05GS - Implementação e fortalecimento da Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional.
- 05GT - Apoio à organização e à oferta de ações afirmativas nos serviços penais para promoção da igualdade racial.
- 05GU - Ampliação do acesso a serviços e da promoção de direitos no sistema prisional, considerando as diversidades e o respeito aos direitos humanos.
- 06NF - Modernização do Sistema Penitenciário Federal.

OBJETIVO: 1046 - Fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da escala e da efetividade das políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 045L - Analisar Atos de Concentração com celeridade, mantendo o tempo médio de instrução pelo rito sumário abaixo de 30 dias, priorizando a solução de problemas concorrenciais por meio de acordos.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045M - Investigar infrações contra a ordem econômica com mais celeridade de modo que o número de casos em investigação há mais de 5 anos não ultrapasse 20% do estoque.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045O - Elevar a efetividade do combate a condutas anticompetitivas, por meio de uso crescente de técnicas de investigação e de gestão de processos.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045R - Ampliar em 60% o número de atendimentos realizados aos consumidores, alcançando mais de 15 milhões de atendimentos ao final de 2019.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 045T - Aprimorar as ações de produção do conhecimento referente aos direitos do consumidor por meio do fortalecimento da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC) e do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 04WO - Fortalecimento da política de combate a cartéis, com ênfase na persecução de cartéis em compras públicas, inovando e aprimorando os mecanismos de investigação e de inteligência por meio do uso integrado de informações e da institucionalização de parcerias com órgãos da administração pública e organismos internacionais.
- 04WR - Implementação de melhores práticas reconhecidas internacionalmente para prevenção e repressão a condutas anticompetitivas, de modo a aumentar a eficácia, eficiência e efetividade do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- 04WU - Ampliação da geração de conhecimento sobre defesa da concorrência por meio da sistematização da jurisprudência do Conselho, do fomento à produção acadêmica e da realização de estudos econômicos com ênfase em setores de grande impacto econômico e social.
- 04WX - Disseminação da cultura da concorrência no Brasil por meio da adoção de práticas educativas e formativas sobre o tema.
- 04X7 - Consolidação da plataforma Consumidor.Gov.Br como um serviço público de solução alternativa de conflitos de consumo.
- 04X9 - Implantação da nova versão do Sistema Nacional de Informações de Defesa do Consumidor (Sindec 2.0).

OBJETIVO: 1164 - Enfrentar a corrupção na Administração Pública Federal aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição

Órgão Responsável: Controladoria-Geral da União



Metas 2016-2019

- 04RZ - Instituir mecanismos que aprimorem o tratamento e apuração das denúncias

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04S0 - Fomentar a atuação célere e efetiva dos órgãos e entidades diante de atos de corrupção

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

- 04S1 - Reduzir o percentual das reintegrações e das prescrições de penas disciplinares

  Órgão responsável: Controladoria-Geral da União

Iniciativas

- 06MU - Instituição de canal integrado de apuração de denúncias
- 06MV - Aprimoramento do marco regulatório para proteção a denunciantes de atos de corrupção
- 06MW - Aperfeiçoamento do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SisCor) com ênfase na implantação de corregedorias nos órgãos e entidades
- 06MX - Fortalecimento dos mecanismos de responsabilização de entes privados
- 06MY - Fomento à utilização pelos entes subnacionais dos cadastros unificados de punições administrativas
- 06MZ - Implantação do Sistema CGU-PJ, destinado ao registro pelo Poder Executivo Federal dos processos administrativos de responsabilização de entes privados
- 06N0 - Estabelecimento da cooperação administrativa internacional para apuração de atos de corrupção
- 06N1 - Fortalecimento da cooperação entre os órgãos de enfrentamento à corrupção, com ênfase na punição dos agentes e na recuperação de ativos
- 06N2 - Implantação de sistema de Declaração de Integridade do Servidor, incluindo informações de rendas, patrimônio, conflito de interesses e nepotismo

PROGRAMA: 2048 - Mobilidade Urbana e Trânsito

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Demanda por dia útil nos sistemas metroferroviários federais	pessoa	31/12/2014	788.674,00
Demanda total transportada nos sistemas metroferroviários federais	pessoa por ano	31/12/2014	239.251.395,00
Índice de vítimas fatais de acidentes de trânsito	1/100.000 habitantes	31/12/2013	21,48
Infraestrutura exclusiva para transporte público coletivo	km	26/08/2015	2.300,00
Participação do modo de transporte sobre trilhos no Transporte Público Coletivo	%	31/12/2012	13,41
Participação modal do transporte público coletivo	%	31/12/2012	29,00
Percentual de municípios com Plano de Mobilidade Urbana elaborado	%	31/03/2015	6,00
Percentual de municípios integrados ao Sistema Nacional de Trânsito	%	18/08/2014	26,00
Percentual de pessoas que gastam mais de 1 hora no percurso casa-trabalho	%	31/12/2013	10,65
Percentual de pessoas que gastam mais de 1 hora no percurso casa-trabalho, em Regiões Metropolitanas	%	31/12/2013	20,87
Regularidade dos sistemas metroferroviários federais	%	31/12/2014	95,96

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.051.292**	**3.445.392**
Despesas Correntes	86.750	282.989
Despesas de Capital	964.542	3.162.402
Recursos Extraorçamentários	**20.568.789**	**41.028.246**
Crédito e Demais Fontes	18.961.645	35.528.417
Gastos Tributários	1.607.144	5.499.829
Valores Globais	**21.620.081**	**44.473.638**
	66.093.718	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0574 - Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 01QW - Apoiar a implantação e/ou requalificação de 1.480 km de sistemas sobre pneus em 72 municípios.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	86,00	quilômetro
Região Nordeste	297,00	quilômetro
Região Norte	140,00	quilômetro

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	758,00	quilômetro
Região Sul	199,00	quilômetro

• 01RS - Apoiar a qualificação e pavimentação de 4.000 km de infraestrutura de mobilidade urbana, incluindo obras civis, priorizando medidas moderadoras de tráfego, equipamentos urbanos e sinalização, mitigando os conflitos entre os diversos modos de transporte, com objetivo de promover a redução dos acidentes de trânsito.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

• 01S3 - Apoiar a implantação de infraestrutura de transporte cicloviário.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

• 01S4 - Apoiar a implantação de sistemas não motorizados: 8.000 km de calçadas.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

• 03SX - Apoiar a implantação e/ou requalificação de 320 km de sistemas sobre trilhos em 16 municípios.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12,00	quilômetro
Região Nordeste	109,00	quilômetro
Região Norte	20,00	quilômetro
Região Sudeste	173,00	quilômetro
Região Sul	6,00	quilômetro

• 0499 - Requalificar, reequipar, modernizar e atualizar tecnologicamente os sistemas metroferroviários existentes sob gestão do governo federal.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

• 04T2 - Fomento à integração física e tarifária dos diferentes modos de transporte nos projetos apoiados.

• 04T3 - Apoio prioritário aos sistemas de transporte público coletivo de média e alta capacidade.

• 04T4 - Apoio à implantação de medidas de moderação de tráfego e de segurança viária.

• 04T5 - Apoio à implantação de sistemas hidroviários urbanos.

• 06HQ - Promoção da acessibilidade universal em todas as intervenções de mobilidade urbana.

• 06HR - Adequação dos sistemas metroferroviários federais à acessibilidade universal.

OBJETIVO: 0584 - Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

• 01S5 - Apoiar a elaboração e/ou revisão de Planos, Estudos, em especial os Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica (EVTE), e Projetos de Mobilidade Urbana em pelo menos 42 municípios.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	5,00	município
Região Nordeste	7,00	município
Região Norte	2,00	município
Região Sudeste	22,00	município
Região Sul	6,00	município

• 01TD - Prestar assistência técnica a 1.500 municípios para elaboração de Planos de Mobilidade Urbana e implantação da Política Nacional de Mobilidade Urbana, orientando sobre seus princípios, diretrizes e instrumentos (Lei. 12.587/12).



Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 01TF - Definir e implantar sistema de coleta, tratamento e análise de informações sobre mobilidade urbana

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 0570 - Incentivo aos entes federados na integração da política de mobilidade urbana ao planejamento do uso e da ocupação do solo.
- 0571 - Aprimoramento dos indicadores para o monitoramento e avaliação da efetividade da Política Nacional de Mobilidade Urbana.
- 0572 - Incentivo a novas tecnologias em mobilidade urbana.
- 06NV - Fomento ao planejamento da mobilidade urbana de forma integrada nos aglomerados urbanos e regiões metropolitanas.

OBJETIVO: 0591 - Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 01U9 - Fortalecer o Sistema Nacional de Trânsito, promovendo a Fiscalização, Regulamentação Setorial, Pesquisa, Elaboração de Planos, Programas e Projetos de Trânsito.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 01UA - Promover ações de educação, cidadania, princípios e atitudes favoráveis à vida e à democratização do trânsito, destinados à prevenção de acidentes.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 01UB - Promover a Segurança Viária e a Infraestrutura de Trânsito, por meio da fiscalização e da engenharia.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 02BB - Elaboração do Programa Nacional de Trânsito.
- 02BC - Integração de municípios ao Sistema Nacional de Trânsito.
- 05LH - Modernização e desenvolvimento dos Sistemas de Tecnologia da Informação na área de Trânsito.
- 05LI - Realização de campanhas publicitárias, temáticas e sazonais, de trânsito.
- 05LJ - Implantação do Centro de Teste em Segurança Veicular.
- 05LK - Aperfeiçoamento das condições de segurança veicular

PROGRAMA: 2049 - Moradia Digna

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit habitacional absoluto	unidade	30/09/2012	5.430.562,00
Déficit habitacional absoluto em áreas rurais	unidade	30/09/2012	766.449,00
Déficit habitacional absoluto em áreas urbanas	unidade	30/09/2012	4.664.113,00
Déficit habitacional qualitativo - adensamento excessivo	unidade	30/09/2012	1.073.720,00
Percentual de municípios regulares no SNHIS	%	19/08/2015	21,35

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**15.758.739**	**51.660.158**
Despesas Correntes	4.235.585	12.311.526
Despesas de Capital	11.523.154	39.348.632
Recursos Extraorçamentários	**142.021.603**	**428.406.316**
Crédito e Demais Fontes	137.310.000	413.080.000
Gastos Tributários	4.711.603	15.326.316
Valores Globais	**157.780.342**	**480.066.474**
	637.846.815	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0382 - Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 00UI - Alcançar a execução de 64% da carteira contratada de 834 intervenções em assentamentos precários.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 015M - Apoio a urbanização de assentamentos precários, por intermédio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão socioambiental.
- 015N - Articulação com o Programa Minha, Casa Minha Vida, para o reassentamento ou remanejamento de famílias nas obras de urbanização de assentamentos precários, contenção de encostas, saneamento, transporte e mobilidade urbana.
- 015Q - Articulação com a Secretaria de Patrimônio da União para a destinação de imóveis da União ocupados por população de baixa renda.

OBJETIVO: 0383 - Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 04LP - Disponibilizar 3 milhões de moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 015T - Utilização de imóveis da União, geridos pela Secretaria de Patrimônio da União, em apoio à implementação dos programas de produção habitacional.
- 063O - Estímulo a alternativas de atendimento habitacional adequadas ao perfil da população em situação de extrema vulnerabilidade, aos povos e comunidades tradicionais ou com necessidade temporária de acesso à moradia digna.
- 063P - Promoção da acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no Programa Minha Casa, Minha Vida.
- 063Q - Estímulo a produção e reforma de unidades habitacionais com sustentabilidade dos empreendimentos, apoiando a implantação de infraestruturas complementares, equipamentos públicos e áreas comerciais.
- 063R - Facilitação do acesso ao crédito imobiliário de forma subsidiada para produção ou aquisição de unidades habitacionais.
- 063S - Qualificação do Programa Minha Casa Minha Vida, fortalecendo a sua atuação em áreas rurais e a sua integração com a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
- 063T - Fortalecimento da atuação da sociedade civil por meio das entidades sem fins lucrativos.

OBJETIVO: 0384 - Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 00UT - Contratar R$ 60 bilhões de recursos do FGTS para operações de financiamento imobiliário, destinadas à construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 00UU - Contratar R$ 320 bilhões em operações de financiamento do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

OBJETIVO: 0385 - Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 00UW - Ampliar em 100% os municípios regulares no SNHIS.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 04LU - Beneficiar todas as famílias atendidas por programas habitacionais de interesse social com ações de mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e geração de emprego e renda.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 015Y - Apoio à elaboração de Planos e Projetos para Habitação de Interesse Social



- 015Z - Fortalecimento da Política Nacional de Habitação - PNH e implantação de monitoramento e avaliação dos Programas e Ações do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS.
- 0643 - Desenvolvimento de atividades que promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social dos empreendimentos de habitação social.
- 0644 - Articulação de programas habitacionais de interesse social a outras políticas públicas, como saúde, educação, assistência, segurança, trabalho e renda, entre outras.
- 0645 - Desenvolvimento de ações integradas para prevenir a prática de condutas ilícitas, no âmbito de programas habitacionais instituídos pela União, com a finalidade de garantir a sua efetividade.

OBJETIVO: 0755 - Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 04LV - Atingir a conformidade de todos os componentes, subsistemas, sistemas construtivos, serviços e obras da construção civil, por meio dos regulamentos do SiMaC e SiAC do PBQP-H; bem como Conceder o Documento de Avaliação Técnica do Produto Inovador - DATec (Chancela SiNAT/PBQP-H) a todas as empresas que pretendam utilizar componentes, subsistemas e sistemas construtivos inovadores nos empreendimentos de habitações de interesse social.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 02ZQ - Apoio, do setor privado e órgãos de fomento, aos Sistemas de Qualidade (SiAC, SiMaC, SiNAT e SiCaP), Inovação Tecnológica e à regulamentação de quesitos relacionados à sustentabilidade do Setor da Construção Civil
- 02ZV - Promoção da Qualidade, produtividade e sustentabilidade do Habitat, integrando todos os atores públicos e privados por meio da implantação do Sistema Nacional para Capacitação Profissional e Certificação Profissional (SiCaP), consolidação do Sistema de Avaliação da Conformidade de Empresas de Serviços e Obras da Construção Civil (SiAC), do Sistema de Qualificação de Materiais, Componentes e Sistemas Construtivos (SiMaC) e do Sistema Nacional de Avaliação Técnica de Produtos Inovadores (SiNAT).

PROGRAMA: 2050 - Mudança do Clima

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Agropecuário	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	446.445,00
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Energia	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	446.154,00
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Mudança no Uso da Terra e Florestas	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	175.685,00
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Processos Industriais	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	85.365,00
Emissões antrópicas de Gases de Efeito Estufa (GEE) para o setor Tratamento de Resíduos	mil toneladas de CO2eq	31/12/2012	49.775,00
Intensidade de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) no PIB real	Mil toneladas por bilhões de reais	31/12/2012	255,34
Taxa de Desmatamento Anual da Amazônia Legal	km²	26/11/2014	4.848,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**467.594**	**1.466.597**
Despesas Correntes	90.487	242.268
Despesas de Capital	377.107	1.224.330
Recursos Extraorçamentários	**213.047**	**412.162**
Crédito e Demais Fontes	213.047	412.162
Valores Globais	**680.641**	**1.878.759**
	2.559.400	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0540 - Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 047I - Fomentar 15 pesquisas e projetos sobre Mudanças Climáticas

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 047J - Desenvolver e aprimorar modelos do sistema terrestre visando à construção e análise de cenários de mudanças climáticas

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 047K - Elaborar Comunicação Nacional do Brasil à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 047L - Elaborar dois Relatórios de Atualização Bienal à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas



- 020W - Ampliação e fortalecimento da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas - Rede CLIMA
- 051Y - Elaboração do Relatório de avaliação das necessidades tecnológicas para o Brasil para a Convenção sobre Mudança do Clima
- 051Z - Criação e implementação da rede de observação de gases de efeito estufa
- 0520 - Elaboração do inventário nacional de emissões de gases de efeito estufa
- 0521 - Aprimoramento e atualização do Sistema de Registro Nacional de Emissões
- 0522 - Elaboração das estimativas anuais de emissões de gases de efeito estufa
- 0523 - Implementação do Mecanismo de Transferência de Tecnologia da Convenção sobre Mudança do Clima
- 0524 - Desenvolvimento e implementação do projeto-piloto do sistema de monitoramento e observação dos impactos da variabilidade e da mudança do clima
- 0525 - Estabelecimento e implantação de arranjos institucionais para estruturar a gestão do conhecimento sobre Mudança do Clima

OBJETIVO: 1067 - Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 047B - Atingir uma redução de Gases de Efeito Estufa (GEE) por fontes do setor florestal de 737.465.122 tCO2 eq, por meio do controle do desmatamento, na Amazônia Legal

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 047C - Reduzir em 10% os focos de calor, provocados por incêndios florestais no período crítico, nas terras indígenas, territórios quilombolas e projetos de assentamentos prioritários, com base na média histórica dos últimos dez anos (2005-2014).

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 047E - Reduzir as emissões de GEE projetadas para 2019 do setor agropecuária em 70 milhões de toneladas de CO2e.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 047G - Desenvolver e implementar o Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões – SMMARE

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 051T - Atualização e implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado - PPCerrado
- 051W - Atualização e implementação do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal - PPCDAM
- 0527 - Implementação do Programa Brigadas Federais de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais
- 0528 - Implementação do Programa de Interagências para o Combate aos Incêndios Florestais
- 0529 - Articulação com os entes federados (Estados e Municípios prioritários) para a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC
- 052A - Estabelecimento de novos instrumentos econômicos para a redução do desmatamento e da degradação florestal na Amazônia e no Cerrado
- 052B - Elaboração e implementação do Plano de Reduções de Emissões da Siderurgia
- 052D - Aprovação e implementação da Estratégia Nacional de REDD+ (Redução das Emissões do Desmatamento e da Degradação Florestal) do Brasil
- 052G - Implementação da Etapa 2 do Programa Brasileiro de Eliminação dos Hidroclorofluorcarbonos (HCFCs) – PBH/Etapa 2



- 052I - Financiamento das atividades que reduzam as emissões, promovam a remoção por sumidouros de GEE e a adaptação à mudança do clima por meio do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima e do Fundo Amazônia
- 052J - Revisão e implementação do Plano Setorial de Mitigação e Adaptação à Mudança do Clima para a consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Indústria de Transformação – Plano Indústria
- 052K - Implementação do Plano Setorial de Mitigação e de Adaptaão às Mudanças Climáticas para a consolidação de uma Economia de Baixa Emissão de Carbono na Agricultura – Plano ABC
- 052L - Promoção da adaptação nacional à mudança do clima através da implementação do Plano Nacional de Adaptação; da articulação interinstitucional e desenvolvimento de parcerias, da gestão do conhecimento e elaboração de estudos, metodologias, ferramentas e indicadores; do desenvolvimento de capacidades, do fomento à implementação de medidas adaptativas baseadas em serviços ecossistêmicos
- 052M - Operacionalização do mecanismo de desenvolvimento limpo.
- 059P - Atualização e Implementação do Plano de Ação para o Combate à Desertificação.
- 05GC - Implementação de plano de ação de formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos com a agenda Mudança do Clima
- 05Z7 - Implementação do 2º Ciclo do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis

OBJETIVO: 1069 - Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 047Q - Expandir para todos os biomas, além da Amazônia, o monitoramento do desmatamento, da degradação florestal e do uso da terra

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 047R - Expandir o monitoramento da área queimada, do risco de queima e da severidade do fogo para todo território nacional por meio de imagens de satélite

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 047S - Ampliar a capacidade de monitoramento do desmatamento na Amazônia Legal de 290 mil km², 3 vezes ao ano, para 750 mil km², 5 vezes ao ano, por sensor radar no período de alta cobertura de nuvens

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 052S - Aprimoramento do monitoramento de alta resolução temporal no bioma Amazônia
- 052T - Monitoramento anual do desmatamento no bioma Cerrado
- 052U - Desenvolvimento de metodologias para o monitoramento do desmatamento nos biomas Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos
- 052V - Monitoramento bienal do uso da terra no bioma Amazônia
- 052W - Monitoramento bienal do uso da terra no bioma Cerrado
- 052X - Desenvolvimento de metodologias para o monitoramento do uso da terra nos biomas Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos
- 052Y - Monitoramento diário da ocorrência de focos de queima de vegetação nos seis biomas nacionais
- 052Z - Monitoramento diário do risco de fogo da vegetação dos seis biomas nacionais
- 0530 - Previsão diária do risco de fogo futuro com até cinco dias de antecedência
- 0531 - Desenvolvimento e implementação de metodologia de estimativa mensal de área queimada para o bioma Cerrado
- 0532 - Desenvolvimento e implementação de metodologia de estimativa mensal de severidade do fogo para o bioma Cerrado
- 0533 - Desenvolvimento e implementação de metodologia de estimativa mensal de área queimada para os biomas



Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos.

• 0534 - Desenvolvimento e implementação de metodologia de estimativa mensal de severidade do fogo para Caatinga, Pantanal, Mata Atlântica e Campos Sulinos.

• 0535 - Expansão e aprimoramento do Sistema de Alerta Precoce Contra a Desertificação

• 0536 - Modelagem e estimativa de emissões e de remoções de GEE a partir de mudanças do uso do solo e queimadas

• 06NN - Construção de infraestrutura de recepção e processamento de dados de radar de abertura sintética para monitoramento da Amazônia

PROGRAMA: 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área abrangida por instrumento de Planejamento Espacial Marinho	percentual alcançado	30/06/2015	0,00
Cumprimento do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande	percentual	31/12/2015	0,00
Levantamento do potencial mineral e biológico, bem como das variáveis oceanográficas da Plataforma Continental Jurídica Brasileira e dos Fundos Marinhos Internacionais	número índice	30/06/2015	0,00
Taxa de atendimento logístico da demanda de pesquisa em oceanos e na antártica	percentual	31/12/2014	87,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**162.578**	**329.693**
Despesas Correntes	23.119	75.774
Despesas de Capital	139.459	253.919
Valores Globais	**162.578**	**329.693**
	492.271	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0564 - Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente .

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 04E4 - Apoiar a publicação de 100 artigos científicos indexados no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04E5 - Apoiar a formação de 30 doutores titulados a partir de pesquisas sobre a região Antártica desenvolvidas no âmbito do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04E6 - Manter a taxa de atendimento logístico de demanda de pesquisa em 60%.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	60,00	percentual

- 04E7 - Reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz conforme padrões de sustentabilidade ambiental aplicáveis à Antártica.

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	100,00	percentual de execução física

- 04E8 - Estabelecer normatização para conformidade ambiental das atividades brasileiras na Antártica.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente



Iniciativas

- 025T - Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais, inclusive internacionais, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro - PROANTAR.
- 025U - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura, da capacidade logística e de apoio à pesquisa do PROANTAR.
- 04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz.
- 062Y - Avaliação de impacto e monitoramento ambiental das atividades brasileiras na Antártica e desenvolvimento de medidas para prevenir, minimizar, evitar ou remediar os impactos.

OBJETIVO: 0991 - Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 046U - Realizar 6 levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 046V - Cumprir 80% da 1ª etapa do Plano de Trabalho de Exploração de Crostas Cobaltíferas na Elevação do Rio Grande

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	80,00	percentual de execução

Iniciativas

- 047J - Realização dos levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos em áreas internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.
- 050M - Realização dos treinamentos tecnico-científicos em suporte ao plano de trabalho aprovado pela Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISBA).
- 050N - Realização dos levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos tanto para o estabelecimento da linha de base ambiental como para a exploração mineral e monitoramento ambiental na Elevação do Rio Grande.

OBJETIVO: 0558 - Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

- 01MS - Manter a Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (ASPSP) habitada com pelo menos três pessoas durante 365 dias por ano

  Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	100,00	percentual

- 04CW - Ampliar de 20 para 30 os projetos de pesquisa em oceanos e zona costeira.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04CZ - Instalar 2 observatórios meteoceanográficos nas ilhas oceânicas.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade



• 04D0 - Instalar uma Estação Científica no Arquipélago de Fernando de Noronha.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	100,00	percentual de execução física

Iniciativas

• 05HT - Ampliação das atividades científicas nas ilhas oceânicas.

• 05HU - Fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multiinstitucionais em biotecnologia marinha e potencial mineral marinho.

• 05HV - Apoio a projetos de pesquisa em campanhas oceanográficas embarcadas.

• 05HW - Implantação, operacionalização e manutenção da infraestrutura necessária ao desenvolvimento das atividades científicas e ambientais, relacionadas ao Plano Setorial para os Recursos do Mar.

• 05HX - Ampliação e consolidação do Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e do Clima.

• 05HY - Promoção de ações para ampliação do número de graduados e pós-graduados em ciências do mar

• 05HZ - Conclusão da construção de 4 navios laboratório de ensino flutuante contratados junto à empresa Indústria Naval do Ceará S.A.

• 05I0 - Aprovação da política nacional para a ciência, tecnologia e inovação para os oceanos e organização da estrutura operacional e administrativa para produzir, fomentar e aplicar a inovação, bem como o conhecimento científico e tecnológico dos oceanos e hidrovias

• 06SM - Promoção de ações para ampliar o número de embarques para atividades práticas (experiência embarcada) destinadas aos graduandos e pós graduandos.

OBJETIVO: 0562 - Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

• 04D1 - Obter a ampliação do limite da Plataforma Continental Brasileira para até 350 milhas.

Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	100,00	percentual de execução física

Iniciativas

• 05I1 - Elaboração da proposta revista do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira para além das 200 milhas, conforme previsto no artigo 76 da CNUDM.

• 05I2 - Realização de levantamentos geológicos e geofísicos na região entre o Platô de São Paulo e a Elevação do Rio Grande, vinculados aos estudos do limite exterior da Plataforma Continental Brasileira.

OBJETIVO: 0563 - Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável.

Órgão Responsável: Ministério da Defesa

Metas 2016-2019

• 04LM - Atualizar o macrodiagnóstico de 100% da Zona Costeira, na escala da União.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 04LN - Ampliar de 5% para 20% o total de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definidas (Projeto Orla).



Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04LO - Concluir a primeira versão do Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho a partir do Planejamento Espacial Marinho.

Órgão responsável: Ministério da Defesa

Iniciativas

- 063C - Definição das diretrizes iniciais, orientações e ferramentas adequadas ao planejamento espacial marinho.
- 063D - Identificação das alterações legislativas e normativas necessárias para harmonização das políticas relacionadas ao uso compartilhado do ambiente marinho e costeiro.
- 063E - Fomento à pesquisa científica na interface continente-oceano.
- 063F - Implantação do Sistema de Monitoramento da Costa Brasileira (SIMCOSTA).
- 063G - Proposição de indicadores para monitoramento da qualidade ambiental e das atividades econômicas na Zona Costeira e Marinha.
- 063H - Coordenação do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC).
- 063I - Apoio técnico e qualificação para estados e municípios costeiros na elaboração e aplicação dos instrumentos previstos no Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro.
- 063J - Incremento das atividades de gerenciamento costeiro por meio de melhorias no arranjo institucional e do fortalecimento dos estados e municípios.
- 063K - Adoção da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais para a organização e consolidação dos dados sobre a zona costeira e marinha.
- 063L - Identificação da abordagem metodológica e realização de projeto piloto para a compatibilização da altimetria continental e da batimetria marinha.

PROGRAMA: 2052 - Pesca e Aquicultura

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Consumo interno de pescado per capita	kg/hab/ano	31/12/2013	10,77
Produção da Aquicultura	tonelada	31/12/2013	480.809,00
Produção da pesca	tonelada	31/12/2014	765.287,00
Valor exportado	US$ milhões	31/12/2014	234,36
Valor Importado	US$ milhões	31/12/2014	1.560,62
Volume exportado	tonelada	31/12/2014	34.931,00
Volume Importado	tonelada	31/12/2014	411.580,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**98.723**	**319.874**
Despesas Correntes	68.676	220.194
Despesas de Capital	30.046	99.680
Valores Globais	**98.723**	**319.874**
	418.596	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0620 - Promover a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2016-2019

- 01YW - Elaborar 10 planos de Contingência para doenças de animais aquáticos

  Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 01YX - Reconhecer 5 áreas com condições sanitárias diferenciadas para doenças dos animais aquáticos

  Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Iniciativas

- 02EU - Instituição de normas de controle de sanidade e rastreabilidade aquícola e pesqueira
- 04FC - Consolidação da Rede Nacional de Laboratórios do Ministério da Pesca e Aquicultura - Renaqua
- 05EY - Consolidação da Rede de Colaboração em Epidemiologia Veterinária do MPA - AquaEpi
- 05EZ - Elaboração de análises de risco de importação de animais aquáticos e derivados
- 05F0 - Formalização de parcerias com os órgãos estaduais de defesa sanitária animal para o monitoramento dos sistemas de produção e o controle de trânsito nacional de animais aquáticos
- 05F1 - Monitoramento de resíduos e contaminantes em recursos pesqueiros

OBJETIVO: 1129 - Promover a inclusão social da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2016-2019

- 04H8 - Promover a qualificação e a melhoria da qualidade de vida da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura, por meio de parcerias com os Ministérios da Educação, das Cidades, das Comunicações, do Desenvolvimento Agrário, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Previdência Social e do Desenvolvimento Social e demais órgãos com interface com as políticas de inclusão social

  Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Iniciativas

- 05SO - Promoção do acesso de pescadores e pescadoras profissionais, aquicultores e aquicultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca, a turmas de alfabetização do Programa Brasil Alfabetizado do Ministério da Educação com a utilização da Proposta Pedagógica do Programa Pescando Letras

- 05T5 - Promoção do acesso à qualificação profissional de pescadores e pescadoras profissionais, aquicultores e aquicultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca, por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), na modalidade PRONATEC Pesca e Aquicultura

- 05TF - Promoção do acesso às turmas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) para pescadores e pescadoras profissionais, aquicultores e aquicultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca, por meio de programas de elevação de escolaridade do Ministério da Educação (MEC)

- 05TG - Revitalização de Telecentros da Pesca Maré em parceria com o Ministério das Comunicações

- 05TH - Implantação do Plano de Atenção à Saúde dos Pescadores, Pescadoras, Aquicultores, Aquicultoras, Trabalhadores e Trabalhadoras da Pesca e aprendizes de pesca em parceria com os Ministérios da Saúde e do Trabalho e Emprego

- 05TI - Promoção do acesso à moradia digna e a melhoria das habitações de pescadores artesanais e aquicultores familiares em parceria com o Ministério das Cidades por meio do Programa Minha Casa Minha Vida

- 05TJ - Realização de mutirões em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com o objetivo de assegurar aos pescadores, pescadoras, aquicultores, aquicultoras, trabalhadores e trabalhadoras de apoio à pesca e aprendizes de pesca o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, viabilizando o cadastramento no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) de forma gratuita, fortalecendo sua autonomia e possibilidade de acesso às políticas públicas

- 05TK - Cessão de áreas objetivando promover o desenvolvimento sustentável das comunidades pesqueiras, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições, em parceria com a Secretaria de Patrimônio da União (SPU)

- 05TL - Promoção do acesso dos pescadores e pescadoras artesanais em situação de insegurança alimentar e nutricional à Ação de Distribuição de Alimentos à Grupos Populacionais Específicos do Mistério do Desenvolvimento Social

- 05TM - Promoção de ações e medidas que garantam a valorização e o reconhecimento da importância da mulher no regime de economia familiar para o exercício da pesca artesanal

- 05TN - Promoção de ações e medidas para a inclusão socioprodutiva de jovens da atividade pesqueira

OBJETIVO: 1131 - Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2016-2019

- 04HJ - Elaborar e implementar 20 Planos de Gestão das principais pescarias brasileiras, de forma a assegurar a sustentabilidade socioeconômica da atividade pesqueira e a conservação das espécies explotadas, além do desenvolvimento de técnicas e processos que minimizem os impactos sobre a fauna acompanhante e espécies ameaçadas

  Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 04HL - Criar e operacionalizar 9 Comitês Permanentes de Gestão (CPG) e 2 Câmaras Técnicas (CT), para as diversas pescarias e regiões do País com seus respectivos Subcomitês Científicos

  Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 04HM - Implementar o Sistema Nacional de Informações da Pesca e Aquicultura (Sinpesq) em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e outros órgãos

  Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Iniciativas

- 05UQ - Aperfeiçoamento dos instrumentos de controle da atividade de pesca incluindo o Mapa de Bordo, o Regime Nacional de Certificação de Capturas (RCC), o Programa Nacional de Rastreamento de Embarcações Pesqueiras por Satélite (PREPS) e o Documento de Origem do Pescado
- 05US - Elaboração e implementação do Plano Nacional de fiscalização da Atividade Pesqueira
- 05UT - Participação em fóruns internacionais relacionados ao ordenamento da atividade pesqueira: Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); International Commission for the Conservation of Atlantic Tunas, Comissão Internacional para a Conservação dos Tunídeos do Atlântico (ICCAT); Commission for the Conservation of Antarctic Marine Living Resources, Comissão para a Conservação dos Recursos Vivos Marinhos Antárticos (CCAMLR), e Comisión de Pesca para el Atlántico Centro-Occidental – Comissão de Pesca do Atlântico Centro Oeste (COPACO)
- 05UV - Aperfeiçoamento do sistema informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) integrado com as demais plataformas governamentais, proporcionando maior eficiência no controle de acesso e melhorando a qualidade da informação
- 05UX - Estabelecimento de medidas de uso sustentável para as espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira constantes de Listas Oficiais de espécies ameaçadas de extinção
- 05UZ - Estabelecimento de medidas mitigadoras de captura de espécies ameaçadas no ordenamento da atividade pesqueira, de forma a proteger tais espécies e promover a sustentabilidade ambiental da atividade
- 05V0 - Desenvolvimento de kits de identificação molecular do pescado
- 05V1 - Promoção do aprimoramento da geração de dados estatísticos da pesca e da aquicultura, do monitoramento biológico e de avaliação de estoques, no âmbito do SINPESQ, de forma a subsidiar o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros
- 05V3 - Intensificação do controle de operações de pesca, por meio dos instrumentos de Mapa de Bordo, rastreamento de embarcações pesqueiras por satélite (Preps) e do controle das exportações com a utilização de certificação do Sistema de Registro e Certificação de Capturas, no âmbito do Sinpesq
- 05V4 - Rastreamento da origem do pescado, por meio de sistema eletrônico, como forma de combater a pesca ilegal

OBJETIVO: 1133 - Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva

Órgão Responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Metas 2016-2019

- 04IA - Promover a implantação e a regularização da aquicultura em 25 reservatórios da União

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- 04IB - Promover a implantação e a regularização da aquicultura marinha em 14 estados costeiros

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- 04IC - Reestruturar 19 unidades de produção de formas jovens para aquicultura

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	13,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	6,00	unidade

- 04IE - Implantar o programa para interiorização da carcinicultura em 11 unidades da federação

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- 04IF - Atender 14.400 famílias no âmbito do programa de aquicultura familiar, com foco na construção de viveiros escavados

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.160,00	unidade
Região Nordeste	4.320,00	unidade
Região Norte	4.320,00	unidade
Região Sudeste	1.440,00	unidade
Região Sul	2.160,00	unidade

- 04IG - Financiar a execução de 40 projetos de pesquisa científica e inovação tecnológica em pesca e aquicultura

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 04IH - Consolidar 60 cooperativas e associações de pescadores e aquicultores

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 04II - Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito para pescadores e aquicultores

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 04JV - Implantar e adequar terminais pesqueiros públicos

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

- 04JW - Disponibilizar assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola para 40.000 famílias

Órgão responsável: Ministério da Pesca e Aquicultura

Iniciativas

- 05ZH - Concessão de subvenção ao preço do óleo diesel, conforme previsto Lei nº 9.445, de 14 de março de 1997.
- 05ZI - Articulação para a regularização ambiental da aquicultura junto a Estados e Municípios.
- 05ZJ - Manutenção da regularização de parques aquícolas em águas da União, com ênfase ao atendimento de condicionantes das licenças ambientais.
- 05ZL - Apoio financeiro e técnico à implantação de distritos industriais da aquicultura.
- 05ZM - Ampliação da aquisição de pescado no mercado institucional, com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).
- 05ZN - Concessão de Terminais Pesqueiros Públicos.
- 05ZO - Implantação de diferentes sistemas de cultivo, com ênfase em: tanques-rede, viveiros, long-line, mesa e de recirculação.
- 05ZP - Concessão de crédito para pescadoras e pescadores artesanais e aquicultoras e aquicultores familiares.
- 05ZW - Concessão de crédito para a pesca industrial e a aquicultura empresarial
- 05ZX - Financiamento de embarcações no âmbito dos Programas Revitaliza e Profrota Pesqueira
- 05ZY - Equalização da taxa de juros em financiamentos para a ampliação e modernização da frota pesqueira nacional – Profrota Pesqueira.



• 05ZZ - Financiamento de 10 projetos para promover o desenvolvimento de novas tecnologias que permitam a redução das perdas e descartes na cadeia produtiva da pesca

• 0600 - Apoio técnico e financeiro a 15 eventos de estímulo à comercialização e ao consumo do pescado brasileiro no âmbito nacional e internacional.

• 0601 - Realização de 200 eventos para implementação do Plano Safra da Pesca e Aquicultura.

• 0602 - Disponibilização de equipamentos para o desenvolvimento da infraestrutura e da logística pesqueira e aquícola.

• 0603 - Implantação e adequação de infraestruturas para recepção, beneficiamento e comercialização de Pescado.

• 0609 - Capacitação de 500 extensionistas rurais da cadeia produtiva da pesca e aquicultura.

• 060A - Elaboração de plano para estruturação da cadeia produtiva de organismos aquáticos com fins de aquariofilia e ornamentação.

• 060B - Promoção da pesca e aquicultura de base agroecológica orgânica por meio da adequação de normas e fomento.

• 060C - Implantação assistida à adequação estrutural higiênico-sanitária de embarcações pesqueiras - Embarque Nessa

• 060D - Reestruturação de 12 unidades de produção de forma jovem para aquicultura pelo Dnocs.

• 060E - Reestruturação de 1 unidade de pesquisa, extensão e produção de formas jovens na área de atuação da Codevasf.

• 0610 - Reestruturação de 6 unidades de produção de formas jovens para aquicultura pelo MPA.

• 0611 - Implantação e manutenção de unidades demonstrativas de capacitação de pequenos produtores em técnicas de aquicultura.

• 0612 - Priorização do atendimento às famílias Quilombolas nos Programas de Aquicultura Familiar e Crédito para Pescadores e Aquicultores

• 0613 - Elaboração de planos de desenvolvimento da Pesca e Aquicultura em espaços sub-regionais prioritários da Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR.

• 061H - Desenvolvimento de mecanismos que promovam a participação e o atendimento de mulheres, jovens, indígenas, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais nas ações de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola.

• 061I - Capacitação de trabalhadores da cadeia produtiva da pesca e aquicultura.

• 065A - Fomento à formação de grupos/redes de pesquisa, bem como de programas e projetos, por meio de chamadas públicas e/ou projetos estruturantes, estimulando a parceria entre academia e setor produtivo.

• 065B - Promoção da implementação do consórcio Brasileiro de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação e Transferência de Tecnologia (CBPA), em parceria com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).

• 065C - Apoio institucional à implantação do Centro de Pesquisa em Pesca e Aquicultura Marinha (CPPAM), no âmbito do Instituto Nacional de Pesquisa Oceânica e Hidroviária (INPOH).

PROGRAMA: 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Conservação Produtiva (ICP) das propriedades rurais assistidas nas regiões cacaueiras	%	31/12/2014	61,54
Índice médio de Impacto Ambiental de tecnologias avaliadas no ano	número índice	31/12/2014	1,29
Índice médio de Impacto Social das tecnologias avaliadas no ano	número índice	31/12/2014	2,05
Número de empregos gerados pelas tecnologias avaliadas no ano	unidade	31/12/2014	66.255,00
Número de tecnologias, produtos e serviços desenvolvidos pela Embrapa no ano	unidade	31/12/2014	1.069,00
Produtividade média nacional de cacau	kg por ha	31/12/2014	403,00
Valor do retorno dos Investimentos em Pesquisa na Embrapa para cada Real (R$) aplicado	R$	31/12/2014	8,53

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**534.466**	**1.794.048**
Despesas Correntes	393.622	1.291.791
Despesas de Capital	140.843	502.257
Recursos Extraorçamentários	**129.500**	**388.500**
Crédito e Demais Fontes	129.500	388.500
Valores Globais	**663.966**	**2.182.548**
	2.846.513	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0969 - Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 0447 - Ampliar de 2.800 para 3.440 o quantitativo de cultivares protegidas.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

- 0448 - Aumentar de 170 para 200 o quantitativo de espécies incluídas no regime de proteção de cultivares.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 04TL - Apoio técnico e financeiro a acordos de cooperação técnica nacional e internacional no âmbito da propriedade intelectual via Proteção de Cultivares.
- 04TM - Ampliação de 190 para 380 ao ano do número de fiscalizações aeroagrícolas visando acompanhar o crescimento da atividade no Brasil.
- 04TN - Elaboração de normas para pulverizações terrestres e atualização da legislação da aviação agrícola.



- 04TO - Promoção da cooperação técnica com universidades, centros de pesquisa, instituições nacionais e internacionais para o desenvolvimento, transferência e difusão de tecnologias nas áreas de Mecanização e Aviação Agrícola.
- 04TP - Apoio financeiro para a realização de ensaios de equipamentos quanto ao seu desempenho como máquinas de aplicação terrestre e aérea em trabalhos agrícolas e aos projetos de estruturação de rede de laboratórios credenciados para realização de ensaios de máquinas agrícolas.
- 04TR - Levantamento, caracterização e qualificação das demandas e prioridades para o desenvolvimento de tecnologias agropecuárias com foco no aumento da eficiência.
- 04TS - Identificação de parceiros e recursos e articulação de cooperação para apoio a projetos específicos voltados à eficiência de tecnologias agropecuárias.
- 04TT - Organização da atuação conjunta dos atores envolvidos no tema de Recursos Genéticos para a Agricultura e Alimentação (RGAA)
- 04TU - Elaboração, produção e divulgação de material técnico informativo sobre a conservação, o acesso e o uso sustentável de RGAA e sobre as plantas medicinais e os fitoterápicos.
- 04TV - Aumento da acessibilidade à aquisição das tecnologias agrícolas pelos produtores rurais mediante incentivo à competitividade dos fabricantes no Brasil.
- 04TW - Apoio metodológico e financeiro à conclusão do Levantamento Estatístico de Agricultura de Precisão, sobre a adoção de tecnologias e uso de insumos agrícolas.
- 04TX - Incentivo ao uso de tecnologias agropecuárias mediante a publicação de material orientativo, apoio técnico e financeiro a projetos de transferência de tecnologia e adoção de medidas visando a sensibilização dos produtores rurais

OBJETIVO: 1005 - Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 046B - Disponibilizar serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural para 10.000 produtores em projetos públicos de irrigação - PPIs.

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7.740,00	unidade
Região Sudeste	2.260,00	unidade

- 046C - Capacitar 15.000 produtores, técnicos de nível médio e superior em agricultura irrigada.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.700,00	unidade
Região Nordeste	3.000,00	unidade
Região Norte	2.300,00	unidade
Região Sudeste	4.000,00	unidade
Região Sul	4.000,00	unidade

- 046D - Assistir 120 mil produtores rurais.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	12.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	8.000,00	unidade
Região Sudeste	35.000,00	unidade
Região Sul	45.000,00	unidade

Iniciativas

- 04ZD - Implantação de unidades demonstrativas com foco nos irrigantes dos PPIs.



- 04ZG - Implantação de 35 unidades demonstrativas em agricultura irrigada.
- 04ZI - Capacitação em gestão de projetos públicos de irrigação para técnicos, gestores de projetos e irrigantes.
- 04ZJ - Mapeamento e qualificação da demanda por Assistência Técnica e Extensão Rural do médio produtor.
- 04ZK - Definição de projetos prioritários de Assistência Técnica e Extensão Rural por território e cadeias produtivas.
- 04ZL - Formação de técnicos para atender às especificações dos médios produtores.
- 04ZM - Promoção da implantação de programas e projetos de infraestrutura social em articulação com demais entes públicos e privados.
- 04ZN - Monitoramento e avaliação das ações de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- 06OG - Capacitar 4.000 produtores rurais, extensionistas, projetistas e equipes de assistência técnica em produção agroenergética.

OBJETIVO: 1028 - Produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 041K - Manter uma média anual de 800 projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação em execução, para a produção de conhecimentos em temas estratégicos da agropecuária.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

- 04MD - Produção de conhecimento científico e tecnológico para melhorar o manejo e o aproveitamento sustentável dos biomas brasileiros e dos seus recursos naturais (água, solo etc).
- 04ME - Produção de conhecimento para aumentar a força de resistência dos ecossistemas nativos e dos sistemas de produção, bem como para ampliar a capacidade de adaptação da agricultura brasileira às mudanças climáticas e à escassez de água.
- 04MF - Produção do conhecimento em ciências emergentes para a geração de tecnologias e ativos inovadores que promovam a incorporação de soluções avançadas aos sistemas agroalimentares e agroindustriais.
- 04MG - Produção de conhecimento nas áreas de automação, agricultura de precisão e tecnologias da informação, para ampliar a sustentabilidade dos sistemas produtivos e agregar valor à agropecuária.
- 04MH - Produção de conhecimento para a segurança biológica e a proteção zoofitossanitária da agropecuária brasileira, da produção florestal e de organismos aquáticos.
- 04MI - Desenvolvimento de sistemas de produção inovadores capazes de aumentar a produtividade agropecuária, florestal e aquícola brasileiras, com sustentabilidade.
- 04MJ - Produção de conhecimento científico e tecnológico com foco no aumento das contribuições da pesquisa agropecuária para integrar a produção de alimentos com as necessidades de nutrição e saúde do consumidor final.
- 04MK - Geração de ativos de inovação com uso de biocomponentes, substâncias e novas rotas tecnológicas para o desenvolvimento de bioindústrias inovadoras com foco em energia renovável, química verde e novos materiais.
- 04ML - Produção de conhecimento para apoiar a formulação e a melhoria de políticas públicas.

OBJETIVO: 1029 - Promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 041R - Capacitar 10.000 agentes multiplicadores de soluções inovadoras para a agropecuária, vinculados a redes públicas e privadas de assistência técnica e extensão rural (Ater), a cooperativas e organizações não governamentais, além de agricultores.

  Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



• 041S - Estabelecer 1.000 contratos ou acordos de direitos sobre propriedade industrial ou de direitos sobre melhoramento genético, com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• 041T - Validar e incorporar 12 tecnologias sociais da Embrapa nas diferentes regiões e biomas brasileiros.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

• 04N8 - Organização de bases de dados em agrupamentos temáticos, com soluções tecnológicas validadas, com disponibilização no Portal da Embrapa na internet.

• 04N9 - Desenvolvimento e disponibilização de aplicativos móveis para acesso de agricultores e agentes multiplicadores a informações de interesse, promovendo a incorporação das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC) no processo de inovação na agropecuária.

• 04NA - Implementação de Unidades de Referência Tecnológica (URT) dos Programas Agricultura de Baixo Carbono (ABC), de Sistema de Integrado Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF) e outros, e de Unidades de Aprendizagem (UA) de políticas públicas, atendendo diferentes regiões e biomas brasileiros.

• 04NB - Implementação de plataforma web corporativa e interativa, qualificação de equipes técnicas e aprimoramento de novos métodos de ensino-aprendizagem para viabilizar os cursos de capacitação presenciais e semipresenciais.

• 04NC - Implementação de novos modelos e estratégias de negócios tecnológicos com foco nos diferentes tipos de produtos, processos e serviços.

• 04ND - Provimento de soluções tecnológicas para temas estratégicos (uso eficiente da água, sistemas integrados de produção, recuperação de áreas degradadas etc), com foco em regiões e biomas prioritários como, por exemplo, MATOPIBA, Semiárido e Amazônia.

• 04NE - Organização, produção e disponibilização de programas de rádio, programas televisivos, minibibliotecas e publicações técnicas nos formatos de boletins, cartilhas, manuais, livros, e-books, circulares técnicas e outros.

OBJETIVO: 1030 - Aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

• 0428 - Estabelecer 800 convênios ou contratos com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a cooperação técnica e financeira em pesquisa agropecuária, incluindo a cooperação técnica e financeira para melhoramento genético.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• 0429 - Capacitar e formar 2.200 pesquisadores da Embrapa e Organizações Estaduais parceiras em áreas emergentes do conhecimento ou áreas portadoras de futuro, para a geração de novos conhecimentos e soluções tecnológicas inovadoras.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

• 042A - Ampliar e modernizar a infraestrutura das 46 unidades de pesquisa e serviços da Embrapa e da sua Sede, e apoiar financeiramente a ampliação e modernização da infraestrutura de 18 Organizações Estaduais de Pesquisa Agropecuária - OEPAs.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Iniciativas

• 04O4 - Fortalecimento de parcerias com universidades, institutos, organizações estaduais e outras instituições públicas e privadas, no escopo de coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária – SNPA.

• 04O5 - Consolidação da rede de alianças internacionais por meio de representações, unidades, ações, parcerias e projetos nos eixos da cooperação científica, cooperação técnica, negócios ou participação em Fóruns.

• 04O6 - Apoio à integração da pesquisa e da assistência técnica e extensão rural, por meio da geração de soluções, capacitação de agentes e participação em órgãos diretivos da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – Anater.

• 04O7 - Consolidação de alianças estratégicas no âmbito da coordenação do Consórcio Brasileiro de Pesquisa e Desenvolvimento do Café.



- 04O8 - Cooperação com parceiros nacionais (ministérios, Sistema S, cooperativas, organizações e movimentos sociais) para promover inovações na agropecuária com foco no protagonismo de redes locais ou regionais.
- 04O9 - Consolidação do Sistema de Inteligência Estratégica da Embrapa (Agropensa) com geração de informações, cenários e estudos para apoio à tomada de decisão, estratégia e aperfeiçoamento de políticas públicas.
- 04OA - Formação e capacitação de empregados da Embrapa e das OEPAs com treinamentos de longa e de curta duração em áreas estratégicas do conhecimento técnico-científico, incluindo as promotoras de eficiência administrativa.
- 04OB - Aprimoramento da aderência dos programas de formação e aperfeiçoamento à visão de futuro, alinhamento estratégico e gestão de competências da Embrapa.
- 04OC - Implantação de um Sistema Integrado de Gestão na Embrapa, incluindo ferramental para gestão de recursos humanos e para a gestão de ativos.
- 04OD - Implantação de Planos de Logística Sustentável nas unidades da Embrapa para melhoria de processos e do desempenho da sustentabilidade na Empresa.
- 04OE - Ampliação e modernização da infraestrutura predial e instalações de suporte a pesquisa e inovações na Embrapa.
- 04OF - Modernização de equipamentos, visando reduzir a taxa média de depreciação dos equipamentos de laboratório, computadores e periféricos, veículos, tratores, máquinas e implementos agrícolas componentes do ativo da Embrapa.
- 04OG - Elaboração e implantação de projetos para automação e mecanização de processos e atividades em laboratórios e Campos Experimentais da Embrapa.
- 04OH - Apoio à ampliação e modernização da infraestrutura física das Organizações Estaduais de Pesquisa (OEPAs), por meio de convênios e outras ações.
- 04OI - Fortalecimento de novos modelos de parcerias com base na criação ou consolidação de Laboratórios Multiusuário (MultiLab) para uso compartilhado de infraestrutura com organizações públicas ou privadas, nacionais ou internacionais.
- 04OJ - Fortalecimento de novos modelos de parcerias com base nas Unidades Mistas de Pesquisa (UMIPs), dotadas de instalações laboratoriais constituídas por meio de parcerias institucionais.
- 04OK - Fortalecimento de novos modelos de parcerias público-privadas por meio da criação ou consolidação de Núcleos Territoriais de Inovação e Referência Tecnológica (NUTIR) para atuar com sistemas integrados de produção sustentável.
- 04OL - Construção e implantação da Embrapa Cocais.

OBJETIVO: 1034 - Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau.

Órgão Responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Metas 2016-2019

- 042M - Aumentar de 300 para 360 a quantidade de tecnologias disponibilizadas e validadas nas regiões produtoras de cacau.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	110,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	250,00	unidade

- 042N - Aumentar de 48 para 100 a quantidade de cultivares desenvolvidas e disponibilizadas nas regiões produtoras de cacau.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Bioma Amazônia	20,00	unidade
Bioma Mata Atlântica	80,00	unidade

- 042O - Aumentar de 60.000 para 75.000 a quantidade de produtores rurais assistidos com ATER nas regiões produtoras de cacau.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.500,00	unidade
Região Nordeste	32.000,00	unidade
Região Norte	40.000,00	unidade
Região Sudeste	1.500,00	unidade

- 049U - Ampliar de 10 mil para 14 mil ha a área assistida de palmácea dendê para biocombustível nas regiões produtoras de cacau do nordeste.

Órgão responsável: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	14.000,00	hectare

Iniciativas

- 04PK - Desenvolvimento de 140 projetos de pesquisa e validação de tecnologias sustentáveis e inclusivas com foco em cultivos tropicais perenes, agregação de valor e diversificação dos sistemas agroflorestais nos biomas da Mata Atlântica e Floresta Amazônica.

- 04PL - Manutenção e caracterização dos quatro bancos de germoplasma de cacau situados nos biomas de Mata Atlântica e Floresta Amazônica, assegurando ampliação da base de melhoramento genético na produção de sementes e demais propágulos.

- 04PM - Difusão de tecnologias de produção e modernização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) com foco na inclusão socioprodutiva e sucessão rural nas regiões produtoras de cacau.

- 04PN - Elaboração de planos de negócio para as propriedades, associações e cooperativas agrícolas com foco em agregação de valor, diversificação, verticalização, conservação produtiva e certificação de produtos nas regiões produtoras de cacau.

- 06ND - Execução de projetos de ATER e PD&I para desenvolvimento da potencialidade agroenergética das regiões produtoras de cacau.

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Despesa com Importação de Petróleo	US$ milhão por ano	31/12/2014	15.874,00
Oferta Total de Gás Natural ao Mercado Interno	milhão de m³ por dia	31/12/2014	100,00
Participação do Gás Nacional na Oferta Total ao Mercado Interno	percentagem	31/12/2014	48,30
Participações Governamentais - Participações Especiais	R$ bilhão por ano	31/12/2014	16,83
Participações Governamentais - Royalties	R$ bilhão por ano	31/12/2014	18,53
Produção de Petróleo - Pré sal	mil barris por dia	31/12/2014	493,00
Receita com Exportação de Petróleo	US$ milhão por ano	31/12/2014	16.357,00
Reservas Provadas de Gás Natural	milhão de m³	31/12/2014	471.095,00
Reservas Provadas de Petróleo	milhão de barris	31/12/2014	16.184,00
Volume de Exportação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2014	189,40
Volume de Importação de Gás Natural	milhão de m³ por dia	31/12/2014	52,93
Volume de Importação de Petróleo	milhão de barris por ano	31/12/2014	144,15

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**124.944**	**412.978**
Despesas Correntes	96.754	339.958
Despesas de Capital	28.190	73.020
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**64.088.987**	**198.953.739**
Recursos Extraorçamentários	**7.159.223**	**10.816.849**
Crédito e Demais Fontes	5.804.524	7.307.220
Gastos Tributários	1.354.698	3.509.630
Valores Globais	**71.373.154**	**210.183.566**
	281.556.720	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	5.000.000

OBJETIVO: 0053 - Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 048F - Propor novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de exploração e produção de petróleo e gás natural

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 0041 - Revisar e atualizar bienalmente o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia



- 048E - Ofertar áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 054R - Elaboração de estudos e definição de ferramenta de suporte para o planejamento estratégico de rodadas de licitação de blocos exploratórios
- 004B - Realização de levantamentos e estudos geológicos e geofísicos em bacias sedimentares brasileiras, com objetivo de ampliar o conhecimento do potencial exploratório dessas áreas visando futuras rodadas de licitação de blocos exploratórios
- 054S - Elaboração de diretrizes para proposição de atos normativos e regulatórios para o desenvolvimento da exploração e produção de hidrocarbonetos não-convencionais (especialmente gás de folhelho – shale gas - e gás em formações fechadas – tight gas) de forma segura e ambientalmente correta
- 054T - Contratação de estudos sobre capacidade de fornecimento de bens e serviços da indústria nacional, para subsidiar o ritmo de contratação dos blocos sob o regime de partilha de produção

OBJETIVO: 0057 - Produzir petróleo e gás natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 048Y - Produzir anualmente em média 2,5 milhões de barris de petróleo por dia

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	125,30	mil barris por dia
Região Norte	13,90	mil barris por dia
Região Sudeste	2.382,90	mil barris por dia

- 048Z - Produzir anualmente em média 95 milhões de m3 de gás natural por dia

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	6,50	milhão de metros cúbicos por dia
Região Norte	13,70	milhão de metros cúbicos por dia
Região Sudeste	74,80	milhão de metros cúbicos por ano

Iniciativas

- 0051 - Construção de Sondas de Perfuração I
- 0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II
- 0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III
- 0055 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção IV
- 0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V
- 0058 - Desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural, através da instalação de novos sistemas de produção e melhorias dos sistemas atualmente existentes
- 04HC - Implantação de gasoduto de escoamento de gás natural do pré-sal para processamento no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ
- 055J - Manutenção da produção das bacias petrolíferas
- 005S - Exploração de bacias sedimentares marítimas - realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços
- 005T - Exploração de bacias sedimentares terrestres - realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços

OBJETIVO: 0529 - Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0491 - Publicar revisões do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural (PEMAT) a cada dois anos.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 0492 - Expandir a oferta interna potencial de gás natural

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 055Y - Realização de estudos para a expansão da malha de transporte de gás natural
- 055Z - Realização de estudos para superação dos desafios tributários para a implantação de troca operacional (swap) de gás natural
- 0560 - Viabilização do compartilhamento, entre agentes produtores, da infraestrutura de escoamento de gás natural
- 0561 - Proposição de diretrizes ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para comercialização do gás da parcela da União nos contratos de Partilha da Produção
- 0562 - Viabilização do aproveitamento do gás metano em minas de carvão
- 0563 - Proposição de diretrizes ao Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) para política de restrição à queima de gás natural
- 0564 - Proposição de decreto de regulamentação do Plano de Contingência para o suprimento de gás natural
- 0565 - Licitação para concessão da atividade de transporte do gasoduto Itaboraí-Guapimirim
- 0566 - Implantação, adequação e manutenção de gasodutos

OBJETIVO: 0063 - Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0493 - Implementar a política para aumento da participação de empresas de pequeno e médio porte nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

- 0494 - Elaborar diretrizes para aplicação dos recursos advindos da cláusula de P&D constante nos contratos de exploração e produção de petróleo e gás natural

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 0060 - Consolidação e aperfeiçoamento dos índices de conteúdo local dos contratos de E&P (exploração e produção)
- 0065 - Apoio à formação e ao desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais voltados às atividades da indústria de petróleo, gás e naval
- 0066 - Realização de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento para petróleo e gás natural
- 0567 - Elaboração de proposta com critérios básicos para os acordos de individualização da produção (unitização) dos contratos de exploração e produção, nas suas diferentes modalidades
- 0568 - Construção de centro para armazenamento, conservação e análise do acervo de amostras de rochas e fluidos



OBJETIVO: 1091 - Promover a sustentabilidade ambiental nos processos de exploração e produção na cadeia produtiva do petróleo e gás.

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 0496 - Implementar cinco instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 056A - Implantação da sistemática de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS nas bacias sedimentares brasileiras com potencial para petróleo e gás

- 056B - Negociação de acordos bilaterais nas regiões de fronteira marítima para cooperação na resposta a incidentes transfronteiriços de poluição por óleo

PROGRAMA: 2054 - Planejamento Urbano

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de famílias beneficiadas por processos de regularização fundiária	famílias	12/12/2014	398.329,00
Taxa de municípios abrangidos pelo Programa Nacional de Capacitação das Cidades	%	29/07/2015	81,90
Taxa de municípios com Plano Diretor	%	31/12/2013	50,00
Taxa de municípios que possuem legislação sobre Lei de Uso e Ocupação do Solo, Lei de Parcelamento ou Código de Obras	%	31/12/2013	74,65
Taxa de municípios que possuem legislação sobre operação urbana consorciada	%	31/12/2013	18,60
Taxa de municípios que possuem legislação sobre Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios – PEUC	%	31/12/2012	9,35
Taxa de municípios que possuem legislação sobre solo criado ou outorga onerosa do direito de construir	%	31/12/2013	23,25
Taxa de municípios que possuem legislação sobre zona e/ou área de interesse social	%	31/12/2013	44,45
Taxa de Regiões Metropolitanas que instituíram Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado	%	31/12/2015	0,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**28.367**	**94.000**
Despesas Correntes	4.767	16.522
Despesas de Capital	23.600	77.477
Recursos Extraorçamentários	**501.000**	**1.501.000**
Crédito e Demais Fontes	501.000	1.501.000
Valores Globais	**529.367**	**1.595.000**
	2.124.367	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	30.000

OBJETIVO: 0322 - Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 03ZP - Fortalecer a implementação de instrumentos de Planejamento Territorial e de Gestão Urbana Municipal para aplicação efetiva do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 03ZQ - Apoiar a instituição de elementos de gestão plena em regiões metropolitanas, nos termos do Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089/2015).

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 01TW - Fortalecer a capacidade dos gestores, técnicos e agentes sociais em gestão urbana, territorial e ambiental por meio do Programa Nacional de Capacitação das Cidades.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

• 03ZR - Elaborar diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano e difundi-las, prioritariamente, nos municípios brasileiros com mais de 50 mil habitantes.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

• 04J1 - Construção do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU

• 04J2 - Elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano – PLANURB

• 04J3 - Regulamentação da Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015 – Estatuto da Metrópole

• 04J4 - Fortalecimento dos instrumentos e fóruns de participação social para o desenvolvimento urbano, em especial o Conselho das Cidades.

• 04J5 - Fortalecimento e aprimoramento do Sistema Nacional de Informações das Cidades (SNIC).

• 04J6 - Fomento à instituição de Cadastro Territorial Multifinalitário nos municípios para a implementação de instrumentos de planejamento urbano.

• 04J7 - Proposição da política federal de gestão ambiental urbana.

• 04J8 - Elaboração de roteiro metodológico de zoneamento ambiental em escala municipal, subsidiando a revisão de Planos Diretores, e implementação de iniciativas piloto.

OBJETIVO: 0324 - Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

• 00MN - Ampliar o apoio para implementação de processos de regularização fundiária urbana nos municípios, no âmbito do Programa Papel Passado.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

• 00MQ - Promover a regularização fundiária urbana em imóveis da União geridos pela Secretaria do Patrimônio da União

Órgão responsável: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Iniciativas

• 00ZT - Promoção de ações de fortalecimento e articulação interinstitucionais para a regularização fundiária urbana, incluindo adequações de normas pertinentes.

OBJETIVO: 0321 - Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

• 03ZO - Investir R$ 2 bilhões em projetos urbanos estratégicos em territórios de especial interesse, em parceria com a iniciativa privada, para expansão e/ou reabilitação urbana.

Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

• 04IZ - Assistência técnica e fomento aos municípios para regulamentação e implementação de Operações Urbanas Consorciadas.

• 04J0 - Apoio a estados e municípios para promoção da urbanização acessível, por meio de ações e intervenções de qualificação de espaços de uso público e eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas.

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Grau de Autonomia Nacional em Imagens de Satélites de Observação da Terra (GAOT)	percentual	31/12/2014	25,00
Índice de Participação do Setor Empresarial Nacional no Programa Temático Política Espacial (IPSEN-2)	percentual	31/12/2014	30,56
Posição no Índice de Competitividade Espacial (SCI)	posição em listagem de países	31/12/2014	11,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**195.118**	**711.752**
Despesas Correntes	78.931	301.041
Despesas de Capital	116.187	410.711
Valores Globais	**195.118**	**711.752**
	906.870	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 0702 - Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 03TE - Lançar o primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04CV - Lançar o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres CBERS-4A.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 05I6 - Desenvolvimento do segundo satélite da série Amazônia, para observação da Terra.
- 05I7 - Desenvolvimento do sistema de Satélites de Coleta de Dados Hidrometeorológicos (SCD-Hidro) e modernização do Sistema Integrado de Dados Ambientais (SINDA).
- 05I8 - Desenvolvimento do primeiro Satélite Argentino-Brasileiro de Informações Ambientais Marítimas (SABIA-Mar), para estudos de águas interiores e oceanos.
- 05I9 - Desenvolvimento do Satélite de Pesquisa Atmosférica Equatorial (EQUARS), para estudos das altas atmosferas.
- 05IA - Domínio das tecnologias de plataformas para satélites de até 100 kg (microssatélites) e para satélites de até 500 kg (pequenos satélites) para posterior industrialização.
- 05IB - Concepção das missões e definição dos requisitos para os satélites CBERS-5, CBERS-6 e o terceiro satélite da série Amazônia, considerando áreas de monitoramento agrícola, uso da terra, recursos não-renováveis, segurança hídrica e Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).
- 05IC - Definição de requisitos para futuras missões tecnológicas, de radar de abertura sintética, de meteorologia, e do Monitor e Imageador de Raios X (MIRAX).
- 05ID - Atualização e adequação da capacidade das instalações para rastreio e controle de satélites, recepção, armazenamento, processamento e disseminação de dados.

- 05IE - Estímulo à organização da base industrial e a comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em satélites e aplicações.

OBJETIVO: 0397 - Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 00VC - Realizar voo de qualificação do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) com carga útil nacional.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 00VF - Realizar voo tecnológico para qualificação do sistema de navegação inercial do Veículo Lançador de Satélites.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 05GP - Domínio de tecnologias de plataformas para missões suborbitais: Plataforma Suborbital de Microgravidade (PSM) e Satélite de Reentrada Atmosférica (SARA).
- 05GQ - Realização de campanhas de lançamento de foguetes em apoio a Programas de Microgravidade e de desenvolvimento tecnológico.
- 05H6 - Implantação e modernização dos Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).
- 05H7 - Consolidação do Sistema Nacional de Avaliação da Conformidade na Área Espacial.
- 05H8 - Estímulo à organização da base industrial e à comercialização de produtos e serviços espaciais por empresas nacionais, em veículos lançadores e serviços de lançamento.

OBJETIVO: 1108 - Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 04DN - Concluir o modelo de engenharia do motor foguete a propelente líquido de 7,5 toneladas de empuxo, em continuidade ao desenvolvimento do motor.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04DO - Concluir o desenvolvimento de Sistema de Controle de Atitude e Órbita e de Supervisão de Bordo de satélites.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 04DP - Firmar 6 contratos de prestação de serviços de engenharia para a transferência de tecnologias espaciais a indústrias nacionais ou entidades governamentais no âmbito do Programa de Transferência de Tecnologia do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

- 05JA - Desenvolvimento de produtos e processos inovadores para o setor espacial e suas aplicações relativas a novos materiais, propulsão de satélites, computação científica e eletrônica embarcada.
- 05JB - Desenvolvimento de tecnologias inovadoras e consolidação de plataforma para integração de dados, conhecimentos e tecnologias, objetivando a elaboração de produtos para aplicações de imagens de satélites e dados espaciais.
- 05JC - Domínio das tecnologias de plataforma para satélites de até 10 kg (nanossatélites) para posterior industrialização.



• 05JE - Desenvolvimento de tecnologias críticas para emprego em propulsores líquidos em apoio ao desenvolvimento do motor L-75.

• 05JH - Desenvolvimento de tecnologias críticas e meios industriais em apoio ao desenvolvimento do veículo lançador VLM-1.

• 05JJ - Elaboração de estudo de viabilidade para o desenvolvimento de estágio de propulsão líquida para o veículo lançador VLS-Alfa.

• 05JK - Ampliação e modernização dos bancos de testes de propulsores químicos e implantação de banco de testes de propulsores elétricos.

• 05JM - Desenvolvimento do projeto do Banco de Ensaios de Propulsores Líquidos.

• 05JO - Consolidação de centro de pesquisa, desenvolvimento e operação para o Programa de Estudo e Monitoramento Brasileiro do Clima Espacial

• 05JQ - Desenvolvimento de experimentos de microgravidade e de estudos da ionosfera.

• 05JS - Conclusão e lançamento do experimento astrofísico Proto-MIRAX (Monitor e Imageador de Raios-X) através de balão estratosférico.

• 05JT - Fomento de ações, por meio da Plataforma Espaço Educação e Tecnologia (E2T), para a atração, formação e capacitação de pessoal para o setor aeroespacial, e realização de missões educacionais de nanossatélites.

• 06D4 - Consolidação do Centro Vocacional Tecnológico Espacial (CVT-Espacial) do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).

• 06SE - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

PROGRAMA: 2082 - Política Externa

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da África	pessoa por ano	31/12/2013	9,48
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da América Central e do Caribe	pessoa por ano	31/12/2013	5,25
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da América do Norte	pessoa por ano	31/12/2013	73,72
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da América do Sul	pessoa por ano	31/12/2013	293,68
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da Ásia	pessoa por ano	31/12/2013	30,10
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da Europa	pessoa por ano	31/12/2013	163,66
Chegada de turistas ao Brasil provenientes da Oceania	pessoa por ano	31/12/2013	5,43
Corrente de Comércio Brasil-África	US$ milhão por ano	31/12/2014	26.761,84
Corrente de Comércio Brasil-ALADI	US$ milhão por ano	31/12/2014	76.491,21
Corrente de Comércio Brasil-América do Sul	US$ milhão por ano	31/12/2014	66.596,97
Corrente de Comércio Brasil-América do Sul Exclusive Mercosul	US$ milhão por ano	31/12/2014	23.097,98
Corrente de Comércio Brasil-América Latina e Caribe	US$ milhão por ano	31/12/2014	83.609,28
Corrente de Comércio Brasil-Ásia Exclusive Oriente Médio	US$ milhão por ano	31/12/2014	144.686,69
Corrente de Comércio Brasil-BRICS	US$ milhão por ano	31/12/2014	98.191,16
Corrente de Comércio Brasil-Mercosul	US$ milhão por ano	31/12/2014	43.498,99
Corrente de Comércio Brasil-NAFTA	US$ milhão por ano	31/12/2014	76.515,56
Corrente de Comércio Brasil-Oceania	US$ milhão por ano	31/12/2014	1.740,35
Corrente de Comércio Brasil-Oriente Médio	US$ milhão por ano	31/12/2014	18.418,58
Corrente de Comércio Brasil-União Europeia	US$ milhão por ano	31/12/2014	88.764,06

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.120.840**	**3.426.610**
Despesas Correntes	1.096.371	3.374.261
Despesas de Capital	24.469	52.348
Valores Globais	**1.120.840**	**3.426.610**
	4.547.449	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	50.000

OBJETIVO: 1140 - Fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul, contribuindo para a formação de um espaço de paz e desenvolvimento.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04MZ - Ampliar e fortalecer mecanismos de negociação, incentivando a integração regional, no marco institucional da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), por meio do aprofundamento da desgravação tarifária e da diversificação temática dos acordos firmados pelo Brasil, em conjunto com os demais Estados Partes do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores



- 04N0 - Promover o desenvolvimento econômico e social das zonas de fronteira, por meio do incentivo a iniciativas conjuntas com os países vizinhos que permitam o enfrentamento dos desafios comuns, nas áreas de saúde, educação, segurança pública, meio ambiente, dentre outros, com vistas à melhoria da qualidade de vida de seus habitantes.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N1 - Avançar na implementação do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS).

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N2 - Avançar na implementação do Plano de Ação para a Conformação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N3 - Incrementar a participação de organizações da sociedade civil nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N4 - Consolidar a ampliação do MERCOSUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N5 - Aperfeiçoar a cooperação entre os Estados Partes do MERCOSUL na área aduaneira.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N6 - Estabelecer novo Regime Comum de Importação de Bens de Capital não Produzidos no MERCOSUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N7 - Definir as condições de acesso ao mercado de contratações públicas entre Estados Partes do MERCOSUL, por meio da revisão da Decisão Nº CMC 23/06 – Protocolo de Contratações Públicas do MERCOSUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N8 - Intensificar a integração produtiva com os Estados Partes do MERCOSUL, por meio do fortalecimento das cadeias produtivas e/ou da facilitação de acesso a diferentes formas de financiamento.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04N9 - Consolidar instrumentos financeiros de mitigação dos efeitos das assimetrias de nível de desenvolvimento na América do Sul e, quando couber, entre Estados Partes do MERCOSUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NA - Fortalecer e ampliar a aproximação do Brasil e da América do Sul com os países do Caribe.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NB - Fortalecer e ampliar a aproximação do Brasil e da América do Sul com os países da América Central e com o México.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NC - Fortalecer a participação brasileira nos órgãos setoriais da UNASUL.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04ND - Fortalecer o processo de integração da infraestrutura física regional em suas diferentes dimensões.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NE - Consolidar o tratamento dos temas de direitos humanos no MERCOSUL e desenvolver a institucionalidade da UNASUL em matéria de direitos humanos.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 068U - Proposta de aprofundamento das preferências e diversificação temática nos Acordos de Complementação Econômica (ACEs) da ALADI dos quais o Brasil é parte signatária: ACEs 35, 36, 58, 59 e 62.

- 068V - Tratativas para estabelecer frente negociadora com o Sistema de Integração Centro-Americana (SICA) e com a Comunidade do Caribe (CARICOM), com base na negociação de Acordos-Quadro, seguidos de negociação de entendimentos econômico-comerciais.

- 068W - Tratativas com o México para buscar a negociação de acordo amplo, que abarque questões tarifárias e não tarifárias, com a incorporação inclusive do patrimônio negociado nos Acordos de Cooperação Econômica (ACEs) 53

(Brasil-México) e 55 (MERCOSUL-México, setor automotivo).

• 068X - Celebração e implementação de acordos sobre localidades fronteiriças vinculadas, com vistas a melhorar a qualidade de vida e a facilitar as atividades cotidianas do cidadão fronteiriço.

• 068Y - Promoção do melhor funcionamento e periodicidade nos trabalhos das Comissões Binacionais de Fronteira, dos Comitês de Fronteira e das Comissões de Vizinhança, de modo a incentivar a coordenação de ações conjuntas para, entre outros: 1) a prevenção e o combate a enfermidades; 2) o tratamento adequado de resíduos sólidos e lixo orgânico, bem como recuperação de áreas degradadas 3) o monitoramento e a preservação de áreas protegidas, como Unidades de Conservação, mosaicos e corredores ecológicos; 4) a gestão conjunta dos recursos hídricos transfronteiriços; 5) o fortalecimento da cooperação nas áreas do registro civil; 6) o estabelecimento de Regimes Especiais Fronteiriços aduaneiros, para facilitar o comércio entre cidades vinculadas; 7) o desenvolvimento das políticas públicas voltadas às populações indígenas; 8) a participação de países vizinhos nos Gabinetes de Gestão Integrada de Segurança Pública das cidades fronteiriças, com vistas à coordenação das ações de prevenção e repressão aos crimes transnacionais; e 9) a criação de consórcios municipais de fronteira para promover a gestão compartilhada de serviços públicos.

• 068Z - Articulação com o Congresso Nacional para a elaboração de normas jurídicas que promovam o aprofundamento da cooperação com os países vizinhos.

• 0690 - Consolidação e expansão do Programa de Escolas Interculturais de Fronteira com os países vizinhos.

• 0693 - Negociação de normas e procedimentos visando à agilização e à simplificação dos trâmites que afetem a circulação de pessoas no espaço do MERCOSUL.

• 0694 - Retomada da discussão, nas instâncias pertinentes, dos projetos de harmonização das informações para a emissão de documentos de identificação nos Estados Partes do MERCOSUL e de inserção da denominação "MERCOSUL" nas cédulas de identidade nacionais.

• 0695 - Discussão de diretrizes sobre emprego e planos regionais em matérias como trabalho infantil, inspeção do trabalho e facilitação da circulação de trabalhadores.

• 0696 - Tratativas para otimizar a participação de organizações da sociedade civil nas Cúpulas Sociais, em particular, por meio do Fundo de Participação Social.

• 0697 - Acompanhamento e apoio à execução dos compromissos previstos no Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela e no Protocolo de Adesão da República Plurinacional da Bolívia ao bloco.

• 0698 - Promoção de procedimentos de intercâmbio de informação aduaneira entre os Estados Partes do MERCOSUL.

• 0699 - Promoção da revisão do Regime Comum de Importação de Bens de Capital não Produzidos no MERCOSUL, constante das Decisões CMC Nº 34/03 e 59/08.

• 069A - Promoção da negociação e da implementação de projetos de integração produtiva.

• 069B - Implementação do Fundo de Garantias para Micro, Pequenas e Médias Empresas do MERCOSUL.

• 069C - Fortalecimento do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

• 069D - Promoção da implementação do Banco do Sul como instrumento regional de financiamento de projetos com vistas ao desenvolvimento econômico e social na América do Sul.

• 069E - Conclusão da adesão do Brasil ao Banco de Desenvolvimento do Caribe.

• 069F - Estímulo ao diálogo político com a Comunidade do Caribe (CARICOM), por meio das Cúpulas Brasil-CARICOM e da participação brasileira no Conselho de Relações Exteriores e Comunitárias do Caribe (COFCOR).

• 069H - Promoção da participação de empresas brasileiras em empreendimentos em Cuba e apoio ao financiamento à exportação de bens e serviços de empresas brasileiras.

• 069I - Apoio às reuniões do Mecanismo Brasil-Sistema da Integração Centro-Americana (SICA).

• 069J - Adesão do Brasil ao Banco Centro-Americano de Integração Econômica.

• 069K - Impulso às ações bilaterais com o México em suas perspectivas política, econômica, educacional, cultural, científica e tecnológica, entre outras.

• 069L - Fortalecimento do apoio político à ampliação dos investimentos brasileiros no México e à realização de negociações econômico-comerciais.

• 069M - Promoção da criação de marcos regulatórios que profissionalizem a gestão da Secretaria-Geral da UNASUL e das instâncias permanentes do bloco.

• 069N - Promoção e avanço dos estudos e processos para melhorar a integração aérea regional, o sistema portuário regional e a navegabilidade dos principais rios da América do Sul, assim como os corredores rodoviários sul-americanos.

• 069O - Celebração de acordos regionais e bilaterais de interconexão energética na América do Sul, especialmente de interconexão elétrica e de gás natural, contribuindo para o fortalecimento da segurança energética regional.



- 069P - Promoção de negociações do Tratado de Integração Energética da UNASUL.
- 069Q - Incremento do intercâmbio entre o Conselho de Economia e Finanças e o Conselho de Infraestrutura e Planejamento da União de Nações Sul-americanas (UNASUL), de forma a contribuir para a identificação de fontes de financiamento para os projetos de integração.
- 069R - Fortalecimento dos mecanismos de promoção dos direitos humanos e da igualdade étnica, racial e de gênero por meio da articulação de ações conjuntas com os países do MERCOSUL no âmbito da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos e Chancelarias do MERCOSUL e Estados Associados (RAADH), da Reunião de Ministras e Altas Autoridades da Mulher do MERCOSUL (RMAAM) e da Reunião de Autoridades sobre Povos Indígenas (RAPIM).
- 069S - Fortalecimento institucional do Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL (INPPDH).
- 069U - Construção de uma agenda sul-americana em direitos humanos, por meio do Grupo de Alto Nível em Direitos Humanos da UNASUL.

OBJETIVO: 1148 - Reforçar a atuação da diplomacia econômica e comercial, de forma a alcançar uma melhor inserção do Brasil nos circuitos globais de comércio e investimento.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04P8 - Ampliar o número de Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), como instrumento de internacionalização de empresas brasileiras e de atração de investimentos externos.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P9 - Ampliar acordos comerciais do MERCOSUL com novos parceiros extrarregionais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PA - Concluir as negociações da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PB - Concluir a negociação de novo quadro normativo sobre créditos à exportação, no âmbito do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG).

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PD - Fortalecer o processo de agregação de valor e de diversificação de pauta e dos destinos das exportações, por meio do estímulo à expansão da participação brasileira em mercados prioritários e/ou com potencial para crescimento das relações comerciais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PE - Contribuir para aumentar o volume e a qualidade de investimentos estrangeiros para as obras prioritárias de infraestrutura brasileiras e para ampliar a internacionalização de empresas brasileiras, por meio do reforço dos laços diplomáticos com países estratégicos.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PF - Desenvolver programas de capacitação e de intercâmbio de experiências em promoção comercial, em atração de investimentos e em promoção do produto turístico brasileiro para as organizações públicas e privadas participantes do sistema de promoção comercial brasileiro.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PG - Fortalecer ações de inteligência comercial no âmbito do sistema de promoção comercial brasileiro, por meio da produção de conhecimento que contribua a uma maior inserção do Brasil em mercados selecionados.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 06ED - Negociação de novos Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos - ACFIs, tendo como prioridade os vizinhos regionais e os países africanos de maior relacionamento econômico com o Brasil.
- 06EG - Negociação de acordo comercial do MERCOSUL com a União Europeia - UE e outros parceiros comerciais.
- 06EH - Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de diálogo e cooperação econômica e comercial entre o MERCOSUL e parceiros comerciais.



- 06EI - Tratativas para o engajamento ativo nas negociações no âmbito do Grupo de Trabalho Internacional sobre Créditos à Exportação (IWG), para assegurar que as novas normas reflitam adequadamente os interesses brasileiros.

- 06EJ - Incentivo a maior financiamento de projetos de infraestrutura por parte de bancos de fomento regionais para apoiar a internacionalização de empresas brasileiras exportadoras de serviços de infraestrutura, especialmente na América Latina.

- 06EK - Aumento do número de atividades de treinamento e capacitação para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro.

- 06EL - Ampliação do atendimento a empresários brasileiros e estrangeiros nas Embaixadas e Consulados brasileiros no exterior, com informações e serviços que contribuam ao fortalecimento do relacionamento comercial brasileiro nos países.

- 06EM - Aprimoramento do conteúdo do Guia de Comércio Exterior e Investimento, incentivando sua maior utilização, principalmente por parte do setor privado.

- 06EO - Apoio e ampliação da participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior.

- 06EQ - Elaboração de estudos sobre inteligência comercial; investimentos diretos externos no Brasil; investimentos diretos brasileiros no exterior; internacionalização de empresas brasileiras; acesso a mercados e barreiras tarifárias e não tarifárias, entre outros temas de relevância para as atividades de promoção comercial e de investimentos, com o objetivo de subsidiar ações de promoção comercial e de atração de investimentos.

- 06ES - Aperfeiçoamento e unificação de produtos e serviços disponíveis nas áreas de orientação a potenciais exportadores, importadores e investidores, bem como calendários de eventos e dados estatísticos.

OBJETIVO: 1141 - Consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04NF - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países desenvolvidos, na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NG - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países em desenvolvimento, na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NH - Fortalecer e ampliar ações de diálogo político e de cooperação com os países do BRICS e do IBAS, na esfera bilateral e no âmbito desses mecanismos e de outros organismos internacionais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04NI - Fortalecer e ampliar mecanismos e ações de diálogo político e cooperação com os países de língua portuguesa, na esfera bilateral e no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 069V - Fortalecimento das relações entre o Brasil e Estados Unidos, Canadá e os países da Europa, Japão, Coreia do Sul e Austrália, por meio do aumento do número de visitas bilaterais em alto nível e da multiplicação e aprofundamento de iniciativas de diálogo político, bem como de comércio e investimentos e de cooperação em áreas de interesse brasileiro, tais como ciência, tecnologia, inovação e educação.

- 069W - Ampliação e fortalecimento das relações do Brasil com a União Europeia (UE), no contexto da parceria estratégica adotada por ambas as Partes em 2007, inclusive por meio da implementação dos Diálogos Setoriais Brasil-UE e do Plano de Ação Conjunto da Parceria Estratégica Brasil – UE a ser aprovado para o período 2015-20.

- 069X - Aprofundamento dos Diálogos Setoriais Brasil-Estados Unidos, com particular foco nas áreas relacionadas à promoção da parceria econômica, da cooperação e da coordenação política.

- 069Y - Fortalecimento da participação do Brasil nas Reuniões de Cúpula Brasil-União Europeia, nas Cimeiras Luso-Brasileiras e nas Consultas de Alto Nível Brasil-Alemanha.

- 069Z - Aprofundamento da Parceria Estratégica e Global entre Brasil e Japão, com vistas a garantir a periodicidade do Diálogo Brasil-Japão entre Chanceleres.

- 06A0 - Realização, em bases periódicas, de consultas em alto nível - sobre temas bilaterais, regionais e multilaterais - com os Estados Unidos, o Canadá, a União Europeia e países europeus, especialmente em reuniões de nível ministerial com os países e organismos com os quais o Brasil mantém parcerias estratégicas e de relevo.



- 06A1 - Consolidação de programas de transferência de conhecimento e de tecnologia estratégicos para o desenvolvimento científico e tecnológico brasileiro, tais como as transferências tecnológicas associadas à aquisição dos caças suecos Gripen, as negociações com a Ucrânia para a instalação de fábrica de insulina recombinante humana e a parceria com o Japão para a transferência de conhecimento em Ciências do Mar.

- 06A2 - Atualização do Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil-Suécia, com vistas a reforçar a parceria bilateral à luz do crescimento da cooperação na área de defesa e alta tecnologia.

- 06A3 - Incremento de iniciativas temáticas de cooperação com os países nórdicos e os países bálticos.

- 06A4 - Fortalecimento do papel do Brasil no BRICS e do BRICS como instância de cooperação e de coordenação entre seus membros e ator de relevo em temas da agenda global, por meio da participação em reuniões do bloco, em nível adequado, e da implementação dos planos de ações definidos pelos Chefes de Estado e de Governo dos países-membros.

- 06A5 - Desenvolvimento do diálogo no âmbito do BRICS sobre temas de população e desenvolvimento, saúde e trabalho, e retomada do diálogo sobre temas sociais no âmbito do IBAS, no contexto da reformulação de seus grupos de trabalho.

- 06A6 - Fortalecimento da identidade do IBAS como principal mecanismo de coordenação entre três países emergentes, democracias multiétnicas e multiculturais do mundo em desenvolvimento, por meio da participação, em nível adequado, nas reuniões do bloco.

- 06A7 - Fortalecimento das atividades desenvolvidas no âmbito do Fundo IBAS.

- 06A8 - Aprofundamento das Parcerias Estratégicas do Brasil com a África do Sul, a China, a Índia e a Rússia, assegurando a implementação de atividades conjuntas, tais como as definidas na Comissão de Alto Nível Brasil-Rússia e na Comissão Intergovernamental de Cooperação Econômica, Comercial, Científica e Tecnológica Brasil-Rússia; na Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível e no Diálogo Estratégico Global Brasil-China; e na Comissão Bilateral Ministerial Brasil-Índia.

- 06A9 - Aprofundamento e expansão de programas de transferência de tecnologia e parcerias estratégicas em tecnologia espacial com países emergentes de relevância na área, tais como o Programa Sino-Brasileiro de Satélites de Recursos Terrestres (CBERS).

- 06AA - Ações de articulação política e cooperação setorial com os países da América Latina e Caribe, na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais, com ênfase na Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).

- 06AB - Proposição e apoio à elaboração e à implementação de programas e ações de diálogo político e cooperação com os países africanos na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.

- 06AC - Aprofundamento da Parceria Estratégica do Brasil com Angola, assegurando a implementação de atividades conjuntas, tais como as definidas na Comissão de Alto Nível Brasil-Angola.

- 06AD - Proposição e apoio à elaboração e à implementação de programas e ações de diálogo político e cooperação com os países do Oriente Médio na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.

- 06AE - Proposição e apoio à elaboração e à implementação de programas e ações de diálogo político e cooperação com os países da Ásia e Oceania na esfera bilateral e no âmbito de organismos internacionais e regionais.

- 06AF - Participação ativa em negociações e reuniões relativas à promoção da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

- 06AG - Participação ativa, em nível adequado, de reuniões e desenvolvimento de atividades de cooperação no âmbito da Cúpula América do Sul–África (ASA), da Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) e do Fórum de Cooperação América Latina - Ásia do Leste (FOCALAL), com vistas a consolidar esses mecanismos.

- 06AH - Fortalecimento da parceria do Brasil com a Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e com seus países-membros.

- 06AI - Retomada das reuniões do Mecanismo de Cooperação Conjunta de Alto Nível entre Brasil e Turquia.

- 06AJ - Aprofundamento do diálogo multilateral e bilateral e da cooperação em temas sociais com países da América Latina, Caribe, África e Ásia.

- 06AK - Preparação e exercício da Presidência da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) no biênio 2016-2018.

- 06AL - Proposição e apoio à elaboração e à implementação de programas e ações de diálogo político e cooperação com os países de língua portuguesa na esfera bilateral e no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

- 06OK - Aprofundamento e expansão de parcerias estratégicas em tecnologia espacial com países desenvolvidos de relevância na área.

OBJETIVO: 1149 - Atuar em prol da reforma e do reforço das estruturas de governança global, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e ampliar a participação do Brasil, aumentando seu peso nos processos decisórios internacionais.



Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04PH - Incrementar a participação do Brasil nos esforços internacionais para a promoção e consolidação da paz e da segurança, inclusive por meio da participação em operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PI - Intensificar as negociações intergovernamentais para lograr composição e gestão inclusiva das instituições e dos órgãos centrais dos sistemas de governança, com prioridade para a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU) e de seu Conselho de Segurança (CSNU).

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PJ - Promover esforços para alcançar um mundo livre de armas de destruição em massa, em particular de armas nucleares, assegurada a plena fruição pelos Estados de seu direito aos usos pacíficos de bens e tecnologias de uso dual.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PK - Organizar e coordenar a participação do Brasil, no âmbito do G-20 Financeiro, nas reuniões de cúpula e em reuniões dos representantes dos lideres dos países-membros ("sherpas").

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PL - Contribuir ativamente para a atualização e a reforma da governança econômica internacional, por meio da maior participação do Brasil nas Instituições Financeiras Internacionais e em novos mecanismos e instituições, em consonância com o maior peso do País na economia global.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PM - Garantir tratamento adequado dos interesses dos Estados Nacionais e da comunidade multissetorial global no sistema de governança da internet, atualmente em processo de transição.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 06FS - Ampliação dos esforços de cooperação no combate às ameaças à paz e à segurança internacionais, em particular com os países da América Latina e Caribe e da África.
- 06FT - Exame e proposição de prioridades brasileiras em matéria de participação em operações de manutenção da paz.
- 06FU - Apoio e estímulo à indicação de candidatos brasileiros a postos em operações de manutenção de paz, em missões políticas especiais e no Departamento de Operações de Manutenção da Paz do Secretariado das Nações Unidas.
- 06FV - Fortalecimento do diálogo sobre temas da agenda de paz e segurança internacional com a sociedade civil e com a academia, por meio da organização e participação em eventos e seminários de discussão e disseminação da matéria.
- 06FW - Apoio à aplicação oportuna, pelo Brasil, dos regimes de sanções aprovados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- 06FX - Coordenação com os parceiros do G-4 e demais membros da Organização das Nações Unidas (ONU) para promover a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU).
- 06FY - Participação de modo crescentemente significativo na discussão e no tratamento dos principais itens da agenda do Conselho de Segurança das Nações Unidas.
- 06FZ - Atuação em prol da plena implementação das obrigações e da universalização dos regimes internacionais de desarmamento e não proliferação, bem como do fortalecimento da cooperação técnica internacional para os usos pacíficos da energia nuclear, da química e da biologia.
- 06G0 - Apoio à criação de instrumento multilateral juridicamente vinculante para a proibição das armas nucleares e a eliminação dos arsenais nucleares existentes em todo o mundo.
- 06G9 - Retomada da negociação para ingresso do Brasil no Banco Asiático de Desenvolvimento como membro não regional.
- 06GA - Reforço da participação brasileira nos fóruns internacionais sobre governança da Internet e temas cibernéticos.

OBJETIVO: 1150 - Estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades, por meio da coordenação entre órgãos do Governo Federal, da interlocução com entes federativos e do diálogo com a sociedade civil, com vistas a

promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a inserção internacional do Brasil.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04PN - Elaborar propostas de marcos legais e regulatórios para a cooperação internacional.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PO - Ampliar a capacidade de resposta rápida e efetiva da cooperação internacional humanitária.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PQ - Priorizar o componente da inovação nas iniciativas de cooperação internacional em ciência, tecnologia e inovação com países estratégicos, mediante a coordenação com os setores privado e acadêmico.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04PS - Desenvolver projetos internacionais de cooperação geocientífica.

  Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Iniciativas

- 06GD - Estabelecimento de fórum permanente de diálogo com a sociedade civil brasileira em temas de cooperação internacional.
- 06GE - Fortalecimento da coordenação e da articulação entre órgãos do executivo federal competentes pela cooperação internacional humanitária, por meio da reformulação do Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional.
- 06GF - Fortalecimento do diálogo federativo em temas relacionados à cooperação internacional humanitária.
- 06GG - Ampliação da participação do Brasil em mecanismos internacionais de cooperação, coordenação e diálogo em temas humanitários.
- 06GH - Concessão de bolsas a estudantes estrangeiros de graduação que, após um ano de estudos no Brasil, apresentem notável rendimento acadêmico ou estejam em debilitada situação financeira, assim como àqueles em situação de extrema dificuldade financeira de ordem imprevista.
- 06GI - Organização de Comissões Mistas, encontros e mesas-redondas bilaterais na área de ciência, tecnologia e inovação, privilegiando a interação entre os setores produtivo e acadêmico do Brasil e de outros países.
- 06JV - Asseguramento da implementação, por países da América do Sul e Central e da África, do padrão nipo-brasileiro de TV digital (ISDB-T – “Integrated Services Digital Broadcasting – Terrestrial”).
- 06JW - Promoção de projetos de cooperação no âmbito da Conferência Iberoamericana, com foco no Espaço Iberoamericano do Conhecimento, da Cultura e da Coesão Social.
- 06SN - Apoio aos estudantes de países em desenvolvimento que venham ao Brasil ao abrigo de acordos de cooperação educacional, cultural e técnico-científica e garantir assistência aos estudantes brasileiros no exterior, em especial aqueles inscritos no Programa Ciência sem Fronteiras.

OBJETIVO: 1144 - Zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior, ampliando a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras, com foco no bem-estar coletivo.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04OU - Garantir o apoio às comunidades brasileiras no exterior, com foco nos grupos vulneráveis, com ações que visem ao empoderamento e à facilitação de sua inserção nos países de acolhimento.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04OV - Aprimorar a qualidade e a confiabilidade dos documentos brasileiros emitidos pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE), por meio da renovação dos insumos e da atualização dos elementos de segurança.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores



• 04OW - Aprimorar normas migratórias, negociações e gestões junto a outros países, foros regionais e instâncias multilaterais, com vistas à celebração de acordos, criação de mecanismos de consultas e promoção de mudanças no direito internacional que favoreçam os brasileiros no exterior.

Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

• 04OX - Manutenção de canais abertos com a sociedade civil em diferentes níveis, de modo a aumentar a transparência das atividades desenvolvidas e garantir o bom desempenho da rede de postos com serviços consulares no exterior.

Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

• 06DP - Aprimoramento da prestação do atendimento necessário a brasileiros em situação de vulnerabilidade, seja em razão de catástrofes naturais e crises diversas, seja em razão de situação pessoal de hipossuficiência, de irregularidade migratória ou de vitimização por motivos diversos.

• 06DQ - Promoção de campanhas de alerta e de esclarecimento aos viajantes brasileiros potenciais antes de deixarem o território nacional, por meio da elaboração e divulgação de materiais informativos.

• 06DR - Aprofundamento dos Diálogos Setoriais bilaterais e das iniciativas de cooperação com os países de acolhimento de grande número de nacionais brasileiros, com vistas à adoção de medidas e à assinatura de acordos que beneficiem os seus nacionais residentes ou de passagem no território da outra parte.

• 06DS - No âmbito dos esforços do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e dos planos subsequentes, reforçar o atendimento necessário a brasileiros em situação de vulnerabilidade e a grupos vulneráveis, por meio de ações no exterior e de campanhas de conscientização a brasileiros ainda em território nacional.

• 06DT - Adoção de medidas voltadas à valorização, ao autodesenvolvimento e ao bem-estar das comunidades brasileiras no exterior, bem como à manutenção de seus vínculos com o Brasil.

• 06DU - Estímulo ao associativismo no âmbito das comunidades brasileiras emigradas, com vistas a facilitar a identificação de demandas comuns que requeiram medidas por parte dos órgãos do Governo brasileiro.

• 06DV - Atuação em estreita cooperação e parceria com o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior (CRBE) para auxiliar o processo de surgimento e amadurecimento de lideranças comunitárias genuínas nas principais jurisdições consulares, capazes de manter diálogo construtivo com os órgãos do Governo brasileiro e com as comunidades representadas.

• 06DW - Atuação em estreita coordenação com os demais órgãos governamentais competentes em temas de interesse das comunidades brasileiras emigradas, levando em consideração o Decreto n. 7.214, de 15 de junho de 2010, alterado pelo Decreto n. 7.987, de 17 de abril de 2013.

• 06DX - Capacitação das lideranças comunitárias brasileiras no exterior em questões de interesse da comunidade, de forma a permitir atuação mais eficiente.

• 06DY - Fortalecimento e expansão do programa de aplicação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) no exterior e cursos de preparação, com vistas a proporcionar aos segmentos mais vulneráveis das comunidades brasileiras emigradas a oportunidade de obter maior capacitação e melhor inserção econômica e social nos países de acolhimento.

• 06DZ - Desenvolvimento de ações visando a estimular a manutenção de laços culturais e afetivos da segunda geração de brasileiros, nascidos no exterior, e o Brasil, por meio do fomento ao aprendizado do português como língua de herança e de iniciativas culturais diversas.

• 06E0 - Aprimoramento da organização das eleições no exterior, por meio da utilização de novas tecnologias da informação que desburocratizem o processo de inscrição, renovação e justificativa eleitoral.

• 06E1 - Implementação de novo sistema de gerenciamento de informações e nova metodologia de emissão de documentos (SCI.ng), promovendo a integração com as bases de dados dos órgãos de segurança e de inteligência.

• 06E2 - Desenvolvimento e implementação de sistema de emissão de carteiras de identidade para membros dos corpos diplomático e consular acreditados no Brasil.

• 06E3 - Implementação da Autorização Eletrônica de Viagem ("visto eletrônico") para estrangeiros.

• 06E4 - Aprimoramento da segurança e da qualidade do material consular, assegurando o acesso a fornecedores de alto nível, por meio da busca de alternativas para a sua aquisição no exterior.

• 06E5 - Ampliação da participação do Brasil em eventos ou órgãos internacionais que promovam a discussão de temas migratórios e humanitários, ou que incentivem a troca de experiências relacionadas às políticas para a diáspora.

• 06E6 - Promoção de negociações e entendimentos bilaterais para ampliar a lista de países que dispensam o visto para cidadãos brasileiros.

• 06E7 - Aperfeiçoamento dos procedimentos e instrumentos tecnológicos da Ouvidoria Consular do Ministério das Relações Exteriores.

OBJETIVO: 1145 - Fortalecer a participação ativa e promover os interesses do Brasil nos debates acerca de temas globais, tais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente, em instâncias bilaterais, regionais, multilaterais e multissetoriais.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04OY - Promover a implementação e acompanhar o acordo multilateral sobre mudança do clima sob a Convenção-Quadro das Nações unidas sobre Mudança do Clima, a partir de sua aprovação pela 21ª Conferência das Partes (COP-21).

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04OZ - Acompanhar, implementar e rever a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, incluindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a partir de sua aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P0 - Contribuir para o avanço do processo de comoditização dos biocombustíveis por meio da atuação brasileira junto a foros e parceiros internacionais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P1 - Fortalecer a posição brasileira nos fóruns multilaterais e multissetoriais sobre internet, segurança da informação e das comunicações e segurança cibernética, com base nos princípios do multissetorialismo, multilateralismo, democracia, direito à privacidade, transparência e soberania nacional.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P2 - Fortalecer a presença internacional brasileira na área de energia

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P3 - Promover o diálogo e a cooperação internacional no âmbito da promoção e proteção dos direitos humanos e em temas sociais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P4 - Aprofundar a participação brasileira na Organização dos Estados Americanos (OEA) e na Cúpula das Américas, com vistas a avançar na reforma da Organização.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04P5 - Promover o diálogo e a cooperação internacional, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, em coordenação com parceiros estratégicos do Brasil, no enfrentamento ao problema mundial das drogas e aos ilícitos transnacionais e à corrupção.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

- 04QJ - Fortalecer a interlocução com a sociedade civil organizada, a academia e o setor privado brasileiros, com vistas a subsidiar as posições de Governo nos órgãos e fóruns multilaterais e multissetoriais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 06ET - Coordenação da ação do Brasil no Foro Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, no contexto do seguimento e implementação da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015.

- 06EU - Fortalecimento da atuação brasileira nos foros internacionais para a conservação e para o uso sustentável dos recursos naturais e da biodiversidade.

- 06EV - Negociação e tratativas para aprovação, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de acordo juridicamente vinculante para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ).

- 06F0 - Reforço da participação nos principais fóruns internacionais sobre governança da Internet e temas cibernéticos, em coordenação com os demais setores interessados.

- 06F2 - Participação ativa do Brasil nas discussões internacionais sobre energia, em especial nos foros da Organização das Nações Unidas, no G-20 e na Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), entre outros.

- 06F3 - Fortalecimento da cadeia mineral brasileira por meio do diálogo e da cooperação com outros países, em especial na América do Sul, e junto aos países em desenvolvimento, em contexto bilateral e multilateral.



• 06F5 - Promoção do tratamento equilibrado da bioenergia em foros internacionais, com a participação ativa do Brasil.

• 06F6 - Contribuição para a aprovação do padrão ISO 13065 - Critérios de Sustentabilidade da Bioenergia, por meio da atuação nas reuniões de negociação.

• 06F7 - Continuidade dos trabalhos de promoção da produção sustentável da bioenergia, levando em conta os indicadores de sustentabilidade, junto à Parceria Global de Bioenergia ("Global Bioenergy Partnership" – GBEP).

• 06F8 - Promoção da internacionalização da produção e do uso sustentáveis de bioenergia por meio da disseminação de informações sobre o tema junto a foros internacionais e a parceiros bilaterais, regionais e multilaterais, na forma da realização de reuniões, diálogos, visitas de estudo, estudos de viabilidade e outras atividades.

• 06F9 - Promoção da cooperação nas áreas de regulamentação e políticas públicas com vistas ao desenvolvimento da produção e do uso sustentáveis da bioenergia em terceiros países (preferencialmente em desenvolvimento), na forma da realização de reuniões, diálogos, visitas de estudo, estudos de viabilidade e outras atividades.

• 06FA - Promoção de parceria entre institutos brasileiros com os correspondentes de outros países (preferencialmente em desenvolvimento) para a promoção dos cultivos de culturas agroenergéticas, respeitando o conceito de desenvolvimento sustentável.

• 06FB - Ampliação do acesso ao conhecimento das relações internacionais, com ênfase na política externa e na história diplomática brasileiras.

• 06FE - Promoção do fortalecimento da Cúpula das Américas como foro em que todos os Chefes de Estado e de Governo do continente discutem e estimulam a cooperação sobre temas de interesse comum.

• 06FF - Contribuição para a articulação governamental com vistas à implementação do Plano de Ação do Cairo sobre População e Desenvolvimento e do Consenso de Montevidéu sobre População e Desenvolvimento.

• 06FG - Articulação da participação governamental na VII e na VIII Conferências dos Estados-Partes da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e promoção da cooperação com outros países e instituições para o controle do tabaco.

• 06FJ - Tratativas para fortalecer institucionalmente a Organização Mundial da Saúde no contexto de sua reforma e contribuir para desenvolver sua capacidade de resposta a emergências internacionais em saúde.

• 06FK - Promoção do equilíbrio de gênero na composição das delegações brasileiras em conferências e foros internacionais.

• 06FL - Contribuição para a implementação do Programa de Atividades da Década Internacional dos Afrodescendentes, inclusive por meio da participação ativa nas Conferências Regionais a serem organizadas em seu marco, e do Plano de Ação da Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos.

• 06FM - Desenvolvimento das negociações visando à adoção de declaração das Nações Unidas sobre a promoção dos direitos humanos dos afrodescendentes.

• 06FN - Promoção da ratificação pelo Brasil da Convenção Interamericana sobre Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Conexas.

• 06FO - Disponibilização, em sítio eletrônico, dos principais documentos ostensivos produzidos pelo Estado brasileiro quanto a casos sentenciados pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, incluindo relatórios sobre cumprimento de sentença.

• 06FP - Promoção de reuniões periódicas com representantes da sociedade civil sobre temas sociais e de direitos humanos em discussão nos foros internacionais.

• 06FR - Atuação nos foros internacionais com vistas à plena implementação do Tratado sobre Comércio de Armas, bem como do Programa das Nações Unidas para Prevenir, Combater e Eliminar o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos Seus Aspectos.

OBJETIVO: 1146 - Projetar a imagem, a cultura e a língua do Brasil no exterior.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

• 04OS - Promover a variante brasileira da língua portuguesa por meio do aperfeiçoamento das atividades dos Centros Culturais, dos Leitorados e da realização de projetos voltados para o Português como Língua de Herança, com o público total de seis mil alunos por ano.

Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

• 04OT - Difundir a cultura brasileira no exterior, em suas mais diversas variantes, com vistas a fortalecer as economias criativas nacionais e a consolidar o soft power do País junto a governos e a sociedades civis estrangeiras.

Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 06DK - Avanço da harmonização curricular dos 24 Centros Culturais e 05 Núcleos de Estudos mantidos pelo Governo brasileiro no exterior.
- 06DL - Realização anual de eventos de capacitação de professores de português como língua estrangeira ou como língua de herança no exterior.
- 06DM - Ampliação da participação brasileira em eventos realizados por reconhecidas instituições culturais internacionais, tais como museus, teatros, universidades, feiras de livros e de artes, festivais e bienais.
- 06DN - Incentivo ao intercâmbio de artistas brasileiros no exterior, especialmente em programas de residências artísticas em instituições culturais renomadas e em programas desenvolvidos por universidades e por festivais de grande projeção regional e internacional.
- 06DO - Fortalecimento da cooperação cultural mediante a negociação de novos Programas Executivos Culturais.

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Exames de medicina nuclear utilizando radiofármaco	unidade	31/12/2014	1.328.745,00
Produtos e serviços tecnológicos desenvolvidos na área nuclear e em áreas correlatas	unidade	31/12/2014	24,00
Taxa de nacionalização do ciclo do combustível nuclear	%	31/12/2014	67,40

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**893.100**	**2.852.049**
Despesas Correntes	785.216	2.569.383
Despesas de Capital	107.884	282.666
Recursos Extraorçamentários	**223.168**	**836.880**
Crédito e Demais Fontes	223.168	836.880
Valores Globais	**1.116.268**	**3.688.929**
	4.805.196	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	150.000

OBJETIVO: 0323 - Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no País.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 00MJ - Aumentar o fornecimento de radiofármacos para os centros de medicina nuclear de 450 para 535 Ci por semana.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	7,00	percentual
Região Nordeste	19,00	percentual
Região Norte	4,00	percentual
Região Sudeste	55,00	percentual
Região Sul	15,00	percentual

- 00MK - Atingir 20% do empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro (RMB).

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	20,00	percentual de execução física

Iniciativas

- 00ZQ - Implantação do Empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro.

- 051I - Implantação das Boas Práticas de Fabricação e obtenção dos registros dos radiofármacos produzidos junto à Anvisa.

OBJETIVO: 0325 - Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível

nuclear em escala capaz de atender a demanda das usinas termonucleares brasileiras.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 047T - Atender com produção nacional 10% da demanda anual de urânio enriquecido das centrais de Angra 1, 2 e 3.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 047U - Aumentar de 96 para 148 a quantidade de elementos combustíveis produzidos anualmente para a operação das centrais de Angra 1, 2 e 3.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	148,00	unidades por ano

- 04SX - Atingir 82% da execução da ampliação da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	82,00	percentual de execução física

Iniciativas

- 00ZY - Descomissionamento de unidades minero-industriais de material radioativo com recuperação de áreas degradadas.
- 00ZZ - Expansão da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité/BA.
- 0101 - Implantação da Usina de Conversão de Urânio.
- 0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio e da Fábrica de Ultracentrífugas - Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI).
- 0103 - Implantação da Usina de Extração e Beneficiamento de Urânio e Fosfato em Santa Quitéria/CE por meio de consórcio com a iniciativa privada.
- 054N - Nacionalização e desenvolvimento de materiais, componentes e da capacidade de projeto de elementos combustíveis nucleares.

OBJETIVO: 0327 - Consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no País.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 047F - Controlar, por ano, 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e pesquisa.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	6,00	percentual
Região Nordeste	12,00	percentual
Região Norte	4,00	percentual
Região Sudeste	63,00	percentual
Região Sul	15,00	percentual

- 047H - Atender a demanda de 30 novos empreendimentos nucleares a serem licenciados, incluindo a usina de Angra III.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	7,00	percentual
Região Sudeste	93,00	percentual

Iniciativas

- 051U - Separação da função de regulação e fiscalização da função de promoção, pesquisa, desenvolvimento, prestação de serviços e produção por meio da criação da Agência Nacional de Segurança Nuclear.
- 051V - Consolidação dos marcos regulatórios na área de radioproteção, segurança e controle das atividades nucleares.

OBJETIVO: 0328 - Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações para atender aos diversos usos pela sociedade.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 047M - Publicar 1.200 artigos em periódicos indexados.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	9,00	percentual
Região Sudeste	91,00	percentual

- 047N - Formar 700 profissionais em temas de interesse do setor nuclear.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	0,00	percentual
Região Nordeste	16,00	percentual
Região Norte	0,00	percentual
Região Sudeste	83,00	percentual
Região Sul	1,00	percentual

Iniciativas

- 052C - Pesquisa e desenvolvimento em ciência e tecnologia nucleares e suas aplicações (saúde, indústria, agricultura, etc.).
- 052E - Formação de profissionais especializados para o setor nuclear nas Unidades Técnico Científicas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).
- 052F - Concessão de bolsas de mestrado e doutorado.
- 052H - Implantação do laboratório de fusão nuclear.

OBJETIVO: 1068 - Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e resposta a situações de emergência.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 047O - Atingir 15% da implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Níveis de Radiação (RBMN).

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	15,00	percentual de execução física

- 047P - Aumentar de 3 para 6 a frequência dos exercícios de emergência e de segurança nuclear.

Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	6,00	unidade



Iniciativas

- 010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível de Radiação (RBMN).
- 052P - Preparação para resposta a situações de emergência radiológica ou nuclear.
- 052Q - Preparação para atuação na segurança radiológica e nuclear dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.
- 052R - Modernização dos Centros de Resposta às Emergências Nucleares do Sistema de Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro (SIPRON) e o Centro de Emergência da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

OBJETIVO: 1081 - Produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor.

Órgão Responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Metas 2016-2019

- 048N - Manter as certificações nacionais e internacionais para a fabricação de componentes para usinas nucleares - certificações NPT, NS e NA, concedidas pelo ASME (American Society of Mechanical Engineers).

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

- 048O - Produzir 8 equipamentos e componentes para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, sendo 1 para Usina Nuclear Angra-III, 3 para o Submarino Nuclear e 4 Cascos de Submarinos Convencionais.

  Órgão responsável: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	8,00	unidade

Iniciativas

- 054U - Desenvolvimento da engenharia nacional para fabricar equipamentos pesados para a indústria nuclear.
- 054V - Modernização e adequação da infraestrutura da NUCLEP para a produção de equipamentos para a indústria nuclear, para atender ao programa nuclear brasileiro e ao mercado nacional e internacional.
- 054W - Produção de componentes para a planta de propulsão do primeiro submarino nuclear brasileiro.

PROGRAMA: 2016 - Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de organizações públicas e privadas certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça	%	31/12/2013	68,70
Índice de planos estaduais e do Distrito Federal de políticas para as mulheres	%	31/10/2014	44,40
Índice de planos municipais de políticas para as mulheres	%	30/11/2013	4,50
Índice federal de cobertura de mecanismos de gênero	%	31/12/2014	45,50
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos estados e no Distrito Federal	%	31/12/2014	92,60
Índice geral de cobertura de organismos executivos de políticas para as mulheres nos municípios	%	31/12/2014	12,10
Municípios com serviço especializado de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	31/12/2014	531,00
Número de mulheres capacitadas para inserção no mercado de trabalho visando à autonomia econômica pela SPM	unidade	31/12/2014	13.783,00
Número de processos internacionais relacionados à violência contra mulheres brasileiras	unidade	31/12/2014	30,00
Número de serviços especializados de atendimento às mulheres em situação de violência	unidade	31/12/2014	1.010,00
Percentual do Rendimento Médio Mensal Real do Trabalho das Mulheres de 16 anos ou mais de idade ocupadas em relação aos homens	%	30/09/2013	70,21
Proporção de atendimentos do Ligue 180 relacionados à violência contra a mulher	%	30/06/2014	10,91
Proporção de denúncias recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2014	74,32
Razão entre a taxa de atividade de homens e mulheres de 16 anos ou mais de idade	razão	30/09/2013	1,41
Taxa de analfabetismo entre mulheres de 15 anos ou mais de idade	%	30/09/2013	8,24
Taxa de formalização do trabalho doméstico	%	30/09/2013	32,29
Taxa de frequência à creche ou escola de crianças de 0 a 3 anos de idade	%	30/09/2013	23,25
Taxa de incidência de HIV em mulheres	1/100.000	30/06/2013	14,50
Taxa de variação do número de demandas recebidas pela Ouvidoria da Mulher	%	31/12/2014	47,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**121.900**	**399.579**
Despesas Correntes	103.400	311.906
Despesas de Capital	18.500	87.673
Valores Globais	**121.900**	**399.579**
	521.479	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0931 - Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2016-2019

- 04BH - Capacitar 10.000 mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04BI - Estimular a participação de 100 organizações públicas e privadas de médio e grande porte no Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04BK - Articular a realização e a divulgação da Pesquisa Nacional de Uso do Tempo para produção contínua de estatísticas sobre o tema, que permitam a formulação de políticas públicas de igualdade de gênero, com recortes racial e geracional.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04BL - Implantar ações integradas, focadas no desenvolvimento de políticas públicas que garantam direitos e proteção, voltadas para as mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, negras, mulheres com deficiência, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04FS - Fomentar a participação de 80.000 mulheres em empreendimentos econômicos solidários, por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias, aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

- 05CM - Implementação de ações para a promoção da autonomia econômica voltadas para as mulheres em situação de violência
- 05CN - Ações de estímulo ao empreendedorismo das mulheres e de fortalecimento da organização e inclusão produtiva, em especial do segmento de mulheres catadoras.
- 05CO - Desenvolvimento de estratégias para a ampliação do direito à licença maternidade de 180 dias para as trabalhadoras do setor privado.
- 05CP - Ações de apoio à aprovação e implementação do Projeto de Lei (PL nº 4.857/2009) que trata da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho público e privado.
- 05CQ - Articulação com o Congresso Nacional, partidos políticos, bancada feminina para ratificação da Convenção e da Recomendação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre trabalho decente das trabalhadoras e dos trabalhadores domésticos.
- 05CR - Mapeamento das desigualdades de gênero no mercado de trabalho considerando a diversidade e especificidades das mulheres.
- 05CS - Realização de oficinas estaduais com vistas à capacitação de gestores públicos para a implementação de políticas de autonomia econômica das mulheres
- 05CT - Estímulo à profissionalização das mulheres no esporte, especialmente no futebol, e à divulgação das diversas modalidades de esporte feminino olímpico e paraolímpico
- 05CU - Fomento à produção de estatísticas e circulação de conteúdos sobre uso do tempo e cuidado que ampliem o conhecimento sobre a divisão sexual do trabalho, com recortes racial e geracional
- 05CV - Articulação e monitoramento da ampliação de equipamentos públicos de cuidado e educação infantil nos âmbitos rural e urbano
- 05PB - Desenvolvimento de ações de incentivo ao protagonismo das mulheres, ampliando sua participação em instâncias de direção nos empreendimentos econômicos solidários, suas redes e cadeias produtivas
- 05PC - Incorporação do quesito raça/cor nos registros das capacitações de mulheres urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas para o fortalecimento de sua participação no mundo do trabalho
- 05PD - Monitoramento dos conteúdos midiáticos, com enfoque nas relações de gênero, raça, etnia e orientação sexual, para o enfrentamento a todas as formas de discriminação contra as mulheres
- 05PE - Realização de campanha de alcance nacional para divulgação dos direitos trabalhistas e previdenciários das trabalhadoras domésticas incorporados pela Emenda Constitucional nº 72/2013

OBJETIVO: 0935 - Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de



Políticas para as Mulheres

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2016-2019

- 04BM - Fomentar os Organismos Governamentais de Políticas para as Mulheres, prioritariamente em municípios com população maior ou igual a 50.000 habitantes

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04BN - Fomentar a produção e circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04BO - Fomentar maior participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04BP - Repactuar, implementar e monitorar o Plano Nacional de Políticas para Mulheres - PNPM

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04FT - Criar o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Iniciativas

- 05D8 - Fomento à inclusão do recorte de gênero nas políticas públicas implementadas pelos diversos órgãos públicos.
- 05D9 - Fomento à formação de profissionais da rede pública de educação e gestores e gestoras em políticas públicas nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais, orientação sexual e identidade de gênero.
- 05DA - Apoio à constituição e ao fortalecimento dos mecanismos de gênero nos órgãos públicos federais.
- 05DB - Apoio à constituição e ao fortalecimento de núcleos de gênero nas Universidades Federais e Estaduais.
- 05DC - Apoio ao Fortalecimento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher e outras Políticas correlatas, considerando a diversidade e especificidades das mulheres.
- 05DD - Fortalecimento do Fórum Nacional de Organismos de Políticas para as Mulheres, por meio da articulação nacional e regional dos organismos governamentais de políticas para as mulheres
- 05DE - Fomento ao desenvolvimento permanente de linhas de pesquisa sobre o enfrentamento conjunto do racismo, sexismo e lesbofobia.
- 05DF - Desenvolvimento da temática de gênero nas ações de educação financeira e de educação previdenciária desenvolvidas por órgãos governamentais, e na gestão dos orçamentos públicos.
- 05DG - Apoio a ações que garantam o direito e ampliem a participação de meninas e adolescentes nas atividades de esporte e lazer, inclusive no âmbito escolar, em toda sua diversidade
- 05DH - Implementação do Programa Mulher e Ciência, por meio de articulação com órgãos públicos federais
- 05DI - Capacitação de mulheres negras, indígenas, lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas e mulheres com deficiência em políticas públicas sobre: transexualidade e travestilidade, homo/lesbo/transfobia, racismo institucional, intolerância religiosa, discriminação geracional e discriminação de pessoas com deficiência
- 05DJ - Promoção de ações de enfrentamento ao racismo institucional nas políticas públicas para gestores/as, e para funcionários/as e contratados/as do serviço público nos organismos governamentais de políticas para as mulheres
- 05DK - Articulação para a incorporação da diversidade de gênero no Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo
- 05DL - Realização de debate sobre criação do Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres, nas conferências de políticas para as mulheres

OBJETIVO: 0936 - Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e

geracionais

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2016-2019

- 04C3 - Realizar a Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04C5 - Constituir rede de participação dos Conselhos estaduais e municipais dos direitos das mulheres, no âmbito do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04C6 - Ampliar o debate sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres, igualdade de gênero na educação e direitos do trabalho da mulher no Brasil

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Iniciativas

- 05F8 - Realização de fóruns, seminários e encontros sobre direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e igualdade de gênero na educação no Brasil
- 05F9 - Realização de fóruns de diálogo sobre o mundo do trabalho, com movimentos sociais e entidades sindicais, acadêmicas e empresariais, ampliando e qualificando a discussão sobre divisão sexual do trabalho, direitos trabalhistas e demais pautas afetas às mulheres trabalhadoras
- 05RL - Realização de fóruns, seminários e encontros para o desenvolvimento de políticas públicas com a participação de mulheres lésbicas, bissexuais, transexuais, jovens, idosas, negras, mulheres com deficiência, urbanas, rurais, do campo, da floresta e das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais
- 06OH - Realização de fóruns, seminários e encontros sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão no mercado de trabalho e nas entidades sindicais.

OBJETIVO: 0934 - Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2016-2019

- 04CH - Fomentar a ampliação da participação das mulheres nos conselhos diretivos e na alta direção das empresas públicas e privadas

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04CI - Fomentar a ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão em todas as instâncias e entidades de representação (partidos políticos, poderes Executivo, Legislativo e Judiciário)

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04CJ - Ampliar ações para o fortalecimento institucional de organizações de mulheres negras

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

- 04GA - Realizar 16 atividades do Fórum de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, visando ao fortalecimento e à participação das mulheres nos partidos políticos

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Iniciativas

- 05G2 - Apoio à aprovação e à implementação de proposições legislativas que visem à ampliação da participação das mulheres nos espaços de poder, incluindo articulação com as bancadas femininas do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais
- 05G3 - Realização de debates e campanhas sobre o sistema político-eleitoral tendo em vista a perspectiva da participação das mulheres nos espaços de poder e decisão



• 05G4 - Articulação com organizações da sociedade civil, partidos políticos, entidades sindicais e grupos de mulheres empreendedoras e empresárias para fortalecer a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão

• 05G5 - Estímulo à ascensão e permanência das mulheres nos cargos diretivos das organizações públicas e privadas, de médio e grande porte, participantes do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça

OBJETIVO: 0998 - Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Metas 2016-2019

• 04BQ - Construir e implementar a Casa da Mulher Brasileira em 25 capitais brasileiras

Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Nordeste	9,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

• 04BR - Ampliar de 16 para 30 países a cobertura internacional da Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180.

Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

• 04BS - Construir 7 Centros de Atendimento às Mulheres nas regiões de fronteira seca.

Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

• 04BV - Ampliar para 1.650 os serviços especializados para os diversos tipos de violência contra as mulheres e aprimorar a articulação em rede.

Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

• 04BW - Articular a Implementação da legislação de enfrentamento à violência contra as mulheres, como a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio e o Decreto nº 7.958/2013, que estabelece o atendimento humanizado às vítimas de violência sexual, entre outras.

Órgão responsável: Secretaria de Políticas para as Mulheres

Iniciativas

• 05DT - Elaboração de protocolos de atendimento e integração de serviços especializados da Casa da Mulher Brasileira, considerando a diversidade e as especificidades das mulheres.

• 05DV - Promoção de atendimento e acolhimento específico às mulheres idosas em situação de violência (estatuto da pessoa idosa).

• 05DW - Construção de metodologia de formação continuada e permanente da rede de atendimento às mulheres em situação de violência, observando as especificidades das mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, quilombolas, povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.

• 05DZ - Desenvolvimento de estratégias de monitoramento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e do Programa Mulher, Viver sem Violência juntamente aos municípios pólo e municípios de fronteira seca.

• 05E1 - Realização de capacitação continuada de 100% das atendentes do Ligue 180 considerando todas as formas de violência contra as mulheres.

• 05E2 - Articulação da Rede de Atendimento às mulheres em situação de violência nas regiões de fronteira seca, com especial atenção às mulheres em situação de tráfico e exploração sexual

• 05E3 - Fomento à cooperação internacional, bilateral ou multilateral para o enfrentamento à exploração sexual e ao tráfico de mulheres.



- 05E4 - Atuação para a interiorização da Política e das diretrizes de enfrentamento à violência contra as mulheres rurais, do campo, quilombolas, das florestas e das águas.

- 05E5 - Fortalecimento dos Fóruns Estaduais de Enfrentamento à Violência contra as mulheres rurais, do campo, das florestas, quilombolas e das águas, estimulando a ampla participação dos movimentos sociais locais, e o desenvolvimento de estratégias de monitoramento das ações das Unidades Móveis.

- 05E7 - Realização de ações de prevenção à violência contra a mulher mediante seminários, campanhas e formação, com foco em mudança de cultura e comportamento

- 05EB - Incorporação do quesito raça/cor nos registros de violência contra as mulheres, nos atendimentos do Ligue 180 e da Casa da Mulher Brasileira.

- 05EC - Articulação para o fortalecimento da Rede de Atendimento Especializado: Centros Especializados de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência; Serviços de abrigamento, Serviços de Referência para Atenção Integral à Saúde das Mulheres em Situação de Violência Sexual, Delegacias Especializadas de Atendimento às Mulheres, Núcleos da Mulher nas Defensorias Públicas, Promotorias Especializadas e Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra as Mulheres, Casas da Mulher Brasileira e Centros de Fronteira Seca.

- 05EE - Capacitação e treinamento das tropas de paz sobre os direitos das mulheres e das crianças, e sobre medidas de proteção eficazes contra a violência sexual

- 06P4 - Publicação de relatório anual de dados sobre a violência contra as mulheres, integrando informações dos serviços de atendimento, tendo por base os registros administrativos da saúde, da assistência social, da justiça, do Ligue 180 e da Casa da Mulher Brasileira.

- 06P5 - Monitoramento e articulação para o adequado funcionamento das unidades móveis no atendimento às mulheres rurais, do campo, das florestas, quilombolas e das águas.

- 06P6 - Reestruturação do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres do campo, das florestas, quilombolas e das águas, a fim de garantir a ampla representatividade dos movimentos sociais e instâncias governamentais federais, definir os novos desafios e seu papel na atual conjuntura política.

- 06P7 - Fortalecimento dos Comitês Gestores da Casa da Mulher Brasileira, mediante articulação com os estados, municípios e instituições do sistema de justiça.

- 06P8 - Criação do Sistema de Atendimento da Casa da Mulher Brasileira.

- 06P9 - Aprimoramento do encaminhamento das denúncias por meio do Ligue 180.

- 06PA - Reestruturação do Sistema Informatizado de Atendimento do Ligue 180

PROGRAMA: 2061 - Previdência Social

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Cobertura da Previdência Complementar	%	20/01/2015	41,91
Índice de Gravidade dos Benefícios Decorrentes de Acidentes e Doenças do Trabalho	unidade	31/12/2013	23,86
Índice de solvência das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	31/12/2014	1,07
Necessidade de financiamento do Regime Geral, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/01/2014	1,03
Resultado Atuarial do Regime Próprio de Previdência Social da União em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-20,21
Resultado Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-49,77
Resultado Atuarial dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-9,87
Resultado Financeiro do Regime Próprio de Previdência Social da União (servidores civis), em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-0,75
Resultado Financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Estados e Distrito Federal, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	-0,92
Resultado Financeiro dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios, em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	0,20
Taxa de ativos totais das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação ao Produto Interno Bruto	%	31/12/2014	12,75
Taxa de ativos totais dos Fundos dos Regimes Próprios dos Estados, Distrito Federal e Municípios em relação ao Produto Interno Bruto	%	23/01/2015	3,60
Taxa de cobertura previdenciária	%	30/09/2013	72,50
Taxa de cobertura previdenciária de mulheres trabalhadoras	%	30/09/2013	72,30
Taxa de crescimento de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar	%	20/01/2015	2,42

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**482.227.993**	**1.702.308.297**
Despesas Correntes	482.148.593	1.702.048.009
Despesas de Capital	79.400	260.288
Recursos Extraorçamentários	**11.613.285**	**37.784.843**
Gastos Tributários	11.613.285	37.784.843
Valores Globais	**493.841.279**	**1.740.093.140**
	2.233.934.419	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0250 - Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2016-2019

- 00F9 - Ampliar o número de participantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em relação a População Ocupada com rendimento acima do teto do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

- 04NJ - Ampliar em 20% a quantidade de pessoas atendidas nas ações de educação previdenciária.

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

Iniciativas

- 00QQ - Aprimoramento das informações sobre o perfil do cidadão e o mercado de trabalho.
- 00QS - Fortalecimento da educação previdenciária com foco na inclusão e fidelização.
- 06AN - Fortalecimento dos sistemas de informações de registro civil, trabalhistas e previdenciárias.

OBJETIVO: 0251 - Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2016-2019

- 04NK - Adequar ao padrão institucional do INSS 80% da rede de atendimento da Previdência Social.

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

- 04NL - Reduzir o tempo médio total para decisão de requerimento inicial de benefícios para 45 dias.

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

Iniciativas

- 06AO - Inovação dos serviços e processos previdenciários com foco na simplificação e excelência.
- 06AP - Garantia do acesso à informação de forma transparente e tempestiva e a comunicação efetiva com a sociedade.
- 06AQ - Aprimoramento da avaliação da capacidade laboral.
- 06AR - Aperfeiçoamento dos mecanismos de identificação digital do cidadão.
- 06AS - Aperfeiçoamento da gestão de pagamento de benefícios.
- 06AT - Promoção daa políticas e ações previdenciárias de saúde e segurança do trabalhador.

OBJETIVO: 0252 - Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Órgão Responsável: Ministério da Previdência Social

Metas 2016-2019

- 00FJ - Reabilitar 60% dos segurados elegíveis para o programa de reabilitação profissional

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

- 04NM - Reduzir o tempo médio de auditoria direta nos Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS de seis para três anos.

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

- 04NN - Realizar anualmente a supervisão atuarial, contábil, de investimentos, do caráter contributivo e de informações previdenciárias em cada Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, por meio de auditoria indireta.

  Órgão responsável: Ministério da Previdência Social



• 04NO - Realizar ações de promoção para adesão dos entes federados ao Regime de Previdência Complementar.

Órgão responsável: Ministério da Previdência Social

Iniciativas

• 00RC - Fortalecimento dos controles internos administrativos, o combate às fraudes, a gestão de riscos e a segurança institucional.

• 00RF - Promoção das políticas e ações de sustentabilidade do sistema previdenciário.

• 06AU - Aprimoramento da orientação, supervisão e acompanhamento dos regimes próprios de previdência social.

• 06AV - Garantia da eficácia da supervisão das entidades fechadas de previdência complementar.

PROGRAMA: 2034 - Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Área total dos territórios de comunidades quilombolas tituladas	ha	02/12/2014	1.010.770,32
Diferença entre a média de anos de estudo da população de 15 ou mais anos de idade de brancos e negros	ano	30/09/2013	1,64
Número de comunidades quilombolas certificadas	unidade	29/01/2015	2.414,00
Número de comunidades quilombolas com suas terras tituladas	unidade	02/12/2014	221,00
Número de entes federados com adesão ao Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR)	unidade	29/06/2015	19,00
Número de famílias ciganas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2014	3.367,00
Número de famílias pertencentes a comunidades de terreiro no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2014	4.316,00
Número de famílias quilombolas no CadÚnico dos programas sociais do Governo Federal	unidade	31/12/2014	131.787,00
Número de territórios de comunidades quilombolas em processo de regularização fundiária	unidade	14/09/2014	1.386,00
Porcentagem da população brasileira que se declara negra (preta ou parda) em relação ao total da população	%	30/09/2013	53,00
Razão entre a renda domiciliar per capita em domicílios cujo responsável são mulheres negras e brancas	razão	30/09/2013	0,53
Razão entre a renda domiciliar per capita média de chefes de domicílio negros e brancos	razão	30/09/2013	0,54
Razão entre as taxas de homicídio de negros e brancos de 15 a 29 anos	razão	30/09/2013	2,64
Razão entre a taxa de alfabetização de negros e brancos para a população com 15 ou mais anos de idade	razão	30/09/2013	0,93
Razão entre a taxa de formalização de negros e brancos ocupados	razão	30/09/2013	0,79
Razão entre a taxa de mortalidade materna por 100 mil habitantes de mulheres negras e brancas	razão	30/09/2013	1,72
Razão entre a taxa de negros e brancos em situação de insegurança alimentar	razão	30/09/2013	1,95
Razão entre a taxa de ocupação de negros e brancos	razão	30/09/2013	0,98
Razão entre a taxa líquida de escolaridade no ensino superior (18 a 24 anos) entre negros e brancos	razão	30/09/2013	0,46
Razão entre o número de brancos e negros entre os 20% mais pobres	razão	30/09/2013	0,38
Razão entre o rendimento médio de negros e brancos ocupados com 16 anos ou mais de idade	razão	30/09/2013	0,57
Razão entre o rendimento médio de todos os trabalhos de mulheres negras e brancas ocupadas com 16 anos ou mais de idade	razão	30/09/2013	0,58

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**37.524**	**123.023**
Despesas Correntes	26.296	85.224
Despesas de Capital	11.228	37.799
Valores Globais	**37.524**	**123.023**
	160.547	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)

Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0773 - Promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04M9 - Articular a ampliação do número de órgãos públicos e organizações privadas que promovem ações afirmativas e/ou adotem medidas de prevenção e enfrentamento ao racismo e sexismo institucional

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04MA - Colaborar para o fortalecimento institucional de organizações negras e sua participação em instâncias de controle social de políticas públicas

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04MB - Articular e incentivar a execução de políticas intersetoriais que possibilitem o aumento da geração de emprego formal e renda para a população negra, com ênfase nas mulheres e jovens.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04MC - Contribuir para a implementação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, incluindo a atualização do seu Plano Operativo

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04SG - Aprimorar o monitoramento da implementação da Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012), garantindo a disponibilização de dados sobre a quantidade de vagas ofertadas por curso, bem como da distribuição do preenchimento de vagas.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 065Q - Criação e consolidação de módulo específico da Lei de Reserva de Vagas no Serviço Público Federal (Lei nº 12.990/2014) e da Lei de Cotas no Ensino Superior (Lei nº 12.711/2012) dentro do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- 065R - Promoção de pactuações visando o fomento ao empreendedorismo de mulheres negras e homens negros
- 065S - Pactuação com as Centrais Sindicais no âmbito da Agenda Nacional do Trabalho e Emprego Decente para incidir em pactuações trabalhistas na perceptiva da promoção da igualdade racial
- 065T - Produção e difusão de publicações que ofereçam suporte à formulação e monitoramento das políticas de promoção da igualdade racial, contemplando a perspectiva de gênero
- 065U - Estímulo a políticas de permanência para estudantes negros no ensino fundamental II, ensino médio e estudantes negros do ensino superior, em particular cotistas
- 065V - Estímulo à criação de cursos de graduação de política de equidade de raça e gênero
- 065W - Acompanhamento da implementação do quesito raça/cor nos sistemas de informações governamentais de acordo com os critérios utilizados pelo IBGE
- 065X - Estímulo para a ampliação e consolidação de políticas de ações afirmativas no âmbito da cultura

OBJETIVO: 0777 - Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04MG - Fomentar ações para a valorização da pessoa negra, das manifestações da cultura, da memória e das tradições da população negra

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial



- 04MH - Contribuir para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana conforme Resolução 01/2004 do Conselho Nacional de Educação, que orienta a Implementação da Lei 10.639/2003 em todos os estabelecimentos da educação básica

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 04MI - Fomentar iniciativas e o fortalecimento institucional de organizações de mídias negras, priorizando aquelas que atuam especificamente com mulheres, juventude e LGBT

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04MJ - Revitalizar as ações de comunicação e inclusão digital voltadas para as comunidades tradicionais (quilombolas, matriz africana e ciganos), considerando as suas especificidades históricas e culturais

  Órgão responsável: Ministério das Comunicações

Iniciativas

- 0664 - Promoção da inserção da questão racial nas ações de comunicação de governo do Poder Executivo Federal, por meio de parcerias e acompanhamento das grandes campanhas.
- 0665 - Produção, disseminação e apoio a publicações com conteúdos antirracistas e de valorização da cultura e das contribuições da população negra para a humanidade e para o Brasil, ao longo da história e na atualidade.
- 0666 - Apoio à incorporação das perspectivas racial e de gênero na formação dos profissionais de comunicação.
- 0667 - Articulação junto a empresas de publicidade e comunicação, públicas e privadas, para a superação do racismo e a promoção da igualdade racial.
- 0668 - Realização e articulação de campanhas, bem como estímulo a ações da sociedade civil, para o reconhecimento, respeito e valorização da pessoa negra, das manifestações da cultura, da memória, das datas de referência e da tradição e ancestralidade africana
- 0669 - Incentivo à criação e ao funcionamento de rádios comunitárias em áreas habitadas pela população negra e quilombola como forma de assegurar o direito à informação e cultura dessas comunidades.
- 066A - Colaboração para a implementação de equipamentos sócio-culturais que fortaleçam e valorizem a memória, a tradição e a cultura afro-brasileira
- 066B - Apoio à incorporação de ações para valorização da história e cultura negra na educação ministrada em espaços de cumprimento de medidas socioeducativas.
- 066C - Estímulo a ações para desconstrução de estereótipos negativos da pessoa negra em situação de rua, com deficiência e com o público das políticas de saúde mental.

OBJETIVO: 0778 - Promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04MD - Fortalecer e ampliar pactos para a redução das barreiras de acesso da população negra ao sistema de justiça

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04ME - Constituir a Rede de Atendimento às Vítimas de Racismo e Discriminação Racial e implementar o Disque Igualdade Racial

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04MF - Estimular ações de enfrentamento ao racismo institucional que contribuam para a redução da morbidade e mortalidade materna de mulheres negras

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Iniciativas

- 065Y - Fomento à inclusão da temática racial na formação e qualificação dos operadores do direito, dos operadores do sistema de justiça e das/os gestoras(es) e trabalhadoras/es da saúde e da segurança pública
- 065Z - Desenvolvimento de manuais, guias e sistemas informatizados para acolhimento e encaminhamento das denúncias pela Ouvidoria



- 0660 - Apoio a ações de enfrentamento ao racismo institucional que ampliem as condições de acesso e permanência de travestis e transexuais negras no sistema educacional e no mercado formal de trabalho
- 0661 - Estímulo à incorporação da perspectiva racial nos serviços de atendimento às vítimas de violência e seus familiares
- 0662 - Apoio a ações de garantia de direitos e tratamento não discriminatório de negras e negros presas/os e egressas/os do sistema carcerário, bem como de seus familiares

OBJETIVO: 0984 - Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04M0 - Aprimorar os mecanismos de coordenação, gestão, monitoramento e avaliação da Agenda Social Quilombola e fortalecer a participação e controle social das comunidades quilombolas nas políticas públicas

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04M1 - Promover e ampliar o acesso de comunidades quilombolas às ações e serviços públicos de infraestrutura e qualidade de vida, de inclusão produtiva e de direitos e cidadania

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04M2 - Ampliar o cadastro para acesso e emissão de 600 Selos Quilombos do Brasil

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 04M3 - Formar e qualificar 5.000 agentes para atuação em comunidades quilombolas visando o fortalecimento da agricultura familiar de base agroecológica

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 04M4 - Apoiar a agroindustrialização de pelo menos 400 empreendimentos em comunidades quilombolas, como forma de estimular a comercialização por meio do cooperativismo e associativismo

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 04SH - Fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária em 300 comunidades quilombolas.

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04SJ - Realizar espaços de diálogo e formação com 100 parteiras de comunidades quilombolas, incluindo a distribuição de 100 kits para parteiras tradicionais e realizar 2 seminários envolvendo comunidades quilombolas, com participação de gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 065D - Aprimoramento da gestão da informação e do conhecimento, assim como da estrutura funcional do Comitê de Gestão da Agenda Social Quilombola
- 065E - Realização de processos de formação e diálogo junto às comunidades quilombolas e aos gestores públicos sobre as ações da Agenda Social Quilombola
- 065F - Articulação para a realização de consultas prévias sobre ações de governo que afetem os territórios quilombolas
- 065G - Realização e fomento de diagnósticos sobre as necessidades e demandas das comunidades quilombolas para subsidiar o planejamento de políticas públicas no âmbito da Agenda Social Quilombola
- 065H - Promoção do enfrentamento à violência contra a mulher quilombola
- 06PY - Promoção do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo em economia solidária.

OBJETIVO: 0986 - Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04M5 - Aprimorar os mecanismos de coordenação, gestão, monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e fortalecer a participação social das lideranças tradicionais e o controle social das políticas públicas

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04M6 - Promover e ampliar o acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às políticas públicas na perspectiva da proteção e garantia de direitos, territorialidade e cultura, inclusão social e desenvolvimento sustentável

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Iniciativas

- 065I - Elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
- 065J - Fomento e realização de ações para a promoção do respeito aos valores e modos de vida dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
- 065K - Criação e consolidação de módulo específico dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana dentro do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial
- 065L - Elaboração, pactuação e implementação de instrumentos normativos e gerenciais para aprimorar a gestão do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana
- 065M - Realização e fomento de diagnósticos socioeconômicos participativos sobre as necessidades e demandas das comunidades tradicionais de matriz africana para subsidiar o planejamento de políticas públicas, assim como orientação e incentivo junto aos governos estaduais e municipais para ações similares
- 06PZ - Promoção do etnodesenvolvimento e da economia solidária junto aos povos e comunidades tradicionais de matriz africana.

OBJETIVO: 0987 - Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 04F6 - Titular 40.000 hectares em beneficio de comunidades quilombolas.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 04F7 - Publicar 60 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 05MO - Aprimoramento do processo de regularização dos territórios quilombolas por meio da normatização da titulação em terras públicas e privadas e normatização do levantamento fundiário.
- 05MP - Emissão de 20 Decretos de desapropriação por interesse social de territórios quilombolas.
- 05MQ - Emissão 40 Portarias de reconhecimento de territórios quilombolas
- 05MR - Avaliação de 46 mil hectares em imóveis inseridos em territórios quilombolas decretados.
- 05MS - Revisão da Instrução Normativa 57/2009, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.
- 05MT - Licitação e contratação de peças técnicas que compõem o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação.
- 05MU - Georreferenciamento de todos os territórios quilombolas titulados.

OBJETIVO: 1075 - Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos ciganos.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04M7 - Instituir o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Ciganos, respeitando suas características socioculturais e formas de representação, assim como fortalecer a participação e o controle social dos povos ciganos nas políticas públicas

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04M8 - Articular ações com vistas à garantia dos direitos fundamentais dos povos ciganos por meio do acesso a políticas públicas, com ênfase em promoção da cidadania e inclusão social

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Iniciativas

- 065N - Realização e fomento para capacitação e processos formativos para gestores públicos na temática dos povos ciganos, com ênfase nos operadores do sistema de justiça
- 065O - Fomento à criação de indicadores específicos para povos ciganos no âmbito das políticas públicas federais
- 065P - Elaboração, pactuação e implementação de instrumentos normativos específicos para garantia dos direitos de povos ciganos

OBJETIVO: 1076 - Fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04J1 - Ampliar o número de entes federados com adesão ao SINAPIR, apoiando os órgãos, conselhos, ouvidorias e fóruns estaduais de gestores municipais de promoção da igualdade racial.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04J2 - Estabelecer e aperfeiçoar a participação no SINAPIR dos órgãos setoriais responsáveis pela execução da política de promoção da igualdade racial, garantindo a incorporação da perspectiva étnicoracial nas políticas públicas.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04J3 - Elevar o número de conselhos voltados para a promoção da igualdade racial no país, fortalecendo a gestão democrática e o controle social necessários ao aperfeiçoamento do SINAPIR.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04J4 - Elevar o número de órgãos de promoção da igualdade racial no país, fortalecendo a institucionalização dessa política.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04J5 - Promover ações articuladas de produção e gestão de informação e de conhecimento, incluindo estudos e pesquisas sobre a situação social da população negra e de povos e comunidades tradicionais, para aprimorar a incorporação da perspectiva étnico-racial nas políticas públicas

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Iniciativas

- 05WU - Apoio aos entes federados no âmbito do SINAPIR para execução de projetos relacionados à promoção da igualdade racial e superação do racismo.
- 05WV - Apoio a projetos relacionados à promoção da igualdade racial e superação do racismo, em parceria com a sociedade civil organizada, priorizando organizações de mídias negras, de mulheres, de juventude, LGBT, de quilombolas, de povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de ciganos, no âmbito do SINAPIR.
- 05WW - Constituição da Rede-SINAPIR, através do aprimoramento do Sistema de Monitoramento das Políticas de Promoção da Igualdade Racial, do Monitora Conapir, do Sistema de Gestão Estratégica e do cadastro nacional de órgãos e conselhos voltados para a promoção da igualdade racial, possibilitando o intercâmbio de informações, boas práticas, desafios e perspectivas dessa política.
- 05WX - Implementação do Fórum Intergovernamental de Promoção da Igualdade Racial – FIPIR, como espaço de diálogo e pactuação entre as esferas de governo no SINAPIR.



- 05WY - Fortalecimento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial e realização da IV Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial.
- 05WZ - Capacitação de gestoras(es) e conselheiras(os) de promoção da igualdade racial nesta temática e em outras áreas correlatas à função, bem como produção de material de apoio para subsidiar suas atuações.
- 05X0 - Divulgação institucional do SINAPIR, promovendo a implementação e regionalização do sistema, por meio da caravana "Pátria Educadora pela Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo", bem como reuniões, fóruns e eventos correlatos nas cinco regiões do país.
- 05X1 - Aprimoramento dos instrumentos de gestão do SINAPIR, incluindo a revisão do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR e o apoio à elaboração de planos estaduais e municipais.
- 05X2 - Regulamentação da participação da iniciativa privada no SINAPIR.
- 05X4 - Estabelecimento de acordos e parcerias no âmbito do SINAPIR para cooperações específicas com estados, municípios, Ministério Público e Defensoria Pública, com ênfase nos seguintes temas: regularização fundiária de comunidades quilombolas; implementação da Lei 10.639/2003; Plano Juventude Viva; diagnósticos socioeconômicos das comunidades tradicionais de matriz africana e enfrentamento ao racismo e sexismo institucional.
- 0663 - Fortalecimento da representatividade da população negra LGBT nos conselhos de participação e controle social dos órgãos de promoção de igualdade racial nos entes subnacionais.

OBJETIVO: 1077 - Consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

Órgão Responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Metas 2016-2019

- 04IZ - Promover a implementação do Programa de Atividades da Década Internacional dos Afrodescendentes – Nações Unidas (2015 a 2024) e do Plano de Ação da Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos – CELAC (2014 a 2023), em nível nacional.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

- 04J0 - Fortalecer a cooperação internacional, sobretudo com os países da África e da América, visando à promoção da igualdade e inclusão da população negra.

  Órgão responsável: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Iniciativas

- 05WN - Contribuição às negociações voltadas à criação e pleno funcionamento do Fórum dos Afrodescendentes nas Nações Unidas.
- 05WO - Acompanhamento da implementação da Agenda de Desenvolvimento pós 2015 da ONU na perspectiva da promoção da igualdade racial.
- 05WP - Fortalecimento da agenda da igualdade racial nos mecanismos de integração regional e sub-regional do continente americano.
- 05WQ - Fomento às relações com os organismos de integração regional e sub-regionais africanos no campo da promoção da igualdade e inclusão social.
- 05WR - Fortalecimento do diálogo, troca de experiências e cooperação com países do continente africano, visando à promoção da igualdade e a inclusão social da população negra.
- 05WS - Fortalecimento do diálogo, troca de experiências, cooperação e coordenação com países americanos, com vistas à promoção da igualdade racial e à superação do racismo.
- 05WT - Cooperação para a criação e fortalecimento de organismos nacionais de igualdade racial em outros países.

PROGRAMA: 2044 - Promoção dos Direitos da Juventude

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Aprendizes admitidos nos sistemas oficiais de aprendizagem	unidade	31/12/2014	386.931,00
Média de anos de estudos de pessoas entre 15 a 17 anos	unidade	30/09/2013	7,60
Média de anos de estudos de pessoas entre 18 a 24 anos	unidade	30/09/2013	9,70
Média de anos de estudos de pessoas entre 24 a 29 anos	unidade	30/09/2013	10,00
Participação da população de 15 a 29 anos no grupo da extrema pobreza	%	30/09/2013	24,20
Participação de jovens de 16 a 29 anos na população desocupada	%	30/09/2013	57,70
Taxa de cumprimento da cota de aprendizagem pelos estabelecimentos obrigados	%	31/12/2013	18,30
Taxa de desocupação de jovens de 14 a 17 anos	%	30/09/2013	22,25
Taxa de desocupação de jovens de 18 a 24 anos	%	30/09/2013	13,56
Taxa de desocupação de jovens de 25 a 29 anos	%	30/09/2013	8,05
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas entre 16 a 17 anos	%	30/09/2013	23,60
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas entre 18 a 24 anos	%	30/09/2013	59,40
Taxa de formalidade das pessoas ocupadas entre 25 a 29 anos	%	30/09/2013	65,30
Taxa de homicídio de jovens de 15 a 29 anos de idade	1/100.000	30/09/2013	61,65
Taxa de inserção dos jovens participantes do Projovem Trabalhador no mercado de trabalho	%	31/12/2014	63,40
Taxa de óbitos de jovens de 15 a 29 anos de idade por acidente de transporte	1/100.000	30/09/2013	28,55
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2013	46,03

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**23.048**	**77.255**
Despesas Correntes	19.249	71.858
Despesas de Capital	3.799	5.397
Recursos Extraorçamentários	**25.000**	**225.000**
Crédito e Demais Fontes	25.000	225.000
Valores Globais	**48.048**	**302.255**
	350.303	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0276 - Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

- 04PU - Institucionalizar, coordenar e fomentar o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE).

Órgão responsável: Presidência da República

- 04PV - Elaborar e coordenar a implementação do Plano Nacional de Juventude.

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04PW - Fortalecer parcerias e instâncias internacionais da política de juventude com foco na integração regional com a América-Latina, na cooperação Sul-Sul e na construção de espaços permanentes de juventude em organismos multilaterais.

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04PX - Implementar mecanismos para a garantia de acesso aos direitos, conforme previsto no Estatuto da Juventude: reserva de vagas (2 gratuitas e 2 com 50% de desconto) no transporte coletivo interestadual para jovens de baixa renda; e meia-entrada em eventos culturais, educativos, esportivos e de lazer e entretenimento para estudantes e jovens de baixa renda.

  Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

- 06GJ - Constituição de diretrizes de avaliação e monitoramento da política e programas de juventude.
- 06GK - Apoio a elaboração dos sistemas e planos estaduais e municipais de juventude estimulando a participação social.
- 06GL - Desenvolvimento de sistema de gerenciamento do cadastro de beneficiários dos direitos sociais previstos no Estatuto da Juventude.
- 06GM - Constituição da Seção Nacional da Reunião Especializada de Juventude do Mercosul (REJ).
- 06GN - Fomento a criação de fórum intergovernamental permanente sobre juventude no âmbito do bloco BRICS e de espaços específicos de juventude da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) e da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC).
- 06GO - Incentivo a participação de jovens em espaços, fóruns e negociações no sistema da Organização das Nações Unidas (ONU).
- 06GP - Apoio, em parceria com os outros estados-membros, a criação de programas permanentes de cooperação e integração dos jovens dos países do Mercosul.

OBJETIVO: 0967 - Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2016-2019

- 04OI - Integrar ações e políticas para a juventude ao Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04OJ - Promover a qualificação de 500.000 jovens em situação de baixa renda por meio do Projovem Trabalhador

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04OK - Implementar as ações do Plano Nacional de Aprendizagem Profissional - PNAP para atingir a admissão de 1.700.000 aprendizes de 14 a 24 anos e pessoas com deficiência a qualquer tempo

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04OL - Fomentar e fortalecer 300 empreendimentos econômicos solidários compostos majoritariamente por jovens por meio do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e aos instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	90,00	unidade
Região Norte	30,00	unidade
Região Sudeste	85,00	unidade
Região Sul	65,00	unidade



• 04OM - Articular, em parceria com o MEC, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

• 06CT - Desenvolvimento de estudos visando aprofundar o diagnóstico da situação dos jovens no mundo do trabalho para subsidiar as políticas de promoção do trabalho decente

• 06CU - Estabelecimento de diretrizes para o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda e sua rede de atendimento para maior e melhor inserção dos jovens no mundo do trabalho, respeitando a diversidade e especificidades

• 06CV - Ampliação e aprimoramento dos contratos de aprendizagem como forma de prevenir e erradicar o trabalho ilegal de adolescentes e jovens e possibilitar a inserção protegida no mercado de trabalho

• 06CW - Estabelecimento de diretrizes que permitam o aprimoramento do monitoramento e fiscalização dos programas e políticas de trabalho, emprego e renda para a juventude, de forma a promover a qualidade

• 06CX - Apoio as ações de incentivo ao protagonismo e participação dos jovens nos empreendimentos econômicos solidários, incluindo a qualificação profissional por meio do Projovem Trabalhador

• 06CY - Inserção da temática das relações raciais e de gênero nos conteúdos dos cursos de qualificação social e profissional do Programa Projovem Trabalhador.

OBJETIVO: 0960 - Promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

• 04Q5 - Articular e fomentar ações, políticas e programas do Governo Federal, dos entes federados e da sociedade civil que promovam o acesso a direitos para a juventude, especialmente a negra, nos territórios

Órgão responsável: Presidência da República

• 04Q6 - Articular ações no Governo Federal e no sistema de justiça que promovam o acesso à justiça para a juventude negra em situação de violência

Órgão responsável: Presidência da República

• 04Q7 - Fomentar redes de articulação nos territórios, facilitando o acesso à justiça, ao conjunto de políticas públicas disponíveis e ao sistema de proteção aos direitos humanos para o jovem

Órgão responsável: Presidência da República

• 04Q8 - Fomentar a implantação de mecanismo de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e violências contra a juventude, especialmente negra, em parceria com a Secretaria de DIreitos Humanos - SDH.

Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

• 06GY - Criação e implementação de protocolo de ação para caso de violações graves dos direitos da juventude, especialmente negra

• 06GZ - Estruturação e articulação de redes para desenvolvimento de ações que visem à superação da cultura da violência

• 06H0 - Realização de campanhas de comunicação e de sensibilização sobre racismo, com foco na reversão dos estereótipos que atingem a juventude negra

• 06H1 - Difusão, em equipamentos públicos presentes nos territórios, da metodologia de atendimento a jovens do programa Estação Juventude

OBJETIVO: 0988 - Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

- 04PY - Reconhecer e fomentar iniciativas que promovam cidadania cultural com foco na juventude.

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 04PZ - Consolidar o Programa Estação Juventude como espaço de promoção de direitos e de participação social e política dos jovens nos territórios.

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04Q0 - Desenvolver, em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude, iniciativas que promovam a cultura de viagem entre os jovens.

  Órgão responsável: Ministério do Turismo

- 04Q4 - Capacitar 1.000 jovens, prioritariamente rurais, por meio do Projeto Amanha.

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 04QF - Apoiar no mínimo 50 projetos produtivos desenvolvidos por grupos de jovens rurais

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 06GQ - Articulação e mapeamento de coletivos de comunicação e iniciativas de mídia livre de todo território nacional, a fim de dimensionar, elaborar e desenvolver políticas para a juventude visando à promoção do direito à comunicação e à liberdade de expressão.
- 06GR - Articulação do programa Estação Juventude nos territórios do Plano Juventude Viva.
- 06GS - Articulação de ações de cultura, saúde, trabalho, acesso à justiça e meio ambiente, entre outras, para jovens no âmbito do programa Estação Juventude.
- 06GT - Reconhecimento das especificidades de mulheres, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, juventude rural, LGBT e pessoas com deficiência nas políticas voltadas para juventude.
- 06IG - Articulação da implementação de ações do Programa de Fortalecimento da Autonomia Econômica e Social da Juventude Rural (PAJUR).
- 06R4 - Articulação, junto aos entes federados, da adesão ao ProJovem, principalmente nos municípios prioritários do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, bem como a implementação das salas de acolhimento no âmbito do Programa.

OBJETIVO: 1137 - Promover e integrar ações que contribuam para a efetivação do direito da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 04LR - Instituir e coordenar a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04LS - Realizar ações que contribuam com a autonomia, emancipação e a inclusão produtiva de mil jovens em unidades de conservação de uso sustentável e entorno no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04LT - Realizar processos formativos intersetoriais para 2 mil jovens de 15 a 29 anos, de forma participativa e cidadã, nas temáticas do meio ambiente, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, no âmbito da Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 063V - Mapeamento de coletivos, movimentos e redes de jovens para que atuem nas instâncias de participação da área ambiental incentivando e criando mecanismos de articulação entre eles
- 063W - Desenvolvimento de metodologia de participação de jovens (15 a 29 anos) na criação de Protocolos Comunitários sobre acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados e sobre a repartição

de benefícios em territórios de gestão coletiva de conservação ambiental, em especial de jovens indígenas e de povos e comunidades tradicionais

- 063X - Criação de estratégia de geração de renda com sustentabilidade ambiental, e campanhas de conscientização, incentivando mecanismos de autoprodução, financiamento, e trabalho coletivo, colaborativo e comportamentos sustentáveis com relação a consumo

OBJETIVO: 1143 - Fomentar o direito à participação social e política e à representação juvenil.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019

- 04Q1 - Ampliar e intensificar o diálogo social dos movimentos, entidades e redes juvenis com o Poder Público por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE).

  Órgão responsável: Presidência da República

- 04Q2 - Elaborar e instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva da juventude.

  Órgão responsável: Presidência da República

Iniciativas

- 06GU - Realização da 4ª Conferência Nacional de Juventude.
- 06GV - Instituição da Rede Nacional de Conselhos de Juventude.
- 06GW - Fomento e apoio a participação social e política de mulheres, negros, indígenas, povos e comunidades tradicionais, juventude rural, LGBT e pessoas com deficiência, respeitadas as suas especificidades, nos processos de discussão, formulação e implementação de políticas públicas para a juventude.
- 06GX - Aperfeiçoamento e disseminação da matriz de monitoramento das políticas públicas de juventude.

OBJETIVO: 1165 - Promover o acesso da juventude a ações da assistência social, inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 04SR - Estimular o acesso e a permanência na Educação Básica por jovens beneficiários do Programa Bolsa Família.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 06R0 - Desenvolvimento de estratégias educativas e de mobilização para a promoção de práticas alimentares adequadas e saudáveis para o público jovem.
- 06R1 - Aprimoramento dos mecanismos de diagnóstico e monitoramento dos serviços de acolhimento em república para jovens entre 18 e 21 anos, egressos de acolhimentos institucionais.
- 06R2 - Promoção da inclusão produtiva rural e urbana da população jovem dos beneficiários do Bolsa Família, por meio da qualificação profissional, empreendedorismo, economia solidária, aprendizagem profissional, fomento e assistência técnica rural.

OBJETIVO: 1166 - Promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de vida dos jovens.

Órgão Responsável: Presidência da República

Metas 2016-2019



- 04SS - Promover a realização de experiências na realidade do SUS (VER-SUS) para 10 mil jovens a fim de que conheçam e reflitam sobre experiências concretas de implementação do SUS com o objetivo de atuarem para a mudança da formação, atenção, gestão e participação no e para o SUS nos locais em que vivem, se cuidam, estudam e trabalham.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04ST - Envolver 5 mil jovens em ações do Programa de Educação para o Trabalho na Saúde (PET-Saúde) a fim de que estudem, pratiquem e pesquisam ações de qualificação da educação em saúde, dos serviços de saúde e atuem em processo de transformação da graduação em saúde orientados pelas Diretrizes Curriculares e às necessidades da população brasileira e do SUS.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04SU - Garantir a formação técnica e processos de qualificação para que pelo menos 20 mil jovens possam se tornar e se qualificar como profissionais de saúde.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 06S7 - Priorização da juventude em ações de promoção e prevenção que tenham impacto na redução de acidentes de trânsito envolvendo jovens.

- 06S8 - Promoção do envolvimento de estudantes e suas representações e jovens da comunidade nos processos locais de implantação dos Contratos Organizativos de Ação Pública - Ensino Saúde que estabelecerão as bases concretas dos processos de integração ensino-serviço das Instituições de Ensino Superior.

- 06S9 - Disponibilização gratuitamente de cursos de Educação à Distância, em várias temáticas da área da saúde, a jovens que fazem formação em saúde.

- 06SA - Formulação e oferta de processos formativos, em educação à distância com adaptação para semipresencial, para jovens sobre temas importantes à ampliação de sua autonomia no cuidado em saúde e à participação cidadã na construção cotidiana do SUS.

- 06SB - Priorização da juventude em ações que visem evitar e reduzir o uso abusivo de álcool e outras drogas, na perspectiva da redução de danos e autonomia dos jovens sobre sua saúde.

- 06SC - Priorização da juventude em ações que visem promover a saúde sexual e reprodutiva, numa perspectiva não biologicista, promovendo a igualdade de gênero e respeito a diversidade sexual.

PROGRAMA: 2071 - Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Número de crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2014	9.798,00
Número de trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2014	1.398,00
Relação percentual entre os recursos do FAT destinados a políticas ativas e os destinados a políticas passivas	%	31/12/2014	0,27
Taxa de crescimento do emprego formal	%	01/01/2015	0,98
Taxa de empreendimentos econômicos solidários apoiados	%	30/06/2015	32,55
Taxa de formalização	%	30/09/2013	61,20
Taxa de formalização de mulheres no mercado de trabalho	%	30/09/2013	57,30
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/100.000	31/12/2013	42,30
Taxa de incidência de acidentes de trabalho: típicos e doença ocupacional	1/1.000	31/12/2013	14,55
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2013	35,89
Taxa de participação da intervenção fiscal na formalização de vínculo de emprego	%	31/12/2013	1,55
Taxa de participação da intervenção fiscal na inserção de aprendizes no mercado de trabalho	%	31/12/2013	46,03
Taxa de reincidentes do Seguro-Desemprego pré-matriculados no PRONATEC	%	31/12/2014	2,30
Taxa de requerentes do seguro desemprego recolocados no mercado de trabalho por meio de intermediação de mão de obra	%	31/12/2014	1,00
Taxa de rotatividade	%	20/08/2014	43,80
Taxa de severidade de acidentes de trabalho: óbitos e incapacidades permanentes	1/1.000	31/12/2013	24,56

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**55.704.022**	**185.952.076**
Despesas Correntes	55.648.435	185.769.941
Despesas de Capital	55.587	182.135
Recursos Extraorçamentários	**18.550.214**	**71.346.076**
Crédito e Demais Fontes	12.380.346	50.827.530
Gastos Tributários	6.169.868	20.518.546
Valores Globais	**74.254.236**	**257.298.152**
	331.552.388	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0287 - Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2016-2019

- 04NQ - Aumentar de 3,36% para 5% a taxa de participação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda nas admissões do mercado de trabalho formal

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04NR - Consolidar o portal Mais Emprego como instrumento de execução e gestão integrada das ações do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04NS - Promover a qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04NT - Ampliar de 23,5% para 30% a inserção dos beneficiários de ações de qualificação no mundo do trabalho

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

- 06AX - Promoção da padronização da rede de atendimento do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda
- 06AY - Consolidação do Sistema de Monitoramento e Avaliação do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, incluindo estudos e pesquisas temáticos
- 06AZ - Disponibilização das informações sobre modalidades do seguro-desemprego obedecendo aos padrões utilizados no Portal da Transparência
- 06B3 - Implantação do Modelo de Gestão Participativa dos Recursos do Fundo do Amparo do Trabalhador - FAT, visando integrar as ações de controle e formulação das políticas públicas de emprego e renda por parte dos conselhos e comissões estaduais e municipais de emprego
- 06B4 - Revisão dos instrumentos legais de repasse de recursos para entes executores da política pública de emprego e renda e demais normativos referentes à execução descentralizada das ações do Programa Seguro-Desemprego
- 06B5 - Fortalecimento e ampliação dos mecanismos de intermediação e qualificação juvenil por meio da aprendizagem profissional e demais políticas públicas para a juventude
- 06B6 - Consolidação da identificação profissional por meio eletrônico em âmbito nacional
- 06B7 - Reestruturação e execução da Política de Qualificação e Certificação Profissional no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda , em consonância com as necessidades de ocupação no mundo do trabalho e com o perfil do público atendido
- 06B8 - Implantação da Universidade do Trabalhador, como estratégia de qualificação profissional por meio de ensino a distância
- 06B9 - Elaboração do instrumento orientador da descrição de competências do trabalhador (conhecimentos, habilidades, atitudes), com base nos conteúdos ocupacionais da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO
- 06BA - Consolidação do Observatório Nacional do Mercado de Trabalho, da Economia Solidária e Cooperativismo e estruturar a rede de observatórios do trabalho
- 06I8 - Inserção do arcabouço legal do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a determinação de percentual de gasto com políticas ativas de emprego sobre o total das despesas realizadas com recursos do Fundo.
- 06QH - Aprimoramento da coleta do quesito raça ou cor nas bases de dados e registros administrativos de responsabilidade do Ministério do Trabalho e Emprego
- 06QI - Oferta à rede do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda, no âmbito do projeto 'Universidade do Trabalhador', de cursos voltados para a melhoria do atendimento, contemplando sensibilização para o combate a qualquer tipo de discriminação no mundo do trabalho

OBJETIVO: 0289 - Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2016-2019



• 04NV - Atingir o volume de R$ 37,5 bilhões de recursos aplicados em microcrédito produtivo orientado

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04NW - Atender 18.560.000 clientes em operações de microcrédito produtivo orientado

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04NX - Beneficiar 4.000.000 de trabalhadores por meio da concessão de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

• 06BB - Fortalecimento das ações de fomento e desenvolvimento das instituições de microcrédito

• 06BC - Aprimoramento do monitoramento e avaliação dos depósitos especiais do Fundo do Amparo ao Trabalhador - FAT

• 06BD - Promoção do acesso da juventude ao microcrédito produtivo orientado

• 06BE - Estruturação dos mecanismos de acesso ao crédito por empreendimentos econômicos solidários em áreas urbanas por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER e do Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO

OBJETIVO: 0869 - Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2016-2019

• 04O8 - Alcançar 4 milhões de pessoas por meio de ações de educação e de difusão de conhecimentos técnicos e científicos para o desenvolvimento da cultura de prevenção em segurança e saúde no trabalho

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04O9 - Desenvolver e publicar 180 estudos e pesquisas visando à melhoria das condições de trabalho e proposição de políticas públicas de prevenção em segurança e saúde no trabalho

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04OA - Reduzir o tempo médio da análise dos processos de registro sindical de 1.730 dias para 270 dias.

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04OB - Reduzir de 45 para 15 dias o tempo médio de espera do trabalhador para assistência e homologação da rescisão do contrato de trabalho, nas unidades da rede de atendimento do Ministério do Trabalho e Emprego.

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04QG - Garantir 85% de regularização das entidades sindicais registradas.

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04O2 - Aumentar em 30% as ações de Inspeção para Prevenção de Acidentes e Doenças do Trabalho realizadas nos segmentos econômicos prioritários

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04O3 - Aumentar em 20% as ações planejadas de Inspeção do Trabalho para o combate ao trabalho análogo ao de escravo, em especial nas áreas geográficas isoladas do país

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04O4 - Aumentar em 20% as ações de Inspeção do Trabalho para erradicação das piores formas de trabalho infantil

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04O5 - Aumentar em 10% as ações de Inspeção do Trabalho para inserção de pessoas com deficiência e beneficiários reabilitados

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego



• 04O6 - Aumentar em 10% a atuação da Inspeção do Trabalho para inserção de aprendizes adolescentes no mercado de trabalho

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

• 04O7 - Reduzir em 50% o tempo médio de tramitação processual relativo aos autos de infração e notificações de débito de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

• 06BR - Elaboração estratégia nacional de combate a discriminação no trabalho, para eliminar diferença de remuneração por trabalho de igual valor, distinção, exclusão ou preferência fundada na raça, cor, sexo, religião, classe social, ascendência nacional, idade, orientação sexual, estado sorológico, identidade de gênero ou deficiência, de forma a aumentar a igualdade de oportunidades e tratamento no mundo do trabalho

• 06BS - Fortalecimento do Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados – Plancite

• 06BT - Revisão e execução do Plano Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho – Plansat, em consonância com a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho garantindo a realização do Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes e Doenças relacionadas ao Trabalho

• 06BU - Ampliação e execução da Estratégia Nacional de Redução dos Acidentes do Trabalho 2016-2019, inclusive melhorando a qualidade e divulgação das análises de acidentes do trabalho graves e fatais

• 06BV - Implementação do Sistema de Informações de Relações do Trabalho para monitorar o cenário de relações de trabalho no Brasil, por meio do desenvolvimento do Portal de Relações do Trabalho e de disseminação de informações, estudos e pesquisas, com livre acesso à sociedade

• 06BW - Atualização da regulação das relações de trabalho, fortalecendo as entidades sindicais e a negociação coletiva

• 06BX - Realização de acordos e/ou compromissos tripartites com segmentos econômicos prioritários, em nível nacional, visando à melhoria das condições de trabalho e a proteção dos trabalhadores

• 06BZ - Implementação do Plano Nacional dos Trabalhadores Rurais Empregados - Planatre

• 06C0 - Fortalecimento da capacidade de gerir os fluxos migratórios, com foco na assistência e integração laboral de grupos vulneráveis

• 06C1 - Consolidação do Observatório das Migrações Internacionais, elaborar diagnóstico e recomendações para a reestruturação da política de migração laboral

• 06C2 - Desenvolvimento do eSocial e integração aos sistemas do Ministério do Trabalho e Emprego

• 06C3 - Realização da 2º Conferência Nacional de Emprego e Trabalho Decente

• 06C4 - Atualização do Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente para o período de 2016-2023

• 06C5 - Fortalecimento das ações de cooperação técnica e a participação em organismos internacionais na área de emprego e trabalho

OBJETIVO: 1096 - Promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e a instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo

Órgão Responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Metas 2016-2019

• 04OC - Apoiar e fortalecer 20 mil empreendimentos econômicos solidários com a estruturação dos processos de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.000,00	unidade
Região Nordeste	6.000,00	unidade
Região Norte	2.000,00	unidade
Região Sudeste	5.500,00	unidade
Região Sul	4.500,00	unidade



• 04OD - Fomentar a organização em redes de cooperação de 4 mil empreendimentos econômicos solidários visando o adensamento e verticalização da produção, comercialização e consumo

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	400,00	unidade
Região Nordeste	1.200,00	unidade
Região Norte	400,00	unidade
Região Sudeste	1.100,00	unidade
Região Sul	900,00	unidade

• 04OE - Fomentar 2 mil iniciativas de finanças solidárias com Bancos Comunitários de Desenvolvimento, Fundos Solidários e Cooperativas de Crédito Solidário na promoção da dinamização econômica territorial

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	200,00	unidade
Região Nordeste	600,00	unidade
Região Norte	200,00	unidade
Região Sudeste	550,00	unidade
Região Sul	450,00	unidade

• 04OF - Promover a formação de 200 mil pessoas em economia solidária contemplando as necessidades dos empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e gestores públicos

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	20.000,00	unidade
Região Nordeste	60.000,00	unidade
Região Norte	20.000,00	unidade
Região Sudeste	55.000,00	unidade
Região Sul	45.000,00	unidade

Iniciativas

• 06CB - Fortalecimento das bases de serviços de apoio, formação, assessoria técnica e investimentos para desenvolvimento das capacidades socioeconômicas dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES e sua articulação em redes de cooperação e cadeias de produção, comercialização e consumo em processos territoriais de desenvolvimento

• 06CC - Estruturação do Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário com fomento aos espaços de comercialização solidária e com os instrumentos de cadastro, reconhecimento e certificação de empreendimentos econômicos solidários e suas Redes de Cooperação

• 06CD - Incubação de empreendimentos econômicos solidários no âmbito do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares – PRONINC, contemplando o desenvolvimento e disseminação de tecnologias sociais e inovações apropriadas às demandas da economia solidária

• 06CE - Fomento, assessoria técnica, apoio a formalização e acesso ao financiamento para cooperativas sociais e cooperativas de trabalho com a implantação do Programa Nacional de Cooperativas Sociais - PRONACOOP SOCIAL e do Programa Nacional de Cooperativas de Trabalho – PRONACOOP

• 06CF - Articulação Institucional para constituição de um marco legal que possibilite a formalização dos empreendimentos economicos solidarios, o adequado tratamento tributário, o tratamento diferenciado nas compras publicas e o acesso ao financiamento

• 06CG - Implantação da Rede Nacional de Centros de Formação e Assessoria Técnica em Economia Solidária

• 06CH - Instituição do Sistema Público de Economia Solidária para o fortalecimento do diálogo social e interinstitucional nas políticas públicas federais, estaduais e municipais; do Conselho Nacional de Economia Solidária; dos fóruns e redes de articulação e realização da 4ª Conferência Nacional de Economia Solidária

• 06CI - Consolidação do Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários – CADSOL, favorecendo o reconhecimento público dos Empreendimentos Econômicos Solidários - EES, permitindo o acesso às políticas públicas de financiamento, crédito, aquisição e comercialização de produtos e serviços da economia solidária

• 06CJ - Implantação do Plano Nacional de Economia Solidária (Plano Ecosol) e acompanhamento da implantação dos planos estaduais de economia solidária

PROGRAMA: 2063 - Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Escolas públicas acessíveis	%	31/12/2013	19,00
Escolas públicas com salas de recursos multifuncionais	%	31/12/2013	49,00
Matrícula de pessoa com deficiência na rede regular de ensino	%	31/12/2013	77,00
Percentual de aprendizes com deficiência	%	31/12/2014	1,03
Percentual de servidores públicos federais (agências reguladoras, empresas públicas, escolas técnicas e universidades, ministérios e órgãos vinculados) com deficiência	%	05/01/2015	0,64
Pessoas com deficiência beneficiárias do BPC matriculadas na escola	%	31/12/2013	63,40
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho pelas empresas obrigadas	%	31/12/2013	35,89
Taxa de inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho por intervenção fiscal	%	31/12/2013	31,54

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**18.430**	**35.757**
Despesas Correntes	17.774	33.522
Despesas de Capital	656	2.235
Recursos Extraorçamentários	**536.946**	**923.301**
Crédito e Demais Fontes	6.500	30.000
Gastos Tributários	530.446	893.301
Valores Globais	**555.376**	**959.058**
	1.514.434	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0442 - Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 013J - Implantar o Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências, o qual possibilitará eficiência e harmonia na avaliação da deficiência, necessárias em diversas políticas públicas

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 013I - Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Direitos das Pessoas com Deficiência

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 013N - Ampliar o intercâmbio de boas práticas, o compartilhamento de informações e as atividades de treinamento e capacitação no âmbito da cooperação internacional para os direitos das pessoas com deficiência

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos



• 013L - Estruturar cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

• 04LK - Implantar Centrais de Interpretação da Língua Brasileira de Sinais em parceria com Estados e Municípios

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 04LL - Promover ações para ampliar a proporção de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior

Órgão responsável: Ministério da Educação

• 03UR - Apoiar a inclusão de pessoas com deficiência em 250 empreendimentos econômicos solidários ou cooperativas sociais

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

• 01GL - Fortalecimento da Rede de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência

• 01GO - Acompanhamento do aprimoramento do marco legal e de referenciais normativos, com vistas à maior efetividade da legislação brasileira sobre os direitos da pessoa com deficiência, em especial da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência

• 063M - Monitoramento e apoio à implementação do Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral a Crianças e Adolescentes, Pessoas Idosas e Pessoas com Deficiência em Situação de Riscos e Desastres nos Estados, Distrito Federal e Municípios;

• 01GQ - Elaboração e difusão de estudos sobre a temática da pessoa com deficiência para ampliar o nível de conhecimento sobre a temática, garantindo a abordagem das questões de gênero e raça

• 01GS - Implantação do sistema da meia-entrada em eventos culturais e esportivos para pessoas com deficiência comprovadamente carentes, articulando-o com os sistemas de meia-entrada para estudantes, jovens e pessoas idosas

• 063U - Articulação de ações de capacitação junto aos Conselhos de Direitos afins, para promover os direitos à Educação e à Saúde das pessoas com deficiência, com destaque aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC)

• 01GV - Construção e apresentação de proposta de Política Nacional do Cuidados, articulada com os outros órgãos federais interessados

• 01GX - Ampliação da participação do Brasil na construção de acordos internacionais pertinentes aos direitos da pessoa com deficiência

• 01GY - Capacitação de agentes sociais sobre os direitos das pessoas com deficiência, incluindo mulheres, jovens e minorias raciais e religiosas, além de militantes do próprio segmento

• 0640 - Incorporação da perspectiva de promoção da igualdade racial e superação do racismo nas ações e programas desenvolvidos para pessoas com deficiência

• 0641 - Articulação de ações específicas para quilombolas com deficiência

• 0642 - Apoio a ações para a desconstrução de estereótipos negativos de pessoas com deficiência, incluindo mulheres e pessoas negras com deficiência, promovendo a percepção positiva e a maior consciência social em relação a suas capacidades e contribuições

• 04FK - Acompanhamento das ações de inclusão de pessoas com deficiência no mundo do trabalho, em estratégias de ação fiscal, de qualificação e de ampliação dos contratos de aprendizagem promovidas ou apoiadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, com atenção à necessidade de redução das desigualdades de gênero e raça

• 01GR - Apoio à regulamentação dos direitos das pessoas com deficiência em concursos públicos federais

• 01GZ - Acompanhamento das políticas de inclusão escolar das pessoas de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino

OBJETIVO: 0736 - Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 02CY - Articular um plano nacional para tornar acessíveis os prédios públicos federais, com prioridade para aqueles em que há atendimento ao público.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 02D3 - Ampliar a acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras

  Órgão responsável: Ministério da Cultura

- 03UU - Adequar os sistemas metroferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb) à Acessibilidade Universal, conforme Decreto nº 5.296/2004

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 03UW - Promover a acessibilidade nas unidades habitacionais ofertadas no Programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV), bem como nas calçadas ou passeios dos empreendimentos

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 04EM - Implantar praias acessíveis

  Órgão responsável: Ministério do Turismo

Iniciativas

- 02US - Apoio e promoção da capacitação e especialização de recursos humanos em acessibilidade e tecnologia assistiva
- 02UT - Acompanhamento e proposição de aperfeiçoamentos à legislação sobre acessibilidade, incluindo regulamentos e normas técnicas, nos campos da acessibilidade arquitetônica e urbanística, no transporte coletivo e na informação e comunicação
- 02UU - Edição, publicação e distribuição de títulos referentes à temática da acessibilidade
- 02UV - Cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios para a elaboração de estudos e diagnósticos sobre a situação da acessibilidade arquitetônica e urbanística, no transporte coletivo e na informação e comunicação
- 02UW - Apoio e realização de campanhas informativas e educativas sobre acessibilidade
- 02UX - Promoção de concursos nacionais sobre a temática da acessibilidade
- 02UZ - Apoio à implementação do Tratado de Marraqueche para Facilitar o Acesso a Obras Publicadas às Pessoas Cegas, com Deficiência Visual ou com Outras Dificuldades para Acessar o Texto Impresso, concluído no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)
- 0646 - Apoio a ações de promoção da acessibilidade no Programa Cultura Viva, incluindo subsídio técnico para o aumento os percentuais de gastos com acessibilidade cultural exigidos nos convênios do Programa Cultura Viva.

PROGRAMA: 2064 - Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Estimativa de sub-registros de nascimentos	%	31/12/2013	5,10
Número de Unidades da Federação com Ouvidorias de Polícia	unidade	31/12/2014	22,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte	unidade	31/12/2014	14,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos	unidade	31/12/2014	6,00
Número de Unidades da Federação com programa de Proteção a Testemunhas	unidade	31/12/2014	16,00
Percentual de domicílios com renda per capita domiciliar de até meio salário mínimo chefiados por idosos	%	30/09/2013	13,30
Taxa de analfabetismo de pessoas com 60 anos ou mais de idade	%	30/09/2013	24,31
Taxa de mortalidade por acidentes de transporte terrestre, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2013	25,34
Taxa de mortalidade por queda, de pessoas com 60 anos ou mais de idade	1/100.000	31/12/2013	33,39
Trabalhadores resgatados do trabalho análogo ao de escravo	unidade	31/12/2014	1.398,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**73.852**	**212.106**
Despesas Correntes	68.975	209.228
Despesas de Capital	4.877	2.879
Recursos Extraorçamentários	**83.429**	**285.085**
Gastos Tributários	83.429	285.085
Valores Globais	**157.281**	**497.191**
	654.472	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0255 - Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 00FU - Articular a criação e implementação do Sistema Nacional dos Direitos Humanos.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04JI - Formular e implementar o Plano Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04JJ - Revisar, atualizar e implementar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos



• 00FY - Universalizar o registro civil de nascimento entre crianças, adolescentes, jovens e adultos na educação básica, em seus diferentes níveis e modalidades.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 04JK - Articular a ampliação e qualificação, nos três níveis federativos, de políticas, programas e serviços para a população idosa, contemplando as áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 00FZ - Articular em todos os níveis federativos para que serviços e programas para a população em situação de rua sejam contemplados nas políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer, trabalho e renda.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 00G0 - Fortalecer institucionalmente o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e sua implantação.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 04MV - Acompanhar e apoiar a implementação da política nacional de saúde mental, contribuindo para a garantia da universalidade e equidade de acesso e cumprimento da agenda nacional de direitos humanos consubstanciada no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), por meio de estratégias e ações colaborativas intersetoriais e interfederativas.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 00FV - Fomentar a implementação de Centros de Referência em Direitos Humanos nas capitais brasileiras e em localidades estratégicas conforme indicadores em direitos humanos.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 00FW - Consolidar o Sistema Nacional de Indicadores em Direitos Humanos

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 00FX - Fortalecer parcerias com empresas públicas e estatais para garantir em suas estratégias e compromissos corporativos diretrizes e ações de direitos humanos.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

• 04MW - Promover o direito à memória e à verdade e a reparação por graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado Brasileiro, inclusive por meio da busca, localização e identificação dos restos mortais de pessoas desaparecidas, reconhecidas como tais nos termos da Lei 9.140/95, para a entrega aos seus familiares.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

• 00RU - Articulação com os entes federativos para criação e a manutenção de Comitês Estaduais, Municipais e Distrital de Respeito à Diversidade Religiosa.

• 05YS - Promoção e apoio a eventos temáticos e capacitações relacionadas à temática Direitos Humanos e Diversidade Religiosa.

• 05YT - Produção, publicação e divulgação de materiais informativos, campanhas e estudos sobre respeito às diferentes crenças, liberdade de culto e laicidade do Estado, garantindo acessibilidade desses materiais às pessoas com deficiência.

• 05YU - Articulação, no âmbito federativo, da implementação das Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos.

• 05YV - Produção, publicação e divulgação de materiais informativos, campanhas e estudos sobre educação em direitos humanos, garantindo acessibilidade desses materiais às pessoas com deficiência

• 05YW - Articulação para criação e fortalecimento dos Comitês Estaduais de Educação em Direitos Humanos – CEEDH.

• 00S3 - Promoção da realização de Caravanas de Direitos Humanos

• 05YX - Realização da Mostra Cinema e Direitos Humanos no Hemisfério Sul nas capitais brasileiras e em cidades do Mercosul com periodicidade anual.

• 05YZ - Realização bienal do Prêmio Direitos Humanos.

• 05Z0 - Fomento à formação e à capacitação em educação em direitos humanos por meio de parcerias públicas e privadas.



• 05Z1 - Priorização de ações de educação em direitos humanos, visando à redução dos índices de violência contra jovens negros e índices de homicídios.

• 05Z2 - Realização de estudo de indicadores de população não registrada a partir de informações dos cadastros das políticas sociais no âmbito da saúde, educação e assistência social.

• 00SA - Articulação com os 26 estados e o DF além dos 150 municípios prioritários para que o planejamento estadual/municipal dos comitês gestores da Política Nacional (Decreto Nº 6.289/07) contemple as ações de promoção do Registro Civil de Nascimento – RCN à população não registrada.

• 05XU - Fomento à promoção do Registro Civil de Nascimento (RCN) com base nas demandas dos 27 planos estaduais e planos municipais realizados no período, priorizando a realização de oficinas de fluxos de emissão de registro civil, mutirões e unidades interligadas de RCN em unidades de saúde voltadas para povos indígenas, ciganos, ribeirinhas, população em situação de rua, migrantes, quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.

• 05XV - Equipagem dos espaços físicos dos conselhos da pessoa idosa em nível distrital, estaduais e municipais das 27 capitais.

• 05XW - Articulação, fortalecimento e ampliação da Rede Nacional de Proteção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (RENADI) em todos os estados brasileiros.

• 06MQ - Fortalecimento do trabalho de articulação dos Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa existentes e estímulo à criação de novos Conselhos.

• 05Z3 - Incentivo à melhoria de atendimentos para defesa e garantia de direitos das pessoas em situação de rua pelo Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e Catadores de Materiais Recicláveis – CNDDH e seus núcleos estaduais.

• 05XX - Incentivo à instituição dos fundos municipais e apoio à consolidação dos fundos estaduais da Pessoa idosa.

• 05XY - Produção, publicação e divulgação de materiais informativos e campanhas sobre os direitos da população idosa, garantindo sua acessibilidade

• 05Z4 - Fomento à capacitação de agentes de direitos, especialmente lideranças idosas.

• 05YB - Articulação para a realização dos Jogos Brasileiros da Pessoa Idosa.

• 05YC - Incentivo às adesões dos estados e municípios com 400.000 (quatrocentos mil) habitantes ou mais ao Compromisso Nacional para o Envelhecimento Ativo.

• 05YD - Implementação da Política Nacional para a População em Situação de Rua.

• 05Z6 - Realização de mapeamento para diagnóstico da situação e perfil socioeconômico da população em situação de rua no país.

• 05YE - Articulação para a ampliação da oferta de vagas de formação e qualificação técnica profissional e para a inserção no mercado de trabalho da população em situação de rua.

• 05YF - Realização de parcerias com Sistema "S" e outras instituições públicas e privadas para qualificação, inserção no mercado de trabalho, bem como empreendedorismo de pessoas em situação de rua.

• 0682 - Articulação para a inclusão nas pesquisas nacionais da coleta de informações relativas a pessoas em situação de rua.

• 0683 - Realização de intercâmbio de experiências sobre os direitos das pessoas em situação de rua em nível internacional, prioritariamente no Mercosul e países africanos.

• 05YG - Articulação da adesão das 11 Unidades Federativas que não assinaram o Termo de Cooperação Técnica de Combate à Homofobia.

• 0684 - Provimento de informações qualificadas sobre a situação da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no mercado de trabalho e no ambiente escolar.

• 05YH - Implantação de Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) nas 5 regiões do país com priorização para as regiões Norte e Centro-Oeste.

• 05YI - Proposição de novo instrumento institucional para o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

• 05YJ - Articulação e promoção da educação profissional e inserção no mercado de trabalho da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), com ênfase na população de travestis e transexuais, junto ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e outras parcerias.

• 0685 - Levantamento de dados e informações por meio de pesquisas para diagnóstico da situação e do perfil socioeconômico da população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), em articulação com os sistemas de informação já existentes, contemplando o recorte racial.

• 05YK - Fomento à criação de novos Observatórios de Direitos Humanos e Saúde Mental nas unidades federadas.



- 05YL - Realização de parcerias com universidades e instituições governamentais para a formulação do Programa de Educação em Direitos Humanos e Saúde Mental.
- 05YM - Articulação de atores da sociedade civil, universidades e instituições governamentais para a criação da Rede Latino-americana de Direitos Humanos e Saúde Mental.
- 05YN - Promoção de ações de capacitação para profissionais das políticas públicas de saúde mental evidenciando temas como a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência e ferramentas metodológicas como o Quality Rights.
- 0686 - Elaboração de um programa de educação em direitos humanos e saúde mental para os trabalhadores da rede de atenção psicossocial, em âmbito nacional.
- 06MR - Articulação da instituição e a implementação do Comitê Nacional de Direitos Humanos e Saúde Mental
- 0687 - Desenvolvimento de estudos e formulação de diretrizes para políticas de reparação psíquica a vítimas de violência de Estado, com ênfase para violência policial.
- 0688 - Fomento a projetos e ações que visem ao cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade ao Estado brasileiro
- 0689 - Fomento a debates sobre a implementação de órgão de seguimento da Comissão Nacional da Verdade, encarregado de coordenar, induzir e implementar políticas de justiça de transição, com garantia de seu pleno funcionamento
- 068A - Realização de parcerias com estados e municípios para implementação de ações de orientação psicossocial e jurídica além de articulação de políticas de direitos humanos a nível regional e local.
- 00RY - Qualificação dos profissionais que atuam no âmbito de parcerias com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), particularmente, para uso de ferramentas de Gestão como o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (SICONV) e marcos regulatórios como o Marco Regulatório das Organizações da. Sociedade Civil (MROSC) e outros
- 00S4 - Fortalecimento do monitoramento das ações realizadas em parceria com governos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil
- 00S5 - Organização de Encontros Nacionais dos Centros de Referência em Direitos Humanos.
- 00S6 - Apoio ao trabalho de prefeituras, governos de estado, universidades e organizações da sociedade civil que atuam na promoção dos direitos humanos
- 00S9 - Articulação com empresas públicas e estatais a criação de comitês corporativos para implementação e monitoramento de ações em direitos humanos
- 068B - Estimulo à incorporação nos cursos de educação e cultura em direitos humanos de conteúdos com foco na promoção da igualdade racial e superação do racismo.
- 05Z5 - Fomento à capacitação, estudos e pesquisas sobre o envelhecimento e enfrentamento à violência contra a população idosa.
- 06Q7 - Realização de Conferências Virtuais de Direitos Humanos.
- 06Q8 - Articulação para a criação de novos cursos de nível superior e programas de pós-graduação em direitos humanos e incentivo à realização de pesquisas na área.
- 06Q9 - Articulação de ações para reinserção social das pessoas que estão nas Alas de Atendimentos Psiquiátricos existentes dentro dos presídios que violam a Lei 10.216/2001.
- 06QA - Envio ao Congresso Nacional de proposta de criminalização da discriminação motivada por orientação sexual e identidade de gênero.
- 06QB - Apoio ao aprimoramento dos projetos de acolhimento de refugiados e imigrantes em situação irregular segundo orientação de tratados internacionais no Brasil.

OBJETIVO: 0974 - Proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 03LR - Articular com os entes federativos a ampliação, manutenção e fortalecimento dos programas de proteção às testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados, assim como para suas famílias, preservando seus direitos e sigilo das informações

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos



- 04MR - Apoiar e fomentar Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura nas unidades federativas

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04MS - Fortalecer a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE) e promover a articulação federativa com o objetivo de criar Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs) nos 26 Estados e no Distrito Federal

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04S9 - Desenvolver, em parceria com a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ/SG/PR), metodologia de apoio e proteção a jovens de 18 a 29 anos ameaçados de morte e implementar projeto piloto.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

- 045G - Articulação para a ampliação em 3 Estados dos programas de proteção a testemunhas, preferencialmente nos estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste
- 045H - Articulação para a ampliação em 5 Estados dos programas de proteção a defensores de direitos humanos ameaçados, preferencialmente nos estados das regiões norte, nordeste e centro-oeste
- 045I - Articulação para a criação do Sistema Nacional de Proteção a Pessoas Ameaçadas
- 061D - Articulação para a ampliação dos serviços de proteção a crianças e adolescentes ameaçados de morte em mais 4 estados (MA, RN, AM e SC)
- 061E - Articulação com os entes federativos para a inclusão de conteúdos sobre defensores de direitos humanos ameaçados, vítimas e testemunhas, pessoas submetidas à tortura e maus tratos, na formação dos profissionais de Segurança Pública, destacando suas especificidades de atendimento ou abordagem.
- 067A - Articulação e promoção de capacitações com vistas a qualificar a atuação de membros de Comitês e Mecanismos de Prevenção e Combate à Tortura
- 067B - Produção de conhecimento, informações e campanhas sobre tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos e degradantes
- 067C - Organização e difusão de procedimento para a incorporação do Protocolo Brasileiro de Perícia Forense no Crime de Tortura
- 068C - Consolidação, atualização e publicização de indicadores e informações sobre violência institucional, prevenção e combate à tortura
- 068D - Apoio e promoção de capacitações sobre prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes para agentes das unidades federativas vinculados à segurança pública e ao sistema de justiça.
- 068E - Promoção de ações de prevenção ao aliciamento de trabalhadores e reinserção social dos trabalhadores resgatados
- 068G - Criação de um sistema de informações e indicadores sobre trabalho escravo
- 068H - Criação de sistema eletrônico de monitoramento das ações do Plano Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – PNETE
- 068I - Articulação para a inclusão em programa sociais de emprego, trabalho, renda e formação prioritariamente os trabalhadores resgatados, observados seus critérios de elegibilidade por meio de parcerias institucionais com o setor público e/ou com o setor privado
- 068J - Realização de 24 oficinas sobre “Trabalho Decente e a Coletivização do Processo” em parceria com as Escolas da Magistratura do Trabalho
- 068K - Realização de 4 campanhas nacionais para divulgação e sensibilização da sociedade sobre o tema da erradicação do trabalho escravo
- 068L - Realização de 4 encontros nacionais das Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs).
- 068M - Articulação para a internalização na esfera jurídica do Protocolo Adicional da Convenção 29 da OIT
- 06MS - Promoção de ações de formação para sensibilização dos operadores do Direito (Magistrados, Delegados, Membros do Ministério Público) sobre o trabalho escravo, com vistas ao aprimoramento das denúncias e a efetiva condenação dos acusados dessa prática.

OBJETIVO: 0975 - Promover e fortalecer canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, buscando a garantia de direitos.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 04RY - Aprimorar o processo de acolhimento, análise e encaminhamento de manifestações de denúncias e reclamações sobre violações de direitos humanos

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 03LW - Implementar sistema nacional de acompanhamento de denúncias e demandas recebidas pelas Ouvidorias de Segurança Pública e Defesa Social dos Estados

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 03LX - Implementar o Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos - #HumanizaRedes

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 03LY - Regulamentar a Política de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos com o objetivo de garantir os Direitos Humanos das pessoas atingidas por conflitos fundiários.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

Iniciativas

- 045J - Realização de ações de Ouvidoria Ativa por meio da implantação da Central de Monitoramento da resolutividade das demandas encaminhadas à Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos.
- 045K - Fomento à construção, implantação e aprimoramento de metodologia e sistemática operacional, inclusive canais permanentes de recebimento de denúncias, nas diversas temáticas e órgãos relacionados a violações direitos humanos.
- 045L - Apoio à criação e implementação de ouvidorias dos direitos humanos nos estados, Distrito Federal e municípios
- 045M - Fomento à qualificação dos mecanismos de recebimento de denúncia, buscando promover a acessibilidade dos mesmos
- 045N - Articulação para que as forças federais de segurança pública atuem no combate e na apuração dos crimes contra os direitos humanos, em especial aqueles cometidos por milícias e grupos de extermínio.
- 045O - Fortalecimento do fórum nacional de ouvidores de polícia.
- 045P - Construção de marco legal para a inserção da temática dos direitos humanos na organização e ampliação do controle externo de segurança pública na União, nos estados e no Distrito Federal
- 045Q - Criação do Portal do Observatório da Rede de Atendimento a Violações de Direitos Humanos.
- 045R - Estruturação da gestão dos conflitos fundiários urbanos no nível federal e incentivo a instâncias descentralizadas para prevenção e mediação de conflitos fundiários urbanos, por meio de ações de articulação, pesquisa, monitoramento e capacitação
- 045S - Ampliação e fortalecimento do Disque Direitos Humanos por meio da realização de acordos de cooperação operacional e pactuação de fluxos de rede
- 062C - Apoio ao reaparelhamento e informatização das Ouvidorias de Polícia para o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações de Controle da Atividade Policial e Direitos Humanos nos Órgãos de Segurança Pública e Defesa Social
- 045T - Apoio e acompanhamento da implementação de ouvidorias autônomas de polícias nos estados e no Governo Federal, alinhadas com a Política Nacional de Controle da Atividade Policial e Direitos Humanos nos Órgãos de Segurança Pública
- 045U - Fomento a mecanismos de denúncia, notificação e monitoramento da mortalidade e da violência na atividade policial.
- 06MT - Divulgação e ampliação do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na internet (#HumanizaRedes) por meio de ações educativas em direitos humanos

PROGRAMA: 2062 - Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Crianças e adolescentes afastados da situação de trabalho	unidade	31/12/2014	5.522,00
Crianças e adolescentes ameaçados de morte e familiares protegidos	unidade	31/12/2014	884,00
Crianças e adolescentes de 5 a 15 anos de idade ocupados	unidade	30/09/2013	1.312.989,00
Índice de homicídios na adolescência (a cada mil adolescentes)	1/1.000	28/01/2014	3,32
Número de adolescentes internos no sistema socioeducativo	unidade	31/12/2014	20.532,00
Percentual de crianças e adolescentes de famílias com benefícios de transferência de renda devido ao trabalho infantil, com frequência suficiente aos serviços do PETI	%	31/12/2012	35,00
Relação entre adolescentes cumprindo medidas socioeducativas em programas de meio-aberto/ fechado	unidade	31/12/2014	4,28
Taxa de frequência à creche ou pré-escola de crianças de 0 a 5 anos, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	30/09/2013	33,85
Taxa de frequência líquida ao ensino fundamental das pessoas de 6 a 14 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	30/09/2013	90,76
Taxa de frequência líquida ao ensino médio das pessoas de 15 a 17 anos de idade, com rendimento mensal familiar per capita abaixo da linha da extrema pobreza	%	30/09/2013	36,10
Taxa de mortalidade infantil	1/1.000	31/12/2011	15,30

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**46.543**	**107.377**
Despesas Correntes	26.813	40.179
Despesas de Capital	19.729	67.198
Recursos Extraorçamentários	**323.415**	**1.097.969**
Gastos Tributários	323.415	1.097.969
Valores Globais	**369.957**	**1.205.346**
	1.575.303	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0259 - Coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 00GM - Institucionalizar o Sistema de Garantia de Direitos de crianças e adolescentes, de modo a dar organicidade e fortalecer a política nacional dos direitos da criança e do adolescente

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00GO - Desenvolver e promover a implementação da Agenda de Convergência no contexto de Obras e Empreendimentos.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00GS - Aprimorar e disseminar a implementação da Agenda de Convergência Proteja Brasil no contexto de grandes eventos.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00GU - Fortalecer a Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente e promover a sua implementação nos Estados e no Distrito Federal.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04CQ - Fortalecer a atuação dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, dos Conselhos Tutelares e demais instâncias de participação e controle social.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04CR - Gerir, produzir e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre a política nacional dos direitos da criança e do adolescente em articulação com as esferas estadual, do Distrito Federal e municipal, incluindo a integração e o aprimoramento dos sistemas de informação.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04CS - Articular ações de educação aos integrantes do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) sobre a política e a temática de direitos da criança e do adolescente.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

- 00T9 - Estabelecimento de instâncias para articulação intersetorial, interinstitucional e interfederativa, e fortalecimento da gestão da política nacional dos direitos da criança e do adolescente.
- 00TA - Articulação para implementar o Protocolo Nacional Conjunto para Proteção Integral de Crianças e Adolescentes em Situação de Riscos e Desastres.
- 00TC - Promoção de ações para garantir os direitos das crianças e adolescente migrantes e de regiões de fronteiras e suas famílias.
- 00TE - Promoção da participação cidadã de crianças e adolescentes nas instâncias de formulação e deliberação das políticas voltadas para os seus direitos.
- 00TJ - Elaboração e implementação de parâmetros de atendimento de crianças e adolescentes pela rede de proteção.
- 00TK - Aprimoramento dos mecanismos de execução dos recursos voltados para a política nacional de direitos de crianças e adolescentes, inclusive do Fundo Nacional da Criança e do Adolescente.
- 00TL - Proposição e incidência para a aprovação do marco legal regulatório das atribuições e funcionamento dos Conselhos Tutelares.
- 00TN - Disponibilização de conjuntos de equipamentos para qualificação do funcionamento dos Conselhos Tutelares, com vistas à universalização.
- 00TO - Apoio à construção de Conselho Tutelar Modelo com base em projeto arquitetônico padrão.
- 00TP - Incentivo às instâncias de participação social no âmbito do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente.
- 05HA - Sensibilização e mobilização da sociedade para a promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente por meio do desenvolvimento de campanhas anuais.
- 05HB - Fomento às Escolas de Conselhos nas 27 unidades federadas.
- 05HC - Fomento à Escola Nacional de Socioeducação.
- 05HD - Apoio às ações de formação de profissionais das redes de atendimento a crianças e adolescentes, com informações atualizadas sobre os diferentes aspectos de promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

OBJETIVO: 0260 - Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 00GW - Aperfeiçoar e implementar o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00GX - Promover a integração e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00GY - Estruturar e articular ações intersetoriais para o enfrentamento da violência letal e para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00GZ - Fomentar, articular e integrar iniciativas para garantir a proteção integral de crianças e adolescentes com direito à convivência familiar e comunitária ameaçado ou restrito

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00H0 - Promover a integração e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e com direitos violados, ameaçados ou restritos.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 00H3 - Coordenar as ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador .

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

- 00TX - Promoção da implementação dos parâmetros de segurança, arquitetônico, de gestão e socioeducativo do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), em articulação com estados, Distrito Federal e municípios.
- 0659 - Articulação para fomentar a educação integral e a qualificação profissional no Sistema Socioeducativo
- 00TY - Instituição de mecanismos de cofinanciamento da infraestrutura e do atendimento socioeducativo junto a municípios, estados e Distrito Federal.
- 00TZ - Implantação do sistema nacional de avaliação do SINASE.
- 00U1 - Fomento a estudos, pesquisas e projetos relacionados à compreensão do fenômeno da violência sexual contra crianças e adolescentes.
- 05HF - Elaboração e aprovação de plano nacional visando ao enfrentamento da violência letal contra Crianças e Adolescentes e coordenação da sua implantação, de forma a garantir a integração de ações e políticas voltadas para esse fim.
- 05HG - Incentivo à implementação de serviços de famílias acolhedoras, como alternativa de acolhimento a crianças e adolescentes que necessitem de afastamento temporário da família de origem.
- 05HH - Articulação de ações para a promoção da autonomia do adolescente por ocasião do desligamento de programas de acolhimento.
- 05HI - Promoção de ações formativas e educativas de prevenção de violências e acidentes com crianças e adolescentes no âmbito familiar e institucional.
- 05HJ - Articulação e apoio às ações de identificação e localização de crianças e adolescentes desaparecidos e para atendimento das suas famílias.
- 05HK - Ampliação das ações de fortalecimento de vínculos de crianças e adolescentes e seus familiares e referentes encarcerados.
- 05HL - Desenvolvimento de metodologias de atendimento integrado, considerando as especificidades de crianças e adolescentes indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais, habitantes de áreas remotas, em situação de rua, de uso e abuso de álcool e outras drogas, em sofrimento psíquico, com deficiência e para adolescentes LGBT, entre outros.
- 05HM - Estímulo às adoções de crianças e adolescente que têm sido preteridos pelos pretendentes a adoção: afrodescendentes, com deficiência, crianças fora da primeira infância e adolescentes, com necessidades específicas de saúde, grupos de irmãos, entre outros.

PROGRAMA: 2065 - Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Coeficiente de mortalidade infantil indígena	1/1.000	31/12/2013	43,46
Incidência Parasitária Anual (IPA) de Malária nos 25 Distritos Sanitários Especiais Indígenas da Amazônia Legal	1/1.000	31/12/2014	78,00
Número de terras indígenas regularizadas e na posse plena dos índios	unidade	31/10/2014	386,00
Percentual de aldeias com tratamento de água	%	31/12/2014	36,50
Percentual de baixo peso em gestantes indígenas	%	31/12/2014	12,40
Percentual de Déficit Nutricional em crianças indígenas menores de 5 anos	%	31/12/2014	8,80

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.560.121**	**5.011.904**
Despesas Correntes	1.434.241	4.659.022
Despesas de Capital	125.880	352.882
Recursos Extraorçamentários	**31.530**	**76.258**
Crédito e Demais Fontes	31.530	76.258
Valores Globais	**1.591.651**	**5.088.162**
	6.679.813	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0962 - Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 03KJ - Ampliar de 76% em 2014 para 85% as crianças menores de 5 anos com esquema vacinal completo de acordo com o calendário indígena de vacinação

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04G5 - Ampliar de 83% em 2013 para 90% as gestantes indígenas com acesso ao pré-natal

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04IU - Alcançar 70% das crianças indígenas menores de 1 ano com acesso às consultas preconizadas de crescimento e desenvolvimento

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04IV - Ampliar de 38,6% em 2014 para 60% a cobertura da população indígena com Primeira Consulta Odontológica Programática

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04IX - Reformar e/ou ampliar 250 sistemas de abastecimento de água em aldeias

  Órgão responsável: Ministério da Saúde



- 04IY - Implantar em 148 aldeias a destinação final adequada dos dejetos

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 03KM - Implantar 281 sistemas de abastecimento de água em aldeias com população acima de 50 habitantes

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 03YW - Reformar e/ou ampliar 26 Casas de Saúde Indígena (CASAI)

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04IW - Ampliar de 68% em 2014 para 90% as crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas pela vigilância alimentar e nutricional

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 05WM - Realização da 6ª Conferência Nacional de Saúde Indígena

OBJETIVO: 1012 - Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 0413 - Articular a apropriação das especificidades dos povos indígenas, visando à qualificação das políticas públicas, em especial as de segurança alimentar, educação escolar indígena, habitação, energia, previdência social, assistência social, saúde e cultura.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0414 - Propor diretrizes para o reconhecimento de direitos dos povos indígenas considerando a documentação básica, em especial o Registro Civil de Nascimento, sobretudo em região de fronteira.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0415 - Promover e apoiar processos educativos próprios dos povos indígenas voltados ao fortalecimento de sua autonomia, bem como à valorização de suas culturas, línguas, identidades étnicas e formas de organização social.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0416 - Fomentar e apoiar ações de transversalização da temática de gênero e geracional nas políticas públicas que contemplem povos indígenas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0417 - Apoiar a mobilização e participação de indígenas, em espaços de governança, promovendo processos de formação e informação no âmbito dos direitos dos povos indígenas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 0418 - Criar e implementar 7 programas específicos de promoção e proteção dos direitos dos povos indígenas considerados de recente contato.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041F - Apoiar 30 projetos de infraestrutura comunitária para os povos indígenas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 04LH - Apoio à formação de indígenas para o controle social das políticas públicas que os contemplem, em especial as de educação escolar indígena, saúde e assistência social.

- 04LI - Fomento e apoio às demandas das comunidades indígenas para elaboração e implementação de projetos político-pedagógicos e currículos escolares.

- 04LJ - Acompanhamento e subsídio das comunidades indígenas em processos de consulta livre, prévia e informada.



- 04LK - Fomento à produção e à elaboração de projetos de materiais didáticos e paradidáticos específicos em línguas indígenas.
- 04LP - Articulação para o aprimoramento de políticas públicas, programas e ações de enfrentamento à violência, considerando as especificidades de gênero e geração, étnico-cultural e territorial dos povos indígenas.
- 04LQ - Elaboração de diagnósticos socioculturais que orientem a construção e execução dos programas específicos voltados aos povos indígenas de recente contato.
- 04LR - Contribuição para elaboração de marco legal da ação de distribuição de alimentos com foco no direito humano à alimentação adequada considerando as especificidades indígenas.
- 04LS - Contribuição para o aprimoramento de mecanismos de avaliação da insegurança alimentar entre os povos indígenas.
- 04LT - Normatização do acompanhamento da saúde indígena pela Funai.
- 04LU - Proposição de adequações na política previdenciária para indígenas.
- 04LV - Atuação em cooperação com os países que fazem fronteira com o Brasil, com o intuito de regulamentar e promover políticas de proteção dos direitos dos povos indígenas.
- 04LW - Orientação para a adoção das formas próprias de construção dos povos indígenas na execução de obras de infraestrutura comunitária nas diversas políticas públicas.
- 04LX - Elaboração de propostas para definição de competências na área de segurança pública dentro das terras indígenas.

OBJETIVO: 1013 - Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 0419 - Apresentar pelo menos 400 manifestações técnicas conclusivas em processos de licenciamento ambiental, nas suas diversas etapas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041A - Reverter situações de arrendamento em pelo menos 5 terras indígenas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041B - Atender 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados à segurança alimentar e nutricional e à geração de renda.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041C - Executar ou apoiar pelo menos 30 projetos de recuperação e conservação ambiental em terras indígenas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041D - Apoiar a elaboração e revisão de 20 Planos de Gestão Territorial e Ambiental - PGTA's e a implementação de ações integradas em 40 terras indígenas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041E - Articular a apropriação das especificidades dos povos indígenas, visando à qualificação das políticas territoriais e ambientais.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 041G - Promover e apoiar iniciativas de qualificação das políticas públicas e das ações da agricultura familiar, garantindo atendimento à especificidades indígenas.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04LY - Aprimoramento do procedimento de análise e manifestação dos processos de licenciamento ambiental da Funai, tendo por base as normativas expressas na Portaria Interministerial nº 60/15 e a Instrução Normativa nº 02/2015.
- 04LZ - Publicação e divulgação do manual de procedimentos da Funai sobre o componente indígena no licenciamento ambiental.



- 04M0 - Definição de normas e procedimentos a serem utilizados na regularização de passivos ambientais em terras indígenas.
- 04M1 - Avaliação do uso da Renda do Patrimônio Indígena nos processos de licenciamento ambiental em terras indígenas.
- 04M2 - Elaboração de normativa específica para orientar o ordenamento ambiental de atividades produtivas de iniciativa dos indígenas.
- 04M3 - Proposição de normativa referente à atuação de agentes indígenas de Assistência Técnica e Extensão Rural.
- 04M4 - Aprimoramento de mecanismos interministeriais de apoio e financiamento direto para projetos de etnodesenvolvimento elaborados por organizações indígenas.
- 04M5 - Implementação de experiências de agregação de valor e geração de renda por meio de selos de identificação de origem e/ou processos de certificação.
- 04M6 - Realização, nos termos do artigo 8º do Decreto n º 7.747, de 5 de junho de 2012, da Conferência Nacional da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI).
- 04M7 - Promoção da formação de representantes indígenas em gestão territorial e ambiental.
- 04M8 - Articulação da elaboração de instrumentos que promovam a gestão compartilhada em Terras Indígenas e Unidades de Conservação Federais.
- 04M9 - Contribuição para a criação e aperfeiçoamento de mecanismos para pagamento de serviços ambientais a povos indígenas.

OBJETIVO: 1014 - Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 040V - Constituir 6 reservas indígenas para atender os casos de maior vulnerabilidade de povos indígenas confinados territorialmente ou desprovidos de terras.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	1,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	3,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	2,00	unidade

- 040W - Delimitar 25 terras indígenas.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	10,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	5,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	10,00	unidade

- 040X - Elaborar 7 planos de proteção de povos indígenas isolados.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	7,00	unidade

- 040Y - Indenizar benfeitorias em pelo menos 800 ocupações de não-índios em 30 terras indígenas.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	324,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	288,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	188,00	unidade



• 040Z - Ampliar gradativamente de 180 para 250 o número de terras indígenas fiscalizadas anualmente, com vistas ao usufruto exclusivo das terras e de seus recursos pelos povos indígenas.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	65,00	percentual
Territórios Indígenas do Nordeste	10,00	percentual
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	25,00	percentual

• 0410 - Apoiar as ações de vigilância com participação indígena, ampliando gradativamente de 45 para 60 o número de terras indígenas atendidas anualmente.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	55,00	percentual
Territórios Indígenas do Nordeste	10,00	percentual
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	35,00	percentual

• 0411 - Realizar a demarcação física e georreferenciamento de 30 terras indígenas.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Territórios Indígenas da Amazônia Legal	7,00	unidade
Territórios Indígenas do Nordeste	5,00	unidade
Territórios Indígenas do Sudeste, Sul e Centro-Oeste	18,00	unidade

• 0412 - Promover o reassentamento de pelo menos 3000 ocupantes não índios de terras indígenas.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

• 04LC - Aprimoramento dos instrumentos de obtenção, análise, produção e monitoramento de informações espaciais, ambientais e territoriais de terras indígenas.

• 04LD - Regulamentação do poder de polícia da FUNAI.

• 04LE - Normatização do procedimento de constituição de reservas indígenas.

• 04LF - Estabelecimento de instrumentos de cooperação para combate ao desmatamento, incêndios florestais e demais ilícitos em terras indígenas.

• 04LG - Apoio aos programas de brigadas de prevenção e combate a incêndios em terras indígenas estabelecidos a partir de parcerias com órgãos ambientais.

• 04LL - Formação de 200 indígenas em cursos do Programa de Capacitação em Proteção Territorial.

• 04LM - Aprimoramento dos procedimentos metodológicos do sistema de proteção aos povos indígenas isolados, instituído pelas Portarias nº 1901, de 06/07/1987 e 1047, de 29 de agosto de 1988.

• 04LN - Realização de fiscalização ambiental nas terras indígenas visando ampliar a proteção dos povos indígenas.

OBJETIVO: 1015 - Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

• 03ZL - Desenvolver 40 projetos visando à formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de seus povos.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	15,00	unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	15,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

• 03ZM - Apoiar 160 produtos culturais, em conjunto com as unidades regionais da FUNAI.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	35,00	unidade
Região Nordeste	50,00	unidade
Região Norte	50,00	unidade
Região Sudeste	10,00	unidade
Região Sul	15,00	unidade

• 03ZN - Registrar, preservar e difundir 160 mil itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.

Órgão responsável: Ministério da Justiça

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	75.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	40.000,00	unidade
Região Sudeste	5.000,00	unidade
Região Sul	20.000,00	unidade

Iniciativas

• 04IX - Acordo de cooperação técnico-científica com instituições acadêmicas a fim de formar pesquisadores indígenas com o objetivo de qualificá-los para o manejo de ferramentas de registro de bens culturais.

• 04IY - Constituição de coleções etnográficas contemporâneas definidas pelos povos indígenas como relevantes para a preservação de suas culturas.

PROGRAMA: 2083 - Qualidade Ambiental

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Concentração de Dióxido de Enxofre (SO2)	Micrograma por m3	31/08/2014	5,00
Concentração de Dióxido de Nitrogênio (NO2)	Micrograma por m3	31/08/2014	77,00
Concentração de Material Particulado Inalável (MP10)	Micrograma por m3	31/08/2014	58,00
Licenças de Instalação Emitidas pelo IBAMA	unidade	31/12/2014	66,00
Licenças de Operação Emitidas pelo IBAMA	unidade	31/12/2014	100,00
Licenças Prévias Emitidas pelo IBAMA	unidade	31/12/2014	30,00
Número de autos de infração lavrados pelo IBAMA	unidade	31/12/2014	12.500,00
Número de embargos realizados pelo IBAMA decorrentes de infração ambiental	unidade	31/12/2014	4.000,00
Número de termos de apreensão, emitidos pelo IBAMA, de bens envolvidos em infração ambiental	unidade	31/12/2014	3.000,00
Percentual de municípios com coleta seletiva organizada por meio de cooperativas ou associações de catadores de materiais recicláveis	percentual	31/12/2013	11,40
Percentual de sanções pecuniárias cumpridas (multa paga) decorrentes de sanções ambientais apuradas pelo IBAMA	percentual	31/12/2014	25,00
Percentual eliminado das Bifenilas Policloradas (PCB) inventariadas	percentual		
Quantidade de agrotóxicos obsoletos eliminados	tonelada		
Quantidade de catadores de materiais recicláveis associados	quantidade	31/12/2013	22.412,00
Taxa de recuperação de materiais recicláveis (exceto matéria orgânica e rejeitos) em relação à quantidade total (rdo+ rpu) coletada	percentual	31/12/2013	1,80

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**136.997**	**367.146**
Despesas Correntes	123.417	339.280
Despesas de Capital	13.580	27.866
Recursos Extraorçamentários	**3.253**	**5.648**
Crédito e Demais Fontes	3.253	5.648
Valores Globais	**140.250**	**372.794**
	513.044	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	100.000

OBJETIVO: 1102 - Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 04DM - Elevar de 1,8% em 2013 para 3,6% em 2019 a taxa de recuperação de materiais recicláveis.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente



• 04LI - Elevar de 37%, em 2013, para 70% em 2019 o patamar da população brasileira beneficiada por Planos Municipais de Resíduos Sólidos.

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 04S6 - Fomentar e fortalecer 1.000 cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem

Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

Iniciativas

• 05J2 - Revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos conforme previsto na Lei nº 12.305/10

• 05J3 - Apoio à elaboração e revisão dos Planos de Resíduos Sólidos, em conformidade com a Lei nº 12.305/10.

• 05J4 - Aprimoramento do Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos – SINIR.

• 05J5 - Implantação do Sistema de Registro de Emissões e Transferência de Poluentes – RETP.

• 05J6 - Implantação de sistemas de logística reversa para cadeias de produtos ou embalagens e revisão de sistema anterior à Lei nº 12.305/10.

• 05J7 - Capacitação de técnicos e gestores municipais para a elaboração de Planos Simplificados de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (Educação à Distância).

• 05J8 - Implementação da Estratégia Nacional de Educação Ambiental e Comunicação Social na Gestão de Resíduos Sólidos.

• 05J9 - Implementação de plano de ação de formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos com a gestão de resíduos sólidos.

• 06NQ - Implementação das ações integradas para fomento e fortalecimento de associações, cooperativas e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis, por meio de formação, assessoria técnica, infraestrutura e logística em unidades de coleta, triagem, processamento e comercialização de resíduos.

OBJETIVO: 1103 - Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar.

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

• 04DS - Reduzir a concentração máxima de Material Particulado Inalável (MP10) para até 35 µg/m³ (média anual) em 2019

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 04DT - Reduzir a concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO2) para até 30 µg/m³ (média anual) em 2019

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 04DU - Reduzir a concentração máxima Dióxido de Nitrogênio (NO2) para até 50 µg/m³ (média anual) em 2019

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

• 05JD - Formulação de um Plano Nacional de Qualidade do Ar.

• 05JF - Concepção e implementação de um Programa Nacional de Inventários de Emissões Atmosféricas de Poluentes do Setor de Transportes (PRONIT).

• 05JG - Concepção e implementação de um Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial (PROCONPI).

• 05JI - Concepção e implementação de um Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr).

OBJETIVO: 1104 - Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente



Metas 2016-2019

- 04DW - Promover a eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04DX - Promover a eliminação de 50% das Bifenilas Policloradas (PCB) em 3 empresas do Setor Elétrico inventariadas

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 05JL - Desenvolvimento de estratégias para o fortalecimento institucional-legal e aprimoramento do controle da importação, produção e uso de substâncias e produtos químicos.
- 05JN - Elaboração do inventário de fontes e de emissões e liberações de mercúrio, no âmbito da Convenção de Minamata, por meio da aplicação de ferramenta de estimativa de emissões a partir de dados de processos industriais, uso de mercúrio em produtos e no garimpo.
- 05JP - Desenvolvimento de estratégias para a execução do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs) por meio da elaboração de instrumentos normativos, estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas e fortalecimento das capacidades nacionais para a gestão de químicos.
- 05JR - Implementação do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais envolvendo Produtos Químicos Perigosos (P2R2) por meio de apoio às Comissões Estaduais do P2R2 e de integração a outras políticas de gerenciamento de riscos.

OBJETIVO: 1105 - Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 04E2 - Publicar e divulgar 50 perfis ambientais de substâncias químicas e agentes biológicos perigosos.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04E3 - Implementar o Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal - SIGA.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04E9 - Realizar 1.600 ações de fiscalização ambiental em todo o território nacional.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04EA - Instaurar 50.000 processos administrativos de apuração de infração ambiental.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04EB - Julgar 60.000 processos administrativos de apuração de infração ambiental.

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 05KB - Avaliação ambiental de substâncias químicas e agentes biológicos, utilizados com a finalidade de controle de organismos considerados nocivos.
- 05KC - Aprimoramento da geração, divulgação e comunicação das informações sobre a qualidade ambiental, mediante publicação de boletins, relatórios e periódicos nos diversos meios de comunicação, bem como o fornecimento de subsídios a indicadores e índices ambientais.
- 05KD - Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle voltados para a prevenção da contaminação e da poluição ambiental, mediante coleta e tratamento de dados e informações existentes em diversos sistemas de informação, de maneira a aprimorar o processo de tomada de decisão.



• 05KE - Elaboração do Programa de Monitoramento da Qualidade Ambiental para ser aplicado após acidentes com produtos perigosos.

• 05KF - Conclusão do Programa de Gestão de Riscos para Portos e Terminais.

• 05KG - Fiscalização ambiental para coibir infrações contra a flora, especialmente aquelas relacionadas ao desmatamento e à exploração de produtos florestais, com ênfase na Amazônia.

• 05QH - Fiscalização ambiental para coibir as infrações contra a biodiversidade, especialmente aquelas relacionadas à fauna, aos recursos pesqueiros, ao acesso ao patrimônio genético e aos organismos geneticamente modificados.

• 05QI - Fiscalização ambiental para coibir infrações relacionadas ao transporte de produtos perigosos, às emissões de poluentes da atmosfera, à produção, comércio e uso de substâncias químicas e de produtos perigosos, ao Cadastro Técnico Federal e, ao licenciamento ambiental de atividades e empreendimentos.

• 05QJ - Fiscalização ambiental para coibir as infrações transnacionais, especialmente em áreas aduaneiras, área de fronteira, portos, aeroportos e a implementação de unidades organizacionais nessas áreas.

• 05QK - Fiscalização ambiental para coibir as infrações em terras da União, especialmente em terras indígenas.

• 05QL - Promoção de infraestrutura, meios operacionais, serviços especializados, soluções de informática, logística para apreensões e capacitação para o aprimoramento e fortalecimento da fiscalização ambiental.

• 05QM - Implementação de sistema eletrônico de apuração de infração ambiental.

• 05TR - Revisão da IN Ibama nº 184/2008 que define as regras gerais de licenciamento ambiental federal.

• 05TS - Revisão do mecanismo de cobrança no Licenciamento Ambiental Federal - LAF.

• 05TT - Publicação do normativo sobre transparência e participação social no LAF.

• 05TU - Publicação do normativo sobre licenciamento de empreendimentos nucleares e radioativos.

• 05TV - Revisão do mecanismo de coleta e captura de fauna.

• 05TW - Regularização dos empreendimentos acolhidos pelo Decreto nº 8437/2015.

• 05TX - Regularização dos empreendimentos nucleares e radioativos acolhidos pela LC 1401- Revisão da IN Ibama nº 184/2008.

• 05TZ - Atualização e aperfeiçoamento dos mapas temáticos do módulo FCA (Ficha de caracterização ambiental).

• 05U4 - Implantação do módulo área do empreendedor no SIGA.

• 05U5 - Conclusão do levantamento, desenvolvimento e implantação do módulo de licenciamento ambiental no SIGA.

• 05U9 - Documentação, desenvolvimento e implantação do módulo de impacto ambiental e do módulo externo do licenciamento de impacto ambiental, no SIGA.

• 05UA - Pactuação com as 27 unidades da federação da institucionalização e aprimoramento do Portal Nacional do Licenciamento Ambiental (PNLA), que integra as bases de dados de licenciamento ambiental dos órgãos integrantes do SISNAMA (Estaduais, Distrital e Federal).

• 05UB - Produção e difusão de informações ambientais de caráter educativo referente à IN IBAMA nº 02/2012.

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Capacidade de reservação de água per capita	m3/hab	31/12/2013	3.607,00
Capacidade do reservatório equivalente - Brasil (inclui reservatórios do setor elétrico)	milhão de m³	31/12/2014	567.445,00
Capacidade do reservatório equivalente - Nordeste	milhão de m³	15/06/2015	38.010,08
Percentual da extensão de rio onde a relação demanda / disponibilidade hídrica é preocupante, crítica ou muito crítica	percentual	31/12/2011	24,00
Percentual do território com comitês de bacias hidrográficas interestaduais instalados	percentual	31/12/2014	15,74
Percentual do território com planos de bacias hidrográficas interestaduais elaborados	percentual	31/12/2014	55,00
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Brasil	%	31/12/2014	53,42
Proporção entre o volume armazenado no reservatório equivalente e sua capacidade - Nordeste (incluindo reservatórios de qualquer capacidade)	%	15/06/2015	24,90
Qualidade das águas - percentual da extensão de rio em situação ruim, péssima, ou razoável	percentual	31/12/2012	8,00
Relação percentual entre vazão total outorgada e vazão total retirada para atendimento aos usos consuntivos em rios federais (demanda existente estimada)	percentual	31/12/2011	64,00
Vazão outorgada acumulada em rios de domínio da União	m³/s	31/12/2014	4.235,96

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.256.632**	**11.443.865**
Despesas Correntes	262.340	1.461.578
Despesas de Capital	2.994.292	9.982.287
Recursos Extraorçamentários	**5.500**	**11.500**
Crédito e Demais Fontes	5.500	11.500
Valores Globais	**3.262.132**	**11.455.365**
	14.717.497	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	250.000

OBJETIVO: 1025 - Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 041L - Implementar regras de uso da água em 5 bacias ou sistemas hídricos interestaduais com criticidade quali-quantitativa

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 041M - Implementar as ações de gestão previstas em planos de recursos hídricos de 2 bacias interestaduais

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	1,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Atlântico Nordeste Oriental	1,00	unidade

• 041N - Disponibilizar dados padronizados de qualidade de água no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos – SNIRH, no âmbito do Programa Qualiágua, de 16 Unidades da Federação

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	4,00	unidade
Região Nordeste	6,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

• 041O - Ampliar de 21% para 30% a Rede Hidrometeorológica automatizada com transmissão de dados em tempo real

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

• 041P - Ampliar de 58% para 100% a cobertura do território nacional com Planos Estaduais de Recursos Hídricos

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,80	percentual
Região Norte	36,60	percentual
Região Sudeste	0,50	percentual
Região Sul	1,10	percentual

• 041Q - Elaborar 3 planos de bacias interestaduais, e respectivos estudos de enquadramento

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Hidrográfica Paraguai	1,00	unidade
Região Hidrográfica Paraná	2,00	unidade

Iniciativas

• 04MM - Ampliação da quantidade de dados e informações disponíveis à sociedade no Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH

• 04MN - Aprimoramento e expansão de dados e informações de volume de água do Sistema de Acompanhamento de Reservatórios – SAR

• 04MO - Realização da batimetria dos principais reservatórios federais de usos múltiplos

• 04MQ - Ampliação da cooperação e do intercâmbio de informações hidrológicas e de recursos hídricos entre os Países da Bacia Amazônica

• 04MR - Execução de campanhas de regularização de usos dos setores de hidroenergia, saneamento, irrigação e indústria, em bacias interestaduais com criticidade quali-quantitativa

• 04MS - Automação e regulamentação de novos procedimentos e critérios de outorga em bacias críticas e setores usuários específicos

• 04MT - Otimização da operação de reservatórios por meio da revisão de condições gerais e restrições operativas definidas em outorgas e do apoio a eventuais adaptações de usos da água

• 04MU - Definição de regras operacionais em reservatórios e sistemas hídricos estratégicos para a compatibilização dos usos múltiplos da água, principalmente em situações de conflito de uso e escassez hídrica

• 04MV - Implementação de regras de alocação de água e proposta de descentralização da gestão de açudes da região semiárida

• 04MW - Regulamentação e apoio técnico à operação e manutenção dos serviços de adução e reservação de água bruta, incluindo o Projeto de Integração do São Francisco - PISF, açudes, perímetros irrigados e sistemas adutores

• 04MX - Avaliação da contribuição das águas subterrâneas na vazão do rio em bacia de rio de domínio da União, de forma a orientar a tomada de decisão integrada na aplicação de instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídrico (PNRH).

• 04MY - Avaliação do efeito da cobrança pelo uso da água nas bacias dos rios Piracicaba-Capivari-Jundiaí (PCJ) e do São Francisco

• 04MZ - Formação e capacitação de recursos humanos no âmbito do Sistema Nacional de Gerenciamento de

Recursos Hídricos (SINGREH) para a participação da sociedade na gestão das águas superficiais e subterrâneas

- 04N0 - Divulgação anual no Relatório de Conjuntura, da avaliação da rede de monitoramento e da situação quali-quantitativa dos recursos hídricos do país
- 04N1 - Apoio e acompanhamento da elaboração e revisão dos planos estaduais de recursos hídricos, articulados ao Plano Nacional de Recursos Hídricos
- 04N2 - Revisão e acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, envolvendo os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH) e a sociedade
- 04N3 - Proposição de estratégias para promover o enquadramento dos corpos hídricos de domínio da União
- 04N4 - Estruturação de um programa de monitoramento dos impactos da expansão urbana e da atividade (intensificação) agrícola sobre a disponibilidade (produção) de água a partir da integração de sistemas automáticos de coleta de dados, geotecnologias, dados de satélite e elaboração de cenários futuros para a gestão dos recursos hídricos
- 04N5 - Elaboração de estudos de gestão de riscos de eventos hidrológicos críticos em bacias prioritárias para o monitoramento hidrometeorológico
- 04N6 - Elaboração de 3 estudos de balanço hídrico em bacias críticas para subsidiar a implementação de instrumentos de gestão
- 04N7 - Fomento à elaboração de Planos de Contingência para escassez hídrica

OBJETIVO: 1026 - Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 041U - Publicar o Atlas Brasil de Despoluição de Bacias Hidrográficas: Tratamento de Esgotos Urbanos, como subsídio para os investimentos em coleta e tratamento de esgotos

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 041V - Atualizar o Atlas Brasil - Abastecimento Urbano de Água, como subsídio para os investimentos em sistemas de abastecimento das cidades

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 041W - Avançar nas metas estaduais referentes à Capacitação setorial, Cadastro de usuários, Monitoramento hidrometeorológico, Monitoramento da qualidade da água e Outorga em 20 unidades da federação, no âmbito do Programa de Consolidação do Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 04NF - Apoio técnico e financeiro ao funcionamento de Comitês em bacias interestaduais.
- 04NG - Elaboração de diagnóstico sobre o uso da água na irrigação e na indústria para subsidiar a oferta de água e a gestão da demanda.
- 04NH - Apoio técnico aos Estados para gestão das águas subterrâneas com foco na gestão integrada de águas subterrâneas e superficiais.
- 04NI - Promoção da Integração federativa para a gestão das águas subterrâneas e dos recursos hídricos fronteiriços e transfronteiriços.
- 04NJ - Melhoria da articulação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH com os entes do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC e com os demais órgãos responsáveis pela gestão de desastres nos níveis federal e estadual.
- 04NK - Aprimoramento da metodologia de avaliação dos sistemas estaduais de gestão de recursos hídricos.
- 04NL - Elaboração de novo programa de fortalecimento dos órgãos gestores estaduais de recursos hídricos – PROGESTÃO II.
- 04NM - Coordenação da operacionalização do Monitor de Secas do Nordeste, em conjunto com os órgãos federais e estaduais responsáveis pelo monitoramento hidrometeorológico e pela gestão de recursos hídricos, visando ao acompanhamento de secas e de medidas de prevenção e mitigação associadas.



- 04NN - Integração das bases de dados estaduais, visando à inserção no Cadastro Nacional de Usuários de Recursos Hídricos – CNARH, de usuários regularizados pelos Estados.
- 04NO - Elaboração do Programa de Fortalecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas – Pró-Comitês.
- 04NP - Realização de estudo visando à integração do planejamento de recursos hídricos com o de setores usuários, com foco nas regiões metropolitanas de RJ, SP, MG e PR.

OBJETIVO: 1027 - Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas

Órgão Responsável: Ministério do Meio Ambiente

Metas 2016-2019

- 041X - Reduzir os níveis de poluição hídrica pela remoção de 72.000 toneladas de carga poluidora de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO) lançadas nos rios, por meio do pagamento pelo esgoto tratado, no âmbito do Programa Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 0423 - Conservar e recuperar 8.000 hectares de solos, matas ciliares e áreas de nascentes no âmbito do Programa Produtor de Água

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 04NQ - Estruturação de programa de recuperação de áreas de preservação permanente em sub-bacias hidrográficas cujos trechos de rios sejam considerados prioritários para a conservação dos recursos hídricos
- 04NR - Promoção da implementação de projetos-piloto de reuso e de uso racional da água
- 04NY - Recuperação e conservação de água, solo e recursos florestais para revitalização das bacias dos rios São Francisco, Parnaíba, Itapecuru e Mearim
- 04NZ - Acompanhamento, avaliação e regionalização de ações prioritárias em bacias hidrográficas intensamente degradadas
- 05G9 - Implementação de plano de ação de formação e capacitação de educadores ambientais, gestores e demais públicos envolvidos com a agenda Recursos Hídricos
- 06LC - Reestruturação do Comitê Gestor para articulação das ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco

OBJETIVO: 0549 - Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 01LN - Implementar o modelo de gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 01LL - Elaborar o marco legal da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 01LM - Concluir o Plano Nacional de Segurança Hídrica, por meio do diagnóstico da infraestrutura hídrica do País e da definição de critérios para a priorização e seleção de investimentos

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 044A - Concluir o Plano Nacional de Reabilitação de Barragens da União - Planerb

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas



- 023J - Elaboração de proposta de carteira de investimentos estratégicos em infraestrutura hídrica
- 023K - Elaboração do Cadastro Nacional de Infraestruturas Hídricas
- 04TY - Elaboração de modelo de cobrança pelo uso da infraestrutura hídrica da União, para custear sua operação e manutenção
- 04TZ - Elaboração de modelo para transferir infraestruturas hídricas da União para outros entes

OBJETIVO: 0479 - Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 044C - Concluir a implantação dos Eixos Norte e Leste do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

- 016Z - Ampliar a capacidade de reservação de água bruta em 1.939,7 milhões de m³

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1.667,70	milhão de metros cúbicos
Região Sul	272,00	milhão de metros cúbicos

- 044B - Ampliar a capacidade de adução de água bruta em 97,3 m³/s

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	96,10	metros cúbicos por segundo
Região Sul	1,20	metros cúbicos por segundo

Iniciativas

- 01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco - Eixo Norte (CE/PB/PE/RN)
- 04U0 - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – Eixo Leste (PB/PE)
- 01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)
- 04HB - Implantação do Ramal do Agreste (PE)
- 01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)
- 06HV - Implantação do Canal Xingó (BA/SE)
- 01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)
- 04H9 - Implantação do Ramal do Apodi (CE/PB/RN)
- 01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)
- 04HA - Implantação do Ramal do Entremontes (PE)
- 01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)
- 01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)
- 01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)
- 01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)
- 01LM - Implantação e ampliação de empreendimentos de infraestrutura para a segurança hídrica
- 04FL - Implantação da Adutora do Pajeú (PB/PE)

- 04U1 - Elaboração de estudos e projetos de empreendimentos de infraestrutura para a segurança hídrica
- 04CS - Implantação da Barragem Berizal no Rio Pardo (MG)
- 04EM - Ampliação do Sistema Adutor do Oeste (PE)
- 04IF - Implantação do Ramal do Salgado (CE)
- 04U2 - Implantação do Ramal Piancó (PB)
- 05NM - Implantação da Barragem Cruzeiro (BA)
- 05NU - Implantação da Barragem Poço Comprido (CE)
- 06SP - Implantação da Adutora Chapecozinho (SC)

OBJETIVO: 0480 - Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção

Órgão Responsável: Ministério da Integração Nacional

Metas 2016-2019

- 0171 - Recuperar 19 infraestruturas hídricas

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	19,00	unidade

- 04FL - Realizar a regularização fundiária, ambiental, de outorga e de segurança de 11 barragens da União

Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	11,00	unidade

- 04FN - Desenvolver e implantar o Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens - SNISB

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Iniciativas

- 01LO - Operação e manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF
- 01LP - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)
- 05OZ - Operação e manutenção de infraestruturas hídricas
- 05P0 - Recuperação e regularização de infraestruturas hídricas

OBJETIVO: 1024 - Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas

Órgão Responsável: Ministério de Minas e Energia

Metas 2016-2019

- 040P - Ampliar a Rede Nacional Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS com a inclusão de 280 novos poços

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	unidade
Região Nordeste	130,00	unidade
Região Norte	60,00	unidade
Região Sudeste	35,00	unidade
Região Sul	25,00	unidade



• 040Q - Ampliar a base de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS por meio da inclusão de 44.000 novos poços

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3.000,00	unidade
Região Nordeste	20.000,00	unidade
Região Norte	4.000,00	unidade
Região Sudeste	7.000,00	unidade
Região Sul	10.000,00	unidade

• 040R - Elaborar 20 mapas de água subterrânea (diversas escalas) em ambiência regional, nacional e internacional, com base no desenvolvimento de pesquisas e estudos hidrogeológicos

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	7,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

• 040S - Desenvolver três estudos hidrológicos integrados, visando o entendimento da dinâmica hídrica chuva-água subterrânea-água superficial, utilizando novas tecnologias de coleta e medições

Órgão responsável: Ministério de Minas e Energia

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1,00	unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

• 040T - Realizar o diagnóstico de água subterrânea de duas Regiões Metropolitanas, nas quais essa fonte é componente relevante no abastecimento, incluindo plano de gestão, estratégias de ampliação da oferta e avaliação da vulnerabilidade natural à contaminação

Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade

Iniciativas

• 04KX - Articulação interinstitucional visando o planejamento, a ampliação e a operação da Rede Nacional Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas - RIMAS para a integração do monitoramento de águas superficiais e subterrâneas

• 04L0 - Implantação do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS em seis países ibero-americanos, por meio da formalização de acordos internacionais de cooperação

• 04KW - Celebração de termos de cooperação com secretarias estaduais de recursos hídricos ou com companhias de saneamento, visando a cessão de poços dedicados ao monitoramento

• 04KY - Perfuração e instrumentalização de poços dedicados ao monitoramento

• 04KZ - Ampliação dos instrumentos de cooperação com órgãos gestores Estaduais e Federal, além de intervenientes em recursos hídricos em geral, para obtenção de dados hidrogeológicos

• 04L1 - Realização de estudos hidrogeológicos integrados em aquíferos de bacias hidrográficas de rios de domínio da União

• 04L2 - Desenvolvimento de pesquisas para definição da potencialidade para produção de água em aquíferos localizados em zonas de escassez (semiárido)

• 04L3 - Avaliação da disponibilidade hídrica subterrânea para áreas urbanas de municípios da Região Nordeste

• 04L4 - Difusão da metodologia para a elaboração de mapas hidrogeológicos em países da Ibero-América

• 04L5 - Realização de estudos hidrológicos integrados no Aquífero Urucuia e em bacias hidrográficas associadas, visando a determinação da contribuição da água subterrânea para a vazão do Rio São Francisco



- 04L6 - Realização de estudos em bacias hidrográficas para o desenvolvimento de modelos da dinâmica da água, que podem ser aplicados em áreas correlatas
- 04L7 - Melhoria da precisão da informação hidrológica por meio da implantação de um centro de aferição e calibração de equipamentos
- 04L8 - Disseminação no Brasil e na América do Sul da aplicação de isótopos na hidrologia para avaliação do conhecimento sobre o comportamento do ciclo da água com apoio da International Atomic Energy Agency - IAEA
- 04L9 - Estruturação do Laboratório de Pesquisas Minerais - LAMIN para a realização de análises isotópicas
- 04LB - Difusão de 36 relatórios e prognósticos para subsidiar a utilização de águas subterrâneas na mitigação de eventos hidrológicos críticos
- 04LA - Ampliação de rede de monitoramento hidrogeológico para obtenção de dados relacionados a estiagens e secas

PROGRAMA: 2085 - Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Percentual de adolescentes internos nas unidades do Sistema Socioeducativo em meio fechado com problemas decorrentes do uso e/ou comércio ilegal do álcool de álcool e outras drogas	%	31/12/2013	24,81
Percentual de escolares de 9º ano que já experimentaram bebida alcoólica alguma vez	%	31/12/2012	66,60
Percentual de escolares de 9º ano que já experimentaram cigarro alguma vez	%	31/12/2012	19,60
Proporção de municípios abaixo de 20 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	16/07/2015	55,66
Proporção de municípios com mais de 150 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	30/04/2015	19,05
Proporção de municípios entre 20 e 70 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	16/07/2015	41,91
Proporção de municípios entre 70 e 150 mil habitantes com oferta de rede mínima de cuidado	%	16/07/2015	19,92

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**153.999**	**504.838**
Despesas Correntes	149.899	491.397
Despesas de Capital	4.100	13.441
Valores Globais	**153.999**	**504.838**
	658.837	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	20.000

OBJETIVO: 1071 - Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 04D7 - Ampliar e qualificar canais de comunicação com capacidade de interatividade e intervenção para a prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04D8 - Formar 50% dos conselheiros tutelares e de direito e profissionais do Sistema Socioeducativo do meio fechado para prevenção ao uso de álcool e outras drogas.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

- 04D9 - Promover a qualificação da rede socioassistencial em ações intersetoriais para prevenção ao uso de álcool e outras drogas em 1.008 municípios.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 04DA - Promover ações intersetoriais de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em escolas públicas de educação básica, em articulação com estados, municípios e o Distrito Federal.

  Órgão responsável: Ministério da Educação

Iniciativas

- 05IF - Reestruturação do serviço de teleatendimento "Ligue 132“ que difunde informações sobre drogas e realiza acompanhamento do usuário.
- 05IG - Implementação do Portal de prevenção ao uso problemático de álcool e outras drogas, que contemple mecanismos de interatividade e intervenção breve.
- 05IH - Pesquisa e avaliação dos programas de prevenção baseados no fortalecimento de fatores de proteção por meio do desenvolvimento de habilidades pessoais e sociais.
- 05II - Instituição de grupo interministerial para formular e implementar estratégias específicas de prevenção ao uso de álcool e outras drogas.
- 05IJ - Promoção de ações específicas para juventude, nos espaços escolares, acadêmicos e comunitários, de prevenção de problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas.
- 06JM - Oferta do Programa de prevenção ao uso de drogas #Tamojunto para educandos de 7ª série/8º ano em escolas (municipais e estaduais) da rede pública nos municípios com mais de 200.000 habitantes.
- 06JN - Formação de profissionais para implementar o Programa de prevenção ao uso de álcool e outras drogas em municípios com mais de 400.000 habitantes.
- 06JQ - Oferta do programa de prevenção ao uso de drogas para crianças, Jogo Elos, em escolas, nas séries iniciais do ensino fundamental, nos municípios com mais de 200 mil habitantes.

OBJETIVO: 1072 - Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 04DB - Apoiar a implantação de 162 novos CAPS-AD e CAPS-AD III

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04DC - Qualificar os serviços prestados em 80% dos serviços de atenção em regime residencial transitório com a adoção de parâmetros de funcionamento e articulação com a rede de cuidado, respeitando os direitos humanos dos usuários.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04DD - Ampliar as políticas de qualificação profissional por meio do Projovem Trabalhador e da lei de aprendizagem como meio de inserir no mundo do trabalho as pessoas mais vulneráveis às consequências negativas do uso de álcool e outras drogas

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04DE - Qualificar 100% das equipes de abordagem social com a adoção de parâmetros de cuidado que respeitem os direitos humanos dos usuários.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 04J7 - Fomentar e fortalecer a inserção socioeconômica de 5 mil pessoas que fazem uso problemático de álcool e outras drogas em empreendimentos econômicos solidários e/ou cooperativas sociais.

  Órgão responsável: Ministério do Trabalho e Emprego

- 04JA - Apoiar a implantação de 502 leitos de saúde mental em hospitais gerais

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04JB - Apoiar a implantação de 28 unidades de acolhimento adulto

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04JC - Apoiar a implantação de 200 equipes de Consultório na Rua.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04JD - Realizar acompanhamento das famílias com presença de violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas em 100% dos CREAS.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas



- 05IK - Desenvolvimento da metodologia de avaliação e estratégia de aferição da qualidade do serviço prestado nos serviços de atenção em regime residencial transitório financiadas pelo Governo Federal.
- 05IL - Indução da articulação dos serviços de atenção em regime residencial transitório financiadas pelo Governo Federal com a rede de atenção psicossocial e de assistência social
- 05IM - Articulação de parcerias com estados e municípios para a regulação do acesso às vagas e fiscalização dos serviços de atenção em regime residencial transitório financiadas pelo Governo Federal
- 05IN - Promoção de estratégias de articulação e integração entre as equipes dos serviços de abordagem social e Consultório na Rua, na perspectiva da integralidade do cuidado às pessoas usuárias de álcool e outras drogas em situação de rua.
- 05IO - Apoio à estados e municípios no desenvolvimento de projetos intersetoriais inovadores de reinserção social de pessoas com problemas com álcool e outras drogas em situação de vulnerabilidade social.
- 05IP - Promoção, por meio de grupo intersetorial, da formulação e implementação de estratégias específicas para a inserção no mundo do trabalho das pessoas mais vulneráveis às consequências negativas do uso de álcool e outras drogas no âmbito nacional e local.
- 05IQ - Indução de estratégias para inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade que tenham problemas com álcool e outras drogas em programas de moradia social.

OBJETIVO: 1073 - Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas.

Órgão Responsável: Ministério da Justiça

Metas 2016-2019

- 04DF - Fomentar o funcionamento de instâncias de articulação intersetorial sobre políticas de álcool e outras drogas em todas as unidades da federação e em 90% dos municípios acima de 200 mil habitantes

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04DG - Estruturar uma política de educação permanente em prevenção, cuidado e reinserção social para 500 mil profissionais e atores da sociedade civil com foco nos direitos humanos das pessoas que usam álcool e outras drogas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

- 04DH - Aperfeiçoar o planejamento, monitoramento e avaliação da política de drogas, fortalecendo a produção de conhecimento e o Observatório Brasileiro de Informações sobre Drogas.

  Órgão responsável: Ministério da Justiça

Iniciativas

- 05IY - Criação do Portal de educação permanente para formação de profissionais e atores sociais que atuam nas áreas de prevenção, cuidado e reinserção social.
- 05IZ - Indução das políticas de formação setoriais para oferta continuada de conteúdo na temática de álcool e outras drogas, em consonância com as diretrizes da política nacional de drogas.
- 05J0 - Realização de pesquisas que caracterizem o uso de álcool e outras drogas e avaliem políticas públicas de prevenção, cuidado e reinserção social.
- 05J1 - Reestruturação do sistema de gestão e alienação de bens do Fundo Nacional Antidrogas, em articulação com os outros entes federativos, para fortalecer o financiamento das políticas públicas sobre drogas.

OBJETIVO: 1074 - Fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

Órgão Responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Metas 2016-2019

- 04DI - Definir e implementar parâmetros para a proteção social de crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool ou outras drogas.

  Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos



• 04DJ - Articular serviços de cuidado e proteção às crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool e outras drogas .

Órgão responsável: Ministério da Justiça

• 04DK - Construir estratégias com o sistema de justiça para evitar os encaminhamentos de adolescentes com problemas decorrentes do uso de álcool ou outras drogas para o sistema socioeducativo em meio fechado.

Órgão responsável: Secretaria de Direitos Humanos

Iniciativas

• 05IR - Inserção da temática do uso de álcool e outras drogas por crianças e adolescentes nas discussões da Carta de Constituição e Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente.

• 05IS - Fomento à reinserção social de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade que façam uso de álcool e outras drogas.

• 05IT - Priorização da inserção de adolescentes de 14 a 18 anos de idade, vulneráveis às conseqüências do uso de álcool e outras drogas por meio da Lei de Aprendizagem.

• 05IU - Fortalecimento e qualificação da rede de atendimento de saúde, educação e assistência social para crianças e adolescentes com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

PROGRAMA: 2066 - Reforma Agrária e Governança Fundiária

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Índice de Fiscalização da Função Social da Propriedade	%	31/12/2014	1,77
Índice de Governança da Malha Fundiária	%	12/06/2015	55,10
Índice de Provimento de Assistência Técnica aos Assentamentos de Reforma Agrária	%	31/12/2014	42,40
Índice de Regularização Fundiária na Amazônia Legal	%	31/12/2014	20,04

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.082.162**	**6.825.725**
Despesas Correntes	142.168	466.053
Despesas de Capital	1.939.994	6.359.672
Recursos Extraorçamentários	**15.000**	**0**
Crédito e Demais Fontes	15.000	0
Valores Globais	**2.097.162**	**6.825.725**
	8.922.888	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0418 - Ampliar a governança sobre a malha fundiária nacional, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 03ZS - Georreferenciar 10 milhões de hectares, na Amazônia Legal.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	10.000.000,00	hectare

- 03ZT - Promover a regularização fundiária por meio da destinação de 20 milhões de hectares de terras públicas federais e apoio aos estados na destinação das terras estaduais, na Amazônia Legal.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Amazônia Legal	20.000.000,00	hectare

- 03ZU - Apoiar os governos estaduais no Cadastramento e georreferenciamento de 50 mil imóveis rurais visando a regularização fundiária.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 03ZV - Cadastrar e georreferenciar 50 mil imóveis rurais em apoio à regularização fundiária executada pelos estados, ratificação em faixa de fronteira e titulação de imóveis rurais de domínio da União e/ou INCRA.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 03ZW - Arrecadar 2 milhões de hectares de terras devolutas da União.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário



• 03ZX - Implantar o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais – CNIR, nos termos da Lei nº 10.267/01.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

• 03ZY - Adequar 100% do acervo fundiário do Incra e MDA aos padrões da INDE.

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

• 04JK - Aumento da rede nacional de cadastro rural e aprimoramento das estratégias de monitoramento e fiscalização cadastral e do controle de aquisição de terras por estrangeiros.

• 04JL - Criação e implantação do Sistema Nacional de Titulação de Imóveis Rurais.

• 04JM - Expansão das parcerias com municípios e estados da Federação, visando à regularização fundiária.

• 04JN - Doação de terras públicas federais aos municípios para regularização urbana;

• 04JO - Fiscalização do georreferenciamento de imóveis rurais certificados pelo Incra.

• 04JP - Elaboração e implementação do Plano Nacional de Regularização Fundiária, adequado às diversidades regionais.

OBJETIVO: 0420 - Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

• 0400 - Assentar 120 mil famílias

Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

• 04JA - Assistência social às famílias acampadas de trabalhadores rurais sem-terra, por meio de ações diretas visando a sua inclusão nas políticas públicas sociais.

• 04JB - Articulação com o MDS a qualificação do cadastro das famílias assentadas e acampadas no CADÚnico por meio da busca ativa.

• 04JC - Promoção da inclusão do nome das mulheres beneficiárias independente do estado civil, no processo de implantação dos assentamentos.

• 04JD - Fiscalização da função social de imóveis rurais objetivando a desapropriação para fins de reforma agrária.

• 04JE - Promoção da obtenção de imóveis rurais por meio de adjudicação de terras para fins de assentamento de famílias.

• 04JF - Promoção da criação de projetos de assentamento em terras públicas em parceria com a Secretária de Patrimônio da União – SPU e outros órgãos públicos.

• 04JG - Criação de projetos de assentamento ambientalmente diferenciados, tais como o Projeto de Assentamento Extrativista (PAE), o Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e o Projeto de Assentamento Sustentável (PDS).

• 04JH - Promoção de ações para ajustar os normativos que tratam sobre sucessão geracional para viabilizar a permanência da juventude rural no campo.

• 04JI - Destinação de 30% dos novos lotes da reforma agrária para a juventude rural.

• 04JJ - Apoio ao usufruto exclusivo dos Povos Indígenas e dos demais povos e comunidades tradicionais aos seus territórios por meio do assentamento de ocupantes que não se caracterizem como tais durante o processo de regularização de suas terras e territórios tradicionais.

• 06J1 - Elaboração do III Plano Nacional de Reforma Agrária.

OBJETIVO: 0421 - Implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma

sustentável, promovendo a equidade de gênero.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 0402 - Atender 120 mil famílias com abastecimento d'agua, construção/recuperação de estradas e outras obras para o desenvolvimento de projetos de assentamento

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 0403 - Atender 320 mil famílias com crédito instalação nas modalidades apoio inicial e fomento

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 0404 - Atender 180 mil mulheres com crédito instalação na modalidade fomento mulher.
  .

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 0405 - Atender 3.500 projetos de assentamento pelo Programa Assentamentos Verdes, ampliando a atuação para a Caatinga e o Cerrado.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 0406 - Atender 55 mil famílias com políticas de apoio à produção orgânica e de base agroecológica

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 0407 - Atender 16 mil famílias com projetos de agroindustrialização e comercialização.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04JT - Articulação de parcerias institucionais para viabilizar ações de infraestrutura básica e social nos Projetos de Assentamento
- 04JU - Criação e implementação do sistema de gestão para as atividades executadas no programa Assentamentos Verdes.
- 04JV - Desenvolvimento de estratégias de gerenciamento de informação sobre experiências em agroecologia e produção orgânica nos projetos de assentamento
- 04JW - Apoio à regularização de grupos de assentados no âmbito da legislação de produção orgânica, priorizando os mecanismos de controle social.
- 04JX - Estímulos a geração de insumos e sementes adequados do ponto de vista da agroecologia e da produção orgânica por e para assentados.
- 04JY - Apoio à promoção e comercialização de produtos orgânicos e base ecológica oriunda dos assentamentos
- 04JZ - Formação e capacitação em agroecologia e produção orgânica aos servidores, técnicos e agentes da reforma agrária
- 04K1 - Aprimoramento do Sistema Nacional de Concessão do Crédito Instalação – SNCCI
- 04K2 - Titulação conjunta em nome de mulheres e homens, independente do estado civil, conforme normativo vigente
- 04K3 - Articulação para a construção e reforma de prédios escolares, espaços multiuso, postos de saúde e outros espaços de uso coletivo nos assentamentos da reforma agrária
- 04K4 - Articulações com BNDES, MDA, CONAB, MDS e Universidades para potencializar a cooperação e agroindustrialização nas áreas de reforma agrária
- 04K5 - Ampliação do acesso das famílias assentadas às ações de comercialização direta e/ou institucional, em especial ao PAA e ao PNAE
- 04K7 - Atualização das normas internas de consolidação de assentamentos, a partir da regulamentação da Lei 13.001/14
- 0631 - Garantia da abordagem territorial na gestão social e na articulação de políticas públicas nos assentamento prioritários para investimentos.

OBJETIVO: 0422 - Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os

níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 0408 - Incorporar 15.000 novos beneficiários ao Pronera.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04JQ - Estabelecimento de parceria com CNPq para promoção das ações de capacitação e profissionalização.
- 04JR - Articulação de parcerias institucionais para viabilizar pesquisas e políticas públicas de educação, saúde, cultura, lazer, arte, esporte e cidadania nos acampamentos e projetos de assentamento da reforma agrária.
- 04JS - Capacitação técnica e especializada para os jovens beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário.

OBJETIVO: 0423 - Combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 040C - Contribuir para a redução dos homicídios decorrentes de conflitos agrários.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04K8 - Mediação de conflitos agrários.
- 04K9 - Prevenção à tensão social e violência no campo.
- 04KA - Articulação e apoio à especialização de órgãos de combate à violência no campo.

OBJETIVO: 0735 - Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 040A - Beneficiar 60 mil famílias com crédito fundiário.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

- 040B - Recuperar a capacidade produtiva de 6 mil famílias, por meio de investimentos básicos e produtivos.

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 04KB - Implantação de infraestrutura básica e investimentos comunitários, manutenção, capacitação e assistência técnica às famílias com vistas à consolidação dos projetos financiados com recursos do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.
- 04KC - Mobilização e organização das famílias a serem beneficiadas pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.
- 04KD - Operacionalização do Programa Nacional de Crédito fundiário, de forma direta ou por meio de parcerias com governos estaduais e municipais, e organizações sociais e sindicais.



- 04KE - Oferecimento de condições especiais para o acesso a terra e estruturação produtiva a trabalhadores e trabalhadoras rurais em situação de pobreza.

- 04KF - Garantia de que no mínimo 30% dos beneficiários dos novos contratos do crédito fundiário sejam jovens, criando oportunidade para a permanência do jovem no campo por meio do acesso à terra em condições especiais de financiamento, estimulando a sucessão rural.

- 04KG - Ações de preservação dos recursos naturais, recuperação de passivos ambientais e de convivência com o semiárido.

- 04KH - Fortalecimento e expansão da participação das mulheres no desenvolvimento dos projetos financiados pelo Crédito Fundiário, por meio da articulação com organizações produtivas de mulheres rurais.

PROGRAMA: 2068 - Saneamento Básico

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Consumo médio per capita de água por dia	l/hab/dia	31/12/2013	166,30
Percentual de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2013	73,50
Percentual de domicílios rurais servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2013	29,70
Percentual de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição e por poço ou nascente com canalização interna	%	31/12/2013	98,10
Percentual de domicílios urbanos e rurais com renda de até 3 salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade	%	31/12/2013	95,84
Percentual de domicílios urbanos servidos por rede coletora de esgotos ou fossa séptica	%	31/12/2013	83,90
Percentual de tratamento de esgoto coletado	%	31/12/2013	68,50

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**914.940**	**4.262.246**
Despesas Correntes	34.844	113.207
Despesas de Capital	880.097	4.149.040
Recursos Extraorçamentários	**7.415.969**	**26.680.097**
Crédito e Demais Fontes	7.415.969	26.680.097
Valores Globais	**8.330.909**	**30.942.343**
	39.273.252	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	200.000

OBJETIVO: 0353 - Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades

Metas 2016-2019

- 00OL - Ampliar de 10% para 32% os municípios com plano municipal de saneamento básico.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 040K - Apoiar a elaboração de estudos e projetos de engenharia em 369 municípios, visando a ampliação da oferta e do acesso aos serviços de saneamento básico.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 04JY - Induzir a implementação de programas locais de combate às perdas e ao desperdício de água, e apoiar medidas que contribuam para a redução das perdas no abastecimento de água de 37% para 35%.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 04ON - Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 2.000 municípios.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 04KL - Fortalecimento da gestão da política de saneamento básico, induzindo a integração dos componentes do saneamento básico e assegurando os princípios fundamentais e diretrizes gerais do Plansab.
- 04KM - Apoio a ações de melhoria da gestão, da qualidade e da sustentabilidade dos serviços de saneamento básico, incentivando o fortalecimento da regulação e fiscalização, a participação e controle social, em especial por meio de assistência técnica e capacitação.
- 04KN - Fortalecimento das ações de trabalho social nos empreendimentos de saneamento básico.
- 04KO - Fomento à inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico em saneamento básico.
- 04KP - Formulação e implementação do Programa Nacional de Saneamento Estruturante do Plansab.
- 06JT - Apoio, implementação e fomento às ações e ou projetos de educação em saúde ambiental em 1.600 municípios, comunidades rurais, tradicionais e grupos populacionais em estado de vulnerabilidade socioambiental e sanitária.

OBJETIVO: 0355 - Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico.

Órgão Responsável: Ministério da Saúde

Metas 2016-2019

- 04I6 - Ampliar de 6,8 para 7,4 milhões o número de domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04I7 - Ampliar de 2,8 para 3,0 milhões o número de domicílios rurais servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04I8 - Ampliar de 6,0 para 6,4 milhões o número domicílios rurais, com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04K3 - Executar ações de apoio ao controle da qualidade da água para consumo humano em 3.000 Comunidades Rurais e Tradicionais.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 06IV - Formulação e implementação do Programa Nacional de Saneamento Rural do Plansab.
- 06IW - Realização de assistência técnica e capacitação em saneamento básico em comunidades rurais, buscando a sustentabilidade da prestação destes serviços públicos.
- 06IX - Implantação, ampliação ou melhoria de ações de saneamento básico em 320 comunidades rurais e tradicionais, orientadas para a integralidade dos componentes.
- 06IY - Implantação, ampliação ou melhoria de ações de saneamento básico em 116 comunidades quilombolas, orientadas para a integralidade dos componentes.
- 06IZ - Implantação, ampliação ou melhoria das ações de abastecimento de água em 10.000 domicílios rurais dispersos por meio de tecnologias apropriadas.
- 06NK - Estabelecimento e implementação de formas de atuação específica para quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais.

OBJETIVO: 0610 - Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

Órgão Responsável: Ministério das Cidades



Metas 2016-2019

- 040L - Ampliar de 54,8 para 57,8 milhões o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 040M - Ampliar de 46,8 para 49,6 milhões o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 040N - Ampliar de 4,5 para 4,8 bilhões de m3 o volume anual de esgoto tratado.

  Órgão responsável: Ministério das Cidades

- 04Q9 - Ampliar de 27,5 para 30,1 milhões o número de domicílios urbanos com renda de até três salários mínimos mensais que possuem banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade.

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 04KR - Contribuição para a redução dos resíduos sólidos recicláveis dispostos em aterros sanitários e ampliação do número de municípios com soluções ambientalmente adequadas de destinação de resíduos sólidos e de disposição final de rejeitos.

- 04KT - Ampliação dos empreendimentos em saneamento básico orientados pelos princípios da equidade e integralidade, com focalização em áreas com elevado déficit na prestação dos serviços.

- 04KU - Apoio e indução a intervenções estruturais de drenagem urbana sustentável.

- 04KV - Formulação e implementação do Programa Nacional de Saneamento Integrado do Plansab.

PROGRAMA: 2069 - Segurança Alimentar e Nutricional

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Déficit de peso para idade de crianças indígenas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	%	31/12/2014	8,00
Déficit de peso para idade de crianças quilombolas de 0 a 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família	%	31/12/2014	5,70
Percentual de adultos com excesso de peso	%	31/12/2014	52,50
Percentual de crianças de 0 a 5 anos com baixo peso para a idade	%	31/07/2015	3,52
Taxa de adesão dos municípios ao SISAN	%	08/01/2015	1,60

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.160.312**	**3.803.731**
Despesas Correntes	693.516	2.270.714
Despesas de Capital	466.796	1.533.017
Valores Globais	**1.160.312**	**3.803.731**
	4.964.043	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 0615 - Combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 04EQ - Reduzir 25% do déficit de peso para idade de crianças indígenas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 04ER - Reduzir 20% do déficit de peso para idade de crianças quilombolas menores de 5 anos acompanhadas nas condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 04ES - Atender 100.000 famílias de povos e comunidades tradicionais em situação de pobreza por meio de uma estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de assistência técnica e extensão rural e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 05MW - Construção do Mapeamento de Insegurança Alimentar e Nutricional para identificar os grupos mais vulneráveis

- 05MX - Elaboração das estratégias territoriais de superação da Insegurança Alimentar e Nutricional em Povos e Comunidades Tradicionais

- 05MY - Priorização do atendimento de Povos e Comunidades Tradicionais nas compras públicas de produtos da agricultura familiar



- 05MZ - Implementação do novo marco legal da Ação de Distribuição de Alimentos, sob a égide do Direito Humano à Alimentação Adequada
- 05N0 - Monitoramento da execução dos cardápios diferenciados em escolas indígenas e quilombolas
- 05N1 - Promoção e integração do acesso a água de qualidade para consumo e produção e esgotamento sanitário por meio de mecanismos adequados para Povos e Comunidades Tradicionais
- 05N2 - Acompanhamento na Atenção Básica pelo menos 73% de famílias indígenas e quilombolas beneficiárias do Programa Bolsa Família por meio das condicionalidades de saúde
- 05N3 - Registro, por meio das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família (PBF), dados nutricionais de pelo menos 80% de crianças indígenas e quilombolas menores de 7 anos beneficiárias do PBF
- 05N4 - Aumento de 68% para 90% a vigilância alimentar e nutricional de crianças indígenas aldeadas na atenção básica de saúde

OBJETIVO: 0380 - Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 00U3 - Ampliar as compras públicas da Agricultura Familiar alcançando R$ 2 bilhões

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 04EF - Alcançar 30% do recurso federal repassado para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

  Órgão responsável: Ministério da Educação

- 00U5 - Ampliar a participação das mulheres no Programa de Aquisição de Alimentos de 41% para 45% do total de fornecedores

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 05KS - Implementação da rede brasileira de banco de alimentos
- 05KT - Apoio a estruturação de equipamentos públicos de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para receber alimentos saudáveis, incluindo os da Agricultura Familiar
- 05KU - Elaboração e implementação de ferramentas de gestão para o uso sustentável dos recursos pesqueiros e diminuição do desperdício na cadeia produtiva da pesca artesanal
- 05KV - Promoção de ações de articulação interfederativas e aperfeiçoamento de marcos legais para ampliar as compras públicas da Agricultura Familiar nos âmbitos federal, estadual e municipal
- 05KW - Promoção da inclusão dos produtos da sociobiodiversidade nas compras públicas da Agricultura Familiar
- 05KY - Fortalecimento da estruturação dos serviços de abastecimento e apoio a comercialização para a agricultura familiar
- 05KZ - Instituição da rede de agentes de comercialização e abastecimento no nível federativo para aprimorar as compras públicas e outros mecanismos da política agrícola
- 05L0 - Sistematização e divulgação das informações sobre as compras públicas da agricultura familiar
- 05KX - Apoio a estruturação e gestão de espaços de comercialização da agricultura familiar, tais como feiras, mercados públicos e Centrais de Abastecimento (CEASA)

OBJETIVO: 0614 - Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019



- 01Y6 - Implantar cisternas de placa e outras tecnologias sociais de acesso à água para consumo humano

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 01Y1 - Implantar 8.000 cisternas na escolas

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 01Y7 - Implantar 60 sistemas de dessalinização de água, incorporando cuidados técnicos, sociais e ambientais na gestão destes sistemas

  Órgão responsável: Ministério do Meio Ambiente

- 04QP - Implantar 13.000 sistemas coletivos de abastecimento

  Órgão responsável: Ministério da Integração Nacional

Iniciativas

- 05HS - Promoção da integração das ações de acesso à água para consumo no meio rural de acordo com o Plano Nacional de Saneamento (Plansab)

OBJETIVO: 1109 - Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 04DY - Reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial de 20,8% para 14% da população, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04DZ - Ampliar de 36,5% para 43% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04E0 - Deter o crescimento da obesidade na população adulta, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN)

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

- 04E1 - Reduzir em 50% o número de casos novos de beribéri notificados, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan)

  Órgão responsável: Ministério da Saúde

Iniciativas

- 05JU - Estabelecimento dos Pactos Federativos para a Promoção da Alimentação Adequada e Saudável

- 05JV - Implementação das recomendações do Guia Alimentar para a População Brasileira, reforçando o consumo de alimentos regionais e as práticas produtivas sustentáveis que respeitem a biodiversidade

- 05JW - Monitoramento do aumento da oferta de frutas e hortaliças na alimentação escolar

- 05JX - Promoção de ações que reduzam a oferta de alimentos ultraprocessados no Programa Nacional de Alimentação Escolar

- 05JY - Inserção da promoção da alimentação adequada e saudável nas ações e estratégias realizadas pelas redes de saúde, educação e assistência social

- 05JZ - Elaboração de estudos para propor medidas fiscais para apoiar o aumento do consumo de alimentos adequados e saudáveis

- 05K0 - Regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas processados e ultraprocessados em equipamentos das redes de educação e saúde, públicos e privados, equipamentos de assistência social e órgãos públicos

- 05K1 - Promoção da Campanha Brasil Saudável e Sustentável, com o objetivo de fortalecer as ações de educação para o consumo saudável para a população em geral

- 05K2 - Análise do risco resultante da exposição aguda aos resíduos de agrotóxicos detectados pelo Programa de Análise de Resíduos Agrotóxicos no período de 2016 a 2018

- 05K4 - Articulação junto ao Mercosul da revisão da Resolução GMC Nº 26/03 sobre rotulagem geral de alimentos e da Resolução GMC Nº 46/03 sobre rotulagem nutricional de alimentos
- 05K5 - Regulamentação da rotulagem obrigatória dos principais alimentos que causam alergias alimentares
- 05K6 - Promoção do consumo de pescado como alimento saudável, por meio da sensibilização, conscientização e estímulos nas compras públicas e pela iniciativa privada para a frequente oferta deste alimento na mesa do consumidor brasileiro
- 05K7 - Realização anual da Campanha da Semana do Peixe, visando sensibilizar o consumidor da importância do consumo de pescado como um alimento saudável
- 05K9 - Implementação da Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade
- 05KA - Estabelecimento de protocolo de elaboração de cardápios do Programa Nacional de Alimentação Escolar para estudantes com necessidades nutricionais específicas
- 06IT - Elaboração e implementação de estratégia de comunicação sobre os benefícios do consumo dos produtos de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase no fortalecimento da cultura alimentar regional e da ecogastronomia

OBJETIVO: 0377 - Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Metas 2016-2019

- 00TD - Promover a elaboração de Planos Estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) em todos estados

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

- 00TE - Promover a adesão de 600 municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com prioridade aos municípios com população acima de 200.000 habitantes

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	30,00	município
Região Nordeste	240,00	município
Região Norte	60,00	município
Região Sudeste	150,00	município
Região Sul	120,00	município

- 00TI - Realizar um Pacto Federativo pela garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) com estados e municípios

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Iniciativas

- 014N - Estabelecimento dos mecanismos de financiamento para a gestão do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), com vistas ao fortalecimento dos seus componentes: Câmaras Intersetoriais de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) e Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)
- 05HO - Implantação de estratégias de formação continuada em SAN e Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) para gestores e representantes da sociedade civil
- 014M - Fomento e apoio a realização de ensino, pesquisas e extensão em Segurança Alimentar e Nutricional
- 05HP - Estabelecimento de fluxo de exigibilidade para a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), em conformidade a Lei 11.346/2006
- 014Q - Aperfeiçoamento dos instrumentos de monitoramento e avaliação da Segurança Alimentar e Nutricional e do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
- 05HQ - Aperfeiçoamento da regulamentação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) com relação à adesão das entidades com e sem fins lucrativos e nos mecanismos de pactuação federativa
- 05HR - Elaboração do III Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e apoio da realização da VI Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

OBJETIVO: 1118 - Consolidar o Diálogo e a Cooperação Internacional do Brasil para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.

Órgão Responsável: Ministério das Relações Exteriores

Metas 2016-2019

- 04FB - Inserir o Brasil de forma coordenada nas discussões sobre governança global dos sistemas alimentares internacionais saudáveis, no âmbito da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), do Programa Mundial de Alimentos das Nações Unidas (PMA), do Fundo Internacional do Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da Organização Mundial da Saúde (OMS), da Organização Mundial do Comércio (OMC) e de outros fóruns multilaterais.

  Órgão responsável: Ministério das Relações Exteriores

Iniciativas

- 05NF - Apoio a regulamentação da assistência alimentar internacional sustentável.
- 05NG - Ampliação de fontes de financiamento junto a bancos de desenvolvimento e a instituições financeiras internacionais voltadas para tecnologias sociais, com vistas à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sob a égide do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA).
- 05NH - Estruturação da formação de redes internacionais de instituições de ensino, pesquisa e extensão em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
- 05NI - Consolidação da cooperação e o diálogo com os países do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), da União Africana (UA) e dos BRICS, com a participação da sociedade civil em Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
- 05NJ - Estímulo à formulação de mecanismos internacionais de observação de preços de alimentos e de sua relação com a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).
- 05NK - Atuação na formulação e na implementação da Década Internacional da Nutrição, com vistas ao reconhecimento internacional e ao enfrentamento concertado das múltiplas causas e consequências da má nutrição.
- 05NL - Estruturação do diálogo federativo sobre cooperação internacional para a segurança e a soberania alimentar.

OBJETIVO: 1155 - Ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis

Órgão Responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Metas 2016-2019

- 04QK - Ampliar a oferta de alimentos orgânicos e agroecológicos, por meio de ações articuladas no âmbito da Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO)

  Órgão responsável: Ministério do Desenvolvimento Agrário

Iniciativas

- 06II - Instituição e monitoramento do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA), em articulação com a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (CIAPO) e com a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO)
- 06IJ - Incentivo a produção de pescado sustentável advindos do manejo de espécies nativas em comunidades tradicionais pesqueiras artesanais
- 06IK - Garantia da participação de integrantes de populações tradicionais nas políticas de inclusão social relacionadas a aquicultura
- 06IL - Elaboração de diretrizes para orientação e organização das ações de promoção da agricultura urbana e periurbana
- 06NO - Promoção de campanhas de conscientização acerca do consumo de alimentos saudáveis
- 06NP - Implementação de sistema de monitoramento da oferta de produtos da Sociobiodiversidade

PROGRAMA: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Participação das Micro e Pequenas Empresas no Emprego Formal	%	31/12/2013	52,10
Participação das Micro e Pequenas Empresas no Volume Total de Exportações	%	31/12/2014	0,87
Total de Microempreendedores Individuais optantes pelo Simples Nacional (SIMEI)	unidade	31/12/2014	4.653.080,00
Total de Micro Empresas e Empresas optantes pelo Simples Nacional	unidade	31/12/2014	4.224.250,00

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**46.261**	**151.638**
Despesas Correntes	41.060	134.857
Despesas de Capital	5.201	16.781
Recursos Extraorçamentários	**4.425.210**	**14.506.032**
Crédito e Demais Fontes	4.425.210	14.506.032
Valores Globais	**4.471.471**	**14.657.669**
	19.129.140	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	50.000

OBJETIVO: 1058 - Simplificar e integrar os processos de legalização de empresas.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas 2016-2019

- 045W - Reduzir o tempo médio para legalização de empresas de baixo risco de 83 dias para 5 dias.

  Órgão responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Iniciativas

- 04X1 - Criação da base cadastral nacional única de empresas.
- 04X2 - Implantação do processo único para abertura e baixa de empresas em todo o Brasil.
- 04X3 - Articulação junto aos entes públicos competentes visando a redução e simplificação das obrigações estatais acessórias, como as de natureza tributária, previdenciária e trabalhista, impostas sobre as Micro e Pequenas Empresas (MPE).
- 04X4 - Apuração e divulgação dos tempos de conclusão das etapas sob a responsabilidade dos órgãos envolvidos no processo único de abertura e baixa de empresas.
- 04X5 - Articulação junto aos entes públicos competentes para o aprimoramento do marco legal das Micro e Pequenas Empresas (MPE).
- 06QM - Proposição de regra de transição tributária do contribuinte do SIMPLES Nacional para outro regime.

OBJETIVO: 1059 - Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas 2016-2019

- 045Y - Implantar a Praça Eletrônica de Negócios no portal Empresa Simples.

  Órgão responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

- 045Z - Ampliar a participação de artesãos e trabalhadores manuais em feiras, eventos e espaços de comercialização permanente apoiados pelo Programa do Artesanato Brasileiro.

  Órgão responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

- 0460 - Aumentar de 294 para 400 o número de artesãos ou trabalhadores manuais quilombolas cadastrados no Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (SICAB).

  Órgão responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Iniciativas

- 04XF - Implantação de sistema para certificação da qualidade do produto, da regularidade tributária, da capacidade operacional e econômica das Micro e Pequenas Empresas (MPE) em compras públicas.
- 04XG - Apoio à atividade exportadora das Micro e Pequenas Empresas (MPE) por meio da implantação do SIMPLES Internacional e de programa de suporte à expansão internacional.
- 04XH - Implantação de sistema informatizado para acesso simplificado ao crédito por Micro e Pequenas Empresas (MPE).
- 04XI - Implantação de sistema simplificado de acesso a soluções de inovação para Micro e Pequenas Empresas (MPE).
- 04XJ - Implantação de sistema informatizado para acesso a oportunidades de capacitação em gestão empreendedora.
- 04XK - Implantação de portal de serviços para o setor artesanal brasileiro.
- 04XL - Articulação junto aos órgãos competentes para criação do Selo do Artesanato Brasileiro, instrumento de certificação governamental de qualidade dos produtos artesanais.
- 04XM - Articulação junto aos órgãos e entidades estaduais para promover melhoria na gestão da produção e comercialização dos produtos artesanais.
- 04XN - Incentivo à sustentabilidade do negócio e à ampliação da capacidade gerencial dos Microempreendedores Individuais (MEI).
- 06SG - Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Empresas.

OBJETIVO: 1060 - Simplificar, integrar e agilizar o acesso da sociedade aos serviços públicos.

Órgão Responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Metas 2016-2019

- 0461 - Implementar o Portal Único de Serviços Públicos.

  Órgão responsável: Secretaria da Micro e Pequena Empresa

Iniciativas

- 04XO - Articulação junto aos órgãos públicos federais competentes para a redução de formalidades e exigências na prestação de serviços públicos ao cidadão, às empresas e às entidades sem fins lucrativos.
- 04XP - Pactuação com os demais Poderes da União, com Estados, Distrito Federal e Municípios de processos e procedimentos simplificados de atendimento ao cidadão, às empresas e às entidades sem fins lucrativos.
- 04XQ - Apoio às ações de unificação do cadastro e à identificação única do cidadão no âmbito Programa Bem Mais Simples Brasil.

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Quantidade de carga movimentada por hora	Toneladas/hora	31/12/2014	321,00
Quantidade de contêiners movimentados por hora	Unidade/Hora	21/12/2014	40,95
Tempo médio de espera para atracação (Contêiners)	hora	31/12/2014	12,20
Tempo médio de espera para atracação (Grupo de mercadoria)	hora	31/12/2014	38,50
Variação de movimentação de carga de navegação interior	%	31/12/2014	1,22
Variação percentual de movimentação de carga de longo curso	%	21/12/2014	4,30
Variação percentual na movimentação de cargas de cabotagem	%	31/12/2014	3,18
Variação percentual na movimentação de cargas nos portos	%	31/12/2014	4,25

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.027.934**	**18.688.015**
Despesas Correntes	164.284	469.460
Despesas de Capital	5.863.650	18.218.556
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**458.184**	**1.172.910**
Recursos Extraorçamentários	**1.356.000**	**7.670.635**
Crédito e Demais Fontes	1.356.000	7.670.635
Valores Globais	**7.842.118**	**27.531.560**
	35.373.678	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	300.000
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	300.000

OBJETIVO: 0234 - Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 00F2 - Eliminar 18 pontos críticos em hidrovias.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	6,00	unidade
Região Sudeste	6,00	unidade
Região Sul	6,00	unidade

- 043V - Adequar 4 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	4,00	unidade



Iniciativas

- 04DL - Adequação da navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia.
- 00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes.
- 00Q7 - Adequação da navegabilidade de corredores hidroviários.
- 0652 - Dragagens de aprofundamento.
- 068P - Derrocamento em hidrovias.
- 0653 - Melhorias em eclusas.
- 0654 - Melhorias em pontes de modo a viabilizar ou garantir a navegação.
- 064H - Fomento à participação da iniciativa privada na ampliação da capacidade da rede hidroviária.

OBJETIVO: 0278 - Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 00IL - Implantar 23 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	23,00	unidade

- 0445 - Contratar a construção de 2 dispositivos de transposição de nível.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	2,00	unidade

Iniciativas

OBJETIVO: 1054 - Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 00F3 - Manter 7 corredores hidroviários.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	5,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- 043X - Manter e operar 40 Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	40,00	unidades por dia

- 04LQ - Melhorar ou implantar sinalização em 7 hidrovias.

Órgão responsável: Ministério dos Transportes



Regionalização da Meta	Total	Unidade
Nacional	5,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

- 00QE - Manutenção e operação de dispositivos de transposição de nível.
- 04SN - Desenvolvimento e implantação do sistema de controle de tráfego e monitoramento da via navegável.
- 04SO - Fomento à participação da iniciativa privada na manutenção e operação da rede de transportes.

OBJETIVO: 0757 - Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM).

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 02IW - Fomentar a contratação de R$ 14 bilhões em projetos (embarcações e/ou estaleiros) financiados com recursos do FMM.

  Órgão responsável: Ministério dos Transportes

- 0444 - Fomentar a construção de 10 embarcações destinadas à cabotagem.

  Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	5,00	unidade
Região Sudeste	5,00	unidade

Iniciativas

- 04TE - Estímulo à utilização das linhas de crédito do FMM por meio da divulgação das condições e critérios para a obtenção de financiamentos.
- 0306 - Revisão da legislação de fomento à indústria naval.
- 0304 - Incentivo à capacitação tecnológica das empresas de construção naval e de navipeças.

OBJETIVO: 1080 - Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2016-2019

- 0495 - Realizar obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo em 11 portos nacionais.

  Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	3,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

- 0497 - Executar obras e serviços de dragagem em 12 portos nacionais.

  Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	4,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 0498 - Realizar 83 arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	25,00	unidade
Região Norte	21,00	unidade
Região Sudeste	19,00	unidade
Região Sul	18,00	unidade

Iniciativas

- 056M - Adequação dos acessos aquaviários no Porto de Paranaguá/PR.
- 056N - Adequação dos acessos aquaviários no Porto de Santos/SP.
- 056P - Adequação dos acessos aquaviários no Porto de Suape/PE.
- 056C - Implantação da passagem inferior do Valongo (mergulhão) no Porto de Santos/SP.
- 056D - Implantação da Av. Perimentral Portuária na margem esquerda do Porto de Santos/SP.
- 056H - Construção de instalação portuária na ilha de Cocaia em Suape/PE.
- 056R - Otimização do uso das áreas não afetas à operação portuária nos portos organizados.
- 056Z - Estímulo ao investimento em terminais privados.
- 058X - Desenvolvimento de estudos e projetos de infraestrutura assegurando as condições dos acessos aquaviários e terrestres, das estruturas de abrigo, de atracação e de armazenagem, para atender a demanda de carga e passageiros.

OBJETIVO: 1082 - Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2016-2019

- 04A5 - Alcançar 80% do índice de cumprimento de metas de desempenho empresarial em 10 Administrações Portuárias.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 04A6 - Implementar o novo modelo de gestão em 10 Administrações Portuárias.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	2,00	unidade
Região Sudeste	3,00	unidade
Região Sul	3,00	unidade

- 04A7 - Atualizar os Planos Mestres para 36 portos organizados.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	12,00	unidade
Região Norte	6,00	unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	9,00	unidade
Região Sul	9,00	unidade

Iniciativas

- 05AF - Regulamentação do compromisso de metas de desempenho empresarial entre a Secretaria de Portos e as Cias. Docas da União em conformidade com a Lei 12.815/2013.
- 05AG - Repactuação de todos os convênios de delegação estabelecendo metas de desempenho e estimulando programas de modernização da gestão.
- 05AH - Implantação do Projeto de Modernização da Gestão Portuária (PMGP) nas 7 Companhias Docas da União.
- 05AJ - Implementação da política tarifária com base em custos, adequada aos serviços oferecidos pelas administrações portuárias e que estimule ganhos de eficiência.
- 05AK - Desenvolvimento, implementação e manutenção de um modelo de Gestão de Riscos para obras e serviços de infraestrutura portuária.
- 05AL - Adequação de todas as poligonais dos portos organizados ao marco regulatório vigente.
- 05AM - Criação, implementação e manutenção de um Sistema de Custos, com composições unitárias para o uso referencial em projetos de infraestrutura portuária.
- 05AN - Aprovação dos Planos de Desenvolvimento e Zoneamento Portuário (PDZ) apresentados pelos portos organizados.
- 05AO - Atualização e monitoramento do Plano Nacional de Logística Portuária (PNLP).
- 05AP - Elaboração e monitoramento do Plano Geral de Outorgas (PGO).
- 05BD - Realização da certificação cadastral dos bens imóveis dos portos organizados.

OBJETIVO: 1083 - Melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2016-2019

- 04AB - Implantar Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações em 04 portos públicos.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade

- 04AC - Implementar o sistema Porto Sem Papel (PSP) em 165 Terminais de Uso Privado alfandegados.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	13,00	unidade
Região Nordeste	18,00	unidade
Região Norte	54,00	unidade
Região Sudeste	49,00	unidade
Região Sul	31,00	unidade

- 04AD - Implantar 4 Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade



• 04AE - Implantar em 06 portos sistema para otimizar o fluxo logístico de acesso terrestre.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Sudeste	2,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

Iniciativas

• 05AR - Expansão e aprimoramento do sistema Porto Sem Papel.

• 05AS - Integração do Porto Sem Papel ao Portal Único de Comércio Exterior.

• 05AQ - Implantação do projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente nos principais portos públicos.

• 05B2 - Implementação de ações para incentivo ao uso da navegação de cabotagem.

• 05B0 - Aperfeiçoamento do nível de serviços oferecidos pela Praticagem.

• 05B1 - Promoção de ações que assegurem que as instalações portuárias atendam o código ISPS-Code.

• 05B6 - Elaboração da política de capacitação do setor portuário no âmbito do Fórum Permanente para Qualificação do Trabalhador Portuário.

• 05B7 - Regulamentação da qualidade da prestação de serviços de apoio marítimo (rebocadores).

• 05B8 - Implementação de ações que assegurem nível de serviço adequado nos acessos terrestres aos portos.

OBJETIVO: 1084 - Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

Órgão Responsável: Secretaria de Portos

Metas 2016-2019

• 04AF - 25% dos portos organizados com Índice de Desempenho Ambiental - IDA igual ou superior a 85.

Órgão responsável: Secretaria de Portos

Iniciativas

• 05B9 - Implantação do Programa de Conformidade de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos em 22 portos organizados marítimos.

• 05BB - Consolidação do funcionamento do Setor de Gestão Ambiental (SGA) nos portos organizados, de acordo com o marco regulatório.

• 05BA - Promoção da Regularização Portuária, por meio da continuidade do Programa Federal de Apoio à Regularização e Gestão Ambiental Portuária (PRGAP).

• 05BC - Elaboração de estudos que embasem a proposição para a revitalização de áreas portuárias, em conjunto com os atores locais interessados.

• 05BE - Implementação de ações para revitalização de áreas portuárias, em conjunto com os atores locais interessados.

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre

INDICADORES	Unidade de Medida	Referência	
		Data	Índice
Acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	181.272,00
Densidade da malha ferroviária em operação	km de ferrovia/1000 km2	31/12/2014	3,23
Densidade da malha rodoviária federal	km de rodovia federal/1000 km2	30/03/2015	8,90
Índice de acidentes ferroviários	acidentes / (milhão.trens.km)	31/12/2013	12,00
Malha ferroviária em operação	km	31/12/2014	29.013,00
Malha rodoviária federal pavimentada	km	30/03/2015	64.395,60
Malha rodoviária não-concedida classificada entre bom e ótimo estado de conservação	porcentagem (%)	31/12/2014	60,00
Número de vítimas em acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	100.396,00
Número de vítimas fatais em acidentes rodoviários em estradas federais	unidade por ano	31/12/2014	8.227,00
Quantidade de acidentes no transporte ferroviário de carga	unidade por ano	31/12/2013	866,00
Tempo médio de interdição das rodovias federais	hora	30/06/2015	9,45
Total de carga transportada no modal ferroviário	Milhão TKU - Tonelada por Quilômetro Útil	31/12/2013	298,62
Utilização percentual da malha ferroviária	porcentagem (%)	31/12/2014	41,00
Velocidade média de percurso dos trens	km/h	31/12/2013	22,60

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**8.746.047**	**27.635.041**
Despesas Correntes	358.421	1.189.804
Despesas de Capital	8.387.626	26.445.237
Recursos Extraorçamentários	**6.202.863**	**29.414.009**
Crédito e Demais Fontes	5.851.394	28.211.243
Gastos Tributários	351.469	1.202.766
Valores Globais	**14.948.910**	**57.049.050**
	71.997.960	

Valor de Referência para Individualização de Empreendimentos como Iniciativas (mil R$)	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	500.000

OBJETIVO: 0141 - Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 007J - Expandir em 1.101,2 km a malha ferroviária no país, com recursos do Orçamento Geral da União

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	513,00	quilômetro
Região Nordeste	419,20	quilômetro
Região Sudeste	169,00	quilômetro

- 040H - Conceder para expandir em 2.510 km a malha ferroviária federal, com recursos da iniciativa privada

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	479,00	quilômetro
Região Nordeste	76,00	quilômetro
Região Norte	1.229,00	quilômetro
Região Sudeste	726,00	quilômetro

Iniciativas

- 00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul.
- 00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina.
- 00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste.
- 06D7 - Concessão para a construção de novas ferrovias, Lucas do Rio Verde/MT - Mirituba/PA - 1.140,0 km.
- 06D8 - Concessão para a construção de novas ferrovias, Rio de Janeiro/RJ - Vitória/ES - 572,0 km.
- 06D9 - Concessão para a construção de novas ferrovias, Ferrovia Bioceânica, Campinorte/GO a Divisa Brasil/Peru - 3.500,0 km.

OBJETIVO: 0147 - Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e de outras intervenções.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 008C - Realizar 3 adequações ferroviárias em perímetro urbano

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Sudeste	3,00	unidade

Iniciativas

- 00DJ - Estudos para a construção de contornos e variantes ferroviárias.

OBJETIVO: 1002 - Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 017M - Realizar a manutenção permanente de 100% da malha ferroviária sob administração federal

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	100,00	percentual
Região Norte	100,00	percentual
Região Sudeste	100,00	percentual

- 040D - Conceder 1.537,0 km de ferrovias existentes

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.035,00	quilômetro
Região Norte	333,00	quilômetro
Região Sudeste	169,00	quilômetro

Iniciativas

- 00E1 - Fiscalização das concessões ferroviárias .
- 058W - Fiscalização e Gestão dos Ativos Ferroviários.
- 01LY - Implantação e manutenção em Centros de Controle Operacionais e Sistemas.
- 05C8 - Realização de estudo para implantação de sistema de custos referenciais e de certificação de qualidade de obras, de veículos, de equipamentos e de serviços ferroviários.
- 05C9 - Realização de estudo para elaboração de especificações para regular os sistemas de controle de tráfego ferroviário com vistas à interoperabilidade.
- 05CA - Realização de estudo para desenvolvimento de regulamento de segurança da circulação de trens.
- 05CB - Realização de estudo para criação de regulamentação sobre os bens de concessões ferroviárias para assegurar sua adequação à prestação do serviço, conservação e reversibilidade ao fim do contrato.
- 06D5 - Concessão da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul, Palmas/TO - Anápolis/GO e Barcarena/MA - Açailândia/PA - 1.430,0 km.
- 06D6 - Concessão da EF-151 - Ferrovia Norte-Sul, Anápolis/GO - Estrela D'Oeste/SP - Três Lagoas/MS - 895,0 km.
- 06Q5 - Novos investimentos em concessões existentes (ampliação de capacidade, novos pátios, duplicações, entre outras medidas).

OBJETIVO: 0137 - Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 0079 - Construir ou pavimentar 1133,0 km de rodovias

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	125,00	quilômetro
Região Nordeste	424,00	quilômetro
Região Norte	470,00	quilômetro
Região Sudeste	85,00	quilômetro
Região Sul	29,00	quilômetro

- 007C - Construir 2 pontes internacionais

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Exterior	2,00	unidade

- 007G - Construir 2 pontes

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 04I8 - Construção da BR-010/TO.
- 05O2 - Construção da BR 080/GO.



- 04IL - Construção da BR-030/BA.
- 06QX - Construção da BR-080/MT.
- 00B6 - Construção da BR-135/PI/BA/MG.
- 04CE - Construção da BR-156/AP.
- 00B9 - Construção da BR-163/PA.
- 04HN - Construção da BR-174/MT.
- 00BM - Construção da BR-230/PA.
- 00BB - Construção da BR-235/BA.
- 00BC - Construção da BR-242/MT.
- 00BD - Construção da BR-242/TO.
- 00BN - Construção da BR-319/AM.
- 00BG - Construção da BR-364/AC.
- 04F7 - Construção da BR-392/RS.
- 00BH - Construção da BR-429/RO.
- 04AE - Construção da BR-448/RS.
- 05P1 - Construção da BR- 487/PR.
- 04ES - Construção da 2ª ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS.

OBJETIVO: 0136 - Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 0074 - Construir ou adequar 7 contornos ou anéis rodoviários

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	3,00	unidade
Região Sul	1,00	unidade

- 0076 - Adequar 4 travessias urbanas

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Nordeste	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade
Região Sul	2,00	unidade

Iniciativas

- 00AT - Construção e Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte.
- 00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ.
- 00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo.
- 04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE - BR-101/PE.
- 04H2 - Construção do Anel Rodoviário de Uberaba/MG - BR-262/MG.
- 06RF - Construção do Contorno norte da região metropolitana de Porto Alegre - BR-116/448/RS.



OBJETIVO: 0131 - Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 006Z - Adequar 694 km de rodovias federais

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	147,00	quilômetro
Região Nordeste	291,00	quilômetro
Região Norte	85,00	quilômetro
Região Sudeste	64,00	quilômetro
Região Sul	107,00	quilômetro

- 0073 - Adequar 2 acessos portuários por meio de rodovias federais

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	1,00	unidade

Iniciativas

- 04IG - Adequação da Rodovia BR-020/BA.
- 009U - Adequação da Rodovia BR-050/MG.
- 009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO.
- 009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL.
- 009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA.
- 009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB.
- 00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE.
- 00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ.
- 00A2 - Adequação da Rodovia BR-101/RN.
- 00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC.
- 00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE.
- 00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA.
- 00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS.
- 05LW - Adequação da Rodovia BR-135/MA.
- 06QU - Adequação da Rodovia BR-135/PI.
- 06QV - Adequação da Rodovia BR-153/TO.
- 00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT.
- 04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR.
- 05M2 - Adequação da Rodovia BR-222/CE.
- 04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB.
- 04IJ - Adequação da Rodovia BR-251/MG.



- 00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES.
- 00AM - Adequação da Rodovia BR-280/SC.
- 00AC - Adequação da Rodovia BR-290/RS.
- 04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN.
- 00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG.
- 00AG - Adequação da Rodovia BR-392/RS.
- 05LO - Adequação da Rodovia BR-415/BA.
- 04GT - Adequação da Rodovia BR-423/PE.
- 00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC.
- 06RH - Adequação da Rodovia BR-493/RJ.
- 04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES.

OBJETIVO: 0280 - Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.

Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 00IQ - Implantar e operar 23 equipamentos de medição de peso

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	3,00	unidade
Região Nordeste	8,00	unidade
Região Norte	4,00	unidade
Região Sudeste	4,00	unidade
Região Sul	4,00	unidade

- 00IR - Implantar e operar 2.500 equipamentos de controle de velocidade

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	400,00	unidade
Região Nordeste	850,00	unidade
Região Norte	225,00	unidade
Região Sudeste	615,00	unidade
Região Sul	410,00	unidade

- 03ZK - Implantar sinalização em 100% da malha rodoviária federal pavimentada (BR Legal)

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

- 040E - Realizar a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária, sob a administração federal

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Iniciativas

- 058Q - Integração de tecnologias para construção, fiscalização e operação das rodovias.

OBJETIVO: 0130 - Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.



Órgão Responsável: Ministério dos Transportes

Metas 2016-2019

- 006X - Conceder 6.944,9 km de rodovias

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	2.544,60	quilômetro
Região Nordeste	763,00	quilômetro
Região Norte	707,40	quilômetro
Região Sudeste	906,30	quilômetro
Região Sul	2.023,60	quilômetro

- 03ZZ - Implantar e operar de forma integrada 55 pontos de fiscalização eletrônica do transporte rodoviário de cargas e passageiros

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	18,00	unidade
Região Nordeste	2,00	unidade
Região Norte	1,00	unidade
Região Sudeste	20,00	unidade
Região Sul	14,00	unidade

- 049C - Duplicar 2.772,5 km de rodovias federais concedidas

Órgão responsável: Ministério dos Transportes

Regionalização da Meta	Total	Unidade
Região Centro-Oeste	1.484,40	quilômetro
Região Norte	169,00	quilômetro
Região Sudeste	1.119,10	quilômetro

Iniciativas

- 06SL - Adequação de capacidade em concessão existente - BR-040/RJ/MG.
- 009O - Concessão da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, Brasília/DF a Juiz de Fora/MG - 956,0 km.
- 04F0 - Concessão da Rodovia BR-050/GO/MG, Cristalina/GO a Divisa MG/SP - 425,8 km.
- 04F1 - Concessão das Rodovias BR-060-153-262/DF/GO/MG, Brasília/DF - Divisa MG/SP - Betim/MG - 1.176,5 km.
- 06C8 - Concessão da Rodovia BR-101/BA, Feira de Santana a Gandu - 199,0 km.
- 009Q - Concessão da Rodovia BR-101/ES, Divisa RJ/ES a Divisa ES/BA - 461 km.
- 06CZ - Concessão da Rodovia BR-101/SC, Palhoça a Divisa RS/SC - 220,0 km.
- 06C7 - Concessão das Rodovias BR-101/232/PE, Construção do arco metropolitano do Recife, melhoria do acesso ao porto de Suape e duplicação para Cruzeiro do Nordeste - 564,0 km.
- 06CA - Concessão das Rodovias BR-101/493/465/RJ/SP, Rio de Janeiro a Ubatuba - 357,0 km.
- 06D0 - Concessão das Rodovias BR-101/116/290/386/RS, Carazinho a Porto Alegre, Porto Alegre a Camaquã e Porto Alegre a Divisa RS/SC - 581,0 km.
- 04F2 - Concessão das Rodovias BR-153/TO/GO, Anápolis/GO a Palmas/TO - 814,0 km.
- 04F3 - Concessão das Rodovias BR-163/MS, Divisa MS/MT a Divisa MS/PR; BR-267/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP; BR-262/MS, Entroncamento BR-163 a Divisa MS/SP - 1.423,3 km.
- 04EZ - Concessão da Rodovia BR-163/MT, Divisa MT/MS a Sinop/MT - 821,6 km.
- 0588 - Concessão da Rodovia BR-163/MT/PA, Sinop/MT ao Porto de Mirituba em Itaituba/PA - 976,0 km.
- 06D2 - Concessão da Rodovia BR-262/MS, Campo Grande a Três Lagoas (Divisa MS/SP) - 327,0 km.
- 06C9 - Concessão da Rodovia BR- 262/381/MG, Belo Horizonte a Divisa MG/ES - 305,0 km.



• 06D1 - Concessão da Rodovia BR-267/MS, Nova Alvorada do Sul a Presidente Epitácio (Divisa MS/SP) - 249,0 km.

• 06CS - Concessão da Rodovia BR-280/SC, Porto União a São Francisco do Sul - 307,0 km.

• 0589 - Concessão da Rodovia BR-364/GO/MG, Jataí/GO a Entroncamento BR-153/MG (Comendador Gomes) - 439,0 km.

• 0587 - Concessão da Rodovia BR-364/060/MT/GO, Rondonópolis/MT a Goiânia/GO - 704,0 km.

• 06D3 - Concessão da Rodovia BR-364/RO/MT, Porto Velho/RO a Comodoro/MT - 806,0 km.

• 06CN - Concessão das Rodovias BR-470/282/SC, Xanxerê a Entroncamento BR-470/SC e Entroncamento BR-282/SC a Navegantes - 455,0 km.

• 058B - Concessão da Rodovia BR-476/153/282/480/PR/SC, Lapa/PR a Divisa SC/RS, passando por Chapecó/SC - 460,0 km.

• 058J - Desenvolvimento da fiscalização dos serviços regulados de transporte rodoviário, inclusive por meio de investimentos em tecnologias de fiscalização eletrônica.

• 00WD - Fiscalização de serviços de transporte rodoviário.

• 009T - Fiscalização e regulação de concessões no transporte rodoviário.

• 06Q6 - Adequação de capacidade em concessões existentes (BR-163/MT, BR-381/SP/MG, BR-393/RJ, BR-101/RJ, BR116/SP/RJ, BR-101/376/116/SC/PR, BR-116/PR/SC, BR-153/SP, BR-324/116/BA, BR-290/RS).

Plano Plurianual
2016-2019

DESENVOLVIMENTO, PRODUTIVIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

ANEXO II



Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

PROGRAMA: 2100 - Aprimoramento do Ministério Público

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**82.701**	**268.863**
Despesas Correntes	81.190	261.885
Despesas de Capital	1.511	6.977
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**82.701**	**268.863**
	351.564	

PROGRAMA: 0553 - Atuação Legislativa da Câmara dos Deputados

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**3.946.317**	**13.463.258**
Despesas Correntes	3.801.338	13.010.744
Despesas de Capital	144.979	452.514
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**3.946.317**	**13.463.258**
	17.409.576	

PROGRAMA: 0551 - Atuação Legislativa do Senado Federal

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.243.577**	**7.492.289**
Despesas Correntes	2.181.408	7.310.229
Despesas de Capital	62.169	182.060
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**2.243.577**	**7.492.289**
	9.735.866	

PROGRAMA: 1389 - Controle da Atuação Administrativa e Financeira no Poder Judiciário

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**238.282**	**643.131**
Despesas Correntes	161.552	462.420
Despesas de Capital	76.730	180.710
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**238.282**	**643.131**
	881.412	

PROGRAMA: 0550 - Controle Externo

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.271.960**	**4.346.179**
Despesas Correntes	1.198.383	4.190.753
Despesas de Capital	73.578	155.426
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**1.271.960**	**4.346.179**
	5.618.139	

PROGRAMA: 0581 - Defesa da Ordem Jurídica

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.101.396**	**17.394.415**
Despesas Correntes	4.981.230	16.923.466
Despesas de Capital	120.165	470.948
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**5.101.396**	**17.394.415**
	22.495.810	

PROGRAMA: 0570 - Gestão do Processo Eleitoral

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.756.388**	**18.362.169**
Despesas Correntes	5.504.754	16.854.971
Despesas de Capital	251.634	1.507.197
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**5.756.388**	**18.362.169**
	24.118.556	

PROGRAMA: 2129 - Prestação de Assistência Jurídica Gratuita pela Defensoria Pública da União

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**491.461**	**1.739.986**
Despesas Correntes	469.241	1.644.196
Despesas de Capital	22.220	95.789
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**491.461**	**1.739.986**
	2.231.446	

PROGRAMA: 0565 - Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**505.241**	**1.559.737**
Despesas Correntes	470.696	1.476.314
Despesas de Capital	34.545	83.423
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**505.241**	**1.559.737**
	2.064.978	

PROGRAMA: 0566 - Prestação Jurisdicional Militar

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**282.481**	**938.988**
Despesas Correntes	275.311	896.601
Despesas de Capital	7.170	42.386
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**282.481**	**938.988**
	1.221.469	

PROGRAMA: 0569 - Prestação Jurisdicional na Justiça Federal

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**9.203.380**	**31.392.002**
Despesas Correntes	8.850.791	30.179.712
Despesas de Capital	352.589	1.212.290
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**9.203.380**	**31.392.002**
	40.595.382	

PROGRAMA: 0567 - Prestação Jurisdicional no Distrito Federal

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.001.293**	**6.823.927**
Despesas Correntes	1.901.422	6.509.120
Despesas de Capital	99.871	314.806
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**2.001.293**	**6.823.927**
	8.825.220	

PROGRAMA: 0568 - Prestação Jurisdicional no Superior Tribunal de Justiça

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**966.382**	**3.229.141**
Despesas Correntes	931.173	3.119.878
Despesas de Capital	35.209	109.263
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**966.382**	**3.229.141**
	4.195.523	

PROGRAMA: 0571 - Prestação Jurisdicional Trabalhista

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**14.352.781**	**49.054.041**
Despesas Correntes	13.814.209	47.301.390
Despesas de Capital	538.572	1.752.651
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**14.352.781**	**49.054.041**
	63.406.822	

PROGRAMA: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**82.593.703**	**286.308.949**
Despesas Correntes	82.593.703	286.308.949
Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**82.593.703**	**286.308.949**
	368.902.652	

PROGRAMA: 2130 - Programa de Gestão e Manutenção da Advocacia-Geral da União

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.310.714**	**7.924.275**
Despesas Correntes	2.307.214	7.912.801
Despesas de Capital	3.500	11.474
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**2.310.714**	**7.924.275**
	10.234.989	

PROGRAMA: 2101 - Programa de Gestão e Manutenção da Presidência da República

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.793.251**	**9.466.289**
Despesas Correntes	2.740.371	9.307.268
Despesas de Capital	52.881	159.021
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**2.793.251**	**9.466.289**
	12.259.540	

PROGRAMA: 2102 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Direitos Humanos

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**73.383**	**191.560**
Despesas Correntes	70.853	183.970
Despesas de Capital	2.530	7.590
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**73.383**	**191.560**
	264.943	

PROGRAMA: 2103 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**23.292**	**64.748**
Despesas Correntes	23.292	61.615
Despesas de Capital	0	3.132
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**23.292**	**64.748**
	88.040	

PROGRAMA: 2104 - Programa de Gestão e Manutenção da Secretaria de Políticas para as Mulheres

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**31.908**	**99.516**
Despesas Correntes	31.408	97.416
Despesas de Capital	500	2.100
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**31.908**	**99.516**
	131.425	



PROGRAMA: 0807 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Empresas Estatais Federais

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**0**	**0**
Despesas Correntes	0	0
Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**6.768.812**	**23.219.198**
Valores Globais	**6.768.812**	**23.219.198**
	29.988.009	

PROGRAMA: 0781 - Programa de Gestão e Manutenção de Infraestrutura de Instituições Financeiras Oficiais Federais

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**0**	**0**
Despesas Correntes	0	0
Despesas de Capital	0	0
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**2.887.203**	**8.175.107**
Valores Globais	**2.887.203**	**8.175.107**
	11.062.310	

PROGRAMA: 2105 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**5.586.370**	**19.174.423**
Despesas Correntes	5.571.011	19.124.073
Despesas de Capital	15.359	50.350
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**5.586.370**	**19.174.423**
	24.760.793	

PROGRAMA: 2106 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.335.409**	**7.986.143**
Despesas Correntes	2.309.990	7.902.815
Despesas de Capital	25.419	83.328
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**2.335.409**	**7.986.143**
	10.321.552	

PROGRAMA: 2107 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Cultura

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**773.669**	**2.605.778**
Despesas Correntes	748.100	2.521.958
Despesas de Capital	25.569	83.819
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**773.669**	**2.605.778**
	3.379.447	

PROGRAMA: 2108 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**48.199.982**	**164.249.373**
Despesas Correntes	47.847.056	163.223.813
Despesas de Capital	352.926	1.025.560
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**48.199.982**	**164.249.373**
	212.449.355	

PROGRAMA: 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**39.342.152**	**134.951.621**
Despesas Correntes	39.255.345	134.667.052
Despesas de Capital	86.807	284.570
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**39.342.152**	**134.951.621**
	174.293.773	

PROGRAMA: 2110 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**13.156.265**	**44.331.930**
Despesas Correntes	12.465.993	42.421.404
Despesas de Capital	690.273	1.910.526
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**13.156.265**	**44.331.930**
	57.488.195	

PROGRAMA: 2111 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Integração Nacional

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**989.233**	**3.347.590**
Despesas Correntes	957.536	3.252.482
Despesas de Capital	31.697	95.109
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**989.233**	**3.347.590**
	4.336.824	

PROGRAMA: 2112 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Justiça

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.753.984**	**23.029.879**
Despesas Correntes	6.684.780	22.801.113
Despesas de Capital	69.204	228.766
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**6.753.984**	**23.029.879**
	29.783.863	

PROGRAMA: 2113 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Pesca e Aquicultura

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**111.965**	**373.174**
Despesas Correntes	109.265	364.323
Despesas de Capital	2.700	8.851
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**111.965**	**373.174**
	485.138	

PROGRAMA: 2114 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Previdência Social

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.071.455**	**20.817.932**
Despesas Correntes	6.067.378	20.804.569
Despesas de Capital	4.076	13.363
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**6.071.455**	**20.817.932**
	26.889.387	

PROGRAMA: 2115 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Saúde

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**11.984.762**	**40.862.943**
Despesas Correntes	11.872.519	40.495.994
Despesas de Capital	112.244	366.950
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**11.984.762**	**40.862.943**
	52.847.706	

PROGRAMA: 2116 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Cidades

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.107.625**	**3.734.664**
Despesas Correntes	1.095.449	3.686.685
Despesas de Capital	12.176	47.978
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**1.107.625**	**3.734.664**
	4.842.288	

PROGRAMA: 2117 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Comunicações

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**570.735**	**1.938.411**
Despesas Correntes	551.706	1.876.028
Despesas de Capital	19.030	62.383
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**570.735**	**1.938.411**
	2.509.146	

PROGRAMA: 2118 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério das Relações Exteriores

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.869.851**	**6.339.022**
Despesas Correntes	1.858.732	6.302.570
Despesas de Capital	11.119	36.451
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**1.869.851**	**6.339.022**
	8.208.873	



PROGRAMA: 2119 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério de Minas e Energia

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.521.868**	**5.172.968**
Despesas Correntes	1.477.833	5.022.203
Despesas de Capital	44.035	150.765
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**73.111**	**148.369**
Valores Globais	**1.594.979**	**5.321.338**
	6.916.317	

PROGRAMA: 2120 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**932.188**	**3.152.535**
Despesas Correntes	909.041	3.076.654
Despesas de Capital	23.147	75.880
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**932.188**	**3.152.535**
	4.084.723	

PROGRAMA: 2121 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**926.592**	**3.125.181**
Despesas Correntes	915.155	3.068.786
Despesas de Capital	11.437	56.395
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**926.592**	**3.125.181**
	4.051.773	

PROGRAMA: 2122 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**220.586**	**736.671**
Despesas Correntes	214.570	716.950
Despesas de Capital	6.016	19.721
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**220.586**	**736.671**
	957.257	

PROGRAMA: 2123 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Esporte

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**167.856**	**558.341**
Despesas Correntes	154.777	515.465
Despesas de Capital	13.079	42.875
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**167.856**	**558.341**
	726.197	

PROGRAMA: 2124 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.508.709**	**5.152.019**
Despesas Correntes	1.489.750	5.086.972
Despesas de Capital	18.959	65.046
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**1.508.709**	**5.152.019**
	6.660.728	

PROGRAMA: 2125 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**6.154.813**	**21.117.832**
Despesas Correntes	6.126.165	20.981.382
Despesas de Capital	28.648	136.450
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**6.154.813**	**21.117.832**
	27.272.645	

PROGRAMA: 2126 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**2.496.971**	**8.955.449**
Despesas Correntes	2.046.341	6.983.624
Despesas de Capital	450.630	1.971.825
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**2.496.971**	**8.955.449**
	11.452.420	

PROGRAMA: 2127 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Trabalho e Emprego

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**1.812.767**	**6.175.516**
Despesas Correntes	1.792.486	6.109.030
Despesas de Capital	20.281	66.486
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**1.812.767**	**6.175.516**
	7.988.283	

PROGRAMA: 2128 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Turismo

Esfera	Valor 2016 (mil R$)	Valor 2017-2019 (mil R$)
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	**131.040**	**448.575**
Despesas Correntes	125.290	425.723
Despesas de Capital	5.750	22.852
Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais	**0**	**0**
Valores Globais	**131.040**	**448.575**
	579.615	

Plano Plurianual
2016-2019

DESENVOLVIMENTO, PRODUTIVIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

ANEXO III



Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA

PROGRAMA: 2077 - Agropecuária Sustentável

Iniciativas

021K - Construção de barragem para fins de irrigação no Rio Imburuçu (GO)
Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/12/2011 **Data Término:** 30/12/2020

00G0 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixio de Irecê (BA)
Custo Total: R$ 601.662.556 **Data Início:** 30/06/1999 **Data Término:** 31/12/2022

00G4 - Implantação da Expansão do Projeto Público de Irrigação do Arroio Duro na Costa Doce (RS)
Custo Total: R$ 130.000.000 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 30/12/2020

021Q - Construção do canal de irrigação Taquarembó (RS)
Custo Total: R$ 270.000.000 **Data Início:** 01/09/2011 **Data Término:** 30/12/2023

00G5 - Construção da barragem Extrema do Projeto Público de Irrigação Flores de Goiás (GO).
Custo Total: R$ 312.159.500 **Data Início:** 01/07/1998 **Data Término:** 31/12/2022

00G7 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Manoel Dionísio (SE).
Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2023

00G8 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Luís Alves do Araguaia (GO)
Custo Total: R$ 155.242.656 **Data Início:** 01/01/1995 **Data Término:** 30/12/2021

022T - Implantação dos Projetos Públicos de Irrigação do Canal do Sertão Alagoano (AL)
Custo Total: R$ 172.451.553 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2022

00GE - Implantação do Projeto Público de Irrigação Pontal (PE).
Custo Total: R$ 313.293.780 **Data Início:** 31/12/1992 **Data Término:** 31/12/2020

00GH - Implantação do Projeto Público de Irrigação Salitre (BA).
Custo Total: R$ 657.846.888 **Data Início:** 31/03/1998 **Data Término:** 31/12/2022

0229 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Jonas Pinheiro (MT)
Custo Total: R$ 160.000.000 **Data Início:** 09/01/2008 **Data Término:** 30/12/2021

00GM - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros de São Bernardo (MA).
Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2025

00GR - Implantação do Projeto Público de Irrigação Baixo Acaraú (CE).
Custo Total: R$ 233.271.737 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 30/12/2020

00GS - Implantação do Projeto Público de Irrigação Jaíba (MG).
Custo Total: R$ 480.877.222 **Data Início:** 01/01/1999 **Data Término:** 30/12/2021

00GU - Implantação Projeto Público de Irrigação Platôs de Guadalupe (PI).
Custo Total: R$ 370.000.000 **Data Início:** 28/01/2007 **Data Término:** 30/12/2020

00GW - Implantação do Projeto Público de Irrigação Tabuleiros Litorâneos do Piauí (PI).
Custo Total: R$ 309.661.701 **Data Início:** 28/02/2007 **Data Término:** 30/12/2020

021O - Construção do canal de irrigação Jaguari (RS)
Custo Total: R$ 310.000.000 **Data Início:** 01/09/2011 **Data Término:** 30/12/2023

022O - Implantação do Projeto Público de Irrigação Itamarati II (MS)
Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2021

022H - Implantação do Projeto Público de Irrigação Santa Cruz do Apodi (RN)
Custo Total: R$ 214.860.000 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 30/12/2020

00I0 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Mendubim (RN).
Custo Total: R$ 416.000.000 **Data Início:** 04/01/2016 **Data Término:** 30/12/2025

06I6 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Mocambo/Cuscuzeiro (BA)
Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 31/12/2022

04IE - Implantação do Projeto Público de Irrigação São Sepé (RS)
Custo Total: R$ 670.000.000 **Data Início:** 07/01/2014 **Data Término:** 30/12/2023

04Y3 - Implantação do Projeto Público de Irrigação Iuiú (BA).
Custo Total: R$ 350.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 31/12/2022

06HY - Revitalização do Projeto Público de Irrigação Rio Formoso do Araguaia (TO).
Custo Total: R$ 386.553.858 **Data Início:** 01/06/2011 **Data Término:** 30/12/2023

06HZ - Adequação do Projeto Público de Irrigação Mirorós (BA) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 105.676.425 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2020

06I0 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Nilo Coelho (PE) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 821.060.536 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 30/12/2021

06I1 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Formoso (BA) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 841.158.299 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2021

06I2 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Gorutuba (MG) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 179.357.381 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2021

06I3 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Curaçá (BA) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 150.750.552 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2021

06I4 - Adequação do Projeto Público de Irrigação Maniçoba (BA) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 165.099.155 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 30/12/2020

06OL - Adequação do Projeto Público de Irrigação Moxotó (PE) para transferência da Gestão
Custo Total: R$ 147.178.760 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/12/2025

06RG - Implantação da infraestrutura de apoio à irrigação em Passo da Ferraria (RS)
Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 07/01/2014 **Data Término:** 30/12/2021

PROGRAMA: 2017 - Aviação Civil

Iniciativas

04IP - Adequação da capacidade do Aeroporto de Goiânia.
Custo Total: R$ 624.595.760 **Data Início:** 28/02/2005 **Data Término:** 31/12/2019

04IQ - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Manaus.
Custo Total: R$ 563.148.428 **Data Início:** 02/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

006Z - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Campinas.
Custo Total: R$ 1.346.965.515 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2019

04IW - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Vitória.
Custo Total: R$ 1.116.996.766 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2019

0070 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Confins.
Custo Total: R$ 520.753.751 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 31/12/2019

0071 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Fortaleza.

Custo Total: R$ 502.890.709 **Data Início:** 30/06/2009 **Data Término:** 31/12/2019

0074 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional de Porto Alegre.

Custo Total: R$ 795.323.100 **Data Início:** 31/08/2007 **Data Término:** 31/12/2019

0075 - Adequação da capacidade do Aeroporto Internacional do Galeão.

Custo Total: R$ 894.160.168 **Data Início:** 30/07/2007 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2021 - Ciência, Tecnologia e Inovação

Iniciativas

017O - Construção de Fonte de Luz Síncrotron de 4ª geração.

Custo Total: R$ 1.300.000.000 **Data Início:** 01/12/2013 **Data Término:** 31/12/2019

04HF - Expansão das Instalações Física e Laboratorial do LNNano pelo Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais - CNPEM - OS.

Custo Total: R$ 60.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2022 - Combustíveis

Iniciativas

004E - Implantação da Refinaria Abreu e Lima - RNEST (PE)

Custo Total: R$ 39.590.267.161 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2020

004F - Implantação da Refinaria do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ)

Custo Total: R$ 27.263.671.726 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/05/2021

004T - Modernização e ampliação da Refinaria de Paulínia - REPLAN (SP)

Custo Total: R$ 10.389.808.410 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 31/12/2017

004U - Modernização e ampliação da Refinaria Landulpho Alves - RLAM (BA)

Custo Total: R$ 6.785.221.000 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2016

004V - Modernização e ampliação da Refinaria Presidente Bernardes - RPBC (SP)

Custo Total: R$ 6.175.851.968 **Data Início:** 01/01/2002 **Data Término:** 31/12/2016

PROGRAMA: 2024 - Comércio Exterior

Iniciativas

06SD - Participação brasileira na Exposição Universal de Milão

Custo Total: R$ 63.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/05/2016

04XS - Desenvolvimento de sistemas para a gestão automatizada dos processos revisados, de acordo com os princípios de guichê único e com o art. 9º-A do Decreto nº 660, de 1992.

Custo Total: R$ 65.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

05M3 - Implementação de plataforma do Portal Único do Comércio Exterior com interface com informações especificas para cada interveniente, permitindo, a partir de um único local, acessar os atuais e futuros sistemas relacionados ao comércio exterior (sistemas de controle fiscal, aduaneiro e administrativo) e que permita aos órgãos públicos intervenientes publicarem conteúdos de forma simples, ágil e sem a necessidade de intervenção de equipes de tecnologia da informação.

Custo Total: R$ 50.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

PROGRAMA: 2025 - Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Iniciativas

02YT - Disponibilização das comunicações estratégicas e de banda larga por meio do lançamento de um Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas - SGDC e a correspondente implantação dos sistemas em terra para o seu controle e utilização

Custo Total: R$ 1.678.442.014 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2016

0552 - Implantação da Rede Privativa da Administração Pública Federal

Custo Total: R$ 7.142.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2027 - Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

Iniciativas

06H4 - Implantação do Canal da Cultura

Custo Total: R$ 200.000.000 **Data Início:** 01/07/2012 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2058 - Defesa Nacional

Iniciativas

05NN - Modernização, racionalização e redistribuição de organizações militares no território nacional.

Custo Total: R$ 1.800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2021

05O7 - Definição de missões e de requisitos dos sistemas espaciais de interesse para a área de Defesa no Programa Estratégico de Sistemas Espaciais - PESE.

Custo Total: R$ 8.455.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2022

05OS - Desenvolvimento da propulsão nuclear para submarinos e implantação de Laboratório de Geração de Energia Nucleoelétrica (LABGENE).

Custo Total: R$ 5.270.000.000 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 31/12/2030

05PN - Implantação do Sistema de Defesa Estratégico de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020.

Custo Total: R$ 1.811.000.000 **Data Início:** 01/09/2011 **Data Término:** 30/12/2020

05PO - Aquisição e desenvolvimento de viaturas blindadas sobre rodas - Projeto Guarani.

Custo Total: R$ 20.800.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2031

05PQ - Conclusão da implantação dos 3º e 4º Batalhões de Aviação do Exército e do núcleo do 5° Batalhão de Aviação do Exército.

Custo Total: R$ 3.785.916.732 **Data Início:** 31/12/2003 **Data Término:** 30/11/2022

05PR - Implantação do Sistema Integrado de Proteção de Estruturas Estratégicas Terrestres (PROTEGER).

Custo Total: R$ 9.944.100.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 14/12/2041

05PS - Obtenção e adequação dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Custo Total: R$ 8.294.444.460 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2021

05PU - Construção de Navios-Patrulha de 500 toneladas.

Custo Total: R$ 2.160.000.000 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2025

05PV - Construção de Submarino com Propulsão Nuclear (PROSUB).

Custo Total: R$ 8.913.028.235 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 31/12/2025

05PW - Construção de Submarinos Convencionais (PROSUB).

Custo Total: R$ 10.543.832.439 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 31/12/2025

05PX - Implantação de Estaleiro e Base Naval (PROSUB).

Custo Total: R$ 12.390.262.266 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 31/12/2022

05PY - Construção de Corvetas Classe Tamandaré.

Custo Total: R$ 5.600.000.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 31/12/2026

05Q1 - Aquisição de cargueiro tático militar - Projeto KC-390.

Custo Total: R$ 4.998.000.000 **Data Início:** 01/10/2014 **Data Término:** 01/12/2022

05Q2 - Desenvolvimento e aquisição de aeronaves de caça multimissão e sistemas afins - Projeto F-X2.

Custo Total: R$ 21.290.000.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 31/12/2027

06NC - Desenvolvimento e aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral - Projeto HX_BR.

Custo Total: R$ 4.852.692.092 **Data Início:** 26/03/2009 **Data Término:** 31/12/2020

06NR - Obtenção e adequação de aeronaves militares

Custo Total: R$ 1.539.690.775 **Data Início:** 30/11/1998 **Data Término:** 31/12/2017

06NS - Modernização da frota de aeronaves AM-X (Projeto A-1M)

Custo Total: R$ 2.093.000.000 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2020

05R0 - Implantação e integração de sistemas de sensoriamento e de apoio à decisão e atuação do SISFRON.

Custo Total: R$ 11.992.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2022

05R1 - Obtenção de armamentos e sistemas para a Defesa Antiaérea das Estruturas Estratégicas do País.

Custo Total: R$ 4.162.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

05R5 - Implantação do Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz).

Custo Total: R$ 28.000.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2025

05SV - Desenvolvimento da Aeronave KC-390 (Projeto KC-X).

Custo Total: R$ 3.028.000.000 **Data Início:** 29/06/2009 **Data Término:** 29/06/2016

06NT - Implantação do pólo de Ciência e Tecnologia do Exército em Guaratiba-RJ (PCTEG).

Custo Total: R$ 3.500.000.000 **Data Início:** 04/01/2016 **Data Término:** 30/12/2027

PROGRAMA: 2038 - Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Iniciativas

06R5 - Construção dos Anexos do Blocos B e C da Esplanada dos Ministérios em Brasília - DF

Custo Total: R$ 305.150.000 **Data Início:** 04/01/2016 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2079 - Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Iniciativas

03J7 - Construção e instalação de infraestruturas prediais e laboratoriais no Inmetro e na Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade

Custo Total: R$ 526.837.415 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2080 - Educação de qualidade para todos

Iniciativas

06RK - Implantação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA
Custo Total: R$ 421.368.197 **Data Início:** 01/12/2008 **Data Término:** 31/12/2016

06RW - Implantação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA
Custo Total: R$ 260.609.550 **Data Início:** 02/01/2014 **Data Término:** 31/12/2018

06RX - Implantação da Universidade Federal do Cariri - UFCA
Custo Total: R$ 209.217.300 **Data Início:** 02/01/2014 **Data Término:** 31/12/2018

06RY - Implantação da Universidade Federal do Sul da Bahia - UFESBA
Custo Total: R$ 236.463.750 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2018

06RZ - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Roraima
Custo Total: R$ 252.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

06S0 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Tocantins
Custo Total: R$ 252.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

06S1 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Rondônia
Custo Total: R$ 252.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

06S2 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Acre
Custo Total: R$ 252.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

06S3 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá
Custo Total: R$ 252.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2017

06S4 - Construção de Prédios do Hospital de Clínicas de Porto Alegre
Custo Total: R$ 352.000.000 **Data Início:** 02/01/2012 **Data Término:** 31/12/2017

06S5 - Implantação do Hospital Universitário da Universidade Federal de Juiz de Fora
Custo Total: R$ 260.000.000 **Data Início:** 01/09/2011 **Data Término:** 30/12/2016

PROGRAMA: 2033 - Energia Elétrica

Iniciativas

000M - Implantação da Usina Hidrelétrica Simplício (MG/RJ)
Custo Total: R$ 2.289.509.162 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2017

000U - Implantação da Usina Termonuclear Angra III (RJ)
Custo Total: R$ 14.882.000.000 **Data Início:** 31/12/1995 **Data Término:** 31/12/2018

04EQ - Implantação da Usina Termelétrica Mauá 3 em Manaus (AM)
Custo Total: R$ 1.100.000.000 **Data Início:** 02/01/2013 **Data Término:** 31/12/2017

06RE - Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica Luiz Gonzaga (BA)
Custo Total: R$ 1.566.105.626 **Data Início:** 01/11/2013 **Data Término:** 31/12/2019

06SH - Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes (AP)
Custo Total: R$ 1.041.014.990 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2019

06SI - Implantação de Parques Eólicos na Região Nordeste

Custo Total: R$ 1.408.000.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 31/12/2019

04UF - Ampliação do Sistema de Transmissão da Região Sul (Leilão Aneel nº 004/2014, Lote A)

Custo Total: R$ 3.213.249.248 **Data Início:** 06/03/2015 **Data Término:** 27/03/2018

06RD - Ampliação do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica na Região Nordeste

Custo Total: R$ 2.826.265.721 **Data Início:** 31/12/1984 **Data Término:** 31/12/2017

06RB - Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos - Piauí

Custo Total: R$ 1.106.919.832 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2019

06RC - Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica - Luz para Todos - Amazonas

Custo Total: R$ 1.833.331.520 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2018

06R9 - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Amazonas

Custo Total: R$ 1.801.007.774 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

06RA - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Goiás

Custo Total: R$ 1.391.565.165 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2019

06SJ - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Piauí

Custo Total: R$ 1.039.436.166 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

06SK - Ampliação do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica - Rondônia

Custo Total: R$ 1.404.771.106 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2015 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Iniciativas

02PO - Implantação do Complexo Integrado do Instituto Nacional de Câncer - INCA

Custo Total: R$ 613.816.522 **Data Início:** 01/07/2009 **Data Término:** 31/12/2019

02QM - Implantação de novas instalações do complexo assistencial dos Institutos Nacionais de Infectologia (INI) e de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF).

Custo Total: R$ 900.000.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 31/12/2019

06RU - Implantação da nova Sede do Instituto Nacional de Cardiologia - INC.

Custo Total: R$ 213.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 31/12/2019

05V5 - Implantação da Indústria de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás.

Custo Total: R$ 700.500.000 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2017

06RP - Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento em Saúde e Produção de Imunobiológicos da Fiocruz no Ceará

Custo Total: R$ 743.890.571 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

06RQ - Construção do Complexo de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Belo Horizonte/MG.

Custo Total: R$ 250.961.346 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/06/2019

06RR - Construção do Centro de Processamento Final de Imunobiológicos.

Custo Total: R$ 1.327.218.490 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2018

06RV - Implantação da Fábrica de Recombinantes - Hemobrás.

Custo Total: R$ 1.926.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 31/12/2022

PROGRAMA: 2039 - Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Iniciativas

06R8 - Implantação de Sistemas Estratégicos para Gestão Tributária e Aduaneira.

Custo Total: R$ 1.055.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 01/01/2026

PROGRAMA: 2040 - Gestão de Riscos e de Desastres

Iniciativas

04HD - Construção da Barragem Castelo (PI)

Custo Total: R$ 320.650.000 **Data Início:** 02/09/2013 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2081 - Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Iniciativas

04ZB - Construção do Edifício Sede da Polícia Federal.

Custo Total: R$ 290.000.000 **Data Início:** 15/11/2016 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2046 - Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Iniciativas

04EL - Reconstrução da Estação Antártica Comandante Ferraz.

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 10/03/2012 **Data Término:** 24/03/2017

PROGRAMA: 2042 - Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Iniciativas

04OL - Construção e implantação da Embrapa Cocais.

Custo Total: R$ 65.249.040 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/07/2018

PROGRAMA: 2053 - Petróleo e Gás

Iniciativas

0053 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção II

Custo Total: R$ 13.579.274.000 **Data Início:** 01/01/2007 **Data Término:** 31/12/2016

0054 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção III

Custo Total: R$ 7.116.261.262 **Data Início:** 01/01/2008 **Data Término:** 31/12/2016

0057 - Construção de Unidades Estacionárias de Produção V

Custo Total: R$ 49.888.406.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2020

04HC - Implantação de gasoduto de escoamento de gás natural do pré-sal para processamento no

Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ

Custo Total: R$ 5.922.708.000 **Data Início:** 01/01/2013 **Data Término:** 31/12/2018

005S - Exploração de bacias sedimentares marítimas - realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços

Custo Total: R$ 67.546.231.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

005T - Exploração de bacias sedimentares terrestres - realização de levantamentos sísmicos e perfuração de poços

Custo Total: R$ 8.109.329.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2019

0568 - Construção de centro para armazenamento, conservação e análise do acervo de amostras de rochas e fluidos

Custo Total: R$ 100.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2056 - Política Espacial

Iniciativas

05H6 - Implantação e modernização dos Sistemas Operacionais e de Apoio Operacional de lançamento do Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI).

Custo Total: R$ 825.311.455 **Data Início:** 01/01/2009 **Data Término:** 31/12/2019

06SE - Implementação do Plano de Absorção e Transferência de Tecnologia no Âmbito do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC).

Custo Total: R$ 165.000.000 **Data Início:** 01/01/2015 **Data Término:** 31/12/2018

PROGRAMA: 2059 - Política Nuclear

Iniciativas

00ZQ - Implantação do Empreendimento Reator Multipropósito Brasileiro.

Custo Total: R$ 1.500.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2021

00ZZ - Expansão da Unidade de Concentrado de Urânio em Caetité/BA.

Custo Total: R$ 150.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 30/11/2017

0101 - Implantação da Usina de Conversão de Urânio.

Custo Total: R$ 350.396.063 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2024

0102 - Implantação da Usina de Enriquecimento de Urânio e da Fábrica de Ultracentrífugas - Unidade Tecnológica de Separação Isotópica (UTSI).

Custo Total: R$ 3.652.727.606 **Data Início:** 01/08/2000 **Data Término:** 31/12/2031

010E - Implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Nível de Radiação (RBMN).

Custo Total: R$ 156.000.000 **Data Início:** 01/01/2012 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2084 - Recursos Hídricos

Iniciativas

01LH - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco - Eixo Norte (CE/PB/PE/RN)

Custo Total: R$ 6.127.751.247 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2017

04U0 - Implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco – Eixo Leste (PB/PE)

Custo Total: R$ 3.463.291.998 **Data Início:** 31/12/2004 **Data Término:** 31/12/2017

01LB - Implantação do Canal do Sertão Alagoano (AL)

Custo Total: R$ 2.396.970.514 **Data Início:** 01/01/2001 **Data Término:** 31/12/2019

04HB - Implantação do Ramal do Agreste (PE)

Custo Total: R$ 1.376.887.801 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2020

01LF - Implantação do Cinturão das Águas (CE)

Custo Total: R$ 1.100.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2020

06HV - Implantação do Canal Xingó (BA/SE)

Custo Total: R$ 1.200.000.000 **Data Início:** 01/01/2017 **Data Término:** 30/12/2022

01LJ - Implantação do Sistema Adutor do Agreste (PE)

Custo Total: R$ 1.259.586.562 **Data Início:** 31/12/2007 **Data Término:** 31/12/2020

04H9 - Implantação do Ramal do Apodi (CE/PB/RN)

Custo Total: R$ 1.989.608.044 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2020

01LA - Implantação do Canal da Vertente Litorânea (PB)

Custo Total: R$ 982.497.887 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

04HA - Implantação do Ramal do Entremontes (PE)

Custo Total: R$ 1.151.230.139 **Data Início:** 01/01/2014 **Data Término:** 31/12/2020

01L5 - Implantação da Barragem Congonhas (MG)

Custo Total: R$ 356.713.583 **Data Início:** 01/01/2000 **Data Término:** 30/12/2025

01LL - Implantação do Sistema Jequitaí (MG)

Custo Total: R$ 319.942.608 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 30/12/2020

01L7 - Implantação da Barragem Fronteiras (CE)

Custo Total: R$ 503.100.000 **Data Início:** 07/01/2008 **Data Término:** 30/12/2025

01L8 - Implantação da Barragem Oiticica (RN)

Custo Total: R$ 292.000.000 **Data Início:** 03/01/2006 **Data Término:** 31/12/2020

04FL - Implantação da Adutora do Pajeú (PB/PE)

Custo Total: R$ 361.820.000 **Data Início:** 31/08/2007 **Data Término:** 31/12/2020

04CS - Implantação da Barragem Berizal no Rio Pardo (MG)

Custo Total: R$ 414.988.298 **Data Início:** 01/03/1998 **Data Término:** 30/12/2025

04EM - Ampliação do Sistema Adutor do Oeste (PE)

Custo Total: R$ 312.166.666 **Data Início:** 30/01/2013 **Data Término:** 31/12/2019

04IF - Implantação do Ramal do Salgado (CE)

Custo Total: R$ 668.505.534 **Data Início:** 01/09/2015 **Data Término:** 31/12/2020

04U2 - Implantação do Ramal Piancó (PB)

Custo Total: R$ 272.000.000 **Data Início:** 02/01/2016 **Data Término:** 31/12/2020

05NM - Implantação da Barragem Cruzeiro (BA)

Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 01/01/2018 **Data Término:** 30/12/2025

05NU - Implantação da Barragem Poço Comprido (CE)

Custo Total: R$ 250.000.000 **Data Início:** 01/01/2018 **Data Término:** 30/12/2025

06SP - Implantação da Adutora Chapecozinho (SC)

Custo Total: R$ 324.888.299 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2019

01LP - Recuperação de Reservatórios Estratégicos para a Integração do Rio São Francisco (CE/PB/PE/RN)

Custo Total: R$ 400.000.000 **Data Início:** 01/01/2011 **Data Término:** 31/12/2021

PROGRAMA: 2047 - Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

Iniciativas

06SG - Implantação de Sistema Integrado de Acesso a Serviços para Empresas.

Custo Total: R$ 297.369.602 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 31/12/2019

PROGRAMA: 2086 - Transporte Aquaviário

Iniciativas

04DL - Adequação da navegabilidade da Hidrovia Tocantins-Araguaia.

Custo Total: R$ 480.000.000 **Data Início:** 03/01/2012 **Data Término:** 30/12/2020

00Q8 - Adequação da navegabilidade da Hidrovia do Rio Tietê e afluentes.

Custo Total: R$ 923.000.000 **Data Início:** 01/11/2012 **Data Término:** 31/01/2020

056M - Adequação dos acessos aquaviários no Porto de Paranaguá/PR.

Custo Total: R$ 423.817.389 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 31/12/2018

056N - Adequação dos acessos aquaviários no Porto de Santos/SP.

Custo Total: R$ 442.500.000 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 31/12/2018

056P - Adequação dos acessos aquaviários no Porto de Suape/PE.

Custo Total: R$ 384.000.000 **Data Início:** 30/09/2007 **Data Término:** 31/12/2020

056C - Implantação da passagem inferior do Valongo (mergulhão) no Porto de Santos/SP.

Custo Total: R$ 310.000.000 **Data Início:** 01/12/2016 **Data Término:** 31/12/2019

056D - Implantação da Av. Perimentral Portuária na margem esquerda do Porto de Santos/SP.

Custo Total: R$ 385.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 31/03/2019

056H - Construção de instalação portuária na ilha de Cocaia em Suape/PE.

Custo Total: R$ 377.000.000 **Data Início:** 01/09/2013 **Data Término:** 31/12/2020

PROGRAMA: 2087 - Transporte Terrestre

Iniciativas

04IG - Adequação da Rodovia BR-020/BA.

Custo Total: R$ 765.830.000 **Data Início:** 03/08/2015 **Data Término:** 01/08/2020

009U - Adequação da Rodovia BR-050/MG.

Custo Total: R$ 542.500.000 **Data Início:** 01/11/1993 **Data Término:** 31/12/2016

009V - Adequação da Rodovia BR-060/GO.

Custo Total: R$ 1.680.000.000 **Data Início:** 01/10/2010 **Data Término:** 31/12/2016

009W - Adequação da Rodovia BR-101/AL.

Custo Total: R$ 2.203.500.000 **Data Início:** 01/03/2010 **Data Término:** 01/11/2019

009X - Adequação da Rodovia BR-101/BA.



Custo Total: R$ 1.624.500.000 **Data Início:** 01/10/2014 **Data Término:** 03/02/2023

009Z - Adequação da Rodovia BR-101/PB.
Custo Total: R$ 766.500.000 **Data Início:** 09/01/2015 **Data Término:** 01/04/2017

00A0 - Adequação da Rodovia BR-101/PE.
Custo Total: R$ 1.408.400.000 **Data Início:** 01/01/2010 **Data Término:** 30/09/2019

00A1 - Adequação da Rodovia BR-101/RJ.
Custo Total: R$ 1.071.672.772 **Data Início:** 01/10/2006 **Data Término:** 05/01/2023

00A2 - Adequação da Rodovia BR-101/RN.
Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/11/2001 **Data Término:** 30/12/2019

00A4 - Adequação da Rodovia BR-101/SC.
Custo Total: R$ 3.496.400.000 **Data Início:** 01/05/2011 **Data Término:** 30/12/2019

00A6 - Adequação da Rodovia BR-101/SE.
Custo Total: R$ 1.508.000.000 **Data Início:** 01/05/2010 **Data Término:** 30/12/2018

00A7 - Adequação da Rodovia BR-116/BA.
Custo Total: R$ 1.141.680.000 **Data Início:** 01/10/2014 **Data Término:** 30/12/2020

00A8 - Adequação da Rodovia BR-116/RS.
Custo Total: R$ 1.784.000.000 **Data Início:** 20/08/2012 **Data Término:** 30/12/2019

05LW - Adequação da Rodovia BR-135/MA.
Custo Total: R$ 1.505.000.000 **Data Início:** 01/09/2012 **Data Término:** 01/08/2020

06QU - Adequação da Rodovia BR-135/PI.
Custo Total: R$ 730.000.000 **Data Início:** 03/08/2015 **Data Término:** 01/08/2018

06QV - Adequação da Rodovia BR-153/TO.
Custo Total: R$ 700.000.000 **Data Início:** 01/12/2016 **Data Término:** 30/06/2020

00A9 - Adequação da Rodovia BR-163/MT.
Custo Total: R$ 2.259.000.000 **Data Início:** 01/12/2007 **Data Término:** 30/08/2019

04BS - Adequação da Rodovia BR-163/PR.
Custo Total: R$ 581.900.000 **Data Início:** 01/07/2011 **Data Término:** 30/12/2017

05M2 - Adequação da Rodovia BR-222/CE.
Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 01/05/2009 **Data Término:** 30/12/2020

04DO - Adequação da Rodovia BR-230/PB.
Custo Total: R$ 536.100.000 **Data Início:** 01/07/2015 **Data Término:** 30/12/2021

04IJ - Adequação da Rodovia BR-251/MG.
Custo Total: R$ 1.300.000.000 **Data Início:** 01/07/2016 **Data Término:** 30/07/2019

00AA - Adequação da Rodovia BR-262/ES.
Custo Total: R$ 2.385.000.000 **Data Início:** 01/12/2014 **Data Término:** 03/04/2022

00AM - Adequação da Rodovia BR-280/SC.
Custo Total: R$ 1.249.900.000 **Data Início:** 01/12/2013 **Data Término:** 02/09/2021

00AC - Adequação da Rodovia BR-290/RS.
Custo Total: R$ 721.000.000 **Data Início:** 01/02/2014 **Data Término:** 30/12/2020

04BY - Adequação da Rodovia BR-304/RN.
Custo Total: R$ 1.800.000.000 **Data Início:** 01/12/2016 **Data Término:** 30/12/2021

00AF - Adequação da Rodovia BR-381/MG.

Custo Total: R$ 3.422.500.000 **Data Início:** 01/07/2014 **Data Término:** 03/12/2021

00AG - Adequação da Rodovia BR-392/RS.

Custo Total: R$ 714.000.000 **Data Início:** 11/09/2009 **Data Término:** 03/08/2020

05LO - Adequação da Rodovia BR-415/BA.

Custo Total: R$ 540.000.000 **Data Início:** 12/12/2015 **Data Término:** 30/12/2020

04GT - Adequação da Rodovia BR-423/PE.

Custo Total: R$ 640.000.000 **Data Início:** 01/12/2016 **Data Término:** 30/12/2020

00AH - Adequação da Rodovia BR-470/SC.

Custo Total: R$ 1.172.005.550 **Data Início:** 01/05/2013 **Data Término:** 04/07/2022

06RH - Adequação da Rodovia BR-493/RJ.

Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 05/02/2014 **Data Término:** 30/12/2020

04HL - Construção do acesso ao Terminal Portuário de Capuaba - BR-447/ES.

Custo Total: R$ 825.000.000 **Data Início:** 01/12/2014 **Data Término:** 30/12/2020

00AT - Construção e Adequação do Anel Rodoviário de Belo Horizonte.

Custo Total: R$ 2.600.000.000 **Data Início:** 30/06/2016 **Data Término:** 04/11/2023

00AX - Construção do Arco Rodoviário do Rio de Janeiro - BR-101/RJ e BR-493/RJ.

Custo Total: R$ 1.552.000.000 **Data Início:** 01/04/2007 **Data Término:** 30/12/2016

00B1 - Construção do Rodoanel de São Paulo.

Custo Total: R$ 2.050.000.000 **Data Início:** 25/02/2013 **Data Término:** 30/12/2019

04F4 - Construção do Arco Rodoviário Metropolitano de Recife/PE - BR-101/PE.

Custo Total: R$ 1.210.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 30/12/2019

04H2 - Construção do Anel Rodoviário de Uberaba/MG - BR-262/MG.

Custo Total: R$ 592.000.000 **Data Início:** 01/10/2016 **Data Término:** 30/12/2020

06RF - Construção do Contorno norte da região metropolitana de Porto Alegre - BR-116/448/RS.

Custo Total: R$ 600.000.000 **Data Início:** 01/08/2015 **Data Término:** 30/12/2020

04I8 - Construção da BR-010/TO.

Custo Total: R$ 965.000.000 **Data Início:** 01/06/2016 **Data Término:** 01/06/2020

05O2 - Construção da BR 080/GO.

Custo Total: R$ 663.000.000 **Data Início:** 01/05/2011 **Data Término:** 18/02/2020

04IL - Construção da BR-030/BA.

Custo Total: R$ 760.469.964 **Data Início:** 01/12/2016 **Data Término:** 01/08/2021

06QX - Construção da BR-080/MT.

Custo Total: R$ 650.000.000 **Data Início:** 01/01/2016 **Data Término:** 30/12/2020

00B6 - Construção da BR-135/PI/BA/MG.

Custo Total: R$ 1.002.411.108 **Data Início:** 01/05/2010 **Data Término:** 30/12/2020

04CE - Construção da BR-156/AP.

Custo Total: R$ 859.000.000 **Data Início:** 30/09/2014 **Data Término:** 31/12/2018

00B9 - Construção da BR-163/PA.

Custo Total: R$ 2.131.000.000 **Data Início:** 01/02/2010 **Data Término:** 01/12/2017

04HN - Construção da BR-174/MT.



Custo Total: R$ 684.798.850 **Data Início:** 30/04/2016 **Data Término:** 30/07/2021

00BM - Construção da BR-230/PA.
Custo Total: R$ 2.028.878.779 **Data Início:** 15/07/2010 **Data Término:** 30/12/2020

00BB - Construção da BR-235/BA.
Custo Total: R$ 1.112.916.553 **Data Início:** 01/04/2014 **Data Término:** 30/12/2020

00BC - Construção da BR-242/MT.
Custo Total: R$ 714.400.000 **Data Início:** 01/03/2012 **Data Término:** 30/12/2020

00BD - Construção da BR-242/TO.
Custo Total: R$ 597.300.000 **Data Início:** 01/10/2010 **Data Término:** 30/12/2019

00BN - Construção da BR-319/AM.
Custo Total: R$ 1.879.319.610 **Data Início:** 30/07/2008 **Data Término:** 30/12/2018

00BG - Construção da BR-364/AC.
Custo Total: R$ 1.146.000.000 **Data Início:** 01/03/2003 **Data Término:** 01/12/2017

04F7 - Construção da BR-392/RS.
Custo Total: R$ 1.600.000.000 **Data Início:** 01/12/2016 **Data Término:** 30/12/2021

00BH - Construção da BR-429/RO.
Custo Total: R$ 740.000.000 **Data Início:** 30/12/2008 **Data Término:** 30/12/2018

04AE - Construção da BR-448/RS.
Custo Total: R$ 1.335.900.000 **Data Início:** 22/05/2007 **Data Término:** 31/12/2016

05P1 - Construção da BR- 487/PR.
Custo Total: R$ 500.000.000 **Data Início:** 30/04/2013 **Data Término:** 30/12/2019

04ES - Construção da 2ª ponte sobre o Rio Guaíba - na BR-116/RS e BR-290/RS.
Custo Total: R$ 800.000.000 **Data Início:** 30/04/2014 **Data Término:** 30/12/2019

00BU - Construção de Ferrovia - EF 151 - Ferrovia Norte-Sul.
Custo Total: R$ 11.515.300.000 **Data Início:** 01/12/2006 **Data Término:** 31/12/2016

00BV - Construção de Ferrovia - EF 232/116 - Ferrovia Nova Transnordestina.
Custo Total: R$ 1.433.600.000 **Data Início:** 01/01/2006 **Data Término:** 30/12/2018

00BZ - Construção de Ferrovia - EF 334 - Ferrovia de Integração Oeste-Leste.
Custo Total: R$ 6.388.000.000 **Data Início:** 06/12/2010 **Data Término:** 30/12/2018

Plano Plurianual
2016-2019

DESENVOLVIMENTO, PRODUTIVIDADE E INCLUSÃO SOCIAL

MENSAGEM PRESIDENCIAL



Ministério do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA



MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO ESTRATÉGICO

PPA 2016 – 2019
MENSAGEM PRESIDENCIAL

BRASÍLIA–DF
2015

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Presidenta da República
Dilma Vana Rousseff

Vice-Presidente da República
Michel Miguel Elias Temer Lulia

MINISTROS:

Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União
Luís Inácio Lucena Adams

Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil
Aloizio Mercadante Oliva

Ministro de Estado-Chefe da Controladoria-Geral da União
Valdir Moysés Simão

Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Kátia Regina de Abreu

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação
José Aldo Rebelo Figueiredo

Ministra de Estado da Cultura
Juca Ferreira

Ministro de Estado da Defesa
Jacques Wagner

Ministro de Estado da Educação
Renato Janine Ribeiro

Ministro de Estado da Fazenda
Joaquim Levy

Ministro de Estado da Integração Nacional
Gilberto Magalhães Occhi

Ministro de Estado da Justiça
José Eduardo Martins Cardozo

Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura
Helder Barbalho

Ministro de Estado da Previdência Social
Carlos Eduardo Gabas

Ministro de Estado da Saúde
Ademar Arthur Chioro dos Reis

Ministro de Estado das Cidades
Gilberto Kassab

Ministro de Estado das Comunicações
Ricardo Berzoini

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Mauro Luiz Lecker Vieira

Ministro de Estado de Minas e Energia
Carlos Eduardo de Souza Braga

Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário
Patrus Ananias de Sousa

Ministra de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Tereza Campello

Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Armando Monteiro Neto

Ministro de Estado do Esporte
George Hilton dos Santos Cecílio

Ministra de Estado do Meio Ambiente
Izabella Mônica Vieira Teixeira

Ministra de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão
Nelson Barbosa

Ministro de Estado do Trabalho e Emprego
Manoel Dias

Ministro de Estado do Turismo
Henrique Eduardo Lyra Alves

Ministro de Estado dos Transportes
Antônio Carlos Rodrigues

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República
Guilherme Afif Domingos

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República – Interino
Roberto Mangabeira Unger

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Eliseu Padilha

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Gilberto José Spier Vargas

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República
Nilma Lino Gomes

Ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República
Eleonora Menicucci de Oliveira

Ministro de Estado-Chefe da Secretaria de Portos da Presidência da República
Edinho Araújo

Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República
Edinho Silva

Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República
Miguel Rosseto

Ministro de Estado-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira

Presidente do Banco Central do Brasil
Alexandre Antonio Tombini

CC-BY-NC Creative Commons 2015 – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos.

Permitida a reprodução sem fins lucrativos, parcial ou total, por qualquer meio, se citada a fonte.

Os endereços nos quais se encontram o original são:
http://www.planejamento.gov.br,
http://bibspi.planejamento.gov.br.

Impresso no Brasil.

Projeto gráfico
Roberto Tavares Walkowicz

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 8
INTRODUÇÃO 9
DIMENSÃO ESTRATÉGICA 14
Visão de Futuro 15
Cenário Macroeconômico 20
Eixos Estratégicos 26
Diretrizes Estratégicas 37
PPA EM GRANDES NÚMEROS 42
DIMENSÃO TÁTICA 55
Social e Segurança Pública 56
Infraestrutura 119
Desenvolvimento Produtivo e Ambiental 157
Temas Especiais 185

APRESENTAÇÃO

O PPA 2016-2019 integra um projeto nacional de desenvolvimento que vem se consolidando há mais de uma década e que concilia o crescimento econômico com a distribuição da renda e a inclusão social. O novo Plano Plurianual traz inovações que dão sequência ao processo permanente de aperfeiçoamento metodológico do planejamento no governo federal.

A estratégia de direcionar a atuação do Estado na promoção de um modelo inclusivo de desenvolvimento foi decisiva para a melhoria na distribuição da renda, seja pela ampliação do combate à pobreza como compromisso de toda a sociedade, seja pela manutenção dos níveis de emprego e rendimento do trabalho em meio a um contexto de crise econômica internacional.

A inclusão social tem proporcionado uma condição de vida melhor a uma parcela expressiva da população, a partir do acesso à renda e às oportunidades. E o patamar de desenvolvimento que o Brasil vem alcançando nesses últimos anos tem também como consequência uma nova visão da sociedade com relação às suas possibilidades e expectativas. As demandas da população exigem esforços ainda maiores do Estado, seja com mais investimentos em infraestrutura, aumentando a competitividade da economia, seja com mais serviços públicos de qualidade.

O duplo desafio de preservar as conquistas e aprofundar os avanços não é somente uma opção do governo federal, mas sobretudo uma escolha da própria sociedade, traduzida inclusive nos espaços de discussão do próprio PPA 2016-2019, que contou com ampla participação social nas suas diferentes etapas de elaboração.

O PPA 2016-2019 foi construído dentro deste contexto e, a partir de uma Dimensão Estratégica, detalha sua Dimensão Programática, representada pelos Programas Temáticos e de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, indicando os principais compromissos do governo para os próximos quatro anos.

INTRODUÇÃO

A construção e a consolidação de um modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental orientado pela inclusão social e pela redução das desigualdades é o resultado mais tangível dos esforços de implementação das políticas públicas que caracterizaram o país no período recente. Os desafios para o momento atual remetem tanto à consolidação dos direitos conquistados quanto ao aperfeiçoamento das políticas públicas na busca pela melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade por toda a população brasileira.

Dando sequência a este modelo de desenvolvimento, o PPA 2016-2019 define as escolhas estratégicas para atender às novas demandas de uma sociedade que também tem mudado e evoluído nesse período.

Para enfrentar esses desafios e aproximar ainda mais as políticas públicas da realidade e anseios da sociedade, foram empreendidas ações com a finalidade de aprimorar tanto o próprio PPA quanto o seu processo de construção, fortalecendo seu caráter de espaço institucional de participação da sociedade civil.

Estrutura e metodologia do PPA

O PPA 2012-2015 trouxe inovações à metodologia de elaboração anteriormente vigente. A mudança de estrutura e conceitos relacionados ocorreu, principalmente, com o intuito de dotar o Plano da capacidade de interpretar a realidade na qual é implantado e as especificidades de cada política pública nele inserida e, assim, comunicar melhor os compromissos do governo, evitando a linguagem rigidamente técnica e facilitando a incorporação das agendas do governo e a apropriação do Plano pela Sociedade.

Este modelo, fundamentado em uma leitura por temas de políticas públicas, buscou fortalecer o caráter estratégico do Plano, evitando sua identificação com uma visão de curto prazo, mais própria dos orçamentos. O PPA deve apresentar os objetivos e metas da administração pública para o período de quatro anos, identificando as prioridades do governo em linha com os planejamentos setoriais.

Ao final de 2014, com a experiência adquirida após três anos de gestão do PPA 2012-2015 e com base no acervo de informações e conhecimentos sobre a implementação das políticas públicas obtido por meio do seu monitoramento, verificou-se que importantes avanços, de fato, foram conquistados, mas desafios igualmente relevantes se apresentavam para a contínua melhoria do Plano.

Tais desafios não recaem principalmente sobre questões metodológicas e, portanto, para o PPA 2016-2019 não foram realizadas alterações significativas quanto a sua estrutura e conceitos.

As mudanças concentraram-se em dois pontos. O primeiro foi reforçar o caráter estratégico do Plano, estruturando-o em uma Dimensão Estratégica, contendo uma Visão de Futuro e um conjunto de Eixos e Diretrizes Estratégicas. O debate para a elaboração do PPA foi iniciado a partir das Diretrizes Estratégicas, previamente à elaboração dos Programas, tanto no âmbito interno do governo como com a sociedade civil. Buscou-se evidenciar o projeto estratégico de governo, que orienta a construção dos Programas Temáticos, expressando os cursos de ação propostos para o alcance dos resultados esperados para o Plano. Estabelece-se, assim, uma conexão lógica que permite visualizar como a estratégia geral do governo, anunciada na Dimensão Estratégica, orienta as escolhas das políticas públicas materializadas em Objetivos e Metas expostos na Dimensão Programática.

O segundo ponto teve como foco qualificar o conteúdo dos Programas Temáticos, que passam a expressar com maior clareza as escolhas estratégicas para cada área por meio de seus Objetivos e respectivas Metas, que por sua vez destacam de forma concisa as entregas mais relevantes e estruturantes para a implementação das políticas públicas.

O processo de elaboração do PPA foi condicionado, desde o início, pela sua característica mais estratégica e focada. Nesse contexto, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão promoveu, entre o final de 2014 e início de 2015, rodadas de discussão e de reflexão internas, que buscaram identificar as principais conquistas e os desafios a serem enfrentados no processo que se iniciava.

No mês de março de 2015, foi iniciado o debate sobre as Diretrizes Estratégicas do PPA no âmbito do diálogo entre o governo e a sociedade civil. Em maio e junho, ocorreram as Oficinas Governamentais de Formulação dos Programas Temáticos. Essa etapa foi caracterizada pelo amplo diálogo interno no governo federal, com a adoção de metodologia baseada na construção coletiva do Plano. As oficinas, realizadas por Programa Temático, contaram com a apresentação e discussão de propostas por representantes dos órgãos envolvidos nos respectivos temas. No total ocorreram 120 oficinas, com a participação de aproximadamente 4.000 pessoas, além de reuniões bilaterais para a pactuação, especialmente, de políticas transversais aos programas. Os trabalhos foram divididos em duas rodadas de oficinas para cada Programa, iniciando-se por um alinhamento conceitual e metodológico, para também a partir de uma avaliação do Programa correspondente no PPA 2012-2015, discutir e definir o conjunto dos Objetivos. Após a construção coletiva do escopo do Programa, por meio dos Objetivos, seguiu-se a definição das Metas e Iniciativas e, por fim, a seleção dos Indicadores.

A Participação Social na Elaboração do PPA 2016-2019

O PPA 2016-2019 reforça a participação social na gestão pública não somente como diretriz para a implementação das políticas públicas, mas também na sua fase de elaboração e planejamento, seja como estratégia de reconhecimento do papel da sociedade, seja como forma de aperfeiçoamento da ação governamental. A participação de pessoas e entidades ocorreu em encontros presenciais e por meio de canais virtuais de diálogo, com propostas relativas à formulação do PPA 2016-2019, e permanecerá ao longo da sua implementação, nas dimensões de monitoramento e avaliação.

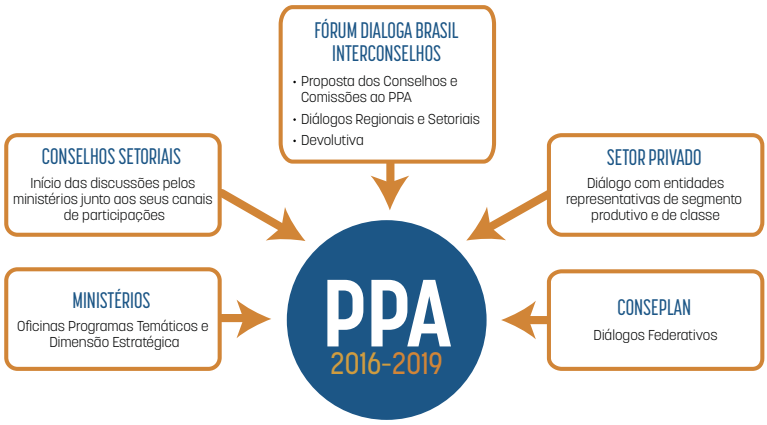
Como ferramenta legítima de materialização dos compromissos democráticos do governo, o PPA permanece aberto à constante interação com a sociedade. É nessa lógica que o governo tem buscado aperfeiçoar e consolidar os canais de participação social na elaboração e gestão do Plano. O processo coletivo e contínuo de construção do PPA, baseado no debate organizado, fortalece e qualifica o planejamento.

O PPA 2004-2007 inaugurou essa experiência no Brasil, contando com a participação de 2.000 organizações nos fóruns realizados em todos os estados e no Distrito Federal. No PPA 2008-2011, foram consolidados canais formais de participação social no planejamento governamental, com importante interação junto ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Para a formulação do PPA 2012-2015, foi realizada a primeira edição do Fórum Interconselhos, com 300 participantes representando conselhos e comissões nacionais e entidades de diversos setores da sociedade.

A construção do PPA 2016-2019 alcançou, assim, um novo patamar, no que diz respeito aos diálogos sociais, ao ampliar o processo de consulta durante a fase de elaboração, com envolvimento direto dos Ministérios, e ao promover a continuidade da participação na fase de acompanhamento da execução do Plano. A permanente pactuação democrática do PPA requer constante aprimoramento das estruturas do governo e dos próprios canais de discussão ao longo do ciclo de elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

As atividades de discussão para a elaboração do PPA 2016-2019 ocorreram tanto entre órgãos governamentais quanto junto à sociedade civil, contando com apoio da Secretaria Geral da Presidência da República, conforme ilustrado pela Figura 1.

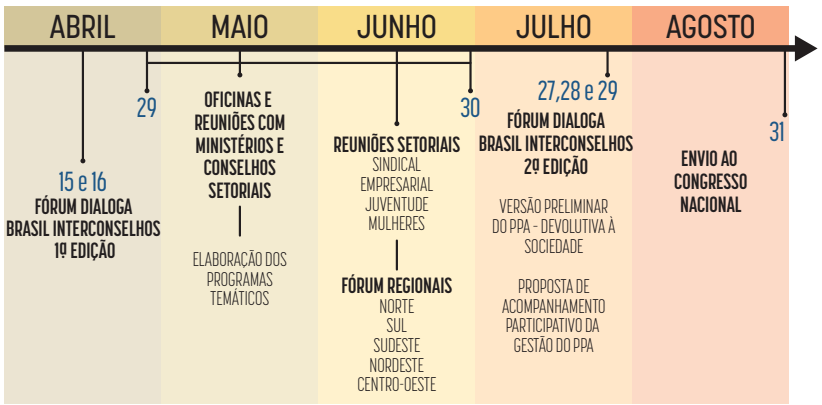
FIGURA 1 - ETAPAS NA ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019



Assim como ocorreu com os órgãos governamentais, o diálogo com a população também se iniciou com o debate sobre as Diretrizes Estratégicas, por ocasião do Fórum Dialoga Brasil - Interconselhos ampliado, ocorrido em abril. Na continuidade, houve seis Fóruns Regionais, ocorridos nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste (duas) e quatro Fóruns Setoriais (Juventude, Mulheres, Sindical e Empresarial) entre os meses de maio e junho. Em todo esse processo houve a participação de mais de 4.000 pessoas, entre representantes de conselhos setoriais e comissões nacionais, movimentos sociais e entidades diversas.

Nessa etapa da elaboração, as contribuições provenientes do Fórum Dialoga Brasil, assim como as propostas encaminhadas pelos Fóruns Regionais e Setoriais, foram apresentadas aos Ministérios, que puderam analisar e indicar de que forma as propostas acatadas incidiriam nos Programas do PPA.

FIGURA 2 - CRONOGRAMA DE PARTICIPAÇÃO NA ELABORAÇÃO DO PPA 2016-2019



Nos seis Fóruns Regionais do Dialoga Brasil no PPA, os participantes puderam encaminhar diretamente suas propostas às plenárias ou encaminhar sugestões por escrito aos organizadores do evento. Os quatro Fóruns Setoriais, realizados com representantes de organizações dos direitos das mulheres e da juventude, além do setor empresarial e sindical, também produziram diversas propostas para o PPA 2016-2019.

Foram mais de 1.000 propostas recebidas e sistematizadas seguindo a ótica de organização do PPA por Programas Temáticos. O relatório de sistematização das propostas foi disponibilizado na sessão devolutiva do Fórum Interconselhos, realizada em julho. Os participantes receberam as respostas a cada uma das propostas aportadas e como estas foram (ou não) incorporadas ao PPA 2016-2019. Na oportunidade os participantes também discutiram a elaboração de uma agenda de acompanhamento do PPA a ser pactuada com o governo a partir de 2016.

Sobre o aspecto federativo, a articulação em torno da elaboração do PPA 2016-2019 contou com o envolvimento do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan), parceiro permanente no processo de planejamento e coordenação das políticas públicas.

A agenda de trabalho conjunta ocorreu nos Fóruns Nacionais de Secretários Estaduais de Planejamento, realizados em 2015, com a apresentação da metodologia e do cronograma de construção do PPA 2016-2019. O conteúdo dos Programas Temáticos também foi apresentado e discutido em oficinas com representantes das secretarias estaduais para mapear os principais temas que necessitavam de abordagem federativa.

As diversas etapas participativas promoveram um processo de elaboração do PPA transparente e inovador, pois incluiu a participação da sociedade civil de forma direta durante a elaboração do Plano e por realizar uma devolutiva das propostas antes do envio ao Congresso Nacional. Assim, percebe-se que os Eixos Estratégicos, Diretrizes e Programas Temáticos expressam as políticas públicas prioritárias a serem implementadas no próximo quadriênio, reforçando a centralidade dos mecanismos de participação social.

O processo de participação nas políticas públicas não se encerra com a elaboração e indicação das suas prioridades, mas permanece ativo ao longo de sua implementação, avaliação e aperfeiçoamento, em um contínuo processo de escuta, diálogo e elaboração conjunta de políticas públicas entre o governo e a sociedade.

O esforço de construção do PPA 2016-2019 resultou em 54 Programas Temáticos, que apontam os caminhos a serem percorridos pela ação do governo federal até 2019, por meio de seus 303 Objetivos e 1118 Metas. Ressalta-se que o amplo processo de debate viabilizou a definição de um conjunto de metas mais focado e estruturante para as políticas públicas. A seguir apresenta-se a Dimensão Estratégica para o PPA 2016-2019, que, por meio de 28 Diretrizes, orientou a elaboração dos Programas do Plano.

DIMENSÃO ESTRATÉGICA



DIMENSÃO ESTRATÉGICA DO PPA 2016-2019

A Dimensão Estratégica do Plano Plurianual traduz as principais linhas estratégicas definidas pelo governo federal para a implementação de políticas públicas, tendo como horizonte o período de quatro anos.

No PPA 2016-2019, a Dimensão Estratégica é composta pela Visão de Futuro, pelo Cenário Macroeconômico, pelos Eixos Estratégicos e pelas Diretrizes Estratégicas que orientam a elaboração da estrutura programática, especialmente dos Programas Temáticos, que compõem a Dimensão Tática do PPA ao lado dos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

VISÃO DE FUTURO

A Visão de Futuro do país pode ser entendida como a declaração de um desejo coletivo, factível e claro, que orienta o planejamento da ação governamental. É nesse sentido que o PPA 2016-2019 assume como Visão de Futuro um Brasil que se reconheça e seja reconhecido como:

- uma sociedade inclusiva, democrática e mais igualitária, com educação de qualidade, respeito e valorização da diversidade e que tenha superado a extrema pobreza;
- uma economia sólida, dinâmica e sustentável, capaz de expandir e renovar competitivamente sua estrutura produtiva com geração de empregos de qualidade e com respeito ao meio ambiente.

O Plano Plurianual 2016-2019, elaborado em um cenário desafiador[1] e em meio a novas exigências da sociedade, procura dar sequência ao projeto de desenvolvimento inclusivo presente nos últimos três PPAs. Esse projeto, rompendo com a tradição do país, vem perseguindo simultaneamente há mais de uma década dois objetivos nele vistos como indissociáveis, o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais e regionais. Dois pilares o sustentam: o primeiro consiste no impulso à expansão do mercado de consumo e produção de massa por meio, principalmente, do aumento das transferências diretas no âmbito da seguridade social e das políticas de inclusão e de redução das desigualdades; de medidas que facilitam a ampliação do crédito; e do aumento dos salários reais permitido, particularmente, pela política de valorização do salário mínimo, pelos incentivos à formalização, e pela expansão dos serviços públicos universais.

O segundo pilar está centrado na promoção do investimento, público e privado, coordenado pelo governo, em infraestrutura econômica e social. O impulso de demanda associado a esses dois pilares tem sido acompanhado pelo fomento à ciência e tecnologia e pelo crédito à produção que, em conjunto com o aumento das escalas produtivas e da qualificação da mão-de-obra e a

1 Ver seção "Cenário Macroeconômico" deste documento.

redução dos custos logísticos induzem o investimento privado necessário para atender aquela demanda e permitir a reprodução do modelo.

No período de execução desses Planos, cada avanço obtido foi sucedido por um novo desafio, ainda mais complexo. A figura a seguir resume os principais eixos das estratégias dos PPAs desde 2004, materializados em conquistas para a sociedade brasileira.

QUADRO 1 - TRAJETÓRIA DAS ESTRATÉGIAS DOS PPAS 2004-2015
(CRESCIMENTO ECONÔMICO COM INCLUSÃO SOCIAL)

PPA 2004 - 2007	PPA 2008 - 2011	PPA 2012 - 2015
INCLUSÃO SOCIAL	MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DOS INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA (PAC, MCMV)	ERRADICAÇÃO DA POBREZA EXTREMA (BSM)
DESCONCENTRAÇÃO DE RENDA (VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO)	GARANTIA PARA A EDUCAÇÃO DE QUALIDADE (PDE)	MANUTENÇÃO E EXPANSÃO DOS INVESTIMENTOS EM INFRAESTRUTURA (PAC 2 e MCMV)
FORTALECIMENTO DO MERCADO INTERNO	AGENDA SOCIAL	APOIO A MANUTENÇÃO DO EMPREGO E DA RENDA
REDUÇÃO DA VULNERABILIDADE EXTREMA	AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	QUALIFICAÇÃO DA MÃO-DE-OBRA (PRONATEC E PROGRAMA CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS)
FORTALECIMENTO DA DEMOCRACIA E DA CIDADANIA		
INVESTIMENTO EM INFRAESTRUTURA		

Fonte: Planos Plurianuais do governo federal.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

A partir do PPA 2004-2007 as políticas sociais passaram a ter maior centralidade na estratégia nacional de desenvolvimento. A ênfase na melhoria das condições de vida da população mais vulnerável com políticas de transferência de renda, geração de empregos, formalização do mercado de trabalho, aumentos reais do salário mínimo e ampliação dos serviços públicos essenciais resultou no fortalecimento do mercado interno e no início de um forte movimento de redução das desigualdades. Deu-se início a um círculo virtuoso de inclusão social, com a inserção de milhões de pessoas em uma dinâmica inovadora, gerando ganhos de renda e bem estar social que contribuíram para o fortalecimento da economia.

O fortalecimento do mercado interno de produção e consumo de massa bem como a ampliação das demandas da sociedade por acesso a mais bens e serviços públicos determinaram o foco do PPA 2008-2011 que, mesmo em um contexto marcado pela eclosão da crise econômica global em 2008, priorizou a aceleração dos investimentos em educação e em infraestrutura econômica e social, traduzidas, entre outros, no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), na aprovação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e no programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. O desenvolvimento da Agenda Social agregou e fortaleceu as complementaridades entre as diversas políticas sociais de cidadania e direitos humanos.

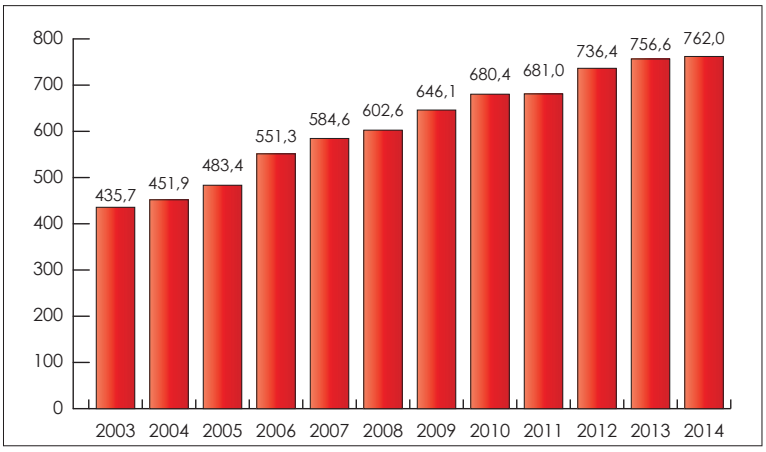
O PPA 2012-2015 aprofundou o processo de desenvolvimento inclusivo, por meio do Plano Brasil

sem Miséria, que articula iniciativas de garantia de renda, de acesso a serviços públicos e de promoção da inclusão produtiva da população em situação de extrema pobreza. Além disso, o PPA tem criado condições estruturais para o crescimento sustentado da economia por meio de importantes investimentos em infraestrutura econômica e social, como o PAC 2 e o Programa de Investimentos em Logística (PIL); e por meio da qualificação da mão de obra, com o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e Programa Ciência sem Fronteiras e a expansão das redes federais de educação superior e de educação profissional e tecnológica.

Foi desse modo que, diferentemente do que ocorreu em muitos países, o Brasil conjugou crescimento econômico com diminuição da pobreza e da concentração de renda, avanços significativos na erradicação da extrema miséria e na redução das desigualdades. Os mais variados indicadores, tanto na área econômica quanto na social, apontam para o alcance de parte importante dos avanços propostos nas Dimensões Estratégicas dos últimos três PPAs.

No campo da economia, o PIB cresceu 47,3% em termos reais de 2004 até 2014, com crescimento da renda per capita e redução das desigualdades sociais, aumento na massa salarial e geração de mais de 17 milhões de novos empregos formais. A taxa de desemprego caiu de 11,5% para 4,8% no período. O salário mínimo, conforme pode ser observado no gráfico a seguir, teve elevação real superior a 70%. Além disso, as reservas internacionais passaram de US$ 50 bilhões para mais de US$ 370 bilhões, contribuindo para uma situação mais confortável do país frente às oscilações externas.

GRÁFICO 1 – SALÁRIO MÍNIMO REAL – MÉDIA ANUAL (R$ DE 2014)

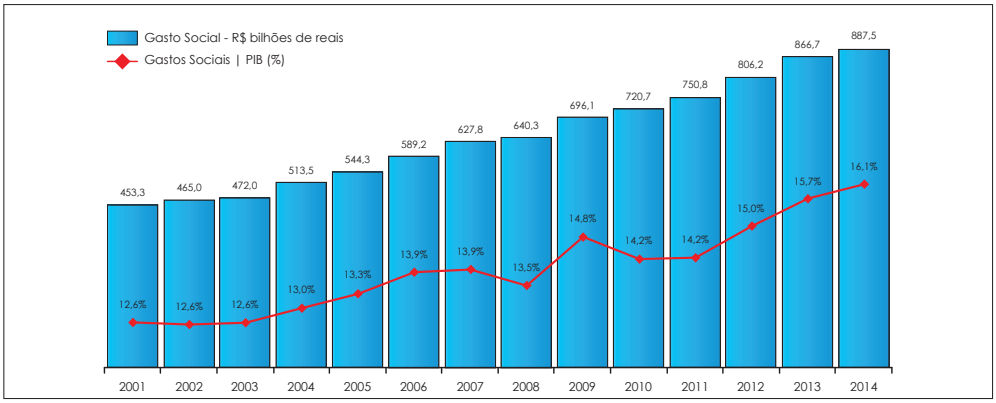


Fonte: IPEADATA.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O destaque no modelo de desenvolvimento adotado nesses PPAs é a tradução do crescimento econômico em melhoria das condições de vida para a população como um todo. O fortalecimento da economia permitiu maior investimento do Estado no bem-estar social. As transferências

do governo federal às famílias saltaram de 7,6% para 9,3% do PIB entre 2004 e 2014. Nesse período, houve aumento de 11% na cobertura previdenciária, que passou a atingir 72% da população economicamente ativa, com elevação do valor real médio por benefício da ordem de 50%. O gráfico abaixo mostra a elevação do gasto social federal, que cresceu mais de três pontos percentuais do PIB nesses 10 anos. Além disso, entre 2001 e 2013, aumentou em mais de 20 pontos percentuais a parcela da população brasileira vivendo em condições domiciliares consideradas satisfatórias[2], superando a marca de 55% dos domicílios em 2013.

GRÁFICO 2 – EVOLUÇÃO DO INVESTIMENTO EM POLÍTICAS SOCIAIS NOS ORÇAMENTOS DA UNIÃO (R$ DE 2014 E % DO PIB)

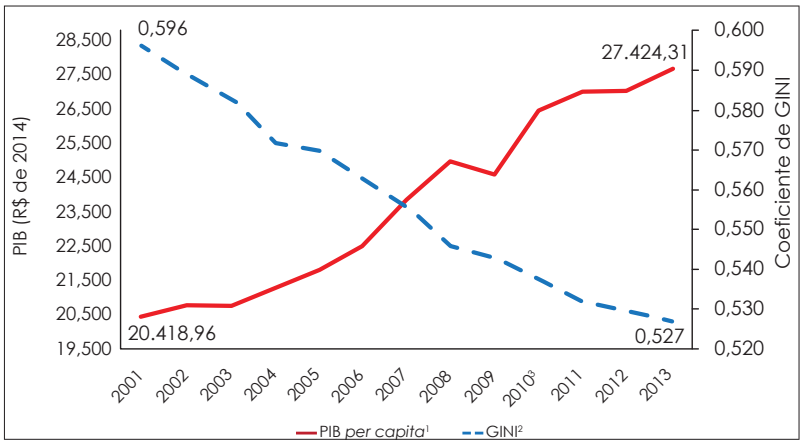


Fonte: SIOP/MP e Contas Nacionais/IBGE.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O gráfico a seguir sintetiza a trajetória de crescimento com forte queda da desigualdade social que caracteriza o período, espelhada pela redução do Índice de Gini da renda domiciliar *per capita* nos últimos anos.

2 Para esta análise, foram definidos como domicílios com condição satisfatória de bem estar os que possuem concomitantemente as seguintes características: domicílios próprios ou cujo aluguel não ultrapassa 30% da renda domiciliar, localizados em aglomerados normais (propriedade do domicílio e do terreno), construídos com material permanente (paredes de alvenaria ou madeira aparelhada) e com pelo menos um banheiro de uso exclusivo, com densidade de até três moradores por dormitório, servidos por abastecimento de água por rede de distribuição com canalização interna, ou por poço, nascente ou cisterna com canalização interna, esgotamento sanitário feito por meio de rede ou fossa séptica, serviços de coleta direta de lixo (quando localizados em área urbana) ou direta e indireta (quando localizados em área rural), iluminação elétrica, serviço de telefone (fixo ou celular) e equipadas com, pelo menos, fogão, geladeira e televisão.

GRÁFICO 3 – PIB PER CAPITA REAL E ÍNDICE DE GINI



[1] PIB *per capita* real (preços R$ de 2014).
[2] Índice de Gini do rendimento mensal domiciliar *per capita*.
[3] Pnad não foi coletada em 2010, devido a realização do Censo Demográfico.
Fonte: Pnad/IBGE e Contas Nacionais/IBGE.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
Obs.: Dados Harmonizados: Brasil sem Norte Rural .

O esforço de planejamento e priorização de políticas públicas do PPA 2016-2019 ocorre em um contexto econômico, externo e interno, mais restritivo em decorrência da permanência da crise econômica global iniciada em 2008; da reversão do ciclo de alta de preços internacionais das *commodities* que favorecera os termos de troca, a arrecadação fiscal e as exportações brasileiras; e das condições climáticas desfavoráveis com efeitos diretos sobre a população, os gastos do governo com ações emergenciais e sobre os preços da energia elétrica.

Diante desse panorama mais complexo e de novas demandas da população decorrentes das próprias transformações da sociedade, é preciso avançar na manutenção e consolidação do modelo de desenvolvimento sustentável com inclusão, dando sequência à trajetória de conquistas, ampliando e melhorando as políticas públicas existentes e criando mecanismos inovadores para atender aos novos anseios de um país democrático e inclusivo. A nova configuração econômica e social demanda maior capacidade do Estado para atender aos novos desafios sem colocar em risco os avanços sociais conquistados nem o equilíbrio das contas públicas, e garantir as condições para a retomada do crescimento em bases sustentadas e para a continuidade do processo inclusivo.

CENÁRIO MACROECONÔMICO

O Brasil da última década e meia vem passando por intensas transformações com a construção e consolidação de um modelo de desenvolvimento com inclusão social. Entre 2004 e 2010 a taxa média de crescimento do produto interno bruto (PIB) acelerou, a inflação foi mantida sob controle e, mais importante, a pobreza e a desigualdade diminuíram.

No período mais recente, na esteira do aprofundamento da crise econômica global iniciada em 2008, a consolidação do modelo de desenvolvimento com inclusão social enfrentou um quadro macroeconômico desafiador, coincidente com o intervalo do último Plano Plurianual, de 2012 a 2015. O crescimento econômico global e doméstico desacelerou e, com o propósito de preservação das conquistas sociais e do nível de emprego, a política macroeconômica absorveu vários choques. Pelo lado externo, a queda nos preços das commodities limitou o potencial de crescimento da economia. O baixo crescimento da economia mundial, por sua vez, reduziu o dinamismo do comércio internacional e criou empecilhos à trajetória de expansão das exportações brasileiras. Do lado interno, uma forte crise hídrica criou um quadro de seca em regiões específicas do país, acarretando pressão sobre os preços de energia e de alimentos.

A política macroeconômica respondeu a estes choques por meio da expansão dos programas de investimento público (Programa de Aceleração do Crescimento 2 - PAC 2, Programa de Investimentos em Logística - PIL, Programa Minha Casa Minha Vida - MCMV), de desonerações de impostos, e do barateamento do crédito ao setor privado. Além disso, a política fiscal absorveu parte do aumento dos custos de energia e também financiou ações específicas de combate aos efeitos da seca para a população diretamente atingida. Essas ações mantiveram a taxa de desemprego em queda (4,8% da população economicamente ativa na média de 2014, contra 7,8% em 2008 e 12,3% em 2003[3]) e a de investimento entre os patamares mais elevados da série histórica. No entanto, por conta da redução de receitas e da expansão de despesas, em 2014 o resultado primário do setor público consolidado inverteu de sinal com um déficit de 0,59% do PIB.

Cenário fiscal

Sem descuidar das políticas de valorização do salário mínimo e de combate à pobreza e desigualdade, o governo federal estabeleceu, em fins de 2014, um programa gradual de reequilíbrio fiscal. Com vistas ao controle e eficiência dos gastos, um conjunto de medidas foi adotado com destaque para: (i) redução dos subsídios pagos pelo Tesouro Nacional por meio da elevação das taxas de juros de diversas linhas de crédito; (ii) início de um processo de longo prazo de reestruturação das despesas obrigatórias, com revisão das regras de pensão por morte e auxílio doença, seguro desemprego, abono salarial etc.; (iii) revisão de metas e racionalização

3 Fonte: IBGE/Pesquisa Mensal de Emprego.

de programas por meio da criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Acompanhamento dos Gastos (GTAG) e do processo de elaboração do PPA 2016-2019. Do lado das receitas, cabe mencionar: (i) a recomposição das alíquotas do IPI para automóveis, móveis, laminados e painéis de madeira e cosméticos, do PIS/Cofins sobre importação, do IOF-Crédito para pessoa física, do PIS/Cofins e CIDE sobre combustíveis e do PIS/Cofins sobre receitas financeiras das empresas; (ii) a correção de taxas e tarifas públicas; e (iii) a redução das desonerações da folha de pagamentos.

Para 2016, primeiro ano do PPA, o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), encaminhado ao Congresso Nacional em maio de 2015, inicialmente fixou a meta de resultado primário para o setor público não-financeiro em 2,0% do PIB. Em julho e agosto, após análise do comportamento da atividade econômica, das receitas e despesas primárias no primeiro semestre do ano, e da projeção revisada de receitas para 2016, o Poder Executivo indicou a necessidade de reprogramação do reequilíbrio fiscal. Assim, a meta de resultado primário indicativa para 2016 reencaminhada ao Congresso Nacional[4] foi reduzida para - 0,49% do PIB para o setor público consolidado, sendo - 0,34% do PIB para o Governo Central. A reprogramação também indica, em linha com o cenário moderado e gradual de recuperação da economia e com os esforços de racionalização de despesas e recomposição de receitas, melhora do resultado primário ao longo do tempo até 2,0% do PIB para o setor público não-financeiro em 2018 e 2019 (com 1,65% do PIB de esforço do Governo Central). Tomando como referência esta trajetória indicada de resultado primário, bem como os parâmetros macroeconômicos apresentados na sequência, o comportamento esperado para a dívida líquida do setor público consolidado e dívida bruta do governo geral aponta para a consolidação fiscal de médio prazo. Depois de leve alta até 2017, tanto a dívida líquida como a dívida bruta estabilizam em percentual do PIB e passam a cair no último biênio do PPA.

TABELA 1 - PPA 2016-2019: CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA
(EM % DO PIB)

PPA 2016-2019: CENÁRIO FISCAL DE REFERÊNCIA *em % PIB*				
	2016	2017	2018	2019
Superávit primário do setor público não-financeiro	-0,34	1,30	2,00	2,00
Superávit primário do Governo Central	-0,49	1,10	1,65	1,65
Dívida líquida do Setor Público Consolidado	39,0	40,2	40,1	39,9
Dívida bruta do Governo Geral	68,4	68,8	68,2	67,3
Resultado nominal do Setor Público Consolidado	-5,86	-3,54	-2,60	-2,58

Fonte: Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão para o resultado primário.
Banco Central do Brasil para as demais variáveis.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

4 Aviso à Comissão Mista do Orçamento de alteração do Substitutivo do PLDO 2016.

Cenário Macroeconômico e Composição do Crescimento

A solidez intertemporal fiscal e macroeconômica não é um fim em si mesmo, mas contribui para a retomada do crescimento sustentado e a consolidação do desenvolvimento com inclusão social. Além de fundamentos macroeconômicos sólidos, o crescimento depende do aperfeiçoamento do capital humano (educação), do aumento do capital físico por trabalhador (investimentos em infraestrutura e em bens de capital), da melhoria do ambiente de negócios (simplificação tributária, desburocratização, desenvolvimento financeiro) e da capacidade inovadora das empresas, o que em conjunto proporciona elevação da produtividade e da competitividade.

Apontam nessa direção as seguintes tendências e medidas presentes no cenário doméstico: (i) o compromisso do governo e da sociedade com a melhoria da qualidade da educação; (ii) os investimentos em curso do Plano de Aceleração do Crescimento 2 (PAC 2) e do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV); (iii) a ampliação, em 2015, do programa de concessões com o lançamento da nova etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), a qual prevê R$ 69,2 bilhões de investimentos em rodovias, ferrovias, aeroportos e portos entre 2015 e 2018, e mais R$ 129,2 bilhões a partir de 2019; (iv) a agenda de desburocratização e simplificação de negócios em curso[5]; e (v) as políticas de incentivo à inovação e acesso a novos mercados.

No plano internacional, por sua vez, o cenário base considera elevada a incerteza relacionada aos desdobramentos da crise da Zona do Euro, à intensidade da recuperação e à evolução das taxas de juros nos EUA e à instabilidade chinesa. Dessa forma, os riscos ainda relacionados aos desdobramentos da crise econômica global de 2008 bem como à reversão da alta de preços das commodities indicam trajetória de depreciação das moedas emergentes em relação ao dólar, incluindo o Real, o que dado o alto patamar das reservas internacionais brasileiras deverá proporcionar ajuste suave do setor externo.

Com um cenário interno de estabilidade e prioridade à elevação da produtividade, e um cenário externo incerto com ajuste suave das contas externas, estima-se que a economia comece a recuperar o crescimento em 2016 e mantenha trajetória de aceleração chegando a 2,50% de crescimento do PIB ao final do período. Em concomitância, a inflação prevista desacelera depois da correção dos preços administrados e da absorção dos choques de câmbio e alimentos que marcaram o biênio 2014-2015, mantendo-se no centro da meta a partir de 2017. Nestas condições, a taxa básica de juros experimenta movimento de queda no período, acomodando a recuperação gradual da atividade em meio à desaceleração de preços.

5 Ver item "Eixos Estratégicos" deste documento, Eixo "Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura."

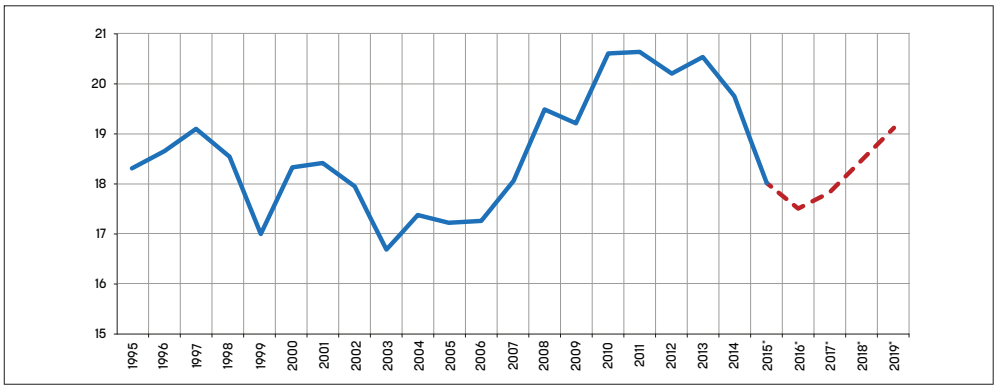
TABELA 2 – PPA 2016-2019: CENÁRIO MACROECONÔMICO DE REFERÊNCIA

PPA 2016-2019: CENÁRIO MACROECONÔMICO DE REFERÊNCIA				
	2016	2017	2018	2019
PIB (var. real em %a.a.)	0,20	1,70	2,00	2,50
IPCA (acumulado - var. %)	5,40	4,50	4,50	4,50
PIB Nominal (R$ bi)	6.253	6.731	7.211	7.741
Taxa Selic (fim de período 0 % a.a.)	12,00	10,75	10,00	10,00
Taxa de Câmbio (média no ano - R$/US$)	3,39	3,47	3,48	3,53
Salário Mínimo (R$)	865,46	910,45	957,81	1.020,83

Fonte: Ministérios da Fazenda, "Grade de Parâmetros" de 7 de agosto de 2015.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Pela ótica dos componentes da demanda, o cenário base do PPA indica trajetória de recuperação da formação bruta de capital fixo, prioridade da estratégia de desenvolvimento, com recuperação sustentada da taxa de investimento ao longo do período. No setor externo, estima-se crescimento médio das exportações superior ao das importações. Já em relação ao consumo, a análise de consistência macroeconômica das previsões aponta crescimento moderado e abaixo do crescimento do PIB.

GRÁFICO 4 – EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA TAXA NOMINAL DE INVESTIMENTO, EM % DO PIB



* Previsto.
Obs.: Considera investimentos do Programa de Investimentos em Logística de R$ 90 bilhões entre 2015 e 2019.
Fonte: IBGE e Ministério da Fazenda. Projeções baseadas na "Grade de Parâmetros" de 7 de agosto de 2015.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Pelo lado da oferta, a composição projetada do crescimento mostra semelhanças e diferenças em relação ao passado recente. Para a agropecuária, as perspectivas apontam continuidade

do crescimento acima do PIB por conta dos ganhos de produtividade estimados para o período. A indústria, por seu turno, poderá acelerar a taxa de crescimento por duas razões principais. A primeira se deve ao contexto esperado de ampliação dos investimentos em infraestrutura e consequente elevação das taxas de investimento, permitindo crescimento dos setores de construção civil e da indústria de bens de capital. A segunda razão se refere ao cenário cambial, que deve favorecer a produção de bens manufaturados no país. Por fim, o cenário de referência leva em conta um crescimento do setor de serviços em linha com o aumento esperado do consumo das famílias, ou seja, a um ritmo um pouco abaixo do crescimento do PIB.

TABELA 3- PIB: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS COMPONENTES DA OFERTA (CENÁRIO)

PIB: TAXA DE CRESCIMENTO ANUAL DOS COMPONENTES DA OFERTA (CENÁRIO)				
	2016	2017	2018	2019
PIB	0,20	1,70	2,00	2,50
Agropecuária	1,18	2,18	2,21	2,69
Indústria	0,24	2,22	2,68	3,27
Serviços	0,10	1,39	1,63	2,07

Fonte: IBGE e Ministério da Fazenda. Projeções baseadas na "Grade de Parâmetros" de 7 de agosto de 2015.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Mercado de Trabalho

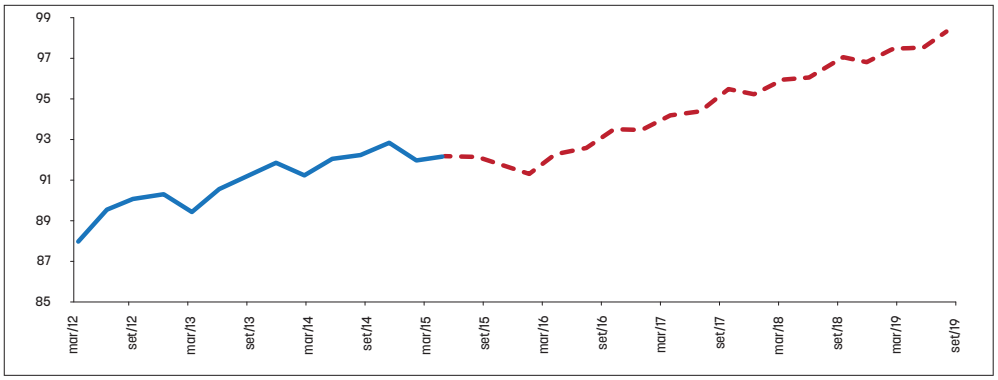
O desempenho macroeconômico se relaciona não somente à estabilidade de preços e ao crescimento do produto, mas principalmente à capacidade de geração de emprego da economia e ao aumento da renda da população. O emprego e a renda do trabalho são as variáveis chave para a sustentação no tempo do processo redistributivo, além de conferirem materialidade à busca pelo aumento do bem-estar.

Na conjuntura atual, a taxa de desemprego, depois de alcançar o mínimo da série histórica em 2014, voltou a crescer acompanhando a desaceleração da economia. Essa elevação do desemprego decorre, principalmente, do aumento da população desocupada. Com o propósito de estimular a permanência dos trabalhadores em empresas que se encontram em dificuldades financeiras, o governo federal lançou, em 2015, o Programa de Proteção ao Emprego, que permite redução em até 30% da jornada de trabalho, mas com complementação de até 50% da perda de salário com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Além de preservar o emprego, o Programa auxilia a recuperação econômico-financeira das empresas em uma conjuntura adversa e estimula a produtividade do trabalho por meio da preservação do vínculo empregatício.

A preservação e/ou recuperação do nível de emprego constituem, portanto, um dos principais

desafios macroeconômicos do PPA 2016-2019. No cenário base do Plano, o nível de emprego, assim como o PIB, volta a crescer a partir de 2016.

GRÁFICO 5 - EVOLUÇÃO E PROJEÇÃO DA POPULAÇÃO OCUPADA, EM MILHARES DE PESSOAS



Fonte: Pnad contínua/IBGE e Ministério da Fazenda. Projeções baseadas na "Grade de Parâmetros" de 7 de agosto de 2015.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Em uma perspectiva de médio prazo, é importante destacar que a economia brasileira se encontra na fase final do bônus demográfico, ou seja, num contexto em que ainda continuará a cair (mas não por muito tempo) a razão de dependência entre a população total e a população em idade ativa (PIA)[6]. O aumento relativo da PIA, portanto, indica que a expansão do fator trabalho ainda constituirá fonte de crescimento para o Brasil.

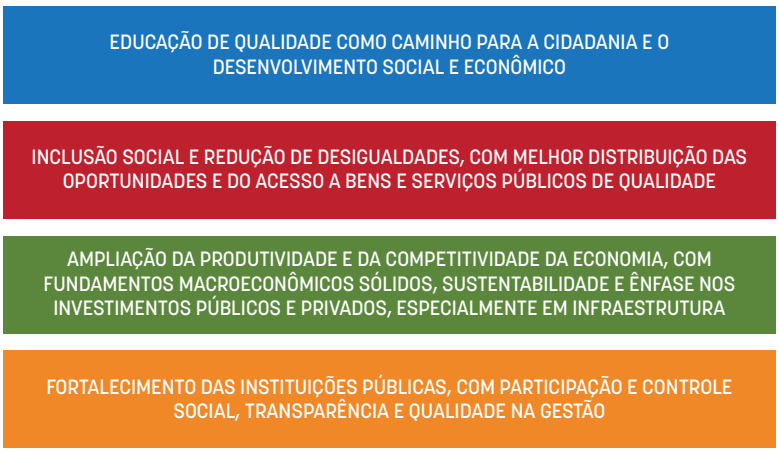
Por outro lado, a transitoriedade do bônus demográfico e o processo de envelhecimento natural da população implicam a necessidade de adoção de políticas ativas de incremento da taxa de participação na economia[7], de redução da taxa de rotatividade, e de alongamento do vínculo trabalhista visando a sustentabilidade do sistema de proteção ao trabalho e da previdência. As diretrizes estratégicas do PPA 2016-2019 expressam esta necessidade[8], bem como a recente publicação do Decreto no 8.443/2015, que institui o Fórum de Debates sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social. O Fórum, composto por representantes dos trabalhadores, aposentados e pensionistas, empregadores e governo federal, busca debater e apresentar propostas relacionadas à Previdência Social e às políticas de emprego, trabalho e renda, dentre elas: sustentabilidade do sistema de previdência, ampliação da cobertura, fortalecimento dos mecanismos de financiamento e regras de acesso, idade mínima, tempo de contribuição e fator previdenciário, rotatividade no mercado de trabalho, formalização e preservação do emprego e aperfeiçoamentos das relações trabalhistas.

6 Medida aproximada da carga econômica sobre a população em idade ativa.
7 Razão entre população economicamente ativa e população em idade ativa.
8 Ver item "Diretrizes Estratégicas" deste documento.

EIXOS ESTRATÉGICOS

O PPA 2016-2019 reforça o compromisso pela promoção do desenvolvimento econômico e social, com redução da desigualdade e criação de amplas oportunidades, traduzido em quatro Eixos Estratégicos:

EIXOS ESTRATÉGICOS DO PPA 2016-2019



Os Eixos Estratégicos mantêm o foco da ação governamental na melhoria das condições de vida da população que, após anos de crescimento econômico com redução das desigualdades, viu sua renda, assim como suas possibilidades de acesso a bens e serviços, aumentar fortemente.

O caminho para continuar esse processo passa, necessariamente, pela consolidação e aperfeiçoamento de políticas voltadas à melhoria da distribuição de oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade, especialmente a educação, cujo acesso universal é um caminho para a cidadania e o desenvolvimento do país. A provisão eficiente e eficaz de tais bens e serviços, por sua vez, requer o fortalecimento das instituições públicas por ela responsáveis, por meio da participação e do controle social, da transparência e da qualidade na gestão.

Os resultados pretendidos requerem também uma economia que cresce impulsionada por investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e pela ampliação de sua produtividade e competitividade em um ambiente em que se mantêm os fundamentos macroeconômicos sólidos bem como sua sustentabilidade.

A construção dos alicerces para continuarmos avançando na direção apontada pela Visão de Futuro e contextualizada pelos Eixos Estratégicos requer intervenções estruturantes. A seguir são apresentadas as principais linhas de atuação do governo federal em cada Eixo para o período de vigência do Plano Plurianual.

Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico.

A educação, como previsto na Constituição Federal de 1988 (CF 1988), deve permitir o "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", sendo fator capaz de desenvolver nos indivíduos suas potencialidades, de propiciar elementos cognitivos importantes para uma melhor compreensão dos processos econômicos, sociais e políticos por que passa o país e de habilitá-los a tomar suas próprias decisões de forma autônoma. Significa, também, instrução e desenvolvimento de competências e habilidades, ampliando capacidades e contribuindo para seu melhor aproveitamento e usufruto, desta forma qualifica a força de trabalho e fortalece sua capacidade empreendedora. Ela também é caminho para a inclusão social, redução das desigualdades e a superação da pobreza, na medida em que amplia os horizontes das pessoas e abre novas oportunidades de inserção social e econômica. Além disso, a CF 1988 estabelece que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, formando um dos pilares da cidadania brasileira.

A Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), constitui um marco importante, norteador para as políticas educacionais do Brasil para os próximos dez anos. O PNE estabeleceu dez diretrizes, vinte metas e uma série de estratégias que demandarão esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação, e de toda a sociedade.

Dentre as diretrizes evidenciadas pelo PNE, destacam-se a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e a cidadania; a gestão democrática na educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; a valorização dos profissionais da educação e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental; e o estabelecimento de meta para aplicação de recursos públicos em educação como proporção do PIB. Assim, diante de sua relevância, o PPA 2016-2019, na qualidade de instrumento de médio prazo, buscou incorporar o espírito do PNE na definição de suas Metas e Iniciativas.

A expansão das oportunidades educacionais é essencial para a estratégia de desenvolvimento do país. Por isso, a perspectiva de uma Pátria Educadora perpassa todas as dimensões do PPA 2016-2019 e vai bem além da oferta de serviços educacionais. A educação não se inicia nem se encerra no ambiente escolar. Assim, é preciso que o Estado, a sociedade e a família gerem as condições necessárias para que todos os cidadãos desenvolvam as disposições fundamentais para o aprendizado e o conhecimento. Não é suficiente construir uma escola de qualidade sem enfrentar a realidade material e simbólica da pobreza e da desigualdade. É no desafio de redução das desigualdades que se delineia a estratégia para o desenvolvimento de uma Pátria Educadora.

A realização plena da cidadania não é possível sem uma educação de qualidade, fundada na ética e no respeito à dignidade e à autonomia das pessoas.

A escola pública é uma das instituições mais importantes e disseminadas no âmbito da prestação de serviços educacionais pelo Estado. Quando difundida de forma universal e com boa qualidade, é um dos mais importantes mecanismos para a geração de oportunidades para os membros de uma determinada comunidade ou país. É, ainda, mais importante em situações de alta desigualdade, tendo em vista as fragilidades econômicas e sociais das famílias mais pobres, que tornam as responsabilidades do poder público de maior relevo, levando-se em conta, ainda a correlação entre grau de escolaridade e de renda. Essa educação escolar hoje se inicia nas creches e vai até a pós-graduação, passando pela formação técnica e profissional. Sua melhoria de qualidade e a ampliação do acesso implicam necessariamente num esforço contínuo, cuja materialização demanda investimentos e inovações em todos os níveis.

Na educação básica, cujas etapas incluem a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, as ações previstas no PPA 2016-2019 continuam a se orientar pela busca da universalização do acesso e pela melhoria da qualidade, em parceria com os estados e municípios, por meio: da construção e adequação de creches e pré-escolas; da ampliação dos tempos de permanência na escola e da oferta de conteúdos e atividades complementares, com vistas à educação integral. Já o ensino médio requer adequação, a partir da flexibilização curricular e da qualificação tecnológica, para estimular os jovens estudantes na descoberta de vocações individuais e na busca de opções profissionais. Essas transformações passam pela qualificação e valorização dos professores e melhoria na gestão em todos os níveis do sistema educacional.

A ampliação do acesso à educação profissional e tecnológica continuará com a consolidação da rede pública federal, que se expandiu fortemente no período de 2003 a 2014, sobretudo nas cidades médias do interior, e das redes públicas estaduais, estimulando o desenvolvimento local e o aproveitamento das vocações produtivas de cada região. O aumento das vagas também continua com o apoio governamental ao financiamento e à inserção dos jovens nas escolas da rede privada, sem perder de vista a indução da melhoria na qualidade do ensino e das instalações físicas.

Na educação superior, o que se busca é a democratização do acesso tanto por meio da integração dos processos seletivos de ingresso, inclusive com a adoção de cotas sociais e raciais pela ampliação do número de vagas em instituições públicas, quanto pelo apoio às matrículas de estudantes na rede privada, via bolsas ou financiamentos estudantis. Essa expansão também deve ser promovida no campo da pós-graduação, com a abertura de novos cursos, a cooperação nacional e internacional entre instituições, o intercâmbio de estudantes e o incentivo à pesquisa com vistas ao desenvolvimento tecnológico.

A qualidade da educação aqui aludida diz respeito àquela que é conectada ao seu tempo, que objetiva a melhoria das condições da escola de forma que em seu ambiente haja um conjunto

de insumos mínimos indispensáveis ao pleno desenvolvimento do ensino-aprendizagem, que seja capaz de contribuir para a formação individual e preparar o indivíduo para o exercício da cidadania, sem ignorar sua dimensão mais instrumental, que qualifica a força de trabalho para os desafios do crescimento econômico e é fator de elevação da renda pessoal.

Para a garantia de uma educação de qualidade, o PPA 2016-2019 também propõe um conjunto de políticas públicas que visam cobrir os riscos, contingências e necessidades envolvidas na complexidade da vida social dos indivíduos, incluindo suas famílias e comunidades, suas características e diversidades. Essa noção de conjunto das políticas é indispensável e estratégica para a construção de um ambiente de oportunidades em que a educação seja elemento essencial e caminho para o desenvolvimento do país, gerando crescimento econômico, inclusão social e fortalecimento da democracia.

Inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade.

As políticas sociais são determinantes para o êxito do modelo de desenvolvimento em curso, que tem na inclusão social sua característica central. A experiência brasileira da última década demonstra que a implementação do sistema de direitos sociais previsto pela Constituição Federal de 1988 promoveu a cidadania, a melhoria do bem estar social, e aumentou o poder aquisitivo da população, notadamente nas classes sociais e regiões mais vulneráveis, além de promover o crescimento econômico. Esse sistema também tem permitido o acesso a um conjunto de bens e serviços bastante diversificado, que até então estava distante da maioria da população, principalmente do agrupamento mais pobre e vulnerável.

Resultado importante desse processo foi a redução expressiva da pobreza e das desigualdades, tanto em termos de renda quanto em outras dimensões, transformando o Brasil numa referência mundial em políticas de combate à pobreza. Contribuíram para isso as políticas de renda, como a valorização do salário mínimo e a expansão das transferências às famílias, combinadas à universalização do acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social; as iniciativas de fortalecimento da inclusão produtiva, notadamente de qualificação profissional, o crédito para produção e o apoio ao microempreendedor e ao agricultor familiar; e o próprio crescimento econômico, que conduziu à elevada geração de empregos e aumento da formalização do mercado de trabalho.

A continuidade do processo de inclusão social e redução das desigualdades exige a manutenção e expansão de um conjunto de políticas, programas e ações de desenvolvimento social, ao mesmo tempo em que demanda iniciativas voltadas à geração de igualdade de oportunidades, por meio da oferta de bens e serviços públicos de melhor qualidade.

As políticas de desenvolvimento social estão diretamente relacionadas ao sistema de garantia de renda e da oferta de bens e serviços sociais, que buscam fortalecer a proteção social dos indivíduos, famílias e grupos sociais em situação de dependência e vulnerabilidades. As políticas de redução da pobreza e das desigualdades estão relacionadas à ideia de que a expansão da oferta de bens e serviços sociais, principalmente a escolarização, o acesso à saúde de qualidade, à cultura, ao desporto e à segurança pública são elementos centrais na promoção e geração de habilidades e capacidades para indivíduos e/ou grupos sociais. Além disso, é necessário garantir o exercício dessas habilidades e capacidades, mediante políticas de inclusão produtiva de diversos tipos e padrões, no meio rural e nas cidades. Esses elementos, quando conjugados, permitem a obtenção de melhores resultados pessoais e coletivos e a redução mais rápida das desigualdades, se alcançarem prioritariamente as populações mais pobres e as regiões mais deprimidas.

A política social, principalmente no que diz respeito à ampliação das habilidades, capacidades e à inclusão produtiva da população é, também, um elemento central para o aumento da inovação e da produtividade do trabalho, fatores decisivos para o crescimento econômico sustentado, além de ser fator que pode facilitar a elevação dos salários e a redução da pobreza.

As políticas de desenvolvimento social compreendem também um conjunto de políticas, programas e ações voltadas para públicos específicos, tais como: mulheres; negros; crianças e adolescentes; juventude; pessoa idosa; pessoa com deficiência; população LGBT; povos indígenas e povos e comunidades tradicionais; e população em situação de rua. Essa estratégia tem materializado a expansão da capacidade das políticas sociais brasileiras em oferecer proteção e promoção de oportunidades e bem-estar à população, atentando-se especialmente para a adequação da oferta de políticas públicas às características e especificidades desses públicos.

Outro eixo importante do sistema de direitos, os investimentos em infraestrutura social – saneamento, habitação, mobilidade urbana, sistema público de educação, Sistema Único de Saúde (SUS) e Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – são fundamentais para melhorar a qualidade de vida da população. Além de gerar empregos diretos, especialmente na cadeia produtiva da construção civil, seus efeitos multiplicadores favorecem a geração de postos de trabalho nos demais ramos de atividade da economia, podendo promover a desconcentração territorial do crescimento econômico e da geração de empregos formais.

Esses investimentos também desempenham papel estratégico para o uso sustentável dos recursos naturais. A oferta de moradia digna é condição para a superação da pobreza e da segregação socioespacial nas cidades, além de poder promover a recuperação ambiental de áreas degradadas e evitar a ocupação de áreas de risco e de proteção ambiental. O saneamento básico é requisito para assegurar boas condições de saúde aos indivíduos, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação e a despoluição dos mananciais. Do mesmo modo, a

indução de um novo paradigma de mobilidade, orientado pela prioridade aos sistemas coletivos, pela acessibilidade e pela distribuição mais justa dos espaços urbanos, é fundamental para a mitigação dos custos sociais, ambientais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens (poluição, consumo energético, congestionamentos, acidentes).

O modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado nos últimos doze anos, permitiu a construção de um sistema de direitos e mostrou que o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social são complementares, fortalecendo-se mutuamente. O desafio no período do PPA 2016-2019 é manter as conquistas sociais já alcançadas e avançar na construção de uma sociedade cada vez mais justa.

Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura.

Do ponto de vista econômico, a continuidade do modelo de desenvolvimento com inclusão social que vem caracterizando o país depende fundamentalmente da elevação sustentada da produtividade; do ponto de vista social, a consolidação do modelo depende do avanço do emprego e dos salários.

A solidez dos fundamentos macroeconômicos é condição necessária para o crescimento sustentado com distribuição de renda. A estabilidade de preços preserva o poder de compra dos salários e proporciona horizonte seguro para a decisão das empresas; a solvência da dívida pública é o que permite ao governo financiar, sem pressões sobre preços, as políticas públicas redistributivas e necessárias ao desenvolvimento; a redução da vulnerabilidade externa protege o país das flutuações e choques internacionais. Esta moldura conceitual permite compreender o esforço de consolidação fiscal em curso e o tripé de política macroeconômica composto por metas de inflação, responsabilidade fiscal e flutuação da taxa de câmbio, como instrumentos para a preservação da estabilidade macroeconômica e para a viabilização da retomada do crescimento sustentado.

Ao lado de fundamentos macroeconômicos sólidos, o aumento da produtividade requer o contínuo aperfeiçoamento do capital humano, a ampliação e maior eficiência do capital físico por trabalhador, e a melhoria do ambiente de negócios.

Como apresentado no primeiro Eixo Estratégico, a maior qualidade da força de trabalho no Brasil é uma realidade que será aprofundada. O aumento da escolaridade média brasileira, a consolidação da rede federal de educação superior e de educação profissional e tecnológica, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), a ampliação do

intercâmbio técnico-científico do Brasil com o exterior dentre outras iniciativas, qualificam os jovens e os trabalhadores para um mercado de trabalho cada vez mais exigente.

No que tange ao capital físico, três grandes áreas se apresentam como candidatas naturais para recepcionar os investimentos públicos e privados no período de vigência do PPA 2016-2019: a aceleração dos investimentos em infraestrutura; as atividades intensivas em recursos naturais e as voltadas ao mercado externo; e o mercado interno.

O caminho imediato para a retomada do crescimento e dos ganhos de produtividade são os investimentos em infraestrutura. Essa política deve cumprir três etapas: a primeira é induzir o desenvolvimento em espaços menos desenvolvidos. A segunda é integrar mercados desenvolvidos para criar sinergias, proporcionando a redução de custos. A terceira é irrigar economicamente espaços já desenvolvidos e saturados, com a desconcentração de atividades econômicas intensivas dos centros de aglomeração. A expansão e melhoria da infraestrutura econômica – composta pelos sistemas de logística de transportes (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), de energia (elétrica, petróleo e gás e biocombustíveis), de comunicações (tecnologia da informação e comunicação – TIC e Internet) e de infraestrutura hídrica – reduz custos sistêmicos, impactando positivamente a produtividade e a competitividade da economia nacional. É também uma frente relevante de geração de empregos formais e condição necessária para melhorar a qualidade de vida da população e viabilizar a integração nacional e de cadeias de valor em escala regional e global.

O que caracteriza os investimentos em infraestrutura é o grande volume de recursos envolvidos para sua concretização, bem como o longo prazo de maturação dos empreendimentos. Tais requisitos implicam em uma capacidade de planejamento e articulação com a iniciativa privada, de maneira que se possa dar um caráter permanente para a o atendimento da demanda e de sua expansão a custos competitivos. Os investimentos em infraestrutura, portanto, não apenas aumentam os fluxos internos ou externos com base estática das vantagens comparativas de cada região, mas também agem em favor da integração, da formação de um mercado interno e da intensificação de um fluxo de comércio estratégico, que impulsiona a eficiência e a redução de custos na utilização dos recursos disponíveis, favorecendo, portanto, a industrialização e a coesão territorial de um país, por meio da redução das disparidades regionais. Nesse sentido, o PAC continuará a organizar e priorizar os grandes investimentos públicos e das empresas estatais. Em adição ao PAC, a ampliação das concessões em logística no âmbito da nova etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), deverá reduzir gargalos e ampliar a oferta de serviços no setor.

A segunda grande área apta a recepcionar os investimentos necessários ao crescimento refere-se às atividades intensivas em recursos naturais e às voltadas ao mercado externo. O desafio aqui é duplo. De um lado, trata-se de agregar valor à produção nacional por meio da incorporação de maior conteúdo tecnológico aos recursos naturais, que muitas vezes são exportados sem

prévio beneficiamento em território nacional. De outro, trata-se de aproveitar o novo patamar da taxa de câmbio, que incrementa a competitividade de produtos brasileiros, para abrir e ampliar os mercados para as exportações brasileiras de média e alta intensidade tecnológica.

A terceira grande área de investimentos a ser aproveitada refere-se ao mercado interno. A ampliação do poder aquisitivo da população com a expansão da classe média significou a inclusão de milhões de pessoas no mercado de consumo. A continuidade da política de valorização do salário mínimo e o aperfeiçoamento das políticas sociais não se contrapõem à expansão da produção. Ao contrário, ao fortalecerem o mercado interno de consumo estimulam os investimentos em bens de consumo, os ganhos de escala e a própria produtividade. Também neste contexto ganham em importância o reforço à economia solidária, os estímulos ao empreendedorismo e às micro e pequenas empresas e ainda o apoio aos agricultores familiares e à expansão da classe média rural.

Nesse cenário, a busca da sustentabilidade visa conciliar o desenvolvimento econômico e a inclusão social com o uso equilibrado e eficiente dos recursos naturais, tais como os recursos hídricos, as florestas, o solo e os recursos minerais. Ademais, o Brasil tem assumido papel de destaque internacional na proposição e no alcance de metas relacionadas à mudança do clima. Nesse sentido, os desafios dos próximos anos estarão centrados em: expandir a oferta de energia gerada por fontes renováveis; ampliar a produção e produtividade agrícola com aperfeiçoamento das práticas de manejo para redução das emissões de gases de efeito estufa; prosseguir com a redução do desmatamento ilegal; e promover o reflorestamento.

No longo prazo, para que o crescimento associado a essas áreas de investimento ganhe em robustez, se consolide e se traduza cada vez mais em bem-estar para toda a população, é fundamental a coordenação das ações de governo de forma a estimular a inovação, o fortalecimento dos encadeamentos produtivos e a intensificação da concorrência. Nessa direção, ganham em importância a política de ciência, tecnologia e inovação, a política industrial, a estruturação de fontes domésticas estáveis, inclusive privadas, de financiamento de longo prazo, e a política de comércio exterior.

Por fim, a consolidação de marcos regulatórios, a simplificação da tributação e a desburocratização, ao ampliarem o horizonte de planejamento das empresas e reduzirem custos de transação, favorecem a competitividade sistêmica e apontam para a importância da transparência e qualidade da gestão pública.

Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.

Uma visão de desenvolvimento que ultrapassa a noção exclusiva de crescimento econômico, reforçando principalmente seus pilares sociais, demanda o fortalecimento e uma postura ativa do Estado democrático. É importante que o Estado se fortaleça em sua capacidade operacional e se torne mais qualificado a desempenhar as funções de planejamento e gestão, exercendo o protagonismo na articulação, negociação e coordenação de políticas, inclusive sob o ponto de vista federativo, e fortalecendo os canais de participação social e ações de comunicação.

O efetivo funcionamento do Estado somente encontra materialidade a partir da qualificação da gestão pública. Não é possível ao poder público oferecer serviços de qualidade para a sociedade sem que a administração pública esteja dotada de estruturas e processos adequados ao cumprimento das suas funções e ao atendimento da população. A última década esteve marcada por um conjunto de ações voltadas para a recuperação da capacidade de implementação dos órgãos públicos, com foco na melhoria da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, como parte de uma estratégia que resgata o papel do Estado na promoção do desenvolvimento e da inclusão social.

A estratégia do PPA 2016-2019 presume a intensificação dos avanços na gestão pública, seja pelo investimento na simplificação de processos e normas para facilitar o atendimento e o acesso ao cidadão, seja pela modernização de sistemas e recursos para melhorar o funcionamento da administração e a eficácia da atuação do governo. Para este fim, destacam-se instrumentos como as medidas adotadas pela gestão do PAC, introduzindo estruturas qualificadas de monitoramento das ações nos ministérios com foco na identificação prévia de gargalos à implementação dos empreendimentos, e a Central de Compras e Contratações, para aquisições centralizadas voltadas às políticas finalísticas, ampliando a eficiência nas compras públicas.

As especificidades do Estado brasileiro também exigem esforços para fazer com que as políticas públicas, de responsabilidades muitas vezes compartilhadas, alcancem os cidadãos onde são mais necessárias. Assim, a qualidade da atividade estatal está relacionada a políticas públicas cada vez mais abertas a novos atores e mais transparente nos atos e nos processos decisórios.

Nesse sentido, o fortalecimento dos instrumentos democráticos e participativos de conhecimento e acesso às políticas públicas pelos cidadãos, desde o planejamento até a avaliação, torna-se central. Ao se pactuar democraticamente os instrumentos de planejamento do país, fortalecem-se as estruturas do Estado e gera-se um espaço de diálogo permanente ao longo do ciclo de implementação e avaliação das políticas públicas.

Como exemplo da consolidação dessa política de participação, aponta-se a continuidade na realização de conferências nacionais (mais de cem foram realizadas desde 2003), além da concretização dos conselhos setoriais e comissões nacionais de políticas públicas nos diversos

temas, que realizam o diálogo entre governo e sociedade civil, promovendo a participação no processo decisório e na gestão das políticas públicas.

É pelo reconhecimento da participação como direito do cidadão e expressão de sua autonomia e pelo estabelecimento da educação para a promoção de uma cidadania ativa e plena que é possível se concretizar a agenda de desenvolvimento em curso. A intensificação da participação social, por sua vez, enseja maior transparência, o que requer a produção de informação qualificada pelo governo e facilitação no acesso, bem como sua divulgação. A democracia participativa, aliada a uma estratégia de governança digital, com transparência das informações e dados de governo gera mecanismos sólidos de controle social.

Para que a possibilidade de participação na vida em sociedade seja efetivada, os indivíduos precisam contar com informações e condições para o exercício pleno da cidadania. Uma participação social com real incidência no poder público influencia positivamente a ação governamental e compartilha escolhas estratégicas da coletividade, com a devida hierarquização de necessidades e prioridades.

Essa maior aproximação com a sociedade requer a máxima transparência do poder público, desde a disponibilização de dados e documentos para consulta aberta da população até a prestação correta e imediata de respostas aos pedidos de informação de indivíduos ou entidades. As novas tecnologias de comunicação e informação permitem um nível inédito de transparência na administração pública, com agilidade e detalhamento, para avaliação e monitoramento da ação governamental. O Portal da Transparência e a Lei de Acesso à Informação são duas importantes ferramentas de controle social e concretização de política de governo aberto, aproximando o Estado do cidadão.

Os benefícios de um Estado cada vez mais transparente e comprometido com a participação social e democrática são percebidos, qualificando e fortalecendo a gestão pública, não apenas sob o olhar de seus cidadãos, mas também como importante elemento para a promoção de uma inserção internacional soberana. Dessa constatação, decorre a necessidade de que o Brasil participe do sistema político internacional em condições de defender e promover seus interesses atuais e futuros. Isso inclui: a solução pacífica de conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; a celebração de acordos internacionais que favoreçam a agregação de valor e a ampliação da produtividade e da competitividade das economias dos países em desenvolvimento; e a ampliação da capacidade de defesa, com respeito aos direitos humanos e aos tratados internacionais.

A estratégia brasileira de inserção internacional, situada em um contexto de reordenamento dos polos dinâmicos da economia mundial, consiste na ampliação dos esforços de consolidação do bloco regional da América do Sul, com fundamento nos princípios de não intervenção, de autodeterminação e de cooperação para redução das assimetrias regionais. Ao mesmo tempo, o Brasil procura intensificar a cooperação com parceiros de todos os níveis de desenvolvimento,

participando ativamente dos principais debates e movimentos da agenda internacional, em particular em organismos multilaterais, tanto no plano econômico-comercial quanto no âmbito político e social. Nesse âmbito, destaca-se a importância do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – e América Latina e Caribe, além de outros parceiros históricos e fundamentais, como a União Europeia, Estados Unidos e Japão.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Para a superação dos desafios compreendidos em cada Eixo Estratégico, é proposto um conjunto de Diretrizes que norteiam as principais agendas para os próximos quatro anos, nos quais o PPA 2016-2019 propõe sustentar o processo de desenvolvimento inclusivo no Brasil por meio da retomada do crescimento econômico e da distribuição dos ganhos de produtividade na sociedade. O vínculo entre as Diretrizes e os Eixos Estratégicos não é rígido, podendo uma mesma Diretriz Estratégica colaborar para mais de um Eixo Estratégico. As Diretrizes são:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
- Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
- Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.
- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.
- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da

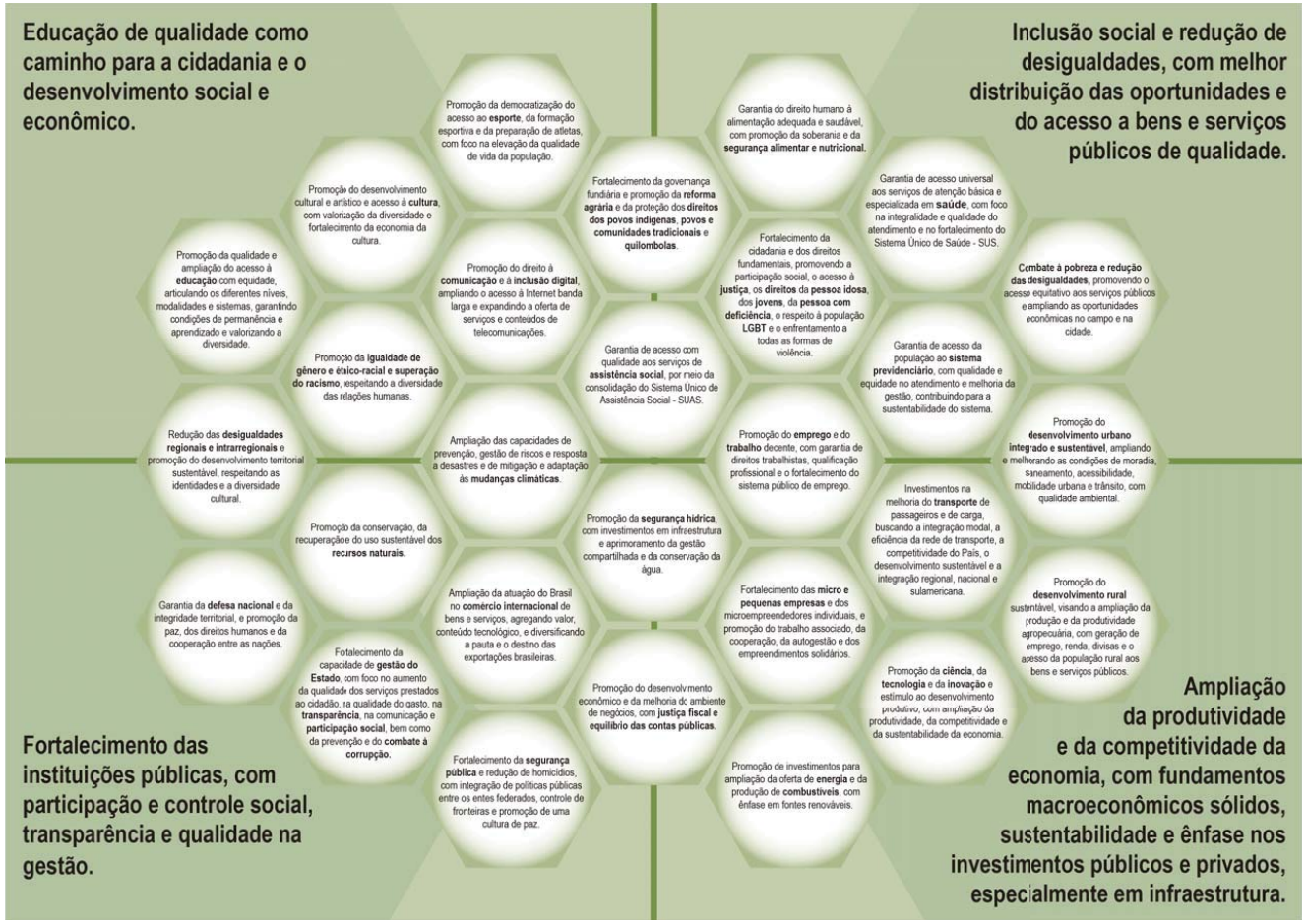
proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

- Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
- Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.
- Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.
- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.
- Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.
- Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.
- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando

a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.
- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.
- Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.

A próxima figura ilustra como está organizada a Dimensão Estratégica do PPA 2016-2019.


Educação de qualidade como caminho para a cidadania e o desenvolvimento social e econômico.
Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.
Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.
Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.
Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.
Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.
Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.
Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.
Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.
Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.
Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.
Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.
Promoção do desenvolvimento econômico e da melhoria do ambiente de negócios, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.
Inclusão social e redução de desigualdades, com melhor distribuição das oportunidades e do acesso a bens e serviços públicos de qualidade.
Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.
Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.
Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.
Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.
Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do País, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sulamericana.
Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.
Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.
Fortalecimento das instituições públicas, com participação e controle social, transparência e qualidade na gestão.
Ampliação da produtividade e da competitividade da economia, com fundamentos macroeconômicos sólidos, sustentabilidade e ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura.

As Diretrizes Estratégicas expressam o resultado de um processo amplo de discussão entre os diversos órgãos do governo federal e também com outras instâncias e esferas do poder público, além das contribuições da sociedade civil organizada. As Diretrizes Estratégicas orientam a concepção e a implementação da Dimensão Tática do Plano, representada por 54 Programas Temáticos do PPA 2016-2019.

PPA EM GRANDES NÚMEROS

Os Eixos e Diretrizes Estratégicas, bem como os Programas expressos no PPA 2016-2019, traduzem-se na alocação de recursos prevista para o período do Plano. Nos próximos quatro anos o PPA estima dispêndios globais, incluindo o gasto tributário incorporado, da ordem de R$ 8.217 bilhões.

Recursos por tipo de Programa

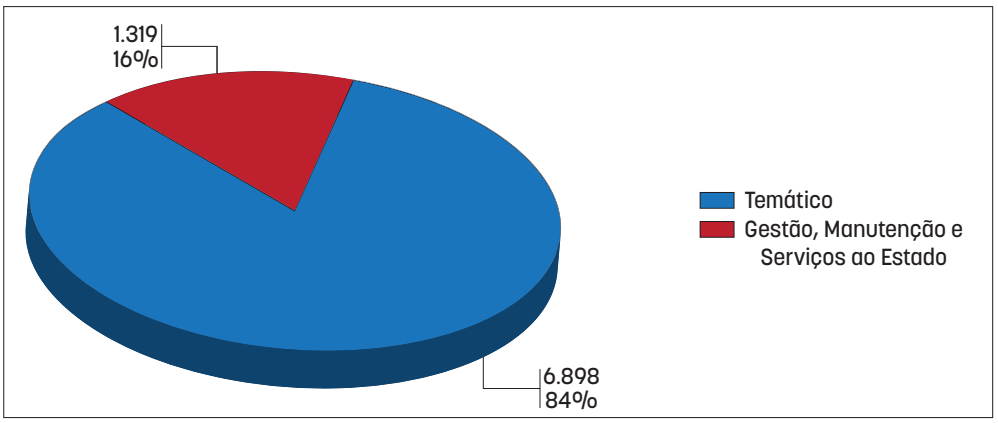
Dois tipos de Programas compõem o PPA 2016-2019:

a) Programas Temáticos: organizados por recortes selecionados de políticas públicas, expressam e orientam a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade;

b) Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado: expressam as ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Do total de recursos previstos no PPA, 84% estão vinculados aos Programas Temáticos e 16% aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado.

GRÁFICO 6: PPA 2016-2019, PREVISÃO DE RECURSOS POR TIPO DE PROGRAMA (R$ BILHÕES)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Fontes de financiamento

É um princípio do PPA a sua aderência às políticas públicas tal como reconhecidas pelo governo e pela sociedade. Esta aderência se traduz, no que se refere à alocação de recursos, na consideração de todas as fontes de financiamento das políticas: orçamentárias e extraorçamentárias. Os recursos orçamentários e extraorçamentários do PPA 2016-2019 podem ser detalhados da seguinte forma:

- Recursos orçamentários: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social; e Orçamento de Investimento das Empresas Estatais;
- Recursos extraorçamentários: crédito e demais fontes; e gasto tributário.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos recursos do PPA por fonte para o período 2016-2019:

TABELA 4: FONTES DE RECURSOS DO PPA 2016-2019 (R$ BILHÕES)

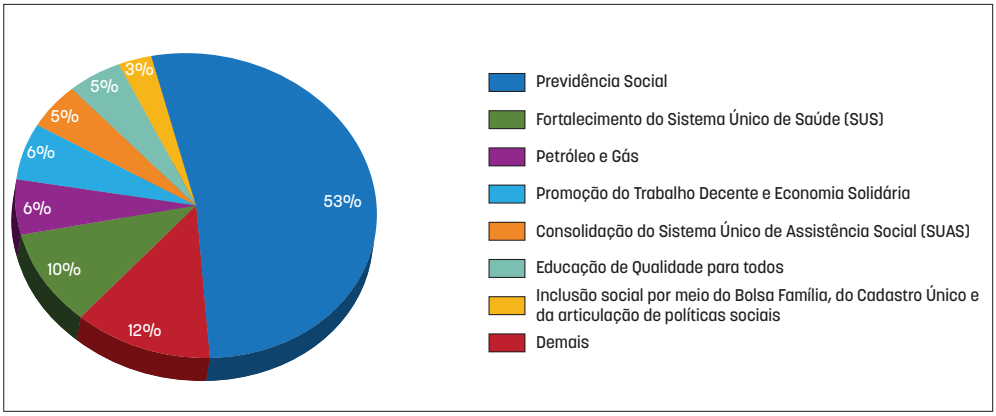
FONTES	R$ bilhões	%
ORÇAMENTÁRIAS (1)	**5.456**	**66%**
Fiscal/Seguridade	5.071	62%
Investimento das Estatais	385	5%
EXTRAORÇAMENTÁRIAS (2)	**2.761**	**34%**
Crédito e Demais Fontes	2.303	28%
Gasto Tributário	458	6%
TOTAL (1) + (2)	**8.217**	**100%**

Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Todo o Orçamento Geral da União conecta-se ao PPA, com exceção das ações orçamentárias vinculadas aos Programas do tipo Operação Especial[9]. Nos Programas Temáticos, o elo entre Plano e Orçamento são os Objetivos. A conexão entre Orçamento e Objetivos dos Programas revela o quanto o Governo pretende despender em cada escolha de política pública desdobrada em Metas e Iniciativas[10]. Por sua vez, as ações orçamentárias responsáveis pelo financiamento de atividades de apoio e manutenção de Governo conectam-se aos Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado. O gráfico abaixo apresenta a distribuição do orçamento previsto para o período do Plano por Programas Temáticos.

9 Os Programas do tipo Operação Especial não compõem o PPA e abarcam, dentre outros: refinanciamento da dívida interna; refinanciamento da dívida externa; serviços da dívida interna; serviços da dívida externa etc.
10 O detalhamento das ações orçamentárias conectadas aos Objetivos do PPA encontra-se na Lei Orçamentária Anual (LOA).

GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DO ORÇAMENTO* POR PROGRAMAS TEMÁTICOS, 2016 A 2019 (%)



* Inclui Orçamentos da Seguridade Social, Ficas e de Investimentos das Estatais.
Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

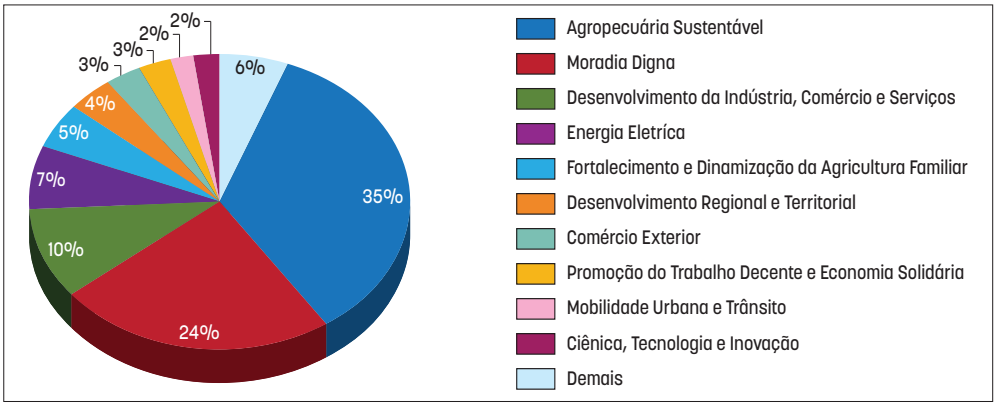
Verifica-se que sete (7) dos cinquenta e quatro (54) Programas Temáticos do PPA 2016-2019 concentram 88% do orçamento previsto para este tipo de Programa. Evidencia-se também, em linha com a estratégia de desenvolvimento inclusivo, a forte concentração dos recursos orçamentários na área social, com destaque para: Previdência Social, Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), Petróleo e Gás, Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), Educação de Qualidade para Todos e Inclusão Social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da Articulação de Políticas Sociais.

As fontes extraorçamentárias de recursos ligam-se aos Programas Temáticos também por meio dos Objetivos[11]. O PPA 2016-2019 incorpora as fontes extraorçamentárias aos Valores Globais dos Programas Temáticos na medida em que (e somente nos casos em que) estas se relacionem diretamente aos Objetivos. Como visto acima, as fontes extraorçamentárias dividem-se em: crédito e demais fontes; e gasto tributário.

Os recursos de "Crédito e demais fontes" são definidos como: financeiros (i) não constantes do Orçamento Geral da União; (ii) necessários para a atuação governamental na prestação de serviços e entrega de bens públicos; e (iii) originados de bancos públicos, agências oficiais de fomento, fundos constitucionais, plano global de dispêndio das estatais (exceto o que já consta do orçamento de investimento das estatais), cooperações financeiras internacionais e recursos privados. Sua importância para o PPA não pode ser minimizada: 28% de todos os recursos do Plano (R$ 2.303 bilhões) provêm destas fontes. O gráfico a seguir apresenta sua distribuição por Programas Temáticos.

11 Os Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado não contam com fontes extraorçamentárias de financiamento.

GRÁFICO 8: DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO E DEMAIS FONTES EXTRAORÇAMENTÁRIAS POR PROGRAMAS TEMÁTICOS, 2016 A 2019 (%)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

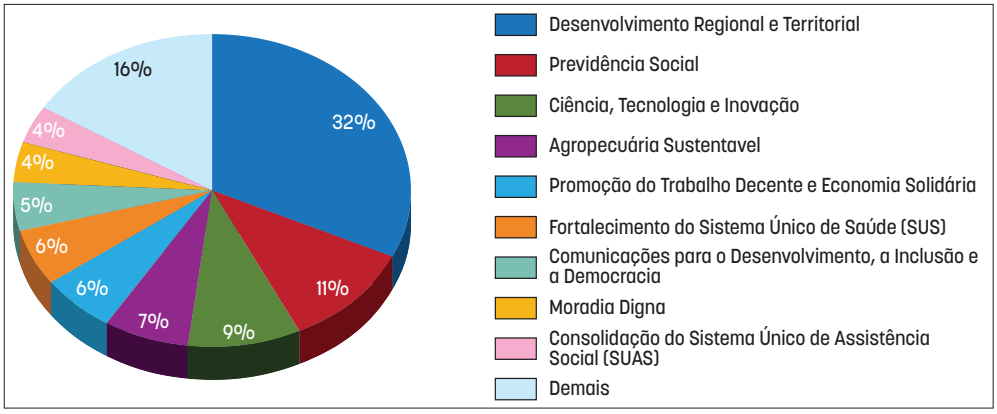
Sobressai a conexão entre crédito direcionado e políticas públicas federais, expressa por meio dos números para o período do Plano do crédito rural (R$ 800 bilhões), do crédito para a habitação (R$ 541 bilhões) e do crédito de longo prazo para investimento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (R$ 440 bilhões).

Gasto tributário, de acordo com a Receita Federal do Brasil – RFB é toda desoneração tributária que funciona como alternativa à política pública e que não se realiza diretamente pelo orçamento, mas indiretamente pelo sistema tributário, visando atender objetivos econômicos e sociais. Pode apresentar caráter compensatório, quando compensa a população pela insuficiência de algum serviço governamental, ou caráter incentivador, quando estimula o desenvolvimento de algum setor ou região. Ainda de acordo com a RFB, o gasto tributário deve ser explicitado na norma que disciplina o tributo, constituindo-se uma exceção ao sistema tributário de referência.

O PPA 2016-2019 associa as previsões de gasto tributário dos próximos quatro anos aos Objetivos dos Programas Temáticos, compondo seu valor global. Aproximadamente 37% do valor do gasto tributário apurado pela RFB para o quadriênio 2016-2019 se relaciona aos Objetivos do PPA[12], o que corresponde a 6% dos recursos previstos no Plano. Vinte e cinco (25) dos cinquenta e quatro (54) Programas Temáticos do Plano contam com alguma previsão de gasto tributário, com destaque para: Desenvolvimento Regional e Territorial, Previdência Social, CT&I, Agropecuária Sustentável, Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária, Fortalecimento do SUS, Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia, Moradia Digna e Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

12 Os Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA) e de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) apresentam, em anexos, previsões anuais e trienais, respectivamente, do conjunto do gasto tributário classificado por função orçamentária. O PPA 2016-2019 apresenta, por Programa Temático, previsões quadrienais para o subconjunto do gasto tributário relacionado aos Objetivos propostos no Plano.

GRÁFICO 9: DISTRIBUIÇÃO DO GASTO TRIBUTÁRIO POR PROGRAMAS TEMÁTICOS, 2016 A 2019 (%)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assim, a materialização dos Objetivos que integram o PPA conta com o apoio de diversas modalidades de gasto tributário, sendo as principais previsões para o período do Plano no âmbito dos Programas destacados acima as renúncias relacionadas: à Zona Franca de Manaus, Áreas de Livre Comércio e Amazônia Ocidental (R$ 121,3 bilhões), SUDENE (R$ 11,5 bilhões) e SUDAM (R$ 7,8 bilhões); às aposentadorias por moléstia grave ou acidentes (R$ 39,6 bilhões); a bens de informática (R$ 24,3 bilhões) e inovações tecnológicas (R$ 8,8 bilhões); às exportações da produção rural (R$ 27,7 bilhões); às indenizações por rescisão de contrato de trabalho (R$ 22,5 bilhões); a medicamentos (R$ 22,7 bilhões); ao programa de inclusão digital (R$ 21,6 bilhões); a financiamentos habitacionais (R$ 17,9 bilhões); e às entidades sem fins lucrativos da assistência social (R$ 17,5 bilhões).

Ainda sobre o gasto tributário, cumpre mencionar aqueles identificados e classificados pela RFB com impactos sobre a economia e a sociedade, mas sem correspondência com Objetivos do PPA. O SIMPLES Nacional, regime de tributação específico para microempresas e empresas de pequeno porte, constitui o exemplo mais destacado: desconsiderando os efeitos sabidamente positivos do regime sobre a formalização, o gasto tributário a ele associado no período 2016-2019 supera R$ 327,8 bilhões. Outros exemplos dizem respeito às despesas médicas e de educação passíveis de abatimento do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que não se associam a Objetivos dos Programas de Fortalecimento do SUS e de Educação, focados nas redes públicas e universais de oferta, mas estimados em R$ 47,6 e R$ 16,9 bilhões, respectivamente, no período 2016-2019. Sublinhe-se, finalmente, as renúncias previstas no período para a desoneração da folha de salários e desoneração da cesta básica, respectivamente, R$ 100,6 bilhões e R$ 82,3 bilhões.

Visão da alocação por áreas temáticas

A análise da previsão de recursos por áreas fornece um panorama da concentração de recursos considerando os Programas Temáticos do Plano. A tabela a seguir apresenta o valor estimado para quatro grandes áreas que agregam todos os Programas Temáticos.

TABELA 5 - VALORES ESTIMADOS PARA OS PROGRAMAS TEMÁTICOS DO PPA 2016 - 2019

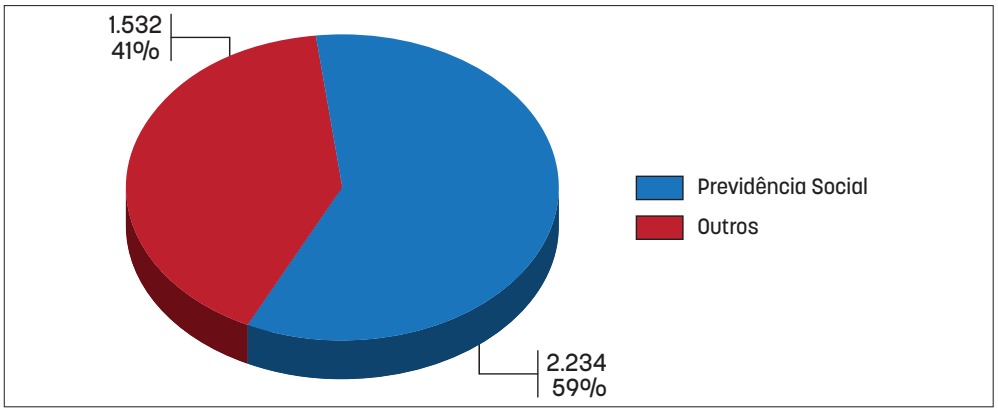
ÁREA TEMÁTICA	Programas Temáticos	Valores estimados (em R$ bilhões)	%
Social e Segurança Pública	20	3.766	55%
Infraestrutura	13	1.435	21%
Desenvolvimento Produtivo e Ambiental	13	1.367	20%
Temas Especiais	8	330	5%
Total	**54**	**6.898**	**100%**

Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Social e Segurança Pública

Os recursos destinados à área social representam 55% do valor global dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019. Ao todo somam R$ 3.766 bilhões, destacando-se o Programa de Previdência Social, que totaliza R$ 2.234 bilhões, representando 59% do total da área.

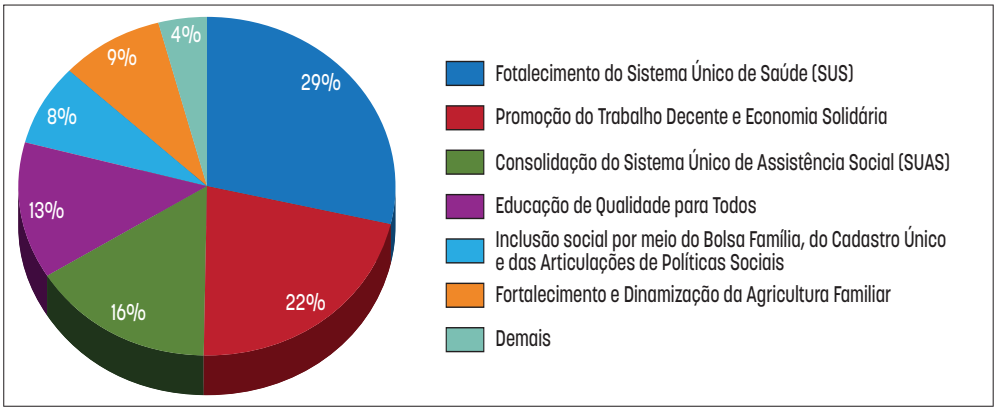
GRÁFICO 10 - ALOCAÇÃO DE RECURSOS: SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA (VALORES GLOBAIS DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS EM R$ BI E %)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Os Programas de Saúde, (R$ 442 bilhões), Trabalho (R$ 332 bilhões), Assistência Social (R$ 243 bilhões), Educação (R$ 197 bilhões), Agricultura Familiar (R$ 133 bilhões) e Bolsa Família (R$ 123 bilhões) também apresentam valores bastante expressivos. O gráfico a seguir ilustra a distribuição dos recursos excluindo-se a Previdência.

GRÁFICO 11 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS: SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA – SEM PREVIDÊNCIA SOCIAL (VALORES GLOBAIS DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS E %)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O esforço governamental para cumprir as agendas propostas nos Programas Temáticos relacionados às políticas sociais pode ser visto no conjunto de Metas definidas para o período do Plano. No Programa Educação de Qualidade para Todos, por exemplo, foram estabelecidas Metas como o apoio à construção de 3 mil unidades de educação básica; a ampliação da oferta de educação em tempo integral para 5 milhões de matrículas; a oferta de 5 milhões de vagas no Pronatec; e a ampliação para 1,4 milhão de matrículas em cursos de graduação presencial em instituições federais de ensino.

Na Saúde, o objetivo central é o fortalecimento do SUS e as metas envolvem a construção, ampliação e reforma da infraestrutura de 14 mil Unidades Básicas de Saúde (UBS); a avaliação e certificação da qualidade de 40 mil equipes de atenção básica; o incremento no número de médicos em regiões prioritárias do SUS, alcançando 20,3 mil médicos brasileiros e estrangeiros por meio do Programa Mais Médicos; o alcance de 38,5 mil bolsistas beneficiados pelo Pró-Residência; e a ampliação do número de equipes da Estratégia Saúde da Família para 46 mil.

Na Assistência Social, destacam-se as metas de ampliação da cobertura dos serviços de média complexidade para 1.500 novos municípios, com população inferior a 20 mil habitantes; a ampliação da cobertura de serviços em localidades isoladas ou de difícil acesso, por meio da implantação de 970 novas Equipes Volantes; e a ampliação da cobertura dos Centros de

Referência da Assistência Social (CRAS), com 650 novas unidades em municípios com população acima de 100 mil habitantes. No Programa Bolsa Família, cita-se o fomento ao acesso a creche para crianças de 0 a 48 meses beneficiárias e o aperfeiçoamento do acompanhamento das condicionalidades de saúde e educação.

Para o meio rural destaca-se o Programa dedicado à Agricultura Familiar, no qual foram propostas Metas como a efetivação de 7,8 milhões de operações do crédito rural no conjunto das linhas do PRONAF; de 1,8 milhão de operações da linha de microcrédito orientado e acompanhado do PRONAF; a prestação de serviços de ATER para 1,7 milhão de famílias e o atendimento a 350 mil famílias em situação de pobreza em uma estratégia de inclusão produtiva rural. No Programa de Reforma Agrária propõe-se o assentamento de 120 mil famílias. Por fim é importante ressaltar que nos dois casos estão previstas metas para ampliar o acesso de jovens, mulheres e povos e comunidades tradicionais às políticas públicas.

No Programa Trabalho Decente e Economia Solidária cabe mencionar as Metas de promoção da qualificação profissional de 760 mil trabalhadores no âmbito do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda; o benefício de 4 milhões de trabalhadores por meio da concessão de crédito do Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER; o atendimento de 18,6 milhões clientes em operações de microcrédito produtivo orientado; e o apoio e fortalecimento de 20 mil empreendimentos econômicos solidários.

Vale destacar também os Programas destinados ao fortalecimento da cidadania e direitos fundamentais voltados para públicos específicos (mulheres, criança e adolescente, juventude, pessoas com deficiência, povos indígenas, igualdade racial, pessoa idosa, LGBT, população em situação de rua), totalizando R$ 11,46 bilhões e contemplando Metas como: promover a qualificação de 500.000 jovens em situação de baixa renda por meio do Projovem Trabalhador; construir e implementar a Casa da Mulher Brasileira em 25 capitais brasileiras; titular 40.000 hectares em benefício de comunidades quilombolas; estruturar cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; e realizar a demarcação física e georreferenciamento de 30 terras indígenas.

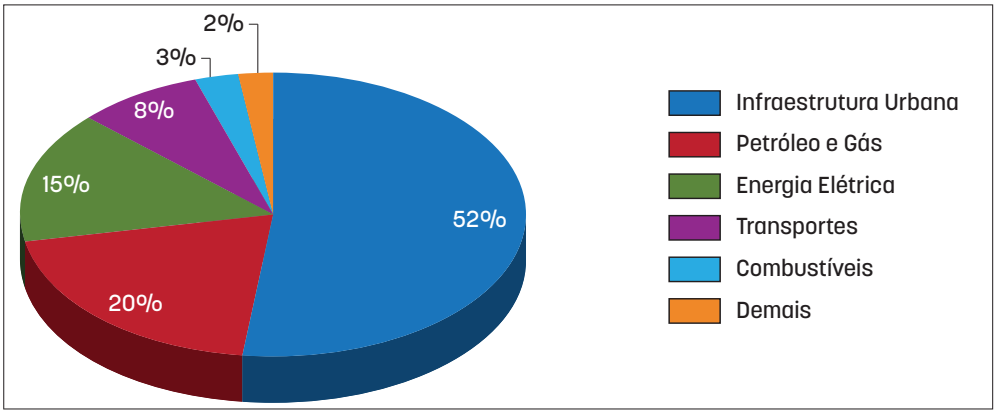
Por fim, no Programa de Justiça, Cidadania e Segurança Pública, para o qual estão previstos recursos de 8,3 bilhões, destacam-se Metas como: reduzir em 15% o número de homicídios; reduzir o número de mortos em acidentes em rodovias federais de 98 para 80 a cada 1 milhão de veículos da frota nacional; implantar Centros Integrados de Comando e Controle em todas as capitais; promover a redução do número de pessoas presas; e reduzir o grau de desigualdade de acesso à Justiça por Estado.

Infraestrutura

A área de infraestrutura concentra cerca de 21% dos recursos dos Programas Temáticos, que estão distribuídos entre:

- Programas de Infraestrutura Urbana – que compreendem Moradia Digna, Mobilidade Urbana e Trânsito, Saneamento Básico, Gestão de Riscos e de Desastres e Planejamento Urbano, com R$ 750 bilhões; e
- Programas Petróleo e Gás; Energia Elétrica; Combustíveis; Transporte Terrestre; Transporte Aquaviário; Aviação Civil; Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia; e Geologia, Mineração e Transformação Mineral, que somam R$ 686 bilhões.

GRÁFICO 12 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS – INFRAESTRUTURA (VALORES GLOBAIS DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS EM %)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

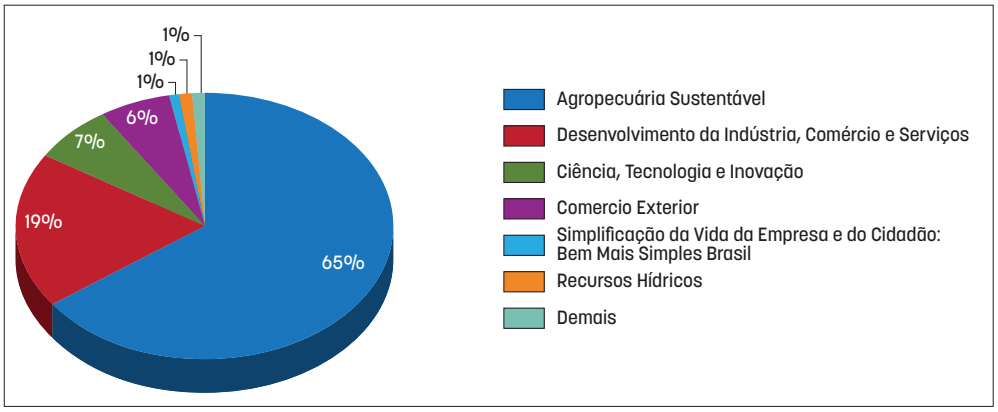
Com relação aos Programas de Infraestrutura Urbana, que visam à igualdade de oportunidades e ao aumento da qualidade de vida nas cidades brasileiras, vale destacar as Metas de disponibilizar 3 milhões de moradias por meio do Programa Minha Casa Minha Vida MCMV; a implantação e/ou requalificação de 1.480 km de sistemas sobre pneus e de 320 km de sistemas sobre trilhos; o investimento de R$ 2 bilhões em projetos urbanos estratégicos em territórios de especial interesse, em parceria com a iniciativa privada, para expansão e/ou reabilitação urbana; a ampliação de 54,8 para 57,8 milhões o número de domicílios urbanos abastecidos por rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna; e a ampliação de 46,8 para 49,6 milhões o número de domicílios urbanos servidos por rede coletora ou fossa séptica para os excretas ou esgotos sanitários.

No grupo de programas de petróleo e gás, energia elétrica e transportes, ressaltam-se as seguintes Metas: produzir anualmente em média 2,5 milhões de barris por dia de petróleo e 95 milhões de m3 por dia de gás natural; adicionar 14.655 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte hídrica; adicionar 7.500 MW de capacidade instalada de geração de energia elétrica a partir da fonte eólica; implantar 23.000 km de novas linhas de transmissão no Sistema Elétrico Nacional; atender 128.226 domicílios rurais com energia elétrica pelo Programa Luz para Todos; duplicar 2.772,5 km de rodovias federais concedidas; expandir em 1.101,2 km a malha ferroviária no País com recursos do Orçamento Geral da União, e em 2.500 km com a participação da iniciativa privada; e aumentar a capacidade da rede de aeroportos do Brasil de modo a possibilitar o processamento de 385 milhões de passageiros.

Políticas de Desenvolvimento Produtivo e Ambiental

Os valores globais dos Programas associados a esta área respondem por 20% dos recursos dos Programas Temáticos, com destaque para Agropecuária Sustentável, Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços, CT&I, Comércio Exterior, Simplificação da Vida do Cidadão e das Empresas (Bem mais Simples Brasil), e Recursos Hídricos.

GRÁFICO 13 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS: DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL (VALORES GLOBAIS DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS EM %)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Do total de R$ 1.367 bilhões projetados para o período 2016-2019, sobressai o volume de recursos associado ao "crédito e demais fontes" extraorçamentárias, instrumentos de estímulo e indução do investimento e atividade empresariais: R$ 1.162 bilhões (85% do total).

No crédito, o maior destaque se relaciona ao crédito rural direcionado à agropecuária empresarial e aos médios produtores do campo, com R$ 800 bilhões previstos em 4 anos para custeio,

comercialização e investimento no setor. Mencionem-se ainda, pelo volume expressivo, as linhas do BNDES para investimento na indústria, comércio e serviços e para as exportações, R$ 87,3 bilhões, R$ 81,5 bilhões e R$ 63,2 bilhões, respectivamente, e o crédito à inovação previsto no âmbito da Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, R$ 21,9 bilhões.

São estes recursos, somados ao orçamento e renúncias fiscais vinculados aos Programas, que dão suporte aos principais Objetivos e Metas das políticas de desenvolvimento produtivo, tais como: aumentar o volume de crédito rural aplicado na agricultura empresarial; ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional; expandir a adoção do sistema de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILFP) em 2 milhões de hectares; ampliar o número de produtores rurais beneficiados pelo Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural; elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial; e fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços contribuindo para a agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.

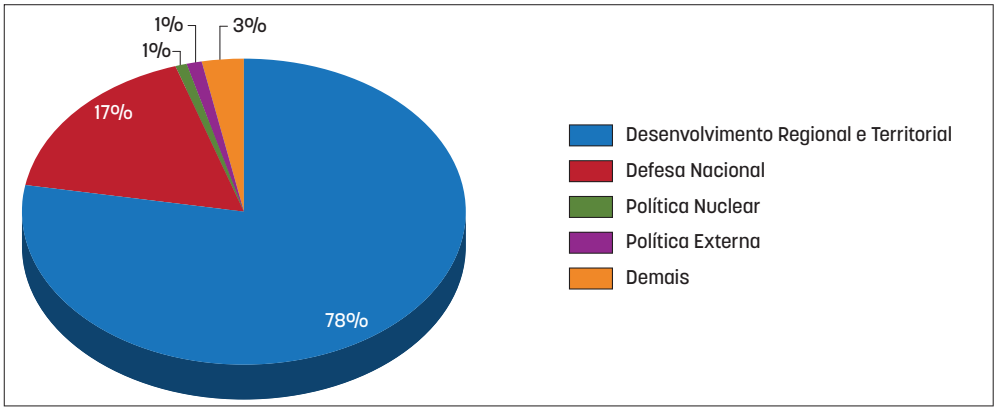
Cabe ainda mencionar as Metas voltadas: ao apoio, via recursos de crédito ou de participação acionária para 1.000 micro e pequenas empresas de base tecnológica; ao estímulo a 1.250 empresas a cada ano a realizarem atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação via incentivos fiscais; ao apoio anual a 7.000 projetos de pesquisa pelas agências federais de fomento à CT&I; à disponibilização para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo de cinco das treze linhas de luz da nova fonte de Luz Síncrotron da 4ª geração; ao aprimoramento dos instrumentos de apoio creditício oficial às exportações; e à simplificação, modernização e aprimoramento das normas e da gestão do comércio exterior de bens e serviços.

Adicionalmente, ressalta-se a importância dos Programas diretamente relacionados à agenda ambiental que, juntos, somam aproximadamente 20,7 bilhões entre 2016 e 2019: Recursos Hídricos, Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade, Mudança do Clima e Qualidade Ambiental. Esses Programas instituem e consolidam importantes instrumentos de gestão ambiental. Seus Objetivos, Metas e Iniciativas contemplam: a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos; a ampliação da oferta de água para usos múltiplos, por meio de infraestruturas hídricas; a regularização ambiental, por meio do Cadastro Ambiental Rural e da recuperação de áreas degradadas; a conservação ambiental e a elevação da renda da população, por meio do Programa Bolsa Verde; a ampliação da produção florestal, por meio das concessões florestais; a consolidação das Unidades de Conservação; a implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; o controle da poluição e a fiscalização ambiental; e a otimização do processo de licenciamento ambiental.

Temas Especiais

Os recursos previstos para outros temas de política pública, notadamente desenvolvimento regional, soberania e organização do Estado, totalizam R$ 330 bilhões, o que representa 5% do total dos Programas Temáticos do PPA 2016-2019. O gráfico a seguir revela a participação relativa dos principais Programas da área.

GRÁFICO 14 – ALOCAÇÃO DE RECURSOS: TEMAS ESPECIAIS (VALORES GLOBAIS DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS EM %)



Fonte: SIOP/MP.
Elaboração: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

O Programa Desenvolvimento Regional e Territorial, o mais representativo nos Temas Especiais em termos de recursos (R$ 256 bilhões, com destaque para o crédito e o gasto tributário), visa à redução das assimetrias no território e conta com Metas como: organizar a estratégia de intervenção do governo federal em consonância com os planos estaduais de faixa de fronteira; apoiar 239 territórios rurais com um conjunto de políticas públicas integradas e territorializadas, com participação social; beneficiar 15.000 famílias com ações territorializadas voltadas ao combate à pobreza no semiárido do Nordeste; e emitir gratuitamente 1.000.000 de documentos civis, trabalhistas, jurídicos e fiscais em territórios rurais.

Os recursos do Programa Defesa Nacional (R$ 55,7 bilhões) compreendem a formação e capacitação de recursos humanos civis e militares para a Defesa Nacional, bem como a manutenção e ampliação da capacidade de operação das Forças Armadas, com destaque para o aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares adequados às necessidades de segurança do país e que, simultaneamente, fomentam o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa com tecnologias de interesse nacional. Dos grandes projetos plurianuais já em execução, o PPA 2016-2019 prevê: a conclusão do processo de certificação

do avião cargueiro KC-390 desenvolvido pela Embraer em parceria com a Força Aérea Brasileira; o prosseguimento do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB), que inclui a construção de estaleiro, base naval, 4 submarinos convencionais e 1 submarino com propulsão nuclear; a obtenção de 300 viaturas da nova família de blindados (Projeto Guarani); e o avanço na implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron). Além dos projetos em andamento, está previsto o início efetivo da execução do Projeto FX-2 de aquisição de caças múltiplo emprego Gripen NG, pacote de suporte logístico e transferência de tecnologia associada.

Na Política Externa, os esforços concentram-se em promover a inserção do país nos circuitos globais de comércio e investimento e em fortalecer a participação do país nas estruturas de governança internacional. É priorizada a integração regional no marco da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) e a consolidação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

DIMENSÃO TÁTICA



DIMENSÃO TÁTICA: PROGRAMAS TEMÁTICOS

SOCIAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

Educação de qualidade para Todos

Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

Justiça, Cidadania e Segurança Pública

Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

Previdência Social

Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

Promoção dos Direitos da Juventude

Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

Reforma Agrária e Governança Fundiária

Segurança Alimentar e Nutricional

Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

A assistência social, política pública não contributiva, é dever do Estado e direto de todo cidadão que dela necessitar. Entre os principais marcos legais da assistência social no Brasil estão a Constituição Federal de 1988, que dá as diretrizes para a gestão das políticas públicas, e a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei nº 8.742, de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações.

Com a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005, a assistência social passou a se constituir efetivamente como uma política pública de caráter universal, visando o enfrentamento da pobreza, da vulnerabilidade e riscos sociais. O SUAS se organiza tendo como diretrizes a participação e o controle sociais e a descentralização político-administrativa, cabendo ao governo federal a coordenação federativa, a regulamentação e o cofinanciamento das ações. As ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS), aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004. Nesse período, o SUAS tem se constituído em um dos instrumentos que marcaram o esforço do país para a redução das desigualdades e a inclusão socioeconômica de parcelas expressivas da população.

Ao final de 2014, o SUAS já contava com a adesão de 5.560 municípios (99,9%) e cofinanciamento federal para a oferta de serviços socioassistenciais em uma rede composta por 7.511 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), que permitiam o referenciamento de aproximadamente 22,5 milhões de famílias na proteção social básica e 2.440 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS), para a oferta de serviços de proteção social especial a aproximadamente 140 mil famílias e indivíduos/mês. Dentre outros serviços, destacam-se o trabalho social com famílias realizado pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF/CRAS e pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos – PAEFI/CREAS e o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), ofertado em unidades de proteção social básica, cuja cobertura atinge mais de 5 mil municípios, com capacidade de atender aproximadamente 1,65 milhão de usuários.

O nível de cobertura e capilaridade da rede de unidades CRAS tem permitido o acesso a significativa parcela da população que requer proteção socioassistencial. Em média, o PAIF/CRAS acompanha mensalmente mais de 1,6 milhão de famílias. Em 2014, foram inseridas nesse serviço mais de 1,4 milhão de famílias, das quais 844 mil são beneficiárias do Programa Bolsa Família. Já o PAEFI/CREAS acompanha mensalmente, em média, mais de 215 mil indivíduos ou famílias em situação de risco pessoal ou social, por violação de direitos. Em 2014, foram inseridos no serviço mais de 312 mil novos casos, dos quais 97 mil relacionados a beneficiários do Programa Bolsa Família.

Para que esses resultados fossem alcançados, a partir da implementação do SUAS o cofinanciamento federal dos serviços e programas passou a ser realizado de forma regular e

automática, com base em critérios universais, pactuados entre os entes federados no âmbito da Comissão Intergestores Tripartite - CIT e aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS. Este novo modelo resultou na reconfiguração das ações, expansão da cobertura e redesenho da rede de unidades prestadoras de serviços.

O governo federal também é responsável pela gestão e financiamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) e da Renda Mensal Vitalícia (RMV), que beneficiaram em 2014, com 1 salário-mínimo mensal, aproximadamente 4,3 milhões de pessoas idosas ou com deficiência, sem meios de prover sua própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

O governo também concede a Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) para as entidades que atuam na área da assistência social e o Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social (CNEAS), que ampliará o conhecimento e permitirá o monitoramento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais prestados de forma complementar pelas entidades e organizações de assistência social.

Apesar dos resultados alcançados, a magnitude e dispersão territorial do contingente populacional que se encontra em situações diversas de vulnerabilidade e riscos sociais se traduzem em grandes desafios que exigem, concomitantemente, a qualificação dos serviços e da gestão nas três esferas de governo e a ampliação da cobertura de suas ações.

A Diretriz Estratégica que norteia a agenda deste Programa Temático para os próximos quatro anos é:

- Garantia de acesso com qualidade aos serviços de assistência social, por meio da consolidação do Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Os principais pontos a serem enfrentados por meio deste programa Temático referem-se: à qualificação dos serviços; à ampliação da cobertura das unidades CRAS nas metrópoles e municípios de grande porte; à ampliação da cobertura dos serviços de média complexidade em municípios de pequeno porte (<20 mil habitantes) e dos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes; à ampliação do acesso dos beneficiários do BPC aos serviços socioassistenciais e a outras políticas sociais; e à qualificação da gestão das demais esferas, fomentando e potencializando as estratégias da educação permanente para técnicos, gestores e conselheiros da assistência social.

Assim, coordenando serviços de natureza preventiva e protetiva, garantindo renda a segmentos específicos (pessoas idosas ou com deficiência, sem meios para prover sua manutenção), qualificando a gestão em todas as esferas federadas e aperfeiçoando os mecanismos de controle social, consolida-se o SUAS como um dos pilares da rede de proteção social brasileira, contribuindo decisivamente para a redução de desigualdades e melhoria da qualidade de vida de considerável parcela da população.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)

- Manter, ampliar e qualificar os serviços e programas de Proteção Social Básica e Especial ofertados às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal.
- Qualificar a gestão do Benefício de Prestação Continuada (BPC), concedê-lo à pessoa idosa e à pessoa com deficiência, fortalecer as estratégias de inclusão dos beneficiários nos serviços socioassistenciais e nas demais políticas e contribuir no aprimoramento da regulação dos benefícios eventuais pelos estados, municípios e DF.
- Fortalecer e qualificar a gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e os mecanismos democráticos de participação e controle social.

Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

No mundo contemporâneo, a Cultura é central para o desenvolvimento. Compreendida pelas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica, tem caráter estratégico na retomada de um novo ciclo de desenvolvimento do país. A cultura pode gerar conhecimentos, manifestar subjetividades complexas capazes de melhorar as condições de criação e interpretação do mundo, oportunizar condições para o desenvolvimento tecnológico e para a qualificação das relações sociais.

No Brasil, apesar de todos os investimentos em política cultural, ainda há algum grau de exclusão de sua população ao direito à cultura, com equipamentos culturais insuficientes e fortemente concentrados nas áreas economicamente mais desenvolvidas do território nacional. Cidades de menor porte e periferias das grandes cidades tendem a apresentar maior grau de exclusão cultural. Segundo a pesquisa sobre práticas artísticas e culturais (Frequência de práticas culturais, do Sistema de Indicadores de Percepção Social - SIPS), realizada em 2013, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), apenas 14,9 % das pessoas frequentam museus ou centros culturais. Em relação aos espetáculos de teatro, circo ou dança a frequência é de 18,1% das pessoas. Com relação a espetáculos de música e cinemas, o percentual é de 13,8 % e 24,6% da população, respectivamente.

O direito de acessar bens e serviços culturais envolve mais do que entretenimento, trata-se de uma questão de cidadania. O acesso à cultura é formador, gera conhecimento e poder de crítica, fomenta o espírito criativo e incentiva novas formas de expressão, tornando o cidadão um agente ativo de transformação de sua realidade. A política pública de cultura deve estar voltada para esses interesses.

Uma nova base legal tem reafirmado os compromissos do Estado sob a perspectiva cidadã. Nesse aspecto, destacam-se a criação das leis da TV Paga (Lei 12.485/2011), do Vale Cultura (Lei 12.761/13), a Nova Lei dos Direitos Autorais (Lei 12.853/2013), do Cultura Viva (Lei 13.018/14), e a

proposta de uma nova Lei de Incentivo à Cultura (Procultura).

O ano de 2014 foi um marco para o Programa Cultura Viva, que visa garantir a ampliação do acesso da população aos meios de produção, circulação e fruição cultural, ao completar 10 anos e tendo atingido mais de 4,6 mil Pontos de Cultura fomentados em cerca de mil cidades de todos os estados do Brasil. Nesse mesmo ano, foi sancionada a Lei 13.018/14, que transformou o Programa Cultura Viva em uma política de Estado, criando o Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura e a prestação de contas simplificada.

A Lei da TV Paga contribuiu para dinamização da economia da cultura, ampliando significativamente a participação das produções nacionais, especialmente das independentes, nos canais por assinatura. Além disso, os recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) mais do que quintuplicaram nos últimos três anos e compõem um orçamento anual que chega a superar 1 bilhão de reais.

Outra política que trouxe forte impulso à demanda por produtos culturais foi o Vale Cultura. Ao final de 2014, mais de 340 mil trabalhadores já possuíam o cartão Vale-Cultura, que fomenta o acesso ao trabalhador à cultura por meio de renúncia fiscal, o qual já é aceito em mais de 24 mil pontos como forma de pagamento para consumo de bens e produtos culturais.

Também merece destaque a política de financiamento da cultura. Com o intuito de corrigir distorções da Lei Rouanet (Lei Federal de Incentivo à Cultura - nº 8.313/91) verificadas durante o tempo de sua vigência, que concentra o investimento através da renúncia fiscal, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6.772/2010, que institui o Procultura. Tal diploma legal, se aprovado, fará com que o Fundo Nacional de Cultura (FNC) seja o principal mecanismo de financiamento federal à cultura. Portanto, o novo mecanismo previsto para substituir a Lei Rouanet trará um novo modelo de financiamento federal à cultura e mudanças substanciais no incentivo cultural por meio de renúncia fiscal.

A cultura vista como ativo econômico, inscreve-se como potencial para o desenvolvimento. É uma importante fonte geradora de trabalho e renda, que muito tem a contribuir para a economia brasileira. Para além dessa dimensão e relevância, a cultura é a economia que mais cresce no mundo e tornou-se o grande diferencial deste tempo. As estatísticas da Unesco que buscam quantificar o segmento chegam a estimar em 7% a participação média da economia da cultura no PIB mundial. Segundo pesquisa realizada pelo IBGE e pelo Ministério da Cultura no período de 2007 a 2010, em média 8,6% do orçamento das famílias brasileiras já eram naquele momento destinados ao consumo de bens e produtos culturais.

Exemplo disso, a área do audiovisual no mundo movimenta recursos expressivos e crescentes. É uma indústria em expansão, forte geradora de divisas, de empregos qualificados e de renda. A produção cinematográfica é intensiva em inovação, geração de símbolos, agregação de valor, construção e formação de mercado. Em quase todos os países esta atividade econômica demanda proteção, apoio e financiamento estatal para se manter. A atividade audiovisual

brasileira se encontra em momento ímpar, com crescimento da ordem de dois dígitos na maior parte dos seus segmentos.

A reaproximação entre cultura e educação é estratégica para expandir a circulação e produção da diversa cultura brasileira, bem como para contribuir sensivelmente para a formação cultural dos brasileiros e dar passos significativos para democratizar o acesso ao poder, ao conhecimento, à riqueza e à própria democracia, colocando o povo brasileiro em outro patamar de seu processo histórico.

Outra parte importante da política nacional de cultura é a preservação do patrimônio cultural brasileiro, uma vez que fortalece identidades, garante o direito à memória e contribui para o desenvolvimento socioeconômico do país. Por meio do PAC Cidades Históricas, o governo federal tem garantido recursos para a restauração de monumentos e sítios urbanos de 44 cidades, em 20 estados. Já foram disponibilizados pela União, aproximadamente, R$ 1,6 bilhão para um total de 424 empreendimentos selecionados. Em relação ao período 2016-2019, a atuação do governo federal se materializará, em especial, por meio da proteção ao patrimônio material, tais como edificações, paisagens e conjuntos históricos urbanos, bem como de bens culturais de natureza imaterial, que dizem respeito às práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares, tais como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas.

Importa ressaltar que o programa temático do PPA 2016-2019 continuará atuando na promoção dos direitos da população afrodescendente. Nessa perspectiva, reitera o compromisso de salvaguarda das comunidades remanescentes de quilombos a partir da certificação, da prestação de assistência jurídica, da titulação e da execução de políticas públicas. A defesa dos quilombos faz parte da ancestralidade brasileira, uma vez que essas populações são remanescentes daqueles que foram protagonistas da resistência às desigualdades. Também aprofundará a valorização da cultura indígena, com políticas voltadas para as especificidades dos Povos Indígenas, tais como os Pontos de Cultura Indígenas, apoio à preservação do patrimônio imaterial indígena e valorização das manifestações culturais próprias.

O desafio do PPA 2016-2019 nos próximos quatro anos é contribuir para o desenvolvimento da cultura nas dimensões simbólica, econômica e cidadã, com a democratização da produção e do acesso ao conhecimento e à cultura.

Destaca-se ainda que esse Programa Temático se orienta pela Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento cultural e artístico e acesso à cultura, com valorização da diversidade e fortalecimento da economia da cultura.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Cultura: dimensão essencial do Desenvolvimento

- Fortalecer o Sistema Nacional de Cultura com a qualificação da Gestão Cultural, a valorização da participação social e a integração com entes federados.
- Preservar e promover a diversidade, a memória e o patrimônio cultural brasileiro.
- Fortalecer a indústria, os serviços e as atividades audiovisuais, incentivando a inovação, ampliação da produção, difusão e acesso às obras audiovisuais.
- Estimular a criação e fortalecer a produção e a difusão cultural e artística.
- Ampliar e qualificar o acesso da população brasileira a bens e serviços culturais.
- Produzir, preservar e difundir conhecimento constitutivo da cultura brasileira e fortalecer as políticas de cultura e educação e de formação artística e cultural.
- Fortalecer a economia da cultura e inseri-la na dinâmica do desenvolvimento do país.

Educação de Qualidade para Todos

A educação é um processo de ampliação da autonomia dos indivíduos e da sua capacidade de exercício da cidadania e de usufruto próprio. No esforço para cumprir esse propósito, a educação é peça chave para o desenvolvimento econômico e social do país. São fundamentais para a construção de uma sociedade mais livre, justa e igual os esforços da educação formal e pública, mas também o reconhecimento de que ela se dá em espaços diversos da sociedade e no âmbito da família.

No intuito de oferecer à sociedade uma educação de qualidade, orientada por princípios de equidade e de valorização da diversidade, que contribua com os propósitos mencionados, instituiu-se, após amplo debate com a sociedade e no Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), importante marco norteador para as políticas educacionais do Brasil. Na qualidade de dispositivo constitucional de articulação do sistema nacional de educação, o PNE estabeleceu 10 diretrizes, 20 metas e uma série de estratégias que demandam esforço conjunto dos entes federados, de órgãos e entidades envolvidos com educação e de toda a sociedade.

Esses esforços são essenciais para a melhoria da qualidade de vida da população, para a superação de desigualdades sociais e educacionais e para a qualificação da força de trabalho. Atualmente, a média nacional é de 8 anos de estudo entre a população acima de 15 anos, representando uma evolução de 1,2 ano ao longo da última década. Do ponto de vista regional e geracional, entre outros possíveis recortes, os números mostram que o desafio de superação de desigualdades e de inclusão ainda é enorme. A taxa de alfabetização da população acima de 15 anos, que está em 91,5% no Brasil, e em 79,2% nas áreas rurais, corrobora as necessidades de promoção das igualdades de oportunidade que a educação deve oferecer.

Em relação à educação básica, se as questões de acesso caminham largamente nas últimas décadas para a superação, quando praticamente se alcançou a universalização do acesso ao ensino fundamental, restam ainda alguns desafios essenciais, como a permanência no ensino médio, etapa que apresenta taxa líquida de frequência de 55,1%, e 83,5% de taxa bruta, quando se computam também os estudantes acima da faixa etária indicada. O acesso à creche entre a população de 0 a 3 anos também é outro desafio que vêm sendo enfrentado, com números saltando de 13,4% em 2004 para 23,2% em 2013. Resta também o desafio da qualidade: apesar de avanços no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), chegando, em 2013, a 5,2 nos anos iniciais e 4,2 nos anos finais do ensino fundamental; e 3,7 no ensino médio, o esforço é grande e sua medida deve considerar a totalidade da política educacional.[13]

A educação superior também apresenta questões prementes, como a democratização do acesso e a expansão e interiorização da rede federal. Entre 2004 e 2013, a taxa líquida de matrícula no ensino superior saltou de 10% para 16,3%. Já a taxa bruta, incluindo pessoas além da faixa dos 18 aos 24 anos, passou de 18,6% para 30,3% no mesmo período. Ainda resta incorporar uma parcela da população excluída, não somente expandindo a rede pública, com mais vagas e novas unidades, mas também apoiando as matrículas na rede privada, com bolsas e financiamentos.

Esse breve panorama aponta para o tamanho do desafio enfrentado no PPA 2016-2019. As escolhas de políticas públicas para o Programa Temático enfatizam o acesso universal e a qualidade educacional. Mais especificamente, essa ideia ganha corpo no enunciado das Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019:

- Promoção da qualidade e ampliação do acesso à educação com equidade, articulando os diferentes níveis, modalidades e sistemas, garantindo condições de permanência e aprendizado e valorizando a diversidade.
- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.

Esse Programa Temático traz, numa perspectiva sistêmica e de cooperação federativa, Objetivos direcionados aos diversos segmentos educacionais e também voltados para a melhoria da qualidade. Um Objetivo trata especialmente da ampliação do acesso e da qualidade na educação básica e tem, entre suas Metas a construção de creches e a ampliação e qualificação da infraestrutura escolar. Também há uma preocupação com a ampliação do acesso de grupos historicamente excluídos da educação formal, incluindo ações voltadas para o aumento da escolaridade.

Entre os esforços que contribuem para a melhoria da qualidade da educação básica, e reconhecendo sua extrema importância, o PPA traz entre seus Objetivos o fortalecimento da formação e da valorização dos profissionais da educação, abordando, entre outras ações, a formação inicial e continuada, os planos de carreira e o piso nacional.

13 A escala do IDEB vai de 0 até 10, sendo a média 6 equiparável ao desempenho médio dos países da OCDE.

Ainda no tema da ampliação do acesso com qualidade, um dos Objetivos do Programa Temático está direcionado à educação profissional e tecnológica, com atividades vinculadas ao Pronatec, à melhoria da qualidade e ao aumento da escolaridade integrada à qualificação profissional. A estratégia para aumento das matrículas mescla o fortalecimento da rede federal com a consolidação de parcerias para oferta de vagas nas instituições particulares.

Da mesma forma, o Objetivo de ampliação do acesso à educação superior de qualidade aborda ações como ProUni, Fies e Sisu, além de uma série de Iniciativas relativas à pós-graduação. O PNE determina a continuidade do crescimento das matrículas na educação superior tanto nas instituições públicas quanto na rede privada.

Outra questão considerada no Programa Temático Educação de Qualidade para Todos está relacionada à gestão e à avaliação educacionais, primordiais para a evolução da qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino. O último Objetivo inclui atividades nesse sentido, como o Plano de Ações Articuladas (PAR), o sistema de acompanhamento e avaliação do PNE e o apoio à gestão pedagógica e administrativa das redes e escolas.

Apesar da evolução consistente, ainda há um longo caminho a percorrer. O desafio para estes quatro anos está relacionado ao esforço de qualificação da oferta e da gestão em todas as dimensões da educação. A instituição do Sistema Nacional de Educação como forma de organização do ensino no âmbito do Estado brasileiro e a efetivação do PNE como instrumento de planejamento e articulação das políticas e ações são tentativas para viabilizar maior convergência de esforços e melhor aplicação de recursos técnicos e financeiros, condições fundamentais na conquista da qualidade da educação para todos.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Educação de Qualidade para Todos

- Ampliar o atendimento escolar de qualidade em todas as etapas e modalidades da educação básica, em colaboração com os sistemas de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa na perspectiva da educação ao longo da vida e à formação cidadã, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.
- Fortalecer a formação e a valorização dos profissionais da educação, em regime de colaboração com os sistemas de ensino, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e da aprendizagem ao longo da vida.
- Ampliar o acesso à educação profissional e tecnológica de qualidade, alinhada com as demandas sociais e do mercado de trabalho locais e regionais, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão.
- Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação,

apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação.

- Aprimorar os processos de gestão, monitoramento e avaliação dos sistemas de ensino, considerando as especificidades da diversidade e inclusão, em cooperação com os entes federados, estimulando a participação social.

Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

O esporte consagra-se como um direito social legitimado pela Constituição Federal e como um instrumento de formação integral dos indivíduos e melhoria da qualidade de vida, sendo dever do Estado promover seu acesso a toda a sociedade.

Os grandes eventos produzidos no Brasil asseguram uma agenda positiva para o esporte, gerando oportunidades de qualificação e direcionando políticas públicas que impactam no desenvolvimento social e econômico. Um caso de ação estruturante é o novo projeto Vila Esporte, com início em 2015, que visa implantar infraestrutura mínima para garantir o acesso ao esporte à população em situação de vulnerabilidade social nas cidades com baixo IDH e menos de 50 mil habitantes.

Com iniciativas assim, o país ao mesmo tempo prepara o caminho para disseminação da prática esportiva e cria condições para incentivar atletas com potencial de alto rendimento. O Brasil estabeleceu como meta uma classificação entre os dez primeiros do quadro geral de medalhas nas Olimpíadas e entre os cinco primeiros nas Paraolimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro. Com ou sem essa conquista, todo o esforço de mobilização e preparação desenvolvido nos últimos anos deve marcar uma nova etapa para o futuro do esporte nacional.

Quase dois terços dos investimentos relacionados a esses eventos foram comprometidos com obras de legado, sendo aproximadamente a metade custeada pela iniciativa privada. As instalações permanentes de competição olímpica da Barra da Tijuca e de Deodoro, assim como as instalações de treinamento das seleções olímpicas, comporão um avançado complexo de centros olímpicos para treinamento, voltados para o fortalecimento do esporte de alta performance do país. Esses equipamentos serão os principais equipamentos da Rede Nacional de Treinamento que o governo federal vem estruturando em todo o país, no intuito de garantir que esteja disponível uma estrutura fortalecida e robusta para o treinamento esportivo em todo o país. As novas e modernas estruturas do Rio de Janeiro abrigarão uma inteligência da Rede Nacional, com porte de se tornar uma referência em excelência esportiva na América do Sul para métodos de treinamento; medicina e ciências do esporte; intercâmbio e capacitação de profissionais das diversas áreas; e oferta de serviços relativos ao esporte de alto rendimento, entre outras funções.

A União também realizou investimentos na reforma, modernização e expansão do novo Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD), um dos mais modernos da atualidade, que compõe um seleto grupo de laboratórios de excelência em todo o mundo. Ainda nessa temática, o Estado brasileiro passa a contar com a recém criada Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD) que vem preparando uma estrutura profissional de combate à dopagem no esporte, por meio de atuação na informação e inteligência, na educação e prevenção, necessários para ações de coibição dessas práticas ilegais.

Outra política em consolidação é o apoio direto, garantido em lei, por meio do Programa Bolsa-Atleta, que concede auxílio financeiro mensal para manutenção pessoal e esportiva de atletas de alto rendimento, com o objetivo de assegurar condições para que se dediquem ao treinamento esportivo e à participação em competições, com investimento prioritário nos esportes olímpicos e paraolímpicos. Tais ações estão em contínuo aprimoramento, integrando o maior programa do mundo de patrocínio individual a atletas, acrescido pela modalidade Bolsa Pódio, resguardando atendimento pleno aos atletas que cumprem os critérios previstos na legislação. Mesmo sendo uma ação recente, só em 2014 havia mais de 7 mil atletas apoiados nas 5 categorias (Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica/Paraolímpica). O programa Bolsa-Atleta Pódio, atualmente focado no contexto do plano Brasil Medalhas de potencialização dos atletas brasileiros, já opera com mais de 200 atletas de modalidades individuais (olímpicas e paraolímpicas) e quase a mesma quantidade de atletas de modalidades coletivas (olímpicas e paraolímpicas).

Para que se consolide a visão integrada e sistêmica das políticas públicas esportivas, é preciso um trabalho articulado que garanta a elevação da cultura esportiva da população, seja para a prática do esporte por toda a vida, seja para o esporte de alto rendimento. Assim, o Programa Temático tem um Objetivo direcionado para ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais. Esse Objetivo contém Iniciativas tais como os programas Segundo Tempo, Atleta na Escola e Esporte da Escola, além de ações como Forças no Esporte, Esporte e Lazer da Cidade e Vida Saudável.

O programa Esporte e Lazer da Cidade, por sua vez, proporciona a prática de atividades físicas, culturais e de lazer a todas as faixas etárias e inclui as pessoas com deficiência. O intuito é estimular a convivência social, a formação de gestores e lideranças comunitárias, favorecer a pesquisa e a socialização do conhecimento e ainda contribuir para que o esporte e lazer sejam tratados como políticas e direitos de todos.

O programa Segundo Tempo, que superou a marca de 4 milhões de beneficiários somente no ano de 2014, é destinado a democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, promovendo o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida. A prioridade é para aqueles que se encontram em áreas de vulnerabilidade social e que estão regularmente matriculados na rede pública de ensino.

Também com o propósito de democratizar o acesso ao esporte e estimular a formação do atleta escolar, além de identificar e orientar jovens talentos, o programa Atleta na Escola alcançou, em 2014, mais de 4 milhões de crianças e adolescentes em mais de 40 mil escolas públicas de todas as localidades. Numa cooperação do Ministério do Esporte com o Ministério da Defesa, o programa Forças no Esporte beneficiou 15 mil estudantes, em 2014, com previsão de chegar a 20 mil em 2016 e 30 mil em 2018. Outra ação é o programa Esporte da Escola, que já beneficiou quase quatro milhões de alunos de vinte mil escolas.

A educação e o esporte são áreas com estreita vinculação, pois a prática esportiva já se inicia na infância, sobretudo no ambiente escolar, contribuindo para a formação do indivíduo e seu desenvolvimento.

Esse Programa Temático está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Promoção da democratização do acesso ao esporte, da formação esportiva e da preparação de atletas, com foco na elevação da qualidade de vida da população.

O cenário do esporte brasileiro configura um ambiente especialmente promissor e interessante, favorecido pelos investimentos do governo e da iniciativa privada no setor e pelos grandes eventos em sequência. É grande também a responsabilidade de potencializar os benefícios resultantes desses esforços de forma concreta e perene para toda a população, construindo as bases para o legado social dos Jogos Olímpicos de 2016, garantindo o esporte e o lazer como direitos sociais acessíveis a todos.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Esporte, Cidadania e Desenvolvimento

- Ampliar e qualificar o acesso da população ao esporte e lazer, com fortalecimento das ações intersetoriais e redução das desigualdades regionais.
- Tornar o Brasil uma potência esportiva sustentável mundialmente reconhecida, com a preparação de atletas da base ao alto rendimento, qualificação da gestão, melhoria e articulação das infraestruturas esportivas.
- Fomentar e incentivar a prática do futebol, com ênfase ao futebol feminino, e garantir a defesa dos direitos do torcedor.
- Preparar e realizar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos - Rio 2016 e gerir o legado esportivo.

Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

A Constituição Federal de 1988 – CF/1988 estabeleceu a saúde como um direito social de todos e dever do Estado, e estabeleceu competência para que União, Estados, Distrito Federal e municípios normatizem, de forma complementar, as regras que regem o funcionamento do sistema de saúde. Para operacionalizar essas determinações, a CF/1988 instituiu o Sistema Único de Saúde (SUS) como forma de organização da prestação das ações e serviços públicos, estabeleceu a responsabilidade de financiamento compartilhada pelos Entes Federativos e a gestão central como competência do Ministério da Saúde (MS), com a execução das ações de forma descentralizada e direção única em cada esfera de governo. Facultou, ainda, a livre participação, de forma complementar, da iniciativa privada na prestação da assistência à saúde.

A regulamentação dos dispositivos constitucionais, por meio das Leis 8.080/90 e 8.142/90, instituiu o dever do Estado na execução de políticas econômicas e sociais de forma a reduzir o risco de doenças e outros agravos. Essas leis adotaram princípios fundamentais e organizacionais para o SUS, sendo a universalidade, integralidade e equidade os estruturantes da institucionalidade do sistema. Entre os organizacionais, destaca-se a descentralização de meios e responsabilidades, com prioridade municipal de execução, além da participação social na elaboração e controle da política nacional.

Ao analisar o panorama da Saúde no Brasil, não obstante o reconhecimento da necessidade de melhoria contínua e de fortalecimento das ações de saúde em curso, percebe-se que houve melhora dos principais indicadores de saúde da população nos últimos anos, dentre os quais destaca-se a queda da taxa de mortalidade infantil. Esse indicador apresentou queda em todas as regiões do país, passando de 26,1 óbitos para cada mil nascidos vivos em 2001 para 14,5, em 2013, o que representa uma redução de 5,2% ao ano, com destaque para a região Nordeste, com uma queda de 7,5% ao ano. Ressalta-se que essa redução permitiu ao Brasil alcançar, com 4 anos de antecedência, uma das metas mais importantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM.

Houve ainda uma queda acentuada na taxa de mortalidade materna, cuja redução foi de 25% entre 2001 e 2013, ao se atingir a taxa de 60 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. Outro importante indicador que apresentou evolução foi a expectativa de vida ao nascer, que alcançou 75,1 anos em 2014, um aumento de 4,8 anos entre 2001 e 2014. Esses indicadores refletem, entre outros motivos, os esforços depreendidos nos últimos anos para a melhoria dos serviços de saúde disponibilizados à população.

Diante desse contexto, no PPA 2016-2019 as Políticas de Saúde tem como Diretriz Estratégica:

- Garantia de acesso universal aos serviços de atenção básica e especializada em saúde, com foco na integralidade e qualidade do atendimento e no fortalecimento do Sistema Único de Saúde - SUS.

A fim de cumprir tais comandos, a política de saúde busca a distribuição de ações e serviços com foco na diversidade de realidades regionais, por meio da atuação em rede, do referenciamento entre os níveis de atenção e o direcionamento para a equidade na distribuição dos recursos e na oferta dos serviços.

Nesse cenário, a seleção dos 12 Objetivos Estratégicos que dão sustentabilidade ao Programa Temático, levou em consideração a operacionalização de uma estrutura de serviços que cumpra os preceitos constitucionais de universalidade, integralidade e equidade. Os Objetivos guardam uma forte inter-relação, de forma que a consecução de cada um potencializa a dos demais. Dessa forma, promoverão avanços na situação atual da Política de Saúde que poderão ser detectados pelos principais indicadores que caracterizam a expansão do acesso, extensão da atuação e situação sanitária da população.

O Objetivo de "Ampliar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar" abrange todos os níveis de atenção em busca da qualificação e extensão do acesso.

A Atenção Básica tem na Estratégia de Saúde da Família a sua principal linha de atuação. A expansão da cobertura contou com o crescimento da implantação de novas Equipes de Saúde da Família (ESF); Núcleos de Apoio à Saúde da Família (Nasf); e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Dando complementaridade à atuação em Atenção Básica, o poder público ampliou o número de Equipes de Saúde Bucal (ESB), Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) e laboratórios de próteses dentárias.

Criado em 2013, o Programa Mais Médicos tem por finalidade a redução da carência de médicos e a expansão da infraestrutura física da oferta de saúde nas regiões prioritárias para o SUS, que inclui municípios com alto percentual de população em situação de extrema pobreza e em situação de vulnerabilidade. Também, no âmbito do Mais Médicos, estão em desenvolvimento novos parâmetros para a formação médica no país, além da reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas de residência.

A expansão dos procedimentos em média e alta complexidade, com especial ênfase na Política Nacional de Acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, foi intensificada em 2014. Foram realizados mais de 2,35 milhões de procedimentos cirúrgicos eletivos, com destaque para as 567 mil cirurgias de catarata. Das cirurgias de transplante realizadas no Brasil em 2014, 95% ocorrem pelo SUS, o que totaliza 28 mil transplantes de órgãos sólidos e não sólidos. Até 2014, 283 hospitais de alta complexidade em oncologia foram habilitados. Esses estabelecimentos são responsáveis por ofertar o tratamento integral ao paciente com câncer, atuando no diagnóstico, estadiamento e tratamento.

Ainda com relação à atuação do SUS em atenção à saúde, o Objetivo de "Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas Regiões de Saúde, com ênfase na articulação da Rede de

Urgências e Emergências, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas" estabelece arranjos organizativos de ações e serviços de saúde, de diferentes densidades tecnológicas que, integradas por meio de sistemas de apoio técnico, logístico e de gestão, buscam garantir a integralidade do cuidado, visando ganhos de eficácia na produção de saúde e melhoria na eficiência da gestão do sistema de saúde no espaço regional.

A Política Nacional da Rede de Atenção às Urgências e Emergências tem entre suas finalidades adequar as estruturas das unidades hospitalares dotadas de pronto-socorro para a composição da Rede de Urgências e Emergências (RUE). Ainda fazem parte dessa Política o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192), um dos componentes mais importantes da RUE, e as Unidades de Pronto Atendimento (UPA 24H), as quais podem resolver até 97% dos casos atendidos, reduzindo as filas nos prontos-socorros.

Na atenção à saúde da gestante e da criança, foi fomentada a adesão de todos os Estados à Rede Cegonha, voltada para a qualificação da atenção obstétrica e infantil em rede, que chegou a contemplar, ao final de 2014, 5.488 municípios.

No âmbito da saúde mental, a operacionalização da atuação em rede conta com a implantação de Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), com características distintas, a depender do porte do município, variando os serviços ofertados conforme o público atendido (adultos, crianças e adolescentes e usuários de álcool e outras drogas), o período de funcionamento (diurno ou 24h) e a composição das equipes. Será dada continuidade à implantação dos leitos de saúde mental em Hospitais Gerais de Estados, municípios e Distrito Federal e as Unidades de Acolhimento para adultos, crianças e adolescentes com problemas relacionados a drogas, para residência temporária de até seis meses, além de outras práticas específicas desse tipo de atenção.

Ainda no campo da atenção à saúde, o Objetivo de "Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero e situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde" privilegia o atendimento a segmentos populacionais com características específicas e em situação de vulnerabilidade social.

Com finalidade de prestar suporte medicamentoso às prescrições médicas resultantes das linhas de atenção e assistência, o Objetivo de "Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS" destaca a promoção do acesso aos medicamentos considerados essenciais, por meio da expansão dos Programas Farmácia Popular do Brasil e Saúde Não Tem Preço, priorizando o adensamento do acesso aos medicamentos nos municípios constantes do mapa de extrema pobreza.

Com finalidade de reduzir a exposição da população a fatores condicionantes e determinantes de doenças, o Objetivo "Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na

prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável" potencializa as intenções dos demais objetivos da atenção ao disponibilizar informações sobre o perfil epidemiológico da população, de modo a fornecer bases de organização da atuação, como também ao incentivar hábitos adequados à melhoria da qualidade de vida.

A Pesquisa Nacional de Saúde, realizada em 2014 em parceria com o IBGE, coletou informações sanitárias, de acesso e uso de serviços, de ações preventivas, da continuidade dos cuidados e do financiamento da assistência de saúde, além de estilo de vida de 63 mil domicílios, com a finalidade de apresentar resultados que venham a subsidiar a formulação das políticas públicas em saúde nas áreas de promoção, vigilância e atenção à saúde.

As violências e os acidentes, pelo número crescente de vítimas e pelas sequelas físicas e emocionais que causam, se tornaram um problema de saúde pública. Até dezembro de 2014, houve uma ampliação de 10.004 unidades de saúde registrando notificações de violência doméstica, sexual e outras, representando um total de 169.361 notificações em 3.379 municípios. Apesar disso, dados da pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção por Inquérito Telefônico – Vigitel revelaram uma redução de 55%, em sete anos, na frequência de condutores dirigindo após consumo de álcool.

A ampliação das ações de vigilância em saúde do trabalhador desenvolvidas nos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador foi aferida por meio da avaliação da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador. Encontram-se habilitados 209 Centros de Referência em Saúde do Trabalhador, dentre os quais dez são voltados prioritariamente para a saúde do trabalhador rural. Além disso, a Rede Sentinela conta atualmente com mais de 7,5 mil serviços para diagnóstico de acidentes e de doenças relacionadas ao trabalho e para notificação ao Sistema de Informação de Agravos de Notificação.

Para operacionalizar esses propósitos, expressos na identificação dos objetivos característicos da atenção à saúde, foram definidos outros objetivos que caracterizam o perfil de uma gestão estratégica do sistema. O Objetivo de "Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho" orienta a atuação governamental na qualificação, desenvolvimento e valorização das pessoas envolvidas nos processos de trabalho do SUS, bem como das relações de trabalho estabelecidas para dimensionamento e alocação de pessoas.

Com respeito à geração e disseminação do conhecimento, bem como da expansão da produção de insumos e produtos de interesse do SUS, foi criado objetivo específico que visa aperfeiçoar e ampliar a capacidade de inovação e de produção.

A fim de exercer o papel regulatório atribuído ao Estado para com o setor, foram criados dois Objetivos: o primeiro voltado à aprovação de registros de insumos e produtos, bem como à vigilância da qualidade dos ambientes e procedimentos sanitários; e o segundo, no contexto da

regulação da saúde suplementar, voltado para a fiscalização da prestação e da qualidade dos serviços fornecidos pelas prestadoras.

A complexidade da gestão descentralizada e participativa do SUS exigiu três objetivos especificamente formulados para o aprimoramento da gestão. O primeiro diz respeito à relação entre os entes federados, cujas metas buscam o aperfeiçoamento da organização estrutural e a qualificação dos instrumentos de planejamento e de verificação do gasto público. O segundo busca o aperfeiçoamento do padrão de gasto, da qualificação do financiamento e dos critérios de rateio entre as três esferas de gestão. Cuida ainda da intensificação do ressarcimento dos procedimentos em portadores de plano privado que sejam realizados pelo SUS. Já o terceiro articula a participação cidadã, por meio do controle social, fóruns de ausculta e ouvidorias do SUS.

Importa ressaltar que para além do Programa Temático de Fortalecimento do Sistema Único de Saúde, há diversos Objetivos voltados para a melhoria da saúde da população em outros Programas Temáticos cuja responsabilidade é compartilhada com outros Ministérios. Destacam-se a promoção da atenção à saúde dos povos indígenas, executada no âmbito do SUS, levando em consideração as peculiaridades sócio-culturais das etnias; ações de saneamento básico em áreas rurais e comunidades tradicionais; e adequação de alimentação adequada e saudável, além do combate a insegurança alimentar e nutricional.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)

- Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.
- Aprimorar e implantar as Redes de Atenção à Saúde nas regiões de saúde, com ênfase na articulação da Rede de Urgência e Emergência, Rede Cegonha, Rede de Atenção Psicossocial, Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, e da Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.
- Promover o cuidado integral às pessoas nos ciclos de vida (criança, adolescente, jovem, adulto e idoso), considerando as questões de gênero, orientação sexual, raça/etnia, situações de vulnerabilidade, as especificidades e a diversidade na atenção básica, nas redes temáticas e nas redes de atenção à saúde.
- Ampliar o acesso da população a medicamentos, promover o uso racional e qualificar a assistência farmacêutica no âmbito do SUS.
- Aprimorar a relação interfederativa e a atuação do Ministério da Saúde como gestor federal do SUS.
- Melhorar o padrão de gasto, qualificar o financiamento tripartite e os processos de transferência de recursos, na perspectiva do financiamento estável e sustentável do

SUS.

- Reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, considerando os determinantes sociais, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis, acidentes e violências, no controle das doenças transmissíveis e na promoção do envelhecimento saudável.
- Promover a produção e a disseminação do conhecimento científico e tecnológico, análises de situação de saúde, inovação em saúde e a expansão da produção nacional de tecnologias estratégicas para o SUS.
- Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho.
- Fortalecer as instâncias do controle social e os canais de interação com o usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.
- Aprimorar o marco regulatório da Saúde Suplementar, estimulando soluções inovadoras de fiscalização e gestão, voltadas para a eficiência, acesso e qualidade na atenção à saúde, considerando o desenvolvimento sustentável do setor.
- Aprimorar o marco regulatório e as ações de vigilância sanitária, para assegurar a proteção à saúde e o desenvolvimento sustentável do setor.

Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

Historicamente, não haviam políticas públicas diferenciadas capazes de atender às especificidades da agricultura familiar no Brasil. Esse setor, que cumpre um papel relevante para o desenvolvimento sustentável do país, não era devidamente reconhecido. A modernização tecnológica iniciada na década de 1960 não significou, necessariamente, melhoria nas condições de trabalho e de renda das populações rurais brasileiras, pelo contrário, esse modelo econômico e agrícola resultou em diversas distorções nocivas para o setor, dentre as quais um quadro de preços agrícolas em queda, a ampliação da concentração fundiária, endividamento crescente e consequente empobrecimento dos agricultores. Fatores que contribuíram para uma maior masculinização do mundo rural, migração da juventude rural para a cidade e aprofundamento da exclusão dos povos e comunidades tradicionais.

Para reverter esse quadro e promover um modelo de desenvolvimento rural sustentável do país, nos últimos anos o governo federal priorizou a criação e implementação de um conjunto de políticas públicas diferenciadas, simultâneas e continuadas que tem como alvo a garantia do direito à terra, a democratização da estrutura fundiária, o fortalecimento da agricultura familiar, a segurança alimentar e nutricional, a promoção da igualdade de gênero, de raça e de

etnia, o desenvolvimento territorial e a integração regional, em consonância com a Lei 11.326/06 que estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional de Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e definiu o público beneficiário dessas políticas.

De acordo com os dados do último Censo Agropecuário (2006) a Agricultura Familiar concentrava 84% dos estabelecimentos rurais no Brasil e 74% dos postos de trabalho no campo e embora ocupasse apenas 24% da área agrícola do país respondia pela geração de 38% do valor bruto da produção agropecuária nacional, incluindo a maioria dos alimentos presentes na mesa dos brasileiros.

Recentemente a análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE demonstrou que o rendimento médio mensal domiciliar per capita da agricultura familiar apresentou crescimento de 63,6% entre os anos de 2004 e 2012, com destaque para a região Nordeste, que possui o maior número de estabelecimentos da agricultura familiar, em que a variação real foi de 68,3%. Esse crescimento foi resultado de várias políticas acessadas pelas famílias no rural, destacando-se a transferência de renda e valorização real do salário mínimo, mas também as políticas agrícolas para a agricultura familiar que tiveram papel importante nessa evolução.

Um exemplo é o crédito rural Pronaf, que hoje atua em quase todos os municípios brasileiros, disponibilizou cerca de R$ 166,5 bilhões no período entre as safras 2003/2004 e 2014/2015. Nos 20 anos de Pronaf mais de 3 milhões de famílias acessaram o Programa.

Outra ação fundamental para o fortalecimento da agricultura familiar foi a reestruturação da rede nacional de assistência técnica e extensão rural - ATER. No período de 2003 a 2014, os recursos para Ater no país passaram de R$ 22 milhões para R$ 263 milhões. As instituições estaduais de Ater foram reequipadas, técnicos foram contratados nas esferas governamentais e não governamentais e as entidades passaram a se articular em redes, garantindo uma melhor cobertura dos serviços.

Com o crescimento da renda, a pobreza rural teve uma queda expressiva, especialmente na extrema pobreza onde a taxa caiu de 17,8% em 2004 para 9,2% em 2012. Esses dados indicam que a estratégia de inclusão produtiva e ampliação da renda da agricultura familiar - com a produção de alimentos, energia, outros produtos e serviços - articuladas em torno de um conjunto de políticas públicas estruturantes, geraram resultados concretos: melhoria da qualidade de vida e a inclusão socioeconômica das populações rurais, que passam a contribuir mais significativamente para o desenvolvimento do país, ao constituir circuitos dinâmicos de desenvolvimento local que ampliam o mercado consumidor nacional e contribuem para a integração campo-cidade.

Em que pese os significativos avanços atingidos, remanescem desafios a serem enfrentados para o aprimoramento e a ampliação do acesso às políticas públicas com destaque para a qualificação dos instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços

mínimos, a promoção da inovação e sustentabilidade dos sistemas produtivos da agricultura familiar por meio da ATER, a continuidade da estratégia de inclusão produtiva rural com vistas à redução da extrema pobreza, e para a promoção da autonomia econômica e social da juventude rural visando ampliar sua permanência no campo.

Para fazer frente a esses desafios a elaboração do Programa teve como Diretrizes Estratégicas:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

Para avançar nos instrumentos de crédito e mitigação de riscos da produção, a estratégia de atuação prevê o aumento do número de operações e medidas para a ampliação das coberturas do Seguro da Agricultura Familiar - SEAF e do Garantia Safra. Já o objetivo de ATER, entre outros compromissos, prevê a consolidação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER como agente que trará maior efetividade na prestação dos serviços, bem como a constituição de um Sistema Nacional de ATER, a elaboração do Plano Nacional de ATER e o apoio à elaboração de Planos Estaduais de ATER, numa perspectiva federativa.

Em relação à organização da agricultura familiar o programa amplia o compromisso do governo com o fortalecimento do cooperativismo e do associativismo, com enfoque no apoio à gestão, organização da produção e comercialização que serão instrumentalizados por meio de um Programa Nacional de Cooperativismo e Associativismo da Agricultura Familiar. Também inova com foco na sustentabilidade dos estabelecimentos e empreendimentos ao prever a elaboração e implementação de um Programa Nacional de Aproveitamento de Fontes Renováveis de Energia pela Agricultura Familiar.

Destacam-se dentre as estratégias propostas a ampliação das metas para autonomia econômica das mulheres rurais por meio as inclusão produtiva e da geração de renda; a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural, inserida no objetivo de ampliação da autonomia econômica e social dos jovens rurais; a criação de objetivo específico para a promoção do etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais; e as metas de promoção comercial e de criação de registros nacionais e selos de identificação da agricultura familiar no Mercosul no objetivo que pretende promover e garantir o espaço da agricultura

familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.

A inserção dos públicos da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade constitui um objetivo específico, devido à sua importância para a produção de alimentos saudáveis e produtos e serviços sustentáveis, com destaque para a constituição de um Sistema Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, o apoio à elaboração de Planos de Agroecologia e Produção Orgânica nos estados, DF e municípios, bem como o acompanhamento e gestão das ações do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

Por último, o Programa apresenta um objetivo de inclusão produtiva rural, que tem obtido grande sucesso na redução da pobreza rural e na dinamização da agricultura familiar, pois mantém e amplia a estratégia de inclusão produtiva rural, por meio da oferta de ATER e do acesso a recursos de fomento e às tecnologias sociais de água para produção.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Fortalecimento e Dinamização da Agricultura Familiar

- Ampliar o acesso e qualificar os instrumentos de crédito, de proteção da produção, de garantia de preços mínimos e de garantia de renda para a agricultura familiar.
- Ampliar e qualificar os serviços de assistência técnica e extensão rural, promovendo a inovação e a sustentabilidade dos sistemas produtivos de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e povos e comunidades tradicionais.
- Promover a organização da agricultura familiar para o fortalecimento do cooperativismo e associativismo, a agroindustrialização, a inserção em mercados públicos e privados e o aproveitamento energético sustentável.
- Promover a autonomia econômica das mulheres rurais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.
- Ampliar a inserção da agricultura familiar em sistemas de produção de base agroecológica, orgânica e da sociobiodiversidade, com ênfase na produção de alimentos saudáveis.
- Contribuir para a redução da pobreza rural, por meio da inclusão produtiva dos agricultores e das agricultoras familiares.
- Promover e garantir o espaço da agricultura familiar na integração regional, na cooperação internacional, nas negociações internacionais e no comércio exterior.
- Contribuir para a permanência da juventude no campo e a sucessão rural, por meio da ampliação da sua autonomia econômica e social.
- Promover o etnodesenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais, por meio da inclusão produtiva e da geração de renda.

Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

Na última década, o fortalecimento do Programa Bolsa Família - PBF e do Cadastro Único para Programas Sociais foi conquista fundamental para a redução da pobreza e desenvolvimento mais inclusivo da sociedade brasileira, bem como a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e sua rede de serviços voltada à garantia de direitos socioassistenciais. Os avanços sociais do Brasil na última década são evidentes e os índices de pobreza e extrema pobreza caíram significativamente. Entre 2003 e 2011, a pobreza e a extrema pobreza somadas caíram de 23,9% para 9,6% da população e parte significativa dessa queda pode ser atribuída aos programas de transferência de renda, particularmente, o Bolsa Família.

Instituído pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o Programa Bolsa Família tem como objetivos principais a transferência de renda para as famílias mais pobres a fim de aliviar a pobreza e a pobreza extrema e a contrapartida das famílias beneficiárias de manter suas crianças e jovens na escola, bem como cumprir uma agenda periódica de acompanhamento em saúde, incluído consultas de pré-natal e vacinação das crianças em dia. Desde sua criação, o Programa cresceu significativamente, alcançando 14 milhões de famílias beneficiárias no início de 2015, cujo benefício médio aproxima-se de R$ 167,00 recebidos por família mensalmente.

O Programa monitora bimestralmente a frequência escolar de 15,7 milhões de estudantes, entre os quais 96,3% efetivamente cumprem uma presença mínima de 85% (de 6 a 15 anos de idade) ou 75% (de 16 a 17 anos de idade). Também monitora semestralmente o cumprimento das obrigações com o sistema de saúde de mais de 9 milhões de famílias beneficiárias. As condicionalidades cumprem papel importante de reforçar o acesso aos direitos sociais básicos e fortalecer a autonomia das famílias, e os resultados do acompanhamento expressam efeitos positivos significativos na saúde e educação das famílias beneficiárias do Programa. Na saúde, houve uma redução de aproximadamente 19% na mortalidade das crianças com idade até 5 anos. Na educação, o Bolsa Família ajuda a manter os alunos na escola, as taxas de abandono entre beneficiários do Programa são menores do que os demais alunos da rede pública e as taxas de aprovação são equiparadas as demais, ou seja, crianças e adolescentes do PBF frequentam a escola e são aprovados, diminuindo a desigualdade educacional e apoiando oportunidades para um futuro melhor. Além de materializar direitos e contribuir para o rompimento do ciclo intergeracional de reprodução da pobreza, o acompanhamento do descumprimento das condicionalidades pode indicar vulnerabilidade, risco social ou violação de direitos sociais das famílias e deve ensejar atuação prioritária das políticas sociais, por meio da ação integrada das três esferas de governo.

O Bolsa Família foi criado e fortalecido sob um enfoque direcionado às famílias com crianças, com

objetivo de expandir a cobertura da proteção social a um público jovem e desassistido. De fato, seus impactos na redução da extrema pobreza são observados especialmente entre os mais jovens. Não fossem as transferências do Programa, a proporção das crianças de até 15 anos com renda per capita igual ou inferior a linha de extrema pobreza (R$ 77) seria 35% superior à observada em 2009. A trajetória de aperfeiçoamentos do último quadriênio, entre 2011 e 2014 reforçou ainda mais a proteção a esse público, com a criação do Plano Brasil sem Miséria. Em 2011 houve reajuste dos valores pagos às famílias, acompanhado do aumento do número máximo de benefícios variáveis e da implementação de benefícios para gestantes e nutrizes. Em 2012 foi criado o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSP), incialmente desenhado para atender famílias extremamente pobres com crianças de zero a 6 anos e, em seguida, ampliado para famílias com adolescentes até 15 anos de idade. Em março de 2013, o BSP passou a ser pago a todas as famílias, independentemente da composição familiar, que permaneciam extremamente pobres mesmo após receberem os outros benefícios do Bolsa Família. Essas medidas possibilitaram que todas as famílias beneficiárias superassem a condição de extrema pobreza e concretizaram os resultados alcançados pelo Programa Bolsa Família no ciclo planejado para 2012-2015.

É desejável que as famílias brasileiras melhorem de vida e consigam acessar os vários serviços das políticas sociais. Nesse sentido, o Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal é instrumento fundamental, pois proporciona a localização, identificação e caracterização socioeconômica da população antes invisível ao Estado. O Cadastro Único tem se transformado na principal fonte de informações das famílias pobres brasileiras. Além de permitir a racionalização dos custos administrativos dos programas de transferência de renda e de contribuir para sua efetividade, é uma ferramenta de planejamento e de gestão das políticas públicas voltadas para as famílias de baixa renda. Hoje, principalmente alavancado a partir do Plano Brasil Sem Miséria, o Cadastro Único é utilizado como mecanismo de seleção ou acompanhamento de beneficiários por mais de trinta iniciativas no nível federal, dentre elas o Bolsa Família, a Tarifa Social de Energia Elétrica, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Telefone Social, o Programa Minha Casa Minha Vida, Bolsa Verde, a Carteira do Idoso, a concessão de isenção de taxa de inscrição em concursos públicos, o Programa Água para Todos na construção de cisternas, entre outras.

Atualmente há mais de 27 milhões de famílias de baixa renda cadastradas, correspondendo a mais de 80 milhões de pessoas – a parcela mais pobre da população brasileira. A ampliação do alcance do cadastramento, nos últimos anos, com o processo denominado de Busca Ativa, resultou no cadastramento de mais de 1,35 milhão de famílias extremamente pobres e que passaram a ser beneficiárias do Programa Bolsa Família. Além disso, houve aprimoramento na identificação de mais de 1,42 milhão de famílias indígenas, quilombolas, extrativistas, ciganas, de catadores de material reciclável, população de rua, entre outros.

O objetivo principal do Programa Bolsa Família para os próximos quatro anos é continuar contribuindo com a redução da pobreza por meio da transferência de renda. Também reforçar

e qualificar o acesso das famílias beneficiárias aos direitos sociais básicos, por meio da articulação com as políticas de saúde, educação e assistência social, continua sendo um dos principais objetivos do Programa. Além disso, é fundamental reafirmar o princípio da equidade subjacente às condicionalidades para a priorização de segmentos populacionais historicamente excluídos, como as famílias em situação de pobreza, de forma que o poder público invista o esforço necessário para alcançar essas famílias, provê-las dos serviços sociais básicos e garantir sua oferta contínua. As melhorias ocorridas nos últimos anos no acompanhamento das condicionalidades precisam ter continuidade, bem como o aprofundamento da agenda comum entre os principais ministérios envolvidos – Desenvolvimento Social, Educação e Saúde.

No que diz respeito ao Cadastro Único, é necessário implementar mecanismos que garantam sua ampla e adequada utilização pelas ações governamentais voltadas à população de baixa renda, de modo a potencializar o acesso à rede de serviços e oportunidades que apoiam o fortalecimento e a autonomia das famílias. É importante adotar processo permanente de avaliação dos instrumentos de coleta de informações das famílias de baixa renda de forma a aperfeiçoar e garantir a qualificação dos dados do Cadastro Único que subsidiam as políticas públicas sociais.

A consolidação do modelo de gestão federativa do PBF e do Cadastro Único é outro objetivo pretendido para o quadriênio 2016-2019. O Programa Bolsa Família foi estruturado com base em princípios de gestão descentralizada e compartilhada, que contribuem para a construção de um relacionamento cooperativo entre o governo federal e os entes federativos no enfrentamento da fome, da pobreza e da desigualdade social. Os processos e fluxos de trabalho envolvidos são crescentes e demandam a estruturação e qualificação dos recursos materiais e humanos disponibilizados para gestão do Programa nos municípios e estados. Considerando-se a importância da autonomia dos entes federados na execução do Programa, o desafio para os próximos anos é o reforço do modelo de gestão do PBF por meio do crescente fortalecimento das gestões locais, elevando a qualidade dos serviços públicos ofertados aos cidadãos beneficiários de programas sociais.

Assim, para que o Programa Bolsa Família continue apresentando resultados expressivos na estratégia de erradicação da extrema pobreza e leve uma rede de serviços básicos e políticas públicas para a população mais vulnerável do país, esse Programa Temático foi estruturado em um conjunto de Objetivos norteados pela Diretriz Estratégica:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Inclusão social por meio do Bolsa Família, do Cadastro Único e da articulação de políticas sociais

- Reduzir a pobreza por meio da transferência direta de renda.
- Reforçar e qualificar o acesso com equidade das famílias beneficiárias do Programa

Bolsa Família aos direitos sociais básicos por meio de articulação com políticas sociais, prioritariamente nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social.

- Aperfeiçoar e consolidar o modelo federativo de gestão do Programa Bolsa Família e do Cadastro Único para Programas Sociais.
- Fortalecer o Cadastro Único para Programas Sociais do governo federal como instrumento de articulação de políticas sociais para famílias de baixa renda.

Justiça, Cidadania e Segurança Pública

O Programa Justiça, Cidadania e Segurança Pública visa assegurar à população a preservação de seus direitos e garantias fundamentais consagrados na Constituição Federal, no artigo 5º: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade". O acesso à justiça, a melhoria da segurança pública e a promoção e proteção de direitos de cidadania, constituem-se em políticas fundamentais para a proteção e promoção de oportunidades para públicos vulneráveis, para o alcance de coesão social e a consolidação do Estado Democrático de Direito, alinhando-se às Diretrizes Estratégicas de:

- Fortalecimento da segurança pública e redução de homicídios, com integração de políticas públicas entre os entes federados, controle de fronteiras e promoção de uma cultura de paz.
- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

No campo da superação da violência e promoção de uma cultura de paz, a redução dos homicídios é um dos principais desafios. Os homicídios representam a principal causa externa de mortalidade no país, que vem apresentando altos índices desde a década de 1990. De acordo com dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), desde 1997, a taxa de homicídios brasileira oscila entre 25 e 29 homicídios por 100 mil habitantes, uma das mais altas do mundo. Em relatório lançado em 2014 pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o tema da prevenção global da violência, foi apontado que 10% dos homicídios ocorridos no mundo são cometidos no Brasil.

Neste contexto, um dos Objetivos do Programa trata da implementação de um pacto nacional pela redução de homicídios, que busca articular toda a sociedade brasileira, incluindo os governos federal, estaduais, municipais e distrital, a população, a iniciativa privada e organizações do terceiro setor. Propõe-se uma iniciativa de escala inédita que integre e articule políticas,

programas e ações de segurança pública e de outros serviços públicos, de forma a considerar o caráter multidimensional da mortalidade por homicídios no Brasil e promover uma cultura de paz e não violência, adotando estratégias diferenciadas para territórios e públicos mais vulneráveis, como jovens negros, crianças e adolescentes, mulheres.

Considerando a dimensão interdisciplinar e os aspectos federativos das questões de segurança, outro importante desafio é aperfeiçoar a sua coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras. Assim, propõe-se Objetivo voltado à construção de uma rede sistêmica de segurança que integre e qualifique os serviços ofertados à população pelas três esferas de governo, integrando metodologias e procedimentos de atuação interagências, fortalecendo a governança local, com os Gabinetes de Gestão Integrada, e fomentando estruturas inovadoras, como os Centros Integrados de Comando e Controle. No sentido de aprimorar o planejamento e a gestão da política de segurança pública, também se destaca a importância da sistematização gradativa dos dados de segurança pública preconizada no âmbito do Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais e sobre Drogas – SINESP. Do mesmo modo, é fundamental induzir a formação, a capacitação continuada e a valorização dos profissionais do setor para a oferta de serviços de qualidade, que atendam aos anseios das comunidades e considerem a transversalidade das temáticas racial, de igualdade de gênero e de direitos humanos.

A promoção da segurança pública também exige o fortalecimento de estratégias voltadas à diminuição da criminalidade, substanciada especialmente no enfrentamento a organizações criminosas, ao tráfico de drogas, armas e pessoas, à lavagem de dinheiro e à corrupção, bem como no reforço da fiscalização das fronteiras. Além disso, cabe destacar, como questão relevante para a repressão efetiva ao crime, a necessidade de avaliação da eficácia e a da eficiência das investigações criminais, já que a profundidade e a clareza do trabalho desenvolvido pelos órgãos policiais na elucidação de infrações penais impactam diretamente nas atribuições de órgãos ligados à justiça criminal.

No tocante à corrupção, considerando que este tema é preocupação de diversos órgãos de defesa do Estado, é necessário aprimorar a articulação entre eles, de forma a racionalizar as ações e dar maior efetividade à punição de agentes e à recuperação de ativos. O fenômeno da corrupção, em virtude de sua complexidade e de seu potencial danoso à sociedade, exige, além de uma atuação repressiva, também uma ação preventiva por parte do Estado. Portanto, um dos Objetivos do Programa trata de medidas para aumentar os padrões de ética e de integridade dos agentes da administração pública no desempenho de suas funções, bem como das instituições privadas que se relacionam com o setor governamental.

Outro aspecto central da segurança no país é a violência no trânsito, responsável por mais de 40 mil mortes por ano. Os acidentes de trânsito impactam a sociedade em diversos aspectos, seja por sua relevância emocional, uma vez que ceifa vidas e traumatiza famílias permanentemente,

seja pelo viés econômico relacionado ao alto custo da prestação de socorro, tratamento e auxílio previdenciário às vítimas que não raramente restam incapacitadas para o trabalho ainda muito jovens e ativas. As mortes por acidentes de trânsito são originadas por diversos fatores, tais como: imprudência, excesso de velocidade, tráfego de condutores inabilitados, condução sob o efeito do uso de álcool e drogas, fadiga por excesso de horas de condução, circulação de veículos irregulares, entre outros. Desta forma, são necessários esforços de fiscalização, conscientização, educação e melhoria de segurança viária e veicular com intuito de reduzir o número de mortes e acidentes de trânsito. Neste aspecto, preconiza-se Objetivo focado na prevenção de acidentes pela análise estatística das características dos acidentes e pelas ações de educação e pela ampliação da fiscalização de pessoas e veículos.

O aprimoramento do sistema penitenciário brasileiro também é um elemento estratégico para a política de justiça, cidadania e segurança pública. Observa-se no país uma superpopulação de mais de 600 mil pessoas privadas de liberdade, com um déficit de 230 mil vagas, que tem se agravado nos últimos anos. Além do elevado déficit, o sistema é caracterizado pelo elevado número de presos provisórios (40% não possuem sentença condenatória) e pela inaptidão da política de encarceramento para responder efetivamente à criminalidade, de modo que as prisões não funcionam como mecanismos de segurança pública na redução da violência, mas, pelo contrário, atuam como reprodutoras do ciclo vicioso que envolve crime, cárcere e reincidência. O enfrentamento desse quadro é retratado em Objetivo que trata da promoção de um sistema mais eficiente, justo e humano, com ampliação de acesso a serviços como saúde, educação e trabalho, além da modernização e qualificação das unidades prisionais. Destaca-se o compromisso de se articular ações visando a redução do número de pessoas presas, com fomento de estruturas para aplicação de penas e medidas alternativas e parcerias com o Sistema de Justiça, como forma de se evitar os malefícios à sociedade (sobretudo em termos de segurança) decorrentes do encarceramento em massa e viabilizar um sistema mais justo, proporcional e que respeite os direitos fundamentais.

A garantia e proteção dos direitos fundamentais, sobre os quais recai a política de segurança pública como promotora do direito à segurança e à vida, abarcam também os direitos de acesso à justiça e à informação, bem como a promoção dos direitos da justiça de transição e proteção de cidadãos com direitos violados, como refugiados e vítimas de tráfico de pessoas. Nesse Objetivo são apontados compromissos referentes à melhoria da gestão do acervo da memória nacional, ao fortalecimento das ações de memória, verdade e reparação, ao aprimoramento dos processos de naturalização, igualdade de direitos e permanência de migrantes, à melhoria dos serviços e redução na desigualdade de acesso à Justiça, e ao fortalecimento da Política de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas.

Por fim, é importante considerar que o desenvolvimento econômico e social ocorrido nos últimos anos não só promoveu a inserção de milhões de brasileiros ao mercado consumidor, como

aumentou a complexidade das relações comerciais e competitivas. Dessa forma, o programa contempla Objetivo que trata da prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e contra os direitos dos consumidores, que ganham destaque no exercício da cidadania e garantia da justiça.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Justiça, Cidadania e Segurança Pública

- Promover a redução de homicídios com foco em populações vulneráveis e atuação integrada em áreas críticas.
- Promover a Redução da violência no trânsito das rodovias federais.
- Fortalecer o enfrentamento à criminalidade, com ênfase nas organizações criminosas, tráfico, corrupção, lavagem de dinheiro e atuação na faixa de fronteira.
- Ampliar o acesso à justiça e à informação, promover os direitos da justiça de transição, os direitos de migrantes e refugiados e fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas.
- Aperfeiçoar a coordenação estratégica e a atuação integrada das forças de segurança pública e instituições parceiras.
- Promover sistema penal justo e que viabilize a reintegração social.
- Fortalecer a defesa da concorrência e do consumidor por meio da ampliação da escala e da efetividade das políticas públicas.
- Enfrentar a corrupção na administração pública federal aprimorando os mecanismos de prevenção, detecção e punição.

Políticas Para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

As mulheres representam mais de 52% da população brasileira e são sujeitos e protagonistas tanto de suas próprias vidas, como da construção de um país mais igualitário e sem pobreza, seja no âmbito econômico, social, político, cultural, seja no banimento de todos os preconceitos de gênero, racial, étnico, homofóbico, lesbofóbico, geracional, de classe, e contra pessoas com deficiência.

As questões de gênero ganharam especial destaque no Brasil a partir da criação, em 2003, da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM, consolidando a institucionalização das políticas de gênero e o tratamento transversal dessas questões no âmbito do governo federal, ao reunir em um órgão a competência de formular, coordenar e articular as políticas de promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Ainda assim, os indicadores ainda não refletem uma situação de igualdade em grande parte das dimensões econômica, pessoal, financeira, social, política, sexual e cultural. No mercado de trabalho, por exemplo, a maior escolaridade feminina não se traduz em salários mais elevados e, embora tenha ocorrido redução, ainda persiste a desigualdade no rendimento mensal médio do trabalho.

Conforme a Pnad 2013, as mulheres brasileiras estudam mais do que os homens, alcançando, em média, 7,9 anos ao longo da vida, enquanto os homens atingem 7,5 anos. Os dados mostraram, ainda, que 34,9% das mulheres possuem 11 anos de estudo ou mais, contra 31%, entre os homens. No entanto, o rendimento mensal médio de todos os trabalhos para pessoas de 16 anos ou mais era de R$ 1.711,30 para os homens e de R$ 1.243,66 para as mulheres, representando apenas 72,7% do ganho dos homens.

Na questão da violência contra a mulher, segundo registros da Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180, só em 2014 ocorreram 485.105 atendimentos, dos quais 52.957 referiam-se especificamente a relatos de violência. Desses, 51,7% correspondem à violência física, seguidos de 31,8% de violência psicológica.

Assim, o Programa Temático foca principalmente duas questões: igualdade e violência. Seus marcos institucionais são o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e o Programa Mulher Viver sem Violência, estando relacionado à Diretriz Estratégica:

- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.

A 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, realizada em dezembro 2011, de onde emanou o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres 2013-2015, reafirma os princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres: autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas.

Para a efetivação da igualdade entre mulheres e homens na sociedade brasileira, é preciso avançar no fortalecimento da autonomia econômica, política e social das mulheres, ampliando os investimentos em educação, saúde, capacitação, inserção no mercado de trabalho, acesso ao crédito, à assistência técnica, à moradia e aos equipamentos sociais como creches, e no fortalecimento institucional das políticas para as mulheres. Para isso, um dos Objetivos do programa trabalha a autonomia econômica, social e sexual e a igualdade entre mulheres e homens, visando à eliminação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase na erradicação da pobreza e na garantia de participação das mulheres no desenvolvimento do país.

O ponto essencial para essa igualdade é o uso do tempo, uma vez que o maior entendimento dessa questão nas dinâmicas entre trabalho e vida cotidiana subsidia políticas públicas de igualdade e contribui para a compreensão das relações de desigualdade no trabalho e na vida doméstica. O problema da menor remuneração pelo mesmo trabalho persiste, tanto no meio urbano quanto no meio rural. Nesse sentido, a capacitação e o crédito solidário são importantes instrumentos para promover a emancipação da mulher.

Em relação à participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, o desafio é o combate às desigualdades de gênero de forma ampla, uma vez que a sub-representação das mulheres nesses espaços tem diversas causas. As mulheres ocupam menor número dos cargos diretivos em diferentes ramos de atividade econômica e este desafio é tratado em Objetivo específico do programa, buscando promover a ampliação da participação das mulheres nos conselhos diretivos e na alta direção das empresas públicas e privadas, nos partidos políticos e nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Também há um Objetivo relacionado à garantia da transversalidade e intersetorialidade, para fortalecer espaços e instrumentos que permitam a realização de ações inter e intragovernamentais, tais como os Organismos Estaduais, Distrital e Municipais de Políticas para as Mulheres, o Comitê de Articulação e Monitoramento do PNPM e o Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.

Outro instrumento adotado para promoção da transversalidade é a institucionalização de mecanismos de gênero nos Ministérios, com o objetivo de garantir que esta dimensão possa ser considerada estruturante para as políticas públicas implementadas por todos os órgãos do Executivo Federal.

Um dos principais problemas que precisam ser enfrentados é a violência contra a mulher o que demanda uma complexa articulação intragovernamental. Nesse sentido, foram elaboradas importantes iniciativas para outros Programas, como da Justiça, Cidadania e Segurança Pública, buscando promover a estruturação de Delegacias Especializadas em Homicídios e Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher, além de ações específicas para prevenção das mortes de mulheres em situação de violência doméstica, garantindo o monitoramento das medidas protetivas previstas na Lei Maria da Penha.

Oportuno destacar que, em decorrência do relatório final da CPMI sobre violência contra as mulheres, o governo federal encaminhou uma proposta de emenda ao PLS 292/2013, que resultou na aprovação da Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, tornando hediondo o feminicídio – crime contra a mulher por razões da condição de sexo feminino.

Em 2013, foi lançado o Programa "Mulher: Viver sem Violência", por meio do Decreto nº 8.086, de 30 de agosto de 2013, que também está espelhado no PPA 2016-2019. O Programa consiste em um conjunto de ações para combater as várias formas de violência contra as mulheres, visando à mudança cultural, ao enfrentamento de todas as formas de discriminação e preconceito e a um atendimento específico para as diferentes realidades vividas pelas mulheres, no sentido de assegurar e garantir o acesso ao atendimento integral e humanizado.

Para a superação desses desafios, é necessário o fortalecimento e a consolidação, em âmbito nacional, de uma rede integrada de atendimento às mulheres em situação de violência, envolvendo e articulando as diversas áreas de assistência, proteção e defesa dos direitos da mulher em situação de violência. Além disso, é necessário o envolvimento de integrantes dos órgãos e serviços públicos de todas as esferas de governo e dos Poderes como co-partícipes na sua implementação, estando estruturado no atendimento qualificado e humanizado às vítimas de violência sexual. A partir do atendimento realizado nas Casas da Mulher Brasileira e no acolhimento de denúncias, via Ligue 180, serão elaboradas campanhas continuadas de capacitação e distribuídas unidades móveis para atendimento a mulheres em situação de violência no campo e na floresta. Nesse sentido, há um Objetivo de ampliação da política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres.

Vale ressaltar, também, a necessidade da desconstrução de estereótipos, na cultura, na publicidade e no fomento a uma maior participação das meninas, jovens e mulheres em áreas científicas, tecnológicas e de inovação, questão também tratada nesse Programa Temático, a partir de Meta que busca fomentar a produção e circulação de conteúdos culturais e científicos que desconstruam mitos e estereótipos de gênero.

Por último, destaca-se o Objetivo de ampliação e fortalecimento do diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Políticas para as Mulheres: Promoção da Igualdade e Enfrentamento à Violência

- Promover a autonomia econômica, social, sexual e a garantia de direitos, considerando as mulheres em sua diversidade e especificidades.
- Promover a transversalidade intra e intergovernamental das políticas para as mulheres e de igualdade de gênero, observando as diretrizes do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.
- Ampliar e fortalecer o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais, em especial com os movimentos feministas e de mulheres, mulheres com deficiência, LBTs, urbanas, rurais, do campo, da floresta, das águas, de povos e comunidades tradicionais, de povos indígenas e dos distintos grupos étnico-raciais e geracionais.
- Fortalecer o processo de participação política, democrática e igualitária das mulheres, nas instâncias de poder e decisão, considerando sua diversidade e especificidades.
- Ampliar a política nacional de enfrentamento a todas as formas de violência contra as mulheres, considerando sua diversidade e especificidades.

Previdência Social

A Previdência Social é uma política de Estado de longo prazo que assegura ao trabalhador e à sua família a cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada; a proteção à maternidade, especialmente à gestante; a proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário; o salário-família e o auxílio-reclusão para os dependentes dos segurados de baixa renda; e a pensão por morte do segurado, homem ou mulher, ao cônjuge ou companheiro e dependentes.

O sistema previdenciário brasileiro está inserido no conceito de seguridade social, que é dividida em três grandes áreas de atuação: saúde, previdência e assistência social. As peças legais mais importantes da Previdência Social são a Constituição Federal, a Lei nº 8.212/91 e a Lei nº 8.213/91.

A Previdência Social está organizada em três regimes distintos, independentes entre si: Regime Geral de Previdência Social – RGPS, Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS e Regime de Previdência Complementar.

O Regime Geral de Previdência Social – RGPS é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, e possui caráter contributivo e de filiação obrigatória. Atende ao setor privado, apesar de sua administração ser pública, e, dentre os contribuintes, encontram-se os empregadores, empregados assalariados, domésticos, autônomos, contribuintes individuais e trabalhadores rurais.

O RGPS é uma das políticas públicas de maior impacto na vida do cidadão brasileiro desempenhando um papel fundamental na redução da pobreza e na distribuição de renda do país. Em junho de 2015, foram emitidos 32,6 milhões de benefícios (previdenciários e assistenciais), totalizando R$ 32,7 bilhões pagos. De acordo com dados da PNAD, em 2013, os benefícios previdenciários fizeram com que mais de 25 milhões de pessoas deixassem de figurar abaixo da linha de pobreza (menos de ½ salário mínimo de renda domiciliar per capita) no Brasil. O impacto dos benefícios sobre a pobreza concentra-se principalmente na população idosa, favorecendo principalmente aqueles com idade superior a 55 anos, apesar de a redução da pobreza ocorrer em todas as faixas etárias.

O bom desempenho do mercado de trabalho na última década aliado aos esforços do governo federal favoreceram a ampliação da cobertura previdenciária. Segundo dados da PNAD, a cobertura previdenciária passou de 62,5%, em 2004, para 72,5%, em 2013. Em relação às mulheres, o acréscimo foi ainda maior, passando 60,5%, em 2004, para 72,3%, em 2013. Em relação à população idosa (com idade de 60 anos ou mais), a cobertura previdenciária permaneceu estável, sendo 81,9%, em 2004, e 82,7%, em 2013.

No PPA 2016-2019, o Programa Previdência Social compreende a Diretriz Estratégica:

- Garantia de acesso da população ao sistema previdenciário, com qualidade e equidade no atendimento e melhoria da gestão, contribuindo para a sustentabilidade do sistema.

Ele apresenta três Objetivos que estão focados na inclusão previdenciária, na qualidade dos serviços previdenciários prestados a população e na sustentabilidade dos regimes previdenciários.

No sentido de ampliar a cobertura previdenciária nos próximos quatros anos, o Objetivo referente a esse tema pretende fortalecer a educação previdenciária e financeira, como forma de sensibilizar o público-alvo da importância do seguro previdenciário, seja para o próprio trabalhador como para a sua família e demais dependentes; e aprimorar as informações de registro civil, trabalhistas e previdenciárias, que permita maior direcionamento na formulação de políticas, na inclusão, fidelização e expansão da cobertura previdenciária.

No que tange ao Objetivo da qualidade dos serviços previdenciários continua o investimento na melhoria da gestão dos processos internos bem como a adequação das agências de atendimento a padrões de acessibilidade e conforto de forma a facilitar ainda mais o acesso do cidadão aos benefícios previdenciários.

Os Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS, que asseguraram a proteção previdenciária dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluem mais de 9 milhões de pessoas no sistema previdenciário brasileiro. O Objetivo referente à sustentabilidade dos regimes previdenciários continuará promovendo medidas de fiscalização e auditoria com intuito de equacionar os déficits financeiro e atuarial e garantir o ingresso dos recursos nas contas dos fundos previdenciários, possibilitando a sua aplicação no mercado financeiro, segundo regras estabelecidas em resoluções do Conselho Monetário Nacional – CMN, permitindo a formação de reservas destinadas ao pagamento dos benefícios previdenciários de responsabilidade do RPPS.

O Regime de Previdência Complementar – RPC é composto pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC que além de serem importante mecanismo de formação de poupança interna e de longo prazo, ampliando a capacidade de investimento do país e contribuindo para o crescimento econômico, protegem mais de 7 milhões de brasileiros, entre participantes, assistidos e beneficiários. No que cabe à previdência complementar, o Objetivo da sustentabilidade dos regimes previdenciários terá como prioridade o desenvolvimento de ações de fortalecimento da supervisão baseada em riscos com alcance da efetividade; de aprimoramento dos controles internos administrativos e das atividades de inteligência; de gerenciamento de riscos corporativos; e de fortalecimento da segurança institucional.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Previdência Social

- Fortalecer ações de inclusão e manutenção do cidadão no sistema previdenciário.
- Garantir a melhoria da qualidade dos serviços previdenciários.
- Fortalecer a sustentabilidade dos regimes previdenciários.

Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

A Promoção da Igualdade Racial como política de governo e de Estado faz parte do processo histórico de aprimoramento da democracia no Brasil. Vários atores sociais e políticos têm sido responsáveis pelas lutas sociais, por uma sociedade e Estado mais democráticos para todos, considerando a complexa trama entre desigualdades e diversidade. A partir de 2003, o Brasil passa a ser liderado por um governo democrático e popular, comprometido com as lutas históricas dos movimentos sociais e o combate à pobreza. É nesse momento que é criada a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), com o objetivo de implementar a promoção da igualdade racial como política transversal e intersetorial do governo federal.

Ainda em 2003, uma antiga demanda do movimento negro é finalmente contemplada e torna-se obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, conforme a Lei nº 10.639. Desde então, várias universidades públicas passam a adotar ações afirmativas como forma de ingresso, com destaque para as cotas raciais.

Apesar dos inegáveis avanços dos últimos anos nas políticas públicas e nas ações afirmativas de promoção da igualdade racial, a questão da reversão das representações negativas da pessoa negra constitui um desafio fundamental. Os negros continuam sendo as maiores vítimas de homicídios no país. Segundo o Mapa da Violência 2014, os negros continuam sendo as maiores vítimas de homicídios no país, chegando a 73% do total de 56,3 mil homicídios ocorridos em 2012. Deste total, 53,4% são jovens negros do sexo masculino entre 15 e 29 anos. No período de 2002 a 2012, os dados mostram uma 'crescente seletividade social', tendo sido vítimas desse tipo de morte 41,1 mil negros, um crescimento de 38,7%, contra 14,9 mil brancos, queda de 24,8%.

No contexto do processo de institucionalização das políticas de promoção da igualdade racial e de superação do racismo, o quadriênio de vigência do PPA 2016-2019 coincide com dois momentos fundamentais das políticas de promoção da igualdade racial no plano internacional: i) a "Década Internacional dos Afrodescendentes" instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 2015 a 2024, com Programa de Atividade adotado pela Assembleia Geral da ONU; e ii) a "Década dos Afrodescendentes Latino-americanos e Caribenhos", de 2014 a 2023, no âmbito da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC).

A instituição da Década dos Afrodescendentes nesses dois órgãos oferece uma oportunidade singular para a implementação e o fortalecimento dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil nesta temática e são contempladas nesse Programa Temático por meio de um objetivo específico de atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

A Promoção da Igualdade Racial passou por vários estágios ao longo das últimas três décadas e sua institucionalização se solidifica com a criação, em 2013, do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR, que abre caminho para o estágio que se busca construir: a transição

da promoção da igualdade racial e de superação do racismo de política de governo para política de Estado, no âmbito da União, Estados e municípios, e a concretização de parcerias com os demais poderes e a iniciativa privada na busca desse objetivo.

No PPA 2016-2019, o Programa de Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo está relacionado às Diretrizes Estratégicas:

- Promoção da igualdade de gênero e étnico-racial e superação do racismo, respeitando a diversidade das relações humanas.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

Seus objetivos buscam promover ações afirmativas e políticas de enfrentamento ao racismo, reverter as representações culturais negativas da pessoa negra, incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, enfrentar o racismo e reduzir mortes violentas de jovens e mulheres negras, além de promover ações de efetivação de direitos dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana e de povos ciganos e a regularização fundiária de territórios quilombolas.

Nos processos sociais de discriminação, as clivagens de raça e gênero se entrecruzam recorrentemente e formam dimensões estruturantes da realidade brasileira. Como as mulheres negras constituem o extrato mais vulnerável da população brasileira, pela naturalização das violências de raça e gênero a que são submetidas, as ações de empoderamento da mulher negra e de suas organizações e o incentivo à sua participação nas instâncias decisórias e de controle social são fundamentais para auxiliar na reversão desse quadro de fragilidade que as acomete.

As taxas de homicídio da população negra não podem ser desvencilhadas do passado colonial escravagista. Como marca estruturante, o racismo se manifesta pela permanência da estigmatização do fenótipo e consequente desumanização da população negra, resultando na sua descartabilidade. Os altos índices de homicídios da juventude negra são a expressão mais dura deste processo. A título de medidas institucionais para a redução dos homicídios da população negra, soma-se a este Programa o de Promoção dos Direitos da Juventude, no âmbito do Plano Juventude Viva, além do Programa de Justiça, Cidadania e Segurança Pública, que conta com meta focada na redução de homicídios de populações vulneráveis.

As ações afirmativas buscam enfrentar formas indiretas de discriminação, que acabam por resultar na exclusão dos indivíduos com base no critério racial de determinados espaços da vida social. Nessa perspectiva, duas ações merecem destaque: as cotas raciais nas universidades públicas e a reserva de vagas no serviço público. Estes mecanismos pretendem promover o acesso a espaços marcadamente ocupados pela população branca, apesar dos critérios impessoais de acesso consubstanciados pelo vestibular e pelos concursos. Existem metas

específicas para monitorar tais iniciativas, de forma a obter-se, tempestivamente, subsídios para eventuais alterações e correções de rumo, aumentando a efetividade destes mecanismos.

O Programa trata, também, da efetivação de direitos e acesso a políticas públicas para quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana e povos ciganos. As Comunidades Quilombolas são conceituadas como grupos étnico-raciais segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas e com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Nesse sentido, sua identidade étnica as distingue do restante da sociedade, mas é importante explicitar que a mesma se define a partir de um processo de autoidentificação bastante dinâmico e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como a cor da pele.

Em relação ao reconhecimento das comunidades quilombolas, cabe à Fundação Cultural Palmares sua certificação como "Território Cultural Afro-Brasileiro" e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a regularização fundiária do território até que seja titulado como propriedade coletiva da comunidade.

Ainda na temática quilombola, a Agenda Social Quilombola se estabelece garantindo a transversalidade das ações, merecendo destaque as ações relativas à capacitação de agentes e fornecimento de assistência técnica e extensão rural, estimulando a comercialização da produção por meio do cooperativismo e associativismo. Na mesma perspectiva, existem Metas para fomentar o etnodesenvolvimento e a economia solidária nas comunidades quilombolas. Na questão da saúde, estão previstas capacitações de parteiras de comunidades quilombolas e seminários envolvendo gestores, profissionais de saúde e lideranças das comunidades.

Já os povos tradicionais de matriz africana, aos quais se associam os locais de tributo às religiões de matriz africana, também conhecidas por Comunidades de Terreiro, são definidos como grupos que se organizam a partir dos valores civilizatórios e da cosmovisão trazidos para o país por africanos transladados durante o sistema escravista, constituindo territórios próprios caracterizados pela vivência comunitária, pelo acolhimento e pela prestação de serviços à comunidade. Assim, busca-se a ampliação do acesso dos povos e comunidades tradicionais de matriz africana às políticas públicas na perspectiva da proteção e garantia de direitos, territorialidade e cultura, inclusão social e desenvolvimento sustentável.

Os povos ciganos, por sua vez, se organizam segundo pertencimento étnico. Os dados oficiais sobre os povos ciganos ainda são muito incipientes, mas há alguns registros da presença de comunidades ciganas nômades e não-nômades em praticamente todo o território nacional. Uma das metas propostas é a instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos Ciganos, respeitando suas características socioculturais e formas de representação, assim como o fortalecimento da participação e o controle social dos povos ciganos nas políticas públicas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção da Igualdade Racial e Superação do Racismo

- Promover ações afirmativas e incorporar a perspectiva da promoção da igualdade racial, no âmbito das políticas governamentais e de organizações privadas, com ênfase para a juventude e mulheres negras.
- Reverter representações negativas da pessoa negra, bem como reconhecer e valorizar a história e a cultura negra em suas formas de existência e resistência.
- Promover políticas de enfrentamento ao racismo e articular políticas que busquem a redução de mortes evitáveis e mortes violentas entre mulheres e jovens negros.
- Articular, acompanhar e fortalecer o conjunto das ações governamentais no âmbito da Agenda Social Quilombola.
- Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos e comunidades tradicionais de matriz africana.
- Realizar a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Identificação, Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.
- Articular a efetivação de direitos e o acesso a políticas públicas para povos ciganos.
- Fortalecer e expandir o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial - SINAPIR.
- Consolidar a atuação internacional do Brasil na promoção da igualdade racial.

Promoção dos Direitos da Juventude

O reconhecimento da juventude como um público para o qual as políticas públicas têm dado crescente atenção decorre de seu entendimento não apenas como uma fase de transição ou de formação do indivíduo, mas uma etapa completa de seu ciclo de vida. É na juventude que o indivíduo processa de maneira mais intensa a conformação de sua trajetória, valores e a busca de sua plena inserção na vida social, superando a sua condição anterior de dependência e proteção, exigida pela infância e adolescência.

No contexto de reconhecimento de direitos da juventude e de elaboração de políticas que contribuem para sua promoção e garantia, foi aprovado em 2013 o Estatuto da Juventude (Lei 12.852/2013), que define como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, estabelece aspectos institucionais da política nacional de juventude, como os Conselhos de Juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE, e reconhece e visa garantir a essa população uma série de direitos, que vão desde o acesso à segurança e à justiça e demais direitos sociais, como

saúde, educação e trabalho, passando por direitos difusos, como o direito à cultura, à diversidade e à igualdade e à participação social, reconhecendo as especificidades da juventude.

Atualmente, o Brasil tem população de aproximadamente 50 milhões de jovens – pouco mais de 25% da população total do país. Essa "onda jovem" se traduz em um fenômeno igualmente importante denominado "bônus demográfico", no qual o peso da população economicamente ativa supera o da população dependente, crianças e idosos. A otimização desse bônus, ativo importante no desenvolvimento do país, todavia, depende de que a população jovem alcance seu pleno desenvolvimento cidadão, o que é condicionado em grande medida pela promoção e pelo acesso da juventude aos seus direitos.

O reconhecimento de que as políticas públicas devem incidir sobre ela, o PPA 2016-2019 apresenta o Programa Temático Promoção dos Direitos da Juventude, no escopo da Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

No contexto apresentado, o Programa Promoção dos Direitos da Juventude, busca articular e promover direitos e políticas públicas que permitam aos jovens trajetórias de emancipação ao longo dessa fase de vida, garantindo a integração desta nova geração de brasileiros ao processo de desenvolvimento e construção democrática do país. Seus Objetivos, Metas e Iniciativas envolvem distintas abordagens (como territorialidade, federalismo, regionalidade) e consideram a multiplicidade, desigualdade e diversidade do público juvenil, seus aspectos culturais, étnico-raciais, territoriais (regional, urbano e rural), ambientais, de classe social, de gênero, de orientação sexual, das pessoas com deficiência e dos povos e comunidades tradicionais – o que demonstra o caráter intersetorial e transversal da política de juventude.

Um dos Objetivos, de caráter central ao Programa Temático, trata da coordenação e consolidação da Política Nacional de Juventude, sendo que suas principais metas apontam para a elaboração e implementação do Plano Nacional de Juventude e para o fortalecimento do Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. A partir destes instrumentos, pretende-se promover maior interação tanto com outras políticas, fomentando a transversalidade da temática, quanto com entes subnacionais, garantindo atenção às prerrogativas do pacto federativo e fomentando a descentralização das políticas de promoção dos direitos da juventude.

Um grande desafio tratado no Programa refere-se à questão das desigualdades de raça/cor no segmento juvenil que se expressam na vitimização pela violência e criminalidade. Dados do Sistema de Informações de Mortalidade do Sistema Único de Saúde - SIM/SUS, divulgados no Mapa da Violência 2014, revelam que em 2012 os jovens negros foram as maiores vítimas da violência: quando analisadas exclusivamente as mortes por homicídio, a taxa encontrada para os jovens brancos do sexo masculino é de 29,9 por 100 mil habitantes, ao passo que para

os jovens negros essa taxa é de 82,3 para cada 100 mil. Assim, há um objetivo de promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.

Os outros objetivos e suas metas apontam para políticas públicas mais específicas, que refletem diversos eixos de direitos presentes no Estatuto da Juventude. Na temática de trabalho e qualificação profissional, merecem destaque as ações para articular o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) com a Aprendizagem Profissional. Ainda na questão do trabalho, são relevantes as ações para fomentar empreendimentos econômicos solidários. Na questão da sustentabilidade e do meio ambiente, é de fundamental importância a implementação das ações do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Existe ainda um Objetivo específico voltado para fomentar o direito à participação social e representação juvenil. Com isso, pretende-se a ampliação da interlocução com os movimentos, entidades e redes juvenis, por meio do fortalecimento do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Além disso, existe a previsão de instituir plataforma digital de participação e monitoramento das políticas de juventude, contribuindo para a participação individual e coletiva deste público.

A execução do Programa Temático de Promoção dos Direitos da Juventude facilitará a efetivação dessas políticas com organizações parceiras e entes políticos, ampliando e qualificando os programas e ações e, sobretudo, colaborando no fortalecimento da participação das juventudes na construção e implementação das políticas públicas para o seu benefício e desenvolvimento.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção dos Direitos da Juventude

- Institucionalizar e fomentar a política de juventude junto aos entes federados, organismos internacionais e outros países, especialmente da América Latina.
- Promover o trabalho decente para a juventude por meio da ampliação das oportunidades de inserção digna e ativa no mundo do trabalho, da qualificação profissional e do fomento à economia solidária.
- Promover ações que contribuam para reduzir a vulnerabilidade social de jovens, especialmente negros, em territórios com alta incidência de homicídios por meio do Plano Juventude Viva.
- Coordenar e articular políticas públicas que promovam os direitos dos jovens.
- Promover e integrar ações que contribuam para a efetivação do direito da juventude à sustentabilidade e ao meio ambiente.
- Fomentar o direito à participação social e política e à representação juvenil.
- Promover o acesso da juventude a ações da assistência social, inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional.
- Promover ações que contribuam para a atenção integral à saúde e à qualidade de

vida dos jovens.

Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

O trabalho decente é uma condição fundamental para a superação da pobreza, a redução das desigualdades sociais, a garantia da governabilidade democrática e o desenvolvimento sustentável. Entende-se por trabalho decente aquele que é adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, equidade e segurança, capaz de garantir uma vida digna.

No Brasil, o art. 6º da Constituição Federal estabelece que o trabalho é um direito social assegurado a todo cidadão, sendo que seu exercício está ligado diretamente a outros direitos fundamentais para o exercício da cidadania, presentes também no art. 7º, tais como o direito à remuneração justa, a um salário mínimo digno, a condições igualitárias de trabalho, à aposentadoria e à proteção contra o desemprego. Na legislação infraconstitucional, as normas da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, Decreto-lei nº 5.452/43, asseguram a proteção ao trabalhador relativa à contratação, à remuneração e à demissão, instituindo também direitos formais, que proporcionaram garantias consubstanciadas em organizações como os sindicatos, os órgãos da inspeção e justiça laboral.

Outro importante marco legal para a construção de um sistema público de emprego, trabalho e renda é o Decreto n.º 76.403/75 que criou o Sistema Nacional de Emprego – SINE, que oferece informação e orientação ao trabalhador quanto à escolha de emprego e presta informações sobre disponibilidade de mão de obra ao empregador. Ainda, outros dois importantes instrumentos para o desenvolvimento da política são a Lei nº 7.998/90 que instituiu o Seguro-Desemprego, financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, e a Lei nº 8.019/90 que criou os programas de crédito e geração de emprego e renda.

Desde 2003, o crescimento econômico, aliado às políticas de valorização real do salário mínimo e à execução de programas de investimento em infraestrutura e habitação, possibilitou a ampliação do número de ocupados, sobretudo de empregados com carteira de trabalho assinada. De acordo com dados da PNAD – Contínua, no 1º trimestre de 2015, a população ocupada foi estimada em 56,2% da população do país, ou seja, 92 milhões de pessoas com ocupação. Além disso, entre janeiro de 2003 a dezembro de 2014, a taxa de desocupação da população brasileira reduziu de 11,2% para 5,3%, mostrando que o desempenho do mercado de trabalho brasileiro manteve-se à margem da crise econômica que atingiu a maioria das economias do mundo em 2008.

Cabe destaque para a valorização do salário mínimo, que passou de R$ 435,70, em 2003, para R$ 788,00, em 2015, o que representa aumento superior a 80%. Esta elevação contínua do valor do salário mínimo tem contribuído para melhores rendimentos da força de trabalho, incidindo particularmente nas faixas de menor renda e, consequentemente, contribuindo para a redução da desigualdade social.

O Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária irá contribuir com a manutenção deste ciclo virtuoso de geração de emprego, com distribuição de renda e com a redução da pobreza. O Programa é organizado em quatro temas estruturantes: a Política Pública de Emprego; a inclusão produtiva e geração de trabalho e renda; o direito ao emprego e ao trabalho decente; e a promoção da economia solidária. Ele é composto por 4 Objetivos, sendo um para cada tema estruturante, 22 Metas e 39 Iniciativas.

No PPA 2016-2019, a agenda proposta por este Programa Temático se norteia pelas Diretrizes Estratégicas:

- Promoção do emprego e do trabalho decente, com garantia de direitos trabalhistas, qualificação profissional e o fortalecimento do sistema público de emprego.
- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.

No Objetivo que compõe a Política Pública de Emprego, um dos principais desafios está no âmbito da Política do Seguro-Desemprego, que se fundamenta no tripé das ações de intermediação de emprego, qualificação profissional e habilitação ao benefício do seguro-desemprego. Em 2014, os recursos despendidos com a concessão do benefício do seguro-desemprego chegaram a R$ 34 bilhões, beneficiando cerca de 9 milhões de trabalhadores.

Com relação à intermediação, pretende-se fortalecer a integração das ações de intermediação de mão de obra via SINE a com qualificação, através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - Pronatec. Em 2014, foram realizados 616,9 mil encaminhamentos de beneficiários do seguro-desemprego a vagas ofertadas pelas empresas, os quais resultaram em 88,3 mil recolocações no mercado de trabalho. Uma importante ferramenta para a intermediação de mão de obra é a consolidação do Portal Mais Emprego (maisemprego.mte.gov.br). Criado em 2014, possibilita a integração do atendimento ao trabalhador em toda a rede de atendimento do SINE, nas Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego, agências regionais do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), agências integrantes do SINE ou agências da Caixa Econômica Federal autorizadas.

Quanto à qualificação social e profissional do trabalhador, pretende-se reduzir o descompasso observado entre o perfil da oferta de mão de obra (trabalhadores) e a demanda por mão de obra qualificada (empregadores), ampliando a produtividade do trabalhador e reduzindo a rotatividade no emprego. Em 2014, a capacitação de beneficiários do seguro-desemprego registrou 119,8 mil pré-matrículas e 83,4 mil matrículas.

No Objetivo de inclusão produtiva e geração de trabalho e renda, destacam-se as ações de fomento à atividade produtiva por meio do Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, que utiliza recursos do FAT, e pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado

– PNMPO. O PROGER facilita o acesso ao crédito aos setores mais intensivos em mão de obra, oferecendo linhas de financiamento com encargos financeiros reduzidos e prazos compatíveis. O PNMPO impulsiona a concessão de crédito para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno porte, utilizando metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica.

No que tange ao Objetivo do direito ao emprego e ao trabalho decente, o desafio fundamental refere-se às formas de contratação e às condições em que o trabalho é exercido. Apesar dos avanços na erradicação do trabalho análogo ao escravo e ao trabalho infantil e nas políticas que garantem a saúde e segurança no trabalho, o país ainda convive com altos índices de violação aos direitos humanos, acidentes e doenças do trabalho, situações de precarização do trabalho e do emprego, dificuldade de inserção de pessoas com deficiência e aprendizes no mercado de trabalho, informalidade e desrespeito a direitos básicos.

Entre 2003 e abril de 2015, as ações de erradicação do trabalho infantil, afastaram mais de 90 mil crianças e adolescentes em situação de trabalho. No mesmo período, foram resgatados mais de 40 mil trabalhadores em situação de trabalho escravo, com o pagamento de R$ 85,5 milhões em indenizações. Outro desafio importante relacionado ao Objetivo do direito ao emprego e ao trabalho decente é o fortalecimento das relações de trabalho, sendo necessária uma legislação trabalhista moderna, que amplie direitos e fortaleça o diálogo democrático. Assim, é central a este Objetivo a atualização da legislação trabalhista, de modo a torná-la mais compatível com as exigências do desenvolvimento e a realidade do mundo do trabalho, e ainda, a modernização das instituições públicas encarregadas da regulação do trabalho e a regularização da representação sindical.

No PPA 2016-2019, o Programa Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária incluiu Objetivo de promoção da economia solidária, uma vez que o intenso crescimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários – EES, nos últimos anos, exige respostas adequadas às necessidades que os trabalhadores da economia solidária se deparam no seu cotidiano. Nesse sentido, este Objetivo atuará, principalmente, no fomento aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação; no fortalecimento do acesso aos canais e mecanismos de finanças solidárias; e na estruturação dos processos de comercialização e consumo dos produtos e serviços da economia solidária.

O fomento aos empreendimentos econômicos solidários e suas redes de cooperação deve ocorrer por ações de incubação e de assessoria técnica sistemática no interior das unidades de produção de bens e serviços, incluindo o suporte para a formalização, o desenvolvimento de modelos e planos estratégicos de gestão e a elaboração de planos de negócios e de viabilidade das iniciativas econômicas. O acesso ao financiamento para a produção e serviços (capital de giro) se dá por meio das instituições financeiras públicas, cooperativas de crédito, bancos do povo e outras organizações de microcrédito solidário de base territorial.Para enfrentar o gargalo

da comercialização dos produtos e serviços da economia solidária, devem ser implantadas estratégias voltadas à oferta de serviço de apoio, espaços fixos de comercialização solidária dotados de infraestrutura e de ampliação das possibilidades de fornecimento de produtos e serviços nas compras governamentais.

Cabe destacar, também, que, mesmo tendo sido reconhecidos avanços nos marcos legais, como os decretos que criaram o Programa Nacional de Apoio as Incubadoras de Cooperativas Populares (Decreto nº 7.357/2010), o Sistema Nacional de Comércio Justo e Solidário (Decreto nº 7.358/2010) e o Programa Nacional de Apoio ao Associativismo e Cooperativismo Social (Decreto nº 8.163/2013), é necessário promover a articulação institucional para constituição de um marco legal que possibilite a formalização dos Empreendimentos da Economia Solidária (EES).

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção do Trabalho Decente e Economia Solidária

- Fortalecer o Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda por meio do aprimoramento das políticas de intermediação de mão de obra, qualificação profissional e concessão de benefícios.
- Fomentar oportunidades de trabalho, emprego e renda, por meio da concessão de crédito direcionado a atividades empreendedoras e ao microcrédito produtivo orientado.
- Promover o direito ao trabalho decente, por meio da inspeção laboral, do aperfeiçoamento dos regulamentos, da articulação de políticas, do diálogo social e de estudos, pesquisas e inovações, no campo da proteção ao trabalhador.
- Promover a economia solidária e suas diversas formas organizativas, por meio do fortalecimento institucional e do acesso a conhecimentos, às finanças solidárias e a instrumentos e mecanismos de estruturação da produção, comercialização e consumo.

Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

As pessoas com deficiência representam uma parcela significativa dos brasileiros, alcançando quase um quarto da população. São assim consideradas aquelas pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições. A deficiência possui múltiplas dimensões, abrangendo pessoas de diferentes gerações, etnias, gêneros, situações sociais, regiões e religiões.

Recentemente, foi sancionada a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, que constitui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, a qual, em conjunto com a necessidade de cumprimento, pelo Brasil, das obrigações internacionais perante a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, compõe o marco legal para essa população.

As políticas recentes nessa área tiveram bons resultados, principalmente na implementação, monitoramento e acompanhamento das ações do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Viver sem Limite (PVSL), abordando os eixos de Acesso à Educação, Atenção à Saúde, Inclusão Social e Acessibilidade, além de outras ações governamentais relacionadas ao tema. O Viver sem Limite foi concebido como uma atuação intersetorial e integrada de diversos ministérios e composto por uma série de ações, que foram destacadas para constituir não uma política assistencialista, mas de promoção de direitos das pessoas com deficiência. Além da importante inserção do tema na pauta política do país, teve também como consequência o empoderamento dessas pessoas, mediante a conscientização da sociedade civil sobre os seus direitos.

O formato adotado no monitoramento das ações do PVSL, caracterizado pela interlocução dos agentes públicos com informação atualizada e busca conjunta de superação de obstáculos, foi certamente um dos fatores de sucesso do Plano, além da sinergia resultante da combinação das ações que abordavam quatro frentes fundamentais de enfrentamento dos problemas desse público: acesso à educação, atenção à saúde, inclusão social e acessibilidade. Apesar de ter sido concluído no final de 2014, encontra-se em elaboração a segunda edição do Plano Viver sem Limite, para continuidade e aperfeiçoamento ao processo iniciado, além de orientar os órgãos setoriais nas definições dos objetivos, metas e iniciativas na elaboração do PPA 2016/2019.

O Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência, está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

O eixo principal deste Programa é a criação de um modelo conceitual único a ser adotado nos instrumentos de classificação, valoração e certificação do Estado para a promoção da eficiência e da harmonia na avaliação das deficiências, mecanismo legal necessário em diversas políticas públicas. Também busca a melhoria do acesso a bens e serviços públicos, o fomento à participação social, por meio do fortalecimento dos conselhos de direitos, e a promoção do exercício equitativo.

O Programa é composto por 2 objetivos, 15 metas e 23 iniciativas, como parte do esforço de elaboração de um plano plurianual mais estratégico e focado em ações mais estruturantes. O primeiro objetivo trata de direitos mais amplos e é focado na efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e na busca da igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança As metas e iniciativas que o compõem buscam a continuidade das ações de inclusão social voltadas para o acesso à educação, ao trabalho, ao lazer e à cultura, tais como a implantação o Modelo Único de Valoração e Classificação de Deficiências; a promoção de

ações para ampliar a proporção de matrículas de pessoas com deficiência na educação superior; e a estruturação de cinco Centros de Formação de Treinadores e Instrutores de Cães-guia.

O segundo objetivo é voltado para a promoção da acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade. Trata da questão da acessibilidade, também em seu sentido amplo. Nele estão previstas ações para remoção de barreiras físicas e comunicacionais, promoção da acessibilidade para locais de uso público e formação e disseminação das informações em nível curricular e formativo, tais como a adequação dos sistemas metroferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A (Trensurb) à Acessibilidade Universal; e a ampliação da acessibilidade nas bibliotecas públicas brasileiras.

O Programa conta, ainda, com iniciativas voltadas para públicos específicos, cujas identidades se entrecruzam com as questões da deficiência e obstaculizam ainda mais a vida destes indivíduos. Estas iniciativas versam sobre a questão das pessoas com deficiência, mas buscam incorporar a perspectiva de gênero, étnico-racial, geracional, de minorias raciais e religiosas.

Também integram o Programa ações visando a cooperação internacional e o compartilhamento de boas práticas com outros países, além de iniciativa específica para o fomento da participação social, buscando o fortalecimento da Rede de Conselhos de Direitos da Pessoa com Deficiência e a conscientização sobre a contribuição das pessoas com deficiência para toda a sociedade, bem como para o aprimoramento da legislação a seu respeito.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos de Pessoas com Deficiência

- Promover a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência e sua igualdade de oportunidades, por meio do fomento a sua autonomia, independência e segurança.
- Promover a acessibilidade e a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência em todas as áreas da vida em sociedade.

Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

No âmbito dos Direitos Humanos, o Brasil se rege pelo Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH – 3 (instituído pelo Decreto 7.037, de 21 de dezembro de 2009), que traduz sua amplitude em sua apresentação: "verdadeiro roteiro para seguirmos consolidando os alicerces desse edifício democrático: diálogo permanente entre Estado e sociedade civil; transparência em todas as esferas de governo; primazia dos Direitos Humanos nas políticas internas e nas relações internacionais; caráter laico do Estado; fortalecimento do pacto federativo; universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais; opção clara pelo desenvolvimento sustentável; respeito à diversidade; combate às desigualdades; erradicação da fome e da extrema pobreza".

A defesa e promoção dos direitos humanos englobam praticamente todas as ações do governo. As ações de promoção e defesa de alguns desses direitos, consideram as diversidades que compõem individualmente cada sujeito de direitos e cada coletivo no qual se inserem na sociedade. O Brasil tem intensificado seus esforços evidenciando a importância destes direitos desde a Constituição Federal de 1988 e pelos diversos tratados internacionais ratificados e leis promulgadas, como os estatutos. Não obstante os avanços no plano normativo, a total afirmação dos direitos humanos ainda carece de efetivação prática no território brasileiro.

O Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

Um dos Objetivos deste Programa é a promoção da fruição dos direitos, com o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, a partir da atuação interfederativa e interinstitucional. Nessa perspectiva, suas metas principais tratam dos aspectos mais importantes de acesso, como por exemplo, ao Registro de Nascimento. A universalização do registro civil de nascimento em todas as faixas etárias ainda é um desafio merecedor de ações específicas, entre elas o devido acompanhamento e apoio à implantação do Sistema Nacional de Informações de Registro Civil (Decreto 8.270/14).

No que tange à liberdade religiosa como direito fundamental, o Brasil ainda busca fortalecer mecanismos de promoção e proteção. A meta para os próximos anos é a elaboração de um Plano Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa com participação social. Para tanto, uma das iniciativas centrais será o incentivo e o apoio à criação de comitês de respeito à diversidade religiosa em nível estadual, municipal e distrital.

A saúde mental, vista da perspectiva dos direitos humanos, também exige dedicação por parte dos atores públicos e privados. A política de saúde mental assumida pelo Estado brasileiro inclui a atenção prioritária em dispositivos de base comunitária, a redução progressiva dos leitos de internação, a extinção dos asilares e a reorientação da atenção à pessoa com transtorno mental criminalizada, buscando-se dispensar os cuidados clínicos e de reabilitação psicossocial adequados e desenvolver a autonomia dos indivíduos, favorecendo sua inclusão e proteção social.

Na perspectiva de sensibilização dos atores sociais, a educação em direitos humanos, compreendida como um processo sistemático e multidimensional, orienta a formação do sujeito de direitos e por isso está no escopo de todas as frentes de atuação da promoção dos direitos humanos. Foram estabelecidas as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, que regulamentam a inserção dos conhecimentos concernentes ao tema na organização dos

currículos da Educação Básica e da Educação Superior. A valorização das boas práticas em direitos humanos também é parte do processo de afirmação da cultura de respeito a esses valores. O Prêmio Direitos Humanos é concedido anualmente como honraria a pessoas e organizações cujos trabalhos nessa área sejam merecedores de reconhecimento e destaque por toda a sociedade.

No que se refere à pessoa idosa, deve-se considerar que, concomitante a uma expressiva mudança no perfil demográfico, o Brasil protagonizou uma profunda mudança de paradigma em diversas políticas e introduziu marcos legais que possibilitaram avançar na promoção e na garantia dos direitos individuais e coletivos da população idosa. É extremamente relevante a busca da ampliação e qualificação, nos 3 níveis federativos, de políticas, programas e serviços para essa população, nas áreas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte, lazer e trabalho e renda.

No contexto de populações especialmente vulneráveis encontram-se, entre outras, a de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Estão previstas ações que procuram garantir a essa população o pleno exercício de seus direitos humanos, especialmente através do combate à homofobia. A partir do fortalecimento institucional do Sistema Nacional LGBT, busca-se o levantamento de informações para diagnóstico da situação e do perfil socioeconômico desta população, considerando também o recorte étnico-racial. Além disso, existe Inciativa para a implantação de Centros de Promoção e Defesa dos Direitos de LGBT nas 5 regiões do país com priorização para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Quanto à população em situação de rua, o governo brasileiro tem empreendido esforços para a promoção e defesa dos seus direitos, tendo instituído, desde 2009, a Política Nacional para População em Situação de Rua e o Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política. A partir dessas ações incluiu-se, por exemplo, a População em Situação de Rua no Cadastro Único em 2010, facilitou-se seu acesso a serviços de saúde mesmo sem comprovante de residência, possibilitou-se a sua priorização no Programa Minha Casa, Minha Vida e regulamentou-se o funcionamento dos Consultórios na Rua, dentre outras conquistas. Busca-se atualmente, o conhecimento do perfil dessa população para maior efetividade das ações, além dos atendimentos assistenciais básicos.

Outro Objetivo do Programa relaciona-se à proteção da vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados, além da prevenção e combate à a tortura e ao trabalho escravo; O enfrentamento ao trabalho escravo é prioridade para a defesa de Direitos Humanos, e as ações visam a superação, prevenção e inserção social dos trabalhadores vitimados, tendo em vista que pobreza e vulnerabilidade são o denominador comum das práticas de escravidão no trabalho. Uma das Metas deste Objetivo busca garantir o fortalecimento da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), além de promover a articulação federativa visando a criação de Comissões Estaduais para a Erradicação do Trabalho Escravo (COETRAEs) nos 26 Estados e no Distrito Federal.

No que tange à erradicação da tortura, as ações de prevenção e combate devem ser articuladas entre os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, bem como com a sociedade civil. Desde 2006 foi proposto o Plano de Ações Integradas para Prevenção e Combate à Tortura – PAIPCT, que tem orientado suas ações no âmbito da União e das unidades federativas. As ações atuais permanecem no aperfeiçoamento e efetividade do combate à tortura em todas as instituições de internação compulsória.

O governo brasileiro dá continuidade a seus esforços de garantia do direito à memória e à verdade e de reparação por violações de direitos humanos ocorridos no período da ditadura militar. Os desafios atuais se concentram na promoção desse direito de forma permanente, e incluem projetos e ações que visem ao cumprimento das recomendações da Comissão Nacional da Verdade e a implementação de órgão de seguimento dessa comissão, encarregado de coordenar, induzir e implementar políticas de justiça de transição, com garantia de seu pleno funcionamento.

É preciso salientar que tratar dos direitos humanos, independente de temática ou público, representa também cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida. Neste sentido os programas de proteção possuem grande importância no desenvolvimento das políticas públicas e estratégias do governo para a promoção e defesa dos Direitos Humanos.

Por fim, existe um Objetivo visando a promoção e o fortalecimento dos canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, na perspectiva da garantia de direitos.

Entre as atribuições da SDH/PR está a de receber e encaminhar informações e denúncias de violações de direitos. Nesse contexto, a Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos atua como canal de diálogo da sociedade com este órgão ministerial por meio do Disque Direitos Humanos – Disque 100, e do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos – #HumanizaRedes, a Ouvidoria Online e o Clique 100, canais disponibilizados para recebimento de denúncia em ambiente web.

Cabe, ainda, destacar os programas de proteção, que visam cuidar da integridade da pessoa humana, sua dignidade e seu direito fundamental à vida; e, na área de segurança pública, a construção de uma cultura de respeito a direitos e a articulação e elaboração de diretrizes para a valorização do trabalho dos profissionais da área. Nessa perspectiva, existe uma Meta visando a implementação de sistema em nível nacional para acompanhamento de denúncias e demandas recebidas pelas Ouvidorias de Segurança Pública e Defesa Social dos Estados, aumentando o protagonismo do governo federal no enfrentamento das violações de direitos humanos em todo o país.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

- Promover a fruição de direitos, o fortalecimento da educação e da cultura em direitos humanos, o respeito e a valorização das diversidades de raça, nacionalidade, gênero, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, idade e deficiência, atuando de forma interfederativa e interinstitucional.
- Proteger a vida de testemunhas, vítimas, defensores dos direitos humanos, e crianças e adolescentes ameaçados e prevenir e combater a tortura e o trabalho escravo.
- Promover e fortalecer canais de escuta e acolhimento das demandas e manifestações de denúncias de pessoas com direitos humanos violados ou em situação de iminente violação, buscando a garantia de direitos.

Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

A proteção integral de crianças e adolescentes, que inclui a atenção para o seu desenvolvimento físico, intelectual, cognitivo, afetivo, social e cultural, é responsabilidade do Estado, da família e da sociedade, que devem zelar por sua proteção e defesa e pela promoção de seus direitos, colocando-as a salvo de ameaças e violações de quaisquer tipos, garantindo ainda a devida averiguação e reparação decorrente de violações.

É nesse sentido que se orienta a política nacional da criança e do adolescente, que se baseia no artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. A partir desses instrumentos e em conformidade com a Convenção sobre os Direitos da Criança aprovada no âmbito das Nações Unidas em 1989, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos (e não mais como meros objetos de intervenção), respeitadas sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, a prevalência de seu interesse superior, a indivisibilidade de seus direitos e sua prioridade absoluta nas políticas públicas.

Nos últimos anos, grandes conquistas foram alcançadas na garantia de direitos de crianças e adolescentes, em especial por meio da aprovação de novos e importantes marcos legais. Nesse aspecto, destacam-se: a lei nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional Socioeducativo; a lei nº 13.010/2014, que estabeleceu o direito da criança e do adolescente serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos, tratamento cruel ou degradante; e a lei nº 12.978/2014, que tornou hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança, adolescente ou vulnerável.

Também foram estabelecidos, desde a instituição do Estatuto, diversos instrumentos para nortear as prioridades das políticas e ações de promoção e proteção dos direitos de crianças

e adolescentes. Merece especial atenção a criação do Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente (2011) e a instituição de diversos Planos Temáticos, como o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2000) com atualização em 2013; o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (2004) atualizado em 2011; o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (2006); o Plano Nacional de Primeira Infância (2010); e o Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo (2013).

Mesmo com tantos avanços na normatização da garantia de direitos e na própria política de proteção a crianças e adolescentes ainda há muito a se fazer. Em 2012, segundo dados do IBGE, o Brasil contava com cerca de 55,5 milhões de crianças e adolescentes, pessoas com idade entre 0 a 17 anos, representando 28% da população. Nessa população a pobreza diminuiu bastante nos últimos anos, mas ainda existem cerca de 3,4 milhões pessoas vivendo em domicílios cuja renda per capita mensal vai até R$70,00 (valores de setembro de 2013).

Nesse universo, um número expressivo ainda é vítima de violações aos seus direitos humanos, o que limita, quando não impossibilita, o efetivo exercício das garantias fundamentais de respeito à sua dignidade e integridade física e psíquica. São exemplos disso o trabalho infantil, a violência letal, a criminalização da adolescência pobre, a violência sexual e as violações do direito à convivência familiar e comunitária, entre outros. Segundo dados da Pnad, em 2013, ainda existiam 7,1% de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de idade trabalhando.

Assim, a consolidação e aprimoramento da Política Nacional de direitos da criança e do adolescente é um objetivo primordial para o avanço na garantia de direitos. É necessário que a política ganhe organicidade, por meio da integração de seus atores, métodos, formações, instâncias e instrumentos. É nesse sentido que o Programa Temático Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes insere-se no PPA 2016-2019, na Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

O Programa Temático apresenta dois objetivos. O primeiro, de caráter mais institucional, trata da coordenação e da consolidação da Política Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, e aborda a estruturação, formação e integração do Sistema de Garantia de Direitos, com sua devida institucionalização, incluindo-se nesses esforços a Agenda de Convergência Proteja Brasil e o fortalecimento dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e dos Conselhos Tutelares. O Programa Temático considera, portanto, fundamental o estabelecimento e a consolidação de instâncias que permitam a integração intersetorial, interinstitucional e interfederativa para a efetividade da política, sempre contando com a garantia da participação social.

Instrumentos importantes desta política foram implementados e estão em fase de aprimoramento e repactuação, a exemplo da Carta de Constituição de Estratégias em Defesa da Proteção Integral dos Direitos da Criança e do Adolescente, que tem como foco a atuação conjunta, articulada, contínua e permanente das políticas públicas para o enfrentamento das violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes. Além disso, existem iniciativas que buscam incentivar a participação social no âmbito do sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente, principalmente na promoção da participação cidadã de crianças e adolescentes nas instâncias de formulação e deliberação das políticas voltadas para os seus direitos.

O segundo objetivo do Programa Temático trata da implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, com recortes adequados ao alcance de suas especificidades. O objetivo apresenta uma Meta voltada para o aperfeiçoamento e implementação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, a partir das metas do Plano Nacional de Atendimento Socioeducativo e da avaliação das ações intersetoriais e articulações com os demais atores do SINASE. Existe ainda uma Meta para a prevenção e erradicação do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador, a partir da coordenação das ações intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas, além de uma Meta para o enfrentamento da violência letal e para a proteção de crianças e adolescentes ameaçados de morte e seus familiares. Por fim, o objetivo apresenta uma Meta voltada para a integração e qualificação das políticas, programas, serviços e ações voltados para o atendimento a crianças e adolescentes em situação de violência sexual.

Em conjunto com os marcos legais que sustentam a política e as estratégias e instrumentos disponíveis ou em construção para sua implementação, esses esforços e ações contribuirão para a promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, consolidando a perspectiva de sujeitos de direitos e garantindo a integralidade do atendimento de suas demandas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

- Coordenar a consolidação da política nacional de direitos da criança e do adolescente por meio da integração de instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.
- Promover e articular a implementação de programas, políticas, ações e serviços de atendimento a crianças e adolescentes com direitos violados, ameaçados ou restritos, por meio da integração das instâncias intersetoriais, interinstitucionais e interfederativas.

Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com os povos indígenas, que já ocupavam o vasto território nacional antes do início do processo de colonização. Seus direitos encontram-se consagrados na legislação vigente e é papel do Estado brasileiro garantir sua proteção e promoção, afirmando a pluralidade étnica e assegurando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, com a promoção do bem de todos, sem preconceitos, conforme preconiza nossa Constituição Federal. Essa política está alinhada à Diretriz Estratégica:

- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

A população indígena brasileira, segundo resultados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE em 2010, era de 817.963 indígenas, dos quais 502.783 viviam na zona rural e 315.180 habitavam as zonas urbanas. Estima-se a existência de aproximadamente 305 etnias indígenas no Brasil, falando cerca de 274 línguas. Além disso, estão registradas 26 referências confirmadas de povos e grupos indígenas isolados e 25 referências em estudo com vistas à confirmação, constituindo-se na maior concentração conhecida no mundo de povos indígenas isolados em um mesmo país.

Um dos maiores desafios da política indigenista é a promoção da gestão territorial e ambiental das terras. Nas últimas décadas, as terras indígenas vêm sofrendo mudanças provocadas pela transformação produtiva e expansão das fronteiras econômicas, principalmente do agronegócio, impondo riscos de conflito fundiário e degradação ambiental de suas terras, dificuldades para a garantia da segurança alimentar e nutricional e para a preservação das culturas indígenas, impactos sobre a autonomia das comunidades, suas estratégias de autossustentação, conservação e usufruto dos recursos naturais de seus territórios. Atualmente existem 471 terras indígenas regularizadas, sendo 434 tradicionalmente ocupadas e 37 reservas indígenas, que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal. Sublinhe-se que aproximadamente 8% das 434 terras indígenas tradicionalmente ocupadas regularizadas, inclusive algumas com presença de índios isolados e de recente contato, não se encontram na posse plena das comunidades indígenas, o que também impõe desafios a diversos órgãos do governo federal para a efetivação dos direitos territoriais indígenas, para que se proteja devidamente esse singular patrimônio do Brasil e da humanidade.

Para lidar com esse desafio, foi instituída a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas – PNGATI (Decreto nº 7747, de 5 de junho de 2012), preconizando um sistema articulado de monitoramento territorial e ambiental para garantir e promover a proteção, a recuperação, a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas. Essa estratégia está expressa nos Objetivos do Programa de "Promover a gestão

territorial e ambiental das terras indígenas" e de "Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial" que, entre outros, apresentam compromissos relacionados à:

1. Meta de demarcação física e georreferenciamento de 30 terras indígenas.
2. Realização dos estudos de identificação para a delimitação das terras indígenas situadas nas regiões Centro-Sul, Sudeste e Nordeste do país, que em razão da intensa e antiga ocupação não indígena, exigem uma necessária interface com as políticas fundiárias e de ordenamento territorial executadas por outros órgãos públicos federais e estaduais;
3. A consolidação de uma política de fiscalização, monitoramento territorial, combate aos ilícitos ambientais e de extrusão dos ocupantes não indígenas das terras indígenas da Amazônia Legal, em articulação com outros órgãos ambientais e de segurança pública;
4. A elaboração de projetos voltados ao monitoramento espacial e a capacitação de indígenas para a proteção de suas terras; e a proteção dos povos indígenas isolados para garantir sua reprodução física e cultural.

Os indígenas ainda estão entre os segmentos mais vulneráveis da população, considerando-se os indicadores de mortalidade, desnutrição, saúde, escolarização, saneamento, renda, entre outros. No campo da saúde, verifica-se que nas populações indígenas, a Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) chega a ser cinco vezes maior do que a taxa na população brasileira; a tuberculose e a malária alcançam indicadores muito acima da média nacional e a prevalência de anemia em crianças indígenas de 6 a 59 meses é duas vezes maior do que a população em geral nessa faixa etária, sendo que na região Norte é seis vezes maior. Nesse sentido o programa apresenta um objetivo específico de promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando ações de atenção básica, saneamento básico, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais e provendo ações complementares e especializadas em saúde, com controle social. Na questão nutricional, existe uma Meta prevendo o atendimento de 40.000 famílias indígenas por ano, com projetos de etnodesenvolvimento voltados tanto para a segurança alimentar e nutricional quanto para a geração de renda, combinando produção e consumo em bases sustentáveis e de acordo com suas próprias tradições.

Nesse cenário de vulnerabilidade social, também é importante considerar que a promoção dos direitos sociais aos povos indígenas pressupõe o reconhecimento de suas especificidades étnico-culturais. Assim, impõe-se ao Estado a necessidade de capacitação de seus quadros para adequar suas ações de garantia da cidadania, com destaque para educação, segurança alimentar e nutricional, registro civil de nascimento, acesso a benefícios sociais e previdenciários, como o Benefício de Prestação Continuada e o Programa Bolsa Família, aposentadorias, infraestrutura

comunitária, entre outras. Assumindo esse compromisso, foi proposto o Objetivo de "Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas". Uma Meta fundamental deste Objetivo prevê a promoção e o apoio aos processos educativos próprios dos povos indígenas, buscando o fortalecimento de sua autonomia e a valorização de suas culturas, línguas, identidades étnicas e formas de organização social.

Por fim, o ritmo acelerado dos processos de mudança a que vêm sendo submetidas algumas regiões brasileiras, coloca em risco a salvaguarda de aspectos essenciais que constituem o patrimônio e a identidade singular dos povos indígenas. Segundo estudos especializados, cerca de 30% dos povos indígenas no Brasil terão suas línguas ameaçadas de extinção em curto prazo, colocando em risco a permanência de importantes complexos socioculturais. Dessa forma, também é previsto no programa um objetivo específico de preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas, retratando esforços de regionalização de pesquisas e projetos de documentação voltados para preservar o conhecimento dos povos indígenas e capacitar membros de suas comunidades para assumirem o registro de seus bens culturais materiais e imateriais. Nessa perspectiva, existe uma Meta para o desenvolvimento de 40 projetos com vistas à formação de pesquisadores indígenas em pesquisa e documentação de línguas, culturas e acervos de seus povos, além de Meta para registro, preservação e difusão de 160 mil itens do acervo documental sob a guarda do Museu do Índio e de suas unidades descentralizadas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas

- Promover a atenção à saúde dos povos indígenas, aprimorando as ações de atenção básica e de saneamento básico nas aldeias, observando as práticas de saúde e os saberes tradicionais, e articulando com os demais gestores do SUS para prover ações complementares e especializadas, com controle social.
- Promover e proteger os direitos sociais e culturais e o direito à cidadania dos povos indígenas, asseguradas suas especificidades nas políticas públicas.
- Promover a gestão territorial e ambiental das terras indígenas.
- Garantir aos povos indígenas a posse plena sobre suas terras, por meio de ações de proteção dos povos indígenas isolados, demarcação, regularização fundiária e proteção territorial.
- Preservar e promover o patrimônio cultural dos povos indígenas por meio de pesquisa, documentação e divulgação de suas línguas, culturas e acervos, prioritariamente daqueles em situação de vulnerabilidade.

Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

As ações de governo relacionadas ao uso de álcool e outras drogas devem estar focadas na redução de seu impacto social, priorizando os segmentos mais expostos a suas consequências, seja pela posição em seu ciclo de vida, como as crianças e os adolescentes, seja por encontrarem-se em situação de maior vulnerabilidade social.

Para o Plano Plurianual do período de 2016 a 2019, foram definidos como principais objetivos: prevenir e retardar o uso de drogas lícitas e ilícitas, principalmente entre crianças, adolescentes e jovens; ofertar cuidado e ações de reinserção social para as pessoas que têm problemas com álcool e outras drogas e apoiar as famílias para lidar com essa temática. A Diretriz Estratégica do PPA vinculada a este tema é:

- Fortalecimento da cidadania e dos direitos fundamentais, promovendo a participação social, o acesso à justiça, os direitos da pessoa idosa, dos jovens, da pessoa com deficiência, o respeito à população LGBT e o enfrentamento a todas as formas de violência.

Com relação à prevenção, o governo federal está focando suas ações junto às escolas e às famílias, com o intuito de prevenir o uso de álcool e outras drogas por crianças, adolescentes e jovens e diminuir as chances de uso problemático na vida adulta. Pesquisa do Ministério da Saúde revela que mais de 66% dos escolares no 9º ano já experimentaram bebida alcoólica alguma vez, e quase 20% já experimentaram cigarro. Outra pesquisa da Fiocruz, de 2013, aponta que de modo geral, o aumento do consumo de substâncias estimulantes, inclusive o álcool, vem sendo observado em todo o mundo quando analisado de forma agregada, ainda que para cada droga específica diferentes padrões de consumo se apresentem dependendo da localidade. No Brasil, especialmente preocupante tornou-se o consumo de crack. Os usuários regulares de crack e/ou de formas similares de cocaína fumada (pasta-base, merla e oxi) somam 370 mil pessoas nas 26 capitais brasileiras e no Distrito Federal. Considerada uma população oculta e de difícil acesso, ela representa 35% do total de consumidores de drogas ilícitas, com exceção da maconha, nesses municípios, estimado em 1 milhão de brasileiros.

Para superação destes desafios, os programas de prevenção serão expandidos e capilarizados por meio das redes e políticas de saúde, educação e assistência social. As estratégias de prevenção também implicam a produção e disseminação de informações de qualidade sobre a temática para a sociedade, e a formação de trabalhadores da rede de atenção às pessoas com problemas com drogas, de modo a produzir um cuidado que contemple as diversas necessidades e direitos dos usuários e suas famílias.

Para aqueles que buscam ajuda junto às redes públicas, é necessário ampliar o acesso, articular e qualificar as redes de cuidado e a reinserção social. Isso implica na expansão e qualificação

dos serviços de saúde, da assistência social e de cuidados complementares, além da adoção de parâmetros de funcionamento e qualidade, para o aprimoramento do serviço público oferecido.

Como a vulnerabilidade social aprofunda as consequências negativas das drogas, o cuidado com as pessoas que tem problemas com drogas impõe a necessidade de forte articulação entre as ofertas de saúde, assistência social, moradia e geração de trabalho e renda. Na Pesquisa Nacional sobre Uso de Crack, por exemplo, foi apontado esse perfil de vulnerabilidade, estimando-se que os usuários de crack e/ou similares são, majoritariamente, adultos jovens, do sexo masculino, negros, com baixa escolaridade, e trabalhadores informais. Além disso, uma parcela de cerca de 40% dos usuários se encontrava em situação de rua. Logo, é crucial a estratégia de oferecer as condições para o restabelecimento de projetos de vidas e a reinserção social das pessoas que tem problemas com drogas.

Nesse contexto, uma política efetiva sobre drogas deve ser capaz de ofertar cuidado integral, que atenda à multidimensionalidade do problema. Assim, estão previstas ações para o fomento da articulação intersetorial e gestão transversal da política sobre drogas envolvendo as áreas de saúde, educação, assistência social e direitos humanos, dentre outras relacionadas ao tema. Além disso, o aperfeiçoamento do planejamento, monitoramento e avaliação também são essenciais para a construção de uma política sobre drogas cada vez mais eficaz e humana.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Redução do impacto social do álcool e outras drogas: Prevenção, Cuidado e Reinserção Social

- Fortalecer a prevenção do uso de álcool e outras drogas, com ênfase para crianças, adolescentes e jovens.
- Articular, expandir e qualificar a rede de cuidado e de reinserção social das pessoas e famílias que têm problemas com álcool e outras drogas.
- Promover a gestão transversal das políticas públicas relativas a álcool e outras drogas.
- Fomentar a rede de proteção de crianças e adolescentes e suas famílias com problemas decorrentes do uso e/ou do comércio ilegal de álcool e outras drogas.

Reforma Agrária e Governança Fundiária

A questão agrária brasileira remonta ao período da colonização, caracterizando-se por forte concentração fundiária e pela instituição de arranjos precários de posse da terra e relações de trabalho no campo. Essa situação torna-se mais complexa ao incluir questões como a preservação e a democratização do acesso aos recursos naturais e aos direitos fundamentais.

Na última década a atuação do governo federal na reforma agrária ganhou um novo ritmo, iniciado com a elaboração do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que estabeleceu metas de assentamentos, regularização fundiária de imóveis e de territórios quilombolas, desintrusão de não índios, com destaque para a temática ambiental e de igualdade de gênero e raça. No período 2003-2014 essa atuação totalizou, 721.422 famílias assentadas e 51,24 milhões de hectares destinados à reforma agrária, intensificou a regularização fundiária com a criação de um programa específico para a Amazônia Legal que promove a destinação das terras públicas federais, a regularização dos imóveis e a doação de glebas patrimoniais aos municípios de sua área de atuação.

Nos últimos anos foi priorizada a integração de políticas públicas para ampliação do acesso dos assentados a ações que visam à melhoria da qualidade de vida, à produção e geração de renda e ao desenvolvimento rural sustentável. Através de articulações nos diferentes níveis federativos, foram ampliadas e aprimoradas as ações de infraestrutura, produção, regularização fundiária e ambiental, com destaque para a inclusão do público assentado no Programa Minha Casa Minha Vida Rural, a inserção de 50 mil famílias assentadas na rota de inclusão produtiva do Programa Brasil sem Miséria e a cooperação que visa proporcionar segurança hídrica a 30 mil famílias assentadas no semiárido através do Programa Água para Todos.

Em 2013, destacam-se também mudanças realizadas na política de reforma agrária, com o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios para a vistoria, obtenção de terras e assentamento de famílias, tendo como principais diretrizes a integração da seleção de beneficiários com o CadÚnico e a produção do Estudo de Capacidade de Geração de Renda (ECGR) do novo assentamento a ser criado, bem como a elaboração de anteprojeto de organização espacial, que identifica as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL).

Avanços também foram logrados na governança fundiária, com a implantação do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF) em 2013, que permite a certificação, pela Internet, do perímetro georreferenciado das propriedades rurais, conferindo mais agilidade, transparência e segurança aos processos.

Existem, hoje, no Brasil, 9.153 projetos de assentamento criados e reconhecidos pelo Incra, sob supervisão direta, com 970 mil famílias vivendo e produzindo sobre 88 milhões de hectares, 76% deles no norte do país e grande parte em assentamentos ambientalmente diferenciados.

Neste contexto, a democratização do acesso a terra por meio da reforma agrária, da regularização

fundiária ou do crédito fundiário, continua na agenda, hoje permeada por diretrizes claras de harmonização com o meio ambiente, valorização da igualdade de gênero e raça, e geração de oportunidades.

Dotar estas famílias das condições necessárias para melhorar a sua qualidade de vida, garantir sua inclusão produtiva através do acesso à assistência técnica de qualidade, créditos, políticas de agroindustrialização, comercialização e de seguro agrícola, promovendo a igualdade de gênero são metas essenciais para a reforma agrária e para a governança fundiária.

Na Amazônia, por outro lado, fazer recair o foco das ações da reforma agrária e da governança fundiária na proteção das comunidades tradicionais e extrativistas e compartilhar a agenda ambiental, é essencial para a construção do desenvolvimento ambiental de toda região em bases pacíficas, soberanas e sustentáveis.

Neste contexto a elaboração do Programa Temático Reforma Agrária e Governança Fundiária teve como Diretrizes Estratégicas:

- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Fortalecimento da governança fundiária e promoção da reforma agrária e da proteção dos direitos dos povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e quilombolas.

O Programa contempla dentre seus Objetivos a ampliação da governança sobre a malha fundiária nacional, compreendendo o georreferenciamento, a destinação, a transferência de domínio para estados e municípios com finalidade previamente estabelecida, além da regularização direta das famílias que atendem os critérios previstos na lei 11.952/09 na Amazônia Legal; o apoio aos Estados para a regularização fundiária; a arrecadação de terras devolutas da União; a gestão do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais; e a adequação do acervo fundiário aos padrões da Infraestrutura de Dados Espaciais – INDE. Já o Objetivo que visa o assentamento de famílias abrange a obtenção de terras por meio da desapropriação por interesse social e demais formas legais, a seleção das famílias e a criação de projetos de assentamento, utilizando sempre que possível a abordagem territorial, com prioridade para famílias acampadas, garantia de equidade de gênero e promoção do acesso e permanência da juventude no campo. O acesso à terra também será promovido por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

O processo de implantação, qualificação e consolidação dos assentamentos visa dotar as famílias da infraestrutura básica necessária para o seu desenvolvimento, envolvendo a implantação ou recuperação de estradas vicinais, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água, articulação com outros programas como Luz Para Todos e Minha Casa Minha Vida Rural, a concessão das diversas modalidades de crédito, a prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural, apoio à agroindustrialização através dos programas Terra Sol e Terra Forte, a gestão ambiental e por fim a concessão de documentação da terra às famílias assentadas, a título provisório ou definitivo.

Outro Objetivo visa combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários, por meio de ações principalmente junto às famílias acampadas. Também merece destaque o objetivo que busca proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Reforma Agrária e Governança Fundiária

- Ampliar a governança sobre a malha fundiária nacional, promovendo a regularização fundiária, qualificando a gestão, o uso da terra e dos recursos naturais.
- Assentar famílias por meio da desapropriação por interesse social e demais formas de obtenção de terras, criar projetos de assentamento de forma sustentável e considerando, sempre que possível, a abordagem territorial, priorizando e assistindo famílias acampadas, com garantia de equidade de gênero e do acesso e permanência da juventude no campo.
- Implantar, qualificar e consolidar os projetos de assentamento de forma sustentável, promovendo a equidade de gênero.
- Proporcionar o acesso à cultura e educação formal e não formal, em todos os níveis e áreas de conhecimento ao público da reforma agrária, povos e comunidades tradicionais, quilombolas e agricultores familiares beneficiários da regularização fundiária e do crédito fundiário.
- Combater a violência no campo decorrente de conflitos agrários.
- Promover o acesso a terra a trabalhadores e trabalhadoras rurais, por meio de crédito fundiário para a aquisição de imóveis rurais e investimento em infraestrutura produtiva e social, visando democratizar o regime de propriedade e combater a pobreza rural.

Segurança Alimentar e Nutricional

Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006), por Segurança Alimentar e Nutricional - SAN entende-se a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

No PPA 2016-2019, um conjunto de programas, projetos e ações nessa temática está organizado no Programa Segurança Alimentar e Nutricional, que está relacionado à Diretriz Estratégica:

- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.

São inegáveis as conquistas dos últimos anos na área da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Em 2014, estudo divulgado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO revelou que o Brasil saiu pela primeira vez do mapa mundial da fome: o indicador de população em subalimentação (PoU–PrevalenceofUndernourishment, na sigla em inglês) caiu para menos de 5%, limite abaixo do qual se considera que a fome já não é um problema estrutural para o país.

Por trás dos resultados positivos, está a consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que ganhou força nos últimos quatro anos. A estruturação do SISAN e de seus componentes (Conferência, Conselho e Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional) é fundamental para a articulação, efetivação e acompanhamento das políticas de SAN. Tal governança vem sendo replicada pelos estados e, mais recentemente, pelos municípios. No entanto, o Sistema precisa ganhar unicidade, força e ao mesmo tempo capilaridade para dar conta das dimensões continentais do Brasil, bem como das diferenças regionais e especificidades de cada grupo populacional.

Os últimos 3 anos foram marcados por uma nova frente de atuação: a descentralização do SISAN. Todos os estados e o Distrito Federal aderiram ao Sistema, além de 89 municípios. Câmaras Intersetoriais e Conselhos de SAN estaduais e municipais foram criados e Planos de SAN estaduais e municipais, elaborados. O momento atual é de fortalecimento dessas instâncias locais e de estímulo à elaboração de planos e à adesão daqueles municípios que ainda não o fizeram, passos fundamentais para a efetiva implementação do SISAN e para o estabelecimento de condições que possibilitem a pactuação federativa e o controle social das políticas públicas de SAN. Assim, foi estabelecido um Objetivo de consolidação do SISAN, aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.

Apesar da fome não ser mais considerada um problema estrutural, sabemos que a insegurança alimentar e nutricional ainda persiste em alguns grupos populacionais, e reflete em índices

elevados nos indicadores da saúde e de extrema pobreza. Nesse sentido, a construção e execução de políticas diferenciadas e específicas, com base nos princípios do etnodesenvolvimento, que respeitem as culturas, formas de organização social, especificidades étnicas, raciais e questões de gênero, é o caminho a ser perseguido. É preciso assegurar a continuidade e o aperfeiçoamento das políticas que ampliam as condições de acesso à alimentação dos que ainda se encontram mais vulneráveis à fome, de forma a também superar a desnutrição nestes grupos, o que justifica o Objetivo de combate à insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais.

Outro Objetivo do programa é a ampliação da produção de alimentos saudáveis e sustentáveis. Um dos grandes desafios envolvidos na produção de alimentos no Brasil é ampliação da produção orgânica e de base agroecológica de alimentos, com a valorização da agrobiodiversidade e dos produtos da sociobiodiversidade e estímulo às experiências locais de uso, conservação e manejo dos recursos genéticos vegetais e animais.

Está em curso um novo paradigma, no qual o uso racional dos recursos naturais, a preservação da biodiversidade, a soberania e a segurança alimentar e nutricional devem ser centrais. Este processo exige a criação de novos ordenamentos e regulações do Estado, no sentido de regular a atuação dos agentes privados nos mercados de alimentos e estruturar uma rede de bens e serviços para o fomento à produção familiar agroecológica e sustentável. Questões como a redução do uso de agrotóxicos e sementes transgênicas, a concentração fundiária, a violação dos direitos de povos indígenas e comunidades tradicionais ao livre uso da agrobiodiversidade devem ser enfrentadas.

Ao encontro deste novo paradigma vão os programas de compras públicas da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O mercado institucional de alimentos, integrado a outras políticas de SAN, interfere de forma positiva no sistema alimentar, por produzir circuitos curtos de produção, abastecimento e consumo, que asseguram não só a inclusão produtiva das famílias de agricultores familiares, mas também alimentos mais saudáveis na mesa dos brasileiros. É nesse sentido que foi elaborado o Objetivo de contribuição para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.

O custo da obesidade para o Sistema Único de Saúde em 2011 foi de quase meio bilhão de reais. O excesso de peso é um fator de risco para as Doenças Crônicas não Transmissíveis - DCNT como hipertensão, diabetes e câncer, e a alimentação inadequada também representa um importante fator de risco. As doenças crônicas são responsáveis por mais de 70% das causas de morte no Brasil. Assim, outro desafio para a garantia da SAN é a criação de um contexto favorável à adoção de hábitos alimentares mais saudáveis e adequados pela população brasileira. A implementação de políticas públicas que promovam uma alimentação adequada e saudável, baseada em alimentos in natura e que possibilitem o esclarecimento à população sobre alimentos que podem

favorecer o desenvolvimento de doenças e têm consumo crescente, tem ganhado cada vez mais espaço.

Nesse sentido, o governo federal tem o compromisso de promover a redução ainda maior do consumo de refrigerantes e bebidas adoçadas e o aumento do consumo de frutas e hortaliças. Como exemplo de ação estratégica, está o compromisso com a regulamentação da comercialização, propaganda, publicidade e promoção comercial de alimentos e bebidas processados e ultraprocessados em escolas publicas e privadas e outros equipamentos públicos de SAN.

Enfrentar essa situação exige também atuação conjunta dos diferentes níveis de governo, por meio de ações intersetoriais e participação social, para promover a alimentação adequada e saudável e atividade física no ambiente que vivemos. Nesse sentido, o governo assumiu o compromisso ousado de deter a obesidade em adultos até 2019, o que poderá ser alcançado com a implementação da "Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade", elaborada pela CAISAN, a qual reúne diversas ações do governo federal que contribuem para a redução da obesidade no país. Para que a Estratégia seja de fato efetiva e produza os efeitos esperados, é preciso que estados e municípios implementem com determinação as ações propostas. Assim, um Objetivo fundamental do programa está relacionado à promoção do consumo de alimentos adequados e saudáveis e ao controle e prevenção das doenças decorrentes da má alimentação.

Diversas outras ações são desenvolvidas pelo governo federal com intuito de prevenir as doenças relacionadas à alimentação, como as atividades de prevenção e controle da desnutrição e das carências nutricionais; a publicação do Guia Alimentar para a População Brasileira e do documento Alimentos Regionais Brasileiros; o monitoramento das políticas de fortificação de alimentos; e a Cooperação com a Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) para a redução nos teores de sódio dos alimentos processados que mais contribuem para a ingestão deste nutriente. Para o próximo quadriênio também está planejada a pactuação para redução nos teores de açúcares nos alimentos processados.

Outro Objetivo para a garantia da SAN é a ampliação do acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural. O direito à água está compreendido no Direito Humano à Alimentação Adequada – DHAA, sendo responsabilidade do Estado assegurar esse direito a todos e todas, sobretudo àqueles em situação de vulnerabilidade socioambiental. A promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente é uma das diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN).

A despeito do enorme avanço verificado nessa área na última década, as dificuldades de acesso regular, ou mesmo o acesso precário a qualquer fonte de água potável, ainda é realidade para centenas de famílias, especialmente para aquelas em situação de extrema pobreza, localizadas na zona rural do país. A discussão sobre o atendimento dessa população ganhou expressiva dimensão com o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água – Água Para

Todos (Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011), que formalizou o compromisso do governo federal de universalizar o acesso à água para as populações rurais, principalmente aquelas em situação de extrema pobreza.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Segurança Alimentar e Nutricional

- Combater a insegurança alimentar e nutricional que persiste em grupos populacionais específicos, com ênfase em povos e comunidades tradicionais.
- Contribuir para a promoção do abastecimento e o acesso regular e permanente da população brasileira à alimentação adequada e saudável.
- Contribuir para ampliar o acesso à água para consumo humano para a população pobre no meio rural.
- Promover o consumo de alimentos adequados e saudáveis e controlar e prevenir as doenças decorrentes da má alimentação.
- Consolidar a implementação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), aperfeiçoando a gestão federativa, a intersetorialidade e a participação social.
- Consolidar o Diálogo e a Cooperação Internacional do Brasil para promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional.
- Ampliar a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

INFRAESTRUTURA

Aviação Civil

Combustíveis

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Energia Elétrica

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Gestão de Riscos e de Desastres

Mobilidade Urbana e Trânsito

Moradia Digna

Petróleo e Gás

Planejamento Urbano

Saneamento Básico

Transporte Aquaviário

Transporte Terrestre

Aviação Civil

O crescimento econômico observado no Brasil nos últimos anos gerou uma demanda crescente de passageiros na aviação civil. Aliado a isso, o país encontra-se inserido no contexto de diversos eventos internacionais culturais, esportivos e empresariais de grande porte, tornando necessária a adequação das infraestruturas aeroportuárias e dos serviços prestados pelos operadores aéreos. Segundo dados da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC, no período de 2004 a 2014, houve um incremento de 190% na movimentação anual de passageiros, passando de 74,6 milhões para 216,1 milhões. Desse total, a movimentação relativa a voos domésticos cresceu 199% (de 65,3 milhões para 195,1 milhões) e a relativa a voos internacionais cresceu 125% (de 9,3 milhões para 20,9 milhões).

Nesse contexto, a Política Nacional de Aviação Civil – PNAC, aprovada por meio do Decreto nº 6.780, de 18 de fevereiro de 2009, tem como propósito garantir o desenvolvimento do sistema de aviação civil de forma ampla, segura, eficiente, econômica, moderna, concorrencial, sustentável ambientalmente, integrada aos outros modais e estabelecida como importante fator de integração e desenvolvimento nacional.

A PNAC encontra-se alinhada à Diretriz Estratégica do PPA 2016-2019 relacionada ao transporte, assim definida:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

Nesse contexto, o setor de transporte aéreo está representado no Plano Plurianual no Programa Temático de Aviação Civil, o qual almeja contribuir para a integração entre as diversas regiões do país, estimulando a realização de negócios e favorecendo a aproximação e melhoria na eficiência de diversas cadeias produtivas. Além disso, as ações do Programa visam estimular maior integração com outros países, facilitando o surgimento de fluxos culturais e comerciais, o que tende a influenciar positivamente os resultados das trocas externas. Internamente ao país, comparado com outras modalidades de transporte, o modal aéreo se mostra particularmente vantajoso para a transposição de longas distâncias, o que contribui, entre outros setores, para a promoção do turismo, do transporte de cargas e pessoas, e com a integração do território.

Diante desse cenário, buscou-se formular no PPA 2016-2019 objetivos que pudessem organizar as políticas públicas para a Aviação Civil nas seguintes dimensões: oferta de serviços de transporte aéreo; infraestrutura aeroportuária; aprimoramento da eficiência e modernização das operações de navegação; segurança; e desenvolvimento regulatório e técnico da aviação civil.

Em relação à oferta de transporte aéreo doméstico, está em foco a ampliação da oferta do transporte aéreo regional. Dessa forma, mesmo que a prestação desses serviços seja de iniciativa do setor privado, ao Estado cabe o fornecimento de condições como a adequação da infraestrutura

aeroportuária em localidades de baixa e média densidade de tráfego e a concessão de subvenção econômica para voos operados em rotas regionais. Nessa linha, o Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional – PDAR, criado pela Lei nº 13.097, de 19 de janeiro de 2015, visa justamente ao aumento do acesso da população brasileira a esse sistema aéreo de transporte e, dessa forma, integrar comunidades isoladas e facilitar o acesso a regiões com potencial turístico por meio de subvenções econômicas a voos em rotas regionais. Adicionalmente, outras medidas previstas que contribuem com a ampliação da oferta que afetam a aviação civil como um todo são a redução de barreiras à entrada de empresas no mercado e a integração do sistema de aviação civil brasileiro ao cenário internacional, com expansão das capacidades e liberdades de rotas nos acordos sobre Serviços Aéreos firmados com outros países.

Na dimensão relacionada à infraestrutura, busca-se prosseguir com a ampliação da capacidade aeroportuária que já tem ocorrido nos últimos anos que possibilitou crescimento significativo no número de passageiros atendidos. A segunda etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL) prevê investimentos de mais R$ 8,5 bilhões nos aeroportos de Porto Alegre, Salvador, Florianópolis e Fortaleza. Está prevista ainda a concessão, por modelo de outorga, de sete aeroportos regionais delegados: Araras, Bragança Paulista, Itanhaém, Jundiaí, Ubatuba, Campinas (Amarais), todos no estado de São Paulo, e o de Caldas Novas, em Goiás, totalizando investimentos de R$ 78 milhões. Além disso, terão continuidade os investimentos nos aeroportos operados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – Infraero, voltados à construção, ampliação, reforma e modernização dos terminais de passageiros, pátios, pistas de pouso, de decolagem, de táxi e dos terminais de carga. Outro aspecto a ser observado refere-se às ações a serem adotadas para prover os aeroportos de meios de acessibilidade de passageiros com necessidade de assistência especial, previsto na Resolução ANAC nº 280, de 11 de julho de 2013.

O quadro especificado enseja aeroportos dotados de sistemas capazes de suportar com segurança a nova demanda e de soluções tecnológicas adequadas a essa realidade. No contexto do PPA 2016-2019, serão realizados levantamentos das condições operacionais e de infraestrutura; estudos de sistemas e tecnologias capazes de aperfeiçoar as operações de navegação aérea e a implantação de 40 órgãos de serviço de auxílio ao tráfego aéreo. Espera-se obter a máxima segurança operacional com medidas preventivas envolvendo procedimentos e técnicas que tendam a minimizar a ocorrência de acidentes como, por exemplo, a manutenção adequada das pistas; imposição de distância mínima entre a pista de pouso e as pistas de rolamento; existência de equipamentos de combate a incêndio; proibição de obstáculos nas proximidades do aeródromo; proibição de lixões no entorno, entre outras.

Para a segurança contra atos ilícitos, a estratégia envolve a melhoria de procedimentos de inspeção com equipamentos de raio X, o controle de acesso às áreas restritas, e o controle do transporte de objetos perigosos na bagagem, entre outros. Medidas de prevenção, por meio de

ações de disseminação de conhecimento sobre a segurança da aviação civil, como o trabalho de qualificação dos agentes do setor e a implantação de ferramentas de comunicação para ampliar a cultura da segurança, tais como a realização de seminários e a criação de mecanismos de incentivo ao cumprimento de requisitos, complementam aquelas já citadas. Com tais medidas, espera-se manter, no período do PPA 2016-2019, o índice de acidentes aeronáuticos em nível igual ou inferior à média mundial.

Para conformar toda a mudança no setor, há a necessidade do desenvolvimento regulatório e técnico da aviação civil, o qual ainda busca ajustes na sua infraestrutura e o incentivo ao surgimento de novas rotas e aeroportos. A conjuntura impõe, portanto, que haja investimentos para elevar a quantidade e a qualidade dos profissionais que atuam no setor e, nesse sentido, o governo federal pretende, para o período de 2016 a 2019, promover a capacitação de 1.600 profissionais por meio de ações de fomento a escolas e centros de treinamento e de capacitação direta.

Os investimentos previstos também contemplam a realização de estudos que relacionem o meio ambiente ao crescimento do setor, assim como estudos que abordem as inovações tecnológicas; as características do mercado; os padrões de prestação de serviços aéreos e nos terminais de passageiros; e os mecanismos de concessão de aeroportos.

Todas essas mudanças no setor impõem ainda que seja feita a revisão do marco legal do setor de aviação civil, cujo respaldo é dado em grande parte pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, a qual dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica. Essa modernização da legislação deverá contribuir para conferir a segurança jurídica necessária ao estímulo e ao desenvolvimento da aviação civil.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Aviação Civil

- Adequar a capacidade de processamento de aeronaves, passageiros e cargas à demanda existente e futura, por meio de intervenções nas infraestruturas aeroportuárias e medidas de gestão.
- Ampliar a oferta do serviço de transporte aéreo regular de passageiros e cargas por meio de medidas institucionais e incentivos à concorrência.
- Promover a segurança da aviação civil, ampliando a segurança operacional e a proteção contra atos de interferência ilícita.
- Promover o desenvolvimento institucional, regulatório e técnico da aviação civil brasileira.
- Aprimorar a eficiência e a segurança operacional do setor por meio do desenvolvimento e modernização das operações de navegação aérea e da infraestrutura aeronáutica civil.

Combustíveis

O consumo total de combustíveis tem apresentado crescimento contínuo ao longo dos últimos anos. No período de 2011 a 2014, por exemplo, o consumo de óleo diesel B, de gasolina C e de querosene de aviação (QAV) aumentaram, respectivamente, 21,9%, 48,6% e 19,5%.

O Plano Decenal de Expansão de Energia 2023 (PDE 2023), elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e publicado em 2014, projeta as seguintes taxas de crescimento anual para a demanda de combustíveis no período de abrangência do PPA 2016-2019: óleo diesel, 3,9%; GLP, 1,8%; gasolina C, 2,1%; QAV, 3,7%; óleo combustível, 3,9%; etanol hidratado, 11,3%; e etanol anidro, 2,1%. Cabe ressaltar que o PDE 2023 considera o teor obrigatório de 25% adicionado à gasolina A, já alterado desde março de 2015 para 27%. No caso do biodiesel, adicionado ao diesel em 7%, o estudo projeta um consumo obrigatório de 5,24 bilhões de litros em 2019.

Nesse sentido, configura-se o grande desafio de garantir o atendimento da demanda em quantidade suficiente, com qualidade adequada, em tempo hábil e com custos favoráveis, dando-se ênfase aos produtos renováveis, à produção sustentável e à inclusão social, desafio refletido na Diretriz Estratégica do PPA 2016-2019:

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.

Com o intuito de processar a crescente produção de petróleo pesado brasileiro, de priorizar a produção em maior quantidade de derivados leves e médios e de aprimorar a qualidade dos combustíveis produzidos, o parque nacional de refino passa por um processo de expansão e modernização, com investimentos em ampliação, qualidade, conversão e modernização abrangendo todas as refinarias brasileiras. A primeira planta da Refinaria do Nordeste (RNEST) entrou em operação em dezembro de 2014, e sua segunda planta de refino está em construção. Outro empreendimento de grande vulto no setor é a construção do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ).

A logística referente a petróleo e a combustíveis recebe especial atenção, de forma a promover a redução de custos, garantir estoques e favorecer sua comercialização e seu adequado fornecimento aos consumidores. Destaca-se a exigência de estoques operacionais mínimos de combustíveis, a ampliação da capacidade de armazenamento e de transporte dutoviário, e, em especial, a conclusão de dois trechos do Sistema de Logística de Etanol, que objetiva escoar a produção de etanol combustível das áreas de expansão de cana-de-açúcar em Minas Gerais, Goiás e São Paulo para a Refinaria de Paulínia (SP) e o Porto de Santos[14].

No período de 2012 a 2014, como efeito da política para o setor, destaca-se a melhoria da

14 Projeto de polidutos e hidrovias cuja extensão é de 1.132 km, com capacidade anual de transporte de até 20 milhões de m³ de etanol e capacidade total de armazenamento de 1,2 milhões de m³. O primeiro trecho, já implantado, liga Ribeirão Preto a Paulínia. O segundo, entre Uberaba (MG) e Ribeirão Preto (SP), entrou em operação em abril de 2015, com uma capacidade de movimentação de 12 bilhões de litros de etanol por ano.

qualidade dos combustíveis. A exemplo do óleo diesel S-10 e da gasolina S-50, de ultrabaixo teor de enxofre, está em teste o uso de BioQAV (Querosene de Aviação Alternativo) e houve a elevação do percentual de biodiesel no óleo diesel comercializado de 5 para 7%.

A política nacional para o setor de combustíveis aponta para o incremento da participação de biocombustíveis na matriz energética, esforço refletido no Objetivo de ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes, haja vista sua contribuição para a redução da emissão de poluentes e de gases causadores do efeito estufa. Além disso, esse Objetivo contribui significativamente para a redução da importação de combustíveis derivados do petróleo e para o fortalecimento da agricultura familiar.

Os dados da ANP de janeiro de 2015 mostram a existência de 373 plantas produtoras de etanol autorizadas pela ANP a operar no país, as quais possuem em conjunto uma capacidade total de produção de 196.627 m3/dia de etanol hidratado e 101.143 m3/dia de etanol anidro. Adicionalmente, 10 plantas de etanol já receberam autorização para operar definitivamente, totalizando uma capacidade de produção de 9.824 m3/dia de etanol hidratado e 5.478 m3/dia de etanol anidro. Portanto, essas 383 plantas possuem uma capacidade total de produção de 206.451 m3/dia de etanol hidratado e 106.621 m3/dia de etanol anidro, sendo a cana-de-açúcar a matéria prima utilizada em 97,4% dessas unidades.

A tecnologia flex-fuel modificou a dinâmica do mercado de combustíveis automotivos no país, colocando nas mãos do consumidor o poder de decisão quanto ao consumo de etanol ou de gasolina. As variações na oferta de etanol e nos preços deste em relação à gasolina modulam o consumo desses combustíveis, favorecendo o consumo do etanol quando essa relação é inferior a 0,7.

Ainda em relação ao etanol, está em implantação a tecnologia do etanol de segunda geração, o Etanol 2G, produzido a partir da celulose da cana-de-açúcar. O diferencial dessa tecnologia é o aproveitamento do bagaço e da palha da planta, o que permite um aumento de até 40% na produção do combustível, sem necessidade de ampliar a área plantada, trazendo mais produtividade, eficiência e sustentabilidade ao ciclo produtivo. Utilizando essa tecnologia, já está em operação a unidade industrial da empresa GranBio em São Miguel dos Campos (AL), a primeira fábrica de etanol celulósico em escala comercial do Hemisfério Sul, com capacidade de produção de 82 milhões de litros do biocombustível por ano. Em novembro de 2014, a Raizen, joint venture entre Cosan e Shell, iniciou a operação da sua primeira planta em Piracicaba (SP), com capacidade anual de 40 milhões de litros. E a Petrobras tem em andamento projeto para implantação de uma unidade industrial.

Quanto ao biodiesel, o Brasil é hoje o segundo maior produtor e consumidor mundial, com 53

plantas autorizadas a produzi-lo, sendo 42 delas detentoras do Selo Combustível Social[15]. Em 2014, foram produzidos 3,4 bilhões de litros de biodiesel no país, o que representa um aumento de 17% sobre 2013. Desde 2005, ano de implantação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), até dezembro de 2014, já foram produzidos e consumidos 17 bilhões de litros.

Merece também destaque o esforço expresso no objetivo de qualificar e consolidar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel por meio do PNPB. O Programa visa à inclusão produtiva de agricultores familiares na cadeia do biodiesel, desenvolvendo o conhecimento e a organização dos produtores, bem como a comercialização das matérias-primas por eles produzidas, de modo a qualificar e consolidar essa participação, a qual, até o final de 2014, envolvia cerca de 83.000 famílias. Esse trabalho deverá ser fortalecido com ações de gestão e de assistência técnica para atender às necessidades de qualificação, comercialização e diversificação das matérias-primas no âmbito da produção agrícola familiar voltada à cadeia produtiva do biodiesel.

No sentido de fomentar a eficiência energética, o Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural (CONPET) lançou o Selo de Eficiência Energética para Veículos Leves, classificando os veículos de acordo com seu consumo de combustíveis. Classificação semelhante já existe para fogões, fornos a gás e aquecedores de água a gás. O selo é concedido pelo INMETRO/COMPET aos veículos mais eficientes que participam voluntariamente do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBEV). Esta temática está refletida no Objetivo de estimular medidas de eficiência energética no uso de derivados do petróleo, gás natural e biocombustíveis que contribuam para o uso racional destes insumos.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Combustíveis

- Suprir o mercado interno de combustíveis, por meio da expansão e modernização do parque nacional de refino e possibilitar o comércio de petróleo e derivados por meio da adequação da infraestrutura industrial e logística no Brasil e no exterior.
- Ampliar a produção sustentável de biocombustíveis por meio da promoção de instrumentos de incentivos à produção, implantação de novos empreendimentos e ampliação dos existentes.
- Ampliar a livre concorrência do mercado de combustíveis e proteger os interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e garantia do suprimento de produtos pelo desenvolvimento de ações da política nacional de combustíveis.
- Promover o uso racional de derivados do Petróleo, do Gás Natural e de Biocombustíveis por meio de medidas de incentivo à eficiência energética.
- Qualificar e consolidar a participação da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB).

15 Dados referentes a janeiro de 2015, segundo o Boletim Mensal de Combustíveis Renováveis do MME nº 86 de março de 2015.

Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

Vivemos em uma sociedade conectada. Cidadãos, governos e organizações dependem cada vez mais das tecnologias de informação e comunicação (TIC), e, sobretudo, das redes de comunicação que as interligam. O Brasil está avançando significativamente nesse campo.

A Internet está no centro desse avanço. Em 2013, 49,4% da população de 10 anos ou mais de idade tinha acesso à Internet, enquanto que em 2005 essa proporção era de apenas 20,9% - um crescimento de 136,4% no período (fonte: PNAD/IBGE TIC). O Marco Civil da Internet - Lei nº 12.965, de 2014 -, é um importante instrumento legal que dará sustentação ao avanço das comunicações pela rede mundial de computadores, definindo princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, e garantindo princípios como a neutralidade da rede.

Outro fator de relevância no desenvolvimento das comunicações é o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), lançado em 2010, o PNBL contemplou várias medidas, relativas tanto a desenvolvimento da infraestrutura como à facilidade do acesso ao usuário. Entre elas, destaca-se a desoneração de smartphones fabricados no Brasil, por meio da Lei nº 12.715/2012. Em 2013, 75,2% da população de 10 anos ou mais de idade possuíam telefone móvel celular. Em 2005, essa proporção era de 36,6% - um crescimento de 131,4% no período (fonte: PNAD/IBGE TIC).

Para dar continuidade a esses avanços e visando a novas conquistas, estruturou-se a política de comunicações no contexto do PPA 2016-2019 a partir da seguinte Diretriz Estratégica:

- Promoção do direito à comunicação e à inclusão digital, ampliando o acesso à Internet banda larga e expandindo a oferta de serviços e conteúdos de telecomunicações.

Com essa premissa, construiu-se o Programa Temático: Comunicações para o Desenvolvimento, para a Inclusão e a Democracia. O Programa foi desenhado de modo a atender aos principais desafios do setor como: a expansão do acesso à Internet em banda larga no país e o aumento da sua velocidade; a substituição da TV aberta analógica pela digital; a ampliação dos serviços de radiodifusão pública e do atendimento e entrega postal; o incentivo à produção nacional e à distribuição de conteúdos digitais criativos; o fomento à cadeia produtiva nacional de telecomunicações; e a ampliação da produção e do acesso a conteúdos multimídia com a oferta colaborativa dos mesmos pela Rede Nacional de Comunicação Pública.

Para viabilizar a expansão do acesso à Internet em banda larga, planeja-se o lançamento do Programa Banda Larga Para Todos (PBLT). Mesmo com o avanço no número de usuários de Internet nos últimos anos, muitos utilizam a rede por meio de smartphones, com velocidade e volume de dados limitados. Assim, por meio de investimentos estruturantes nas redes de acesso e de transporte o programa objetiva melhorar os principais indicadores de qualidade, de densidade geográfica e de velocidade de acesso das redes de telecomunicações. Ademais, o lançamento

de um novo satélite geoestacionário e a instalação de novos cabos submarinos intercontinentais levará a Internet a regiões mais remotas (no primeiro caso) e aumentará a capacidade da ligação da rede brasileira com seus nós internacionais, facilitando a comunicação, a pesquisa e os negócios entre o Brasil e outros países.

No campo da inclusão digital, as ações estratégicas estarão voltadas para o fomento à implantação de Pontos de Inclusão Digital e para o atendimento das chamadas áreas de vulnerabilidade digital, com acesso à Internet por meio do Programa Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac).

Outra ação que se relaciona tanto com a inclusão digital como com a ampliação do acesso à Internet é a migração do sistema de transmissão analógica de TV pela tecnologia digital. Haverá distribuição de conversores digitais (set-top boxes) para recepção de sinal da televisão digital terrestre a 14 milhões de famílias cadastradas no Programa Bolsa Família, proporcionando as condições para a inclusão social desse extrato da população com serviços de e-cidadania (serviços de governo eletrônico, de saúde, da previdência, entre outros) – graças à interatividade disponibilizada pela nova tecnologia. Adicionalmente, com o desligamento do serviço de TV analógica, será liberada a faixa de 700 MHz para uso em serviços de Internet móvel em banda larga, que viabilizará o aumento de capacidade deste serviço e a redução do preço final para os usuários.

Em relação à ampliação dos serviços de radiodifusão pública, além da questão tecnológica, o Brasil precisa enfrentar o desafio de aumentar o alcance e a pluralidade desses serviços, e, dessa forma, contribuir com o acesso à informação. A estratégia presente no PPA 2016-2019 é aumentar a agilidade no processo de outorga de licenças de radiodifusão e ampliar a transparência no processo de outorga de concessões, permissões e autorizações dos serviços de radiodifusão, o que deverá induzir um aumento do número de concessões, particularmente de emissoras educativas e de rádios comunitárias, dando assim mais espaço à diversidade de opiniões na radiodifusão brasileira e aumentando a oferta de conteúdos de caráter regional e que representem os diferentes grupos e culturas da sociedade brasileira.

Outro serviço de comunicações que merece atenção é o atendimento postal, que ganha renovada importância com a expansão do comércio eletrônico. Assim, a estratégia de atuação para o setor incorpora ações relacionadas a expansão dos serviços de atendimento e distribuição postal – mais especificamente disponibilizar a prestação desses serviços aos distritos brasileiros com população igual ou superior a 500 habitantes – e à pontualidade das entregas.

Da mesma forma que em relação à infraestrutura, é fundamental promover a expansão do setor de produção de conteúdos digitais, dado que o setor de desenvolvimento de serviços e aplicativos para a Internet tem um grande potencial de geração de riquezas e de conhecimento. As principais estratégias relacionadas ao tema são o fomento à criação de aplicativos de utilidade pública como forma de propiciar o acesso a serviços como o Ensino a Distância (EAD), a telemedicina e

a participação social, que serão disponibilizados gratuitamente à população, e a implantação de arranjos produtivos locais voltados à produção de conteúdos digitais.

Por último, o Brasil historicamente carece de um sistema de radiodifusão público com relevo e alcance condizente às dimensões do país. Assim, no intuito de melhorar o acesso à informação e prover conteúdos de qualidade à população, uma das estratégias de atuação é o continuado investimento na Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP), tanto pela ampliação da cobertura dos canais de TV e rádio da rede, como pela cooperação e colaboração com entidades públicas ou privadas para a produção e difusão de conteúdo. Merece destaque também a implantação do Programa BRASIL 4D que, se valendo do recurso da interatividade da TV digital, terá o propósito de melhorar o acesso das populações de baixa renda do Brasil à Internet, com oferta de aplicativos de cunho social e de cidadania.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Comunicações para o Desenvolvimento, a Inclusão e a Democracia

- Expandir o acesso à Internet banda larga para todos promovendo o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação.
- Viabilizar a implantação da TV digital com inclusão social.
- Ampliar os serviços de comunicação e expandir a radiodifusão com ênfase no Sistema Público.
- Incentivar a produção nacional e a distribuição de conteúdos digitais criativos.
- Ampliar a produção e o acesso da sociedade a conteúdos multimídia, de natureza educativa, artística, cultural, informativa, cientifica e promotores da cidadania, ofertados de forma colaborativa pela Rede Nacional de Comunicação Pública.
- Promover a inovação, o desenvolvimento tecnológico e a competitividade da indústria nacional de telecomunicações.

Energia Elétrica

A política nacional para o setor de energia elétrica tem como principais objetivos: promover o desenvolvimento, e valorizar os recursos energéticos; proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta; preservar o meio ambiente e promover a conservação de energia; identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do país; promover a universalização do acesso à energia elétrica; utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis; promover a livre concorrência; atrair investimentos na produção e no transporte de energia; e ampliar a competitividade do país no mercado internacional.

Dados os objetivos da política, as condições de contorno e os cenários futuros, o alcance desses objetivos passam por desafios que carecem ser enfrentados no planejamento e na implementação do Programa de Energia Elétrica. Esse Programa está direcionado para o planejamento, o monitoramento e a expansão do sistema – geração, transmissão e distribuição; a confiabilidade e disponibilidade do suprimento; a pesquisa e desenvolvimento; a eficiência energética; a qualidade do serviço; e a universalização do acesso.

No contexto atual dessa política, alguns eventos vêm impactando, positiva e negativamente, o setor no Brasil, em especial: a crescente dificuldade na viabilização dos potenciais hidroelétricos na matriz energética nacional; as restrições hídricas em algumas regiões do país; o forte ganho de competitividade obtido pela energia eólica no Brasil; o prolongamento da crise econômica e a crescente preocupação com os reflexos causados pelas mudanças climáticas.

Com o intuito de alcançar os objetivos da política nacional de energia, destaca-se a Diretriz Estratégica definida para o setor:

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.

Primeiramente, considerando as características do setor e prazos de maturação de empreendimentos de energia, ressalta-se que o planejamento de médio e longo prazo é fundamental para assegurar a expansão equilibrada entre a oferta energética e a sustentabilidade técnica, econômica e ambiental. O planejamento inclui estudos dos potenciais de fontes primárias, a realização de estudos de viabilidade e a viabilização de leilões para expansão da capacidade de geração, e transmissão de energia elétrica.

Em segundo lugar, no que se refere à expansão do sistema, há de se considerar a expectativa de crescimento da demanda indicadas no Plano Decenal de Energia 2023 (PDE 2023), revisadas no curto prazo, as características do sistema e da matriz atual e as disponibilidades de oferta de energia a partir das fontes existentes. A partir dos projetos já outorgados ou autorizados pela ANEEL, o monitoramento realiza uma avaliação e um acompanhamento permanente dessa expansão, com o objetivo de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético à população. Com base nas projeções da carga de energia e nos fatores de carga, por sistema e subsistema interligados, o PDE projeta a carga de demanda máxima instantânea para 99.102 MW em 2018 e 118.993 MW em 2023.

Uma importante escolha do setor diz respeito a quais fontes priorizar para atender ao crescimento do consumo de energia elétrica e, para tanto, faz-se necessário considerar questões como a disponibilidade da fonte primária, os impactos socioambientais, o custo da energia e o domínio tecnológico dos processos. Sendo o Brasil um país que dispõe de grande potencial de fontes renováveis, sempre que adequado, estas devem ser consideradas como candidatas prioritárias no plano de expansão da geração de energia elétrica. Esta escolha se faz ainda mais oportuna na medida em que as fontes renováveis vêm apresentando custos de geração de energia bastante

competitivos, o que foi comprovado nos resultados dos leilões de energia eólica e de biomassa pós-implementação do PROINFA, bem como no primeiro leilão de energia de reserva de fonte solar.

No período deste PPA, prevê-se a adicionar ao sistema 14.655 MW de energia elétrica a partir de fonte hídrica e, com destaque, a adição de 7.500 MW de fonte eólica. A fonte térmica está entre as principais alternativas para diversificação da matriz e aumento da segurança energética, cobrindo, em parte, deficiências no suprimento decorrentes de cenários caracterizados como de crise hídrica. Nesse sentido, estabeleceu-se como meta acrescentar 6.400 MW ao sistema a partir dessa fonte.

Quanto à expansão da transmissão, busca-se aumentar a confiabilidade e a disponibilidade do sistema, propiciar o livre acesso à rede pelos agentes de mercado e a integração de todos os estados e dos novos empreendimentos de geração de energia elétrica. Planeja-se, para os próximos anos, a implantação de cerca de 23.000 km de novas linhas, com destaque para a interligação ao SIN das usinas do Teles Pires e do complexo Belo Monte.

No que se refere à distribuição, a sua ampliação, reforço e manutenção revestem-se de fundamental importância para garantir disponibilidade e continuidade de serviço com padrões adequados de qualidade e de carga. Nesse item as principais questões a serem tratadas referem-se à expansão dos ativos em serviço vinculados aos contratos de concessão, à geração de energia necessária aos sistemas isolados (áreas dispersas, pequenas localidades), à regulamentação sobre incorporação de ativos e à redução de perdas comerciais.

Como terceiro quesito, importantes funções ligadas à expansão do sistema referem-se: ao monitoramento dos empreendimentos anteriormente planejados e que ainda não estão em operação; à integração com países vizinhos; e à aplicação da política tarifária. O objetivo aqui é buscar a continuidade do suprimento eletroenergético em todo o território nacional e, para isso, tem-se como meta monitorar 1.400 empreendimentos de expansão do sistema, de geração e transmissão, no período do PPA, e promover a ampliação do intercâmbio com países vizinhos.

Em quarto lugar, dados os requisitos de serviço requeridos pelo consumidor final, é necessário manter a qualidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, modernizar e aperfeiçoar os processos de fiscalização e focar esforços no sentido de alcançar as metas de confiabilidade e qualidade no atendimento ao consumo. Procurou-se, neste PPA, endereçar tais questões por meio de esquemas apropriados de manutenção do sistema e através do Plano de Modernização de Instalações – PMI.

Na sequência, em termos de universalização do acesso à energia elétrica, em 2013, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), 99,6% dos domicílios brasileiros possuíam acesso à iluminação elétrica. A prestação desse serviço chega a 99,9% dos domicílios urbanos e a 97,5% dos domicílios rurais. Expandir o acesso à energia elétrica na área rural contribui não só para a qualidade de vida dessa população, mas, também, para a adoção de

novas técnicas produtivas dependentes da eletricidade. No intuito de avançar nesse processo, planeja-se atender mais de 128 mil novos domicílios nos próximos quatro anos pelo Programa Luz Para Todos, e a continuidade das ações que efetivem os atendimentos às famílias e comunidades localizadas nas regiões remotas dos Sistemas Isolados, implantando soluções tecnológicas que priorizem fontes de energia alternativa, bem como a utilização de cabos subaquáticos e postes de fibra de vidros, vencendo assim os obstáculos geográficos e naturais da região norte do país. Também serão universalizadas oito áreas de concessão do serviço de distribuição, atingindo 95 das 101 áreas de concessão.

Como item a pontuar, a evolução tecnológica revelou que o mesmo "serviço de energia" (iluminação, força motriz, aquecimento, condicionamento ambiental, equipamentos eletroeletrônicos, entre outros) poderia ser proporcionado com menor consumo de energia, repercutindo econômica, ambiental, social e culturalmente. A utilização de equipamentos mais eficientes no consumo de energia elétrica, além de proporcionar redução de custo aos usuários, reduz a pressão sobre a expansão da geração, da transmissão e da distribuição de eletricidade.

No horizonte deste PPA tem-se como meta a conservação de 30.000 GWh por meio de iniciativas direcionadas à integração dos programas CONPET e PROCEL, à substituição de equipamentos de baixa eficiência e à conscientização sobre o uso eficiente de energia elétrica.

Revestem-se, finalmente, de importância as questões relacionadas à Pesquisa e Desenvolvimento, que tem na tecnologia um dos principais insumos para o setor de energia elétrica. Prioriza-se, neste momento, a busca de efetividade na aplicação dos recursos previstos para esse fim nos contratos de concessão, cuja análise e aprovação é realizada pela ANEEL, e, ainda, a implementação de várias iniciativas que vão desde a ampliação de laboratórios até a realização de pesquisas em tecnologias de ponta, como é o caso das redes inteligentes e geração solar fotovoltaica, a serem realizadas pelo Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – CEPEL.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Energia Elétrica

- Expandir a Capacidade de Geração do Sistema Elétrico Brasileiro, pela implantação de novos empreendimentos e ampliação e ou repotenciação de usinas existentes.
- Expandir a Capacidade de Transmissão do Sistema Elétrico Brasileiro com a construção de novas instalações e ampliação/reforço das existentes.
- Ampliar, reforçar e manter os sistemas de distribuição de energia elétrica com a construção de novas instalações e reforço nas existentes.
- Manter a confiabilidade e a disponibilidade do suprimento de energia elétrica, promovendo a manutenção adequada das instalações de geração e de transmissão.
- Planejar o atendimento das demandas futuras de energia elétrica por meio da elaboração de estudos de expansão da geração e da transmissão, bem como da promoção de leilões.

- Acompanhar e avaliar a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional por meio do monitoramento da expansão, do desempenho e da comercialização de energia elétrica, e pela definição de diretrizes de política tarifária.
- Assegurar serviços de energia elétrica adequados e com qualidade por meio dos instrumentos regulatórios.
- Universalizar o acesso à energia elétrica.
- Desenvolver e promover soluções tecnológicas para o setor de energia elétrica do país, por meio da realização e aplicação de pesquisa, desenvolvimento e inovação.
- Estimular o uso racional de energia elétrica por meio de eficiência energética e da otimização da geração, transmissão, distribuição e consumo.

Geologia, Mineração e Transformação Mineral

O aproveitamento dos recursos minerais é elemento importante para a manutenção dos padrões de qualidade de vida alcançados por uma boa parcela da população mundial, uma vez que diversas necessidades sociais são atendidas essencialmente por estes recursos. No cenário internacional, os países se diferenciam pela posse dos bens minerais, pelo dinamismo que imprimem às suas áreas exploratórias, pelas alianças estratégicas de suprimento e fornecimento que estabelecem, pela eficiência de suas infraestruturas energéticas e logísticas e pelos mercados que alcançam. Diferenciam-se, também, pelo desenvolvimento contínuo da capacidade técnica e financeira de processar os bens minerais e de agregar-lhes valor. Os resultados que cada país obtém são determinados por esses fatores e, ainda, pela forma como cada país distribui os respectivos custos e benefícios à sociedade.

Em recente levantamento realizado pelo International Council on Mining and Metals – ICMM, demonstra-se a importância da atividade mineral em termos da participação do valor da produção no Produto Interno Bruto – PIB dos países. Esse estudo, publicado em 2014, mostra que o Brasil foi classificado em 3º lugar no Ranking dos Principais países Mineradores (dados de 2012), com o valor da produção do setor mineral correspondendo a 2,9% do PIB nacional, e a 8,5% da produção mineral mundial.

A alta demanda mundial por insumos minerais vivenciada em períodos recentes havia permitido que o preço dos mesmos atingissem patamares recordes. Nesse período, novos projetos de mineração tornaram-se viáveis, levando a um acréscimo de oferta que forçou a redução dos preços no mercado mundial. Além disso, devido à recente diminuição do crescimento da economia mundial, houve uma queda abrupta do consumo nos mercados de commodities, o que também contribuiu para o recuo do preço desses insumos e incitou discussões quanto à duração do período denominado por especialistas como o "superciclo do preço das commodities", responsável pela manutenção dos preços em patamares elevados, associado com o rápido e

sustentado processo de industrialização e urbanização de economias emergentes.

No país, a produção da indústria extrativa e de transformação mineral tem contribuído significativamente para o saldo da Balança Comercial, cujas exportações somaram US$ 51,5 bilhões em 2014, o que ressalta a importância de investimentos governamentais neste setor. Desde 2009, o governo federal vem aumentando o volume de recursos destinados aos levantamentos geológicos realizados em todo o território, preenchendo uma lacuna de conhecimento das riquezas existentes no subsolo nacional de forma a estimular novos investimentos da iniciativa privada.

Os Objetivos do Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral evidenciam sua vinculação com a seguinte Diretriz Estratégica do PPA 2016-2019:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

No sentido de promover a indústria mineral brasileira, dado seu elevado potencial de crescimento, ressalta-se a importância do Plano Nacional de Mineração 2030 – PNM 2030, o qual visa orientar a formulação das políticas de governo de médio e longo prazo e tornar o setor mineral um alicerce para o desenvolvimento sustentável do país. O PNM 2030 foi publicado em 2011 e traça diretrizes de desenvolvimento para o setor, bem como os principais objetivos estratégicos a serem alcançados até 2030. O programa de Geologia, Mineração e Transformação Mineral contempla os principais objetivos do PNM-2030, que são a ampliação do conhecimento geológico, a gestão dos minerais estratégicos, a agregação de valor com competitividade, a governança pública eficaz e a produção sustentável.

A eficácia da atuação do Estado como órgão gestor e regulador do setor mineral, considerada como um dos pilares do planejamento estratégico setorial de médio e longo prazo será o foco das metas e iniciativas do Objetivo de "Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor". Observa-se que foi elaborado pelo Poder Executivo proposta para o Novo Marco Regulatório da Mineração (Projeto de Lei nº 5.807/2013, apensado ao Projeto de Lei nº 37/2011) que se encontra em discussão no Congresso Nacional. A proposta prevê a modernização dos instrumentos de outorga, com a definição de novos regimes de acesso às áreas de exploração visando dinamizar a atividade e ampliar a transparência, a competitividade e a atração de investimentos para o setor. Além disso, prevê também a modernização institucional, com a criação do Conselho Nacional de Política Mineral e da Agência Nacional de Mineração, como meio de fortalecer a governança pública. Propõe-se também a alteração das alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM.

Para uma melhor governança sobre os recursos minerais é fundamental promover o desenvolvimento do conhecimento geológico do território brasileiro. Para enfrentar este desafio o

programa contará com o Objetivo "Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas". Os estudos e levantamentos geológicos servem de base não apenas ao planejamento econômico e territorial, mas também são peças fundamentais na identificação das reservas minerais a serem aproveitadas no presente e no futuro, contribuindo para o planejamento, no território, de tal modo que esse aproveitamento resulte em benefícios socioeconômicos.

Em nível internacional, observa-se forte concorrência para a obtenção de recursos destinados a projetos de exploração mineral, culminando com a priorização daqueles que estão em fase mais avançada em detrimento dos programas exploratórios. Os países com maior nível de conhecimento geológico, geofísico e geoquímico, e que disponibilizam bancos de dados organizados, levam vantagem na atratividade dos investimentos realizados por mineradoras nacionais e internacionais, de todos os portes. O objetivo "Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios" priorizará os levantamentos geológicos com maior detalhe, a partir do processamento e interpretação dos dados existentes e sua integração com novos dados de campo e laboratoriais, visando à definição de novas Áreas de Relevante Interesse Mineral – ARIM nas Províncias Minerais Brasileiras.

Atualmente os principais desafios estratégicos da política setorial, tecnológica e industrial do país são a agregação de valor aos bens minerais e o adensamento da cadeia produtiva do setor, isto é, a integração de todos os seus elos, desde a prospecção mineral, passando pela lavra e beneficiamento até a transformação mineral. Superar esses desafios requer o aperfeiçoamento das diferentes competências governamentais vinculadas aos setores mineral, industrial e científico-tecnológico, por meio da articulação e do estabelecimento de parcerias interministeriais e até mesmo entre os setores público e privado. Nesse contexto, o Objetivo "Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral" contará com metas e iniciativas que definirão as diretrizes governamentais para o desenvolvimento integrado das cadeias produtivas de minerais estratégicos para o país.

Quanto à organização do setor mineral, a Mineração em Pequena Escala (MPE) destaca-se por estar distribuída em todo o território nacional, ser intensiva em mão de obra pouco qualificada e pode ser dividida em dois grandes grupos: o de extração de bens minerais de alto valor econômico (gemas, metais preciosos, metais de uso industrial) e o de bens minerais de uso na construção civil. A informalidade e os padrões operacionais insatisfatórios em relação à proteção ambiental e à segurança do trabalho se destacam como os principais problemas do segmento, trazendo consigo a impossibilidade de acesso a qualquer tipo de apoio oficial. O Objetivo "Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais", possui metas e iniciativas que visam à melhoria deste quadro.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Geologia, Mineração e Transformação Mineral

- Fortalecer a governança pública e a sustentabilidade do setor mineral, por meio do planejamento, da regulação, do monitoramento e da fiscalização das atividades do setor.
- Ampliar o conhecimento geológico do território nacional por meio da realização de estudos e levantamentos e melhorar a difusão de informações geocientíficas.
- Ampliar as oportunidades de exploração mineral, a partir do aumento do conhecimento em áreas de relevante interesse mineral, considerando suas relações e impactos socioeconômicos no território, e também por meio da melhoria do ambiente de negócios.
- Estimular a agregação de valor ao bem mineral e o adensamento das cadeias produtivas por meio de pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação no setor mineral.
- Promover o desenvolvimento da pequena e média mineração por meio de ações de extensionismo mineral, formalização, cooperativismo e arranjos produtivos locais.

Gestão de Riscos e de Desastres

O enfrentamento aos riscos da ocorrência de desastres naturais de grandes proporções resultou na instituição de um novo marco legal para o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, por meio da Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012. No âmbito do PPA 2012-2015, elaborou-se de forma articulada o Programa Gestão de Riscos e Resposta a Desastres, criando ambiente multissetorial, em nível federal, para lidar com a questão de maneira integrada, especialmente quanto às ações de prevenção.

A estratégia de implementação da política pactuada nesse Programa e preservada no PPA 2016-2019 pauta-se na identificação dos municípios mais críticos a inundações, enxurradas e deslizamentos, de modo a neles focalizar os esforços governamentais. O Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta a Desastres Naturais, lançado em 2012, impulsionou substancialmente a política nos últimos anos.

Expandiu-se o conhecimento sobre as áreas de risco no país com mapeamentos de diferentes escalas e funções complementares. O trabalho de setorização de risco, os mapeamentos de suscetibilidade, a elaboração das cartas geotécnicas de aptidão à urbanização, os instrumentos do planejamento urbano, voltados à identificação das áreas seguras para novos loteamentos, são resultados dessa política.

Estruturou-se um sistema de monitoramento e alerta com a instalação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (CEMADEN) e construção de um fluxo básico de informações entre esse órgão e o Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres

(CENAD), além de parcerias com instituições no país. Especialmente, investiu-se na ampliação da rede de equipamentos de observação. Nos últimos anos, também entraram em operação sistemas de alertas hidrológicos, em bacias nas Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Norte. Além disso, foram instaladas salas de situação voltadas ao monitoramento hidrológico em quase todos os Estados.

Avançou-se, ainda, na priorização de intervenções estruturais preventivas, por meio de carteira específica de projetos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

No campo da resposta, houve expressivo ganho em agilidade na transferência de recursos após a implantação do Cartão de Pagamento de Defesa Civil em 2011, e informatização do processo de reconhecimento federal de situação de emergência ou estado de calamidade pública, via Sistema de Informação Integrada sobre Desastres - S2ID.

A Diretriz Estratégica que orientou a elaboração do Programa é:

- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Tal diretriz aponta para a necessidade de atuação do governo federal no aperfeiçoamento de sua estrutura e no apoio aos demais entes federados, para que sejam capazes de promover a mitigação da mudança do clima e a adaptação a essas variações climáticas, minimizando seus impactos sobre os desastres naturais. Faz-se importante atuar, também, no aumento das capacidades de prevenir e responder aos desastres. Neste novo Programa, avançou-se na profundidade da intervenção pública e na consolidação do arranjo multissetorial para lidar com o tema.

Seus objetivos abarcam: a gestão do risco, ou seja, as medidas tomadas para evitar a ocorrência do desastre; a gestão do desastre, isto é, as providências após a ocorrência do evento, alcançando não somente a resposta emergencial às vítimas, mas a recuperação das áreas atingidas. A gestão do risco de desastre é trabalhada em três frentes: identificação de áreas de risco, redução do risco por meio de planejamento e obras de prevenção, e melhoria da capacidade de emissão de alerta de desastres.

O Programa preserva as diretrizes de atuação com intensidade sobre as áreas de risco já identificado – por meio de continuidade dos mapeamentos, para alcançar volume representativo das localidades críticas aos desastres naturais e redução do risco com medidas estruturais como drenagens e contenção de encostas –, e suporte à capacidade local de evitar a formação de novas áreas de risco – via apoio a instrumentos de planejamento urbano – cartas geotécnicas de aptidão à urbanização e projetos de expansão urbana.

Para o aperfeiçoamento dos mapas de suscetibilidade, serão incorporados dados sobre chuvas intensas. Para fortalecer o uso dos mapeamentos pelos municípios, dedicar-se-á também à qualificação do quadro local e à avaliação da forma de utilização desses produtos pelas prefeituras nas localidades já mapeadas.

No caso dos eventos hidrológicos críticos, a proposta inclui difundir o uso e a aplicação do conceito de drenagem urbana sustentável, valorizando o amortecimento de vazões e a infiltração natural preexistente, em detrimento da prática atual de aceleração do escoamento das águas pluviais.

Ademais, pretende-se fortalecer o trabalho de alerta prévio. Em sequência aos investimentos realizados no último período, propõe-se aprofundar o aperfeiçoamento do conteúdo, fluxo e antecipação da informação transmitida às defesas civis locais, fortalecendo a parceria com órgãos de alerta nos estados e municípios. Nesse contexto, destacam-se as metas de aumentar o tempo de antecedência do alerta de risco, melhorar a taxa de acerto das previsões e implantar seis novos sistemas de alerta hidrológico.

No âmbito da gestão de desastres, propõe-se, em especial, expandir a adesão dos municípios ao Cartão de Pagamento da Defesa Civil e apoiar a elaboração de Planos de Contingência no âmbito local.

Outro objetivo do Programa é melhorar o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC. Estão previstos, ainda, protocolos de atuação conjunta e a publicação do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, acompanhado da regulamentação das Leis nº 12.608/2012 e nº 12.340/2010.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Gestão de Riscos e de Desastres

- Identificar riscos de desastres naturais por meio da elaboração de mapeamentos em municípios críticos.
- Apoiar a redução do risco de desastres naturais em municípios críticos a partir de planejamento e de execução de obras.
- Aumentar a capacidade de emitir alertas de desastres naturais por meio do aprimoramento da rede de monitoramento, com atuação integrada entre os órgãos Federais, Estaduais e Municipais.
- Aprimorar a coordenação e a gestão das ações de preparação, prevenção, mitigação, resposta e recuperação para a proteção e defesa civil por meio do fortalecimento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, inclusive pela articulação federativa e internacional.
- Promover ações de resposta para atendimento à população afetada e recuperar cenários atingidos por desastres, especialmente por meio de recursos financeiros, materiais e logísticos, complementares à ação dos Estados e municípios.

Mobilidade Urbana e Trânsito

A política de mobilidade urbana e trânsito é determinante para a construção de cidades inclusivas e sustentáveis, sendo fundamental para garantir o acesso às oportunidades de emprego e renda e aos serviços essenciais que elas oferecem (educação, saúde, educação, lazer). Essa política também é central para a redução do déficit habitacional, proporcionando a revitalização de espaços segregados e viabilizando novos empreendimentos de moradia social integrados ao tecido urbano, do mesmo modo que é estratégica para que o país desenvolva sua economia, avançando na governança sustentável dos seus recursos naturais e na mitigação dos efeitos das mudanças do clima. Desse modo, alinha-se à seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

Nos diferentes tipos de municípios brasileiros, reproduziu-se uma dinâmica de estruturação das cidades para a circulação de automóveis e dissociação das políticas de mobilidade do planejamento urbano. Esse modelo contribuiu para a ineficiência das condições de mobilidade urbana, uma vez que as demandas mais distantes e variadas de deslocamentos decorrentes do crescimento das cidades não foram acompanhadas por políticas de ampliação e garantia do acesso ao transporte coletivo. Ademais, prevaleceu uma opção tradicional por políticas públicas voltadas para a ampliação do sistema viário e para melhorias na gestão do tráfego, sem tratamento preferencial para o transporte não motorizado e o transporte coletivo, caracterizado pelo estrangulamento de suas infraestruturas, pela oferta de serviços precários e pelos altos custos. Como consequência, formou-se uma segregação das condições de mobilidade entre os que têm acesso ao automóvel, desfrutando de melhores condições de deslocamento, e aqueles que dependem do transporte público, que tem seus direitos de deslocamento diariamente limitados pela inacessibilidade e precariedade do serviço.

Essa dinâmica promoveu a baixa frequência de deslocamentos e a restrição de direitos de populações vulneráveis (baixa renda, idosos, pessoas com deficiência), bem como gerou externalidades negativas que reduzem a qualidade de vida e a competitividade das cidades, como os congestionamentos, a poluição e os acidentes. Estudo de 2013 do IPEA revela que mais da metade dos domicílios brasileiros possuem automóveis ou motocicletas, refletindo o aumento da frota de mais de 100% nos últimos 10 anos e que mais de 10% das pessoas demoravam mais de uma hora para se deslocarem de casa até o trabalho. Os impactos mais negativos são sentidos nos grandes centros urbanos (20% das pessoas demoravam mais de uma hora para se deslocarem de casa até o trabalho nas regiões metropolitanas) e pela parcela mais carente da população, mais dependente do transporte público. Ressalta-se ainda que mais de 40 mil pessoas morreram em 2013 no Brasil por motivo de acidentes de trânsito, a segunda maior causa externa de mortalidade no país.

A indução de um novo paradigma de mobilidade urbana, orientado pela mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e bens nas cidades, pela acessibilidade e distribuição mais justa dos espaços urbanos, pelo planejamento integrado da mobilidade e do desenvolvimento urbano ganhou impulso com a instituição da Política Nacional de Mobilidade Urbana (12.587/12). A Política consagrou a prioridade dos modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e dos serviços de transporte público coletivo sobre o transporte individual motorizado e normatizou a regulação dos serviços, os direitos dos usuários, as atribuições dos entes federativos, o planejamento e gestão dos sistemas de mobilidade urbana. Outro avanço importante refere-se à significativa ampliação dos investimentos federais em mobilidade urbana com o advento do Programa de Aceleração do Crescimento, com destaque para o financiamento de sistemas coletivos de maior capacidade de transporte, como metrôs, veículos leves sobre trilhos, corredores de ônibus e BRTs.

O Programa de Mobilidade Urbana e Trânsito dialoga com esse novo paradigma, refletindo essa agenda de investimentos no Objetivo de apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária. Além disso, propõe-se Objetivo específico para induzir o fortalecimento institucional e o enfrentamento de limitações estruturais da gestão da política, como a carência de planejamento de sistemas de transporte público em rede, que contemple a integração multimodal em seus diversos aspectos; a coincidência de responsabilidades dos diversos órgãos gestores de transporte em nível estadual e municipal, muito comum em regiões metropolitanas; o desafio de consagrar as práticas de licitação dos serviços; a baixa qualidade dos sistemas de transporte público e a inacessibilidade das tarifas, que remetem a uma discussão sobre reformulação do modelo de regulação e financiamento dos serviços de transporte coletivo.

Por fim, também é fundamental avançar na implementação da recente Política Nacional de Trânsito (Resolução Contran 514/2014), em consonância com o Plano Nacional de Redução de Acidentes no Trânsito para a Década de 2011 a 2020, consubstanciando uma importante referência normativa a ser seguida pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Trânsito e aos demais segmentos da sociedade. Os acidentes de trânsito são atualmente foco de preocupação em todo o mundo, destacando-se como principais fatores que contribuem para a sua ocorrência: o comportamento humano, tanto de pedestres como de condutores de veículos e demais usuários do espaço público; as falhas mecânicas ocasionadas pela deficiência na conservação de veículos; as condições ambientais climáticas; as condições físicas das vias e as sinalizações inadequadas. Nesse sentido, é proposto Objetivo para o tema, destacando-se a ampliação de medidas de prevenção de acidentes em parceria com os entes federados, as reformas no Código de Trânsito Brasileiro, o aumento das condições de segurança dos veículos e a regulamentação das atividades afetas ao trânsito.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Mobilidade Urbana e Trânsito

- Apoiar a implantação, expansão e requalificação dos sistemas de mobilidade urbana com soluções acessíveis, sustentáveis e compatíveis com as características locais e regionais, priorizando os modos de transporte público coletivo e os não motorizados e promovendo a integração modal, física e tarifária;
- Implementar a Política Nacional de Mobilidade Urbana promovendo o fortalecimento institucional do setor e o planejamento integrado ao desenvolvimento urbano e territorial;
- Promover a Segurança e a Educação para o trânsito, por meio da implementação da Política Nacional de Trânsito - PNT.

Moradia Digna

A política habitacional é norteada pelo princípio de universalização do acesso à moradia, direito social assegurado pela Constituição, que é fundamental para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, para a erradicação da pobreza e para a superação da desigualdade social nas cidades. A promoção do acesso à moradia digna também contribui para a recuperação ambiental de áreas degradadas e para evitar a ocupação de áreas de risco e de proteção ambiental, bem como tem efeitos dinamizadores sobre o setor de construção civil e a geração de empregos. Nesse contexto, o Programa Temático Moradia Digna é estratégico para a continuidade do modelo desenvolvimento inclusivo previsto no PPA 2016-2019, alinhando-se à Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

Uma das expressões da carência de moradia é o déficit habitacional, referente à necessidade de novas moradias por constatação de domicílios improvisados ou rústicos, de coabitação familiar, de comprometimento excessivo da renda com aluguel e de adensamento excessivo nos domicílios. Em 2012, o déficit habitacional estimado correspondia a 5,43 milhões de domicílios, dos quais 85,9% estavam localizados nas áreas urbanas. Em termos relativos, o déficit correspondia a 8,5% do total de domicílios. Do total do déficit habitacional em 2012, 38,8% localizavam-se na região Sudeste e 32,7% na região Nordeste. A carência habitacional também guarda estreita relação com o custo da moradia e com a distribuição de renda da população, verificando-se sua concentração na faixa de renda de até três salários mínimos (82,5%) e entre três a cinco salários mínimos (10,1%), faixas que somam juntas 92,6% do déficit.

Outra questão importante da política habitacional é a inadequação de domicílios, que se refere ao estoque de domicílios urbanos existentes que não proporcionam condições desejáveis de habitação. Entre os critérios de inadequação de domicílios, a carência de infraestrutura é o

que mais afeta os domicílios brasileiros, somando 10,3 milhões de domicílios em 2012, seguido daqueles com inadequação fundiária (2,1 milhões) e inadequação por adensamento excessivo (1,1 milhões). A inadequação das habitações guarda relação com o fenômeno histórico de ocupação desordenada e formação dos assentamentos precários, associados à ocupação de lotes irregulares, carentes de infraestrutura e serviços básicos, em que é comum a autoconstrução de moradias com materiais não adequados, por populações sem condições de acessar o mercado formal de moradias.

Nesse contexto, é importante destacar o avanço político-institucional da política habitacional nos últimos anos. Retomando o planejamento de longo prazo do setor, foi elaborada a Política Nacional de Habitação (PNH) em 2004 e instituídos o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), regulamentados pela Lei nº 11.124/2005. Aliada a essa estruturação do setor, destaca-se o alcance de um novo patamar de investimentos em provisão habitacional e urbanização de assentamentos precários com o Programa de Aceleração do Investimento, com prioridade de atendimento às famílias de mais baixa renda e o fortalecimento das relações federativas, sobretudo por meio do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), que contabiliza mais de 3,8 milhões de unidades habitacionais contratadas, desde 2009. A ampliação dos investimentos também tem sido acompanhada por um grande esforço de organização do setor da construção civil visando soluções mais baratas e de melhor qualidade para a produção habitacional de interesse social no âmbito do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade do Habitat. Ademais, a produção habitacional para a classe média foi ampliada com a criação de um novo mercado imobiliário para essa faixa de renda, graças ao aumento do crédito derivado da estabilidade econômica, da melhoria de renda da população e do aperfeiçoamento das normas do setor, que permitiram elevar os recursos disponíveis.

Buscando consolidar e aprimorar esses esforços, o Programa Temático Moradia Digna do PPA 2016-2019 é estruturado em cinco Objetivos. O primeiro Objetivo busca a melhoria das condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários, por meio da execução de ações integradas de habitação, infraestrutura, regularização fundiária e inclusão sócio ambiental, dando continuidade aos investimentos realizados nessa área. O segundo Objetivo, de ampliação do acesso à habitação à população de baixa renda, contempla o Programa Minha Casa, Minha Vida, que vai disponibilizar mais três milhões de moradias em áreas urbanas e rurais até 2019, aprimorando medidas que promovem maior integração urbana e sustentabilidade dos empreendimentos – conexão com a malha viária, boas condições de acessibilidade e mobilidade, oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. O terceiro visa facilitar o acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros, por meio das metas de disponibilização de recursos do FGTS e do SBPE para operações destinadas à construção, requalificação, reforma ou aquisição de imóvel novo ou usado. O quarto Objetivo trata do fortalecimento técnico e institucional dos atores envolvidos

na implementação da política habitacional de interesse social, por meio de metas e inciativas de apoio à elaboração de planos e projetos para habitação de interesse social, ao fortalecimento da Política Nacional de Habitação – PNH e da sua articulação com outras políticas públicas, como saúde, educação, assistência, segurança, trabalho e renda, entre outras. O quinto Objetivo visa à ampliação dos patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Moradia Digna

- Melhorar as condições de vida e de habitabilidade das famílias de baixa renda que vivem em assentamentos precários.
- Ampliar o acesso à habitação, de forma subsidiada ou facilitada, priorizando o atendimento à população de baixa renda, por intermédio do Programa Minha Casa, Minha Vida.
- Incentivar a construção, aquisição, ampliação e melhorias habitacionais, por meio de medidas de facilitação do acesso ao financiamento imobiliário, estimulando a oferta de crédito pelos agentes financeiros.
- Fortalecer a capacidade técnica e institucional dos atores envolvidos na implementação da política habitacional de interesse social para elevar a qualidade da inserção urbana e sustentabilidade dos empreendimentos e contribuir para inclusão socioeconômica das famílias beneficiadas.
- Elevar os patamares da qualidade da construção civil, por meio da criação e implementação de mecanismos de modernização tecnológica e gerencial, incluindo conceitos e metas de sustentabilidade, contribuindo para ampliar o acesso à moradia digna para a população de menor renda.

Petróleo e Gás

O petróleo, desde a sua descoberta, tem crescido de importância ao longo do tempo acompanhado pelo desenvolvimento de novas tecnologias de prospecção e exploração. Atualmente, sua utilização vai muito além dos fins energéticos, como é o caso da produção de gasolina, óleo diesel, óleo combustível e querosene, sendo utilizado também na produção de lubrificantes, asfaltos, entre outros produtos, e servindo de insumo para a indústria petroquímica, que transforma o petróleo refinado em produtos base para grande parte da indústria química. Tais produtos são utilizados na confecção de roupas, colchões, embalagens, brinquedos, móveis e eletrodomésticos, dentre outras.

No desenho do PPA 2016-2019 a indústria do petróleo e gás e de combustíveis são tratadas em

diferentes Programas Temáticos. O Programa Petróleo e Gás engloba as políticas públicas para o segmento de upstream de petróleo e de gás natural, ou seja, as fases de exploração e produção e, ainda, escoamento da produção, e para o segmento midstream de gás natural, que trata do seu processamento e transporte. O Programa Temático Combustíveis refere-se ao midstream e ao downstream de derivados de petróleo, que abrangem transporte, refino e distribuição de produtos ao mercado, além de todo o setor de biocombustíveis.

A indústria de Petróleo e Gás (P&G) é complexa, rica e diversificada, sendo determinada por estratégias de médio e longo prazo e possuindo forte influência do mercado internacional. Nesse mercado, variáveis que perpassam questões geopolíticas se entrelaçam com aspectos tecnológicos e econômicos, o que torna crítica a função de planejamento do setor.

Tais variáveis impactam diretamente os preços internacionais de petróleo que, historicamente, têm apresentado certa volatilidade. Por outro lado, as variações nos preços internacionais do petróleo e derivados, a taxa de câmbio e o volume da produção e do consumo internos influenciam o resultado da balança comercial brasileira.

A principal contribuição para o resultado deficitário nos últimos anos foi a importação de diesel, petróleo e gás natural, fomentada pelo aumento da demanda interna por combustíveis, a qual foi alavancada pelo acréscimo na utilização de termelétricas em decorrência da situação hídrica do país.

Eventos recentes, como o arrefecimento mundial da demanda por petróleo, em especial devido ao declínio da demanda na China e na União Europeia, a decisão dos países da OPEP em manter a produção dos países do bloco e o aumento da eficiência energética e crescimento da produção interna de petróleo nos EUA e Canadá - impulsionada pela exploração de recursos não convencionais, contribuíram para a queda substancial nos preços internacionais, saindo de um patamar de aproximadamente US$ 100,00 em 2013 para cerca de US$ 47,00 no início de 2015. Essa redução de preço, configurando-se por um longo período, passa a demandar ajustes internos na programação de investimentos das empresas do setor.

Para o setor de Petróleo e Gás (P&G), a política nacional está direcionada para a ampliação da oferta de forma a atingir a autossuficiência do país. Para os próximos anos, a perspectiva é de crescimento consistente da produção, fruto dos investimentos realizados principalmente na área do pré-sal que, em 2014, representou cerca de 25% da produção nacional de petróleo.

Da mesma forma, a produção nacional de gás avançou substancialmente nos últimos anos. Passou-se de uma média de 65,9 milhões de m3/dia, em 2011, para 87,4 milhões de m3/dia em 2014, representando um aumento de aproximadamente 33% em três anos. Em paralelo, busca-se, numa perspectiva de médio e longo prazos, ampliar a exportação de excedentes de petróleo de forma a contribuir positivamente para o resultado das contas externas do país.

No PPA 2016-2019, a Diretriz Estratégica a ser seguida para o setor de energia é a seguinte:

- Promoção de investimentos para ampliação da oferta de energia e da produção de combustíveis, com ênfase em fontes renováveis.

Desta forma, o Programa Temático de Petróleo e Gás busca explicitar alguns dos desafios que se apresentam à política pública no momento.

Primeiramente, deve-se reforçar a função planejamento do setor, tendo como objetivo a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção (E&P). Tal ação pode ter por base o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás, e o planejamento da expansão da infraestrutura de gás natural, que se baseia no Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT). Além da revisão do Zoneamento e do PEMAT, para ajustar a política à dinâmica do setor, tem-se como uma das metas a proposição de novas diretrizes estratégicas a serem alcançadas pela política de E&P de petróleo e gás natural, em substituição ao que está hoje determinado na Resolução nº 8/2003 do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE). Deve-se buscar uma maior previsibilidade regulatória ao setor com ênfase no planejamento, pesquisas geológicas, rodadas de licitações e planos de expansão da infraestrutura de E&P.

Em relação ao planejamento do transporte de gás natural, identifica-se como uma das prioridades a concessão do gasoduto Itaboraí-Guapimirim, primeira proposta de construção de gasoduto de transporte com previsão no PEMAT.

A partir do planejamento, em consonância com as diretrizes estabelecidas, serão ofertadas áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural, conforme proposições elaboradas pelo MME e aprovadas pelo CNPE.

Em segundo lugar, foi definido um conjunto de Iniciativas para viabilizar a expansão da produção de petróleo e gás e o alcance de metas estabelecidas a partir das previsões do PDE 2023, que demandam um robusto programa de investimentos em infraestrutura. A questão do financiamento apresenta-se como um desafio adicional, dado o cenário de baixo preço do petróleo e as dificuldades de acesso a crédito que se apresentam.

Também se reveste como desafio, incentivar a indústria nacional, com inovação, conteúdo local, capacitação tecnológica, geração de emprego e renda e redução de desigualdades regionais.

Finalmente, a política de P&G deve priorizar a coordenação das atividades do setor com as questões de sustentabilidade, em particular pela implementação de instrumentos do Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo em Águas sob Jurisdição Nacional e aquelas relativas à Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Petróleo e Gás

- Planejar a manutenção e o desenvolvimento das atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural, tendo como ferramenta principal o Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás.
- Produzir Petróleo e Gás Natural por meio da implantação de sistemas coordenados de exploração, produção e processamento, atendendo à política de conteúdo local.

- Planejar e expandir a infraestrutura de transporte e o mercado de gás natural, tendo por base o Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário de Gás Natural – PEMAT.
- Incentivar o desenvolvimento sustentável da indústria do petróleo e gás natural, com ações voltadas à geração de empregos, à qualificação profissional, à competitividade, à pesquisa, desenvolvimento e inovação e ao conteúdo local.
- Promover a sustentabilidade ambiental nos processos de exploração e produção na cadeia produtiva do petróleo e gás.

Planejamento Urbano

O modelo de urbanização brasileiro foi marcado pela desigualdade social e territorial, pelo crescimento desordenado das cidades, pela ociosidade do uso do solo de áreas urbanizadas, pela degradação ambiental e pela priorização do uso do automóvel em detrimento do transporte coletivo. Este modelo é consequência, entre outros motivos, de um planejamento urbano excessivamente normativo e muitas vezes desconectado dos processos reais de produção e transformação das cidades. Também é resultado de políticas públicas urbanas que ignoraram as desigualdades sociais, reforçando a fragmentação da cidade em áreas ricas, onde os investimentos em desenvolvimento urbano sempre foram concentrados, e áreas pobres, desprovidas de investimentos em desenvolvimento urbano e submetidas a uma regulação urbanística muitas vezes excludente.

Soma-se a esse quadro a configuração de aglomerações urbanas derivadas da concentração populacional em grandes centros, constituindo as chamadas regiões metropolitanas, que hoje concentram os maiores déficits em infraestrutura urbana no país e acumulam graves problemas sociais e econômicos. Do ponto de vista territorial, trata-se de grandes manchas urbanas com diferentes configurações espaciais. Do ponto de vista da gestão, tem-se um mosaico geralmente heterogêneo de arranjos institucionais, políticas setoriais e Planos Diretores que não dialogam entre si, tornando a governança metropolitana muitas vezes precária e ineficiente, especialmente no que tange à consecução das funções públicas de interesse comum.

Em 2001, o Estatuto da Cidade, Lei Federal nº 10.257/01, regulamentou a matéria da política urbana constante da CF 1988, ratificando seus princípios e avançando na definição de ferramentas e diretrizes para o cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade, dentre as quais, o reconhecimento do Plano Diretor, elaborado pelos municípios de forma participativa, como o instrumento básico da política urbana municipal, a promoção do acesso à terra urbanizada, o reconhecimento do direito à cidade e à moradia digna para todos, o combate à especulação imobiliária, a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização e a gestão democrática, por meio da participação popular.

Também a criação do Ministério das Cidades em 2003 e do Conselho das Cidades em 2004, bem como a realização de cinco Conferências Nacionais das Cidades entre 2004 e 2014, fortaleceram a instituição de políticas e programas para o enfrentamento das carências urbanas em escala nacional, com base no Estatuto da Cidade.

E com o objetivo de fortalecer a execução compartilhada de funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas, o recente Estatuto da Metrópole (Lei nº 13.089, em 12 de janeiro de 2015) avançou na definição de estratégias, instrumentos e diretrizes de planejamento e gestão, como a instituição do conceito de gestão plena para a governança metropolitana e a elaboração dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI).

No entanto, ainda há um longo caminho a percorrer no sentido de melhorar a qualidade de vida nas cidades e ampliar o acesso à terra urbanizada para todos. No campo do planejamento urbano, especialmente da regulação urbanística, que é matéria de competência local, nota-se uma generalizada fragilidade da regulação do parcelamento, uso e ocupação do solo voltada ao cumprimento das funções sociais da cidade e da propriedade. Embora 87% dos municípios com obrigatoriedade de elaboração do Plano Diretor tenham elaborado seus Planos Diretores (IBGE/MUNIC, 2013), e embora grande parte tenha previsto instrumentos do Estatuto da Cidade, compreende-se que ainda permanece um grande desafio de qualificação dos Planos para que estejam alinhados aos princípios do Estatuto da Cidade e, ainda, possam responder como instrumentos eficientes de gestão do solo em um contexto urbano metropolitano.

Somado a isso, é necessário buscar estratégias de materialização das diretrizes e intenções dos Planos Diretores Urbanos e dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado em curto e médio prazo, através do incentivo à implementação de projetos urbanos estratégicos, capazes de integrar no território políticas e investimentos com vistas a alavancar o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo.

Quanto à irregularidade fundiária, embora esteja predominantemente associada à precariedade urbana, requerendo ações de urbanização integrada, o território urbano brasileiro ainda apresenta expressivas porções de cidades irregulares. A situação jurídica irregular da terra dificulta ou impede a realização de investimentos públicos e privados no território, necessários para garantir o desenvolvimento urbano.

Nesse contexto, um dos grandes desafios no âmbito do Programa Planejamento Urbano é a elaboração do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano – SNDU. O Sistema tem como objetivo consolidar os mecanismos de gestão democrática introduzidos pelo Estatuto da Cidade, além de implementar a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano – PNDU, articulando e integrando as políticas setoriais de habitação, saneamento ambiental, mobilidade, acessibilidade urbana e planejamento territorial, por meio de planos e demais instrumentos que orientem as ações do Estado e da sociedade na produção e gestão das cidades.

É necessário, portanto, em âmbito municipal e metropolitano, caminhar no sentido de promover

a reforma urbana e a inclusão sócio territorial, seja através do fortalecimento do planejamento e da gestão do território, seja promovendo a ocupação eficiente e inclusiva das áreas urbanas consolidadas em contraponto à expansão urbana indiscriminada e desordenada.

Diante desse contexto, o Programa Temático Planejamento Urbano foi estruturado em 3 Objetivos que visam dar suporte aos entes federativos na implementação da política urbana local e metropolitana, apontando para um crescimento inclusivo, com melhoria das condições de vida e bem-estar da população brasileira, alinhando-se à Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições de moradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

O primeiro Objetivo do Programa visa fomentar a implementação de instrumentos de planejamento e de gestão urbana, por meio de metas de apoio à implementação de instrumentos do Estatuto da Cidade e do Estatuto da Metrópole, da elaboração de diretrizes ambientais no âmbito de instrumentos de planejamento urbano e da capacitação de gestores, técnicos e agentes sociais. O segundo tem foco nas transformações urbanísticas estruturais e na urbanização acessível, por meio da implementação de projetos urbanos em parceria com a iniciativa privada. E o terceiro Objetivo é de promoção da regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e de redução da pobreza urbana, por meio da ampliação do Programa Papel Passado e da regularização fundiária em terras da União.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Planejamento Urbano

- Fomentar a implementação de instrumentos democráticos e participativos de planejamento e de gestão urbana sustentável como forma de promover a reforma urbana, a acessibilidade e a redução das desigualdades sociais.
- Promover a regularização fundiária urbana como forma de ampliação do acesso à terra urbanizada e redução da pobreza urbana.
- Fomentar transformações urbanísticas estruturais e urbanização acessível orientadas pelas funções sociais da cidade e da propriedade.

Saneamento Básico

O saneamento básico tem um papel fundamental na indução do desenvolvimento sustentável e, por conseguinte, na melhoria da qualidade de vida da população brasileira e na garantia da preservação dos recursos naturais para as gerações futuras. Com essa visão, em 2007 foi sancionada a Lei nº 11.445, marco legal da política de saneamento no Brasil. Essa lei "estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico" e define o saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de: abastecimento de água potável;

esgotamento sanitário; limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas. Com base no marco legal, em dezembro de 2013 foi sancionado o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), que estima, para os próximos 20 anos, as metas, a necessidade de investimentos para alcançá-las, macrodiretrizes, estratégias e programas de investimentos federais.

Além da recente normatização, outro fator positivo para o setor foi o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que definiu uma robusta carteira de investimentos em saneamento em todo o país, com previsibilidade da oferta de recursos e com a implementação de um conjunto de medidas institucionais para acelerar a execução dos empreendimentos. Portanto, nos últimos anos, o saneamento básico tem experimentado um dos melhores momentos da trajetória econômica do setor. Com o lançamento do PAC em 2007, o volume de contratações no setor elevou-se de uma média de R$ 3 bilhões anuais verificada de 2003 até 2006 para cerca de R$ 10 bilhões por ano até 2014.

A cobertura dos serviços avançou nos últimos anos. Entre 2002 e 2013, 18,7 milhões de domicílios passaram a dispor de acesso à rede de distribuição de água ou poço ou nascente com canalização interna. Isso representa uma ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água, em áreas urbanas, de 94% para 98% dos domicílios. Na zona rural, o resultado também foi expressivo, passando de 55% para 73% dos domicílios. No mesmo período, a cobertura da rede de esgotos e a utilização de fossas sépticas cresceu de 77% para 84% dos domicílios nas áreas urbanas e, nas rurais, de 17% para 30% dos domicílios. Com isso, 16,6 milhões de domicílios passaram a dispor de esgotamento sanitário e, consequentemente, de melhores condições ambientais e de saúde. Igualmente, foi satisfatório o resultado observado para a coleta direta de resíduos sólidos nas áreas urbanas, que abrangia 94% dos domicílios em 2013. Ao considerar o total de domicílios que passaram a contar com o serviço de coleta no período, verifica-se a ampliação da cobertura para mais 16 milhões de domicílios em 11 anos. Quanto à drenagem, em 2013, cerca de 46% dos municípios haviam sido atingidos em suas áreas urbanas por alagamentos, enchentes ou enxurradas nos últimos 5 anos.

Entretanto, no âmbito regional, o acesso aos serviços é marcado por desigualdades. Cerca de 66% dos domicílios brasileiros que não dispõem de rede de abastecimento de água ou poço ou nascente com canalização interna e 46% dos domicílios que compõem o déficit de acesso à rede coletora de esgotos ou fossa séptica estão localizados nos estados da Região Nordeste. Avaliando a distribuição dos déficits em relação à localização do domicílio, nota-se que expressiva parcela deles está concentrada em áreas rurais.

Também se observa que o acesso aos serviços é fortemente associado às condições socioeconômicas do domicílio. Aproximadamente 97% da população brasileira que não tinha acesso ao abastecimento de água por rede geral ou poço ou nascente, com canalização interna, possuía renda domiciliar mensal de até 3 salários mínimos em 2013. Para o esgotamento sanitário,

observa-se que 71% do déficit de acesso à fossa séptica e rede coletora também se concentra em extratos populacionais que recebem até 3 salários mínimos.

De forma geral, esses dados não consideram aspectos qualitativos sobre os serviços e as implicações das soluções adotadas. Por exemplo, dispor de uma ligação à rede não significa ter acesso regular à água. Por exemplo, em 2013 foram registradas 89 mil interrupções sistemáticas nos sistemas. Da mesma forma, para o esgotamento sanitário, a questão do tratamento dos esgotos merece especial atenção e não pode ser analisada somente sob a ótica das pesquisas domiciliares. Em 2013, o Brasil coletava apenas 61% do esgoto gerado e tratava 69% do esgoto coletado. Quanto aos resíduos sólidos, os vazadouros a céu aberto (lixões) ainda constituem o destino final dos resíduos sólidos em parcela considerável dos municípios brasileiros.

Por isso, o Plansab classifica o acesso aos serviços de saneamento básico em: adequado, atendimento precário e sem atendimento. Sob essa perspectiva, as situações entendidas como "déficit" incluem aquelas sem atendimento e, também, as que têm atendimento precário, visto que, apesar de não impedirem o acesso ao serviço, este é ofertado em condições insatisfatórias ou provisórias, possivelmente comprometendo a saúde humana e a qualidade do ambiente domiciliar e do seu entorno.

Além disso, um dos principais desafios a serem enfrentados pelo setor diz respeito à consolidação e ampliação de medidas estruturantes, tendo em vista a necessidade de superação das ineficiências históricas associadas à gestão dos serviços de saneamento.

Assumindo que a alocação dos recursos associada a ações de melhorias da gestão dos serviços é uma forma pela qual a política governamental influencia o desenvolvimento regional, promove a inclusão social e reduz as desigualdades sociais, e considerando-se a magnitude da concentração das carências dos serviços em populações de baixa renda, considera-se essencial priorizar a atuação estatal em áreas de baixa renda para o alcance da universalização do acesso ao saneamento básico, especialmente, no contexto de erradicação da extrema pobreza.

Com base nas metas do Plansab, o Programa Temático Saneamento Básico almeja a universalização do acesso aos serviços de saneamento com equidade e integralidade, em áreas urbanas e rurais, com atenção especial à gestão dos serviços. Assim, de forma integrada às demais políticas urbanas, os Objetivos e Metas desse Programa alinham-se à Diretriz Estratégica:

- Promoção do desenvolvimento urbano integrado e sustentável, ampliando e melhorando as condições dmoradia, saneamento, acessibilidade, mobilidade urbana e trânsito, com qualidade ambiental.

O Programa Temático Saneamento Básico é formado por três Objetivos que espelham os três programas desenhados no Plansab: Saneamento Estruturante, Saneamento Rural e Saneamento Básico Integrado.

O primeiro Objetivo trata da implementação de medidas estruturantes para assegurar a melhoria

da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, por meio de metas relacionadas ao apoio para a elaboração de planos municipais, estudos e projetos, combate às perdas e controle da qualidade da água, entre outras inciativas.

O segundo tem foco nas áreas rurais e comunidades tradicionais, com vistas a assegurar a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico, por meio da implementação de medidas estruturais e estruturantes. Suas metas e iniciativas visam a ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e a ampliação ou melhoria das ações de saneamento em comunidades ou domicílios rurais dispersos e comunidades tradicionais ou quilombolas, por meio de tecnologias apropriadas.

O último Objetivo é o de implementação de medidas estruturais em áreas urbanas; por meio dos investimentos em obras de infraestrutura, visando a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico nessas áreas. As metas desse Objetivo visam a expansão do número de domicílios atendidos por serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a ampliação do tratamento do esgoto coletado e a instalação de unidades hidrossanitárias em domicílios carentes.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Saneamento Básico

- Implementar medidas estruturantes que assegurem a melhoria da gestão e da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, considerando o abastecimento de água potável, o esgotamento sanitário, a drenagem e manejo de águas pluviais, e a limpeza e manejo de resíduos sólidos urbanos;
- Implementar medidas estruturais e estruturantes em áreas rurais e comunidades tradicionais, que assegurem a ampliação do acesso, a qualidade e a sustentabilidade das ações e serviços públicos de saneamento básico;
- Implementar medidas estruturais em áreas urbanas, por meio de ações que assegurem a ampliação da oferta e do acesso aos serviços públicos de saneamento básico.

Transporte Aquaviário

O Transporte Aquaviário possui relevância crescente no cenário logístico brasileiro. A navegação interior também ampliou sua participação no transporte de cargas do país, impulsionada pelo crescimento da cabotagem. Esta modalidade foi responsável pelo transporte de mais de 147 milhões de toneladas em 2014.

A Nova Lei dos Portos, Lei nº 12.815, de 5 de junho de 2013, trouxe importantes inovações para o setor aquaviário, com medidas que têm como premissa incentivar a modernização da

infraestrutura e da gestão portuária, a expansão dos investimentos privados no setor, a redução de custos e o aumento da eficiência portuária, além da retomada da capacidade de planejamento portuário, com a reorganização institucional do setor e a integração logística entre modais.

Esses aspectos alicerçaram a construção do Programa Temático de Transporte Aquaviário para o PPA 2016-2019. O desenho do programa alinha-se com as principais estratégias definidas para a atuação governamental no período do PPA, em especial, com a Diretriz Estratégica relacionada ao transporte:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

Os Objetivos voltados à adequação da capacidade portuária, ao aprimoramento da governança e da gestão do setor, à melhoria da produtividade do sistema e à promoção da sustentabilidade ambiental, foram formulados com vistas a tornar o sistema portuário e o transporte aquaviário brasileiro competitivos frente ao mercado internacional e sustentáveis ambientalmente. Estão previstas ainda ações direcionadas à expansão da cobertura e ampliação da capacidade da rede de transporte hidroviário no país, assegurando sua disponibilidade e promovendo a modernização da frota mercante.

Esses objetivos estão previstos por meio dos investimentos na melhoria das instalações portuárias e das condições dos acessos aquaviários e terrestres, considerados como um dos principais gargalos logísticos. As iniciativas propostas pelo Programa contemplarão ainda obras civis de superestrutura e de infraestrutura de acostagem e abrigo, bem como a execução de obras e serviços de dragagem. Está prevista também a realização de arrendamentos de áreas operacionais nos portos organizados.

O governo federal implementará ainda iniciativas para a retomada da capacidade de planejamento com a reorganização institucional do setor portuário e a integração logística entre os modais de transporte. Uma das metas a ser alcançado pelo Programa no PPA 2016-2019 é atingir o índice de 80% de cumprimento de metas de desempenho empresarial nos portos organizados, por meio de implementação de um novo modelo de governança corporativa das Companhias Docas. Para isso, é necessário adequar as poligonais dos portos organizados, criar um sistema de custos e repactuar os convênios de delegação, estabelecendo metas de desempenho e estimulando programas de modernização da gestão.

A superação dos gargalos logísticos do setor portuário, que é um dos desafios para o governo federal, terá continuidade por meio da implantação do Sistema de Gestão do Tráfego de Embarcações nos portos públicos, da expansão do sistema Porto Sem Papel (PSP) em Terminais de Uso Privado alfandegados, da implementação de otimização do fluxo logístico de acesso terrestre, além do desenvolvimento de Áreas de Apoio Logístico (AALPs) no entorno dos portos públicos. Iniciativas como a integração do PSP ao Portal Único de Comércio Exterior, a

implantação do projeto Cadeia Logística Portuária Inteligente nos principais portos públicos e a implementação de ações para o incentivo ao uso da navegação interior e de cabotagem também estarão em curso nos próximos anos.

No período de 2016 a 2019, estão previstas ações para promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados com ações que permitam o acompanhamento e controle de gestão ambiental em instalações portuárias de modo que pelo menos 25% dos portos organizados do país mantenham o índice de desempenho ambiental (IDA) igual ou superior a 85.

O Programa Temático do Transporte Aquaviário terá ainda como meta a expansão da cobertura da rede de transporte hidroviário do país, por meio de intervenções nos corredores hidroviários e da construção de novos portos fluviais. Apesar do país possuir uma rede hidrográfica significativa, apenas uma pequena fração dela é usa comercialmente. Diante disso, estão previstas intervenções para a eliminação de pontos críticos, por meio de dragagens de aprofundamento, melhorias em eclusas e pontes, e ações de derrocamento nas principais hidrovias.

Tendo em vista que as hidrovias são o principal meio de locomoção de passageiros na Região Norte, serão implantadas ainda iniciativas para assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas na região, por meio de ações como a manutenção e a operação dos corredores hidroviários e de instalações portuárias adjacentes.

Alinhadas às demais estratégias previstas no Programa estão ações que visam ao fomento para a modernização, renovação e ampliação da frota mercante brasileira e do parque nacional de estaleiros, que, além de contribuir para aumento da utilização do transporte aquaviário e consequente redução dos fretes, podem ser consideradas como um grande incentivo à indústria naval brasileira.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Transporte Aquaviário

- Ampliar a capacidade da rede de transporte hidroviário por meio da melhoria das condições de navegabilidade existentes e da adequação da infraestrutura portuária pública de pequeno porte.
- Expandir a cobertura da rede de transporte hidroviário por meio de intervenções nos corredores hidroviários e de novas instalações portuárias públicas de pequeno porte.
- Modernizar, renovar e ampliar a frota mercante brasileira de longo curso, de cabotagem e navegação interior e o parque nacional de estaleiros, por meio de concessão de financiamento com recursos do FMM.
- Assegurar a disponibilidade da rede de transporte hidroviário de passageiros e cargas por meio da manutenção e da operação.

- Adequar a capacidade portuária à demanda de carga e passageiros, por meio da melhoria nas condições dos acessos aquaviários e terrestres e das instalações portuárias.
- Aprimorar a governança e modernizar a gestão do setor portuário.
- Melhorar a produtividade, nível de serviços e otimizar os fluxos logísticos do sistema portuário na movimentação de carga e transporte de passageiros.
- Promover a sustentabilidade ambiental e a revitalização de áreas portuárias nos portos organizados.

Transporte Terrestre

O Sistema Federal de Viação (SFV), instituído pela Lei nº12.379, de 06 de janeiro de 2011, parte integrante do Sistema Nacional de Viação (SNV) tem por objetivo estabelecer uma rede de transporte capaz não só de atender aos grandes fluxos de pessoas e mercadorias no país, mas também assegurar a unidade nacional, a integração regional e internacional e garantir a malha viária estratégica necessária à segurança do território nacional.

No componente do transporte terrestre, dois subsistemas federais foram definidos na Lei: o rodoviário e o ferroviário. O subsistema rodoviário compreende todas as rodovias administradas pela União, direta ou indiretamente, sendo a Rede de Integração Nacional (RINTER) constituída pelas rodovias que promovem a integração regional, interestadual e internacional ou que ligam as capitais entre si ou que atendem aos grandes fluxos de transportes ou, ainda, que provem ligações indispensáveis à segurança nacional. O subsistema ferroviário federal é constituído pelas ferrovias, existentes ou planejadas, que atendam ou venham a atender a grandes fluxos de transportes ou que possibilitem o acesso aos portos e terminais do SFV ou que possibilitem a conexão com o sistema ferroviário internacional ou ainda que promovem as ligações necessárias à segurança nacional.

Essas grandes áreas de atuação, evidenciadas no texto da Lei, fundamentaram a delimitação da diretriz que norteou a elaboração do programa temático Transporte Terrestre para o PPA 2016-2019. O caminho proposto a se seguir, nesse novo ciclo de planejamento, aponta para uma consolidação e um aumento de eficiência do SFV, realizados de forma a intensificar a integração de modais, a integração regional, nacional e sul-americana, a competitividade do setor produtivo, desenvolvendo o país de maneira sustentável. É o que apresenta o texto da Diretriz Estratégica:

- Investimentos na melhoria do transporte de passageiros e de carga, buscando a integração modal, a eficiência da rede de transporte, a competitividade do país, o desenvolvimento sustentável e a integração regional, nacional e sul-americana.

A organização do Programa, em Objetivos, está associada aos grandes desafios que precisam

ser enfrentados e superados. São evidentes, por exemplo, a preocupação com o aumento da cobertura da malha, a ampliação da capacidade das rodovias e ferrovias e a melhoria da eficiência e da segurança do transporte terrestre.

Para enfrentar tais desafios, diferentes estratégias, financiadas tanto por recursos públicos como privados, foram escolhidas para o transporte terrestre. Destacam-se: as concessões, a construção e manutenção da malha, as intervenções em perímetros urbanos, as intervenções na sinalização e as ações de fiscalização e controle.

As novas concessões rodoviárias e ferroviárias terão forte impacto na melhoria do transporte do país, já que se concentram em eixos viários estruturantes e de grande demanda de cargas e passageiros. Somente para o ano de 2016, conforme aponta a nova etapa do Programa de Investimentos em Logística (PIL), lançado pelo governo federal em junho de 2015, está prevista a concessão de 4.371 km de rodovias que, além de terem os serviços ampliados aos usuários, terão melhoramentos importantes como duplicação de trechos, acréscimo de terceiras faixas, implantação de serviços de atendimento e socorro ao usuário, melhoria da sinalização, entre outras medidas. São 11 trechos rodoviários importantes, abrangendo 10 estados, com investimentos projetados na ordem de R$ 31,2 bilhões. São eles: a BR-364/RO/MT, a BR-262/MS, a BR-267/MS, a BR-470/282/SC, a BR-101/116/290/386/RS, a BR-101/SC, a BR-280/SC, a BR-101/493/465/RJ/SP, a BR-262/ 381/MG, a BR-101/BA e a BR-101/232/PE. Além de investimentos e melhorias em rodovias já concedidas, nos próximos da ordem de R$ 15,3 bilhões.

No modo ferroviário, o enfoque está na concessão para a construção de novas ferrovias, com os seguintes trechos previstos: Palmas/TO - Anápolis/GO (este já construído) e Barcarena/PA - Açailândia/MA, da Ferrovia Norte-Sul, com 1.430 km; Anápolis/GO - Estrela D'Oeste/SP - Três Lagoas/MS (em fase final de construção no trecho até Estrela D'Oeste), também da ferrovia Norte-Sul, com 895 km; Lucas do Rio Verde/MT - Miritituba/PA, com 1.140 km, e Rio de Janeiro/RJ - Vitória/ES, com 572 km. Além disso, está prevista para 2016 a conclusão do estudo para a construção da ferrovia bioceânica que conectará o Brasil ao Pacífico. Novos investimentos em concessões ferroviárias existentes também serão realizados - são estimados investimentos na ordem de R$ 16 bilhões para a redução de interferências urbanas, a ampliação de capacidade das ferrovias, a construção de novos pátios e ramais, assim como melhoria de equipamentos de via e sinalização.

Destacam-se ainda a construção e a pavimentação de rodovias, a construção de novas ferrovias e ainda a construção de conexões ferroviárias e acessos, com a continuidade da implementação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No intento de ampliar a cobertura da rede de transporte terrestre, tais intervenções contribuem para a redução do isolamento regional e para promover uma matriz de transporte mais equilibrada entre os diferentes modais. O Programa tem como metas a construção ou a pavimentação de 1.575,1 km de rodovias, 1.208,6 km de ferrovias e ainda 247 km de conexões e acessos ferroviários.

No contexto do PAC, ressaltam-se também as intervenções para ampliação de capacidade viária, em especial a duplicação de rodovias, a construção de terceiras faixas e a adequação de acessos rodoviários aos portos – obras justificadas pela necessidade de adequação da capacidade da rede de transporte terrestre à demanda, com capacidade de promover o ganho de eficiência e a segurança do transporte. As metas propostas são: adequar 2.204,3 km de rodovias federais com recursos do orçamento, duplicar 2.772,5 km de rodovias concedidas e adequar 34 km de acessos.

Outra estratégia em destaque é a manutenção da malha rodoviária. Uma boa condição de tráfego da malha gera impacto direto tanto na eficiência como na segurança do transporte. O Programa prevê a manutenção permanente de 100% da malha rodoviária sob a administração federal.

As intervenções nas malhas rodoviárias e ferroviárias em perímetros urbanos também são evidenciadas. Essas intervenções possibilitam a melhoria da eficiência dos modos de transporte terrestre, já que promovem o aumento da velocidade média dos veículos que atravessam centros urbanos, e da segurança viária, pois evitam o contato entre os fluxos de transporte urbanos e os de longa distância, minimizando o risco e a gravidade de acidentes. O Programa prevê construir ou adequar 6 contornos ou anéis rodoviários, adequar 8 travessias rodoviárias urbanas, construir 10 contornos e variantes ferroviárias e realizar 22 outras adequações ferroviárias em perímetro urbano.

Por último, destacam-se a sinalização viária e a fiscalização e controle de velocidade e de pesagem de veículos - conjunto de ações que viabilizam a estratégia voltada para a segurança do transporte, contribuindo para a redução do número e da gravidade dos acidentes em rodovias. O Programa prevê implantar e operar 92 equipamentos de medição de peso e 2.500 equipamentos de controle de velocidade. Pretende-se ainda padronizar a sinalização em 100% da malha rodoviária sob administração federal, e 55 pontos de fiscalização eletrônica para o transporte rodoviário de cargas e passageiros.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Transporte Terrestre

- Promover a expansão da malha ferroviária federal por meio da construção de novas ferrovias, conexões ferroviárias e acessos.
- Ordenar o tráfego nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, de anéis, de variantes ferroviários e outras intervenções.
- Ampliar a oferta de serviços aos usuários e melhorar a infraestrutura ferroviária por meio da manutenção e da concessão de ferrovias federais existentes.
- Promover a construção e a pavimentação da malha rodoviária federal incluindo pontes, viadutos e túneis.
- Ordenar o tráfego rodoviário nos perímetros urbanos, com a construção de contornos, anéis e travessias urbanas e outras intervenções.

- Adequar a capacidade dos eixos rodoviários federais, com a duplicação de rodovias, construção de terceiras faixas ou outras medidas que melhorem a fluidez do tráfego.
- Melhorar a trafegabilidade e a segurança da malha rodoviária federal não concedida, por meio da sua manutenção permanente, e da melhoria da sinalização e do controle dos limites de peso e de velocidade.
- Promover a fluidez, a qualidade e a segurança do transporte de pessoas e cargas, por meio da concessão de rodovias federais e da fiscalização eficiente dos serviços de transporte rodoviário regulados.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO E AMBIENTAL

Agropecuária Sustentável

Ciência, Tecnologia e Inovação

Comércio Exterior

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Defesa Agropecuária

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

Desenvolvimento e Promoção do Turismo

Mudança do Clima

Pesca e Aquicultura

Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Qualidade Ambiental

Recursos Hídricos

Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

Agropecuária Sustentável

Nos últimos anos, o setor agropecuário produziu uma revolução na economia brasileira. Multiplicou sua produção por meio da incorporação de tecnologias e recursos humanos capacitados, amparados por pesquisa de ponta. Gerou empregos e alcançou novos patamares na produção de insumos e de bens de capital. Obteve contínuos recordes de safras, aumento progressivo na produção de carnes, leite e derivados e frutas, além de crescimento da oferta de produtos agropecuários não alimentares. Este contínuo aumento da produção se explica não apenas pelos estímulos representados pela alta dos preços externos que marcaram a economia internacional até pouco tempo atrás, mas pelo crescente desenvolvimento tecnológico e por medidas de fomento e apoio, em especial as relacionadas ao crédito rural e aos instrumentos de garantia de preço e renda.

O bom desempenho da agropecuária nacional possibilita ao país oferecer à sua população alimentos em quantidade e qualidade, gerando empregos e garantindo segurança alimentar. Além disso, os excedentes da produção agropecuária, exportados para o mundo, conferem protagonismo ao Brasil no mercado global de commodities e são decisivos para a geração de superávits na balança comercial.

Para manter e fortalecer o setor agropecuário, o Brasil deve estabelecer sólidas estratégias para enfrentar os desafios que tem pela frente. Dentre os desafios, destacam-se: a) estabelecer novos padrões para uma agropecuária sustentável, buscando estruturar tecnologicamente os sistemas de produção para ampliar e incorporar práticas sustentáveis, b) promover uma agropecuária intensiva, tecnológica e inovadora, c) desenvolver a infraestrutura de apoio e logística; d) promover a equidade na distribuição de benefícios, renda e no acesso dos produtores aos bens e serviços públicos.

As seguintes Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019 orientaram a formulação do Programa Agropecuária Sustentável:

- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Combate à pobreza e redução das desigualdades, promovendo o acesso equitativo aos serviços públicos e ampliando as oportunidades econômicas no campo e na cidade.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.

O programa foi estruturado em Objetivos, Metas e Iniciativas, que abordam os seguintes recortes da política pública: i) crédito, seguro, armazenagem e geração de informações; ii) sustentabilidade ambiental; iii) inclusão social, cooperativismo e associativismo; e iv) agricultura irrigada.

Em relação ao primeiro recorte, destacam-se as medidas relacionadas à ampliação do crédito rural, ao aperfeiçoamento dos mecanismos de gestão dos riscos climáticos, com ênfase no seguro rural, ao aumento da capacidade estática de armazenagem, tanto pública quanto no âmbito privado e aquelas relacionadas à redução da assimetria de informações, procurando criar sistemas de dados e divulgar, de forma mais organizada e acessível, informações estratégicas para a tomada de decisão pelos produtores rurais. Quanto à sustentabilidade ambiental, sobressaem os instrumentos destinados a promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica, bem como elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC). Destacam-se, no âmbito da inclusão social, medidas para incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais, com vistas à expansão da classe média rural. Finalmente, o programa prevê uma série de estímulos à agricultura irrigada, enfocando o apoio aos investimentos privados e a transferência dos perímetros públicos de irrigação aos agricultores irrigantes.

Dentre as metas estabelecidas no âmbito do programa, cabe destacar: i) Expandir a renda dos estabelecimentos rurais das classes C e D; ii) Aumentar o volume de crédito rural aplicado na agricultura empresarial; iii) Elevar a área coberta pelo seguro rural subvencionado; iv) Ampliar a capacidade estática do parque de armazenagem nacional no âmbito privado; v) Ampliar em 700.000 toneladas a capacidade estática de armazenagem da Companhia Nacional de Armazenagem; vi) Incorporar 1,5 milhão de hectares irrigados às áreas de produção agropecuária; vii) Ampliar a área plantada com florestas de 7,6 milhões de hectares para 9,0 milhões de hectares; e viii) Ampliar a adoção do Sistema Plantio Direto (SPD) em 5 milhões de hectares.

Assim, considerando o interesse social e a importância desse setor para desenvolvimento do país, a atuação do governo nos mercados agropecuários ocorrerá, no PPA 2016-2019, mediante a utilização de diversos instrumentos, sobretudo aqueles relacionados à minimização de riscos, à melhoria na alocação de recursos, à redução na flutuação da renda do produtor rural e à garantia de segurança alimentar.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Agropecuária Sustentável

- Ampliar a disponibilidade e o acesso aos recursos do crédito rural e a outras fontes de financiamento.
- Aperfeiçoar mecanismos de gestão de riscos climáticos e de proteção de renda para a atividade agropecuária, com ênfase no seguro rural.
- Ampliar a capacidade de armazenagem e promover o abastecimento alimentar e nutricional, a competitividade do setor, a geração de divisas cambiais e a produção e disseminação de informações agropecuárias.

- Aperfeiçoar o Monitoramento Meteorológico e Climático e os Sistemas de Previsão de Tempo e Clima, com ênfase na disponibilidade dos Dados Históricos e em Tempo Real.
- Concluir a implantação, melhorar a gestão, recuperar e modernizar os projetos públicos de irrigação existentes visando à emancipação.
- Desenvolver a cafeicultura de maneira sustentável, com geração de emprego, renda e divisas.
- Promover o conhecimento e elevar a adoção da Agricultura de Baixa Emissão de Carbono (ABC).
- Ampliar e diversificar a produção de biomassa agropecuária, com ênfase em cultivos agroenergéticos e florestas plantadas.
- Disseminar sistemas de produção agropecuária sustentável, com agregação de valor e renda, segurança do alimento, valorização de origem e conservação dos recursos naturais.
- Promover e induzir a transição agroecológica e a produção orgânica e de base agroecológica, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.
- Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural visando à melhoria da qualidade de vida, organização e sustentabilidade da base produtiva, geração de trabalho, emprego e renda, inclusão social e redução das desigualdades regionais.
- Incentivar o desenvolvimento econômico e social dos produtores rurais das classes C e D, em suas diversidades e amplitudes, com vistas à expansão da classe média rural.
- Promover o desenvolvimento da agropecuária irrigada de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, com racionalização dos recursos hídricos.

Ciência, Tecnologia e Inovação

A agenda de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) tem papel central na promoção do desenvolvimento socioeconômico dos países, sobretudo no cenário mundial contemporâneo, marcado pela crescente exigência de ganhos de produtividade e competitividade. Nesse sentido, o investimento contínuo em C,T&I, aliado à formação, capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos constituem demandas prioritárias às quais o Estado deve buscar atender. Ações de política pública nessa área são necessárias a qualquer país que deseja enfrentar as exigências do processo produtivo crescentemente globalizado, intensivo em conhecimento, altamente dinâmico e competitivo. Também é imprescindível que o Estado estimule a formação e o fortalecimento da inovação nas empresas e nos demais entes públicos ou privados, a

constituição e a manutenção de parques e polos tecnológicos e ambientes promotores da inovação, a criação, a absorção, a difusão e a transferência de tecnologia.

Nos últimos anos, enquanto outras economias emergentes mudaram sua estrutura de C,T&I, o Brasil manteve sua posição relativa em termos de participação na matriz mundial. Em que pese o aumento da produção científica brasileira, o país não avançou da mesma maneira na produção tecnológica. São necessários, portanto, a busca por maior estreitamento entre a produção científica e o desenvolvimento de novas tecnologias no país. Ademais, para acelerar o ritmo do avanço científico e tecnológico brasileiro, é preciso ampliar os investimentos públicos e privados em pesquisa e desenvolvimento (P&D), fortalecer a base científica e tecnológica nacional, intensificar o esforço inovativo das empresas brasileiras e impulsionar setores e atividades intensivos em tecnologia.

Para fazer frente a esses desafios, é necessário fortalecer os eixos estruturantes dessa política, quais sejam: i) a formação e capacitação de recursos humanos para a pesquisa e a inovação; ii) o suporte à pesquisa e à infraestrutura científica e tecnológica e; iii) o fomento à inovação tecnológica no setor produtivo brasileiro.

É nesse contexto que se deu a construção do Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação no PPA 2016-2019. A Diretriz Estratégica do Plano que o orienta é:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Programa está orientado ao desenvolvimento de Objetivos que refletem os esforços e o comprometimento, entre outros, com a formação de recursos humanos, com o financiamento de P&D em Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) e empresas e ainda com as Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI.

É por meio da formação e qualificação de recursos humanos, particularmente de pesquisadores, engenheiros e técnicos habilitados para atuarem em diferentes setores e áreas do conhecimento, que teremos as condições de promover os avanços necessários ao país. A formação e a qualificação oferecida aos jovens têm se mostrado eficazes para a sustentabilidade do processo de desenvolvimento da C,T&I. Bolsas de iniciação científica oferecem estas condições, que depois se somam às demais modalidades de bolsas para a continuidade das pesquisas e da oxigenação exigida neste setor.

Para dinamizar a produção científica e tecnológica nacional, a política de C,T&I deve fomentar o fortalecimento, ampliação e modernização da infraestrutura de P&D das ICTs públicas e privadas; uma maior integração das ICTs com o setor produtivo; o estabelecimento de redes cooperativas de P&D; e a articulação e integração entre os diversos órgãos e instituições que compõem o sistema nacional de C,T&I.

Os esforços de estímulo ao desenvolvimento tecnológico e inovação expressos no Programa visam, entre outros, a mobilização e a difusão da inovação, a criação de ambientes de inovação

como incubadoras de empresas e parques tecnológicos e a formação de redes de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Também é importante o aperfeiçoamento do marco regulatório relacionado à inovação, de forma a facilitar a ampliação dos investimentos em inovação.

Quanto às Unidades de Pesquisa e Organizações Sociais vinculadas ao MCTI, busca-se o aperfeiçoamento de sua ação com vista à superação dos desafios postos ao país, além da oferta de serviços a sociedade, envolvendo uma atuação específica em temas prioritários como energia, recursos hídricos, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais. Por exemplo, é meta do Programa disponibilizar para a comunidade científica, empresarial e setor produtivo cinco das 13 linhas de luz de uma nova fonte de luz síncrotron de 4ª Geração, que irá contribuir para o estudo da matéria em suas variadas formas, para agregar-se a laboratório multiusuário já existente em Campinas/SP, de grande importância para a comunidade científica e industrial brasileira.

A agenda de C,T&I também deve estar voltada para a inclusão social e para a redução das desigualdades existentes no país. A ciência e a tecnologia podem contribuir, decisivamente, com soluções criativas para melhorar a qualidade de vida da população, seja por meio do investimento em novas tecnologias urbanas e habitacionais ou mediante a criação e disseminação de tecnologias assistivas. As novas tecnologias, especialmente as tecnologias da comunicação, são fundamentais para os processos de inclusão social. Metas relacionadas são as de apoiar 360 projetos que contribuam para a melhoria da educação científica e para a popularização e difusão da ciência, tecnologia e inovação no país e de apoiar 40 projetos de tecnologias sociais e assistivas.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Ciência, Tecnologia e Inovação

- Fomentar, incluindo ações internacionais, o processo de geração e aplicação de novos conhecimentos, dando especial atenção ao equilíbrio entre as regiões do país.
- Disponibilizar pesquisas, produtos e serviços para a sociedade por meio das unidades de pesquisa do MCTI.
- Promover a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação em tecnologias digitais, componentes e dispositivos eletrônicos.
- Promover a formação, capacitação e fixação de recursos humanos qualificados voltados à ciência, tecnologia e inovação.
- Promover políticas e ações colaborativas de ciência, tecnologia e inovação para a inclusão social.
- Promover o desenvolvimento tecnológico e a inovação nas empresas e nas cadeias produtivas.
- Promover políticas e programas de pesquisa, desenvolvimento e inovação e disseminar dados e informações em áreas estratégicas.

Comércio Exterior

O comércio exterior brasileiro nos últimos 15 anos teve evolução marcada por momentos distintos: déficit comercial no ano 2000; superávits crescentes entre 2001 e 2006, acompanhados por forte expansão da corrente de comércio; de 2007 até 2013 redução paulatina dos superávits; e, por fim, emergência de um pequeno déficit em 2014. Essas variações resultam de diferentes conjunturas econômicas, nacionais e internacionais.

O ambiente de crise internacional estabelecido a partir de 2008 aumentou a concorrência entre as nações, especialmente dos países desenvolvidos, em virtude, sobretudo, do desaquecimento da demanda mundial. No comércio de bens manufaturados houve elevada concorrência e medidas protecionistas voltaram a ser adotadas em diversos países.

De 2012 em diante as exportações brasileiras passaram a recuar em valor, com quedas de 5,3% em 2012, 0,2% em 2013 e 7,0% em 2014. Os principais fatores que explicam esses resultados compreendem a crise em países da União Europeia, a desaceleração do ritmo de crescimento da economia chinesa, a queda generalizada dos preços internacionais de commodities agrícolas e minerais, e, por fim, a crise na economia argentina, principal parceiro comercial do Brasil no âmbito do Mercosul e um dos mercados de destino mais relevantes de bens manufaturados nacionais.

No que tange ao comércio de serviços, no período recente o Brasil ampliou sua participação nos fluxos globais, com as exportações e as importações apresentando crescimento superior ao desempenho mundial. Entre 2009 e 2014, as exportações de serviços no mundo cresceram 38,2%, contra expansão de 51,7% das brasileiras. As exportações brasileiras de serviços estão largamente associadas a projetos de infraestrutura que envolvem cadeias de fornecedores formadas, em sua maioria, por micro, pequenas e médias empresas, que desempenham atividades ligadas à inovação e que geram empregos qualificados e de elevada remuneração. Contudo, o Brasil ainda apresenta um déficit estrutural na balança de serviços (é apenas o 31º exportador mundial de serviços).

Com vistas a estimular a retomada do crescimento, a diversificação e a agregação de valor e de intensidade tecnológica dos produtos e serviços exportados pelo país, foi lançado o Plano Nacional de Exportações (PNE), que integra a política comercial brasileira e tem o intuito de incentivar, facilitar e aumentar as exportações brasileiras. O Plano faz parte de um conjunto de políticas estruturais de desenvolvimento produtivo coordenadas pelo governo federal, que se somam a iniciativas governamentais de ampliação de investimentos em infraestrutura, de melhorias dos ambientes tributário e regulatório e de desburocratização e simplificação.

Em consonância com o PNE, o Programa de Comércio Exterior do PPA 2016-2019 foi construído, tendo por base ainda a Diretriz Estratégica do Plano:

- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.

Um amplo conjunto de iniciativas foi definido para alcançar esses objetivos. O sistema de defesa comercial brasileiro será aperfeiçoado com o desenvolvimento do Sistema DECOM Digital, o que permitirá a informatização dos processos administrativos de defesa comercial, e a elaboração de novo decreto sobre medidas compensatórias e de salvaguardas, para reduzir custos e garantir maior celeridade, transparência e ampla defesa nos procedimentos de defesa comercial.

Os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações serão aprimorados mediante estímulos à oferta de financiamento a exportações com custos compatíveis com o mercado internacional, ou mesmo a oferta direta de financiamentos; o crédito deverá alcançar as micro, pequenas e médias empresas (MPME). Haverá também reforço dos instrumentos de seguro e garantia públicos.

A consolidação da base exportadora em todas as regiões do Brasil terá como base o Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE), um dos instrumentos para a implantação do Plano Nacional de Exportações (PNE), em conjunto com os Estados da Federação e com a colaboração de instituições privadas.

Já a promoção comercial de bens e serviços brasileiros será fortalecida por meio de 3 principais instrumentos: as missões comerciais, a promoção da imagem do Brasil e o aprimoramento das ferramentas de inteligência e de promoção comercial. Também se busca ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários por meio de acordos tarifários e não tarifários e de iniciativas como a conclusão de negociações em curso, a antecipação de cronogramas de acordos em vigor, o aprofundamento da cobertura de acordos existentes e o lançamento de novas iniciativas negociadoras.

Todas essas ações contam com o apoio de uma sólida agenda de simplificação, modernização e aprimoramento das normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços, para garantir maior dinamismo e competitividade ao comércio exterior brasileiro.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Comércio Exterior

- Aperfeiçoar o sistema de defesa comercial brasileiro.
- Aprimorar os instrumentos de apoio creditício oficial às exportações.
- Consolidar e fortalecer a base exportadora em todas as regiões do Brasil.
- Fomentar a promoção comercial de bens e serviços brasileiros.
- Ampliar o acesso das exportações de bens e serviços e dos investimentos brasileiros em mercados prioritários.
- Simplificar, modernizar e aprimorar as normas e a gestão do comércio exterior de bens e serviços.
- Aprimorar o controle aduaneiro do comércio exterior, com vistas à facilitação dos procedimentos e exigências, garantindo a segurança no fluxo de bens e mercadorias.

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

Biodiversidade é a variabilidade entre organismos vivos de todas as origens; expressa a diversidade da vida na Terra e representa fator primordial para a preservação do equilíbrio na natureza. O Brasil apresenta elevada biodiversidade, com participação estimada em mais de 13,2% do total de espécies do planeta.

Além de apresentar grande variabilidade genética das espécies, o país apresenta elevado percentual do território coberto por áreas protegidas: aproximadamente 18% do território são cobertos por Unidades de Conservação e 13% por Terras Indígenas. Comparativamente, verifica-se que o Brasil é referência mundial em percentual de áreas protegidas.

A conservação efetiva e o uso sustentável da biodiversidade em um país continental e diverso como o Brasil representam grandes desafios. O Programa Temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade foi construído a partir da Diretriz Estratégica:

- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.

O Programa é composto por um agrupamento de Objetivos que procura retratar os desafios da temática. Em síntese, o programa aborda a redução da extinção das espécies da biodiversidade, o melhor aproveitamento do patrimônio genético, a regularização ambiental por meio dos instrumentos do Código Florestal, a elevação de renda e inclusão social e produtiva, a ampliação da produção florestal e o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Em relação à conservação de espécies, o Brasil possui 120.000 espécies de invertebrados e aproximadamente 9.000 espécies de vertebrados. Deste universo da fauna brasileira, 1.173 espécies estão ameaçadas de extinção, das quais 42% com Planos de Ação com medidas para combater as ameaças que colocam em risco a população. Em relação à flora, o país possui cerca de 46.000 espécies, com 2.113 ameaçadas de extinção, sendo 3,78% das espécies ameaçadas com Planos de Ação. Um dos desafios da temática é a execução das ações previstas nos Planos de forma que as espécies tenham seu risco de extinção reduzido e saiam da lista de espécies ameaçadas.

Outra questão retratada no Programa Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade é o potencial de exploração de produtos oriundos do patrimônio genético, como fármacos (principalmente fitoterápicos), cosméticos e produtos alimentícios. Aqui, um dos principais desafios reside na ampliação da produção e comercialização de produtos oriundos do acesso ao patrimônio genético e da repartição de benefícios com a população detentora do conhecimento tradicional associado. Para isso, foi aprovada a Lei nº 13.123/2015, que torna o processo mais simples e célere, e proporciona ampliação desse mercado, com a participação, geração de emprego e ampliação da renda das comunidades tradicionais e dos agricultores tradicionais.

Outro desafio colocado à sociedade brasileira é a regularização ambiental dos imóveis rurais, agenda de política pública consolidada com a Lei nº 12.651/2012 que criou o Cadastro Ambiental Rural (CAR). O país apresenta aproximadamente 397 milhões de hectares (ha) de área passível de cadastro no CAR e, em maio de 2015, a área total cadastrada chegou a cerca de 212 milhões de ha (53,56%). Todos os imóveis rurais precisam ser cadastrados até maio de 2016. A partir de maio de 2017, a inscrição da propriedade no CAR torna-se obrigatória para a concessão de crédito agrícola.

O uso da biodiversidade é umas principais fontes de recursos das populações tradicionais. Nesse contexto, foi lançado o Programa Bolsa Verde, parte do Plano Brasil sem Miséria, que concede R$ 300,00 a cada trimestre às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas prioritárias e desenvolvem atividades de conservação ambiental. De 2011 até junho de 2015, foram incluídas no programa cerca de 72 mil famílias. O objetivo do Programa Bolsa Verde é promover a inclusão social e produtiva da população, por meio da assistência técnica rural e fomento a arranjos produtivos locais. Haverá ampliação do número de beneficiários do Programa e de ações de inclusão produtiva, com ênfase na promoção dos produtos da sociobiodiversidade.

No que tange às florestas, o Brasil conta com uma das maiores áreas florestais do mundo, aproximadamente 313 milhões de hectares de florestas públicas. Isso implica em grandes responsabilidades de conservação, mas também em alto potencial de exploração mediante manejo florestal sustentável dos recursos madeireiros e não madeireiros (óleos, frutos, resinas, plantas medicinais) da floresta.

Outro recorte estruturante do Programa é a gestão efetiva das Unidades de Conservação (UC). O país apresenta 18,7% do território coberto por Unidades de Conservação, mas nem todas estas áreas se apresentam consolidadas. Os principais desafios são: regularização territorial das áreas; criação de conselhos gestores; ampliação das unidades com planos de manejo; e ampliação do ecoturismo.

Dentre as metas do Programa, destacam-se: i) Incentivar a recuperação de 20% das áreas degradadas dos imóveis rurais que aderirem ao Programa de Regularização Ambiental – PRA; ii) Ampliar de 70 mil para 90 mil as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Verde; iii) Ampliar de 840 mil para 3,5 milhões de hectares sob concessão florestal para a produção sustentável; iv) Ampliar a regularização fundiária de 12,9 milhões de hectares para 17,9 milhões de hectares nas Unidades de Conservação Federais; v) Ampliar de 155 para 215 Unidades de Conservação Federais dotadas com planos de manejo; e vii) Reduzir o risco de extinção de 10% das espécies constantes das Listas Nacionais Oficiais de espécies ameaçadas de Extinção.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade

- Reduzir ameaça à extinção de espécies da biodiversidade brasileira, recuperar suas populações e promover o conhecimento e o uso sustentável.

- Promover o desenvolvimento sustentável das cadeias produtivas e do conhecimento oriundo da utilização de patrimônio genético e conhecimento tradicional associado por meio da implementação de sistema de acesso e repartição de benefícios, resguardados os direitos dos povos indígenas e povos e comunidades tradicionais.
- Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal.
- Contribuir para a conservação do meio ambiente por meio da elevação de renda e inclusão social e produtiva.
- Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras.
- Fortalecer o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Consolidar as Unidades de Conservação Federais.

Defesa Agropecuária

A contínua expansão da produção agropecuária brasileira e do acesso a mercados externos requer um serviço de defesa agropecuária para redução dos riscos de introdução e disseminação de pragas e doenças, notadamente em um país continental e com ampla diversidade de biomas.

No PPA 2016-2019, o Programa Defesa Agropecuária se orienta pelas seguintes Diretrizes Estratégicas do Plano:

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.

Em sua construção, o Programa Defesa Agropecuária está alinhado ao recém-lançado Plano de Defesa Agropecuária – PDA 2015/2020, que possui os seguintes alicerces: modernização e desburocratização de processos; atualização do marco regulatório; suporte estratégico por meio de ferramentas de inteligência e gestão de riscos; sustentabilidade econômica e metas de qualidade dos serviços laboratoriais da fiscalização e de controle e erradicação de pragas e doenças por meio da instituição de áreas livres.

A partir desses pilares, foram construídos objetivos relacionados à modernização das ações de Defesa Agropecuária, ao fortalecimento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) e à reestruturação do Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional (VIGIAGRO).

As ações de vigilância e defesa sanitária são organizadas, sob a coordenação do poder público nas várias instâncias federativas e no âmbito de suas competências, em um Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA), regulamentado pelo Decreto nº 5.741/2006. O SUASA inclui o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção, fiscalização, classificação e vigilância do trânsito de animais, vegetais, insumos e produtos de origem animal e vegetal, além de educação sanitária.

O Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional - VIGIAGRO possui a missão institucional de proteção sanitária de um país que possui 7.367 km de costa litorânea, 15.735 km de faixa de fronteira, região limítrofe com dez países, abrangendo 11 Unidades da Federação e 588 municípios, além de 31 portos, 24 portos secos, 26 aeroportos internacionais, 28 pontos de fronteira alfandegados e 27 aduanas especiais. O VIGIAGRO exerce a fiscalização das operações de comércio exterior de produtos de origem animal e vegetal e de fiscalização de insumos agrícolas e pecuários, visando reduzir o risco de introdução e disseminação de pragas e doenças dos animais e vegetais, salvaguardando a saúde pública, o desenvolvimento do agronegócio e as exportações de produtos agropecuários brasileiros. O VIGIAGRO também atua na fiscalização do comércio e do trânsito irregulares de bagagens de passageiros em viagens internacionais e do contrabando por rotas ilegais que implicam risco de introdução de agentes etiológicos de doenças e pragas no país.

Dentre as metas do PPA 2016/2019 destacam-se: a reestruturação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA) com ampliação da capacidade técnica e operacional dos Órgãos de Defesa Agropecuária Estaduais; ampliação da zona livre de Peste Suína Clássica (PSC) em 4.027.669 km2; implementação do sistema nacional de emergências zoosanitárias e fitossanitárias; erradicação da praga Bactrocera carambolae nos Estados do Pará, Amapá e Roraima; ampliação da zona livre de febre aftosa com vacinação em 1,94 milhão de Km2; modernização da infraestrutura dos Laboratórios Nacionais Agropecuários (LANAGROS).

Assim, o Programa Defesa Agropecuária, no PPA 2016-2019, visa implantar ações de defesa agropecuária que fortaleçam o desempenho conjunto em nível federal, estadual e local, de forma coordenada e com a participação do setor privado, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do agronegócio brasileiro e o acesso ao mercado externo.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Defesa Agropecuária

- Fortalecer o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA.
- Modernizar o Sistema de Vigilância Agropecuária Internacional – VIGIAGRO.

- Modernizar as ações de Defesa Agropecuária por meio do aperfeiçoamento dos mecanismos que asseguram a sanidade dos vegetais, a saúde dos animais, a idoneidade dos insumos e serviços e a conformidade dos produtos agropecuários.

Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

A política industrial visa alterar qualitativamente os padrões e a estrutura produtiva do país, com ações pactuadas entre Estado, setor privado e sociedade civil. Na última década, foram observados três períodos distintos de política industrial.

O primeiro deles reativou o papel do Estado com o lançamento, em 2004, da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Dessa iniciativa decorrem a Lei do Bem, a Lei de Inovação e a Lei de Biossegurança, bem como a criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI). Em seguida, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) contribuiu para que o país abrandasse a crise global desencadeada em 2008. A PDP foi, sobretudo, uma política setorial estruturante, com a criação do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). O mais recente ciclo começou em 2011 com o Plano Brasil Maior (PBM), que manteve a abordagem setorial, com foco em ações como a desoneração fiscal, a constituição de regimes tributários especiais e programas setoriais de grande envergadura a exemplo do Inovar Auto.

Apesar dessas e de outras iniciativas do governo federal que ajudaram a sustentar o mercado doméstico e o emprego, desde 2008 a crise internacional vem reduzindo os efeitos setoriais das políticas industriais. Com isso, a participação da indústria no PIB brasileiro vem caindo.

A perda de dinamismo da indústria brasileira representa um dos principais desafios colocados ao país no período recente. Do ponto de vista produtivo, o retorno do crescimento da indústria é essencial para o desenvolvimento, uma vez que é tradicionalmente aí que se originam a maior parte das inovações tecnológicas e os maiores saltos de produtividade. De um ponto de vista social, o desenvolvimento passa pela preservação e aumento dos salários reais e do emprego, o que significa que a competitividade industrial não deve ser obtida com restrições de salários. Como compatibilizar competitividade da indústria e preservação dos ganhos sociais das últimas décadas? A resposta está na obtenção de ganhos de produtividade por meio, de um lado, da redução custos sistêmicos (financeiros, tributários, infraestrutura) e, de outro lado, da ampliação da capacidade inovadora e da melhoria do ambiente de negócios.

Os serviços também estão no centro do debate sobre desenvolvimento produtivo, competitividade e inovação. Além da participação destacada na geração do valor agregado da economia, 71,0% em 2014 (IBGE, Contas Nacionais), e na composição do emprego, a produção do setor associa-se cada vez mais aos determinantes do crescimento econômico e da produtividade. São exemplos disso: a educação, o crescente uso das tecnologias da informação e comunicação, os serviços de logística, a intermediação financeira etc.

No PPA 2016-2019 o Programa Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços associa-se diretamente ao desafio da produtividade e competitividade colocado ao país. Isto se expressa, primeiramente, na Diretriz Estratégica do Plano que o orienta:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

A agenda de desenvolvimento produtivo, dos setores industrial e de comércio e de serviços, se organiza no Programa em objetivos que buscam ampliar a produtividade e a competitividade da base produtiva nacional com ênfase na modernização do parque fabril, o fomento à inovação nas empresas, e a disseminação da certificação e regulamentação de novas tecnologias.

No sentido de restabelecer os padrões de produtividade e competitividade das indústrias brasileiras foram propostos os Objetivos de "Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial" e de "Apoiar os Arranjos Produtivos Locais para o adensamento das cadeias produtivas nacionais". As metas associadas a esses Objetivos focam na eficiência do processo produtivo, especialmente energética, na ampliação do investimento na indústria, na atualização da frota de logística de transporte e na capacitação técnica local.

Ademais, o Programa explicita como Objetivo o propósito de "Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva". Faz-se mister agregar valor, melhorar as capacidades empresariais e a inovação, colaborando para a diversificação com qualidade da estrutura produtiva brasileira nos setores responsáveis pela ocupação da maior parte da força de trabalho do país.

Por fim, com o objetivo de "Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional", busca-se a melhoria do ambiente de inovação, o desenvolvimento de negócios nascentes associados a novas tecnologias, o intercâmbio com o exterior para o desenvolvimento de projetos que viabilizem absorção e atualização de tecnologia, a qualificação técnica profissional e a inserção do setor produtivo nas novas fronteiras tecnológicas compõem um conjunto sinérgico de iniciativas que pretendem trazer robustez para o sistema nacional de inovação e a competitividade das empresas. Espera-se, com isso, atrair novos centros de P&D para o país e viabilizar startups como instrumento inovador estratégico.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Desenvolvimento da Indústria, Comércio e Serviços

- Fomentar a competitividade e a inovação nas cadeias produtivas e a harmonização das relações de consumo por meio da metrologia, avaliação da conformidade e regulamentação técnica.

- Promover a inovação nas empresas, o estímulo à P&D e a qualificação profissional.
- Fortalecer e desenvolver os setores de comércio e serviços, contribuindo para agregação de valor, melhoria nas capacidades empresariais, inovação e diversificação produtiva.
- Elevar a competitividade, a qualidade e a produtividade da indústria brasileira por meio do investimento, da melhoria dos processos produtivos e da modernização do parque industrial.
- Apoiar os Arranjos Produtivos Locais para o adensamento das cadeias produtivas nacionais.

Desenvolvimento e Promoção do Turismo

O setor de turismo possui destacada importância na economia mundial, com tamanho estimado equivalente ao de mercados como o de combustíveis, produtos químicos, alimentação e automobilístico. Em 2014 estima-se que o turismo tenha movimentado 10% de toda a riqueza gerada na economia mundial (Conselho Mundial de Viagens e Turismo, WTTC).

No Brasil, o turismo tem se consolidado como uma atividade econômica de grande relevância, representando, de acordo com o WTTC, 3,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2014. Em termos globais, Brasil aparece como a 9º maior economia de turismo. Considerando seus efeitos diretos, indiretos e induzidos, estima-se que em 2014 o turismo tenha movimentado R$ 492 bilhões no país, o que representa 9,6% da economia brasileira, com empregos diretos e indiretos a ordem de 8,8 milhões de pessoas (WTTC).

O Brasil sediou a Copa do Mundo de Futebol em 2014. A Copa projetou a imagem do turismo brasileiro no Brasil e no mundo. Cerca de 1 milhão de estrangeiros circularam no Brasil durante o torneio, além dos próprios brasileiros que ampliaram viagens no período. Mais de 490 cidades brasileiras foram visitadas por estrangeiros durante a Copa.

O mundo aprovou o turismo no Brasil: mais de 95% dos visitantes internacionais que aqui estiveram durante a Copa têm intenção de retornar, segundo levantamento realizado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) e divulgado pelo Ministério do Turismo. O desafio agora é intensificar as ações de promoção dos destinos e produtos turísticos brasileiros de forma a garantir a continuidade do aumento do fluxo turístico no país, com competitividade e sustentabilidade. Nesse sentido, a inédita realização dos Jogos Olímpicos em 2016 no Brasil constitui enorme oportunidade.

As políticas de turismo buscam dinamizar o setor por meio de diversos instrumentos: melhorias da base legal e do ambiente de negócios; investimentos; estímulos ao empreendedorismo; apoio à estruturação de destinos e produtos turísticos; aprimoramento da qualidade da oferta turística; consolidação da inteligência competitiva.

As políticas públicas voltadas para o setor do turismo estão expressas no PPA 2016-2019 no Programa Desenvolvimento e Promoção do Turismo que está amparado na Diretriz Estratégica:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

Considerando os desafios mencionados, a agenda de desenvolvimento e promoção do setor turístico brasileiro, o Programa se orienta por dois objetivos. O primeiro trata da estruturação de destinos, com a capacitação e profissionalização de pessoal e a execução obras de infraestrutura turística. Merecem destaque as ações voltadas para a sustentabilidade e inclusão turísticas, como a Campanha Passaporte Verde, o portal Turismo Acessível, e o turismo em comunidades tradicionais. O segundo objetivo foca na promoção do turismo doméstico e do turismo internacional no Brasil, com meta de atração de turistas estrangeiros e iniciativas de apoio a eventos como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Desenvolvimento e Promoção do Turismo

- Promover os destinos, produtos e serviços turísticos brasileiros no país e no exterior.
- Aumentar a competitividade dos destinos, produtos e serviços turísticos.

Mudança do Clima

Os gases presentes na atmosfera permitem a passagem de radiação solar, mas impedem que parte do calor, em forma de radiação infravermelha, retorne ao espaço. Tais gases, denominados gases de efeito estufa (GEE), são essenciais para tornar a Terra um planeta habitável. No entanto, sua concentração tem crescido de forma constante desde a Revolução Industrial, tornando-se uma preocupação incorporada à agenda da maioria dos países.

O Brasil estabeleceu, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima realizada em Copenhague em 2009, o compromisso voluntário de redução de suas emissões de GEE. Até 2020, o país pretende reduzir entre 36,1% e 38,9% suas emissões por meio de ações ligadas à redução das taxas de desmatamento na Amazônia e no Cerrado, à ampliação da eficiência energética e à adoção na agropecuária de práticas e sistemas de uso e manejo sustentáveis e conservacionistas dos recursos naturais, dentre outras. Daí a instituição da Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) pela Lei nº 12.187/2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.390/2010.

O Programa Temático Mudança do Clima do PPA 2016-2019 também retrata o compromisso voluntário brasileiro de redução de emissões de GEE. Foi elaborado a partir da seguinte Diretriz Estratégica:

- Ampliação das capacidades de prevenção, gestão de riscos e resposta a desastres e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

O Programa Temático possui Objetivos relacionados à implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima, ao desenvolvimento de tecnologias associadas ao combate ao desmatamento e incêndios florestais e à geração de informação para a mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.

Ao longo da implementação da PNMC, em especial das ações relacionadas à redução do desmatamento na Amazônia Legal por meio do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), em vigor desde 2004, verifica-se significativa mudança da composição das emissões brasileiras, com queda das emissões por mudança do uso da terra, incluindo desmatamento, e aumento da participação do setor de energia.

O Programa Mudança do Clima buscará promover a mitigação e adaptação às mudanças climáticas pela implementação, aprimoramento e revisão dos instrumentos da PNMC, especialmente os planos setoriais de mitigação e os planos de ação de combate ao desmatamento dos biomas. Especificamente para o monitoramento e o acompanhamento das reduções de GEE, está prevista a implantação do Sistema Modular de Monitoramento e Acompanhamento das Reduções de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SMMARE).

O Plano Nacional de Adaptação, em elaboração e também considerado na programação do PPA 2016-2019, será implementado para promover a resiliência do país à mudança do clima, além de evitar e minimizar perdas e aproveitar possíveis oportunidades. O financiamento de atividades - que reduzam as emissões, promovam a remoção por sumidouros de GEE e a adaptação à mudança do clima - continuará a ser desempenhado em conjunto pelo Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (Fundo Clima), um dos instrumentos da PNMC, e pelo Fundo Amazônia.

O monitoramento por sensoriamento remoto foi instrumento crucial na estratégia de combate ao desmatamento, queimadas e incêndios florestais, o que alterou o padrão das emissões de GEE no Brasil. O projeto de Monitoramento do Desmatamento da Amazônia Legal – PRODES – revolucionou a percepção do governo e da sociedade sobre o processo de desmatamento na Amazônia Legal. No Programa Mudança do Clima, propõe-se a expansão do monitoramento do desmatamento para todos os biomas brasileiros e o monitoramento de área queimada, risco de queima e severidade do fogo para todo território nacional. De forma complementar, será ampliada a capacidade de monitoramento por radar da Amazônia Legal, atuando num período de vulnerabilidade que se apresenta durante os meses de alta cobertura de nuvens, quando as imagens de satélite perdem sua efetividade.

Outra questão fundamental é a geração e disseminação de informações, conhecimento e tecnologias correlatas. Nesse contexto, o contínuo aprimoramento de modelos do sistema terrestre é estratégico, uma vez que projeções climáticas e cenários constituem insumos básicos para a elaboração e gestão de diversas políticas públicas associadas a riscos e vulnerabilidade

a eventos extremos, gestão de recursos hídricos, produção de energia, mobilidade urbana, áreas costeiras, produção agrícola, incêndios florestais, dentre outras.

Para suprir as lacunas de conhecimento já identificadas, agências nacionais de fomento de C&T ou fundos internacionais promoverão o fomento à pesquisa e projetos em Mudança do Clima. A ampliação e o fortalecimento da Rede Brasileira de Pesquisas sobre Mudanças Climáticas, a Rede CLIMA, também tem papel importante para o objetivo a ser cumprido de gerar e disseminar informações, conhecimentos e tecnologias sobre Mudança do Clima.

No âmbito da Convenção do Clima, notadamente no que se refere à prestação de informações padronizadas internacionalmente pelos países que a integram, a Comunicação Nacional, os Relatórios Bienais e o Relatório de Avaliação das Necessidades Tecnológicas para o Brasil serão elaborados num ambiente de maior institucionalização, aproveitando a experiência e consolidação do processo de elaboração do Inventário de Emissões e das Estimativas Anuais de Emissões.

Todas essas questões estão abordadas no programa Mudança do Clima. Pretende-se, em última análise, que o efetivo cumprimento dos Objetivos nele propostos possa levar o Brasil a progredir em uma trajetória de mitigação e de adaptação à Mudança do Clima, de forma compatível e harmônica com o desenvolvimento econômico e social.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Mudança do Clima

- Gerar e disseminar informação, conhecimento e tecnologias para mitigação e adaptação aos efeitos das mudanças climáticas.
- Mitigar a mudança do clima e promover a adaptação aos seus efeitos, por meio da implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Desenvolver tecnologias para o monitoramento por sensoriamento remoto do desmatamento, uso da terra e ocorrência de queimadas e incêndios florestais e disseminar as informações geradas.

Pesca e Aquicultura

O Brasil possui cerca de 7,4 mil km de costa e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) com mais de 3,5 milhões de km², além de aproximadamente 13% do total mundial da reserva de água doce disponível, incluindo cerca de 5,5 milhões de hectares de lâminas d'água públicas represadas e abundante biodiversidade aquática. Esses fatores conformam um potencial extraordinário para a atividade pesqueira e aquícola no país, que vem passando por um processo de ampliação do consumo per capita de pescado, tendo alcançado 10,8 Kg/hab/ano em 2013, já próximo dos 12Kg/hab/ano recomendados pela Organização Mundial de Saúde.

Em 2013, a produção da aquicultura nacional atingiu 476 mil toneladas, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Já a produção da pesca extrativa, calculada pelo Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, alcançou 765 mil toneladas. Quanto ao comércio externo de pescado, o Brasil vem acumulando déficits no período recente, indicando que a expansão da demanda doméstica nos últimos anos não foi acompanhada, em termos proporcionais, pelo aumento da produção. Em 2014, o Brasil importou 411 mil toneladas, no valor de US$ 1.560 milhões; as exportações, por seu turno, somaram 35 mil toneladas, gerando cerca de US$ 234 milhões.

Os números gerais, portanto, indicam que, apesar do enorme potencial, o Brasil ainda enfrenta inúmeros desafios a fim de ampliar a produção nacional com sustentabilidade e inclusão social, dentre os quais cabe destacar: a promoção do desenvolvimento científico e tecnológico e o levantamento regular e confiável de dados estatísticos do setor; a melhor organização da cadeia produtiva e a promoção de investimentos com ampliação do crédito; a implementação de infraestrutura para desembarque, beneficiamento e comercialização de pescado; a modernização da frota pesqueira nacional; a promoção do ordenamento para a gestão sustentável dos recursos pesqueiros e o licenciamento ambiental da aquicultura; a implementação da política de sanidade pesqueira e aquícola; a promoção da inclusão social de pescadores e aquicultores.

Com vistas ao enfrentamento destes desafios, o Programa Pesca e Aquicultura alinha-se às seguintes Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019:

- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.
- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.
- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.

O Programa Pesca e Aquicultura visa, basicamente, à ampliação da produção aquícola e pesqueira, à adoção de medidas que promovam a sanidade dos recursos pesqueiros e aquícolas e ao ordenamento, monitoramento e controle dessa atividade. Além disso, destacam-se as medidas que serão tomadas para a inclusão social dos pescadores e aquicultores.

Dentro desse contexto, cabe citar as seguintes metas do Programa Pesca e Aquicultura: aumento da disponibilidade de crédito para o setor por meio dos Planos Safra da Pesca e Aquicultura; disponibilização de assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola; implantação e

adequação de terminais pesqueiros públicos; e implementação e regularização da aquicultura em reservatórios da União.

No que tange à pesquisa, estatística do setor, gestão e sanidade, as seguintes metas são destacadas: financiamento, pelo MPA, de 40 projetos de pesquisa em pesca e aquicultura e implantação do Consórcio Brasileiro em Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação e Transferência de Tecnologia em Pesca e Aquicultura (CTPA); funcionamento do Sistema Nacional de Informações Pesqueiras (Sinpesq); criação de nove Comitês Permanentes de Gestão compartilhada dos Recursos Pesqueiros e elaboração de 20 Planos de Gestão das principais pescarias brasileiras; desenvolvimento de parcerias com os órgãos estaduais de defesa sanitária animal para o monitoramento dos sistemas de produção e o controle de trânsito nacional de animais aquáticos e promoção da adequação higiênico-sanitária de embarcações pesqueiras - Programa Embarque Nessa.

Com relação à inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos profissionais que atuam na pesca e aquicultura, foram firmadas e terão prosseguimento as parcerias do MPA com os Ministérios da Educação (MEC), das Cidades (MCid), das Comunicações (MC), do Desenvolvimento Agrário (MDA), da Saúde (MS), do Trabalho e Emprego (MTE), da Previdência Social (MPS), e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Também será realizada a aquisição de pescado no mercado institucional, com foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em resumo, o Programa Pesca e Aquicultura no PPA 2016-2019 prevê a adoção de medidas de apoio ao setor pesqueiro e aquícola, com incentivos e investimentos que fomentem o aumento da produção de pescado com sustentabilidade ambiental e inclusão socioeconômica.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Pesca e Aquicultura

- Promover a Sanidade dos Recursos Pesqueiros e Aquícolas.
- Promover a inclusão social da população envolvida nas atividades de pesca e aquicultura.
- Promover o ordenamento, monitoramento e controle da atividade pesqueira.
- Estimular a ampliação da produção aquícola e pesqueira de forma sustentável e competitiva.

Pesquisa e Inovações para a Agropecuária

Os ganhos de produtividade do setor agropecuário, expressos no aumento da produção com economia de área plantada, são indissociáveis da capacidade brasileira de gerar conhecimentos científicos e tecnologias no setor. A manutenção desses ganhos exige esforços permanentes para prevenir retrocessos tecnológicos, obter novos avanços, manter a competitividade da pesquisa agrícola brasileira e, também, tratar de desafios contemporâneos, tais como: evitar erosão genética dos materiais em produção e avanços de pragas e doenças; aperfeiçoar o manejo e uso de recursos naturais, especialmente a gestão e uso racional e sustentável dos recursos hídricos e da biodiversidade e a preservação e uso sustentável dos biomas e dos recursos genéticos; e melhorar o desempenho de sistemas de produção.

O conjunto de objetivos e demais atributos propostos para este programa temático no PPA 2016-2019 constitui uma estrutura tática apta a orientar a atuação da política pública no desafio de garantir, em médio e longo prazo, mediante a geração e a adoção de soluções tecnológicas, o aumento da produtividade e da competitividade da agropecuária brasileira. Este conjunto busca, ainda, criar condições para que a produção nacional passe a se inserir na era da bioeconomia, onde se concentram as melhores oportunidades de futuro, protagonizando a disponibilização de produtos, tecnologias e serviços inovadores, para finalidades alimentícias e não alimentícias (fármacos, química industrial, combustíveis), a partir de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) majoritariamente gerada no país.

O Programa Temático Pesquisa e Inovações para Agropecuária visa ao desenvolvimento de pesquisas e a incorporação de conhecimentos e inovações tecnológicas pelo setor agropecuário brasileiro, além da disseminação da cultura e da ampliação do processo de inovação. Foi elaborado com base nas seguintes Diretrizes Estratégicas do PPA 2016-2019:

- Garantia do direito humano à alimentação adequada e saudável, com promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional.
- Promoção do desenvolvimento rural sustentável, visando a ampliação da produção e da produtividade agropecuária, com geração de emprego, renda, divisas e o acesso da população rural aos bens e serviços públicos.
- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Programa procura abordar todo o ciclo associado à produção e transferência de tecnologia. Neste contexto, além da produção do conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações no setor, o programa visa ao aprimoramento de parcerias, processos, capacitação de recursos humanos e à implementação de infraestruturas estratégicas para a P,D&I, além da ampliação dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada, como instrumento essencial para a transferência de tecnologia aos produtores rurais.

As atividades de pesquisa e desenvolvimento agropecuário do governo federal serão executadas por meio de uma programação de projetos convergentes, complementares e sinérgicos, organizados por temas estratégicos das cadeias produtivas da agropecuária, ou focados em temas específicos, como a agricultura familiar ou de alcance regional.

Do conjunto de metas destacam-se aquelas associadas à manutenção de uma média anual de 800 projetos de pesquisa na área, à capacitação de 10.000 agentes multiplicadores de soluções inovadoras para a agropecuária, à disponibilização de ATER a 120 mil produtores rurais e ao estabelecimento de convênios e contratos com organizações públicas e privadas, nacionais e internacionais, para a cooperação técnica e financeira em pesquisa agropecuária.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Pesquisa e Inovações para Agropecuária

- Fomentar a inovação na agropecuária, com ênfase na conservação de recursos genéticos, na promoção da proteção de cultivares e no desenvolvimento da tecnologia agropecuária.
- Ampliar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural continuada como instrumento de difusão de tecnologia.
- Produzir conhecimento científico e tecnológico para a geração de inovações na agropecuária.
- Promover a incorporação de soluções inovadoras pelas cadeias e arranjos produtivos da agropecuária para aumento da produtividade, competitividade e sustentabilidade.
- Aprimorar parcerias, processos, recursos humanos e infraestruturas estratégicas no país para a pesquisa, o desenvolvimento e as inovações da agropecuária.
- Desenvolver pesquisas integradas à assistência técnica e difusão tecnológica como instrumentos dinamizadores da competitividade e sustentabilidade agropecuária, e inclusão socioprodutiva nas regiões produtoras de cacau.

Qualidade Ambiental

A Lei nº 6.938/81 - Política Nacional do Meio Ambiente - define degradação da qualidade ambiental como sendo a alteração adversa das características do meio ambiente. Por sua vez, poluição é conceituada como sendo a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta e indiretamente: (i) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; (ii) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; (iii) afetem desfavoravelmente a biota; (iv) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e (v) lancem matéria ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Para lidar com a complexidade da prevenção, controle, mitigação e recuperação da qualidade ambiental, o novo Programa Qualidade Ambiental do PPA 2016-2019 incorpora, por meio dos seus atributos, os principais instrumentos das políticas públicas associadas a essas questões. A Diretriz Estratégica que orientou a sua elaboração é a seguinte:

- Promoção da conservação, da recuperação e do uso sustentável dos recursos naturais.

Basicamente, o Programa aborda questões, a seguir detalhadas, relativas ao controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos, à gestão de produtos químicos, ao controle das emissões atmosféricas de poluentes e à implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

O Licenciamento Ambiental é o processo autorizativo que permite o estabelecimento de condicionantes visando à adequação ambiental de atividades e empreendimentos, desde o planejamento dos projetos até a sua instalação e operação. Também apresenta procedimentos voltados a garantir participação social, propiciando o debate direto entre o poder público e diferentes setores da sociedade sobre questões referentes à sustentabilidade ambiental de atividades e empreendimentos. Dentre os seus desafios, está o desenvolvimento e a implementação do Sistema de Gerenciamento das Informações do Licenciamento Ambiental Federal - SIGA, que visa dar celeridade e transparência ao processo e é uma das metas desse Programa. Outras Metas também foram propostas para a fiscalização ambiental, relacionadas à instauração e julgamento de processos administrativos de apuração de infração ambiental e à realização de um quantitativo relevante de ações de fiscalização em todo o território nacional.

Substâncias químicas são parte integrante do cotidiano, tornando a vida de milhões de pessoas em todo o mundo mais produtiva e confortável. No entanto, há substâncias tóxicas que persistem, bioacumulam e são transportadas por longas distâncias, como por exemplo, os poluentes orgânicos persistentes (POPs) e o mercúrio. Assim, a gestão ambientalmente adequada desses poluentes requer coordenação entre governos, indústria, organizações não governamentais - ONGs e academia, precisamente o propósito da Comissão Nacional de Segurança Química (CONASQ) e do Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais envolvendo Produtos Químicos Perigosos (P2R2), criado pelo Decreto nº 5.098/2004. Destacam-se outros avanços como a elaboração do Plano Nacional de Implementação da Convenção de Estocolmo sobre Poluentes Orgânicos Persistentes (NIP-POPs) e a proposição de ações conjuntas para a redução do uso de agrotóxicos no âmbito do Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (PRONARA). Nesta área, uma das metas consiste na eliminação de 100% dos estoques de agrotóxicos obsoletos inventariados nos Estados de São Paulo, Paraná e Bahia. Ainda em relação a esse assunto, uma das iniciativas que constam no Programa Qualidade Ambiental é a "Elaboração do inventário de fontes e de emissões e liberações de mercúrio, no âmbito da Convenção de Minamata, por meio da aplicação de ferramenta de estimativa de

emissões a partir de dados de processos industriais, uso de mercúrio em produtos e no garimpo".

No conjunto das atividades voltadas à promoção da qualidade ambiental, há especificidades também relacionadas às emissões de substâncias à atmosfera. Os processos industriais e de geração de energia, o aumento do número de veículos automotores e das queimadas são, dentre as atividades antrópicas, as maiores causas da emissão de substâncias poluentes para a atmosfera. Assim, a gestão da qualidade do ar tem como objetivo garantir que o desenvolvimento socioeconômico ocorra de forma sustentável e ambientalmente segura e, para tanto, se fazem necessárias ações de prevenção, combate e redução das emissões de poluentes e dos efeitos da degradação na qualidade do ar. Neste contexto, merecem ser destacadas as metas relacionadas à redução da concentração máxima de Dióxido de Enxofre (SO2) e de Material Particulado Inalável (MP10); e as iniciativas i) formulação de um Plano Nacional de Qualidade do Ar, ii) Concepção e implementação de um Programa Nacional de Inventários de Emissões Atmosféricas de Poluentes do Setor de Transportes (PRONIT); iii) Concepção e implementação de um Programa Nacional de Controle da Poluição Industrial (PROCONPI) e iv) Concepção e implementação de um Programa Nacional de Monitoramento da Qualidade do Ar (PMQAr).

Por fim, o Programa Qualidade Ambiental também trata da Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que trouxe uma nova visão sobre o tema, na qual os resíduos sólidos não são mais vistos como de responsabilidade exclusiva do poder público local, mas como um bem de valor econômico e social, passível de ser reutilizável e reciclável, gerando oportunidades, trabalho e inclusão social, com um mínimo de impacto ambiental e movimentando a economia no processo. Além disso, seu escopo não se limita aos resíduos sólidos urbanos, mas abrange também os resíduos gerados em atividades produtivas como os setores da construção civil, agrossilvopastoril, industrial e de saúde. Todas essas cadeias devem ter entre seus objetivos a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento e a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos. Para tanto, está previsto que até o final deste PPA se atinja o patamar de 70% da população brasileira beneficiada com Planos Municipais e o fomento e fortalecimento de 1000 cooperativas, associações e redes de cooperação de catadores de materiais recicláveis para atuação na coleta seletiva e na cadeia produtiva da reciclagem. O sucesso desta ação contribuirá para o alcance de outra meta, a de elevar a taxa de recuperação de materiais recicláveis de 1,8% em 2013 para 3,6% em 2019.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Qualidade Ambiental

- Reduzir a pressão sobre os recursos naturais e a poluição por meio da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos com a inclusão socioeconômica de catadores de materiais recicláveis.
- Controlar as emissões atmosféricas de poluentes, por meio de ações regulatórias e da instrumentalização dos agentes públicos, para a melhoria da qualidade do ar.

- Promover a gestão ambientalmente adequada de substâncias e produtos químicos de modo a minimizar os efeitos adversos ao meio ambiente e à saúde humana.
- Realizar o controle e a fiscalização ambiental de atividades e empreendimentos.

Recursos Hídricos

A água é um bem fundamental à vida e constitui elemento estratégico para atividades como a agricultura, o saneamento, a produção de energia elétrica, o transporte hidroviário, a produção industrial, dentre outras. Todavia, sua disponibilidade e acesso estão sujeitos a situações de escassez.

Essas situações podem decorrer da: i) assimetria territorial quanto à disponibilidade desse recurso; ii) ocorrência de eventos hidrológicos críticos de cheias e estiagens; iii) insuficiente capacidade de reservação (compreendida como a formação de estoques de água); e iv) condições inadequadas de potabilidade da água.

A Diretriz Estratégica que orientou a elaboração Programa Temático Recursos Hídricos é a seguinte:

- Promoção da segurança hídrica, com investimentos em infraestrutura e aprimoramento da gestão compartilhada e da conservação da água.

Desse modo, o Programa busca a promoção da segurança hídrica com a adoção de medidas em três eixos principais de atuação: infraestrutura, gestão e conservação.

A infraestrutura hídrica cumpre relevante papel: permitir transformar fluxos de água, sujeitos a condições naturais nem sempre favoráveis, em estoques que buscam regularizar o atendimento aos diversos usos; e viabilizar a transferência de água de locais em que há disponibilidade para locais em que há demanda não atendida pelo uso Os investimentos na área visam atender à demanda por água decorrente do desenvolvimento do país e do seu crescimento populacional (necessidade estrutural), assim como elevar a margem de segurança em situações de estiagens atipicamente prolongadas (necessidade conjuntural). Com este propósito, o Programa conta com objetivos relacionados ao planejamento e gestão dos investimentos associados à implementação de infraestruturas hídricas, bem como à garantia da operação e manutenção dessas infraestruturas.

É fundamental investir na capacidade de reservação de água em níveis adequados para assegurar o suprimento mesmo após longo período sem chuvas. Ademais, são necessários aportes destinados à transposição de águas de bacias hidrográficas para aquelas em que essa seja mais escassa. No que se refere à transposição de águas, o Programa contempla a construção de túneis, aquedutos, estações de bombeamento e reservatórios. Este conjunto de obras e as medidas necessárias à sua manutenção se traduzem em Metas e Iniciativas desse Programa.

Destacam-se as Iniciativas relacionadas ao Projeto de Transposição do Rio São Francisco, bem como aquela destinada à Operação e Manutenção do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF.

A Lei nº 9.433/1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), definiu que a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades. Com esse intuito, o Programa tem dois Objetivos associados à implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Singreh).

O Singreh tem a seguinte composição: Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU/MMA), Agência Nacional de Águas (ANA), os Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, os Comitês de Bacias Hidrográficas, os órgãos dos poderes público federal, do Distrito Federal e municipais cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água. O Singreh consolida o modelo de gestão participativa, no qual entes colegiados de recursos hídricos, compostos por representantes do Poder Público, dos usuários das águas e das organizações da sociedade participam do processo de decisão. O aprimoramento da gestão dos recursos hídricos passa pelo fortalecimento das instituições do Singreh, e pela implementação de regras de governança, tendo em vista a necessidade de regular e gerir de modo adequado a utilização dos recursos hídricos disponíveis, sejam os existentes na natureza, sejam os estocados em reservatórios artificiais. Nesse sentido, destaca-se a meta relacionada ao Pacto Nacional pela Gestão das Águas – Progestão.

Paralelamente ao aumento da quantidade da água ofertada e ao aperfeiçoamento da gestão compartilhada, deve-se atentar também para a melhoria da qualidade das águas para múltiplos usos. Nesse sentido, a promoção da conservação, recuperação e uso racional dos recursos hídricos adquirem grande importância, especialmente em regiões metropolitanas, onde há alta densidade populacional e, como consequência, elevado consumo de água e grande quantidade de carga orgânica lançada nos rios. No Programa Recursos Hídricos, essa vertente de atuação é contemplada pelo Objetivo que visa ao uso racional dos recursos hídricos, aqui incluindo a revitalização de bacias hidrográficas.

Por fim, a gestão e conservação dos recursos hídricos deve também considerar a elevada interdependência das águas superficiais e subterrâneas, buscando uma visão integrada do tema. É essencial que se tenha uma melhor compreensão dessas interações para que a apuração real das disponibilidades hídricas, dado que mais da metade dos municípios brasileiros (53%) depende de mananciais subterrâneos para o abastecimento de suas sedes urbanas. Nesse sentido, o Programa possui um Objetivo que aborda a ampliação e difusão do conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as águas superficiais. Dentre as Metas nesta área, sobressaem-se aquelas relacionadas à ampliação de dados do Sistema de Informações de Águas Subterrâneas - SIAGAS e da Rede Nacional Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas – RIMAS.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Recursos Hídricos

- Promover a disponibilidade de água para usos múltiplos, por meio da implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de seus instrumentos.
- Fortalecer os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, por meio de promoção da integração federativa, da articulação intersetorial e do apoio às estruturas colegiadas.
- Promover a conservação, a recuperação e o uso racional dos recursos hídricos, por meio da indução de boas práticas de uso de água e solo e da revitalização de bacias hidrográficas
- Fortalecer o planejamento e a gestão dos investimentos em infraestrutura hídrica.
- Ampliar a oferta de água para usos múltiplos por meio de infraestruturas hídricas.
- Garantir a operação e a funcionalidade das infraestruturas hídricas por meio de sua recuperação e manutenção.
- Ampliar e difundir o conhecimento sobre águas subterrâneas e suas interações com as superficiais, por meio da realização de levantamentos, estudos e pesquisas.

Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão: Bem Mais Simples Brasil

A diminuição de barreiras administrativas burocráticas no relacionamento com as empresas e com os cidadãos constitui uma das prioridades das políticas públicas federais. Nesse sentido, o governo federal criou em 2013 a Secretaria da Micro e Pequena Empresa (SMPE), que promove a articulação de toda a administração pública Federal com as demais esferas de governo, estadual, distrital e municipal, e entidades parceiras, em busca da redução do peso da burocracia sobre as empresas e cidadãos, em particular sobre as micro e pequenas empresas (MPE), como forma de facilitar a vida dos brasileiros e estimular a lucratividade e a competitividade da atividade empreendedora, com geração de empregos e renda.

O PPA 2016-2019 expressa essa prioridade governamental por meio do Programa Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão - Bem Mais Simples Brasil, que se espelha na seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Fortalecimento das micro e pequenas empresas e dos microempreendedores individuais, e promoção do trabalho associado, da cooperação, da autogestão e dos empreendimentos solidários.

No Brasil, o processo de abertura, alteração e encerramento de empresas, isto é, todo o registro empresarial, ainda se caracteriza por excesso de exigências, redundâncias e sobreposições.

Dentre as principais metas do Programa Bem Mais Simples Brasil para o intervalo 2016 a 2019 está a de redução do tempo médio para legalização de empresas de baixo risco para até 5 dias que integra objetivo específico de desburocratização e simplificação da atividade empresarial.

A melhora do ambiente de negócios passa, também, pelo apoio às MPE que hoje constituem mais de 9 milhões de empreendimentos de pequeno porte. Este apoio envolve uma ampla gama de políticas, tais como: a promoção da capacitação, da inovação e do acesso facilitado ao crédito; o fomento ao artesanato e às relações cooperativas e associativas de MPE; o apoio à inserção comercial, tanto nacional quanto internacional. Nesse sentido, o Programa conta com objetivo que tem como metas a implantação da Praça Eletrônica de Negócios no portal Empresa Simples e a ampliação da participação de artesãos e trabalhadores manuais em feiras, eventos e espaços de comercialização permanente, apoiados pelo Programa do Artesanato Brasileiro.

Finalmente, importa também simplificar e facilitar o relacionamento do próprio cidadão com o Estado. Nessa direção, o PPA 2016-2019 prevê a implantação do portal único de serviços públicos como meta de objetivo voltado para a integração e agilização do acesso aos serviços prestados pelo Estado.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Simplificação da Vida da Empresa e do Cidadão (Bem Mais Simples Brasil)

- Simplificar e integrar os processos de legalização de empresas.
- Promover soluções para ampliação dos mercados das Micro e Pequenas Empresas e do Artesanato brasileiro.
- Simplificar, integrar e agilizar o acesso da sociedade aos serviços públicos.

TEMAS ESPECIAIS

Defesa Nacional

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Desenvolvimento Regional e Territorial

Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Política Espacial

Política Externa

Política Nuclear

Defesa Nacional

O Brasil é um país pacífico por tradição e por convicção, busca viver em paz com seus vizinhos e defende uma ordem internacional apoiada no multilateralismo, na cooperação, na proscrição das armas químicas, biológicas e nucleares, na democracia e na busca da paz entre as nações.

A Política Nacional de Defesa conceitua Defesa Nacional como "o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas". Sua coordenação é realizada pelo Ministério da Defesa e sua implementação se dá pela atuação integrada do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, responsáveis, respectivamente, pela defesa das águas jurisdicionais brasileiras, do território nacional e do espaço aéreo.

Sem prejuízo de suas missões constitucionais, o Ministério da Defesa e as Forças Armadas também executam, quando solicitados, tarefas de caráter cívico-sociais em apoio às ações do governo federal, especialmente aquelas de apoio à Defesa Civil em casos de calamidade pública e necessidades humanitárias.

Cabe ainda mencionar, no âmbito dos projetos estratégicos de reaparelhamento das Forças Armadas, sua estreita conexão com o desenvolvimento tecnológico e industrial nacional. Sabe-se que a indústria de defesa possui papel de destaque na estrutura produtiva de algumas economias avançadas e de grandes economias emergentes, notadamente Rússia, China e Índia. Essa importância se deve tanto ao seu caráter estratégico - relacionado à produção dos equipamentos de defesa do país e ao domínio de tecnologias sensíveis - como a aspectos econômicos ligados à geração de exportações, ao elevado valor adicionado e a empregos de alta qualificação. Desta maneira, a estruturação e o fortalecimento de uma Base Industrial de Defesa no Brasil constitui o elo entre a Política Nacional de Defesa e as políticas de desenvolvimento produtivo e de Ciência, Tecnologia e Inovação do país.

À Marinha do Brasil (MB) cabe a missão de atuar na defesa das águas interiores (rios, lagos e canais) e em todo o mar territorial, de forma a garantir a soberania nacional, tendo como prioridade assegurar os meios para negar o uso do mar a qualquer atividade não autorizada ou deletéria e se opor a concentração de forças inimigas que se aproximem do Brasil por via marítima. Como atribuições subsidiárias da Marinha do Brasil se destacam as de prover a segurança da navegação; contribuir na formulação e condução de políticas públicas que digam respeito aos oceanos e águas interiores; fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual, além de cooperar com outros órgãos federais na repressão de delitos que envolvam o uso dos oceanos, águas interiores e áreas portuárias.

O Exército Brasileiro (EB) tem como missão preservar e garantir a defesa da Pátria, zelar pelo

cumprimento pleno da constituição e pela manutenção da lei e da ordem. Em tempos de paz, uma das principais funções do Exército é defender as fronteiras brasileiras, garantindo a soberania nacional. Além de coordenar ações de apoio à fiscalização ambiental, ao desenvolvimento nacional, à assistência social e de saúde em comunidades isoladas e à participação em missões de paz.

A Força Aérea Brasileira (FAB) tem como missão principal a defesa aeroespacial do território continental e das águas jurisdicionais brasileiras. Suas principais atribuições subsidiárias consistem em: prover a segurança da navegação aérea, inclusive em áreas internacionais do oceano Atlântico Sul; estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária de interesse militar; e atuar de maneira contínua e permanente nas ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contribuindo para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional e o fomento da indústria brasileira no setor.

O Programa Temático de Defesa Nacional materializa as prioridades do Plano Nacional de Defesa no quadriênio 2016-2019 em seus Objetivos, de forma alinhada à seguinte Diretriz Estratégica do PPA:

- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.

As prioridades e Objetivos do Programa de Defesa Nacional abrangem a formação e capacitação dos efetivos das Forças Armadas, a elevação da capacidade operativa por meio do adestramento e prontidão logística, a adequação de estruturas e instalações militares, desenvolvimento de capacidades estratégicas nas áreas cibernética, nuclear e espacial e nos sistemas de comunicações, comando, controle, inteligência e segurança da informação.

Também são prioridades o planejamento, preparo e condução de operações militares, o monitoramento, controle e defesa dos espaços terrestre, aéreo e marinhos, bem como a promoção da multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.

Destacam-se ainda os projetos destinados ao aparelhamento das Forças Armadas com meios e equipamentos militares mais modernos, eficientes e adequados ao trinômio Controle, Mobilidade e Presença previsto na Estratégia Nacional de Defesa que simultaneamente promovem o desenvolvimento de tecnologias de interesse da defesa nacional e o crescimento da Base Industrial de Defesa. Neste sentido cita-se, dentre outras, as Metas de atingir 44% do projeto da aeronave caça multimissão (F-X2); concluir a implantação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON) no MS; implantar o Sistema de Lançadores Múltiplos de Foguetes ASTROS 2020; integrar o Sistema de Rádio Definido por Software (RDS) com os demais sistemas de comunicações das Forças Armadas; implantar 10% do Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional e construir submarinos (PROSUB).

Objetivos vinculados ao Programa Temático Defesa Nacional

- Promover a multilateralidade na área de defesa com países e organismos internacionais.
- Dispor de recursos humanos civis e militares capazes de cumprir as ações necessárias à Defesa Nacional.
- Elevar a capacidade operativa dos meios e efetivos das Forças Armadas por meio da sua capacitação, adestramento e prontidão logística.
- Adequar a infraestrutura e a distribuição das instalações das Organizações Militares terrestres para ampliação da capacidade de atuação e da mobilidade das Forças Armadas.
- Desenvolver e elevar capacidades nas áreas estratégicas da cibernética, nuclear, espacial e nas áreas de comunicações, comando e controle, inteligência e segurança da informação.
- Aparelhar as Forças Armadas com meios e equipamentos militares para a Defesa Nacional
- Planejar, preparar e conduzir operações militares nos âmbitos nacional e internacional.
- Monitorar, controlar e defender o espaço terrestre, aéreo e as águas jurisdicionais brasileiras.
- Promover o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e de tecnologias de interesse da Defesa Nacional.
- Cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade.

Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

Na última década, o ciclo virtuoso de desenvolvimento do Brasil, com crescimento econômico e redução das desigualdades, promoveu a garantia e o fortalecimento dos direitos sociais e ampliou o acesso da população aos serviços públicos.

O compromisso para os próximos anos é avançar na redução da pobreza e no provimento de serviços públicos com maior qualidade, demandando a realização de ações estruturais, de forma sistêmica e com prioridade, que colocarão ao Estado desafio para o aperfeiçoamento e inovação na gestão pública.

Diante deste desafio, o PPA 2016-2019 apresenta como Diretriz Estratégica o:

- Fortalecimento da capacidade de gestão do Estado, com foco no aumento da qualidade dos serviços prestados ao cidadão, na qualidade do gasto, na transparência, na comunicação e participação social, bem como da prevenção e do combate à corrupção.

Esta Diretriz orienta a ação do Estado para resultados, buscando o efetivo atendimento das demandas e expectativas da sociedade brasileira, a maior qualidade na prestação dos serviços e melhor ambiente de negócios, capazes de alavancar a competitividade do país e atrair investimentos.

A estratégia do PPA 2016-2019 reforça o compromisso da administração pública de continuar avançando na simplificação e transparência da relação com a sociedade, tornando os serviços cada vez mais acessíveis, em especial àqueles mais necessitados, aperfeiçoando procedimentos burocráticos e aprimorando a qualidade do serviço público.

Nesse sentido, o Programa inclui Objetivos que focam na ampliação do reconhecimento da realidade brasileira por parte dos agentes públicos e da eficiência da gestão, tanto de recursos e processos, incluindo o uso integrado de tecnologia de informação, quanto da força de trabalho, por meio da capacitação e da incorporação de políticas de diversidade voltadas ao quadro de servidores. Os Objetivos que reforçam a estratégia de diálogo e participação social são fundamentais para o fortalecimento da democracia, e abrange transparência, controle social, acesso à informação e fortalecimento de espaços institucionais de interlocução com os cidadãos e movimentos e organizações da sociedade civil.

No objetivo relativo à eficiência da gestão de recursos e processos, são previstas medidas para aprimorar a gestão do patrimônio imobiliário da União, das compras e das transferências discricionárias. Da mesma forma, a implantação de ambientes para compartilhamento entre os órgãos da administração pública federal e a disponibilização de serviços e ferramentas, medidas previstas nos Objetivos relativos à tecnologia da informação – TI, e a gestão de informações estatísticas e geocientíficas, propiciam a otimização de recursos públicos, a simplificação de demandas de informação ao cidadão, bem como a melhoria dos serviços prestados à sociedade. Além disso, são previstas funcionalidades que ampliem as possibilidades de consulta com recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência.

Também é tarefa permanente da administração pública federal a alocação eficiente de sua força de trabalho, a coordenação e coerência entre suas carreiras e o desenvolvimento profissional contínuo. Com o intuito de oferecer à sociedade brasileira serviços públicos cada vez mais eficientes e de qualidade, é crescente a necessidade do Estado de formar quadros qualificados de dirigentes e de servidores; difundir novos paradigmas e instrumentos de gestão de pessoas; e vincular o processo de desenvolvimento profissional às competências demandadas pelo contexto socioeconômico. Isso inclui desde o aperfeiçoamento dos processos de seleção, com a

utilização de critérios que valorizem a diversidade nos concursos públicos, como as cotas raciais, incentivos gerados por concursos de inovações, até a consolidação de uma política de formação e qualificação de pessoal para adequação da força de trabalho às constantes transformações da sociedade.

A participação democrática dos cidadãos nas decisões e no acompanhamento das políticas públicas definem os destinos da sociedade e os resultados da ação do poder público, que deve estimular o cidadão, individual e coletivamente, a exercer ativamente o papel de sujeito de seus direitos e de seus bens comuns. No PPA 2016-2019, a estratégia de participação social é abordada em duas vertentes: uma de transparência e do acesso à informação; e outra de fortalecimento e ampliação dos espaços institucionais de interlocução e diálogo com os cidadãos, movimentos e organizações da sociedade. Dessa forma, são previstas medidas como o desenvolvimento do "Mapa do Brasil Transparente", que busca a efetiva implementação da Lei de Acesso à Informação - LAI (Lei nº 12.527/11) em todos os entes governamentais, e um conjunto de atributos que visam fortalecer os espaços de diálogos com a sociedade civil organizada, além da promoção da participação social por meio de redes e plataforma digitais. Em relação aos espaços institucionalizados de diálogo, destaca-se o fortalecimento da atuação dos conselhos nacionais e a realização de conferências sobre os principais temas de políticas públicas.

A política de comunicação social está focada em informar a sociedade sobre as políticas e ações do governo, reforçar a divulgação sobre os direitos do cidadão e os serviços colocados à sua disposição e estimular a participação no debate e na formulação de políticas públicas. Essa estratégia inclui a utilização de ferramentas de comunicação que valorizem a interatividade com a sociedade, aproveitando as tecnologias e as redes sociais.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Democracia e Aperfeiçoamento da Gestão Pública

- Fortalecer a participação social na gestão pública e o diálogo com a sociedade civil organizada, promovendo o aprimoramento das políticas públicas, a articulação do atendimento a demandas e a resolução de conflitos sociais.
- Ampliar a capacidade do Estado de prover entregas à sociedade com agilidade, qualidade e sustentabilidade a partir do aprimoramento da gestão de recursos e processos.
- Aumentar a eficiência da ação do Estado mediante o uso integrado da tecnologia da informação e o aprimoramento da gestão, contribuindo para a segurança da informação e comunicações e a segurança cibernética.
- Aumentar a eficiência da força de trabalho do Estado por meio da capacitação, do aprendizado organizacional e da promoção da diversidade.
- Aprimorar o conhecimento sobre a realidade brasileira por meio do aperfeiçoamento da gestão das informações estatísticas e geocientíficas oficiais e dos registros administrativos.

- Aproximar as pessoas do Estado fortalecendo as políticas de controle social, transparência governamental e de acesso à informação.
- Fortalecer a comunicação social do Poder Executivo Federal com a sociedade, promovendo o conhecimento das políticas, programas e ações governamentais de forma democrática, abrangente, transparente e interativa.

Desenvolvimento Regional e Territorial

As desigualdades regionais no Brasil se constituem em uma característica herdada do processo histórico de ocupação do território nacional. Também desempenhou papel relevante nesse processo a diversidade regional, representada pela existência de seis biomas distintos, onde se organizaram relações sociais, culturais e econômicas, induzidas pelos recursos naturais e pela mistura de raças.

A partir dos primeiros anos do século XXI, a execução de várias políticas públicas propiciou a reversão da tendência de contínuo crescimento das desigualdades regionais, que ainda são muito significativas. Entre as políticas públicas que impactaram a dimensão regional do desenvolvimento brasileiro, cumpre refletir sobre as que consideram o território como elemento organizador e sobre aquelas de corte setorial.

Das políticas de corte setorial, destacam-se algumas de caráter claramente econômico, como a de valorização do salário mínimo e a de ampliação do crédito, outras de natureza assistencial, como as de transferência de renda por meio do "Programa Bolsa Família" e da previdência rural. As políticas públicas de base territorial – rural, regional, ambiental e urbana – também contribuíram para esse novo quadro de crescimento econômico e distribuição de renda que, paralelamente, auxiliou na redução das desigualdades regionais.

Com relação à temática regional, a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) em 2007 representou a retomada desse tema na agenda do governo federal. O elemento mais inovador da PNDR foi o reconhecimento de que a desigualdade regional deve ser tratada em diferentes escalas de forma a englobar áreas menos desenvolvidas espalhadas em todo o território nacional, inclusive em macrorregiões consideradas ricas, como o Sul e o Sudeste, e em áreas historicamente prioritárias como o Semiárido Nordestino e a Faixa de Fronteira. Também merece destaque a orientação de se aplicar mais recursos dos Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO) nas sub-regiões consideradas menos desenvolvidas.

Dessa forma, esse Programa, em sua perspectiva regional, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MI), visa ao aperfeiçoamento das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Regional e de Ordenamento Territorial (PNDR e PNOT), além de ampliar a aplicação de recursos

dos Fundos Constitucionais e os de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Centro-Oeste (FDCO) e do Nordeste (FDNE), nas sub-regiões consideradas menos desenvolvidas para apoio às atividades produtivas com geração de emprego e renda.

Ainda na busca pela redução das desigualdades regionais, cabe papel substancial à atuação da Zona Franca de Manaus na Amazônia Ocidental, onde os desafios econômicos, sociais e ambientais representam barreiras secularmente erigidas, tanto pela geografia física da região, quanto pela distância dos grandes centros fornecedores e consumidores nacionais e estrangeiros.

Outra linha de ação está vinculada às Rotas de Integração Nacional que buscam articular cadeias produtivas e fortalecimento de Arranjos Produtivos Locais (APLs), com vistas ao aprimoramento tecnológico e maior comercialização dos bens produzidos nesses espaços. Além disso, intenciona-se organizar as intervenções públicas e privadas no território por meio do Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), que objetiva racionalizar a gestão e o uso do território.

Na perspectiva da dimensão territorial com ênfase no meio rural, coordenada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em parceria com outros entes e órgãos federais, esse programa visa consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, que aqui são compreendidos não apenas como espaço físico, mas como construção social resultante das relações entre os atores sociais e instituições, públicas e privadas, com vistas à promoção do desenvolvimento em todas as suas dimensões. O Programa prevê apoiar as instâncias de gestão social da política territorial com ênfase na maior inserção da Juventude, Mulheres e Povos e Comunidades Tradicionais, assim como promover a participação dos assentamentos da reforma agrária nesses espaços. Prevê também fortalecer a articulação entre as instâncias territoriais e Conselhos Municipais, Estaduais e o Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, garantindo uma maior sinergia na gestão social das políticas públicas e ainda apoiar metodológica e operacionalmente a elaboração de planos estaduais e territoriais de desenvolvimento rural sustentável e solidário.

Outro objetivo em questão visa promover a qualidade de vida e a inclusão socioprodutiva por meio da implantação, ampliação e modernização da infraestrutura e serviços nos territórios rurais com estímulo a projetos que beneficiem Mulheres, Juventude e Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse contexto, pretende-se também contribuir para a redução da pobreza e das desigualdades regionais e sociais, na região semiárida a partir de assessoria técnica permanente realizada no âmbito do "Projeto Dom Helder Câmara" constituído a partir de acordo firmado com o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola – FIDA, que atua em seis estados do Nordeste.

Além disso, o governo visa promover a atuação intersetorial e interfederativa, estimulando a adoção da abordagem territorial pelos órgãos de governo com vistas à ampliação da oferta e do acesso a bens e serviços, bem como a criação e consolidação de ambientes de concertação que contribuam para qualificar a implementação das políticas públicas em 239 territórios rurais, intensificando esta ação em 120 territórios rurais prioritários integrantes do Programa Territórios

da Cidadania. O apoio à constituição de consórcios intermunicipais multifinalitários pelas prefeituras dos municípios que compõem o território também será uma estratégia prioritária no período.

O Programa atuará também para ampliar direitos das mulheres no campo, garantindo maior participação na gestão dos territórios, cidadania por meio de emissão de documentos civis, fomento à organização produtiva com vistas à promoção de sua autonomia. Por fim, promoverá as capacidades e competências da população nos territórios rurais para melhor atuação dos atores sociais na formulação, planejamento e implementação de políticas públicas, garantindo a valorização dos saberes locais e a ampliação do acesso à informação, conhecimentos e tecnologias em especial pela integração das Casas Digitais nesses territórios rurais.

O Programa Temático Desenvolvimento Regional e Territorial está associado à Diretriz Estratégica:

- Redução das desigualdades regionais e intrarregionais e promoção do desenvolvimento territorial sustentável, respeitando as identidades e a diversidade cultural.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Desenvolvimento Regional e Territorial

- Promover o desenvolvimento regional e o ordenamento do território brasileiro por meio do planejamento da ocupação e do uso do espaço de forma sustentável e com abordagem territorial.
- Prover a constituição de infraestrutura complementar na Faixa de Fronteira para o Desenvolvimento Regional.
- Promover a estruturação de atividades produtivas, arranjos produtivos e rotas de integração para o Desenvolvimento Regional e Territorial.
- Consolidar o modelo de gestão social nos territórios rurais, com o compartilhamento entre poder público e sociedade civil da formulação, gestão e controle das políticas públicas.
- Promover a qualidade de vida e inclusão socioprodutiva com a oferta de infraestrutura e serviços nos territórios rurais.
- Ampliar a oferta e o acesso a bens e serviços nos territórios rurais por meio da articulação intersetorial e interfederativa de políticas públicas.
- Ampliar e fortalecer a participação das mulheres rurais na política de desenvolvimento territorial, por meio da inclusão socioprodutiva, do acesso às políticas públicas, dos direitos sociais e da cidadania.
- Promover as capacidades e competências da população dos territórios rurais por meio da valorização dos saberes locais e da ampliação do acesso à informação, conhecimentos e tecnologias.

Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

Os desafios macroeconômicos a serem enfrentados pelo país, expressos na responsabilidade fiscal, controle da inflação e equilíbrio das contas externas, não constituem objetivos em si mesmos, mas meios para o alcance de algumas das finalidades do processo de desenvolvimento, em especial o crescimento sustentado da economia com inclusão social e redução das desigualdades.

O Programa Temático de Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios do PPA 2016-2019 é orientado pela seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção do desenvolvimento econômico, melhoria do ambiente de negócios e da concorrência, com justiça fiscal e equilíbrio das contas públicas.

A agenda de política estruturada neste Programa é composta por um conjunto de ações que reitera o compromisso do Governo com a estabilidade, orientados pelos objetivos de aprimoramento dos mecanismos de gestão da política econômica e de supervisão do Sistema Financeiro Nacional, e de aperfeiçoamento da gestão fiscal. O cumprimento da meta prudencial de enquadramento das instituições financeiras às regras de supervisão e regulação, nesse contexto, visa criar as condições sistêmicas adequadas à manutenção da estabilidade macroeconômica, expressa, principalmente, na busca pelo atingimento das metas de inflação estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, e executada pela autoridade monetária, e de superávit primário, expressa também na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Ainda que ciente da importância do combate à inflação e da responsabilidade fiscal para a consolidação e sustentabilidade do modelo de desenvolvimento inclusivo com redução de desigualdades, há a necessidade de medidas que busquem fomentar o investimento produtivo no país, especialmente de infraestrutura, a fim de construir as bases para um crescimento sustentável de longo prazo. O Programa conta com Objetivo específico para esse fim que, em seu conjunto de metas e inciativas, expressa importantes condicionantes ao investimento produtivo, como a promoção de ambiente econômico concorrencial, com previsibilidade e segurança, e a formação de poupança de longo prazo como fonte estável de recursos. Essa última envolve o desenvolvimento dos mercados financeiros, em especial de capitais e de seguros, com a ampliação de instrumento de poupança à disposição dos agentes econômicos e da disseminação da cultura e educação financeira.

Por fim, a crise financeira internacional gestada nos países industrializados, iniciada em 2008, demonstrou a incapacidade dos arranjos pré-existentes em evitar a disseminação de crises e

apoiar os países na retomada do crescimento econômico. Nesse contexto, o Programa tem como objetivo ampliar a presença do Brasil no cenário econômico internacional, de modo a apoiar a transformação das estruturas de governança, adequando-as à nova realidade da economia mundial e refletindo o peso econômico relativo das economias emergentes, incluindo o Brasil, bem como de aumentar os fluxos de investimentos entre o país e o resto do mundo.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Gestão da Política Econômica, Garantia da Estabilidade do Sistema Financeiro Nacional e Melhoria do Ambiente de Negócios

- Desenvolver e aprimorar medidas na gestão de política econômica e assegurar a estabilidade do sistema financeiro nacional.
- Desenvolver medidas de estímulo ao crescimento econômico, com ênfase nos investimentos públicos e privados, especialmente em infraestrutura, e de melhoria do ambiente de negócios e da promoção da concorrência.
- Aprimorar a gestão de receitas e despesas para garantir o equilíbrio fiscal.
- Aprimorar a regulação das atividades econômicas e financeiras.
- Ampliar a presença brasileira nas instituições e fóruns econômicos e financeiros internacionais e ampliar os fluxos de investimento entre o Brasil e o resto do mundo.

Oceanos, Zona Costeira e Antártica

O Oceano Atlântico Sul e Tropical e a Zona Costeira brasileira são estratégicos para o Desenvolvimento e a Segurança Nacional em razão da sua extensão e da vocação econômica marítima do país.

No que se refere à dimensão da integridade do patrimônio nacional, é imprescindível a preservação e a vigilância do Mar Territorial, da Zona Contígua, da Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental Brasileiras, numa extensão de cerca de 4,5 milhões de km², conhecida como "Amazônia Azul".

Além do petróleo, gás e do próprio sal, os recursos minerais com potencial econômico existentes na Plataforma Continental e nos fundos marinhos do Oceano Atlântico Sul e Equatorial incluem depósitos de cascalhos e areias, sedimentos carbonáticos, pláceres, fosforitas, evaporitos e enxofre associados, carvão, hidratos de gás, sulfetos polimetálicos, nódulos polimetálicos e crostas cobaltíferas, entre outros, além dos organismos vivos associados a esses ambientes. Apesar de não serem atualmente explorados comercialmente devido ao alto custo operacional para sua retirada, alguns desses recursos poderão se constituir em importantes fontes de riquezas no futuro próximo.

Não obstante a relevância do Oceano Atlântico Sul e Tropical e da Zona Costeira para o país,

o conhecimento científico disponível sobre os mesmos ainda é limitado. Assim, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), a Política Nacional de Assuntos Antárticos (POLANTAR), o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNRM), e as orientações da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM), que atua como coordenadora dos assuntos relativos ao mar nas políticas públicas acima descritas, visam orientar as pesquisas, o monitoramento e a logística necessária ao conhecimento, assim como ao desenvolvimento das ações governamentais para o uso sustentável dos recursos do mar.

O PPA 2016-2019 conta com o Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica que está associado à Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

Para atingir os Objetivos do Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica foram estabelecidas várias Metas, com destaque para: obter a ampliação do limite da Plataforma Continental Brasileira; reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz; ampliar de 5% para 20% o total de municípios costeiros com diretrizes de uso e ocupação da orla marítima definidas (Projeto Orla); realizar 6 levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos; e concluir a primeira versão do Plano de Uso Compartilhado do Ambiente Marinho a partir do Planejamento Espacial Marinho.

No quadriênio 2016 a 2019 as Iniciativas mais relevantes relacionadas aos Objetivos do Programa são: a coordenação do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC); a realização dos levantamentos geológicos, geofísicos, biológicos e oceanográficos em áreas internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira; a ampliação das atividades científicas nas ilhas oceânicas; e o fomento a projetos de pesquisa multidisciplinares e multi-institucionais em biotecnologia marinha e potencial mineral marinho.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Oceanos, Zona Costeira e Antártica

- Garantir a presença brasileira na região Antártica, desenvolvendo pesquisa científica com a preservação do meio ambiente.
- Pesquisar o potencial mineral e biológico bem como as variáveis oceanográficas em Áreas Internacionais e na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.
- Promover o uso compartilhado do ambiente marinho e realizar o gerenciamento da zona costeira de forma sustentável.
- Promover a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico, o uso sustentável dos recursos e os sistemas de observação dos oceanos, ampliando a presença brasileira em águas nacionais, internacionais e nas ilhas oceânicas.

- Estabelecer o limite exterior da Plataforma Continental Brasileira além das 200 milhas, para assegurar os direitos de exploração e aproveitamento dos seus recursos naturais.

Política Espacial

As atividades espaciais oferecem diversos benefícios socioeconômicos decorrentes das aplicações dos satélites artificiais em diversas áreas, como previsão de tempo, inventário e monitoramento de recursos naturais, telecomunicações, navegação e ciência. As características geoeconômicas do Brasil, como a grande extensão territorial, as vastas regiões de florestas tropicais, as amplas áreas de difícil acesso e baixa ocupação, as extensas fronteiras e costa marítima e o significativo volume de recursos naturais, fazem com que as potencialidades de aplicação da tecnologia espacial sejam muito relevantes.

O Brasil busca a consolidação de seu Programa Espacial. A política pública na área espacial envolve amplo espectro de ações, indo desde o desenvolvimento, a construção e a operação de foguetes suborbitais e veículos lançadores, satélites e suas cargas úteis e centros de lançamento, a atividades de normatização e certificação de sistemas espaciais, propriedade intelectual e de desenvolvimento de capital humano associados.

Atualmente, os principais serviços espaciais são viabilizados à sociedade brasileira por satélites desenvolvidos no exterior e lançados por outros países, ainda que o país conte com satélites próprios.

O Brasil possui três satélites operando em órbita. Dois deles são satélites de coleta de dados SCD-1 e o SCD-2, que foram os primeiros satélites desenvolvidos e construídos no Brasil a entrarem em órbita, em 1993 e 1998, respectivamente. O terceiro é o CBERS-4, pertencente à série de Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres, lançado em dezembro de 2014. A despeito da existência de dois centros de lançamento no país, Alcântara/MA e Barreira do Inferno/RN, o Brasil ainda não possui capacidade própria de lançamento de satélites, ou seja, os satélites brasileiros no espaço foram lançados a partir de centros no exterior e com veículos lançadores estrangeiros. Como comparação, verifica-se que os outros países do BRICS possuem capacidade espacial consideravelmente maior.

A Política Espacial brasileira busca a ampliação da autonomia tecnológica associada à expansão e consolidação de uma infraestrutura própria de pesquisa, tecnologia, serviços e especialistas para a produção de serviços espaciais. O propósito é reduzir a dependência em relação a sistemas espaciais estrangeiros (que disponibilizam dados e informações essenciais ao país) e às decisões tomadas por outros países.

A Política Espacial brasileira também visa o melhor aproveitamento da localização geográfica

privilegiada para o lançamento de satélites, especialmente para órbita geoestacionária. Para tanto, cabe desenvolver a infraestrutura necessária para a exploração comercial desse tipo de serviço, que, quando em atividade, trará uma série de externalidades positivas sobre o desenvolvimento regional e local, com atração de empresas prestadoras de serviços de apoio aos lançamentos e geração de empregos. Esse fenômeno já ocorre com a infraestrutura terrestre ligada às atividades espaciais, que se encontra concentrada na região de São José dos Campos (SP), formando o que poderia ser considerado um cluster ou arranjo produtivo local.

No PPA 2016-2019, o Programa Política Espacial, que procura retratar a política pública espacial, associa-se à seguinte Diretriz Estratégica do Plano:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Programa Política Espacial é composto por três Objetivos: aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais; prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial; e promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Para alcançá-los foram estabelecidas Metas, dentre elas a realização do voo de qualificação do Veículo Lançador de Microssatélites (VLM-1) com carga útil nacional, e o lançamento do primeiro satélite de observação da Terra da série Amazônia.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Política Espacial

- Aperfeiçoar e ampliar a disponibilização de imagens, dados e serviços, em benefício da sociedade brasileira, por meio de missões espaciais utilizando satélites nacionais.
- Prover a capacidade de acesso ao espaço, por meio de veículos lançadores nacionais e respectiva infraestrutura de lançamentos no país, com incremento da participação industrial.
- Promover o conhecimento científico e tecnológico, o capital humano e o domínio de tecnologias críticas para fortalecer o setor espacial.

Política Externa

A política externa brasileira sempre se pautou por princípios tais como a igualdade entre os Estados, a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos. Com base nessas diretrizes, no plano internacional, o governo brasileiro vem trabalhando para aumentar a projeção internacional do Brasil, ampliar seus mercados e reformar o modelo de governança para melhor refletir a atual ordem geopolítica e econômica global.

No período do Plano Plurianual 2012-2015, a política externa foi instrumento para o desenvolvimento econômico e social em marcha desde o governo anterior. Na esfera regional, o governo trabalhou para a integração da América do Sul, buscando o fortalecimento do MERCOSUL – Mercado Comum do Sul. Em 2012, a Venezuela aderiu ao bloco e a Bolívia assinou protocolo de adesão. A União das Nações Sul-americanas - UNASUL também foi prioridade das ações internacionais do Brasil. O país também envidou esforços para ampliar a diplomacia latino-americana e caribenha no âmbito da CELAC – Comunidade de Estados Latino-americanos e Caribenhos.

No âmbito extra-regional, o Brasil trabalhou para aprofundar a relação com países desenvolvidos e em desenvolvimento e para participar mais ativamente dos principais foros internacionais. Na Organização Mundial do Comércio - OMC, houve uma revitalização de sua vertente normativa e uma tentativa de retomada da Rodada Doha. Na ONU, o Brasil propugnou pela criação de normas referentes à governança da internet e pela maior participação dos países em desenvolvimento nos processos decisórios das instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário e o Banco Mundial. O país também sediou a Conferência Rio +20 sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável.

Mantendo sua tradição, as prioridades da Política Externa brasileira, para o próximo período, compreendem o aprofundamento da integração na América do Sul, o reforço da diplomacia econômica, a consolidação da presença do Brasil nas relações estratégicas globais, a reforma das estruturas de governança global, o fortalecimento da cooperação internacional e o bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior.

Este Programa está alinhado às Diretrizes Estratégicas:

- Ampliação da atuação do Brasil no comércio internacional de bens e serviços, agregando valor, conteúdo tecnológico, e diversificando a pauta e o destino das exportações brasileiras.
- Garantia da defesa nacional e da integridade territorial, e promoção da paz, dos direitos humanos e da cooperação entre as nações.

Os esforços para a integração sul-americana ocorrerão por meio do aprofundamento da relação com os demais países da região, do fortalecimento do MERCOSUL e da consolidação da UNASUL. O Brasil também trabalhará para ampliar suas relações com o México e com os países do Caribe

e da América Central.

A diplomacia econômica visará ao incremento no acesso a mercados e à captação de investimentos. O governo também buscará resultados positivos no âmbito da Rodada de Doha da OMC. As negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia estarão entre os destaques para essa agenda. A reforma das antigas e a implementação de novas instituições financeiras também serão priorizadas.

Nas relações bilaterais, o Brasil buscará estreitar laços com parceiros já tradicionais, como Estados Unidos, União Europeia e Japão, e com países da Ásia, África e Oriente Médio.

Ademais, o bem-estar do cidadão brasileiro que vive no exterior também será prioridade da política externa. O governo trabalhará para ampliar a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares e para garantir a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras.

Os debates sobre temas globais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente nos diversos foros internacionais também contarão com a participação ativa do Brasil.

Por meio de seus objetivos, metas e iniciativas, o Programa Política Externa foi desenhado com vistas a melhorar a inserção internacional do Brasil e a construir um espaço global mais igualitário e justo para os interesses das nações em desenvolvimento.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Política Externa

- Fortalecer a integração regional, com ênfase na América do Sul, contribuindo para a formação de um espaço de paz e desenvolvimento.
- Reforçar a atuação da diplomacia econômica e comercial, de forma a alcançar uma melhor inserção do Brasil nos circuitos globais de comércio e investimento.
- Consolidar o papel do Brasil como ator global, reforçando relações estratégicas em todos os continentes.
- Atuar em prol da reforma e do reforço das estruturas de governança global, de modo a refletir as realidades do mundo contemporâneo e ampliar a participação do Brasil, aumentando seu peso nos processos decisórios internacionais.
- Estruturar e consolidar a cooperação internacional, em suas diversas modalidades, por meio da coordenação entre órgãos do governo federal, da interlocução com entes federativos e do diálogo com a sociedade civil, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável e ampliar a inserção internacional do Brasil.
- Zelar pelo bem-estar dos cidadãos brasileiros no exterior, ampliando a oferta, a qualidade e a eficiência dos serviços consulares, garantindo a prestação de assistência consular e o apoio às comunidades brasileiras, com foco no bem-estar coletivo.

- Fortalecer a participação ativa e promover os interesses do Brasil nos debates acerca de temas globais, tais como direitos humanos, temas sociais, desenvolvimento sustentável, energia e meio ambiente, em instâncias bilaterais, regionais, multilaterais e multissetoriais.
- Projetar a imagem, a cultura e a língua do Brasil no exterior.

Política Nuclear

A política nacional de atividades nucleares tem como objetivos: assegurar o uso pacífico e seguro da energia nuclear; desenvolver ciência e tecnologia nucleares e correlatas para geração de energia, medicina, indústria, agricultura e meio ambiente; e atender ao mercado de equipamentos, componentes e insumos para indústria nuclear e de alta tecnologia.

Como principais desafios da política nuclear, destacam-se: a busca por autonomia e sustentabilidade do país na produção de energia nucleoelétrica; a autossuficiência nas etapas do ciclo combustível com possibilidade de exportação de excedentes; e a ampliação da oferta de produtos e serviços tecnológicos na área nuclear (saúde, meio ambiente, agricultura e indústria). Ademais, em linha com o previsto na Estratégia Nacional de Defesa, a política nuclear tem como desafio desenvolver etapas tecnológicas específicas articuladas ao desenvolvimento do submarino de propulsão nuclear.

No âmbito do PPA 2016-2019, esses desafios são enfrentados no Programa Política Nuclear que se orienta pela Diretriz Estratégica:

- Promoção da ciência, da tecnologia e da inovação e estímulo ao desenvolvimento produtivo, com ampliação da produtividade, da competitividade e da sustentabilidade da economia.

O Brasil – dada sua extensão territorial, as reservas uraníferas já asseguradas e o domínio em construção de diversas etapas do ciclo do combustível – poderá ocupar posição estratégica em relação à oferta de fontes de energia nuclear.

Atualmente, o país possui o domínio tecnológico de todas as etapas do ciclo do combustível nuclear, em escala laboratorial ou em usina de demonstração. Em escala industrial, nas etapas de conversão e enriquecimento de urânio, em que pese o domínio tecnológico, não há capacidade instalada suficiente para atendimento da demanda das Usinas de Angra I e II e da futura Angra III. Está entre as metas do PPA 2016-2019 atender, a partir de produção nacional, 10% da demanda de urânio enriquecido para as Centrais Nucleares de Angra I, II e III.

Além da geração de energia elétrica, há ampla gama de aplicações da tecnologia nuclear na indústria, em saúde, no meio ambiente e na agricultura, que demandam, continuamente, a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, bem como o desenvolvimento de novos e melhores produtos e serviços, que contribuem diretamente para a qualidade de vida da população.

Especificamente na medicina nuclear, cresce a utilização de radiofármacos em diagnósticos, terapias, avaliação e tratamento de neoplasias, cardiopatias, neuropatias e outras enfermidades. Atualmente, o país conta com mais de 400 serviços de medicina nuclear (SMN) distribuídos por todo o território, sendo que os radiofármacos fornecidos pela Comissão Nacional de Energia Nuclear propiciam a realização de aproximadamente dois milhões de procedimentos de medicina nuclear por ano, com aproximadamente 70% deles cobertos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Considerando o Objetivo de aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país, bem como o desenvolvimento de pesquisas aplicadas em vários campos da ciência, está previsto no âmbito do Programa de Política Nuclear o desenvolvimento do projeto do Reator Multipropósito Brasileiro (RMB) em Iperó (SP). A meta da Comissão Nacional de Energia Nuclear é atingir 20% de implantação do RMB até 2019.

Seguindo a tendência internacional, o governo federal desenvolve iniciativas para consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país. Nesse sentido, em termos institucionais sobressai a previsão de segregação das funções de regulação e fiscalização das funções de promoção, pesquisa, desenvolvimento, prestação de serviços e produção, todas elas atualmente desenvolvidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear.

A regulação nuclear tem por finalidade garantir que a população possa usufruir, de forma segura, dos benefícios dos usos pacíficos da energia nuclear e das radiações ionizantes. As principais ações da regulação estão relacionadas ao controle da exposição das pessoas à radiação, ao controle da liberação de material radioativo para o meio ambiente, à diminuição da probabilidade de ocorrência de eventos que possam levar a perda de controle do núcleo de reatores nucleares, de instalações do ciclo do combustível e de fontes radioativas. A principal meta associada a este aspecto da política nuclear envolve controlar, por ano, 2.600 instalações com fontes de radiações ionizantes na indústria, medicina e na pesquisa.

Para atender no longo prazo a demanda de gerenciamento de rejeitos radioativos, o Programa prevê, para 2016-2019, o alcance de 15% da implantação do Repositório de Rejeitos de Baixo e Médio Níveis de Radiação – RBMN. Além disso, por meio do Sistema de Proteção do Programa Nuclear Brasileiro (Sipron), deverá aprimorar a segurança das atividades nucleares e o atendimento a situações de emergência, com o aumento da frequência dos exercícios de emergência e de segurança nuclear. Merece destaque ainda a iniciativa conjunta com as forças armadas para atuação na segurança radiológica e nuclear dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Objetivos vinculados ao Programa Temático Política Nuclear

- Aumentar o fornecimento e a capacidade de produção de radioisótopos e radiofármacos no país.
- Expandir, implantar e operar o ciclo completo para produção do combustível

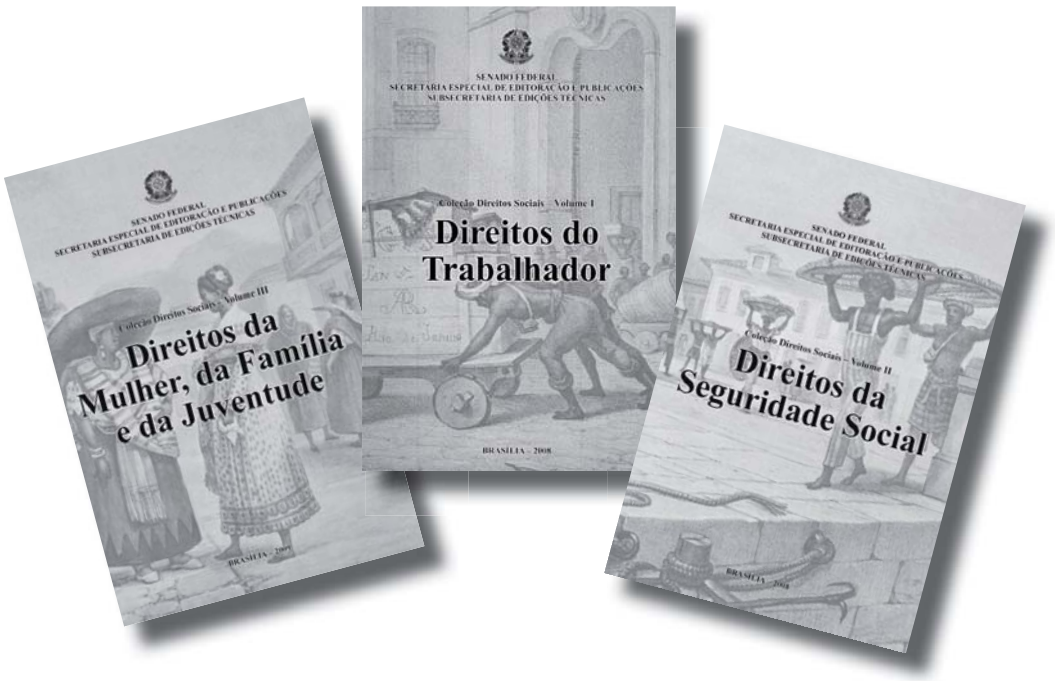
nuclear em escala capaz de atender a demanda das usinas termonucleares brasileiras.

- Consolidar o sistema de regulação e segurança das atividades do setor nuclear no país.
- Desenvolver a ciência e a tecnologia nucleares e suas aplicações para atender aos diversos usos pela sociedade.
- Produzir equipamentos pesados para as indústrias nuclear e de alta tecnologia, mantendo a capacidade nacional no setor.
- Fortalecer as atividades de proteção do público, dos trabalhadores e do meio ambiente por meio de ações de proteção radiológica, gerenciamento de rejeitos radioativos e resposta a situações de emergência.


SERGIO AMARAL / MDS
Ministério do
Planejamento
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA

SENADO FEDERAL
Secretaria de Editoração e Publicações
Coordenação de Edições Técnicas

Coleção Direitos Sociais



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas relacionados aos Direitos Sociais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 548 páginas

(O.S. 13082/2015)

Secretaria de Editoração
e Publicações – SEGRAF

SENADO
FEDERAL